NEAD ESTUDOS

Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas.

Alfio Brandenburg
Angela Duarte Damasceno Ferreira
Dimas Floriani
Osvaldo Heller da Silva

Copyright 2007 by MDA

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

GUILHERME CASSEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

MARCELO CARDONA ROCHA
Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

ROLF HACKBART
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ADONIRAM SANCHES PERACI
Secretário de Agricultura Familiar

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA
Secretário de Reordenamento Agrário

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA
Secretário de Desenvolvimento Territorial

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ADRIANA L. LOPES
Coordenadora-Executiva do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Khepra Comunicação

REVISÃO E PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS
Antonia

FOTOGRAFIA DA CAPA
Ubirajara Machado

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)
www.mda.gov.br

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO RURAL (Nead)
SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Trade Center, 5º andar, sala 501
– Cep: 70.711-902 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3328-8661
www.nead.org.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufpr.br

PCT MDA/IICA
Apoio às Políticas e à Participação Social
no Desenvolvimento Rural Sustentável

R948r Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas / organizadores, Alfio Brandendurg, Ângela Duarte Damasceno Ferreira ... [et al.]. -- Brasília : MDA, 2007.
397 p. ; 16 cm. -- (NEAD Estudos ; 20).

ISBN 978-85-60548-27-9

1. Agricultura familiar – Brasil. 2. Meio ambiente – Brasil. 3. Reforma agrária – Brasil. 4. Políticas públicas – Brasil. I.Brandendurg, Alfio. II.Ferreira, Ângela Duarte Damasceno. IV. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). V. Série.

NEAD ESTUDOS

Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas.

Organizadores:

Alfio Brandenburg
Angela Duarte Damasceno Ferreira
Dimas Floriani
Osvaldo Heller da Silva

MDA
Brasília, 2007

À Edna Cristina Francisco,
In memoriam,
uma homenagem saudosa de seus colegas e professores.

Aos agricultores e agricultoras que compartilharam com os pesquisadores suas vidas e assim possibilitaram a elaboração desta obra.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

AGRICULTURA FAMILIAR COMO UMA BASE PARA CONSTRUIR UM RURAL BRASILEIRO MAIS JUSTO, MAIS VERDE, MAIS SEGURO, MAIS VERDE E COM MAIS RENDA 11

INTRODUÇÃO 13

PARTE 1 - ESTRATÉGIAS E PROJETOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES 19

1 Agricultura familiar em área de proteção ambiental: a reprodução de um modo de vida - Edna Cristina Francisco 21

2 O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar - André Michelato Ghizelini 63

3 Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida - Gustavo Silveira Rosa Pinheiro 87

4 A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção - Almir Sandro Rodrigues 111

PARTE 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL 141

5 Limites para a adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado - Celestino de Oliveira Brito 143

6 O Papel do banco da terra na reconstrução do rural
- Fábio Fraga dos Santos 173

7 Velhice e benefício previdenciário entre os agricultores familiares do município de Colombo – Paraná
- Marisa Sugamosto 203

PARTE 3 - O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DO BRASIL E OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA 241

8 A cooperação nos assentamentos do MST: superação da agricultura familiar?
- Edina Schimanski e Cimone Rozendo de Souza 243

9 O Jornal do MST: os dilemas de uma proposta de comunicação popular
- Elza Aparecida Oliveira Filha 273

PARTE 4 - A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A RECONSTRUÇÃO DO RURAL 299

10 O sentido da tradição na ruralidade contemporânea
- Mariléia Tonietto 301

11 O planejamento energético no Brasil: o desprezo às opções sustentáveis
- Carlos Alberto Simioni 315

12 Transgenia agrícola e modernidade: um olhar sobre as disputas simbólicas e práticas conflitivas na sociedade brasileira
- Patrícia Faraco Benthien 343

13 Estrada do Colono: conflito socioambiental e representações de natureza nas práticas discursivas
- Tânia Luiza Bonassa 369

PREFÁCIO

A construção de um modelo de desenvolvimento pautado pela sustentabilidade econômica, social e ambiental e voltado para a superação das desigualdades e da exclusão social está na base da atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Nesse sentido, suas políticas vêm buscando democratizar o acesso à terra, gerar mais e melhores postos de trabalho e renda no campo, combater a pobreza, garantir a soberania alimentar e direitos às populações que vivem nas áreas rurais, além de proteger o meio ambiente.

No debate sobre a construção desse novo modelo de desenvolvimento, estão em destaque a agenda ambiental, a energética e as novas tecnologias. O passivo ambiental brasileiro preocupa e, segundo dados de 2005 da Conservação Internacional (CI), o Brasil possui dois dos 34 ecossistemas mundiais mais ameaçados. Ao mesmo tempo, é um dos países que possui o maior potencial de desenvolver energias renováveis a partir do uso de biomassa e de resíduos que comumente são descartados.

Nesse contexto, a iniciativa dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná traz elementos de suma importância para a discussão e o aprofundamento do debate sobre esses temas. Resultados de um extenso trabalho e de pesquisa minuciosa, os textos apresentados transitam e dialogam com uma série de questões presentes no debate sobre a questão ambiental, a vertente energética e as biotecnologias.

Trata-se de abordagens enriquecedoras que, tomando como locus áreas importantes do estado do Paraná, percorrem uma gama de dimensões tais como: as estratégias e os projetos de produção e reprodução de homens e mulheres, agricultores familiares em área de proteção ambiental e conflitos socioambientais; as políticas públicas e os processos de mediação entre agentes; os processos organizativos, de comunicação e de cooperação produtiva junto aos movimentos sociais; os temas relacionados à gestão de recursos e patrimônios naturais; o planejamento energético e o estabelecimento de políticas tecnológicas adequadas às práticas econômica, social e ambientalmente sustentáveis.

Esta publicação da Série NEAD Estudos é trazida ao público por meio de parceria entre o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e a Secretaria de Agricultura

Familiar (SAF), ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e os Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. O trabalho delineia bem o investimento dessas instituições no campo da colaboração e valorização do conhecimento acadêmico voltado a contribuir para a realização de diagnósticos precisos e para a construção de alternativas que privilegiem o compartilhamento de soluções entre o poder público e a sociedade, com embasamento técnico-científico e participação social.

Boa leitura!

Adriana L. Lopes
Coordenadora-executiva do Nead

AGRICULTURA FAMILIAR COMO UMA BASE PARA CONSTRUIR UM RURAL BRASILEIRO MAIS JUSTO, MAIS VERDE, MAIS SEGURO, MAIS VERDE E COM MAIS RENDA

É com satisfação que apoiamos mais uma publicação sobre temas em torno da agricultura familiar, que nos ajuda a ampliar nossa compreensão a respeito deste segmento que é tão importante para o desenvolvimento do país, ainda para ser descoberto pelos brasileiros. Justamente no momento em que o Brasil experimenta o maior e mais diverso conjunto de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. São políticas direcionadas a remoção dos desequilíbrios estruturais, acentuados por um modelo de desenvolvimento concentrador o qual exacerbou a exclusão das maiorias, no campo e na cidade.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) avança de forma decisiva, em relação aos recursos para financiamento da produção, seguro, garantia de preço e no "diálogo" com a complexidade do rural brasileiro, criando novas linhas para atender as demandas das famílias agricultoras.

Os programas de agroindustrialização, biodisel, comercialização, promoção de produtos diferenciados da agricultura família e da biodiversidade vem sendo promovidos com inovações nas relações com o mercado e no fortalecimento de organizações de base associativa e a interação com os setores público e privado.

O Sistema Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural, se fortalece, orientado pela Política Nacional de Ater, integrado e articulado com as instituições governamentais e não governamentais de Ater, de pesquisa e os sistemas de educação formal e informal, e com grande capacidade de diálogo com os saberes históricos dos agricultores familiares e das agricultoras.

A Lei 11.326, de junho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais estas políticas, ajuda a conjuntura favorável para a agricultura familiar e permite a formulação de outras iniciativas nesta direção.

A Secretaria de Agricultura Familiar enfatiza a articulação das políticas, buscando sua maior eficiência e consolidando o ambiente favorável. Para isto estabeleceu quatro eixos que nortearão

os esforços na implementação destas políticas. São eles: combate à pobreza rural, segurança e soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas de produção e a geração de renda e agregação de valor.

Finalmente, desejamos que esta publicação ajude acadêmicos, militantes, agentes de Ater, pesquisadores e agricultores, e aqueles interessados em desenvolvimento, a construírem um rural brasileiro mais justo, que produza alimentos limpos, respeitando o meio ambiente, com renda e qualidade.

Adoniram Sanches Peraci, secretário de Agricultura Familiar

Brasília, setembro de 2007.

INTRODUÇÃO

Os artigos aqui apresentados foram elaborados a partir de resultados de pesquisa realizados no contexto das linhas de pesquisa dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

O texto de Edna Cristina Francisco teve por objetivo identificar as estratégias de reprodução da agricultura familiar numa Área de Proteção Ambiental (APA). Para tanto, realizou-se um estudo de caso em Rio Verde, uma das comunidades rurais de Guaraqueçaba, município localizado numa APA de Guaraqueçaba, no litoral Norte do Paraná.

A análise da reprodução da agricultura familiar, neste estudo de caso, partiu do pressuposto, já amplamente comprovado pelos estudos rurais brasileiros, de que essa forma social de produção tem sido marcada pela resistência aos bloqueios ao seu desenvolvimento dados pela questão fundiária e pela dificuldade de acesso aos demais meios de produção. No entanto, a agricultura familiar que habita em Áreas de Proteção Ambiental convive com outro bloqueio: a restrição mais rigorosa do uso dos recursos naturais para fins produtivos ou extrativistas, o que gera um duplo bloqueio a seu desenvolvimento. Partindo desta primeira constatação, o trabalho de Edna mapeia e analisa as estratégias dos agricultores para fazer face a esta situação que transforma suas relações com a natureza e dificulta sua sobrevivência e sua perpetuação social. Demonstra como o patrimônio sociocultural da agricultura familiar possibilita a mobilização de redes sociais fundamentais para tal reprodução.

Os textos de André Michelato Guizelini e Gustavo Silveira Rosa Pinheiro analisam ações relacionadas com Organizações Não-Governamentais, todavia enfocando objetos diferentes. André Guizelini faz uma análise do processo de mediação entre agentes de desenvolvimento e agricultores. Neste trabalho, a relação com agricultores que acaba se realizando de agricultor para agricultor, várias dimensões do processo são consideradas: o conhecimento prático, o técnico, a valorização da experiência, a mística comunitária na construção de sua identidade. No centro da metodologia a consideração do agricultor como sujeito lhe permite resgatar experiências e construir um projeto de vida, de forma relativamente autônoma. Já o texto de Gustavo Silveira Rosa Pinheiro analisa o projeto de vida individual e coletivo de agricultores ecológicos de um

grupo da Rede Ecovida de Agroecologia, na Região Metropolitana de Curitiba. Neste trabalho fica evidenciado como o agricultor ecológico constrói seu projeto de vida que não tem a racionalidade instrumental como uma orientação exclusiva. Nesses termos, embora a racionalidade econômica seja relevante para o agricultor, ela constitui apenas uma das dimensões do processo de gestão de sua unidade de produção e de vida. Estreitamente relacionado ao projeto individual, o projeto coletivo do conjunto dos agricultores que fazem parte da rede é obtido mediante a análise de informações levantadas em reuniões, cursos da capacitação e em cadernos de orientação da Rede Ecovida.

A pesquisa de Almir Rodrigues lança luz sobre um fenômeno ímpar na trajetória dos movimentos sociais rurais do país: o surgimento e a consolidação de uma estrutura organizativa própria dos agricultores familiares, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL). O escopo do estudo foi identificar em que medida esta entidade representa a construção de um novo tipo de organização sindical. Assim, foram investigadas a estrutura da Federação, suas práticas, as trajetórias de seus dirigentes e o seu papel no fortalecimento político, econômico e identitário do segmento da agricultura familiar. Para este desafio, Almir valeu-se da teoria do campo de Pierre Bourdieu, delimitando o campo de representação da agricultura familiar e identificando em seu interior os diversos agentes, habitus e capitais.

Percebe-se que a Federação começa a possibilitar uma prática inovadora no campo sindical, superando em aspectos importantes o sindicalismo de cúpula das organizações tradicionais. A participação dos agricultores familiares em suas várias instâncias permite a FETRAF constituir espaços mais democráticos de debate e deliberação. Para isso, foram instituídas coordenações microrregionais, sindicatos regionais e o mutirão da agricultura familiar, buscando o resgate da auto-estima como agricultor e como cidadão. Inovando, a entidade pretende ainda participar da construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para o rural brasileiro.

Os textos de Celestino de Oliveira Brito e Fábio Fraga dos Santos analisam as políticas públicas de âmbito estadual e nacional, respectivamente. No primeiro, o autor aborda a indústria artesanal de agricultores e seu processo de inserção no mercado, em municípios da Região de Pato Branco e Francisco Beltrão no Paraná. Fica claro neste trabalho a necessidade de um ajuste no que se refere à legislação jurídico-sanitária, caso se pretenda fazer com que a Fábrica do Agricultor seja um instrumento estratégico

que sustente a vida social dos agricultores familiares no campo. No segundo texto, o autor analisa o papel do crédito fundiário como um instrumento de política pública voltado para infra-estrutura básica e reestruturação do processo produtivo dos agricultores no município de Londrina, Paraná. Adotando conceitos como o de desenvolvimento endógeno, o autor analisa, as estratégias dos agricultores ante as impropriedades das políticas dessa natureza. Uma das conseqüências dessas estratégias tem sido o impacto ambiental com forte pressão sobre o uso do solo.

Marisa Sugamosto, em seu estudo sobre a velhice e o benefício previdenciário, resgata uma temática que, malgrado a sua relevância, tem merecido pouca atenção pela Sociologia contemporânea. Ela identificou, entre os agricultores familiares idosos do município de Colombo, os múltiplos significados da velhice e o impacto do recebimento da aposentadoria sobre essas elaborações. A pesquisa comprovou que, mesmo se tratando de apenas um salário mínimo, o benefício da previdência tem servido, se não para a melhoria, para a manutenção das condições de vida da população idosa e de seus familiares.

O benefício rural passou a integrar o rol das estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias rurais extensas para se manterem na área rural. O fato de Colombo situar-se na Região Metropolitana de Curitiba tem permitido a essas famílias buscarem outras estratégias de reprodução social, para além da produção agrícola ou do benefício previdenciário. A pluriatividade aparece aí como desejo e prática corrente entre as famílias entrevistadas. A fina análise de Marisa revelou que as diferentes estratégias adotadas têm resultado na manutenção e reelaboração do modo de vida local dos agricultores familiares, fundado no trabalho como necessidade, dever e valor ético. Este valor ético aparece como justificativa ideológica para a inclusão social e o sucesso financeiro e também como afirmação da identidade de agricultor. Para os agricultores, o mundo do trabalho e da família confundem-se, e o aposentar-se não significa improdutividade, exclusão e decadência.

O trabalho de Cimone Rozendo e Edina Schimanski analisa o processo de desenvolvimento da cooperação nos assentamentos de Reforma Agrária, tendo como referência o estudo de caso de duas cooperativas de produção no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Região Sul do Brasil. As pesquisas que foram a base deste capítulo mostram os desafios enfrentados pelos agricultores para consolidar estas cooperativas, revelando a concorrência entre a construção de um projeto coletivo, concebido como forma superior de organização, e as necessidades das famílias dos agricultores.

Nesse texto se evidencia que os intentos do MST de construir uma identidade coletiva não suplantaram a raiz camponesa das famílias de agricultores envolvidas no projeto cooperativo. Ao contrário, apesar de parecer paradoxal, a análise das duas experiências demonstrou que foi no âmbito das contradições experimentadas pelos agricultores nas cooperativas que a unidade familiar ou, poderíamos dizer, as lógicas familiares tornaram-se mais ativas – o que, em certa medida, tornou o processo coletivo mais profícuo. Sublinhando a importância que as lógicas familiares guardam na construção de um projeto coletivo, o trabalho abre uma outra perspectiva de reflexão na qual a identidade coletiva não se constrói em oposição à identidade familiar, mas com e a partir desta.

O artigo de Elza de Oliveira teve por objetivo discutir o papel que o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST) desempenha dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entendendo que a comunicação é fundamental em qualquer organização ou processo social. O jornal é o principal veículo de comunicação do Movimento, identificado por seus líderes e leitores como "a voz oficial do MST". A reflexão de Elza mostra que uma das questões fundamentais para a configuração de um veículo deste porte não está resolvida para o MST: a quem o JST se destina? À massa dos sem-terra e assentados, como assinalam suas normas, aos militantes ou aos apoiadores externos do movimento? A definição do público é fundamental para determinar a forma e o conteúdo das edições e a ambigüidade em relação a isto fica demonstrada ao longo de trabalho. Mas, se de fato o jornal não chega às massas como conteúdo escrito e não cumpre todas as funções a que era destinado pelo MST, o artigo demonstra que o JST efetivamente desempenha um papel no Movimento. Se não, pergunta, como explicar sua publicação por 25 anos, o gasto de recursos financeiros e materiais, além do empenho de esforço humano necessário à sua produção e distribuição (mesmo falha)? Pela análise de Elza, o JST tem, para o público interno, uma grande credibilidade e o papel de símbolo, que se inter-relaciona e se complementa na mística. Para o público externo, o jornal é um elemento de legitimação do MST, uma forma de garantir a visibilidade de suas lutas.

O trabalho de Mariléia Tonietto analisa uma comunidade de agricultores do Município de São José dos Pinhais na Região Metropolitana de Curitiba. Tomando como referência a rota do vinho, a autora evidencia como o Rural é ressignificado com a reorganização social e produtiva promovida pelo turismo rural. Nesse contexto fica evidente a valorização da tradição local, com eventos sociais programados pelo poder local juntamente com a

comunidade formada por agricultores e por pessoas de raízes rurais cujas relações extrapolam o âmbito comunitário local.

O atual debate sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável reveste-se da maior importância para governos e sociedades, em escala planetária. É razoável aceitar a existência de uma grande diversidade de temas que podem compor uma agenda socioambiental, o que torna difícil estabelecer uma hierarquia de importância para a caracterização dos mesmos. Partindo dessa premissa, pode-se, contudo, estabelecer algumas articulações entre esses inúmeros problemas socioambientais, com os diversos ecossistemas rurais, urbanos, florestais, hídricos, costeiros, marítimos, além das dinâmicas sociais que acompanham os processos de intervenção dos mais variados atores sociais nesses ecossistemas, ou, ainda, das políticas públicas voltadas para a gestão dos recursos e patrimônios naturais ou para o estabelecimento de políticas científico-tecnológicas, compatíveis com práticas econômicas sustentáveis.

Três tópicos de caráter socioambiental contribuem para o presente livro: o planejamento energético no Brasil e o significado das resistências culturais, políticas e econômicas para a introdução de tecnologias alternativas na matriz energética dominante; a transgenia agrícola e os embates em torno da introdução e da recusa dessa nova biotecnologia no campo da produção vegetal, com ênfase no caso brasileiro; e um estudo de caso sobre o conflito social em uma unidade de conservação, no Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná.

Com o título de O Planejamento energético no Brasil: o desprezo às opções sustentáveis, Carlos Alberto Simioni dedica-se a apresentar e debater o alcance das experiências energéticas desenvolvidas no Brasil, traçando um perfil histórico das escolhas adotadas pelo Brasil nesse campo. Em que pese a energia hidráulica ser uma tecnologia de menor risco para o meio ambiente, se comparada com as de maior risco, como aquelas baseadas em recursos não-renováveis (principalmente o petróleo e o carvão mineral), os impactos sobre as populações e as limitações de ampliação de seu uso são bastante verificáveis no caso brasileiro. Além desse balanço histórico sobre o setor energético brasileiro, o autor dedica-se nesta pesquisa, oriunda de sua tese de doutorado, a fazer uma discussão sobre a difusão e as resistências para a adoção de Energias Renováveis Sustentáveis (ERSs) no Brasil, abrindo a caixa-preta das racionalidades institucionais para explorar as reais potencialidades do uso renovável e sustentável dessas novas tecnologias.

Patrícia Faraco Benthien em seu texto, Transgenia Agrícola e Modernidade: um olhar sobre as disputas simbólicas e práticas conflitivas na sociedade brasileira, fruto de sua dissertação de mestrado, aborda os conflitos materiais e simbólicos em torno da experiência recente aplicada na agricultura no Brasil. Faz uma longa incursão histórica sobre o sentido da transgenia até seus usos tecnológicos mais recentes, no caso da agricultura. A autora interessa-se igualmente por explorar a forma como os atores sociais (Mídia, Estados, Movimentos Sociais, ONGs, Empresas Transnacionais) articulam seus interesses em relação às estratégias de apoio ou de resistência a essa biotecnologia. Em se tratando de um conflito recém-instaurado e de uma realidade ainda em andamento, os desenlaces sobre os resultados advogados pelas diversas posições políticas, científicas e ideológicas são ainda objeto de acirradas disputas entre os diversos contendores.

Tânia Luiza Bonassa, com os resultados de sua dissertação de mestrado, com seu texto Estrada do Colono: conflito socioambiental e representações de natureza nas práticas discursivas, traz uma importante contribuição para a reflexão em torno dos conflitos instaurados pela política pública sobre uma Unidade de Conservação, o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná. A autora parte do conflito inaugurado pela histórica e interminável abertura da Estrada do Colono, pela comunidade local, e pelo conseqüente e renovado fechamento da mesma pelo Estado Federal. Evoca as principais razões de cada um dos atores em contenda, trazendo para o centro do conflito, por um lado, o próprio IBAMA e as ONGs, favoráveis ao fechamento e, por outro, os moradores próximos ao entorno do Parque. As razões históricas tornam a Estrada do Colono uma estratégia para reatualizar o discurso fundador da comunidade. As razões ambientais servem para tornar mais explícito o conflito entre os atores em presença. A trajetória do conflito socioambiental mostra a complexidade da inserção das comunidades nas políticas locais de gestão de uma Unidade de Conservação.

Os organizadores
Outono de 2007

PARTE 1

ESTRATÉGIAS E PROJETOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: A REPRODUÇÃO DE UM MODO DE VIDA

Edna Cristina Francisco*

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que foi a base deste artigo[1] teve por objetivo identificar estratégias de reprodução da agricultura familiar numa Área de Proteção Ambiental (APA). Para tanto, realizou-se um estudo de caso em Rio Verde, uma das comunidades rurais de Guaraqueçaba, município localizado numa APA no litoral Norte do Paraná.

A análise da reprodução da agricultura familiar, neste estudo de caso, partiu das constatações, já amplamente feitas pelos estudos rurais brasileiros, de que essa forma social de produção tem sido marcada pela resistência aos bloqueios ao seu desenvolvimento dados pela questão fundiária e pela dificuldade de acesso aos demais meios de produção. Neste sentido, tais estudos têm abordado suas estratégias de reprodução como elementos dinâmicos de adaptação e mudança que visam à perpetuação social (BOURDIEU, 1990) de seu universo e de sua identidade[2].

Pode-se citar algumas das estratégias de reprodução da agricultura familiar, como, por exemplo, as estratégias ligadas diretamente à família no que diz respeito à herança, ao trabalho, à escolarização dos filhos, como nos sugere Lamarche (1997). Também a pluriatividade pode ser considerada uma estratégia,

* Edna Cristina Francisco formou-se em Ciências Sociais na UFPR em 2001 e concluiu o mestrado em Sociologia desta mesma universidade em 2003. Já estava cursando doutorado na USP quando sofreu um acidente fatal, em maio de 2004. Este artigo constitui um resumo de sua dissertação de mestrado feito por sua orientadora no mestrado, Angela Duarte Damasceno Ferreira (e-mail: angeladdferreira2@terra.com.br). Mais do que qualquer artigo que resuma uma dissertação, este, em particular, pode trazer algumas lacunas, devido ao fato de que não foi a própria autora quem fez sua síntese. Na medida do possível, toda a estrutura da dissertação foi mantida, excetuando-se, por falta de espaço, a discussão teórica e metodológica que constavam nos dois primeiros capítulos. Também a forma de escrever original foi preservada. Ainda por falta de espaço, foram retirados os ricos mapeamentos de todas as redes descritas pela autora e que atestam o atencioso e detalhado trabalho de campo que realizou. Por isto, recomenda-se a leitura da dissertação original, disponível na Biblioteca Central da UFPR sob o mesmo título do presente artigo.

[1] Esta pesquisa, embora defendida no Mestrado em Sociologia da UFPR, integrou-se, desde seu início, no Programa de Pesquisa em Áreas Rurais de Guaraqueçaba, desenvolvido no âmbito do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR entre 1999 e 2004, em convênio com a Universidade de Paris 7 e com a Universidade de Bordeaux 2, França.

[2] São inúmeros os estudos que no Brasil e em outros países discutem a agricultura familiar no sentido exposto. Para mencionar apenas alguns que foram importantes para este trabalho, veja-se Ferreira, 2001, 1998, 1995, Lamarche, 1997, Wanderley, 1998, 1996, Brandenburg, 1999.

compreendendo-a tal como o fazem Wanderley (1996) e Ferreira (2002), para os quais ela seria uma forma de manutenção da família ou de parte dela no meio rural. Outras estratégias têm sido estudadas e mostram os esforços desses agricultores em se viabilizarem como tal: a integração - contrato de produção junto a indústrias (PAULILO, 1990), as várias formas de associativismo e cooperação (FERREIRA, 1995), entre outras.

As estratégias mapeadas pelos estudos citados constituem-se respostas dos agricultores aos desafios gerados pelos bloqueios à agricultura familiar em geral. No entanto, as famílias agricultoras que habitam Áreas de Proteção Ambiental convivem com outro bloqueio, a restrição do uso dos recursos naturais para fins produtivos ou extrativistas, o que evidencia um duplo bloqueio (Zanoni et al., 2000) ao seu desenvolvimento. Mediante este limite, que ocorre de forma menos restrita na agricultura familiar em geral, em APAs a utilização dos recursos naturais é modificada, bem como as construções sociais atreladas a esta utilização.

Dentro desse duplo bloqueio encontram-se as famílias agricultoras de Guaraqueçaba, as quais se vêem obrigadas a adaptar suas antigas formas de apropriação dos recursos naturais (o uso da terra para plantio, o uso da mata para coleta, caça e extração da madeira, o uso de rios e mares para pesca) à nova realidade. E para essa adaptação, necessariamente rearticulam os recursos sociais disponíveis por meio de diferentes estratégias.

Como (...) restam ainda inúmeras questões acerca destas populações locais, não somente no sentido de aprofundar o conhecimento das suas estratégias de sobrevivência em uma Área de Proteção Ambiental como, igualmente, identificando como tais estratégias se articulam com as estratégias comuns a agricultores familiares de outras regiões, como sugere Zanoni et al. (2000, p.54), a problemática geral dessa pesquisa situa-se em torno das relações entre a geração de estratégias e a reprodução da agricultura familiar numa Área de Proteção Ambiental. Ou seja, diante deste duplo-bloqueio, como têm sido engendradas estratégias de reprodução pelos agricultores familiares?

No âmbito do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, ao qual esta dissertação está vinculada, têm sido estudados os modos de vida de agricultores numa Área de Proteção Ambiental que se tornou mundialmente conhecida por comportar uma Reserva de Biosfera da UNESCO, a APA de Guaraqueçaba. A preservação ambiental, neste caso, fez com que os agricultores constituíssem formas de ocultamento (SANTOS, 2002) ou clandestinidade de suas atividades produtivas e extrativas, o que tem implicado o aumento

de penosidade física e sobretudo moral entre estes (FERREIRA et al., 2002). Estes trabalhos sugerem que a geração de estratégias esteja ligada à formação de redes sociais. Neste sentido, Zanoni et al. (2000) afirmam:

> As particularidades envolvendo a atividade de extração e beneficiamento clandestino do palmito permitiram a formação, no litoral do Paraná, de uma intricada e complexa rede social envolvendo a família, a parentela e a comunidade em geral. Essa rede, ao mesmo tempo em que recria a solidariedade, deu origem a novas hierarquias de poder em nível local e mesmo regional. As atividades de extração e beneficiamento do palmito são, para significativo segmento dos agricultores familiares do litoral norte do Paraná, um importante e incontornável meio de assegurar a reprodução familiar no meio rural. Envolvem freqüentemente mais de um membro de cada família nuclear, além de integrar membros da família extensa – como afirmou um agricultor local, "nada melhor do que contar com quem a gente confia para fazer uma atividade que é proibida". (Zanoni et al., 2000, p.51)

Também se identificou a construção de estratégias mediante a mobilização de redes sociais em outro trabalho[3] realizado no âmbito do mesmo Programa, em abril de 1998, em Guaraqueçaba. Este teve por objetivo caracterizar a pauta alimentar e a origem dos alimentos em Batuva, uma das comunidades rurais desta região. Como resultado, evidenciou-se a importância da autoprodução da maior parte dos alimentos consumidos, bem como das redes sociais que viabilizavam a garantia ao acesso desta pauta, seja na doação de alimentos a famílias em situação de insegurança alimentar, seja mesmo com a troca de alimentos.

Partindo dessas constatações, a pesquisa procurou verificar a relação entre, de um lado, a mobilização de redes sociais e a reatualização da sociabilidade comunitária e, de outro, o acesso à terra, à alimentação, ao trabalho. Para tanto, partimos da compreensão da discussão sobre reprodução em Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1986, 1990, 1992, 1996) como um processo dinâmico de adaptação e permanência, retomamos as noções de habitus (BOURDIEU (1996, 1986, 1992) e estratégia (BOURDIEU, 1990, 1986).

É o patrimônio sociocultural, tal como nos sugerem Lamarche (1997, 1998) e Wanderley (1996), que fundamenta o habitus do agricultor familiar, o qual gera soluções para a garantia do seu modo de vida (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1977; WANDERLEY, 1996; LAMARCHE, 1997, 1998; BRANDENBURG, 1999; BRANDÃO, 1981).

[3] FRANCISCO, E. Caracterização dos padrões alimentares em áreas rurais do litoral do Paraná: Estudo de caso em Guaraqueçaba. In EVINCI – EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, VIII, 2000, Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

A formação de redes sociais nas comunidades rurais de Guaraqueçaba, como pudemos ver em Zanoni et al. (2000) e Francisco (2000), se otimiza pelas relações de interconhecimento (MENDRAS, 1978; WANDERLEY, 1996), que são a marca específica de sua sociabilidade. Outros trabalhos já evidenciaram a existência e importância destas relações de interconhecimento na geração de estratégias ligadas à mobilização de trabalho (BRANDÃO, 1981; ANTÔNIO CÂNDIDO, 1977), ao acesso à terra (GODOI, 1999; HEREDIA, 1979) e à alimentação (BRANDÃO, 1981; ANTÔNIO CÂNDIDO, 1977, FRANCISCO, 2000) no meio rural.

Para discutir essa problemática geral de reprodução da agricultura familiar em APAS, realizou-se um estudo de caso na comunidade de Rio Verde, Guaraqueçaba, viabilizado metodologicamente por duas abordagens complementares, quantitativa e qualitativa.

Nessa comunidade, procurou-se analisar as estratégias de reprodução identificadas no que se refere ao acesso à terra e ao trabalho, visto que este acesso está mediado pelas famílias e redes sociais.

Também se analisaram as condições e estratégias de acesso à alimentação. A partir da pauta alimentar dos agricultores, procurou-se investigar a origem dos alimentos para identificar as estratégias de acesso a este e os elementos simbólicos da comensalidade como parte fundamental do modo de vida.

Outra dimensão relevante deste modo de vida que se pretendeu analisar foi a sociabilidade das festas, dos jogos, dos pátios e das soleiras das portas.

Nesse percurso procurou-se reconsiderar a discussão sobre a relação entre as redes sociais, a sociabilidade e a reprodução do modo de produzir e de viver da agricultura familiar, referindo-a à realidade de bloqueio que é produzida pelas restrições próprias às APAs.

2. RIO VERDE EM GUARAQUEÇABA

2.1. LOCALIZAÇÃO, ASPECTOS HISTÓRICOS E SUA INSERÇÃO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA

Rio Verde é uma comunidade rural do município de Guaraqueçaba. O acesso à sede do município de Guaraqueçaba é possível via marítima (barco que sai de Paranaguá) ou terrestre (ônibus de Morretes, Antonina, Paranaguá ou Curitiba) através da

PR 406 (Antonina – Guaraqueçaba). O acesso à Rio Verde depende da linha Guaraqueçaba-Batuva.

Observou-se que existe grande mobilidade da população de Rio Verde para Batuva, uma comunidade vizinha e para a sede do município de Guaraqueçaba. Em Batuva, trocam dias de trabalho, visitam parentes e usam o telefone comunitário disponível nesta comunidade em dias de semana e finais de semana. Durante a semana, especialmente segunda e sexta-feira, vários moradores vão até a sede do município, onde realizam a compra de mantimentos, utilizam determinadas instituições como correios, banco e telefone.

Vale a pena lembrar, em se tratando do acesso, que a PR 406 é recente, data de 1970. A estrada de acesso a Batuva foi feita em 1985. Assim, o acesso e a mobilidade da população foram modificados. Se, de um lado, os recursos sociais (no caso a mão-de-obra) da agricultura sofreram a influência desta mudança, por outro lado houve assoreamento dos rios devido aos aterros das rodovias e estradas vicinais (PEREIRA et al., 1998, p.6). O escoamento da produção se transformou, bem como a extração e fabricação artesanal das canoas que transportavam a produção.

A população das comunidades de Rio Verde e de Guaraqueçaba em geral descende originalmente de índios e de europeus (que aportaram em Guaraqueçaba no início do século XVI), principalmente portugueses e também escravos trazidos da África.

Em se tratando da agricultura, Miguel (1997) considera que até o final do século XIX a ocupação do município pouco se alterou desde sua colonização, a não ser pelos impactos próprios da mineração[4] – principalmente feita por portugueses – ocorrida neste século. A agricultura desenvolvia-se, por um lado, em latifúndios tocados pelo regime de trabalho escravo; e por outro, por meio de um pequeno campesinato. Na transição para o século XX houve melhoria no transporte fluvial, a abolição da escravatura e o abandono das terras pelos grandes proprietários escravistas, o que ocasionou, por conseqüência, mudanças nas relações entre a sociedade e o meio natural, já que parte importante das terras ficou sem exploração.

Nessa época ocorreu grande desenvolvimento da produção de banana, que era vendida para os países da Bacia do Prata. Modificaram-se as relações de trabalho, ocorreram fluxos migratórios e maior ocupação e exploração do espaço. Foi a época de maior "prosperidade" de Guaraqueçaba, segundo esse autor.

[4] Segundo BEHR (1998), entre 1930 e 1940 a descoberta de uma mina de outro no local onde hoje existe a comunidade de Serra Negra atraiu vários mineradores e aventureiros.

Além da banana, eram lavouras importantes no começo do século passado o arroz e a mandioca. A pesca e extração da madeira também eram atividades econômicas significativas. Miguel (1997) identifica como lavouras de subsistência a mandioca, o feijão, o milho e o café. Além disso, a criação de suínos era muito mais significativa do que a de bovinos.

Em 1930 começa a crise da produção da banana e arroz, devido aos altos índices de produtividade das lavouras do Estado de São Paulo, além do fortalecimento agrícola dos planaltos no Paraná. Finalmente, em função da precariedade das condições de escoamento da produção (com o desmatamento devido à intensificação da produção os rios começaram um processo de assoreamento) e da crise dos países da Bacia do Prata que compravam a banana, a demanda dos produtos de Guaraqueçaba diminui significativamente.

Os camponeses que tinham acumulado algum capital conseguiram aos poucos adaptar suas atividades para outras explorações. No entanto, a maior parte destes entrou num processo de pauperização. Intensifica-se o extrativismo de madeira e palmito. Até que, em 1950, a demanda de palmito em São Paulo aumenta e em 1951 uma fábrica se instala em Guaraqueçaba.

Com a construção da PR 406, novos atores sociais migram alterando a estrutura fundiária (principalmente por meio da grilagem) ao estabelecer grandes fazendas de exploração de búfalos e extração de recursos florestais, como os casos da madeira e do palmito, aproveitando também dos incentivos governamentais existentes na época. Houve incentivo de produção do café, em 1970 por meio do Instituto brasileiro do Café, mas não foram obtidos bons resultados.

Essa breve retomada de alguns aspectos da agricultura que se desenvolveu em Guaraqueçaba procura evidenciar elementos da história dos sistemas de produção, da mobilização de mão-de-obra e da comercialização. O objetivo aqui é o de estabelecer alguns parâmetros que possam situar a discussão sobre as condições de reprodutibilidade da agricultura em Rio Verde.

Em relação aos sistemas de produção, percebeu-se que em Rio Verde a agricultura é basicamente de subsistência, principalmente em relação ao plantio de arroz, feijão e mandioca. O plantio de milho para suínos diminuiu muito, inexistindo na maior parte dos estabelecimentos em função da falta de terras disponíveis. Além disso, o milho não é um item essencial na sua pauta alimentar, ao contrário do arroz, do feijão e da mandioca.

Quanto à mobilização de mão-de-obra da força de trabalho, persiste a utilização da mão-de-obra preferencialmente da família. No entanto, os mutirões, comuns antigamente, raramente acontecem hoje.

Os produtos básicos de comercialização em Rio Verde são, em ordem do número de estabelecimentos envolvidos: banana orgância, banana, palmito. A comercialização da banana orgânica é recente em Rio Verde, se faz mediante os projetos em andamento geridos pela associação e Ongs, o que se relata a seguir. A banana, que já foi responsável pela maior parte da comercialização em Guaraqueçaba na época de maior prosperidade do município, volta a ser importante em Rio Verde e Batuva, mais que em outras comunidades.

A extração e comercialização do palmito se faz em Rio Verde, bem como em outras comunidades, embora a maior parte de forma clandestina.

A APA de Guaraqueçaba foi criada em outubro de 1985. Abrange todo os município de Guaraqueçaba e parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul. São 313.400 ha de estuário, ilhas, manguesais, planície litorânea, serra e planalto. Possui a maior área de Floresta Atlântica ainda preservada no país.

Pela lei que criou a APA, a reprodução de famílias agricultoras estaria assegurada. No entanto, segundo Zanoni et al. (2000), a criação da APA gera restrições às práticas dos agricultores familiares principalmente no que diz respeito à atividade agrícola, o que também pôde ser identificado em nossa pesquisa.

A questão da conservação de áreas e seu impacto sobre o modo de vida das populações locais tem sido amplamente discutida (DIEGUES et al., 1999), (ZANONI et al., 2000). Em Rio Verde, procurou-se reconstituir o modo de vida dos agricultores no sentido de identificar as estratégias de reprodução que tem engendrado para enfrentar tanto os bloqueios gerais à agricultura familiar como os bloqueios oriundos da transformação de sua área em APA. Pois, mediante as restrições como no acesso à terra destinada à agricultura, transformam-se as estratégias de acesso ao alimento, antes preferencialmente garantido pela agricultura de subsistência. Atualmente elementos básicos de sua pauta alimentar são comprados. Além disso, modificam-se as relações de trabalho, além do próprio processo de trabalho e até mesmo do não-trabalho, porque o tempo do lazer se modifica também.

Cabe ainda ressaltar que outros processos, além das restrições ambientais, agem sobre a produção e reprodução do modo de vida

das populações moradoras destas áreas. Neste caso Diegues (1999) aponta o surgimento de igrejas crentes e o turismo. Na comunidade de Rio Verde não existem ainda programas turísticos. No entanto, a instituição da igreja evangélica interferiu principalmente nas relações de trabalho, proibindo seus fiéis de participarem de mutirões. Bailes e festas, como veremos no capítulo cinco, são também proibidos aos seus fiéis, caracterizando modificações da sociabilidade vivenciada nesses momentos de lazer.

2.2. AS FAMÍLIAS E OUTRA INSTITUIÇÕES PRESENTES OU QUE ATUAM EM RIO VERDE

Em Rio Verde vivem atualmente 38 famílias. Pudemos evidenciar que, destas, 34 possuem vínculos de parentesco com uma das três famílias mais antigas da região, as quais fundaram a comunidade: os Viana, Galdinos e Pontes. As famílias nesta comunidade possuem em média 4 (4,38) membros. A maior parte dos filhos (78 no total, 50% da população da comunidade) tem até dez anos.

Em nossa pesquisa de campo, observou-se que as crianças até 10 anos não participam efetivamente do trabalho. No grupo de 11 a 15 anos, no qual estão 15 adolescentes, 9 moram em Rio Verde e estudam em Guaraqueçaba e trabalham parcialmente no estabelecimento da família. Diferenciamos um terceiro grupo, de jovens de 16 a 20 anos, porque em Rio Verde, bem como em Batuva, os jovens casam-se nesta faixa etária. Portanto, ter filhos nesta idade pode não significar mais mão-de-obra, pois em geral já estão construindo sua casa e sua família. Tal como pudemos perceber em Chayanov (1966), Mendras (1979) e também Antônio Cândido (1979), as famílias de agricultores são freqüentemente obrigadas a mobilizar fora do núcleo familiar o trabalho necessário para garantir o seu consumo, o que se verifica em Rio Verde.

Durante a pesquisa identificaram-se algumas raras instituições atuantes em Rio Verde, como a escola, duas igrejas (uma Evangélica e uma Católica), a Associação de Produtores de Rio Verde, a ONG Terra preservada & SPVS (Sociedade de Proteção à Vida Selvagem), a Polícia Florestal. O Estado é quase inexistente: limita-se à atuação por meio da escola, polícia e um agente de saúde.

Em Rio Verde existe uma escola primária. Nela, apenas um professor ministra aulas para todas as séries (1ª à 4ª séries) simultaneamente. Salvo em Tagaçaba, onde existe escola de 5ª à 8ª série, os adolescentes que desejam continuar os estudos devem fazê-lo na sede do município, tomando o ônibus todos os dias às 11h30 e retornando às 18h00, o que implica a reorganização do trabalho da família que depende desta mão-de-obra.

No início da pesquisa de campo, imaginou-se que Rio Verde era uma comunidade "fechada" em função do difícil acesso, de grande parte dos chefes ser natural da comunidade e de poucos filhos terem saído da comunidade nas duas últimas décadas. Mas percebeu-se durante a pesquisa que se trata de uma comunidade bastante integrada às dinâmicas de Guaraqueçaba e das outras comunidades, principalmente no que se refere ao lazer, ao comércio e serviços.

Por meio do projeto da Terra Preservada e SPVS criou-se uma rede de relações entre os agricultores e compradores intermediada pelos técnicos dessas entidades. Mesmo sem a integração de todos os produtores da comunidade é inegável a existência de trocas materiais e simbólicas nesta rede de produção, certificação e comercialização da banana.

Durante o momento de conversa dos homens no bar, nos finais de tarde, trocam-se várias informações e notícias. Eles discutem, por exemplo, as conseqüências da lei ambiental, os preços e as condições de trabalho. Estas conversas não envolvem toda a comunidade simultaneamente, mas as notícias percorrem a maior parte desta ao passar dos dias.

A grande mobilidade da população de Rio Verde para a sede do município garante a condição de manutenção de relações com pessoas de outras comunidades que também vão até a sede, bem como parentes e amigos que moram nela. Tanto o é que sempre que chegávamos à Guaraqueçaba encontrávamos moradores de rio Verde, de Batuva e outras comunidades comprando, conversando, ou seja, reatualizando suas relações além das compras.

Outra importante forma de reatualização das relações se dá nos momentos de sociabilidade inerentes às atividades de lazer como nos torneios e campeonatos de futebol – que reúnem todas as comunidades e sede, bem como festas e bailes.

2.3. OS DOMICÍLIOS EM RIO VERDE

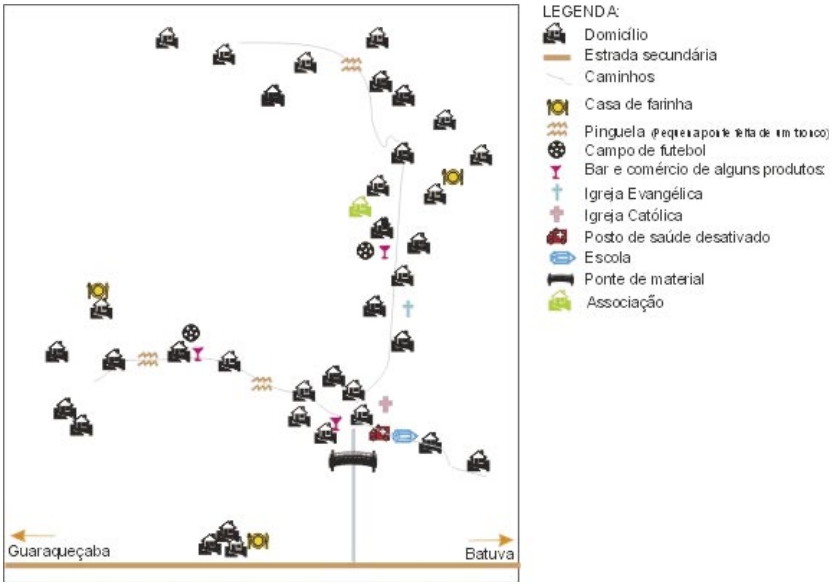
A maior parte dos domicílios em Rio Verde é construída a meio metro do chão, com tábuas de madeira (sem sarrafos) extraídas da mata. Sem forro em 73,5% dos casos, atualmente são cobertos por telhas de amianto, o que gera um calor excessivo dentro das casas, no verão. Com poucos móveis, em geral existe uma cama no quarto com uma prateleira, fogão na cozinha, mesa e algum banco. Na sala, não raro encontramos uma pequena prateleira que sustenta o rádio de pilhas, presente em quase todos os domicílios. Assim, existe uma pequena sala, em geral sem móveis, uma cozinha maior que a sala e quase sempre dois quartos: um para o casal e filhos até mais

ou menos 3 anos e outro para os outros filhos. Os banheiros são externos, conhecidos por "casinhas".

Entre os 36 domicílios apenas sete possuem banheiro interno. Ainda entre este pequeno grupo, três domicílios são de alvenaria, os demais são mistos (parte em madeira, parte em alvenaria). As famílias que centralizam as redes de trabalho e de alimento habitam estes domicílios. Estas famílias são também aquelas que possuem melhor nível de vida (no caso o que chamamos de nível de vida médio-alto, conforme a classificação feita para todas as famílias de Guaraqueçaba[5]).

Na figura a seguir encontram-se os 36 domicílios onde vivem seus 158 habitantes[6] , bem como as casas de farinha, escola, posto de saúde, pontes, caminhos, bares, campos de futebol e igrejas, Associação de produtores de Rio Verde e piladeira de arroz:

Figura 1: REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DE RIO VERDE



Fonte: Pesquisa de campo de jul.-out. de 2002

[5] O nível de vida é um indicador que caracteriza o acesso a alguns bens por domicílio. Para tanto, foram atribuídos diferentes escores para cada elemento que compõe este indicador, segundo as percepções dos agricultores (o que foi perguntado durante o pré-teste da enquete): a) acesso à luz elétrica; b) existência de forro; c) existência de banheiro interno; d) existência de eletrodomésticos – televisão, geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, aparelho de som; e) acesso à meio de transporte – bicicleta, cavalo, carroça, moto, carro. Atribuiu-se aos diferentes intervalos de escores a graduação: nível de vida baixo, médio baixo, médio e médio-alto.

[6] Que correspondem a 5,4% da população das comunidades rurais de Guaraqueçaba. Fonte: enquete de 2000.

Rio Verde é uma das comunidades de Guaraqueçaba onde existem mais famílias com indicador de nível de vida baixo ou médio baixo. Mesmo baseado na existência de eletrodomésticos, meios de transporte, acesso à luz elétrica e condições físicas do domicílio (banheiro interno, forro), este indicador é uma referência para a compreensão da vida cotidiana das pessoas desta comunidade. Pois, estratégias identificadas na pesquisa, como a utilização comunitária de eletrodomésticos e utensílios em geral, se fazem necessárias em função da escassez dos mesmos.

Em Rio Verde, 76,5% dos domicílios são abastecidos por energia elétrica, embora a maior parte destes faça "rabicho" (ligação clandestina) e dividam informalmente a conta. A ligação de luz que movimenta o ralador na casa de farinha da região de Rio Verde, por exemplo, fornece energia para mais quatro casas. É importante notar que a rede de energia elétrica somente chegou à cidade em 1980 por meio da Copel. Até essa data, a luz advinha de geradores que forneciam energia até as 22h00 (BEHR, 1998, p.32). No entanto, nas comunidades rurais a rede foi sendo implantada depois de 1980.

Duas famílias possuem carroças; existe apenas um carro na comunidade que é de uso dos produtores associados (atualmente 14), já que fora uma aquisição da Associação de Produtores de Rio Verde. A metade das famílias possui bicicleta.

Essa classificação domiciliar do nível de vida correlacionada ao acesso ao trabalho e ao alimento, permitiu, como se verá adiante, identificar algumas hierarquias locais. As famílias que possuem as melhores condições de vida centralizam redes de mobilização de trabalho, de doação de alimentos, de mobilização de atividades de lazer.

3. O ACESSO À TERRA

3.1. RIO VERDE, AS FAZENDAS CIRCUNVIZINHAS E A LEI AMBIENTAL

A história do acesso à terra, seja em Rio Verde, seja em outras comunidades Guaraqueçaba, é marcada pelo conflito com grandes latifundiários. Atualmente, a comunidade está cercada por grandes fazendas.

A situação atual é resultado do processo de concentração de terras que tem ocorrido desde 1960 em meio aos conflitos travados com a população local. Em Rio Verde, nessa época, houve vários conflitos com a madeireira que se instalou (grilando terras) próxima

à comunidade. Outras fazendas se instalaram na localidade para explorar a extração de palmito e criação de búfalos.

Esse tipo de conflito pela terra pode ser considerado como um bloqueio geral que marcou a agricultura familiar no Brasil. Em Guaraqueçaba, as atividades de extrativismo agravam o problema porque não há limites para o avanço dos empregados das fazendas na busca de extração de madeira e de palmito (entre os agricultores familiares há um acordo verbal sobre tais limites). Além desta especificidade, há também o fato de que o acesso do uso da terra tem sido mediado também pelas restrições geradas pela criação da APA. A história da exploração dos recursos naturais levou à degradação ambiental, fruto da diminuição dos palmitais nativos e do desmatamento de áreas de florestas para a formação de pastagens para criação de búfalos. A legislação ambiental procurou, a princípio, regulamentar essa excessiva degradação, mas freqüentemente incidiu de forma drástica sobre os agricultores familiares. Zanoni et al. (2000) identificam os seguinte grupos de restrições geradas por esta legislação:

a) Autorizações obrigatórias para desmatamento e roçada, proibidas na maior parte dos casos, mas autorizada, se em pequena escala, para a subsistência do agricultor. No entanto, burocraticamente lentas, freqüentemente comprometem o plantio na época devida;

b) Proibição de desmatamento nas margens dos cursos d'água. Entretanto, o milho e a banana seriam culturas passíveis de cobertura desta faixa de solo sem prejuízo ambiental, o que ampliaria inclusive as áreas de plantio;

c) Restrição de desmatamentos nas encostas e terrenos baixos, o que compromete a reprodução das lavouras de arroz, feijão, milho e mandioca porque o período de pousio diminui.

A criação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba interfere, portanto, nas práticas e técnicas dos agricultores locais, já pressionados pelas fazendas circunvizinhas. A escassez de terra fica mais premente e interfere nas lógicas de acesso à terra das famílias.

Sob a perspectiva de uma lógica familiar na reprodução do estabelecimento, a terra é vista como um patrimônio que garante a reprodução da família. Estar na sua terra, plantar nela e sobreviver desta relação implica atribuir a esta terra vários valores simbólicos. Nesse sentido, assim como para os camponeses pesquisados por Heredia (1979), a terra é para eles a morada da

vida. É a existência do patrimônio sociocultural, do habitus destes agricultores familiares, que dá à relação com a terra, um recurso material, uma dimensão também simbólica de reprodução de todo um modo de vida.

Ao contrário do acesso mediado pela parceria como descreve Antônio Candido, em Rio Verde trata-se de proprietários. Cada nova família toca um pedaço de terra, além de construir seu domicílio na "terra da família". Na pesquisa de campo realizada em 2000, de caráter censitário, o estudo do acesso da terra nos revelou a existência de poucos imóveis em rio Verde e vários estabelecimentos e domicílios ligados a estes[7]. A terra é em geral de um ancestral comum.

Em Rio Verde, trata-se de três ancestrais: o da família Galdino, Viana e Pontes. Todas as famílias que compõem a comunidade se identificam a uma destas descendências (exceto uma família que veio da Bahia). Esta identidade, além de caracterizar a comunidade, define a utilização das terras: não existem cercas, cada família nuclear (ou conjunto destas, no caso de pai e filho recém-casado, por exemplo) toca uma porção ou estabelecimento.

Além do parentesco, existem famílias que possuem laços de compadrio e de longa amizade que legitimam a ocupação compartilhada do imóvel, ou melhor, da "terra da família".

O tamanho dos estabelecimentos é pequeno e não pode ser ampliado, dado o cercamento da comunidade por grandes fazendas que não cedem área em parceria ou arrendamento, nem vendem pequenas áreas. Além disso, a área explorada também é pequena e não pode se expandir, já que a derrubada da mata é proibida, seja para pousio, seja para uma nova roça. Diante desse impedimento, os agricultores recorrem à estratégia que Santos (2000) chama de "roças ocultas" ou escondidas em áreas de mata.

A reprodução dos estabelecimentos do ponto de vista do acesso à terra está mais comprometida desde a instituição da APA, principalmente porque afeta o antigo sistema de pousio praticado. Por meio deste, os locais "de roça" eram mudados para a terra "descansar", o que garantia maior produtividade[8]. Agora, as porções de mata que seriam derrubadas dentro da lógica do pousio não podem mais ser utilizadas. Esta impossibilidade de manejo do uso do solo os obriga a reutilizar exaustivamente a mesma parcela de terra, o que diminui a produtividade, entre outras conseqüências

[7] Um estabelecimento pode ser tocado por uma ou mais famílias, e os domicílios destas podem estar dentro deste estabelecimento.

[8] Como vimos há pouco, no começo do século passado o pousio se dava num intervalo de 15 anos. Em 1970, de seis anos. Alguns agricultores citaram o período de três anos, atualmente.

ambientais. Como não têm recursos nem assistência técnica para melhorar a qualidade do solo de forma convencional ou na forma apropriada acima, é difícil recuperar a fertilidade.

A maior parte da produção desses estabelecimentos destina-se à subsistência, salvo o plantio de banana e palmito, que não é praticado por todas as famílias. A menor produtividade[9] implica diretamente carência alimentar.

Assim como a alimentação, também o trabalho é transformado. As parcelas de terra que antes o absorviam têm sido reduzidas desde a implantação da APA. O trabalho numa parcela menor tem se intensificado, pois a falta de pousio longo aumenta a demanda de capinas e por conseqüência utiliza-se mais mão-de-obra e obtém-se menos alimento. Sendo assim, outras estratégias vão sendo engendradas, como veremos posteriormente.

3.2. O SIGNIFICADO DA TERRA COMO PATRIMÔNIO E A APA

> O coração da gente está aqui nesta terra. A lei dói pra gente, é como se a gente não soubesse cuidar do que a gente gosta (Srª O., jul/2002, Rio Verde).

Em Rio Verde não existem cercas, mas a população sente-se presa a uma lei que restringe a liberdade que ela possuía na relação com as suas terras. Os agricultores reivindicam a liberdade anterior, de continuar utilizando a terra, como faziam há décadas.

Para entender a relação com a terra, faz-se necessário o conhecimento deste modo de vida em suas múltiplas dimensões. Porque, se de fato o aceso à terra em Rio Verde está ligado ao valor simbólico atribuído a ela, a terra é a extensão do seu lar, portanto, os próprios agricultores teriam interesse em preservá-la.

Assim, a terra, vista como parte de seu patrimônio, de seu modo de vida, é algo a ser preservado, desde que esteja assegurada também a condição de reprodução do modo de vida. Do contrário, estaríamos tratando de uma área de natureza intocada, o que não é o caso da legislação de Áreas de Proteção Ambiental. Estas devem assegurar a reprodução do modo de vida em sua totalidade, da terra e do homem.

No entanto, no discurso dos agricultores existe uma grande incompatibilidade entre a "Proteção Ambiental" e as suas condições de vida: aquela impede estas.

[9] É importante lembrar que se trata também de um solo considerado não muito produtivo. Logo, mesmo inexistente a restrição de uso, a produtividade seria menor que outros locais do estado e do país.

Se o acesso à terra atualmente tem sido penoso em função dos conflitos fundiários e da diminuição da fertilidade, moralmente a penosidade é também significativa. Trata-se, neste caso, da conseqüência das ações punitivas da polícia florestal, que lhes fazem sentir como ilegítimos naquela área.

Ao interferir no acesso à fonte de seu modo de vida, a sua reprodução familiar e de sua identidade como agricultores está comprometida. Moralmente é penoso estar impedido de usar o que é seu física e materialmente.

A penosidade moral, que pode ser atribuída às restrições no acesso à terra numa APA, é identificada também na alimentação. Pois, dentro da lógica do agricultor familiar, produzir seu alimento é uma das condições físicas e simbólicas de se reproduzir. Pelo trabalho que produz o alimento, vivencia-se uma sociabilidade específica, seguida da comensalidade. Como conseqüência da falta de áreas para plantio de subsistência, a reprodução destas dimensões de seu modo de vida fica comprometida.

Sendo assim, as ações que punem as lavouras de subsistência são as que inspiram maior penosidade moral, em certa medida, insegurança alimentar. Pois o alimento e todo o complexo sistema social e simbólico que o transforma em "comida da gente" é posto em risco.

4. O ACESSO À ALIMENTAÇÃO

4.1. A PAUTA ALIMENTAR

Ao investigar a alimentação em Rio Verde a princípio nos detemos à definição da pauta alimentar, da origem dos alimentos e das estratégias construídas para a obtenção do alimento necessário para a reprodução da família, ou seja, as alternativas de acesso ao alimento (BRANDÃO, 1981, p.41).

Entretanto, durante a pesquisa de campo percebeu-se a importância que a comensalidade teve no processo de construção e manutenção de relações. Esta descoberta sensibilizou a pesquisadora a investigar significados simbólicos ligados à produção, à escolha, ao preparo e à partilha dos alimentos como parte da reprodução do modo de vida destes agricultores.

A alimentação, em Rio Verde, se caracteriza por quatro refeições principais: café da manhã, entre 6h30 e 8h00; almoço, entre 11h30 e 12h30, café da tarde, entre 16h30 e 18h00 e jantar, entre 20h00 e 21h00. Não é comum comer entre as refeições, salvo

as crianças, que se alimentam de banana e outros frutos colhidos (beija-uva, coquinhos etc.).

No entanto, alguns entrevistados lembram que antigamente o horário das refeições era diferente, pois acordava-se mais cedo para "dar conta de todo trabalho". A mudança de horários está ligada ao ritmo de trabalho. E, nesse caso, pode-se dizer que o tipo e o volume de trabalho estão se modificando. As restrições de uso do solo, por se tratar de uma APA, têm diminuído o tamanho das roças e comprometido também o pousio, o que reduz o trabalho, a produtividade e, por conseqüência desta, o volume de alimentos produzidos. Esta situação tem levado os agricultores a desenvolver novas estratégias, como a compra de produtos e a mobilização de redes de doações.

Essas estratégias articulam o conjunto de elementos de seu patrimônio sociocultural, entre eles os hábitos alimentares.

Em geral, o dia se inicia com café puro adoçado com açúcar refinado acompanhado ou não de alguma "mistura de café". Neste caso, são considerados mistura: mandioca, arroz ou cuscuz de arroz, batata doce, inhame cozidos em água; bolinhos de trigo ou trigo com banana fritos; bolacha de água e sal, raramente pão. O almoço é basicamente composto de arroz e feijão, mas nem sempre e este em menor quantidade, tal como observou Brandão (1981): "Em Mossâmedes o feijão é comido como um complemento do arroz e em muito menor quantidade diária do que este" (BRANDÃO, 1981, p.32).

O feijão é uma cultura que naturalmente, em função do tipo de solo e clima de Guaraqueçaba, tem pouca produtividade. Além disso, com as restrições legislativas, o pousio diminuiu, e, como é essencial para o feijão, a produtividade tem decaído. O número de capinas aumentou, o que demanda sazonal de maior mobilização de mão-de-obra.

A estocagem de feijão, em função da temperatura elevada, favorece o aparecimento de caruncho. Além disso, a segunda fase do plantio, que é de janeiro a março, coincide com a época de trabalho com o arroz, inviabizando a mobilização de trabalho já ocupado com o arroz.

Dá-se então preferência ao plantio arroz, e combinam-se fatores naturais, como a maior facilidade de cultivo e simbólicos, pois o arroz é valorizado como produto fundamental da pauta alimentar.

Além da maior quantidade de arroz, em comparação com o feijão, no almoço ainda observa-se em Rio Verde a mistura de

almoço, em geral lingüiça, frango ou carne de gado comprados e comidos em pouca quantidade.

Percebeu-se que a carne de caça é uma fonte protéica importante, já que o acesso a outros tipos de carne é financeiramente difícil. Observaram-se também as redes formadas em função desta atividade. Do ponto de vista da comensalidade, a caça é um alimento raro, extremamente apreciado. Antes das proibições em função da legislação quanto à caça, os agricultores relatam que comiam mais caça. Na situação atual, diminui-se a ingestão de proteínas diárias. O café da tarde é o mesmo da manhã, bem como o jantar é o mesmo do almoço. Em geral, prepara-se mais almoço, o suficiente para sobrar para o jantar ou "para alguém que não tenha almoço"[10].

A partir de agosto começa a época de pesca nos rios, o que incrementa a dieta dos agricultores com pequenos peixes no almoço e jantar, fritos[11]. Ocorre também maior abundância de frutas. A colheita da banana, que é comercializada, é quatro vezes maior que nos meses de inverno.

Ainda sobre o arroz, este é considerado como a base de sua dieta. Atualmente é plantado somente para o consumo; colhe-se em maio. Por volta de 1930, foi amplamente produzido e comercializado, bem como a banana.

Além de ser a base calórica de sua dieta, o arroz possui significado simbólico importante. Uma das facetas de significação simbólica é o fato do arroz estar relacionado à riqueza e abundância. Como Brandão (1981) sugere, as famílias relacionam a carência deste a piores condições de vida: "Mais do que qualquer outro produto da terra, o arroz é, durante o ano todo, o alimento de base em toda região. Considera-se que uma família é muito pobre quando não consegue guardar sequer arroz para todo o ano, não possuindo também dinheiro suficiente para comprá-lo quando o da roça acaba (...)" (BRANDÃO, 1981, p.32). Durante as pesquisas anteriores em Rio Verde, bem como em Batuva e Utinga, sempre que se estabelecia uma relação de maior confiança, os pesquisadores eram convidados à "ver o arroz". Em geral estocado num monte, ocupava diferentes locais na casa ou paiol: sala, quarto, anexo. Nesta pesquisa, durante a qual dedicou-se mais tempo às visitas e conversas, foram encontradas várias "camas de arroz", apresentadas sempre com muito orgulho, simbolizando a fartura: "Comida aqui não vai faltar, vai sobrar

[10] Vale a pena citar o relato de uma senhora que me explicava o quanto as pessoas da cidade são diferentes das do campo porque "Passar fome mesmo a gente não deixa. Sempre vai ter um prato de comida a mais. Outro dia apareceu aí um homem que veio a pé de Guaraqueçaba. Estava branco de fome, aí a gente deu comida. Ele nem acreditou. Agradeceu muito e foi embora".(O, 50 anos, 08/02, Rio Verde).

[11] O consumo de óleo de soja é grande. Em geral frita-se diariamente bolinhos de manhã, à tarde e no almoço e janta no caso de peixes e lingüiça. Antigamente usava-se a banha do porco no lugar do óleo.

arroz este ano, então a gente tá dando pros filhos também" (Srª O, Rio Verde, ago., 2002).

Outra constatação é que a maior parte das doações e partilha de alimentos é feita com arroz, em menor quantidade feijão, mandioca, peixes. As famílias que possuem arroz em "abundância" (que dura para o ano inteiro) centralizam as redes sociais identificadas.

Dos alimentos consumidos, é sinal de vergonha e extrema carência não possuir arroz e farinha de mandioca. Em geral, constatou-se uma pequena diversidade das pautas alimentares, mas variável entre as famílias.

Quando relacionamos o nível de vida e a pauta alimentar dos 23 domicílios pesquisados no recordatório alimentar, temos a tabela 1:

Tabela 1: PAUTA ALIMENTAR E NÍVEL DE VIDA EM RIO VERDE

Nível de vida dos 23 entrevistados	Pauta+ variada	Variada	Média	Pouco variada	Pouquíssimo variada
Médio-alto(4)		3 famílias	1 família		
Médio (5)	2 famílias	3 famílias			
Médio-baixo (2)			1 família	1 família	
Baixo		7 famílias	3 famílias	1 família	1 família

FONTE: Enquete/Recordatório 24hs de agosto de 2002.

Pode-se constatar que:

a) As famílias que possuem nível de vida médio ou médio alto possuem pautas alimentares entre mais variada, variada ou média, sendo que a maior parte delas possui pauta alimentar variada.

b) Entre as 14 famílias com nível de vida médio-baixo ou baixo (representadas em vermelho), a metade possui pauta variada; as outras possuem pauta média, pouco ou pouquíssimo variada. É interessante ressaltar que, das sete famílias que possuem a pauta variada, cinco delas recebe alimentos de outras famílias. Todas as outras sete famílias mais pauperizadas recebem doações de alimentos.

Sendo assim, nota-se que a maior variedade de alimentos presente na pauta alimentar está relacionada a famílias com melhor nível de vida. Noutro extremo, famílias com piores condições de vida possuem as pautas menos variadas.

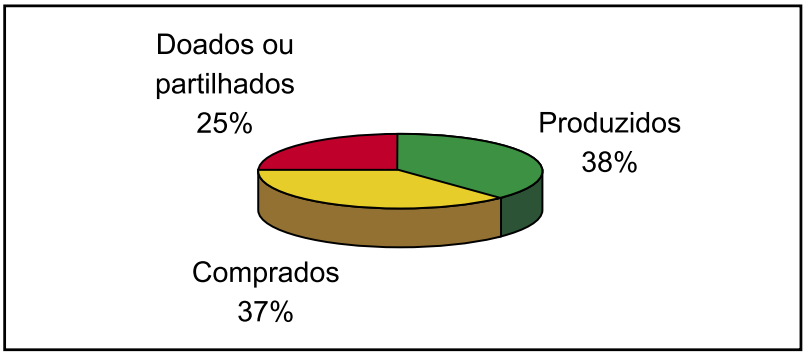
No entanto, a rede de doações de alimento interfere na compreensão destes dados, pois quase a metade das famílias com

nível de vida baixo, como se viu acima[12], possui pauta alimentar variada. Segundo a tendência idenficada no recordatório 24 horas, foi possível observar uma grande freqüência de circulação de alimentos entre as famílias da comunidade. Logo, a comunicação de alimentos entre estas famílias permite explicar a pauta alimentar variada, apesar do nível de vida dessas famílias ser precário. Embora na pesquisa tenha sido possível esquematizar apenas parte desta dinâmica, no cotidiano as trocas são muito mais densas e variadas, como alertam Gerhardt et al. (2002, p.122) para um estudo deste tipo realizado em Paranaguá.

4.2. A ORIGEM DOS ALIMENTOS

Mediante a investigação da origem dos alimentos que compõem a pauta alimentar, identificaram-se diferentes formas de acesso à alimentação: a produção para a subsistência, a compra de alimentos e a doação e partilha dos mesmos. No gráfico a seguir podem ser visualizadas estas diferentes estratégias tendo em vista a pauta alimentar pesquisada:

Gráfico 1: ORIGEM DOS ALIMENTOS RELATIVOS À PAUTA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS EM RIO VERDE PESQUISADAS POR MEIO DE RECORDATÓRIO 24 HORAS EM AGOSTO DE 2002.

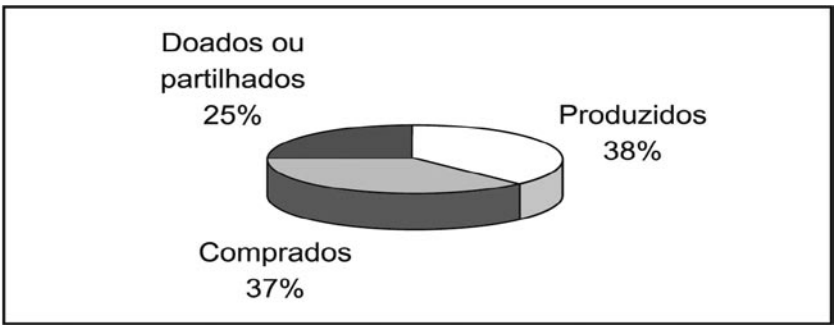


Fonte: Pesquisa de campo em Rio Verde - Recordatório alimentar de agosto de 2002.

Não foi identificada nenhuma ação governamental que tenha garantido a aquisição de alimentos nos meses de pesquisa. No gráfico a seguir diferenciamos, por item da pauta alimentar, a origem:

[12] As outras famílias nessas condições de vida possuem pautas menos variadas. Para a compreensão desses casos, outro elemento pode ser incorporado: a relação entre consumo e trabalho. São famílias em que o número de consumidores é maior que o de trabalhadores (5 casos) ou viúvos idosos.

Gráfico 2: PRODUÇÃO, COMPRA OU DOAÇÃO POR ALIMENTO CITADO NO RECORDATÓRIO 24 HORAS EM AGOSTO DE 2002 EM RIO VERDE



Fonte: Pesquisa de campo em Rio Verde - Recordatório alimentar de agosto de 2002.

No que diz respeito à compra, observou-se que em Rio Verde existem três bares que possuem alguns alimentos para venda, como arroz, feijão, produtos de limpeza e outros. Inclusive um deles possui uma variedade grande de produtos, como frango congelado, diversos cereais e outros. Não foi compreendido pela pesquisadora, no início da pesquisa, a razão pela qual a maioria das pessoas efetuava as compras necessárias em Guaraqueçaba, já que a diferença de preço, em alguns casos, nem existia. Com o passar do tempo em campo, pode-se perceber que nesse bar não se aceita fiado, tal como em Guaraqueçaba. O motivo foi então se revelando: os moradores acham inconcebível "gente daqui" não vender fiado; portanto, em "protesto" compram em Guaraqueçaba.

Observa-se também que a origem dos alimentos é diferente em cada "região" dentro da comunidade de Rio Verde. Na região chamada "de baixo", constatou-se que a maior fonte de origem dos alimentos é a compra. Ao contrário, na região denominada Rio Verde, a metade dos alimentos é produzida. Ali existem mais filhos "disponíveis" (estão na faixa entre 15 e 20 anos e não estão mais estudando) para o trabalho na terra. Além disso, nesta região estão concentrados os associados que vendem banana orgânica. Com essa venda podem contratar mais camaradas e otimizar ou poupar a mão-de-obra da família (WANDERLEY, 1996). Na região conhecida como "da ponte", a estratégia mais utilizada é a partilha e doação de alimentos (produzidos ou comprados) entre as famílias. Observamos também a partilha de utensílios domésticos[13], mais freqüente também nesta região. Mas em todas as regiões a rede

[13] Evidenciamos, por exemplo, a utilização comunitária de uma panela de pressão. A panela foi emprestada para a uma das mulheres da rede que cozinhou o feijão. Este foi distribuído depois em cinco panelas menores, para cinco famílias cujas mulheres terminariam de temperá-lo.

de doações e de partilha existe e implica relações familiares, de compadrio e amizade.

A produção para a subsistência está presente nas três regiões. Incluindo tais produtos e os de venda , há em torno de sete produtos principais na comunidade (sem computar as hortas): mandioca, arroz, feijão, banana, palmito, café e milho. Os agricultores relatam que, até os anos 60 e 70 do século passado, se produzia mais. Mas além de ter diminuído, a produção se transformou pela incorporação de alguns produtos antes pouco ou não cultivados como no caso da banana orgânica e do palmito.

Dos 29 estabelecimentos, apenas sete produzem milho. Este produto não faz parte da pauta alimentar. Antigamente era produzido por quase todos os produtores, segundo os entrevistados. Era a base da alimentação de suínos e aves. Como diminuíram as terras cultiváveis, a produção destes animais quase desapareceu, bem como a produção de milho. O cultivo de milho "concorre" em área e mão-de-obra com o cultivo de arroz. O arroz, fruto de uma escolha alimentar, ganha prioridade de cultivo.

O palmito tem sido cultivado recentemente, 11 estabelecimentos o produzem, embora apenas dois vendam para a fábrica instalada em Guaraqueçaba. Existe a possibilidade de venda por meio de um novo projeto que a Terra Preservada e SPVS estão discutindo com os agricultores, que aproveita o mesmo local da plantação de banana para o plantio conjugado de palmito (agrossilvicultura). Deve haver uma rede clandestina de extração do palmito (que se pôde entrever durante a pesquisa) e que deve vender para essa fábrica ou para outras.

Os poucos pés de café da comunidade são "velhos", como relatam os agricultores. Observa-se que é comum "dar a colheita do café": quando existe carência de mão-de-obra (no caso dois viúvos e um casal de idosos), o dono do cafezal permite que uma outra família faça a colheita e então combinam o "pagamento", que nem sempre corresponde à metade da produção.

A mandioca é produzida em todos os estabelecimentos, ou até mesmo no quintal dos domicílios. No entanto, nem sempre é considerada produção. Em geral, a cargo do cuidado das mulheres, bem como o inhame e cará, mesmo por elas dificilmente são incorporados como produção do estabelecimento. É comum mãe e filha dividirem a roça de mandioca e os devidos cuidados referentes a esta. Este trabalho é às vezes considerado "leve, pra descansar", no entanto, exige força e resistência. Aos poucos se percebeu que este caráter "leve" se devia ao "clima" no qual o trabalho se desenvolvia: entre

fofocas, causos e até canções, mães e filhas ou até comadres faziam o serviço, caracterizando um momento privilegiado de sociabilidade.

Quanto à partilha ou doação, não são feitas de forma aleatória. Há uma circulação de alimentos em se espera reciprocidade e que ocorre entre algumas famílias preferencialmente. Para entender melhor as lógicas desta circulação de alimento incorporou-se a noção de rede social, pois a circulação de alimentos se faz mediante diferentes redes dentro comunidade.

A circulação de alimentos tem um caráter mais sutil e fugaz que a mobilização de trabalho, a qual será vista em seguida. Durante as entrevistas realizadas, as pessoas não lembravam de todas as trocas de alimentos que realizavam. No entanto, evidenciou-se diferentes tipos de circulação de alimentos durante a observação e participação da dinâmica comunitária cotidiana: a troca, a doação ou partilha, o empréstimo.

As trocas estão ligadas principalmente a alimentos prontos oferecidos como presentes como farinha de mandioca, biju e cuscuz obtidos desta, café, doces feitos de mamão, banana, também bolos. Estas trocas são consideradas pelos agricultores como presentes. No entanto, espera-se que o presente seja retribuído por meio de outro alimento oferecido, mesmo que não simultaneamente, pois, como sugere uma agricultora, "Não dá para devolver a tigela vazia, quem não gosta de ganhar uma coisinha?" (Srª J, Rio Verde, ago., 2002). Sempre que se pede emprestado um utensílio doméstico como peneira, tacho, panela, a devolução é acompanhada de uma porção do que foi preparado.

Há uma troca especial: arroz produzido por arroz comprado, quando a produção de uma família acaba antes da próxima colheita. O arroz produzido é considerado melhor, tem mais gosto, diferente do comprado, é uma escolha alimentar ligada ao modo de vida que implica o trabalho que o produz.

As trocas extrapolam as 'regiões' dentro da comunidade. Este tipo de circulação de alimento foi então considerado, tal como alguns momentos de sociabilidade, como uma dimensão importante da manutenção da vida comunitária, pois várias trocas se realizam entre famílias em conflito.

Já o empréstimo não é considerado como troca ou como presente. Em geral, se empresta alimento comprado como sal, molho de tomate, temperos ou açúcar, e se devolve o mesmo produto na quantidade que fora emprestado.

Os alimentos doados são aqueles oferecidos de uma família à outra. Os alimentos mais doados são, respectivamente: arroz plantado, café e farinha de mandioca. Além desses, foram considerados como doados os alimentos prontos produzidos no dia e então partilhados como, por exemplo, o feijão cozido numa panela e partilhado, também peixes fritos e divididos. Percebeu-se que famílias com nível de vida baixo recebem doações de famílias consideradas com nível de vida médio-baixo, médio e médio-alto.

No caso das doações, as redes são mais restritas às regiões da comunidade. Além disso, são também do domínio feminino, em geral recebidas de mãe para filha, irmã para irmã, tia para sobrinha, quando dentro de uma mesma família (Galdinos, Viana ou Pontes). No entanto, observou-se que, em função de grande carência alimentar do um dos domicílios, famílias das diferentes regiões doam alimentos.

Pode-se considerar então que o acesso ao alimento, atualmente, em Rio Verde, é marcado pela produção, pela compra e pela circulação interna de alimentos por meio destas redes.

No entanto, segundo esta pesquisa, anteriormente às restrições ambientais, se comprava menos. O acesso aos supermercados era mais difícil antes da construção da estrada. No entanto, o aumento da compra dos alimentos está ligado principalmente à combinação de pelo menos mais dois fatores: a) a renda oriunda da comercialização de produtos e b) a diminuição das áreas de plantio.

Com a renda obtida no comércio de produtos, principalmente da banana, as famílias têm maior possibilidade de comprar parte de sua pauta alimentar. No entanto, em se tratando de agricultores familiares – para os quais plantar para comer é, simbolicamente, parte da reprodução de seu patrimônio sociocultural – comprar o alimento que nutre a família implica certo desconforto moral. Pudemos perceber, durante a realização do recordatório alimentar, que os entrevistados orgulhavam-se em indicar os alimentos produzidos. Mas, em se tratando dos comprados, era quase vergonhoso ter que comprar, principalmente quando é necessário comprar arroz.

5. O TRABALHO

O estudo do acesso ao trabalho procura identificar as estratégias engendradas pelos agricultores para a garantia do trabalho considerado pelos mesmos como necessário para a reprodução da família.

Segundo a literatura sobre agricultura familiar, bem como sobre a agricultura familiar camponesa, o trabalho é preponderantemente

garantido pelos membros da família – tal como sugerem Lamarche (1997), (1998), Mendras (1979), Chayanov (1966) –, salvo alguns trabalhadores temporários, como podemos identificar em Wanderley (1986).

Em nossa pesquisa observou-se que o trabalho necessário para a produção de subsistência, bem como para a banana e para o palmito, destinados principalmente à comercialização, depende, por um lado, do trabalho dos membros da família. Por outro lado, depende também da mobilização de trabalho na comunidade, devido às dificuldades inerentes ao que Chayanov (1966) identifica como o ciclo biológico da família.

A família, segundo Chayanov (1966), está circunscrita a diferentes fases de desenvolvimento, do ponto de vista do ciclo biológico. Do ponto de vista econômico, estas fases implicam diferentes demandas de trabalho. Assim, quando o volume de consumo não consegue ser suprido pelo volume de trabalho da família, gera-se um déficit de mão-de-obra. Em Rio Verde verificou-se esse déficit na maior parte das famílias pesquisadas.

Diante da necessidade de mobilizar trabalho[14], essas famílias se utilizam de relações de interconhecimento, próprias do patrimônio sociocultural específico de seu modo de vida, como nos sugerem Mendras (1979), Wanderley (1986) como objetivo de suprir a demanda de trabalho. Durante os meses de pesquisa, verificou-se que as famílias mobilizam mão-de-obra além da encontrada no domicílio: o casal, filhos e parentes que coabitam neste. Esta mobilização de vizinhos, parentes, conhecidos gera diferentes tipos ou relações de trabalho: "troca de dias", "camarada a dinheiro", "camarada à comida", "trabalho e produção divididos".

Verificou-se que o acesso ao trabalho em Rio Verde está ligado a grupos de famílias que trocam diferentes tipos de trabalho com regularidade semanal, mensal, semestral, variando conforme a cultura, bem como a época do ano. Em função da regularidade das trocas no interior de cada grupo, chamamos estes grupos de redes de trabalho.

Em Rio Verde, foram encontradas três grandes redes de trabalho, uma em cada "região" da comunidade. Analisando os tipos de trabalho e as famílias envolvidas, viu-se que a ocorrência destas redes coincide com as redes de circulação dos alimentos. As

[14] O nosso estudo diz respeito às relações entre as famílias para a mobilização do trabalho agrícola. No entanto, pudemos perceber que outras atividades como o trabalho de extração de palmito estão no âmbito da reprodução destes agricultores. Mesmo assim, por se tratar de uma atividade ilegal, preservamos informações referentes a esta, já que podem comprometer os agricultores envolvidos.

relações que extrapolam estas redes são as menos freqüentes: uma vez ao mês ou menos.

Essas redes são constituídas em função do patrimônio sociocultural dos agricultores locais e suprem as necessidades de trabalho. Em se tratando da literatura pesquisada sobre o trabalho na agricultura familiar, a mobilização de trabalho, marcada por redes, está ligada a relações de interconhecimento Antônio Cândido (1977), Heredia (1979), Mendras (1979), o que fica evidente nesta pesquisa. No entanto, além da sociabilidade específica deste tipo de relação, que descrevemos posteriormente, identificamos outros elementos que caracterizam a formação e manutenção destas redes.

Um desses elementos é a reciprocidade necessária, esperada, nas trocas de trabalho. A mobilização de trabalho ocorre preferencialmente entre famílias específicas e não aleatoriamente com qualquer família da comunidade. Além disso, entre as duas famílias, ou seja, a que demanda e a que oferece trabalho, existe uma relação anterior: de parentesco, compadrio, de troca de favores e (ou) de alimento.

Mas a reciprocidade necessária nas trocas de trabalho, bem como de alimento, não torna horizontais as relações entre elas, em função do poder diferenciado de algumas famílias. Pois em cada rede, seja de circulação de alimento, seja de mobilização de trabalho, pudemos identificar pelo menos uma família que centraliza a rede e que possuem algumas características em comum:

a) São as famílias que emprestam dinheiro para as demais, o que é bastante comum;

b) Possuem nível de vida médio alto ou médio;

c) Estão numa situação de déficit de mão-de-obra, tanto pela existência de filhos pequenos como outros membros que não trabalham. Esta característica, no entanto, se refere à maior parte das famílias na comunidade;

d) Estas famílias comercializam banana;

e) Existe um aposentado na família, o que viabiliza ou otimiza a contratação de camaradas.

A aposentada em geral é uma mulher idosa, com exceção da região "Da Ponte", onde existem duas famílias que centralizam a mobilização de trabalho, e em uma delas o homem é o aposentado. Estas mulheres aposentadas (todas viúvas) participam e (ou)

determinam a contratação de camaradas, ou outro tipo de trabalho. Durante o mapeamento das relações de trabalho, percebemos que as mulheres sabiam mais detalhes que os filhos ou maridos sobre a produção, o tipo de trabalho, quem contratou, para quem ainda "deviam trabalho". Como gerenciam a alimentação, relacionam o número de diárias pagas à quantidade de comida comprada, da mesma forma que a quantidade de arroz, feijão, mandioca produzida e mantida por meio do trabalho do marido, dela, dos filhos e da comunidade mediante as redes.

5.1. A CONTRATAÇÃO DE CAMARADAS

A contratação de um trabalhador por um dia de trabalho para completar o trabalho necessário à garantia do consumo da família, poupando ou substituindo um ou mais membros desta, é comum no âmbito da agricultura familiar. Segundo Wanderley (1996), o campesinato brasileiro revela uma longa tradição de trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar. (WANDERLEY, 1996, p.25). Esta autora revela a dupla face deste tipo de relação de trabalho: o agricultor, ao mesmo tempo em que contrata camaradas, é ele mesmo um camarada, o que se observou também em Rio Verde.

Em Rio Verde é comum a existência de camaradas pagos tanto com dinheiro quanto em alimento, sendo estes alimentos produzidos e (ou) comprados somando o mesmo valor pago em dinheiro. Além disso, comparando o número de relações descritas pelos entrevistados, o camarada em dinheiro é o tipo de relação de trabalho predominante nesta comunidade.

No entanto, os agricultores enfatizam que antigamente não se contratava tanto camarada. Em pouco mais de 20 anos, segundo os entrevistados, começou a mudar o tipo de relação de trabalho: antes se trocava mais dias e dividia-se mais a produção do que hoje, quando o número de contratação de camaradas é muito maior. Antigamente parte do trabalho era suprida pelos mutirões, lembrados nostalgicamente pelos agricultores mais velhos em função dos bailes e da comida.

Atualmente, diminuiram as áreas de plantio em função da legislação ambiental, o volume de trabalho modificou-se, bem como o tipo de trabalho. Nos momentos de pico de trabalho, os mutirões eram essenciais, como na colheita do arroz e nas grandes roçadas.

Antônio Candido (1979) cita os mutirões como uma das formas de solidariedade caracterizada pelo trabalho coletivo de ajuda

mútua. E no seu caso o mutirão definia os limites do que se chamava de bairro, ou seja, a rede social que sustentava a prática do mutirão definia o grupo de famílias num bairro, além da localização espacial destas famílias: "Um bairro poderia, deste ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua" (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, p.67).

A reciprocidade é um elemento essencial na prática do mutirão, por conseqüência, no caso do trabalho deste autor, da residência no bairro onde este se realiza: É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento. (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, p.67). O mutirão gera, em função da reciprocidade, uma rede de relações entre as famílias, pois o trabalho deve ser retribuído: espera-se que quem mobiliza o mutirão, além de oferecer o alimento e o baile, participe dos mutirões mobilizados pelos agricultores que estão nesta rede, ou no caso desse autor, deste bairro.

Esse autor ressalta o caráter festivo do mutirão, em função da comensalidade, bem como dos bailes que finalizam as atividades agrícolas. Esse caráter seria imprescindível na reprodução sociocultural: o aspecto festivo de que se reveste constitui um dos pontos importantes da vida cultural (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, p.68).

Em Rio Verde, os agricultores lembram que nos mutirões se dançava fandango com os tamancos típicos e consideravam estas ocasiões como forma de ensinar os mais novos os rituais que reproduziam seu patrimônio sociocultural. Este caráter festivo é hoje um dos empecilhos na realização deste, pois os agricultores, que há cerca de uma década se tornaram majoritariamente evangélicos, são impedidos de participar do baile e do mutirão porque "é festa o dia todo, mesmo trabalhando"(Sr. S, Rio Verde, jul., 2002).

Cabe ressaltar também que se realizava mutirão para o trabalho em maior escala, como nos aponta um agricultor: "Há vinte anos atrás quarenta homens colhiam 3 alqueires de arroz num dia, hoje as roças são menores e quase não tem nem troca de dia" (Sr. S, Rio Verde, jul/2002). Como já se disse, a lei ambiental restringe a área de derrubada da mata e compromete o sistema de pousio, reduzindo o tamanho das áreas de trabalho agrícola. Como o mutirão era necessário em casos de áreas grandes passou a ser menos necessário.

Além disso, mais recentemente, os produtos cultivados foram se modificando, e este processo também foi responsável pelas transformações nas relações de trabalho. Atualmente, dos 29 estabelecimentos, apenas sete produzem milho, por exemplo. O milho, segundo os entrevistados, era produzido em quase todos os estabelecimentos há 20 ou 30 anos, e garantia a produção de suínos e frango, hoje quase inexistentes. Tanto o milho como o arroz eram cultivados por mutirões, que se tornavam bastante freqüentes, semanais, por exemplo.

Atualmente o arroz continua sendo produzido, mas o tipo de relação preponderante na sua colheita, em substituição ao mutirão, é a troca de dia, a divisão da produção e a contratação de camaradas.

Entre os 29 estabelecimentos hoje 21 produzem banana, e em mais dois os agricultores estão plantando mudas para iniciar a produção. No entanto, não se tem utilizado o mutirão para este cultivo, cuja intensidade tem aumentado, e sim camaradas.

Segundo Wanderley (1996), o trabalhar de camarada pode ser uma necessidade estrutural tendo em vista a situação do campesinato brasileiro, quando a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família, como do próprio estabelecimento familiar. (Wanderley, 1996, p.26). Neste sentido, em Rio Verde evidenciou-se que algumas famílias dependem desta renda, especialmente as que foram aqui classificadas como tendo nível de vida baixo. Neste caso podemos dizer que a inserção nesta rede social de mobilização de trabalho, assim como na de doações e partilha de alimentos, garante minimamente a reprodução das famílias mais pobres.

A produção da banana está ligada mais à contratação de camaradas que a outro tipo de relação de trabalho. Embora também utilizem outras formas de trabalho, têm em comum o fato de que todas famílias contratam camaradas.

O trabalho com a banana se estende ao longo do ano todo, seja para a preparação das mudas na época de setembro, outubro, seja para as roçadas, mais intensas durante o verão, mas ocorrendo também no inverno. Outro trabalho com esta cultura é durante o dia da colheita dos cachos, o que inclui "despencar a banana" (colher o cacho e transportá-lo), lavá-la e colocá-la em caixas para serem carregadas e transportadas até Antonina. Para essas diferentes fases do trabalho é que são contratados os camaradas.

A demanda de trabalho por camaradas, principalmente no que se refere ao trabalho com a banana, têm mobilizado filhos de

agricultores que haviam emigrado para outras cidades, entre elas Matinhos, Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá (litoral do Paraná). Como Menezes (2002) sugere, trata-se de trajetórias sociais entre camponeses ligadas à mobilização por trabalho. Mediante a formação de uma rede de parentes estabelecidos em Matinhos, por exemplo, os filhos e netos de agricultores que ainda moram em Rio Verde voltam à comunidade para trabalhar. Assim, nos meses de verão quando encontram trabalho em lanchonetes, pousadas e hotéis no litoral, permanecem em Matinhos; nos meses que antecedem o inverno, bem como no inverno, trabalham como camaradas em Rio Verde, principalmente com a banana. Para esta mobilidade contam com pelo menos duas redes: a que provê moradia e contatos para empregos na cidade, por um lado, por outro, contam com a mobilização de trabalho garantida pelas redes sociais identificadas em Rio Verde.

No entanto, o trabalho com a banana orgânica é recente, desde 2000, por meio de um projeto de comercialização de produtos orgânicos realizado por uma parceria entre a Terra Preservada e a SPVS, conforme comentado no primeiro capítulo.

A produção de banana orgânica, por não ser poluidora, é compatível com a legislação, desde que os bananais não sejam ampliados a ponto de desmatar a mata nativa. Para ser um produtor orgânico, é necessário que toda a propriedade seja certificada como orgânica pelo Instituto Biodinâmico [IBD] e pela Imo Control do Brasil, com sede na Suíça. A SPVS financia essas visitas dos técnicos que fazem a certificação por meio do projeto citado[15].

Segundo o técnico responsável pela execução do projeto, a produção de banana orgânica[16] foi de 100 toneladas em 2001. Para 2002, a expectativa era de produzir 250 toneladas. Como o produto ainda não tem a qualidade exigida pelo mercado externo para ser embarcada *in natura,* ele é processado pela empresa Terra Preservada, exportadora de produtos orgânicos de Curitiba [PR]. Depois de transformado em banana passa, o produto é embarcado para a Suíça e de lá distribuído para a Europa. Para 2002 a expectativa era de exportar 50 toneladas da banana passa orgânica.

---

[15] O maior gasto do processo é com as visitas da certificadora - uma a duas por ano -, que custa R$ 200,00 por produtor. Para garantir sua continuidade, foi criado um fundo rotativo, doado a fundo perdido pela SPVS. A expectativa é que, com o tempo, as vistorias possam ser feitas por amostragem, diminuindo o custo.

[16] O cultivo da banana na região ainda é extrativista, com a lógica do pousio, ou seja, quando a produção cai, muda-se de lugar. No entanto, hoje existem restrições para essa prática tradicional, pois estão em área de preservação - Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaraqueçaba -, onde não se pode abrir novas áreas de mata. A técnica sugerida é de manejo do bananal, através da poda e da presença de espécies que sombreiem as bananeiras, pois numa região com 2.200 mm de chuva por ano, há muita disponibilidade de nutrientes e as plantas se regeneram facilmente, segundo o técnico deste projeto.

Porém nem todas as famílias que produzem banana comercializam este produto. Dos 21 estabelecimentos produtores, 14 destes o comercializam[17]. Esta situação tem gerado conflitos na comunidade entre o grupo que produz e não vende e o que vende.

A comercialização da banana orgânica de padrão exportação se restringe aos produtores que fazem parte da Associação dos Produtores de Rio Verde. A não inclusão de alguns agricultores nesta associação é anterior à execução deste projeto envolvendo a banana, embora os conflitos tenham se intensificado desde então.

Durante nossa pesquisa observou-se a tensa relação entre as famílias que centralizam a rede de comercialização da banana e as famílias que não fazem parte da associação, mas que tentam comercializar sua produção (não totalmente orgânica e ainda não certificada para ser considerada padrão exportação) por outros meios, como, por exemplo, pela via fluvial até Antonina.

Em função desta rede de comercialização que identificamos, relacionaram-se o nível de vida e a comercialização da banana. Constatou-se que a maior parte das famílias que possuem nível de vida melhor comercializa banana. Das 14 que comercializam banana orgânica, apenas quatro possuem nível de vida baixo.

No entanto, essa rede possui um aspecto diferente das redes apresentadas até agora: a participação de elementos externos à comunidade, no caso os técnicos das Ongs em questão que viabilizam a comercialização e fazem parte desta rede, além dos 14 membros da Associação dos Produtores de Rio Verde[18].

6. RELAÇÕES DE INTERCONHECIMENTO E SOCIABILIDADE

Durante a pesquisa vários momentos de lazer e de sociabilidade foram vivenciados na comunidade do Rio Verde. A princípio esta participação pareceu uma boa forma de "entrada" na comunidade. Com o passar do tempo e mediante a grande freqüência destas atividades, percebeu-se a própria sociabilidade como outro importante aspecto de reprodução deste modo de vida, o que discutimos a seguir.

---

[17] A certificação é feita pela Imo Control do Brasil, empresa com sede na Suíça, e com ela os agricultores conseguem agregar mais de 100% ao preço de seu produto. Enquanto o valor convencional da caixa de 22 Kg de banana na região é de R$ 1,50, a banana orgânica vale R$ 3,50. Quando consegue o padrão exportação (quando toda a propriedade é manejada organicamente, inclusive os animais), esse valor chega a R$ 4,00. Neste ano, 18 produtores já alcançaram esse padrão na região do rio Verde.

18 Numa das reuniões entre estes agricultores e técnicos se debateu sobre a eficácia de algum projeto marginal à comercialização, como o da apicultura, que hoje possui apenas um produtor. Além disso, marcam-se as visitas de técnicos e novos projetos. Mesmo existindo conflitos entre estes membros, o dia da reunião (mensal, em Rio Verde) é marcado por longas conversas acompanhadas de comensalidade.

Como se viu na literatura que discute o campesinato, a agricultura camponesa traz a marca do tipo de relações internas que se conceituou como relações de interconhecimento.

Quando os sujeitos se reconhecem mediados por relações de interconhecimento, existe um saber recíproco e total do outro. Por isso, ambos não se definem pelo seu estado ao executarem um papel como o de "camarada", já que as relações são sempre integrais, totais. Pudemos perceber que a sociabilidade, neste caso, implica trocas simbólicas que preservam e reatualizam estas relações de interconhecimento. Ou seja, nos diferentes momentos de sociabilidade não se executa outro papel segmentado atribuído a um momento de lazer (por exemplo, os membros de um grupo esportivo). Ao contrário, evidencia-se o reconhecimento do outro como indivíduo integral.

Na medida em que a sociabilidade preserva as relações de interconhecimento, configura-se numa estratégia de reprodução simbólica do modo de vida. O habitus destes agricultores é reproduzido nestas relações. Percebeu-se a formação de grupos, seja em função da comercialização da banana, seja em relação à família à qual pertencem. E existem conflitos, situações de tensão entre os grupos. No entanto, evidenciou-se que essas situações são perpassadas e amenizadas especialmente no que chamamos momentos de sociabilidade.

Os momentos de sociabilidade identificados na pesquisa realizada mostraram uma das faces importantes do modo de vida dos agricultores familiares, a sua vida social cotidiana, em meio a conflitos e consensos. Pois reatualizam sua forma específica de relacionamento, ao mesmo tempo em que reafirmam as trocas de capital social inerente ao seu patrimônio sociocultural. Constituem-se na sociabilidade vivenciada em momentos de lazer ligados ou não ao trabalho e são importantes como um fator dinâmico de reprodução simbólica do modo de vida dos agricultores. Por meio da vivência dos momentos de sociabilidade, o patrimônio sociocultural ou habitus é reatualizado e o capital social reafirmado.

Em Rio Verde, esses momentos de sociabilidade estão ligados ao lazer, como as ocasiões de jogos de futebol, bailes, pescarias, banhos de rio, conversas em bares, pátios, visitas e outros. O lazer é pensado neste caso com um momento de ruptura, seja com a cotidianidade familiar, do trabalho, da necessidade, como nos sugere Bruhns (1997). Segundo Dumazedier (1979), a reprodução social possui pelo menos duas dimensões, igualmente importantes: a do trabalho e do não trabalho – ambas humanizam o homem: a ociosidade nega o trabalho, o lazer o supõe (...) O lazer não é

ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho. (DUMAZEDIER, 1979, p.28).

Tais momentos de sociabilidade, parte integrante do lazer, fazem parte também de ocasiões de trabalho. Assim, em Rio Verde, manifesta-se no trabalho realizado na casa de farinha, na roça de mandioca tocada por mãe e filha, na colheita do café, momentos que se configuram como de lazer, mas mediados pelo trabalho.

Fazem parte igualmente da freqüência às igrejas, considerada como atividade de lazer pelos moradores de Rio Verde. Isso revela uma relação específica com o sagrado por meio do lazer e da sociabilidade, questão já identificada por Brandão (1985).

Discute-se essa forma de sociabilidade vivenciada em Rio Verde em três de suas manifestações: a) a comensalidade; b) o trabalho e c) momentos lazer no que diz respeito aos bares, bailes, futebol, pesca, banhos de rio e finalmente a freqüência a cultos e missas. Tanto a comensalidade quanto o trabalho não são representados no discurso dos agricultores como lazer, mas identificaram-se, nessas atividades, momentos com tal conotação.

6.1. ALIMENTO E SOCIABILIDADE

Além das redes de doações e trocas de alimentos, evidenciou-se a importância da sociabilidade estabelecida pelo próprio ato de alimentar-se em conjunto – a comensabilidade.

Como nos sugere Ishige (1987), comer é uma atividade social, para além de uma necessidade fisiológica. E preferencialmente se come com um comensal, que é aquele que come à mesma mesa com outros (ISHIGE, 1987, p.18).

Estar à mesa com outros, não implica, necessariamente, um clima harmônico, como se pode imaginar. Ao contrário, o horário das refeições veicula palavras, gestos de amizade, negócios, especulações, poder, entre outros, como nos sugere Brillard-Savarin (1989). Durante as refeições, das quais as pesquisadoras eram convidadas a fazer parte, os agricultores especulavam sobre nosso trabalho, bem como sobre nossa vida pessoal, já que é próprio da sua forma de ver o mundo o conhecimento mais integral possível do outro para se estabelecer uma relação de confiança.

Além disso, estar à mesa com os outros implica uma relação de poder, estreitamente ligada ao gênero. Nas primeiras vezes que se partilhou de uma refeição na casa de um agricultor, em geral a pesquisadora sentou-se à mesa com este e com os filhos mais velhos.

Ao final da refeição, esposa e filhas se alimentavam. As crianças menores, meninos ou meninas em geral comiam com a mãe, portanto, depois.

A princípio imaginou-se que a falta de pratos condicionava essa atitude. No entanto, percebeu-se que mediante o consentimento do marido, depois de pedidos ou questionamentos da pesquisadora, a esposa era convidada a sentar-se, convite que não necessariamente era estendido às filhas. E quando esta situação ocorria, a mulher permanecia em silêncio.

O momento de sentar-se à mesa era de domínio masculino, pois antes e depois as mulheres atuam e conversam bastante: pilando arroz e (ou) limpando e arrumando a cozinha. No entanto, só foi possível participar destas fases do trabalho de domínio feminino depois da construção de relações de confiança. Foram vivências de extrema importância, pois as mulheres, em sua maior parte, enriquecem em detalhes as informações sobre as relações de trabalho, ao mesmo tempo em que dominam a gerência da alimentação.

Segundo Cravo et al. (1989), a comensalidade permeia todas as relações sociais nas sociedades humanas, bem como nas diferentes classes sociais de uma mesma sociedade, apresentando sempre uma dimensão cultural (CRAVO et al., 1989, p.74). Este mesmo autor aponta a comensalidade associada às ocasiões de casamento, amizade e até mesmo rituais funerários:

> Na maioria das cerimônias de casamento em nossa sociedade, temos algum tipo de comensalidade, e em outras sociedades, o próprio casamento garante ao indivíduo o modo de acesso ao alimento (...) As relações de amizade brasileira também são permeadas por uma troca de alimentos. Assim, conforme a região, o visitante, parente ou amigo será sempre recepcionado com um cafezinho, chá ou chimarrão, ou até mesmo um lanche completo. (CRAVO et al., 1989, p.74).

DaMatta (1987) vincula a sociabilidade ao que chama prazer da mesa, em oposição ao prazer de comer. Para este autor, o prazer de comer, que antecede o prazer da mesa, é a satisfação de uma necessidade: "O prazer de comer o temos em comum com os animais; pressupõe apenas a fome e o que é preciso para satisfazê-la" (DaMATTA, 1987, p.163). Por outro lado, "o prazer da mesa é uma particularidade da espécie humana; pressupõe os cuidados para preparar a refeição, para escolher o local e reunir os convivas (...) é a sensação refletida que nasce das várias circunstâncias dos fatos, do local, das coisas e das pessoas que estão presentes à refeição" (DaMATTA, 1987, p.163). Por isso podemos dizer que o prazer da mesa reforça os laços da sociabilidade.

Ishige (1987) reforça esta idéia de prazer da mesa ao partilhar uma refeição:

> Uma refeição solitária pode perder seu sabor, mesmo um refinado jantar. É necessária uma companhia, um comensal. Mas não basta ser qualquer um, deve ser uma pessoa do nosso grupo de comensalidade (...) As refeições feitas em grupo reforçam o grupo e contribuem para sua coesão. São também um meio de comunicação que permite a cada um mostrar a sua identidade (...) Partilhar uma refeição é igualmente partilhar sensações, e esta é a razão pela qual, em numerosas sociedades, as celebrações rituais são acompanhadas por banquetes, ocasiões em que são reforçados os laços antigos ou criam-se novos (ISHIGE, 1987, p. 18).

A comensalidade acompanhou todo o trabalho de campo, permitindo que fossem construídas relações de confiança entre pesquisadora e agricultores. Por meio das refeições partilhadas, oferecidas, pelos agricultores, eles reforçam as relações com seus comensais. Sendo assim, pela comensalidade se vivencia a sociabilidade, ao mesmo tempo em que se reforçam os vínculos que garantem a comunicação de capital social, no caso, por exemplo, das reuniões com técnicos que executam os projetos de Ongs na comunidade, nítidos momentos de comensalidade.

Tendo em vista a questão da comensalidade, vale a pena rediscutirmos a doação e a partilha de alimentos como estratégias importantes no acesso à alimentação.

Doar e partilhar, nesse caso, estão ligados à solidariedade mais que à sociabilidade, se pensarmos esta a partir da comensalidade. Pois se doa alimento para várias refeições, também se partilha do alimento preparado para a refeição, mas não se trata de convidar à mesa aquela família. Portanto, existe a solidariedade na doação, mas não necessariamente a comensalidade. Mas há ocasiões em que estas famílias são comensais: festas de natal, ano novo, aniversários, batizados e outras são momentos de comensalidade. São, portanto, reforçados os laços de sociabilidade pela solidariedade cotidiana e a comensalidade esporádica.

6.2. A SOCIABILIDADE NO TRABALHO MEDIANTE A PRODUÇÃO DO ALIMENTO

A produção de farinha de mandioca é um importante momento de sociabilidade que envolve trabalho; duas famílias ou mais combinam um dia inteiro de trabalho para fazer farinha. Nesse dia as crianças e idosos participam ativamente de todas as atividades: colheita da mandioca, raspagem, lavagem, ralagem, prensa e secagem ao forno. Leva-se um lanche para a casa de farinha, partilha-se este com todos que estiverem ajudando no trabalho.

Contam-se piadas, fofocas, causos, combina-se trabalho para a semana, faz-se pesquisa.

Durante as inúmeras vezes que se participou desse processo, identificaram-se, além das informações sobre relações de trabalho, sistemas de produção, origem dos alimentos, os valores atribuídos a estas atividades. É um momento privilegiado de lazer no trabalho, que envolve simultaneamente diferentes gerações, o que enriquece a reprodução do patrimônio sociocultural.

Outro momento de sociabilidade ligado ao trabalho é a colheita do café que está no chão. Esta atividade é considerada "de mulher e de criança"; portanto, são mulheres contratadas como camaradas que a realizam. Da mesma forma que a produção de farinha, esta colheita é acompanhada de muita conversa, fofoca, causos. Neste caso, socializa-se o "gosto pelo trabalho", como sugere uma agricultora: "A gente desde quando os filhos são pequenos tem que fazer eles aprender a ter gosto pelo trabalho" (Srª S, Rio Verde, jul., 2002).

Uma agricultora se refere à essa colheita nitidamente como uma forma de lazer: "No domingo a gente descansa né, faz alguma coisa diferente. Neste domingo eu e a D. fomos catar café para distrair um pouco. Preparei o lanche e fui. Foi uma conversadeira, risadeira, é bom de fazer essas coisas." (Srª E, Batuva, jul/2002).

6.3. OUTROS MOMENTOS DE SOCIABILIDADE

Outros momentos de sociabilidade são as forma coletivas de lazer como os bailes, os jogos de futebol, os cultos e missas, as pescas, banhos de rio e a freqüência a bares. Durante a pesquisa de campo partilhou-se de alguns momentos de lazer descritos em seguida.

Os bailes acontecem ora semanal ora quinzenalmente em Rio Verde. O baile começa depois das 23h ou "quando as damas chegam", como dizem os agricultores, aos sábados. E termina no dia seguinte, pouco antes do almoço, já que logo em seguida ocorrem os torneios ou campeonatos de futebol.

Em geral os bailes têm lugar no bar situado na região da Ponte, em Rio Verde, dentro de um pequeno salão. Participam os católicos, de Rio Verde, também pessoas de Batuva (principalmente os rapazes), Taquari (São Paulo), da sede do município, de Utinga (comunidade próxima) e, com menos freqüência, de outras comunidades. Além dos católicos, os rapazes, filhos de casais evangélicos também participam. Mas as mulheres, casadas ou solteiras, só vão ao baile

mediante o consentimento do marido ou pai; é comum o homem ir só, deixando a esposa em casa.

O baile possui uma dinâmica específica no que se refere ao comportamento, marcado pelas relações de gênero. Assim, as mulheres ocupam uma ante-sala entre o salão e a cozinha da casa da qual o bar faz parte. Permanecem ali durante todo o baile, conversando, mobilizando trabalho, empréstimos e bebendo vinho, dissimuladamente, já que é uma prática restrita aos homens. Existe uma pequena porta que liga esta ante-sala ao salão, através da qual os homens entram e "escolhem a dama" com a qual dançarão. As mulheres, sejam as solteiras, casadas, separadas, viúvas, permanecem nesta salinha durante todo o baile: assim que a música termina se dirigem rapidamente a esta, voltando ao salão somente quando convidadas por algum "cavalheiro".

Algumas mulheres permanecem no salão quando não estão dançando: as mulheres com seus maridos, quando estes não estão dançando; as jovens solteiras, separadas que são mais "despojadas". Mesmo assim, não participam das conversas particulares aos grupos de homens.

Uma dama pode recusar o convite para dançar, de preferência antes de começar a música. No entanto, não poderá dançar esta com outro cavalheiro. Os convites obedecem, em geral, a certa hierarquia: os homens do lugar dançam mais que os de fora, embora no discurso de ambos não seja declarada tal diferença. A princípio, limitam-se a dizer que às vezes os homens do lugar não gostam que os de fora dancem com suas mulheres.

Nos bailes é comum começarem namoros, entre os jovens. Para as mulheres, é uma oportunidade de conversar, trocar informações sobre saúde, trabalho, receitas e outros assuntos. Para os homens, também é um momento de conversar, com pessoas do lugar e de fora, renovando relações de amizade, bem como de interesse, pois combinam-se também trabalho, empréstimos, arrendamento. Mas, além de tudo, segundo os homens, "a gente fala de mulher", conversas sempre disfarçadas diante da presença da pesquisadora.

Os bailes são momentos importantes de lazer: mesmo homens e mulheres que deles não participam relatam com orgulho que Rio Verde tem sempre bailes muito bons. Além de gostarem dessa prática de lazer, convidam pessoas de fora para "brincar" no baile, onde se conversa muito. Observou-se esta prática tanto com as pesquisadoras quanto com outras pessoas de fora que estavam nos bailes.

As missas e os cultos são as atividades mais apontadas como formas de lazer, na enquete realizada na comunidade. Além disso,

nesta pesquisa de campo, a missa ou o culto também foi considerado como um momento de passear, ver e conversar com as pessoas. Em Rio verde, embora se trate de uma igreja católica e outra evangélica, é comum católicos "visitarem a igreja evangélica" para participarem do culto. Justificam esta atitude porque o padre não vem sempre e também para ver as pessoas, conversar. Assim, a princípio não se trata de pertencer a esta ou aquela religião, mas sim de vivenciar a relação com o sagrado como um momento de sociabilidade, ou, nas palavras de Brandão (1978), viver a religião como festejo.

Os jogos de futebol são extremamente apreciados pela maior parte da comunidade: é a atividade de lazer que reúne o maior número de pessoas da comunidade, bem como de pessoas de fora, já que os campeonatos ou torneios são realizados no campo em Rio Verde.

Homens e mulheres jogam futebol, dentro da comunidade. A composição dos times reúne pessoas de todas as regiões da comunidade, mesmo tendo em vista os vários tipos de conflitos que pudemos evidenciar, como aqueles gerados pelo fato de nem todos os produtores de banana comercializarem este produto. Durante os torneios, campeonatos, percebemos certa ruptura na tensão cotidiana gerada pelo conflito: a sociabilidade vivenciada no momento do jogo, tanto como a vivenciada nos bailes e freqüência às igrejas, põe em suspenso tal tensão, promovendo a integração das pessoas na comunidade.

Além disso, os jogos de futebol reúnem homens e mulheres, seja como jogadores, seja como torcedores. E neste caso, torcer reafirma a identidade da comunidade, não importando, nesse momento, os conflitos vivenciados na mesma.

Também promovem intensa sociabilidade as atividades realizadas nos vários rios da comunidade, como a pesca e os banhos. A partir de agosto até abril, crianças, jovens e adultos se reúnem para banhar-se e pescar. E estas atividades congregam os diferentes gêneros e gerações.

Outro momento importante, e de caráter diário, são os encontros verspertinos "nos pátios", muitas vezes das soleiras das portas, em cada uma das três regiões em Rio Verde. É também uma atividade que reúne ambos os gêneros e diferentes gerações, e é essencialmente o momento de mobilizar trabalho, além de propiciar a vivência da sociabilidade em si. Nesses momentos ficam evidentes as relações de interconhecimento, além de reforçarem as percepções e os relatos sobre as diferentes redes sociais na comunidade. Além disso, este momento antecede outro, a ida ao bar, que é uma atividade restrita ao universo masculino.

A freqüência aos três bares em Rio Verde é restrita aos homens, desde o início da noite. Durante o dia as mulheres ocupam, legitimamente, este espaço porque é onde se compram a comida e os "docinho que as crianças cobiçam".

Com os momentos de sociabilidade descritos, além da comensalidade e da sociabilidade ligada ao trabalho, verificou-se a importância desta sociabilidade na manutenção das relações de interconhecimento que caracterizam e singularizam este modo de vida. Além disso, notou-se que pela sociabilidade se reafirmam os espaços e os tipos de conduta esperada: homem e mulher, em se tratando da sociabilidade, possuem espaços e condutas legítimos específicos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução dos agricultores familiares da comunidade de Rio Verde, na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, tem sido marcada tanto pelos bloqueios ao desenvolvimento da agricultura familiar em geral, mas especialmente pelos bloqueios relativos à restrição do uso dos recursos naturais em função da legislação ambiental.

O uso desses recursos como a terra, a madeira, a caça para a reprodução da família e do modo de vida deste tipo de agricultura, comprometido pela legislação, tem sido adaptado nas práticas dos agricultores, gerando um modo vida específico da agricultura familiar numa Área de Proteção Ambiental.

Por meio dessas práticas evidenciaram-se estratégias no que se refere ao uso da terra, do acesso à alimentação e ao trabalho. Estas estratégias têm adaptado seu antigo modo de vida às novas condições nas quais se encontram.

Com a diminuição das áreas cultiváveis, pois aquelas que se encontravam em pousio não podem mais desmatadas, o volume de produção para a subsistência diminui, bem como o volume de trabalho. Além disso, sem o sistema de pousio, a produtividade também fica comprometida.

Em Rio Verde, ainda hoje, a maior parte de sua produção é destinada à alimentação da família. Além da produção, a qual tem diminuído conforme relatado, o alimento é comprado com a renda obtida principalmente: a) pelo trabalho como camarada; b) com a comercialização da banana; c) aposentadorias; d) empregos não agrícolas (funcionalismo público); e) atividades extrativas ilegais. Observou-se que, além dessas duas estratégias, a doação de alimentos, realizada no interior de redes sociais, é igualmente importante.

A formação de redes sociais, mediante as relações de interconhecimento são, segundo a literatura, próprias do modo de vida da agricultura familiar, mais ainda da agricultura familiar camponesa, para qual a reprodução do patrimônio sociocultural é essencial. Identificou-se nessas relações uma dimensão importante da manutenção deste patrimônio.

No entanto, durante a pesquisa, observaram-se inúmeros conflitos entre as famílias, principalmente entre o grupo de famílias que comercializa banana orgânica e o que não comercializa. A princípio, imaginou-se que tais conflitos levariam a rupturas na comunidade, mas, com o passar do tempo, percebeu-se que, mediante os vários momentos de sociabilidade, esses conflitos vão sendo incorporados à lógica da vida cotidiana e não põem em risco a reprodução da vida comunitária. Assim, a dinâmica comunitária implica momentos de tensão alternados com situações de sociabilidade, permitindo a geração de estratégias como, por exemplo, a doação de alimento e a mobilização de trabalho.

Sobre a mobilização de trabalho, verificou-se que dependem de redes sociais. Nestas, tal como nas redes de circulação de alimentos, a reciprocidade, embora não necessariamente imediata, é essencial. Além disso, verificou-se que nestas redes, as relações, aparentemente horizontalizadas, são centralizadas em algumas famílias. Estas, com melhor nível de vida, gerenciam a maior parte da mobilização de trabalho, os empréstimos de dinheiro e as doações de alimento.

O trabalho mobilizado nessas redes sociais se refere ao trabalho necessário para a garantia do consumo da família. Observou-se que as famílias que possuem déficit de mão-de-obra, em função da existência de idosos, crianças pequenas ou em fase escolar necessitam mobilizar mais trabalho.

Quando nessas famílias existe um membro aposentado ou outra fonte de renda, é comum a relação de trabalho chamada de contratação de camarada, em geral com pagamento em dinheiro, mas também em alimentos produzidos e (ou) comprados no valor do que seria pago em dinheiro. As famílias sem outras fontes de renda acabam mobilizando outros tipos de trabalho como a troca de dias e a produção dividida.

A comercialização da banana orgânica, mediada por projetos gestados por algumas famílias da comunidade e ONGs define outro tipo de rede social: as redes mantidas com pessoas de fora da comunidade. A maior parte das famílias de Rio Verde inseridas nessa rede possui melhor nível de vida. Como nem todos os produtores são associados, não podem comercializar a banana, o que gera conflitos entre as famílias.

Tendo em vista a importância das relações de interconhecimento, identificamos nesses agricultores características da agricultura familiar camponesa (LAMARCHE,1997,1998). Existe a reprodução de um patrimônio sociocultural, o que se evidenciou pelo tipo de relação de trabalho, da forma de acesso à terra, pelo alimento e pela sociabilidade. Relacionamos também tais agricultores à agricultura familiar de subsistência, já que a maior parte da sua produção é destinada à reprodução da família.

Além dessas características, comuns aos agricultores pesquisados, em se tratando daqueles inseridos na rede de comercialização da banana, verificaram-se alguns elementos do que podemos chamar de agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1997,1998), tais como alguns aspectos das relações de produção e do padrão técnico – o agroecológico – adotado em função das exigências do mercado.

A reprodução dos agricultores em questão depende, portanto, segundo nossa pesquisa: a) da articulação do patrimônio sociocultural que, enquanto habitus, alimenta as lógicas de reprodução, como, por exemplo, a lógica familiar no acesso à terra, ao alimento, ao trabalho; b) da inserção em redes sociais internas à comunidade, como no caso das doações de alimento e da mobilização de trabalho; c) da inserção em redes formadas também por pessoas externas à comunidade, como o caso da comercialização da banana e d) dos momentos de sociabilidade que reatualizam este patrimônio e relativizam alguns conflitos, permitindo a existência de uma vida comunitária.

8. REFERÊNCIAS

ANTÔNIO CÂNDIDO, M. Os parceiros do Rio Bonito. 4ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

BEEHR, M. Guarakessaba – Paraná – Brasil: Passado, presente e futuro. São Paulo: Editora Companhia das Artes, 1997.

BOUDON, R. (org) Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BOURDIEU, P. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. e PASSERON, J. A reprodução. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____ . Razões práticas. São Paulo: Papirus, 19996.

_____ . e WACQUANT, L. Réponses: pour une anthropologie réflexive Paris: Éditions du Seuil, 1992.

_____ . "Stratégies de reproduction et modes de domination". Actes de la Recherche em Science Sociales, nº105, 1994.

BRANDEMBURG. A. . Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRANDÃO, C. Memória do sagrado: estudos de religião e ritual. São Paulo: Editoras Paulinas, 1985.

_____ . O divino, o Santo e a Senhora. Rio De Janeiro: Funarte, 1978.

_____ . Plantar, colher e comer. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRILLARD-SAVARIN. A fisiologia do gosto. Lisboa: Salamanca,1989.

BRUHNS, H. Introdução aos estudos do lazer. (org). Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CHAYANOV, Alexander. The Theory of peasant economy. Illinois: The American Economic association, 1966.

CRAVO, V e DANIEL, J. O valor social e cultural da alimentação. Boletim de Antropologia. Curitiba, v. 2, n.4,1989.

DaMATTA, Roberto. "Sobre o simbolismo da comida no Brasil" In: Correio da Unesco, julho / 1987.

DIEGUES, A. e NOGARA, P. O nosso lugar virou parque. 2 ed. São Paulo: NUPAUB / USP, 1999.

DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FERREIRA, A. "Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. V.25, Maio-dez/1995".

_____ . "Vers la reconstrution du rural au Brésil: voies en cours et perspectives". LAMARCHE, H. E ZANONI, M. Agriculture et ruralité au Brésil. Paris: Éditions Kartala, 2001.

_____ et al.. Redes sociais, penosidade física e moral: o ocultamento como face das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental (resumo) VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia rural. UFRGS, Porto Alegre, 2002.

FERREIRA, A e BRANDEMBURG, A (orgs). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FRANCISCO, E. Caracterização dos padrões alimentares em áreas rurais do litoral do Paraná: Estudo de caso em Guaraqueçaba. In EVINCI – EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, VIII, 2000, Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

GERHARDT, T. e NAZARENO, E. Diálogo entre a epidemiologia e a antropologia nas questões de saúde. In: Desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba:UFPR, 2002.

GODOI, E. O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

HEREDIA, A. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ISHIGE (1987) "O homem, o comensal" In: Correio da Unesco, julho / 1987.

LAMARCHE, H. (coord) A agricultura familiar, vol.1 e vol.2. 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 e 1998.

MAUSS, M. Sociologia e antropologia. v.II. São Paulo: EPU, 1974.

MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIGUEL, L. Formation, evolution et transformation d'un système agraire dans le sud du Brésil (Litoral Nord de l'Etat du Paraná). Une paysanerie face à une politique de protection de l'environnement: chronique d'une mort annoncée. Paris: Université Paris/Grignon, 1997.

PAULILO, M. Produtor e agro-indústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, Co-edição Secretaria do Estado e da Cultura, 1990.

PEREIRA, C., RODRIGUES, A. e TOMMASINO, H. Relatório da caracterização sócio-econômica e ambiental da agricultura de Guaraqueçaba. Curitiba, 1998.

RAYNAUT, C. Structures normatives et relations electives: etude d'une communauté villageoise hausse. Paris: Mouton, 1972.

SANTOS, E. Os dilemas da permanência num ambiente de mudança: o caso dos agricultores da comunidade rural de Batuva. (mimeo). Curitiba, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Em busca da modernidade social: uma homenagem à Alexander V. Chayanov." In: BRANDEMBURG, A e FERREIRA, A. (orgs). Para pensar outra agricultura. Curitiba: editora da UFPR, 1998.

_____ , "Raízes históricas do campesinato brasileiro." XX Encontro Anual da ANPOCS. GT Processos Sociais Agrários. Caxambu, 1996.

ZANONI, M.M. et al. "Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de proteção ambiental". In: REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. Curitiba: editora da UFPR. Nº2, 2000.

O ASSESSORAMENTO TÉCNICO-ORGANIZATIVO COMO BASE PARA A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

André Michelato Ghizelini[1]

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo serão desenvolvidos e apresentados o debate, as proposições e as indagações que foram geradas a partir dos resultados da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada "ONGs, Agroecologia e Agricultura Familiar: a construção de uma metodologia de assessoria", que teve como objetivo compreender as relações e os elementos conceituais e ideológicos presentes no processo de assessoria rural. Para tanto, foram pesquisadas duas organizações localizadas no Estado do Paraná/Brasil: uma Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos e uma Organização Não-Governamental (ONG) de desenvolvimento rural.

Diferentemente dos processos de assessoria rural das instituições estatais, as ONGs de desenvolvimento rural possuem maior autonomia na definição do público alvo, das ações a serem realizadas e dos projetos a serem implementados. No caso da ONG estudada, essa característica fica ainda mais evidente, pois ela atua apenas com camponeses que optam por produzir alimentos agroecológicos e que participem de organizações de camponeses (agricultores familiares agroecológicos).

O processo de assessoramento desenvolvido por esta ONG se caracterizava pela metodologia de agricultor para agricultor, com elementos de integração em rede. Pôde ser verificada a presença de alguns elementos fundantes neste processo: a valorização dos elementos culturais e espirituais, o empoderamento e a democratização do processo de gestão e produção da propriedade e da associação, assim como o próprio processo de formação dos camponeses (metodologia agricultor para agricultor e a experimentação), tendo em vista também os princípios da economia

[1] Psicólogo/UFPR, Mestre em Sociologia/UFPR e Doutorando em Sociologia/UFPR. E-mail: andremichelato@pop.com.br

popular solidária (interação entre agricultores e consumidores, formação de redes de colaboração).

Verificou-se que os assessores foram indispensáveis para animar todo o processo implementado e alcançaram o envolvimento dos agricultores, assim como seu reconhecimento como ator político, social, cultural e econômico por parte das comunidades.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS

2.1. A MODERNIDADE E A (DES)CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS

Ao buscar transformar sua realidade, o indivíduo atua de forma a sair da condição de passividade, de consumidor, postando-se como ator que tem na sua ação a possibilidade de conquistar seus propósitos de vida. Este movimento de ruptura do ator, o afirma na medida em que deixa de ser meramente um produto social e passa a ser um produtor, pois o sujeito é, sobretudo, um transformador das relações de dominação. Dessa forma, sujeito e ator são noções inseparáveis, que se colocam intrinsecamente ligados pela ação de transformação de dada realidade (TOURAINE, 1994).

Assim, o sujeito, como razão e identidade, possibilita a produção de uma subjetividade que permite a sua liberdade, sua libertação; mas não somente, possibilita também a liberdade do conjunto social em que está inserido, pois esta construção permeia a rede de relações por ele vivenciada. Como descrito por Touraine (1998a, p. 75), "... o sujeito não é simplesmente uma forma da razão. Ele só existe mobilizando o cálculo e a técnica, mas da mesma forma a memória e a solidariedade e, sobretudo, batalhando, indignando-se, esperando, inscrevendo a sua liberdade pessoal em combates sociais e libertações culturais. O sujeito, mais ainda que razão, é liberdade, libertação e negação".

O sujeito não é unicamente subjetividade, emoção, afetividade e solidariedade, pelo contrário, faz questão de firmar-se também como razão, racionalidade e técnica. O sujeito tem na comunidade, na racionalidade e na individuação, condicionantes que possibilitam sua libertação e consolidação de sua autonomia. "A subjetivação é o desejo de individuação, e esse processo pode desenvolver-se apenas se existir uma interface suficiente entre o mundo da instrumentalidade e o da identidade. Caso não exista essa interface, é difícil não cair ao mesmo tempo na participação imitativa e no enclausuramento comunitário..." (TOURAINE, 1998a, p. 73).

O agricultor familiar[2], após a Revolução Verde, teve sua cultura, suas tradições, seu modo de vida, significativamente desconstruídos pela racionalidade técnico-científica, assumindo uma identidade "modernizadora, desenvolvida e eficaz", enquanto o saber prático construído historicamente passa a ser rotulado como atrasado e subdesenvolvido. Toda a dinâmica imposta por esse modelo alterou as bases tecnológicas de produção. Mas não só. Modificou, também, progressivamente, as bases organizativas das comunidades, grupos e movimentos sociais do campo, além da cultura, da relação homem-natureza, imobilizando o indivíduo numa rede de relações dominadas pela razão e pelo capital. A conseqüência desse processo é uma crise sociocultural que descaracteriza seus símbolos e signos, sua relação com a natureza e a relação com o outro, fragmentando a dinâmica social e cultural presente nas comunidades.

> "(...) Esta crise leva vários grupos sociais, principalmente os de origem rural, a uma perda de sentido à medida que se destroem as formas de vida tradicional (...). Destrói as formas de vida anterior sem dar condições de reintegrá-los a uma vida social que permita realizarem-se satisfatoriamente (...) Daí as reações múltiplas que retratam um sistema que, se não está prestes a desintegrar-se, submete-se a uma colonização culturalmente estéril sem dar condições aos atores sociais de reagirem aos meios de comunicação de massa regidos pela indústria cultural."(BRANDENBURG[3], apud HABERMAS, 1988)

Assim, o sujeito tem intenção de utilizar o progresso técnico, desde que esse não o faça objeto, não o torne instrumento, e é por este motivo que o sujeito luta por sua liberdade, luta para que sua cultura, suas crenças e suas escolhas sejam respeitadas e reconhecidas enquanto tal. Guattari define este processo como sendo a "subjetivação singular", e Touraine denomina-o "projeto de vida".

O sujeito tem no projeto de vida o instrumento de resistência contra o poder dominante que fragmenta e descaracteriza seus valores, suas crenças e sua identidade cultural. O projeto de vida é a afirmação do sujeito em busca de sua autonomia e independência dos processos que dominam sua singularidade.

O Sujeito-Agricultor só se (re)produz como sujeito quando resiste à dominação, luta por liberdade e reconhece o outro como sujeito (BRANDENBURG, 1999). A resistência à dominação é condição fundante para que o sujeito não tenha no mercado (razão) o ideal de mundo, muito menos tenha na comunidade espaço uno

[2] Neste artigo, o termo agricultura familiar deve ser compreendido na sua expressão mais ampla possível, não é objetivo do artigo debater e diferenciar a categoria agricultura familiar em camponês, agricultor moderno, entre outros.

[3] BRANDENBURG, A. Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Ed. UFPR, 1999, p. 56.

de (con)vivência; ao contrário, tanto um quanto outro podem constituir-se como formas de dominação e homogeneização do indivíduo e da sociedade. Para isso, é necessário que o sujeito crie condições de defesa em relação ao mercado e à comunidade.

A resistência à dominação, da mesma forma que mantém o sujeito distante dos processos homogeneizadores da sociedade, propicia que o sujeito reconheça o outro e este a si mesmo como sujeito; ademais, quebra o isolamento e a individualidade contida anteriormente no indivíduo.

Assim, como a resistência ao mercado e a comunidade são condicionantes para a produção do sujeito, a conquista de liberdade é pressuposto para sua formação, pois o sujeito é a "vontade do indivíduo de ser produtor e não somente consumidor de sua experiência individual e de seu ambiente social" (TOURAINE, 1994, p. 245).

A produção do sujeito não se dará apenas pelo afastamento do mercado e da comunidade, mas essencialmente pela rearticulação destes dois espaços na consolidação de um modo de vida que integra subjetivação e instrumentalidade (TOURAINE, 1998a).

Para tanto, "... a idéia de sociedade civil é indispensável. Ela designa o lugar das ações coletivas realizadas para a libertação dos atores sociais e contra o funcionamento da economia dominada pelo lucro e pela vontade política de dominação. Contra esses dois sistemas de poder, todas as imagens do sujeito buscam criar um espaço autônomo e intermediário" (TOURAINE, 1998a, p. 121).

> "Em suma, a identidade do sujeito só pode ser constituída pela complementaridade de três forças: o desejo pessoal de salvaguardar a unidade da personalidade, dividida entre o mundo instrumental e o mundo comunitário; e luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; o reconhecimento, interpessoal e também institucional, do outro como sujeito" (TOURAINE, 1998a, p. 103).

Assim, o sujeito mais do que ação transformadora, busca a construção e reivindicação de seu projeto de vida que, à luz da liberdade, possibilita a conquista de um novo *modus vivendi* que tem na autonomia a condição para sua reprodução como ator social.

2.2. EXTENSÃO *VERSUS* ASSESSORIA RURAL

O processo de assessoria técnica no meio rural já vem sendo debatido desde a década de 1960, quando a extensão rural passou a ter papel decisivo na implantação do modelo de desenvolvimento da agricultura conservadora.

A extensão rural tradicional passa a operar com base em um arcabouço metodológico em que a técnica, a comunicação e o fator educativo moldam-se na concepção política e ideológica baseada na modernidade, que, determinada por um modelo fundado na racionalidade técnico-instrumental, passa a imprimir esta lógica nos processos de assessoramento.

Dessa forma, não apenas tecnologias foram transferidas. Com elas, a ideologia e as concepções advindas da modernidade aderiram ao cotidiano dos agricultores que dela passaram a fazer parte. Como conseqüência, houve a desestruturação do conhecimento "tradicional" e a desintegração da carga cultural dos agricultores familiares. Em decorrência desse processo, os agricultores tornam-se em meros

> "... agentes econômicos no sentido restrito ou como meros perseguidores da sobrevivência física e social. São pensados pela integração a redes sociais por onde circulam apenas as mercadorias necessárias à reposição do processo produtivo e apartados do consumo improdutivo – de bens que qualificam simbolicamente a posição ocupada e a visão de mundo ou que expressam os investimentos na relativa representação do prestígio social." (NEVES, 1998, p. 150)

As estratégias adotadas pela extensão rural (tradicional) promoveu uma diminuição significativa da autonomia econômica, política, cultural e social dos agricultores. Seja pela dependência financeira (financiamento de bancos, cooperativas e políticas governamentais), seja pela dependência tecnológica (multinacionais, "integradoras" etc.), seja pela dependência política e social (grandes cooperativas e associações), os agricultores passaram de gestores do desenvolvimento para a condição de operadores do desenvolvimento imposto pelo capital.

> "Para chegar-se a um desenvolvimento integral e sustentável, que possibilite melhor qualidade de vida a todos, um fator é fundamental: o conhecimento. No meio rural, o desafio é ainda maior, porque sem ele o agricultor não é efetivamente dono nem do seu pedaço de chão. É através do domínio das tecnologias, do conhecimento sobre as formas de produzir e os instrumentos de trabalho, que as grandes empresas impõem o seu interesse ao agricultor, o qual acaba assumindo uma condição de empregado delas, mesmo que os recursos (terra, capital e mão-de-obra) sejam dele" (CETAP, 1998, p. 234-235).

Será, então, a partir da modernização conservadora que o extensionista assume o papel de estabelecer relações com agricultores objetivando, fundamentalmente, substituir seus conhecimentos por outros, considerados mais modernos e desenvolvidos (FREIRE, 1977). E esse modelo, suprimindo do processo de assessoria os valores, a ética, as vontades, os desejos, a liberdade de escolha do agricultor, em detrimento dos interesses do mercado, do Estado ou da organização coletiva, estabeleceu um novo padrão tecnológico e organizacional à agricultura familiar.

Como bem coloca Freire (1977), a "invasão" promovida pela ação do extensionista à realidade do agricultor não se dá apenas pela via da instrumentalidade, mas também pela cultura e identidade, pois a modernização traz consigo símbolos e referenciais que passam a ser incorporados pela identidade cultural desses agricultores (GUATTARI, 2000).

O assessor, diferentemente do extensionista tradicional, adota uma postura comunicativa que tem como objetivo o estímulo à cooperação e à participação. Segundo Freire (1987, p. 62), o assessor tem o papel de ser um educador, pois "sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador".

Como destaca Neves (1998, p. 148), o processo de assessoramento "se ancora no reconhecimento do saber-fazer dos agricultores e na troca de conhecimentos com instituições encarregadas da produção especializada de saberes técnicos ou científicos".

Contrapondo-se ao caráter educativo da assessoria, Neves (1998) destaca que os mediadores sociais se consideram portadores do papel de educadores como transformadores de comportamentos e visões de mundo.

Desta forma, os assessores desempenham o papel de educadores, com a função de "animar" e problematizar as temáticas relacionadas ao desenvolvimento socioambiental junto aos agricultores. Aqui surge uma questão que é condição primeira para a definição da função e do papel dos assessores: há diferença ou não, entre extensão rural, assistência técnica e assessoria? Como bem destaca um documento do CETAP (1998, p. 133), "historicamente, a compreensão de assistência técnica tem por base o conceito de extensão, ou seja, estender algo a alguém. Os técnicos supostamente portadores do saber 'técnico-científico', levam o conhecimento (estendem-no) aos agricultores, que não sabem".

Assim, o extensionista tradicional é aquele que por princípio é o "dono" do saber, embasado na racionalidade técnico-instrumental, garantindo ao agricultor que este conhecimento acumulado é capaz de solucionar todos os seus problemas. Para o extensionista, o conhecimento deve ser estendido, transferido de forma estanque e o mais "fidedignamente" possível, conforme regem as cartilhas normativas. Tanto a extensão como a assistência caracterizam-se pela passividade, pois não são estimuladas e, conseqüentemente, não estimulam os agricultores a terem uma posição criativa, crítica e problematizadora diante da realidade. Pois, a extensão rural está a serviço das concepções de mundo propostas e construídas pelas instituições capitalistas ou mesmo estatais que objetivam a hegemonização dos processos produtivos com foco na agroexportação.

> "A ideologia que despreza o agricultor como ser pensante, com idéias, iniciativas e conhecimentos próprios, é extremamente generalizada. Isto se manifesta, via de regra, pela tendência dos técnicos de considerarem que o seu conhecimento (supostamente validado cientificamente) é superior ao do produtor e que, portanto, as soluções dos problemas vividos por este dependem das propostas que os primeiros sejam capazes de produzir. Chega a ser impressionante, na literatura internacional sobre projetos de desenvolvimento para a superação da pobreza rural, a constatação de frustrações explicadas pela 'ignorância', 'atraso', 'conservadorismo' do pequeno agricultor tradicional." (PETERSEN e ROMANO, 1999, p. 57)

Já a assessoria, com uma discussão teórico-conceitual ainda em construção, caracteriza-se pela dimensão educadora, como bem destaca o texto do CETAP (1998, p. 232):

> "A situação atual impõe a necessidade de mudanças sociais, políticas, econômicas e metodológicas, exigindo que os técnicos sejam educadores e não simplesmente extensionistas (...). A conjugação do saber do técnico-educador com o saber do agricultor deve gerar um 'novo saber' ou um saber 'melhorado'. Este saber deve possibilitar que o agricultor desenvolva sua própria agricultura de maneira autônoma e liberta".

No entanto, a implementação de uma metodologia de assessoria com esses princípios não elimina por si só o risco de reproduzir relações de poder desiguais, nas quais o assistencialismo e clientelismo prevaleçam. Pois, ainda que se tenha a preocupação de gerar e fortalecer a autonomia e a capacidade de iniciativa dos agricultores e das organizações com as quais trabalham, em muitos casos surgem certas tensões entre o discurso e a prática (ROMANO e ALMEIDA, 1999).

Portanto, o assessor caracteriza-se como um ator social que tem o papel de estimular os agricultores a refletirem sobre as intervenções de forma crítica.

No entanto, o caráter educativo ainda possibilita, mediante a problematização, que haja um resgate significativo do potencial criativo e libertador do ator social, pois, em certa medida, inverte a lógica da agricultura conservadora, que, partindo de regras, receitas e normas de produção e organização, homogeneíza o conhecimento e suas práticas.

> "O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o 'como' de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.
>
> Conhecer é a tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.
>
> Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas.
>
> Pelo contrário, aquele que é 'enchido' por outro, de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende" (FREIRE, 1977, p. 27).

Em casos pesquisados[4], pode-se verificar que a assessoria teve papel fundante no processo de construção de novas relações e a construção de sujeitos sociais. A postura de passividade diante das tecnologias modernas, da exclusão econômica e social, da desvalorização da identidade da agricultura familiar, passa a ser reconstruída a partir de um novo referencial metodológico, político e organizacional.

[4] Ver GHIZELINI, A.A.M. ONGs, Agroecologia e Agricultura Familiar: A Construção de uma Metodologia de Assessoria. Dissertação de mestrado em sociologia. UFPR, Curitiba, 2003.

2.3. NOVOS ATORES SOCIAIS: AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Como resposta às conseqüências da Revolução Verde, do capitalismo acelerado no meio rural e do monopólio das instituições estatais de extensão rural (que conduziram o processo de implementação das ações da Revolução Verde), a partir de fins da década de 1970, instituem-se as Organizações Não-Governamentais (ONGs) no meio rural, as chamadas ONGs de Desenvolvimento Rural. Estas foram criadas, inicialmente, por técnicos, militantes e simpatizantes dos movimentos sociais que, apoiados por setores progressistas da Igreja Católica, atuavam na formação e capacitação, e também como assessores das lideranças e organizações ligadas aos movimentos sociais.

Entendidas como microrganismos do processo democrático, como lugares de inovação e criação, as ONGs "nasceram" com a missão de estimular e promover novas formas de pensar e agir sobre a realidade, e não meramente substituir o papel do Estado.

Segundo Altieri e Masera (1998, p. 74), "as ONGs desafiaram a noção de que o desenvolvimento social somente poderia ser feito 'de cima para baixo', a partir de iniciativas do Estado. Elas também representam um arranjo institucional que enriquece a sociedade civil, abrindo novos espaços de participação social ".

É a partir da década de 1970 que organizações não-governamentais de desenvolvimento rural passam a instalar-se, inicialmente, com o objetivo de capacitar e formar lideranças dos movimentos sociais, bem como assessorá-los no planejamento e na operacionalização de suas ações. No entanto, preocupadas em reverter o processo de empobrecimento dos pequenos agricultores, as ONGs passam a desenvolver ações de assessoria técnica que os subsidiem em práticas alternativas de produção, diminuindo sua dependência econômica, tecnológica e política.

> "No Brasil, os agricultores praticantes de uma agricultura alternativa, são motivados por agentes pastorais da Igreja e por técnicos de entidades não governamentais, principalmente, a se organizarem em associações visando construir um espaço de discussão sobre as condições de sua existência e formas de enfrentamento dos problemas relativos a produção e comercialização. (...) Daí a proposta de construir organizações sociais autogestionáveis, sob a assessoria de técnicos comprometidos com uma ideologia alternativa em relação ao modelo hegemônico da modernização" (BRANDENBURG, mimeo, p. 11).

Assim, as ONGs, motivadas a responder ao grande contingente de agricultores familiares em processo de empobrecimento, passaram a adotar metodologias de trabalho que, baseadas na consolidação de experiências bem-sucedidas, servissem de referência para outros agricultores.

> "... algumas ONGs envolvidas em programas de desenvolvimento rural demonstraram uma capacidade única de compreender a natureza específica e diferenciada da pequena produção, promovendo experiências bem sucedidas na geração e transferência de tecnologias camponesas. Um elemento chave tem sido o desenvolvimento de novos métodos agrícolas baseados em princípios agroecológicos, que se assemelham ao processo de produção camponês" (ALTIERI, 2001, p. 33)

As ONGs de desenvolvimento rural passam a desenvolver metodologias de assessoria que, conjugando técnica-identidade-autonomia, objetivam subsidiar e estimular a construção de novas relações na agricultura familiar. Segundo Altieri (2001a, p.21), "... restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da agroecologia. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais".

Vale ressaltar que muitos técnicos ligados a instituições públicas de assessoria e extensão rural estimularam e implementaram ações no âmbito da agricultura alternativa e da agroecologia; no entanto, as instituições governamentais, como instrumento do poder estatal, mantiveram-se a parte deste debate até fins da década de 1990. Institucionalmente, tais organizações passaram a debater e a implementar, com maior efetividade, tais ações a partir do século XXI.

2.4. AGROECOLOGIA: TECNOLOGIA, METODOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PARA FUNDAR AS BASES PARA UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL

A agroecologia, no Brasil, toma forma conceitual e organizativa muito própria, pois surge de uma discussão proposta e encaminhada por atores sociais engajados e envolvidos política e socialmente na conquista de uma maior autonomia para a agricultura familiar. Irá instituir-se não apenas como uma alternativa tecnológica à modernização conservadora, mas como um movimento social que procura estabelecer novos parâmetros e pressupostos para um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.

A agroecologia "... fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento" (ALTIERI, 2001a, p. 21). A prioridade no ator demonstra que a agroecologia propõe um novo paradigma de desenvolvimento, que considera desde as técnicas de produção até as formas de organização social e política, ou seja, a agroecologia se institui como arcabouço metodológico para um projeto de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A agroecologia, como projeto de desenvolvimento socioambiental, tem na identidade cultural, na integração racionalidade-subjetividade, na relação entre agricultor e assessor, nas formas de comercialização solidária, entre outros, importantes instrumentos que fundamentam a constituição de uma outra agricultura, que, objetivando a autonomia e a construção do sujeito, "lança mão" de um aparato conceitual, metodológico e político.

O processo de assessoramento desenvolvido pelos técnicos das organizações não-governamentais tem direcionado as ações para a construção de um "modelo" produtivo e organizativo em que o desenvolvimento não está limitado a questões técnicas, sejam elas relativas tanto à produção quanto à comercialização. O desafio dos assessores é estabelecer uma proposição que contemple uma nova base tecnológica, como também resgate e valorize sua cultura camponesa.

Assim, a metodologia de assessoramento não pode prescindir de estimular e promover a organização dos agricultores; no entanto, esta deve estar calcada na construção do sujeito, pois se assim não o fizer, a metodologia torna-se instrumento de massificação e de heteronomização[5].

O desenvolvimento e a implementação da agroecologia implicam uma construção metodológica que exige a interação das formas tradicionais e das novas formas organizativas. Isto porque retomar ou, simplesmente, resgatar as formas tradicionais de organização dos "antigos", é contrapor-se à construção do sujeito, pois fundar uma proposta organizativa unicamente na tradição, nos costumes, no comunitarismo é o mesmo que reproduzir a lógica da "racionalidade" capitalista no seu sentido do contraditório.

[5] O conceito de heteronomização se traduz na agricultura camponesa, segundo Ivan Illich citado por Almeida, pela perda de sua capacidade de auto-regulação. ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1999 p. 147.

3. "ESTUDO DE CASO": UMA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO NO CAMPO A PARTIR DA ASSESSORIA TÉCNICA

O objeto desta pesquisa[6] é compreender a relação de mediação instituída entre os agricultores de uma associação formada por grupos de agricultores/as ecologistas[7] e os técnicos de uma organização não-governamental de desenvolvimento rural, ambos localizados no Estado do Paraná e ligados à Rede Ecovida de Agroecologia – Núcleo de Guarapuava.

Para apreender e analisar o processo de mediação entre agricultores e assessores técnicos, foi necessário compreender como esses atores percebiam e analisavam o processo desenvolvido e quais seus fins, assim como os princípios, as concepções e ideologias intrínsecos ao processo.

Os agricultores associados caracterizam-se como agricultores familiares que se encontram entre os modelos de agricultura moderna e de subsistência (camponeses), segundo Lamarche (1999).

De acordo com os dados da Rede Ecovida, os agricultores da associação possuem as seguintes características (quadros 01 e 02):

Quadro 01: Tamanho (Ha) das Unidades de Produção das Famílias Associadas, considerando Área Total e Área Útil[8] .

Área Total (hectares)	Número de Famílias	Porcentagem	Área Útil (hectares)	Número de Famílias	Porcentagem
de 01 a 20	25 famílias	86,2%	de 01 a 20	26 famílias	89,65%
de 21 a 55	04 famílias	13,8%	de 21 a 55	03 famílias	10,35%
Total	29 famílias	100%	-	29 famílias	100%

FONTE: Rede Ecovida de Agroecologia. Núcleo de Guarapuava, Paraná. Janeiro de 2003.

Quadro 02: Somatório das Unidades de Produção dos Agricultores Associados, Área Total, Área Útil e a Média e Área por Família.

	Área Total	Área Útil
Total da área das 29 famílias	364 hectares	263 hectares
Média por família	12,55 hectares	9,06 hectares

FONTE: Rede Ecovida de Agroecologia. Núcleo de Guarapuava, Paraná. Janeiro de 2003.

[6] Ver GHIZELINI, A.A.M. ONGs, Agroecologia e Agricultura Familiar: A Construção de uma Metodologia de Assessoria. Dissertação de mestrado em sociologia. UFPR, Curitiba, 2003.

[7] Esta associação de agricultores/as, tinha em seu quadro de associados, em 2003, 29 famílias (atualmente consta com mais de 60 famílias, 2006), subdivididas em 06 grupos de agricultores/as, localizados na área rural de um município com pouco mais de 12 mil habitantes, sendo que na área rural está mais de 80% dos habitantes. Os grupos desta associação possuem regimento interno e "vida" própria dentro da associação, sendo que a organização "associação" tem como função a articulação e integração das ações dos diversos grupos. A associação está juridicamente constituída e além dos pressupostos legais, possui consolidado entre os diferentes atores envolvidos os princípios da organização que é a agroecologia, economia solidária e organização política e social.

[8] Entende-se por área total, o somatório da área de produção e criação de animais (área útil) mais as áreas de conservação de floresta, beiras de rio, entre outras áreas que não sejam aproveitadas para a produção.

A ONG de desenvolvimento rural que assessora a organização dos agricultores objeto deste estudo é uma organização não-governamental com sede na região centro-sul do Estado do Paraná; tem como público alvo agricultores familiares que não recebem assessoria de nenhum outro órgão ou instituição, que possuem pouca ou nenhuma articulação local, não estão organizados coletivamente e estão abaixo da linha da pobreza (ou seja, possuem renda per capita abaixo de 1 salário mínimo). A área de abrangência da ONG compreende oito municípios da região centro-sul do Estado do Paraná e suas ações estão sendo realizadas desde o ano de 1999.

Com o objeto de pesquisa delimitado e delineado, para o levantamento dos dados necessários para fundamentar o trabalho, realizaram-se entrevistas com dois assessores técnicos da ONG responsáveis por assessorar a associação de agricultores e seus grupos, desde o ano de 1999. Na associação de agricultores foram entrevistados 10 agricultores(as) familiares, representantes dos seis grupos da associação, e quatro agentes de desenvolvimento. Estes são agricultores pertencentes à associação e responsáveis por assessorar e acompanhar os grupos da associação de agricultores técnica e organizacionalmente, ou seja, realizam assessoria rural para os associados.

Utilizou-se como principal instrumento de levantamento de dados a entrevista semi-estruturada que, balizada por um roteiro previamente construído, foi aplicada com o objetivo de estimular os entrevistados a discorrerem sobre as temáticas apresentadas, tendo na pessoa do entrevistador um ponderador, para evitar que o entrevistado não saísse do rumo proposto pelo roteiro. As entrevistas foram registradas em fitas magnéticas e transcritas posteriormente.

Foram utilizados dois roteiros diferentes de entrevista: um específico para os assessores técnicos da ONG e um roteiro para os agricultores familiares e agentes de desenvolvimento.

Além das entrevistas com esses atores, outras técnicas de coleta de dados foram utilizadas: documentos institucionais (estatutos, regimento interno, artigos, arquivo fotográfico, material de divulgação e comunicação, entre outros) e a observação e o acompanhamento, encontros de formação, festas, debates, reuniões de avaliação e planejamento, assembléias, feiras e rodas de conversa.

As entrevistas foram realizadas no período de agosto de 2002 e fevereiro de 2003, e os demais dados foram coletados entre agosto de 2001 e março de 2003.

Utilizou-se a análise de entrevista como instrumento para o estudo dos dados.

Na construção do roteiro de entrevista algumas linhas temáticas foram apontadas para que os entrevistados aprofundassem e identificassem os acontecimentos e as análises destas dos processos ocorrido. O próximo passo estabelecido na análise das entrevistas foi a definição e ordenação dos conteúdos centrais dos discursos coletados. Esse exercício de desconstrução e reconstrução possibilitou que os fragmentos selecionados fossem ordenados numa relação subdividida por temática, permitindo dar a clareza necessária para que fosse realizada uma análise criteriosa dos conteúdos pertinentes ao trabalho (QUEIROZ, 1991).

Desconstruir e reconstruir as entrevistas, com o objetivo de ordenar os conteúdos em temas, possibilitando a identificação e análise das contradições, das repetições e das avaliações realizadas pelos entrevistados, é condição necessária para que os conteúdos não sejam analisados de forma fragmentada e destituídos de sua totalidade.

Em síntese, o processo de análise das entrevistas passou pelos seguintes momentos: 1) definição dos temas centrais relacionados com a problemática do trabalho de pesquisa; 2) identificação e seleção dos conteúdos por tema central de cada entrevista em separado; 3) ordenação dos depoimentos subdivididos pelas temáticas de cada entrevistado, em listagens com todas os depoimentos e conteúdos ordenados; 4) análise dos conteúdos, com o objetivo de reconstruir o processo com base nas entrevistas, e não mais de forma individual e isolada como se apresentava quando nas entrevistas de cada um dos atores sociais; 5) produção de questões que problematizassem os conteúdos, sejam aqueles recorrentes como os contraditórios, com o objetivo de obter algumas respostas às questões levantadas, servindo para a fundamentação do processo de análise da pesquisa; 6) com o conjunto das entrevistas previamente ordenadas, as questões levantadas e suas respectivas "respostas", o passo seguinte foi relacionar os dados analisados das entrevistas com os pressupostos teóricos, à problemática e às hipóteses propostas pela pesquisa (QUEIROZ, 1991).

Esse esforço teve como objetivo principal consolidar um material empírico que, com clareza, coesão e síntese, desse condições para que a problemática estudada pudesse ser fundamentada, possibilitando apontar as contradições ou ratificar a problemática e hipóteses apontadas inicialmente pela pesquisa.

Para tanto, este trabalho teve como hipóteses: primeiro, os agricultores analisam positivamente a intervenção realizada pela assessoria no que diz respeito à proposta tecnológica e à organização social e política gerada com o estímulo da assessoria; em segundo,

criou-se uma identidade entre os agricultores familiares em torno da agroecologia devido ao processo de organização pautado pela integração entre racionalidade e subjetividade, o que conduz os atores a instituírem-se como sujeito sociais.

3.1. ORGANIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

A associação de agricultores estudada tem seu início a partir do ano de 1999, quando da constituição de um grupo informal (sem constituição jurídica) de agricultores/as familiares. Os técnicos da ONG naquele momento iniciavam a assessoria a este grupo com o objetivo de construir uma referência que servisse como "exemplo" para outros agricultores.

Em 2003, este grupo já se instituía como uma associação de agricultores formada por outros cinco grupos, sendo que cada grupo possui uma realidade distinta no que se refere ao sistema de produção e à organização interna.

Quadro 03: Tempo de Produção Agroecológica dos Associados.

Tempo de produção	Número de Famílias	Porcentagem
Até 01 ano	11 famílias	37,93%
Entre 01 e 02 anos	10 famílias	34,48%
Há mais de 02 anos	08 famílias	27,58%
Total	29 famílias	100%

FONTE: Rede Ecovida de Agroecologia. Núcleo de Guarapuava, Paraná. Janeiro de 2003.

Como é apresentado no Quadro 03, o número de famílias que produzem sob a orientação agroecológica foi aumentando em aproximadamente 35% ao ano, o que demonstra que a metodologia utilizada para sensibilizar e organizar os agricultores para a produção agroecológica, como também para a organização política, vem apresentando impacto positivo nas comunidades por onde tem se inserido.

A associação de agricultores, como já foi citado, realiza "assessoria solidária"[9] a outros grupos da região que estão sendo formados, o que demonstra o envolvimento e a capacidade de organização que a proposta metodológica apresentada pelos

[9] A associação de agricultores possui um sistema de assessoria técnica próprio, onde os assessores, ou melhor, os agentes de desenvolvimento, são os próprios agricultores da associação. Estes são capacitados e formados pelos assessores da ONG, e assim passam a realizar a assessoria técnica e organizacional junto aos grupos de agricultores da sua associação.

assessores técnicos da ONG tem conseguido gerar nestas comunidades. Tal proposta de "assessoria solidária" tem sido denominada método "agricultor para agricultor"[10] e já possui experiências consolidadas em diferentes localidades da América do Sul.

> "Os grupos já tão dentro desse trabalho [dos agentes de desenvolvimento] isso foi bem fácil, é uma forma bem mais fácil de trabalhar, porque os assessores são da própria associação, e você sabe que de agricultor para agricultor a coisa funciona melhor, gera mais informação, é bem mais fácil de trabalhar, um entende a língua do outro." (AF)

Nesse período, entre 1999 e 2003, a associação de agricultores conseguiu alguns avanços, entre eles: 1) ganho de autonomia social e política, pois a associação é gestionada administrativa, organizativa e tecnicamente pelos próprios grupos de agricultores, que eventualmente negociam parcerias – termo que fazem questão de ressaltar, visando afirmar-se como organização autônoma; 2) mudança na forma de produção das famílias associadas, com a qual foi possível "sepultar" o mito da produtividade da agricultura ecológica, pois existia a idéia de que sem a utilização de agroquímicos seria impossível produzir sem perder produtividade; 3) ganho de autonomia financeira, pois com a instalação da feira de comercialização dos produtos agroecológicos da associação, iniciada em agosto de 2003, os agricultores conquistaram capacidade de comercializar maior diversidade de produtos com um preço mais justo.

> "Um dos resultados foi o resgate da identidade do pessoal. A maioria do pessoal achava que não tinha mais capacidade pra fazê isso, foi com esse resgate que eles já sabem que podem fazer e que têm capacidade e não têm mais vergonha do que fazem. Antigamente, aqui se falava de produto ecológico e o pessoal tinha até vergonha de fala. Hoje em dia, você fala com água na boca, cheio de esperança e força." (AD)

Com essas conquistas, a associação de agricultores, mais do que autonomia econômica e política, possibilitou o reconhecimento dos atores como sujeitos de um processo de organização que permitiu a valorização da identidade individual e coletiva, assim como seu reconhecimento comunitário.

Faz-se necessário destacar que o resgate e a valorização dessa identidade cultural entre os agricultores desta associação, num primeiro momento, significaram um movimento de cisão com o processo de racionalização que se instituía entre os agricultores,

[10] A metodologia agricultor para agricultor, desenvolvida inicialmente por ONGs de assessoria da América Central, tem por princípio aproximar e estimular que agricultores sejam os promotores do processo de construção do conhecimento. O método realiza-se, principalmente, através de atividades de intercâmbio entre agricultores, considerando prioritariamente os experimentos que os próprios agricultores desenvolvem em sua propriedade. Considera-se que os intercâmbios conseguem motivar os agricultores; produzir e agregar conhecimento e inovações, vendo feitos concretos; e possibilitar comparações entre o passado e o presente, além de fortalecer laços de amizade, solidariedade e companheirismo, rompendo com o isolamento a que estão submetidos nas comunidades rurais.

ou seja, de individualização e de grande dependência tecnológica e econômica.

Identidade e autonomia estão relacionadas intrinsecamente, pois a construção de uma identidade possibilita ao sujeito e ao grupo a (re)constituição das suas aspirações e desejos (solidariedade, justiça social, democracia, espiritualidade etc.); dos símbolos e signos; dos rituais (a mística, no caso desta organização); entre outros elementos, que, num primeiro momento, contribuem significativamente para a afirmação e reconhecimento social dos atores como sujeito e grupo (WAUNTIER, 2001).

A ONG utilizou-se de diversas estratégias para desenvolver uma metodologia de assessoria que tivesse como objetivo resgatar e valorizar a identidade individual e coletiva dos agricultores/as da associação. Dentre as estratégias utilizadas, as que mais chamam atenção foram: 1) o resgate e a valorização dos símbolos e signos culturais (como a enxada, o chapéu de palha, as sementes crioulas, a própria imagem do pequeno agricultor), mediante a introdução da mística nas reuniões, encontros e festas; 2) resgate, valorização, construção e intercâmbio de saberes populares (intercâmbio entre propriedades, entre comunidades e entre municípios e estados), por meio da metodologia de agricultor experimentador; 3) a valorização de referenciais ideológicos e políticos, estimulando a organização comunitária e a organização em rede (sindicato dos trabalhadores rurais, MST[11], MPA[12], FETRAF[13] e a Rede Ecovida); 4) a busca pela autonomia técnica, organizativa e política da associação, mediante a introdução do método agricultor para agricultor; 5) a busca pela autonomia econômica dos agricultores, pela construção de mecanismos de comercialização alternativas (feira livre, ponto fixo e compras públicas).

A mística como estratégia metodológica possibilitou o resgate e a reflexão da cultura camponesa. A mística se caracteriza por ser um instrumento metodológico bastante utilizado pelas comissões pastorais ligadas à Igreja Católica, donde realizam reflexões e análises da realidade a partir da leitura bíblica.

A questão da espiritualidade (católica e evangélica) é algo que faz parte do cotidiano das famílias de agricultores desta região estudada. Desta forma, a mística como instrumento metodológico tem como objetivo resgatar e valorizar a espiritualidade, contribuindo para a organização comunitária, assim como estimular a reflexão

[11] Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

[12] Movimento dos Pequenos Agricultores, movimento este que é ligado à Via Campesina.

[13] Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

por parte dos agricultores a partir de textos bíblicos, que são de amplo conhecimento por todos.

Invariavelmente, as leituras levam os agricultores/as a refletirem sobre as condições de exclusão e a necessidade de lutar contra ela pela via da organização, solidariedade e da mudança das formas de produção (da forma tradicional para a agroecologia).

Vale ressaltar que a grande maioria destas famílias possui a bíblia como o único livro em suas residências e tem na missa mensal o único encontro comunitário.

O elemento mística tem possibilitado, no caso estudado, o resgate e a valorização da cultura camponesa a partir do momento em que o que antes era visto, pelos agricultores/as, como atrasado, antimoderno e arcaico (enxada, insumos/produtos agroecológicos, chapéu de palha, sementes crioulas, entre outros), passar a ser interpretado e compreendido como algo que faz parte da cultura, da história (individual e coletiva) e do projeto de vida dos camponeses.

A mística, além da valorização da carga simbólica individual e coletiva, possibilitou o resgate dos encontros comunitários e a organização coletiva, como os mutirões (puxirão) e as compras coletivas. Para tanto, o grupo é o espaço *sine qua non* para a construção de uma identidade; espaço este que é eminentemente de troca, ou como prefere Touraine, é o espaço de reconhecimento do outro, de valorização das singularidades e ao mesmo tempo da "unidade".

> "A valorização do indivíduo, dos seus potenciais, das suas características, não podem ser apagadas. Elas devem ser potencializadas. Se tu for fazer uma caracterização dos grupos com o qual a gente trabalha, fundamental, pra nós as pessoas têm que estar em permanente troca, em permanente reflexão. Elas não são uma unidade familiar unicamente, elas estão inseridas dentro de uma comunidade. (...) a organização mínima, nossa, é o grupo. Por que é no grupo que se dão as discussões, os debates, porque é no grupo que um motiva o outro quando um tá desanimado. É no grupo que se consegue fazer determinadas reflexões. É no grupo que se fazem certas experiências e estas se multiplicam..." (AT)

Assim como o resgate cultural contribui efetivamente na construção da identidade, a valorização do conhecimento dos agricultores é parte fundante neste processo, na medida em que se constitui como um movimento "de resistência, um movimento de autodefesa contra todas as agressões e ameaças externas. É também uma tentativa de reforçar o espírito de união, de solidariedade destinado a combater esses mesmos perigos" (ALMEIDA, 1999, p. 136).

Dessa forma, foi com a introdução dos métodos agricultor-experimentador e agricultor para agricultor que a metodologia desenvolvida pela ONG de assessoria conseguiu ao mesmo tempo valorizar os conhecimentos "antigos" e gerar novas tecnologias a partir da própria experiência e técnicas utilizadas pelos agricultores em suas propriedades. Estimular que os agricultores vejam na sua prática do dia-a-dia a construção de conhecimento e ao mesmo tempo este ser valorizado e reconhecido enquanto tal por outros agricultores e técnicos, permitiu que a metodologia de assessoria fosse assumida como uma metodologia de organização social, política e técnica por parte dos agricultores e pela associação.

Os técnicos deixaram de estar presente nas propriedades, nos grupos e nas comunidades em todos os momentos de assessoria técnica ou reunião de formação, pois a associação, ao reconhecer sua capacidade de produzir e reproduzir tecnologia, passou a ter (certa) autonomia no processo de assessoramento técnico. Como conseqüência deste processo, os agricultores conquistaram a capacidade de avaliar e decidir quais técnicas e tecnologias são passíveis de serem introduzidas em suas propriedades, diminuindo em muito a intermediação dos técnicos.

Elemento importante para a construção desta "autonomia", foi a metodologia agricultor para agricultor que, assumida como estratégia da própria organização, contribuiu significativamente para o fortalecimento da identidade do grupo. Com essa metodologia os agricultores assumiram o papel de implementar e operar ativamente as instruções dadas. Como agentes de desenvolvimento, os agricultores passaram a ter o "controle" e a autonomia de pensar e atuar segundo seus anseios e desejos, reconstituindo seu papel de ator-produtor de sua realidade, e não o de mero consumidor.

Atualmente, os técnicos da ONG realizam assessoria aos agentes de desenvolvimento, que são agricultores da própria associação, responsáveis em assessorar tecnicamente as propriedades e os grupos de agricultores. O método agricultor para agricultor, somado ao método agricultor-experimentador, permitiu que a associação se constituísse como sujeito de sua história, tendo na autonomia política e técnica condições para a conquista de autonomia.

Os agricultores legitimaram este modelo de assessoria como um processo viável para a construção da sua autonomia. Entende-se que sem um acompanhamento permanente de "animação", como eles mesmos preferem definir o papel da assessoria (seja interna ou externa), a organização coletiva se limitaria aos processos instituídos até aquele momento. A função da articulação é dos agentes de desenvolvimento, que mais do que promotores de novas

práticas e técnicas fundadas na agroecologia, são "animadores" na organização coletiva dos agricultores.

No entanto, o saber prático pode assumir caráter exclusivo diante do conhecimento científico, pois os agentes de desenvolvimento têm acesso limitado às produções científicas e tecnológicas, que poderiam ser integradas à realidade organizativa e técnica dos agricultores. Assim, as relações comunitárias podem sobrepor-se significativamente às relações pautadas pela racionalidade instrumental, mesmo porque, a lógica dos agricultores é a do saber prático. Para tanto, os assessores técnicos da ONG acompanham, permanentemente, por meio de um processo formativo e consultivo os agentes de desenvolvimento, de forma a construir condições mínimas que referenciem e integrem o saber prático ao conhecimento científico, e vice-versa.

E a partir dessa capacidade de organização coletiva o processo de reconstrução da identidade camponesa, há muito descaracterizada, passa a consolidar-se não só no interior da associação, mas principalmente externamente.

Como forma de ampliar as conquistas realizadas no âmbito organizativo, político e técnico, a associação passa a articular a produção com a comercialização, pois com a mudança advinda do projeto agroecológico, a diversificação e a produção de alimentos perecíveis ganham espaço, o que reforça a necessidade de criar mecanismos de comercialização locais. O primeiro passo da associação consistiu na formação de uma feira de produtos agroecológicos em um município de médio porte a 40 quilômetros do município onde moram os associados. Esta feira está em funcionamento há alguns meses, mas já demonstra sua capacidade de ampliação e articulação com outros bairros.

Outros mecanismos de comercialização estão sendo planejados, como a comercialização para a alimentação escolar municipal e a formação de um ponto de feira no município onde moram. Além desses mecanismos, a associação tem comercializado grande parte da sua produção com o Programa Aquisição de Alimentos, que faz parte do Fome Zero e que tem como objetivo a aquisição de alimentos de agricultores familiares (que possuam declaração de aptidão ao Pronaf) e sua doação simultânea a instituições sociais do próprio município.

Com a ampliação dos mecanismos de comercialização, as famílias têm aumentado de forma significativa sua renda, assim como a diversidade de alimentos produzidos. A diversificação não trouxe apenas a melhoria da renda, mas a melhoria da alimentação

para o autoconsumo, assim como a descoberta de que existe a possibilidade de comercialização local de suas produções. A quebra da monocultura (milho, feijão, erva-mate ou soja) possibilita a essas famílias um outro horizonte para seus projetos de vida.

Esse processo só foi possível a partir do assessoramento desenvolvido pelos técnicos da ONG, direcionado para a construção de um "modelo" produtivo e organizativo em que o desenvolvimento não está limitado as questões técnicas, sejam elas referentes à produção ou mesmo à comercialização. O desafio dos assessores foi estabelecer uma proposição que contemplasse uma nova base tecnológica, mas também o resgate e a valorização cultural, o fortalecimento da identidade como agricultores familiares e a organização coletiva fundada na cooperação e solidariedade.

A integração racionalidade-subjetividade, mediante a construção de um marco metodológico que articula o conhecimento (saber prático e científico) e a dimensão política e social, possibilita ao ator contextualizar sua ação técnica com a dimensão política e cultural, ou seja, articular e relacionar sua ação prática cotidiana de produzir alimentos com uma análise contextualizada das relações sociais e políticas inerentes à técnica. A possibilidade de o agricultor interagir com uma dimensão analítica que a modernidade, propositalmente, esvazia e anula durante o processo de transferência de conhecimento, propicia ao ator a (in)formação necessária para contrapor-se àqueles que se sobrepõem de forma hegemônica ao ator social.

Na avaliação dos técnicos, o processo de organização estimulado inicialmente resultou num ganho significativo de autonomia, como pode ser percebido nesta fala.

> "... 80% do funcionamento da associação se dá com ausência de agentes externos, essa é a primeira coisa. Se reúne sozinha, toma decisões, ou seja, são eles que estão encaminhando suas demandas, sem interferência de alguma ONG ou outro órgão de extensão. Ela é bastante independente, seja pelo processo de assessoria que ela mesma conduz. É gente da associação. Pela percepção e concepção que ela tem de agroecologia, que não é uma coisa de mercado. É uma filosofia de vida pra eles. É uma nova forma de fazer agricultura, que é o dia-a-dia deles. O que eu sinto que esses valores intrínsecos da agricultura ecológica, a questão da ética, existe muito em razão da metodologia pastoral, porque trabalha a partir dos valores, enquanto que em outros grupos eles vêem na agricultura ecológica como a possibilidade de se inserir no mercado, ou entra na agricultura por causa de uma questão política. Tem muitos grupos, por que é de um grupo político, e se sou desse grupo então vamo embora, então nesse sentido, eles tem uma boa percepção da agricultura ecológica". (AT)

No entanto, deve haver um pouco de cuidado quando se utiliza a palavra autonomia, assim como é necessário contextualizar o processo de construção do objeto de análise antes de considerá-lo ou não sujeito.

Num primeiro momento, o ganho de auto-estima e a possibilidade do autogoverno permitem as condições necessárias para que o agricultor seja um protagonista e não mais um objeto a serviço do mercado, do Estado ou da comunidade. Por outro lado, num segundo momento, esta mesma "autonomia" pode vir agora "institucionalizada", servir a um poder hegemônico que tem na cooptação do capital ou do Estado estratégia para a retomada de um processo de "domesticação" dos atores sociais.

No entanto, a associação ainda está em processo de construção de um movimento de organização com vistas a "reafirmação de uma identidade em torno de um projeto social aliada a uma conjuntura social caracterizada pela valorização da ecologia, permite ao movimento obter um reconhecimento social" (BRANDENBURG, mimeo, p. 23).

A associação de agricultores passa pelo momento de resgatar e valorizar sua identidade; momento este destacadamente prioritário nesta fase da associação, pois ela busca fortalecer e legitimar-se socialmente como uma organização de agricultores familiares. Para tanto, a associação articulou-se a outras organizações e grupos (consumidores, sindicatos, governos, ONGs etc.) de forma a conquistar espaço social e político, afirmando-se como uma organização coletiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos 60 anos, a extensão rural oficial passou a imprimir um modelo de desenvolvimento que, despreocupado de questões sociais, ambientais e culturais, impôs um processo de modernização pautado pelo alto grau de tecnificação e utilização de insumos, tendo como conseqüência um processo crescente e intenso de empobrecimento no campo, de superexploração dos recursos naturais, de desconstrução da identidade camponesa e da relação homem-natureza.

No entanto, em meados da década de 1970, quando certa homogeneidade e consenso em torno deste modelo de desenvolvimento se consolidava, começaram a se impor atores sociais que, partindo de uma outra concepção de desenvolvimento, passaram a questionar e implementar experiências alternativas. Militantes técnicos e sociais passaram a atuar por meio de Organizações Não-Governamentais

(ONGs) e a implementar técnicas de manejo de produção agregadas a metodologias "alternativas" de abordagem e intervenção comunitária que pudessem "restabelecer" certo empoderamento dos camponeses.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar o sentido atribuído pelos agricultores familiares às intervenções realizadas pelos assessores técnicos de uma ONG no interior do Estado do Paraná, na perspectiva de verificar em que medida tais organizações têm contribuído para a ressignificação de uma agricultura que, respeitando a cultura camponesa, consegue promover a construção de sujeitos sociais.

No caso da associação pesquisada, os agricultores em fase de "modernização", passaram com a intervenção da ONG, a "resgatar" sua identidade cultural como agricultores familiares, sua organização social e política e suas técnicas e formas de manejo, possibilitando certa ressignificação da maneira como se reproduzem como sujeitos produtores de sua realidade.

Pode-se verificar que a metodologia de assessoramento, em conjunto com as formas e técnicas de produção, possibilitou a consolidação de um "modelo" metodológico entre as famílias de agricultores alvo das ações desta ONG. Proporcionou o restabelecimento de "padrões" fundados na relação homem-natureza como ambiente, e o agricultor/a de um operador do processo passou a se ver como um produtor das relações sociais, culturais e econômicas.

Fundada em princípios da agroecologia, da economia solidária, da organização política e da espiritualidade comunitária, a experiência investigada demonstra que não foi apenas a partir do instrumental técnico que foi possível viabilizar a ressignificação de sentidos, olhares e atitudes. Articular as formas de intervenção (metodologia) com técnicas de produção e manejo, com base na agroecologia, permitiu que os agricultores se percebessem como produtores de conhecimento e de processos sociais, possibilitando o reconhecimento dos agricultores/as como atores e sujeitos sociais de sua realidade.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1999.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Tradução: Marília Marques Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS, 2001a.

ALTIERI, M. A. e MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z (org.). Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998, p. 73-105.

BRANDENBURG, A. Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Mimeo, pág. 31.

CETAP. Costruindo uma metodologia para o desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z (org.). Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998, p. 228-239.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. Micropolítica. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Angela D. Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (org.). Para pensar: outra agricultura. Curitiba. Editora da UFPR, 1998. p. 147-168.

PETERSEN, P. e ROMANO, J. O. (Organizadores). Abordagens participativas para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: AS-PTA/ACTIONAID-Brasil, 1999.

QUEIROZ, M. I. P. de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

TOURAINE, A. Crítica da modernidade. Tradução: Elia Ferreira Edel. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINE, A. Poderemos viver juntos? iguais e diferentes. Tradução: Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998a.

WAUNTIER, A. M. A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas. Unijuí: Ijuí. Ed., 2001.

AGRICULTOR FAMILIAR E PROJETO AGROECOLÓGICO DE VIDA

Gustavo Silveira Rosa Pinheiro[1]

1. INTRODUÇÃO

As reflexões contidas neste texto partem dos resultados de pesquisa realizada com agricultores ecológicos filiados ao Núcleo Maurício Burmester do Amaral da Rede Ecovida de Agroecologia, que resultou na elaboração da dissertação de mestrado[2] deste autor junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

A Rede Ecovida de Agroecologia possui um sistema de organização descentralizado com a criação de núcleos em diferentes regiões reunindo membros de uma região com características semelhantes. Entre seus membros encontram-se, além dos grupos de agricultores, ONGs, entidades de assessoria e de consumidores, processadoras e outras pessoas físicas e jurídicas que compartilham o objetivo comum de desenvolver a agroecologia. No momento da pesquisa a Rede Ecovida De agroecologia contava com 21 núcleos regionais nos três estados do sul do Brasil, sendo oito núcleos no Rio Grande do Sul, sete em Santa Catarina e seis no Paraná. Abrangendo cerca de 170 municípios, seu trabalho congrega aproximadamente 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores.

Em seu sistema de organização em rede, os grupos de agricultores de uma determinada região formam um Núcleo Regional. Como se pode observar na tabela 01, os 21 grupos do Núcleo MBA estão divididos em 15 municípios de três regiões distintas; Região Metropolitana de Curitiba, Litoral e Campos Gerais, onde foram realizadas um total de 60 entrevistas em 20 grupos, sendo que o único grupo não contemplado na amostra não tinha participação efetiva no Núcleo no momento da pesquisa.

A opção pela realização de entrevistas utilizando-se questionário ocorreu como forma de complementar à análise que

[1] Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR. E-mail: gsrpinheiro@yahoo.com.br

[2] PINHEIRO, Gustavo Silveira Rosa. Agricultor Familiar e Projeto Agroecológico de Vida. Curitiba, 2004. Dissertação de Mestrado – DECISO/UFPR.

estava sendo realizada pelas participações nas reuniões da Rede desde a fundação deste Núcleo Regional em novembro de 2002. Se, por um lado, esta participação havia nos possibilitado, por meio da metodologia de pesquisa-ação, compreender o projeto coletivo deste núcleo da Rede Ecovida, por outro faltava-nos determinar as motivações individuais destes agricultores, sua opção pela agroecologia e a Rede Ecovida e, portanto, o entendimento dos sujeitos que vinham realizando todo este processo.

A familiaridade com os agricultores adquirida pela participação em diversas reuniões criou o ambiente propicio à aplicação do questionário, sem comprometer os princípios metodológicos que nortearam a pesquisa desde o seu início. Como coloca Thiollent: "Na pesquisa-ação o questionário não é suficiente em si mesmo. Ele traz informações sobre o universo considerado que serão analisadas e discutidas em reuniões e seminários com a participação de pessoas representativas" (THIOLLENT, 1985, p. 65). Em nosso caso específico, a participação nas reuniões da Rede nos permitiu, sempre que se fez necessário, questionar os indivíduos pessoalmente ou todo o grupo, com relação a aspectos surgidos nas entrevistas que geraram dúvidas ou ambigüidades. Esta interação, que mesclou participação nas reuniões do Núcleo Regional e nos grupos de agricultores com entrevistas individuais, permitiu uma abordagem bastante fecunda do problema de pesquisa.

TABELA 1 – NÚMERO DE ENTREVISTAS POR GRUPO

GRUPO	FAMÍLIAS CADASTRADAS	ENTREVISTAS REALIZADAS
1. Campina Grande do Sul	11	05
2. Fruto Caipira	03	*
3. João de Barro	11	04
4. Manancial	08	01
5. Pintassilgo	05	02
6. PRODORGAN	11	06
7. Sabugueiro	12	04
8. Dolo Vivo de Dahvi	14	06
9. Saúde e Vida	11	02
10. Arrozeiro	06	01
11. Cheiro da Mata	07	01
12. Sábia da Mata	11	04
13. Três Barras	05	01
14. APECO	08	02

GRUPO	FAMÍLIAS CADASTRADAS	ENTREVISTAS REALIZADAS
15. APEP	18	07
16. Bioland	04	02
17. Terra Livre	10	04
18. Beija-flor	05	02
19. Don José Gomes	04	02
20. Margarida	10	01
21. Estrela	04	03
21 Grupos	**181 Famílias**	**60 Entrevistas**

Fonte: Pesquisa de campo

* Grupo sem participação efetiva no momento da pesquisa.

2. PROJETO COLETIVO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Ao se analisar o processo de modernização da agricultura evidencia-se como a racionalização de todas as etapas da produção agrícola é um procedimento eficiente pela lógica do capital, mas necessita suprimir outras racionalidades importantes na vida dos atores sociais envolvidos com a produção, em nome da eficácia produtiva. Procurou-se demonstrar como a construção de um projeto agroecológico de vida permite a esses agricultores mesclar esta racionalidade econômica com outras dimensões não-racionalizáveis. Para esta construção, a lógica da agricultura familiar aliada aos princípios da agroecologia cria as condições necessárias para que a unidade de produção passe a ser entendida em primeiro lugar como uma unidade de vida e como tal deve ser gerenciada por outras dimensões que não exclusivamente pela racionalidade econômica.

2.1. CRÍTICA DA RACIONALIDADE ECONÔMICA

Em meio aos quatorze princípios que orientam as práticas agroecológicas da Rede Ecovida perpassam, ora isoladamente, ora em conjunto, três âmbitos principais: ambiental, social e econômico. Dentre os princípios que tratam da esfera econômica podemos citar os seguintes:

"A Rede se pauta pelo incentivo a Agroecologia por seus méritos intrínsecos (sustentabilidade, protagonismo do agricultor, etc) e não pela existência de um mercado diferenciado" (ECOVIDA, Caderno de Formação, 2004, p.16). Este é o primeiro princípio geral da Rede em que se evidencia de forma mais explícita a crítica a racionalidade

econômica como única motivadora para a escolha e gestão do sistema produtivo. Mas o que leva uma Rede de agricultores a orientar suas prática por princípios de sustentabilidade e protagonismo do agricultor e não somente por uma perspectiva mercadológica como ocorre em práticas convencionais de agricultura?

Segundo André Gorz, "a racionalidade econômica foi por longo tempo contida, não apenas pela tradição, mas também por outros tipos de racionalidade, outras finalidades e outros interesses que lhe consignavam limites a não serem ultrapassados" (GORZ, 2003, p.27). Quando motivados pela racionalidade econômica, os atores sociais ultrapassam estes limites impostos por motivações não-racionalizáveis, tais como sentimentos de autonomia, solidariedade, sustentabilidade ambiental e social etc. A busca por reencontrar ou preservar as diferentes racionalidades negligenciadas pela acumulação racional do capital se mostra uma ação irracional sob a perspectiva econômica, porém tem orientado a construção desta prática agroecológica.

Dentro dos princípios da Rede Ecovida fica evidente a proposta de busca pelo equilíbrio entre estas diferentes racionalidades, o que faz com que a perspectiva ambiental esteja constantemente relacionada a questões sociais. "A produção, industrialização e comercialização dos produtos deverão ser feitas sem exploração de trabalhadores, consumidores e fornecedores, bem como da natureza" (ECOVIDA, Caderno de Formação, 2004, p.16), ou seja, a prática agroecológica não deve se restringir à esfera econômica. Com esta prática não se pretende somente implementar um sistema de produção orientado por uma relação que não explore a natureza, mas também caracteriza-se pela busca de uma equidade social, ao não explorar a mão-de-obra quando da produção e mesmo consumidores quando da comercialização.

Esse fator se evidencia assim em todas as etapas do sistema produtivo: "Os produtos devem ser ofertados a preços que sejam justos ao produtor e acessíveis aos consumidores", e ainda que "se estabeleçam relações mais próximas entre agricultores e consumidores através de formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações; bem como a valorização e priorização no atendimento ao mercado interno." (Id.)

Desta forma o projeto proposto pela Rede Ecovida não se restringe aos aspectos técnicos e agronômicos ou mesmo aos aspectos ambientais, vinculando estes aspectos a uma proposta de construção de novos formatos de relações sociais mais solidários. Este projeto é coerente com uma crítica da racionalidade econômica como única

dimensão possível nas sociedades modernas na medida em que "(...) o reducionismo unidimensional da racionalidade econômica própria ao capitalismo teria um alcance potencialmente emancipador porque faz tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico e só mantém, entre os indivíduos, relações monetárias, entre as classes, relações de força, entre o homem e a natureza uma relação instrumental" (GORZ, 2003, p. 27 e 28). Ao fazer tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico, não se levam em conta os anseios e projetos individuais dos atores sociais. Projetos estes que não podem se restringir à esfera econômica. Isto explica a diversidade de atores que se unem à Rede Ecovida em torno do seu projeto de sociedade, pois este não é somente um projeto para os agricultores ecológicos, cabendo em suas reivindicações desejos e interesses de diferentes atores sociais como técnicos e consumidores.

A busca por novos integrantes para o movimento fica explícita quando um dos objetivos da Rede demonstra que: "A inclusão de novos associados, visando integrar um número crescente de parceiros neste projeto de sociedade deve ser uma preocupação constante dos integrantes da Rede" (ECOVIDA, Caderno de Formação, 2004, p.16). Esta é uma estratégia para divulgar os princípios da Rede em diferentes setores da sociedade e desta forma contribuir para o fortalecimento do movimento. Porém, essa busca por novos integrantes acontece na perspectiva de preservar os interesses e objetivos gerais da Rede, integrando diferentes segmentos que compartilhem este ideal social.

Como demonstra a fala de um integrante do grupo 'Campina Grande do Sul': "A divulgação da Rede na região fez com que aparecesse muita gente querendo ser membro do grupo visando somente o lucro. Então a gente (grupo) está colocando alguns critérios para evitar que as pessoas venham só pelo dinheiro sem consideração pelas normas da Rede" (Reunião da Coordenação Geral, nota de campo 13/11/2003,). E ainda em oficina sobre certificação participativa, quando vários grupos de trabalho discutiram sobre o procedimento adequado para realização das visitas para o processo de certificação participativa, um dos grupos colocou que: "Devemos fazer visitas (para certificação) informando sobre um projeto agroecológico para uma agricultura sustentável não visando somente dinheiro" (Curso de formação e capacitação do Núcleo de Ética, 11/08/2003, nota nossa). Outro exemplo significativo aconteceu em uma dinâmica na qual os grupos de agricultores presentes tinham que trabalhar baseados em duas questões sobre a dinâmica de certificação participativa. Em uma delas o grupo deveria refletir sobre a postura e a avaliação durante o processo de visita às propriedades e quais

os princípios éticos que devem nortear este trabalho. Um dos grupos presentes argumentou que, além de avaliar os sistemas produtivos, o núcleo de ética deve: "Avaliar também a ideologia do produtor, se tem princípios ecológicos ou só pensa em dinheiro" (Curso de formação e capacitação do Núcleo de Ética, 20/08/2003).

Esse discurso não deve ser entendido como uma negação da racionalidade econômica e os princípios que a orientam, mas principalmente como uma negação de um tipo específico de ação orientado exclusivamente por esta racionalidade. O que fica demonstrado nestas falas é que o projeto agroecológico para uma agricultura sustentável proposto pela Rede Ecovida não é orientado exclusivamente, ou nem mesmo majoritariamente, pela racionalidade econômica característica marcante das modernas empresas capitalistas. Esta característica que pode ser observada nos agricultores ecológicos do Núcleo Maurício B. do Amaral é coerente com a proposta de um novo paradigma para a agricultura, no qual busca-se conciliar no interior da unidade produtiva diferentes dimensões que permitem conciliar a esfera econômica à proposta ambiental e ainda satisfazer os anseios individuais da família agricultora em diversos níveis. Não se trata, portanto, de um negação da racionalidade econômica, mas da contestação de um modelo produtivo que, ao orientar suas práticas exclusivamente por esta dimensão, negligencia aspectos fundamentais para a reprodução vital dos agricultores.

2.2. UM PROJETO COLETIVO DE MÚLTIPLAS RACIONALIDADES

Em análise realizada com organizações de camponeses do oeste da França, Estelle Deléage demonstra como: "esta preocupação 'de economia' (de insumos externos) ressalta uma racionalidade totalmente diferente daquela existente na agricultura produtivista" (DELÉAGE, 2002, p. 45, nota nossa). Esta agricultura produtivista, semelhante ao que denominamos agricultura convencional, se baseia na racionalidade econômica na qual a obtenção do lucro para o acúmulo ilimitado do capital está no centro das motivações dos agricultores, cujo sistema de produção se assemelha crescentemente ao sistema de uma empresa capitalista.

Em contraposição a esse paradigma, a agricultura ecológica ou sustentável tem se baseado em um outro paradigma, na qual diversas racionalidades são consideradas nas tomadas de decisões para gestão da unidade produtiva. "No paradigma da agricultura sustentável, a lógica econômica do esforço ilimitado é substituída por aquela fundamentalmente cultural, podemos dizer existencial,

da necessidade limitada, do suficiente" (DELÉAGE, 2002, p. 45). Buscar com a atividade agrícola 'somente o suficiente', que por uma ótica capitalista é encarada como uma atitude irracional, pela perspectiva ecológica pode ser entendida como uma estratégia para garantir aspectos mais relevantes para sua autonomia, e realização como um ator social que reivindica a liberdade de determinar os rumos de seu sistema produtivo, pela baixa dependência externa, e de certa forma de seu projeto de vida como um todo, em uma perspectiva mais ampla. Isto justifica a tese da autora de que esta lógica é fundamentada cultural e até mesmo existencialmente. Esta crítica, que permeia o discurso agroecológico, surge como uma reação ao processo de domesticação do mercado que, como ocorreu com a agricultura orgânica, pode vir a subjugar os princípios ecológicos que orientam o movimento. Esta proposta crítica, fundamentada em práticas que não se reduzem a esta racionalidade, é o diferencial do movimento agroecológico em relação à agricultura orgânica, o que fica explicitado no princípio da Rede a respeito da produção.

Um sistema de produção no qual não se utilizam agrotóxicos, adubos químicos e OGMs já esta plenamente apto a ser certificado como um sistema orgânico de produção. A proposta da Rede, no entanto, é que este sistema de produção não se limite a isto, "mas também, e principalmente, que a sua produção busque estabelecer um sistema que permita não somente a preservação dos recursos naturais, mas ainda a recuperação de áreas anteriormente degradadas". (ECOVIDA, Caderno de Normas, 2002, p. 16)

Essa preocupação ambiental supera as exigências para produção orgânica e como forma de rebater a principal crítica feita a este sistema de produção, a Rede coloca explicitamente em seus objetivos que a prática agroecológica não deve se restringir a simples troca de insumos não permitidos (químicos), por aqueles permitidos (adubação orgânica), como forma de possibilitar uma menor dependência externa e, portanto, maior autonomia a família agricultora.

Essa autonomia, além de possibilitar uma maior independência ao agricultor, permite a utilização de práticas mais ecológicas ao respeitar a capacidade de produção dos recursos naturais renováveis locais. Conforme colocado pelo grupo de agricultores que analisou, discutiu e apresentou este princípio da Rede Ecovida para os demais grupos em Curso de Capacitação do Núcleo de Ética, essa prática conservacionista permite distinguir aquele agricultor que compreende a sua unidade de produção como uma "unidade de vida" daquele agricultor que pode ser considerado um "capitalista

verde", demonstrando uma diferença marcante entre os princípios da agroecologia com os princípios da agricultura orgânica. Este aspecto demonstra a proposta de superação do sistema de produção orgânica baseado em critérios mínimos exigidos pela certificação e que orienta suas práticas exclusivamente pela ótica mercadológica regida pela racionalidade econômica.

No âmbito do Núcleo MBA, a proposta agroecológica se constrói como alternativa para superação, sob a perspectiva ecológica, do processo de institucionalização e conseqüente domesticação do mercado, pela qual a agricultura orgânica não mais representa para estes grupos de agricultores uma alternativa socioambiental efetiva ao modelo de produção convencional. Deléage demonstra em seu trabalho que a partir da agricultura sustentável (ecológica), os agricultores passam a exercer em suas atividades novas formas de organização do trabalho, que possibilitam dar um novo sentido a suas vidas. A resistência ao processo de industrialização da agricultura, reivindicação histórica dos movimentos de agricultores ecológicos, passa necessariamente pela crítica da especialização e, portanto, da racionalização do trabalho agrícola.

Uma atividade agrícola de múltiplas funções em oposição à divisão do trabalho e a especialização não ocorre, portanto, por mero acaso, ou pela simples resistência dos indivíduos a mudança de padrões preestabelecidos. A manutenção de antigas práticas, a opção consciente que evita a mudança, possui a importante função de preencher o questionamento individual do ator com relação ao significado e o sentido de sua atividade. Esta atividade não se restringe à produção material e à garantia de sua reprodução vital. Pois, ao contrário de uma empresa industrial, para esses agricultores não existe a necessidade de um cálculo rigoroso, no qual o trabalho deve possuir a previsibilidade e o controle de todas as etapas. Esta necessidade não existe porque esta atividade pertence mais ao seu mundo da vida do que ao seu mundo do trabalho, no sentido moderno empregado ao termo.

A proposta da Rede Ecovida permite resgatar esta lógica na qual trabalhar na agricultura é antes de tudo um modo de vida e não apenas uma profissão ou um trabalho. Resultado disto é a inserção de múltiplas racionalidades na orientação de suas condutas, levando em alguns casos no âmbito do discurso a esta negação explícita da racionalidade econômica. Existe, portanto, uma proposta de construção de um projeto coletivo diferenciado, sob a perspectiva econômica, no qual existe espaço para a atuação de diferentes razões, sobretudo do ponto de vista social e ambiental. Este projeto está se construindo como um ideal social utópico, entendido como

um referencial de condutas a serem adotadas para o seu alcance, no qual se orienta a ação presente.

Assim a agroecologia funciona em maior parte como um projeto do que como prática presente, embora muitos de seus aspectos e princípios possam ser encontrados na prática. Um projeto que se constitui por meio da relação entre esta construção coletiva de um ideal social, econômico e ambiental utópico e as limitações impostas pelas condições materiais. Assim, o movimento agroecológico surge no interior do movimento da agricultura orgânica, mas se diferencia deste por seu projeto construído coletivamente por aqueles agricultores que não mais se contemplavam pelos princípios da agricultura orgânica. Esta contradição interna entre a agricultura orgânica, voltada para o mercado e a agricultura agroecológica fundamentada em princípios ecológicos, demonstra que este não é um movimento linear e isento de contradições e que no interior das correntes que buscam alternativas ao sistema convencional existe uma variada gama de interesses, motivações e situações.

3. O PROJETO AGORECOLÓGICO DE VIDA

Embora o agricultor familiar não seja uma categoria social homogênea, existem neste caso elementos que demonstram a existência de um projeto comum. Como coloca Wanderley, "nas sociedades modernas, o meio rural, longe de perder sua significação e de diluir-se em uma homogeneidade social urbana, reitera suas particularidades, afirmando-se enquanto um espaço singular e um ator coletivo" (WANDERLEY, 2002, p. 3260). Justamente esta singularidade do meio rural, é o que permite a construção de um projeto diferenciado, como o encontrado neste grupo de agricultores.

A construção desse projeto somente é possível quando o ator se institui como sujeito integrando identidades e técnicas que lhe auxiliem na tarefa de modificar o meio em que esta inserido e transformar suas experiências de vida como meio de sua liberdade. "Trata-se de um trabalho nunca terminado, nunca completamente realizado, para unir o que tende a se separar. Na medida em que o sujeito se cria, o ator social fica centrado em si mesmo e não mais na sociedade; é definido por sua liberdade e não mais por suas funções." (TOURAINE, 1996, p. 172). Nessa perspectiva, o sujeito identifica-se com um princípio moral, mas rompe com a moral do dever que associa virtude à realização de uma função social que lhe é imposta.

Assim, o sujeito constrói-se não pela realização do ideal coletivo, mas pela crítica e pelo rompimento com uma função que lhe é designada socialmente. Este rompimento, que permite ao ator tornar-se sujeito, acontece pela busca da realização de seu projeto de vida que não encontrou espaço para realizar-se no cumprimento deste 'dever social'. Assim "o 'projeto de vida' é um ideal de independência e responsabilidade que se define mais pela luta contra a heteronomia, imitação e ideologia do que por um conteúdo" (TOURAINE, 1996, p172, grifo do autor).

Desse modo, o ator social necessita de um projeto para realizar-se como sujeito, para o qual três elementos são indispensáveis: "O primeiro é a resistência à dominação, tal como acaba de ser evocada; o segundo é o amor de si pelo qual o indivíduo estabelece sua liberdade como a condição principal de sua felicidade e como um objetivo central; o terceiro é um reconhecimento dos outros como sujeitos e o conseqüente apoio às regras políticas e jurídicas que proporcionam ao maior número possível de pessoas o máximo de oportunidades de viver como sujeitos." (TOURAINE, 1996, p. 172). Sujeito como resistência, como liberdade e pelo reconhecimento do outro como sujeito, somente se torna possível no momento em este ator assume o controle de sua existência pela realização de seu projeto pessoal.

O meio rural é entendido como um espaço de vida que por suas características singulares permite a realização desses atores. Essa realização norteada pela construção de um projeto de vida que alia a racionalidade econômica a dimensões como autonomia, saúde, trabalho com a família, pertencimento a um grupo e a determinada localidade, permite a construção do projeto coletivo supra mencionado. Assim, a construção de um projeto coletivo utópico somente é possível pela realização desses projetos que se constituem no âmbito da individualidade e que se constituem por diferentes dimensões.

3.1. A DIMENSÃO DO ECONÔMICO

Como demonstrado anteriormente, o projeto coletivo da Rede Ecovida de Agroecologia está fundamentado em diversos princípios que não se restringem à esfera econômica. A existência de uma racionalidade diferenciada daquela encontrada na moderna agricultura convencional evidencia a construção de um projeto coletivo utópico, pela perspectiva social e ambiental. A construção de um projeto coletivo que contempla múltiplas racionalidades somente é possível se este se evidencia na esfera individual, na medida em que é a partir da individualidade que este projeto coletivo se constrói

e se sustenta. Quando questionados sobre a motivação para optar pela agroecologia, a dimensão do mercado é a única que somente aparece conjugada a outras, ou seja, a motivação econômica aparece em poucos casos e nestes sempre acompanhada de outros fatores. "Nós começamos para ter um melhor preço. Hoje vai mais além. Ter qualidade de vida, consciência ambiental, além da opção por um comércio diferenciado (Questionário 16)". Assim muitas falas demonstram que existe um limite para a esfera econômica, ou seja, além de um comércio diferenciado existem interesses que estão associados a outras esferas não-racionalizáveis.

A possibilidade de um mercado diferenciado tem uma função importante na construção deste projeto de vida, embora não se restrinja a ele. A agroecologia é vista em muitos casos como "algo distante de se conseguir. Mas se não começar, a gente não chega lá" (Questionário 28). Essa distância a que se refere a entrevistada ocorre principalmente no processo de conversão da propriedade. Nestas falas fica evidente a percepção de que a agroecologia possui um projeto que está se construindo. "Se a gente quiser começar pelo final, então a gente nem começa" (Questionário 03).

A evidência de uma perspectiva crítica da racionalidade econômica que perpassa a construção dos ideais da Rede Ecovida nos levou a questionar a relevância desta esfera para os atores individuais. Com relação ao fator renda e sua influência na construção deste projeto de vida agroecológico, 55% dos agricultores entrevistados alegaram que a possibilidade de aumento na renda e a existência de um mercado diferenciado não são fatores decisivos para esta opção, contra 45% daqueles que elegeram o fator econômico como o fator decisivo, conforme tabela a seguir.

TABELA 2 – FATOR RENDA E O PROJETO AGROECOLÓGICO

	Freqüência	Porcentagem
Renda não é decisiva	33	55,0
Renda decisiva	27	45,0
Total	60	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Existe, portanto, uma divisão equilibrada entre as respostas; porém é importante destacar que entre aqueles que consideraram a renda como um fator decisivo para a agroecologia, em muitos casos se expressou que parte da decisão acontece pelo aspecto financeiro e a outra metade alia fatores como a saúde e o meio ambiente. Dessa forma, pode-se concluir que para 55% dos entrevistados a renda não possui, ou possui muito pouca influência na construção de um

projeto agroecológico de vida, a ponto de esta não ser determinada por esta perspectiva e que nos 45% restantes a renda é um fator decisivo, mas somente em uma pequena parte é a única ou a principal motivação como se demonstrará adiante.

TABELA 3 – MOTIVO PELO QUAL A RENDA É DECISIVA PARA O PROJETO AGROECOLÓGICO

Motivo	Freqüência	Porcentagem do total	Porcentagem válida
Por que baixa o custo da produção	10	16,7	37,0
Por que agrega valor ao produto	9	15,0	33,3
Por que o fator econômico é determinante para produção	5	8,3	18,5
Não soube responder[3]	3	5,0	11,2
Total	27	45,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Desta forma no interior destes 45% na qual a renda é entendida como um fator decisivo para a agroecologia, 70,3% acreditam nisto porque a agroecologia ou baixa o custo da produção, pela diminuição de insumos externos a propriedade, ou por agregar um valor maior ao produto final. Isso demonstra a existência de um número considerável de agricultores que percebem a troca de insumos químicos por orgânicos como uma das principais vantagens da agroecologia. Além disso, 18,5% deste grupo de entrevistados colocou que o fator econômico é determinante, ou seja, é este fator que define não somente o sistema produtivo, mas também as culturas a serem adotadas na propriedade. Independente se pelo baixo custo da produção ou pelo aumento do preço final, mas a perspectiva de geração de renda é determinante para sua decisão. Nesta parcela, que representa 8,3% do total de entrevistados, estão inseridos aqueles para quem a opção pela agroecologia tem como fator principal ou exclusivo a dimensão econômica.

Por outra perspectiva, 55% responderam que a renda não é fator decisivo na escolha do sistema produtivo, ou seja, o projeto agroecológico de vida pode levar em conta o aspecto econômico, mas este não é determinante. Em suma, a existência de um mercado diferenciado, o baixo custo da produção e a possibilidade um preço superior não são considerados decisivos, ou seja, mesmo que não houvesse este diferencial optariam pelo trabalho com a agroecologia, pelos seguintes motivos, como demonstra a tabela.

[3] Refere-se às respostas pouco precisas, na qual o entrevistado afirma que a agroecologia aumenta a renda, mas sem descrever como isso acontece.

TABELA 4 – MOTIVO PELO QUAL A RENDA NÃO INFLUENCIA NO PROJETO AGROECOLÓGICO

Motivo	Freqüência	Porcentagem do total	Porcentagem válida
Por ser uma forma de preservar a saúde e o meio ambiente	14	23,3	42,4
Questões filosóficas, identificação com a causa agroecológica	10	16,7	30,3
Por buscar uma maior qualidade de vida	6	10,0	18,1
Para aproveitar melhor a pequena propriedade e maior independência	2	3,3	6
Porque não existe diferença no preço	1	1,7	3
Total	**33**	**55,0**	**100,0**

Fonte: pesquisa de campo

Alguns entrevistados colocaram que a renda não influencia porque durante o processo de conversão da propriedade a produtividade baixa e o rendimento fica comprometido. Por esse motivo, para aquelas propriedades que se encontram mais inseridas no pacote tecnológico da agricultura convencional a construção de um projeto agroecológico pode ser inicialmente um péssimo negócio pela perspectiva financeira, principalmente em sua fase de conversão. "A conversão foi difícil pois no começo caiu muito a produção, mas assim que a terra se equilibrou a produção melhorou muito" (Questionário 15). Alguns produtores chegam a se queixar da falta de incentivo governamental para financiar esse processo de conversão, como forma de permitir que a propriedade se mantenha durante esse período.

Por outro lado, os menos inseridos na modernização tecnológica não encontram esse tipo de problema. "O processo de conversão foi fácil pois a terra em que começamos estava desocupada havia muitos anos" (Questionário 38). Assim, em uma terra que não estava sendo utilizada pela agricultura convencional não houve problemas para a implementação de um modelo agroecológico, o que confirma a hipótese de que os agricultores familiares, por estarem menos inseridos no processo de modernização agrícola e por ainda preservarem antigas práticas de cultivo, se adaptam mais facilmente aos diferentes sistemas de produção ecológico.

Neste grupo de agricultores, no qual a renda não é determinante para a construção de um projeto agroecológico, existem vários

fatores que perpassam esta tomada de decisão. Dessa forma: "Somente a questão econômica não é motivo (...) O que mais levou-me a esta mudança foi a questão da preservação do meio ambiente e da saúde por uma forma diferente de produzir" (Questionário 10). E, ainda: "Nem sabíamos da diferença de preço quando entramos em conversão. Foi pelo manejo mais saudável e hoje por identificação com o propósito da agroecologia" (Questionário 17), ou seja, existe uma motivação na qual a dimensão econômica, embora relevante, não é a principal ou única determinante. Se, em maior ou menor grau, a motivação econômica é entendida como um dimensão importante mas não exclusiva por estes atores, cabe-nos determinar como se expressam estas outras dimensões.

3.2. A DIMENSÃO DA AUTONOMIA

André Gorz é um autor que irá demonstrar como a racionalização de diferentes esferas da vida experimentada pelas sociedades industriais exigiu um alto grau de complexidade das esferas econômica, administrativa, jurídica, científica e a sua relativa autonomia. Este processo de autonomização das instituições sociais criou as condições para o surgimento de aparelhos complexos cujo funcionamento ultrapassa a compreensão dos indivíduos. A partir do momento em que os indivíduos perdem a visão do todo, estes passam a desempenhar funções, que pelo seu alto grau de especialização, não correspondem as suas motivações individuais. A execução de tarefas que não dependem mais da disposição pessoal e de sua capacidade e motivação, leva a este fenômeno que Gorz denominou 'integração funcional' ou 'cisão entre trabalho e vida'. Segundo o autor:

> Chamo funcional uma conduta que é racionalmente adaptada a um fim, independente da intenção que tem o agente de perseguir esta finalidade que, ele nem mesmo conhece. A funcionalidade é uma racionalidade externa trazida a uma conduta pré-determinada e prescrita ao ator pela organização que o envolve. Tal conduta é a função que tem a desempenhar, sem discutir seus objetivos. (GORZ, 2003, p. 39)

Desse processo a que se refere o autor, resulta para cada indivíduo uma retração do domínio sobre o seu trabalho e, sobretudo, uma crescente perda do entendimento dos fins desta organização da qual faz parte e que quanto mais se desenvolve mais tende a funcionar como uma máquina, do qual o trabalho é entendido como mais uma engrenagem no sistema. Gorz irá denominar como "esfera da heteronomia o conjunto das atividades especializadas que os indivíduos devem cumprir como funções coordenadas do exterior por uma organização pré-estabelecida" (GORZ, 2003, p.39 e 40). Neste

processo os indivíduos cumprem tarefas especializadas a revelia uns dos outros, na medida em que a complexidade do sistema impede a criação de mecanismos auto-regulados no qual os atores teriam condições de assumir um maior controle e responsabilidade por suas atividades.

Nessa perspectiva, pode-se colocar que o processo de modernização da agricultura, conforme demonstrado no capítulo 01, impôs aos agricultores um novo modelo de produção baseado na rentabilidade máxima da terra, desconsiderando as particularidades de cada região e as motivações individuais dos atores. Dessa forma, a motivação de muitos agricultores em trabalhar com a agroecologia acontece pela busca de alternativas ao sistema de produção convencional. Assim, o projeto da agroecologia está se construindo em oposição à agricultura convencional e àquilo que ela representa para muitos destes agricultores; a imposição de um pacote tecnológico que não leva em consideração seus interesses e particularidades e que pela utilização constante de insumos químicos gera um alto grau de dependência técnica e financeira, além de problemas com o meio ambiente e com a saúde da família.

Isso ressalta a oposição existente entre as diferentes formas de produção ecológica e o sistema convencional, que pode ser demonstrado na fala de um dos agricultores entrevistados que desempenha um papel de liderança do MST. Segundo ele, a decisão de adotar o sistema tecnológico convencional como o padrão para os assentamentos estava prejudicando a ampliação do movimento. Assim, o motivo de escolher trabalhar com agroecologia aconteceu "porque o MST estava perdendo o seu campo político" (Questionário 20) e precisava, dessa forma, trabalhar com um sistema de produção que contemplasse um número maior de agricultores em sua base. Em suma, o MST estava, e ainda está na maioria dos casos, reproduzindo uma lógica de produção à qual muitos agricultores estão se opondo.

A forma como a agroecologia se confronta com a agricultura convencional ultrapassa a substituição de insumos químicos por orgânicos, como se expressa na fala de outro integrante do MST: "Após o grupo optar pela agroecologia já 'resgatamos' 70 variedades de sementes que estavam se perdendo" (Questionário 37). A busca pela preservação de variedades de sementes crioulas, um dos objetivos da agroecologia, permite uma ação de confronto direto com as grandes empresas do setor agrícola interessadas diretas na venda de sementes híbridas que compõem o pacote tecnológico da agricultura convencional.

Esse resgate de sementes expressa a busca pela autonomia e pela sua possibilidade de reassumir o controle do sistema produtivo, na medida em que a família agricultora volta a ser a proprietária das sementes e tem o poder de decisão sobre elas. Isto significa não depender a cada ano da compra de sementes, uma vez que ele mesmo pode produzi-las. Por este motivo organizam-se atualmente encontros regulares entre os agricultores com o objetivo principal de trocar sementes 'crioulas', aumentando assim a independência dos pequenos produtores com relação a grandes empresas e incentivando a criação de novas relações e de uma maior organização por parte dos atores envolvidos. Se o projeto da agroecologia se pretende uma alternativa efetiva ao modelo convencional de produção, isto somente será possível se os agricultores e seus grupos locais incorporarem estes ideais de independência e solidariedade em suas ações e em seus projetos de vida.

Dessa forma, percebemos a existência da busca de um projeto de vida na qual os atores tenham um maior domínio sobre as suas atividades, encontrando alternativas para os insumos externos a propriedade. A existência de uma esfera reguladora exterior, que designa funções sociais a revelia dos desejos e ambições pessoais do ator, faz com que muitos questionem a significação e o sentido desta ação funcional. A crítica da racionalidade econômica[4] como dimensão exclusiva existente neste projeto de vida, se configura como a crítica a uma imposição heterorregulada, na qual não existe espaço para outras dimensões consideradas importantes por estes atores para a realização de seus desejos e projetos. Nessa perspectiva, se a agricultura convencional é entendida como algo externo à propriedade, no qual se impõe uma lógica produtivista que não se enquadra em sua perspectiva de vida, a agroecologia passa a ser entendida como a possibilidade de desenvolver um sistema de produção auto-regulado e, portanto, mais autônomo, criando alternativas as imposições desta esfera da heteronomia, ou a uma função social determinada por terceiros (funcional).

A troca de insumos químicos, exterior à propriedade, por insumos orgânicos, existentes no interior do próprio sistema produtivo, permite à família agricultora gerenciar o sistema produtivo com mais independência e autonomia. Pois quanto maior o equilíbrio ecológico da propriedade mais o próprio sistema fornece a adubação orgânica necessária para a sua manutenção, tornando a propriedade cada vez mais independente de insumos externo. Mais uma vez, quanto maior a inserção no processo de modernização da agricultura maior a dificuldade de estabelecer esta autonomia.

[4] O conceito de racionalidade desenvolvido por Max Weber refere-se a escolha racional dos meios e estratégias para atingir um fim. A racionalidade econômica estamos nos referindo a a um tipo específico de racionalidade com relação a fins econômicos.

"Necessidade de buscar insumos fora da propriedade foi o que mais dificultou a conversão" (Questionário 20), ou seja, uma propriedade em conversão do sistema convencional para a agroecologia, pode encontrar dificuldades pela falta de insumos orgânicos no interior do sistema. Porém, quando a propriedade encontra um equilíbrio ecológico, pode-se produzir com um baixo grau de dependência externa e, portanto, com maior autonomia. Essa independência adquirida pela família agricultora é parte importante para a construção de seu projeto de vida, na medida em que ela passa a ter um maior poder de decisão que lhe permite determinar, entre outras coisas, qual o limite para a dimensão econômica e quais os outros fatores que irão preencher este espaço em seu projeto.

Com esta análise pode-se concluir que este projeto se constrói em oposição à esfera da heteronomia, entendida aqui como a imposição exterior de uma lógica que não se enquadra na expectativa de vida destes atores. Existe uma resistência ao modelo de produção convencional, que não acontece somente pelos aspectos técnicos, mas ao modo de vida que lhe é conseqüente, na medida em que se trata de um modelo definido a revelia dos interesses individuais. Existe, portanto, uma crítica às conseqüências sociais e ambientais deste processo de modernização da agricultura, mas, além disso, a reivindicação pela construção de um projeto de vida que concilie diferentes racionalidades como condição para sua realização pessoal. Este é um projeto que não se limita a reprodução material da vida, pois alia a racionalidade econômica a outras esferas como a saúde, a família, morar e trabalhar no mesmo local, em conjunto com a família, produzindo a terra, de acordo com os ciclos da natureza, em um tempo e uma atividade que não podem ser calculados e definidos racionalmente.

Essas características é que fazem Touraine colocar que o projeto de vida é um ideal de independência que se define mais pela luta contra a heteronomia do que por um conteúdo específico, conforme citado anteriormente. Dessa forma, esses projetos individuais, coerentes ao projeto coletivo da Rede Ecovida, buscam reencontrar ou preservar as diferentes racionalidades negligenciadas por um modelo de produção que privilegia somente a dimensão econômica e a acumulação ilimitada do capital.

3.3. A PROPRIEDADE RURAL COMO UNIDADE DE VIDA

A percepção a cerca da propriedade como uma unidade de vida e não somente como uma unidade de produção emerge como uma dimensão importante para a construção deste projeto de vida. A gestão da propriedade a partir da perspectiva de uma unidade de vida é o que permite o resgate de racionalidades outrora suprimidas

ou a construção de novas pela perspectiva de um novo projeto de vida, possibilitado pela prática agroecológica.

Quando o processo de modernização da agricultura impôs um modelo capitalista de utilização da propriedade considerou que aquele era somente um espaço produtivo, a semelhança da empresa capitalista, mas ignorou que em muitos casos este é, em primeiro lugar, o local onde a família vive. Esta peculiaridade do meio rural, na qual o local de trabalho é o mesmo local de reprodução da vida cria as condições singulares para a construção do projeto de vida destes atores. Assim:

> 'Morar e trabalhar' é também, social e culturalmente, o modo pelo qual é possível garantir o pertencimento a uma sociedade local. Sociedade rural no sentido clássico deste conceito. Aqui por um lado, ressalta-se, a importância da vizinhança e dos grupos cuja integração se alimenta da proximidade e, por outro lado, se estabelece a marca da ruralidade do projeto de vida, distinta do que se pode viver nas cidades, onde morar e trabalhar são vistos como dissociados. (WANDERLEY, 2002, p.3265, grifo da autora)

Como muito bem expressa a autora, a importância da vizinhança, dos grupos é a marca da ruralidade, a qual irá criar as condições para incorporar a 'alternatividade' e a singularidade do projeto de vida. A alternatividade que se expressa pela crítica da racionalidade econômica como fator exclusivo e a singularidade do sentimento de pertencer a uma sociedade local, sociedade rural no sentido clássico. A noção de pertencimento a uma localidade é reforçada pela Rede Ecovida no momento em a articulação dos grupos locais é pré-requisito para a certificação participativa e para o funcionamento da Rede como um todo, conforme demonstrado anteriormente. São os grupos locais que reforçam o sentimento de pertencer a uma localidade, sendo estes interpretados como o incentivo para a continuidade do trabalho e o suporte para os momentos de dificuldade. "O apoio do grupo foi fundamental para superar o processo de conversão" (Questionário 17).

Muitos colocam inclusive que a agroecologia somente conseguiu se desenvolver e ser reconhecida no âmbito local após a criação do grupo e da certificação participativa. A diferença fundamental é a de que antes com a certificação por auditagem cada produtor ficava isolado em sua propriedade e que a dinâmica das reuniões da Rede permitiu um reconhecimento que antes não existia. As reuniões aproximam os agricultores de uma mesma localidade na medida em que ocorrem reuniões mensais, sempre em propriedades diferentes, conforme dinâmica explicitada no tópico 3. Por isso o entendimento de que "A agroecologia é também uma forma de convívio diferente, fortalecendo e respeitando os grupos, formando

idéias novas e as colocando em prática..." (Questionário 06). Toda essa dinâmica criada pela Rede, de visitas e reuniões mensais, visitas para certificação em outros grupos e a troca de experiências possibilitada por este convívio, aumenta o vínculo existente entre os participantes da Rede. Esse é outro fator que demonstra a importância que a Rede imputa a participação, não somente para a certificação participativa, mas também em todas as etapas desta construção coletiva.

Essa dinâmica somente é possível pelas singularidades inerentes ao meio rural, na qual morar e trabalhar é um dos fatores que distingue este modo de vida encontrado no meio rural, daquele possibilitado pelo meio urbano, onde a industrialização desencadeou um processo denominado por Gorz como a 'cisão entre o trabalho e a vida'. Segundo o autor, "A conduta da empresa só pode adequar-se à racionalidade econômica se todas as esferas da sociedade e a própria vida dos indivíduos forem conduzidas de maneira racional, previsível e calculável" (GORZ, 2003, p. 38). Tal racionalização de todas as esferas da sociedade, inclusive da esfera da vida dos indivíduos é o que acarreta esta dissociação entre o trabalho e a vida.

Esse processo de racionalização jamais acontece de maneira completa no meio rural, onde a produção por suas características naturais não pode se conduzir por um cálculo racional e previsível semelhante a uma empresa moderna. Como demonstrado no capítulo 01, a base natural da agricultura criou obstáculos que impossibilitaram a modernização completa, mesmo na mais tecnificada agricultura. O meio rural, e mais especificamente a agricultura familiar, por suas singularidades reúnem as características necessárias para a realização de um trabalho fundamentalmente auto-regulado e, portanto, com maior possibilidade de ser norteado por suas motivações pessoais e não designado funcionalmente.

Na definição de Gorz, os pressupostos para uma atividade autônoma são a auto-organização; uma busca livre da finalidade a que se propôs; e ser humanamente satisfatório para as pessoas que a ele se dedica (GORZ, 2003, p. 82). Conforme definido anteriormente, a agricultura familiar, para autores como Lamarche e Wanderley, corresponde à unidade de produção que possui a família como proprietária dos meios de produção, bem como esta assume o trabalho e organiza a produção. Uma propriedade gerida por esta lógica encontra melhores condições para determinar quais as atividades serão desenvolvidas no interior do sistema produtivo e, dessa forma, determinar o limite que conciliará a esfera econômica com outras esferas necessárias a sua realização pessoal.

Quando um agricultor passa a trabalhar com a perspectiva de uma unidade de vida, fica mais difícil de dissociar-se trabalho e vida. Esta nova percepção permite pensar a propriedade de forma mais ampla: cultivar a terra para produzir é ao mesmo tempo trabalhar e construir a vida. Esta é uma singularidade do meio rural e mais especificamente da agricultura familiar que, desta forma, não pode ser encontrada no meio urbano onde cada vez mais se dissocia a esfera da vida da esfera do trabalho.

Gorz defende a noção na qual o trabalho deve ser encarado em primeiro lugar como uma atividade que permita um desenvolvimento pessoal e a potencialização das qualidades humanas. Sob esta perspectiva, do trabalho como instrumento para emancipação do homem, é que a "(...) racionalização econômica do trabalho revela a pobreza de sua abstração" (GORZ, 2003, p. 85). Conforme colocado anteriormente, esta racionalização ocorre de forma distinta nos meios urbano e rural, o que faz com que exista uma diferença fundamental para uma atividade quando ela é exercida no meio urbano, daquela que pode ser encontrada no meio rural. Esta diferença pode ser sentida com mais intensidade pelos agricultores provenientes do meio urbano. Como pode ser demonstrado na fala de uma agricultora neo-rural de Tijucas do Sul, que trocou o ramo de telefonia pela produção e comercialização de hortaliças. Esta produtora que atualmente possui uma banca na feira verde, colocou que: "me sinto muito mais feliz e realizada agora, do que como empresária" (Questionário 25, nota de campo).

Dentro dessa perspectiva, Gorz coloca um questionamento relevante: "Sob este ângulo o trabalhador reprofissionalizado de novo tipo (...) esta mais próximo que os tipos de trabalhadores tradicionais de um possível ideal de humanidade?" . E ainda; "A tarefa complexa que lhe é requerida pode preencher sua vida e imprimir a ela um sentido sem ao mesmo tempo mutilá-lo? Em uma palavra, como este trabalho é vivido?" (GORZ, 2003, p. 85). Esse questionamento do autor é fundamental para compreender o trabalho tal qual vem sendo realizado no interior de uma propriedade percebida como unidade de vida. Pois constata-se que a especialização do trabalho não foi capaz de contribuir para o desenvolvimento das faculdades humanas e, em muitos casos, contribui para deturpá-las. Nesta perspectiva, a construção de um projeto de vida na agroecologia permite a busca pela realização de um trabalho que possa lhe proporcionar rendimentos ao mesmo tempo em que preenche sua vida e imprime a ela um sentido.

Se o trabalho designado funcionalmente não consegue preencher um espaço importante para a realização pessoal do ator,

cabe a ele buscar instrumentos que lhe permitam construir uma atividade baseada em suas motivações. Nessa perspectiva, o principal motivo encontrado para a construção de um projeto de vida, ora como fator exclusivo, ora associado a outros fatores, foi a busca por uma melhor qualidade de vida. Embora a idéia de uma filosofia de vida, ou de um estilo de vida diferenciado apareça de forma mais explícita nos agricultores neo-rurais, "Trabalho com a agroecologia por motivo filosófico, por ser mais saudável e se encaixar no meu estilo de vida" (Questionário 17), a perspectiva de que o trabalho com a agroecologia permite uma vida melhor para toda a família agricultora foi a resposta mais comum ao questionamento sobre esta motivação. "Fui em busca de qualidade de vida e encontrei em minha chácara" (Questionário27).

Existem vários elementos presentes nesta proposta que permitem esta qualidade de vida. "Preocupação ambiental e melhorar a qualidade de vida da família e para que meus pais se alimentem de produtos sadios" (Questionário 06). Assim existe uma diferença marcante, entre o trabalho quando este acontece pela agroecologia ou pela agricultura convencional. "A agroecologia não é igual ao cultivo convencional porque enfoca melhor a qualidade de vida" (Questionário 17), ou seja a agroecologia é entendida como o sistema de produção que permite um melhoramento na qualidade de vida da família. Como em ambos os sistemas se está inserido no meio rural trabalhando com a agricultura familiar, portanto inseridas na mesma lógica singular supramencionada, a característica da agroecologia que permite uma maior qualidade de vida em relação ao sistema de produção convencional é a não utilização de agrotóxico e a conseqüente melhoria na saúde da família.

Saúde e qualidade de vida aparecem como elementos indissociáveis na perspectiva dos entrevistados, e embora a agroecologia seja mais facilmente relacionada à saúde pela não utilização de produtos químicos , "Trabalhar com agroecologia é poder produzir sem se preocupar com os agrotóxicos" (Questionário 48), nota-se também a relação existente entre a ingestão de alimentos tido como 'puros' e a possibilidade de se viver no meio rural mas cultivando a terra de acordo com os ciclos da natureza, ou seja, criando uma relação de reciprocidade com o meio ambiente. Desta forma, "a longevidade e a qualidade da vida depende do alimento que ingerimos e onde vivemos" (Questionário 08).

A não utilização de produtos químicos confere à agroecologia as qualidades necessárias para uma melhoria na saúde da família proporcionando, portanto, uma melhor qualidade de vida à família agricultora. Além disso, o entendimento acerca da natureza como

uma aliada na produção e toda a mudança nas práticas que decorrem desta nova concepção permitem o resgate de um sentimento de pertencer à natureza e de integração ao meio ambiente diferenciado dos outros sistemas de produção. Quando um agricultor coloca que "a agroecologia nos aproxima da natureza e de tudo o que é sagrado" (Questionário 04, nota de campo), perpassa uma noção que entende a natureza em um sentido mais amplo. A percepção de que a agricultura convencional somente explora a natureza enquanto a agroecologia permite uma relação de troca que possibilita seres humanos e meio ambiente viverem em harmonia é muito comum, demonstrando um dos diferenciais em construir-se um projeto de vida agroecológico.

O diferencial do sistema agroecológico para a construção de um projeto de vida é que este sistema necessita de um equilíbrio ambiental que faz com que a natureza seja entendida como uma aliada. ou seja, não é somente a não utilização de agrotóxicos e produtos químicos que permitem uma melhoria na saúde e na qualidade de vida da família. Uma nova forma de relacionar-se com a natureza permite o resgate de antigas práticas que proporciona: "Mantemos com a natureza uma relação de interação, tendo com isso uma vida mais saudável e um ambiente ecologicamente equilibrado" (Questionário 05). A característica da agroecologia pela busca de um equilíbrio ecológico da propriedade permite uma relação de reciprocidade com a natureza, que possui um papel importante na construção destes projetos.

Esses dados demonstram como existe a percepção em boa parte dos agricultores de que a troca de insumos químicos por insumos orgânicos traz um diferencial não somente pela possibilidade baixar os custos com investimentos para a produção e por agregar valor ao produto pela qualidade ecológica, mas também pela questão ambiental, pela saúde e por proporcionar uma menor dependência externa da propriedade e, portanto, uma maior autonomia e independência do agricultor. Este entendimento é que permite a escolha de trabalhar com um sistema agroecológico e não se restringir a um sistema voltado para o mercado.

Dessa forma, a particularidade encontrada nos projetos de vida dos agricultores agroecológicos é a crítica à economia como fator exclusivo e excludente de outras racionalidades. Não existe uma negação desta racionalidade econômica, mas a busca por um sentido a sua vida, pela construção de um projeto que se expressa pela reivindicação destes indivíduos do seu direito a ser um ator social e como tal assumir o controle de suas atividades, de seu trabalho, portanto de sua vida. Com esse intuito, a agroecologia

possui as características necessárias para restabelecer a unidade entre trabalho e vida, sendo a relação com a natureza o principal diferencial deste sistema de produção específico, sendo o que lhe permite a construção deste projeto de vida singular, pela busca do equilíbrio entre estas diferentes dimensões.

4. REFERÊNCIAS

DELÉAGE, Stelle; Qual o futuro do trabalho na agricultura francesa? In: BRANDENBURG, Álfio. Desenvolvimento e meio ambiente: caminhos da agricultura ecológica. Curitiba, PR: Editora da UFPR, n. 6, 2002.

ECOVIDA; Caderno de formação:certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

ECOVIDA; Caderno de Normas para Certificação de Produtos Ecológicos. Sul do Brasil, 2002.

GORZ, André. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

GORZ, André. Crítica da Divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez editora: Autores Associados, 1985.

WANDERLEY, M. Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Texto apresentado no seminário internacional planejamento e desenvolvimento territorial. Campina Grande, 1999.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro.Texto para ANPOCS, 20, Caxambu, 1996.

TOURAINE, A. Crítica da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. O que é a democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Poderemos viver juntos? Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM NOVO SINDICALISMO EM CONSTRUÇÃO

Almir Sandro Rodrigues[1]

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT – entidade vinculada à Central Única dos Trabalhadores), tendo por objetivo geral investigar de que maneira esta organização representa a possibilidade de um novo tipo de sindicalismo neste início de século. Para tanto, avalia-se o modo pelo qual a estrutura da FETRAF expressa avanços na organização do sindicalismo rural brasileiro e de que forma suas práticas indicam inovações no processo de fortalecimento da agricultura familiar. Isso requer, também, compreender a trajetória social e política dos dirigentes e lideranças da Federação. Outro aspecto a ser investigado é como alguns dos agentes envolvidos contribuem na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, assim como a maneira pelo qual eles pretendem se tornar representantes do campo da agricultura familiar.

A FETRAF é uma organização recente dos trabalhadores na agricultura familiar do Brasil, de natureza sindical, que busca aglutinar os sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos de agricultores familiares da Região Sul, vinculados ou próximos à CUT.

A Federação, sediada em Chapecó/SC, articula-se com 178 sindicatos, atua em aproximadamente 240 municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses municípios representam uma "base social de cerca de 300 mil famílias e 800 mil agricultores familiares". Além das organizações sindicais, a Federação se articula com associações da agricultura familiar (FETRAF, 2001b, p. 1).

A agricultura familiar tem sido considerada um lugar

[1] Mestre em Sociologia pelo Departamento de Ciências Sociais da UFPR. E-mail: filorodrigues@yahoo.com.br. Artigo elaborado a partir de dissertação defendida em maio de 2004, disponível na Biblioteca Digital da UFPR (http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/2994).

privilegiado para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário, principalmente na perspectiva do desenvolvimento local. Na Região Sul, percebe-se um cenário de grande debate e proposição de ações, visando garantir não só a representatividade de suas entidades, mas também a proposição de políticas públicas e a implementação de estratégias de reprodução da agricultura familiar.

Portanto, é necessário entender como os agentes envolvidos na FETRAF contribuem na construção das estratégias e ações de reprodução da agricultura familiar, possibilitando mudanças nas práticas associadas aos processos de desenvolvimento local. Compreender os conceitos de capital social e capital simbólico colabora na análise das ações destes agentes na proposição de um projeto de desenvolvimento.

Os referenciais teóricos vinculados à obra de Pierre Bourdieu possibilitam a leitura de um campo sindical como um recorte do campo político e, da mesma forma, permitem o processo de entendimento das práticas e de um habitus relacionado a este campo de representação. Pode-se levantar, assim, as seguintes questões: a nova estrutura e as ações estratégicas da FETRAF demonstram transformações no campo político da organização sindical e da agricultura familiar? Como são evidenciadas as mudanças em suas práticas? Estas são propiciadas por um novo habitus sindical? Os conceitos da teoria bourdiniana, portanto, constroem referenciais para ser desenvolvida uma análise sociológica das práticas elaboradas no interior deste campo de representação da agricultura familiar, além de possibilitar compreender as relações de reconhecimento inter e extra campo.

Dessa forma, são definidos como problema de pesquisa os seguintes desafios: a FETRAF, como organização sindical dos agricultores familiares na Região Sul, representa o surgimento de um novo sindicalismo no Brasil? Especificamente, de que maneira e em quais aspectos estas inovações ocorrem e o que significa este novo?

Assim sendo, torna-se importante indagar: de que forma a estrutura e as práticas da Federação expressam este novo sindicalismo e consolidam um processo de fortalecimento da agricultura familiar e de suas formas organizativas? E, por fim, como os diversos agentes vinculados, direta e indiretamente à FETRAF, se inserem nesse processo e, principalmente, na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário como objetivo estratégico de sua organização?

Entende-se que a metodologia é colaboradora para melhor recortar a realidade, sem perder a perspectiva da multidimensão desta. Todavia, estes olhares devem buscar vislumbrar os processos de interpretação da realidade. Existe nesse processo uma relação dialética. Os procedimentos metodológicos devem, portanto, ajudar na construção dos recortes de uma realidade complexa, possibilitando contextualizar e inserir o objeto de pesquisa.

Nesse sentido, esta pesquisa foi embasada em recortes da realidade para análise das práticas da FETRAF. A Federação foi analisada a partir de suas intenções e de suas práticas, entendendo-as a partir de uma práxis sociológica. O discurso e a prática foram elaborados pelos atores sociais que participam do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar – dirigentes sindicais, lideranças regionais, microrregionais, locais, agricultores familiares – de forma individual ou coletiva.

Dessa forma, as diversas informações coletadas no processo da pesquisa, por meio de variados instrumentos metodológicos em uma perspectiva qualitativa (documentos, entrevistas semi-estruturadas[2], observação sistemática, além da revisão de literatura), foram avaliadas e refletidas a partir dos referenciais teóricos bourdinianos, buscando sua apreensão e, muitas vezes, possível ressignificação.

Como foco central desta pesquisa, a FETRAF apresenta-se à sociedade como uma nova possibilidade da organização sindical, pretendendo avançar na construção de um novo sindicalismo na Região Sul e na CUT. Identifica-se aqui um duplo sentido do significado do novo, pois são possíveis inovações em relação ao sindicalismo oficial, mas também são possíveis inovações em relação ao sindicalismo construído pela CUT.

Para perseguir de forma mais precisa o questionamento a respeito da Federação e seu caráter inovador na esfera sindical seria importante discutir alguns temas: agricultura familiar como organização social e (ou) ramo sindical, a concepção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, mas só o faremos de maneira breve e superficial; por sua vez, é preciso compreender as possibilidades de inovação no campo sindical e no campo de

[2] Entrevista semi-estruturada: instrumento estratégico que permitiu uma maior abertura das possibilidades de coleta de informações, uma vez que forneceu maior liberdade na exposição de experiências e expectativas por parte dos entrevistados. O roteiro utilizado foi constituído de três blocos para ajudar na análise das entrevistas, sendo eles: 1) estrutura sindical, 2) ações (proposições e resultados – sobre seus eixos estratégicos) e 3) o cotidiano da FETRAF. Neste trabalho de campo foram realizadas entrevistas com dirigentes da FETRAF (responsáveis por nove coordenações, inclusive a coordenação geral) e presidentes de sindicatos associados a ela (lideranças regionais, microrregionais e locais - cinco do Paraná, quatro do Rio Grande do Sul e dois de Santa Catarina). Além dos dirigentes foram entrevistados dois assessores, um do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) e outro da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO). Estes entrevistados, sempre que mencionados no texto, serão apresentados com o Nome e SOBRENOME, por exemplo, Altemir TORTELLI, definindo-se assim o padrão para este artigo (somente algumas entrevistas realizadas nesta pesquisa foram citadas neste documento).

representação da agricultura familiar estabelecidas pela FETRAF a partir da análise de sua proposta de estrutura sindical e dos seus eixos estratégicos.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO: PRINCÍPIOS DA FETRAF

A FETRAF, como entidade de representação dos agricultores familiares, ressalta sua preocupação com a sustentabilidade da agricultura familiar e com o processo de solidariedade. Entretanto, analisar a agricultura familiar a partir de seus atores permite construir estratégias que visem garantir não só a representatividade, mas também a sua reprodução como forma organizativa e como valor primordial no processo de desenvolvimento local.

A Federação define em seu estatuto, artigo 5, inciso VI, dentre suas finalidades fundamentais, que visa "fortalecer a relação do sindicalismo cutista com os movimentos sociais, cooperativas, associações, organizações não-governamentais e outras organizações que tenham por base da sua ação a valorização e fortalecimento da agricultura familiar e a construção de um desenvolvimento sustentável e solidário, visando a unificação e ampliação das forças." (FETRAF, 2001a, p. 04)

A cidadania torna-se princípio fundamental na concepção do desenvolvimento sustentável, buscando incluir os diversos atores da sociedade no debate de construção de um projeto social e político. A visão de desenvolvimento deve ser re-elaborada, levando em consideração uma participação na proposição e elaboração das políticas públicas, dos processos de organização da sociedade. No debate sobre esta participação e com respeito às propostas de um novo desenvolvimento, Altemir Tortelli, coordenador geral da FETRAF, afirma que é necessária "uma visão que inclui a grande parte do público que está na nossa base, no nosso sindicato, nosso município. São agricultores, que são basicamente excluídos pelos complexos agroindustriais ou pelas grandes cooperativas". Dessa forma, conclui: "então, na verdade, nós estamos desafiados a produzir uma interação na economia, mas, construir uma nova visão de economia, que inclui, que distribui renda, que tenha sempre novo padrão tecnológico. O novo jeito de pensar a relação com a natureza, de pensar as relações nas comunidades, as relações entre os próprios agricultores."

A FETRAF (2001b, p. 1), por sua vez, ressalta a preocupação com a sustentabilidade expressa pela agricultura familiar, que se

caracteriza por suas vantagens econômicas, sociais e ambientais. "É o modo de produção que tem melhor eficiência econômica, principal produtora de alimentos e que gera mais empregos a um custo significativamente mais baixo entre todos os setores produtivos. Possui um perfil essencialmente distributivo e é propulsora do desenvolvimento local. A maior sustentabilidade é possibilitada pela diversificação produtiva e a maleabilidade do processo de gestão".

Assim, buscando discutir a preocupação da Federação com os anseios do agricultor familiar no processo de manter a propriedade, e problematizar as possibilidades para construir o projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, Celso LUDWIG, coordenador do departamento de socioeconomia solidária e das políticas agrícolas e agrária da FETRAF, analisa:

> Nosso projeto é manter o agricultor lá na roça. Fazer do local de trabalho um modo de vida. Fazer com que ali, naquela propriedade, tenha renda, tenha condições de vida e que ele entenda de mercado, conjuntura. Ele saiba tomar decisões a cada mês, a cada dois, sobre para onde é o melhor caminho dele. Então, o nível de conhecimento tem que aumentar muito, e ali é onde que nasce de qualquer maneira a dificuldade. Então, construa um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, para a agricultura familiar. Necessariamente ele passa por estar entendo a família dele e entendendo a propriedade dele (...). Construir o nosso projeto de desenvolvimento que passa então pela agroindústria, pela questão da agroecologia, pela questão de produção de sementes. E, então, passa pela questão de gênero, pela questão da participação dos jovens, pela questão do mercado solidário.

O debate sobre o desenvolvimento, porém, não se resume à qualificação dada à sustentabilidade, mesmo que esta seja considerada indispensável; outros fatores devem compor este processo de desenvolvimento, em especial a solidariedade, conforme entendido também pela FETRAF.

A solidariedade pode ser explicada de diversas formas, mas seu princípio não muda: o companheirismo, o estar com o outro e pensar no outro, o fato de construir com o outro, decidir com o outro em função do conjunto e sem deixar de lado as individualidades, mas contrapondo-se a uma visão individualista fundamentada em valores de competitividade característicos do mundo moderno.

Pode ser identificada nesta dinâmica da solidariedade forte influência dos movimentos sociais vinculados à Igreja, por meio de suas ações pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), alicerçadas na Teologia da Libertação, assim como da educação popular expressa na pedagogia de Paulo Freire. Incorporando estas questões, Arruda (1998, p. 8) expressa o pensamento de um

desenvolvimento baseado em princípios da socioeconomia solidária, na qual "a ética própria da cultura e socioeconomia solidárias [...] é a ética do ser humano concreto. Ela se funda na visão de que o ser humano é por natureza um ser-relação. Sou relação comigo mesmo, com a natureza, com a sociedade contemporânea e a humanidade enquanto espécie em evolução, e com cada outra pessoa. Isto me coloca numa situação natural de interconexão indissolúvel com os outros e o Cosmos."

A construção de uma solidariedade consciente e co-responsável como organizadora do processo de desenvolvimento torna-se necessária, possibilitando ações centradas no humano e no social, ao invés da acumulação de benefícios meramente materiais e unilaterais. Ante isso, Arruda (1998, p. 8-9) continua:

> Esta solidariedade natural, preciso então transformá-la em solidariedade consciente, o que implica o acolhimento e respeito ao outro, em sua unicidade e em sua autonomia. É bom, portanto, tudo aquilo que me aproxima dos outros, tudo aquilo que me ajuda a cooperar, a compartilhar, a reforçar esta convivência que nos une. E sou pessoal e coletivamente responsável pelo bem estar e felicidade própria e de cada comunidade e agrupamento a que pertenço. [...] Em suma, é boa toda forma solidária e co-responsável de relação com as outras pessoas e coletividades e com o meio ambiente.

Dessa forma, percebe-se que a incorporação da solidariedade no debate sobre desenvolvimento torna-se cada vez mais importante, principalmente, a partir dos movimentos sociais e políticos. Esse processo pode ser observado na fala de João Fortuna, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho/PR, que, ao abordar o assunto, avalia: "o novo desenvolvimento que nós queremos para a agricultura familiar é baseado na solidariedade, na ajuda mútua. Enfim, esse novo desenvolvimento que nós queremos e, para a Fetraf, resumindo, é um esforço no sentido de valorizar não só o conhecimento teórico e técnico das pessoas, mas, também, valorizar o conhecimento do agricultor, da agricultora que está na base".

A idéia de solidariedade é identificada aqui com a ajuda mútua. Pode-se, assim, também, compreendê-la como mutirão. Assim, são construídas diversas possibilidades de interpretação, das quais resgata-se a de Cândido (2001, p. 89), quando ele analisa as formas de solidariedade na comunidade de agricultores, em sua obra "Os Parceiros do Rio Bonito", descrevendo que:

> A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança

> e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional. Este caráter por assim dizer inevitável da solidariedade aparece talvez ainda mais claramente nas formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo, que constituíam modalidade particular do mutirão propriamente dito (...). Era o caso dos vizinhos, percebendo que um deles estava apurado de serviço, combinarem entre si ajudá-lo, sem aviso prévio. Às vezes o beneficiado ficava sabendo e preparava comida para recebê-los; outras vezes, era realmente surpreendido e improvisava a refeição. A diferença estava não apenas na motivação do auxílio (espontâneo, não convocado), mas, também, no fato do beneficiado não dar festa; e muitas vezes a falta de recursos para promovê-la é que o havia impedido de fazer a convocação.

O mutirão é uma das expressões da solidariedade que, por sua vez, caracteriza-se pela construção de redes comunitárias, ressaltando os processos de companheirismo e boa convivência – formação de capital social em um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo.

Esse conceito de mutirão está sendo utilizado pela FETRAF com intenções voltadas para o trabalho de organização e ampliação de suas bases, designado como mutirão da agricultura familiar. Assim, Marcos Levandoski, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmeira/PR, define:

> Mutirão é você estar presente na base. E, lá, conversar com os agricultores, nas comunidades, fazer visita a esses agricultores. Ouvir deles a realidade e, também, ouvir desses agricultores se realmente o que o sindicato está fazendo é aquilo que ele gostaria que nós estivesse fazendo. E, além das vantagens que hoje estão sendo trazidas para ele, o que ele propõe de alternativas novas, para a sua própria realidade. Que proposta ele tem, que o sindicato leve, que a federação leve, para que seja negociada para ele. E, também, a gente busca levar a importância da organização dos agricultores, de ter uma organização que os represente. Que possa estar defendendo e que possa estar reivindicando. E, essa interação entre um sindicato e os agricultores, é que se busca desenvolver através do mutirão.

A solidariedade traduz, portanto, as diversas possibilidades de conceber o desenvolvimento a partir da ressignificação das redes sociais, potencializando os espaços de companheirismo, ajuda mútua, colaboração, cooperação, e não somente entre as pessoas ou grupos sociais, mas também na relação do ser humano com a natureza. A solidariedade pode permitir uma reorientação do desenvolvimento, tornando-o mais fraterno.

Não se deve, então, conceber desenvolvimento e sustentabilidade do ponto de vista puramente econômico (produtividade ou consumo material), mas é fundamental ampliar os olhares, vislumbrando o desenvolvimento sustentável e a proposição de políticas públicas a

partir de diversos aspectos: educação, saúde, previdência, trabalho, lazer, meio ambiente equilibrado, democratização do Estado e das relações sociais, em síntese solidariedade.

A FETRAF busca incorporar esse debate e o traduz como uma bandeira de luta, entendendo que "um Projeto Alternativo de Desenvolvimento deve basear-se na solidariedade como um valor essencial e como estratégia de construção. Os projetos de desenvolvimento com base na competição geram a exclusão e as diferenças sociais. A solidariedade social e econômica, entre povos, entre gerações, entre categorias, entre grupos sociais e entre as pessoas é uma característica da humanidade que precisa ser resgatada e reconstruída". E, defendem que, "nesse sentido, o estímulo às diversas formas de cooperação agrícola, de articulação de grupos, de articulação entre o campo e a cidade são mecanismos fundamentais no processo de construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário" (FETRAF, 2002, p. 17).

3. AS PERSPECTIVAS DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: POSSIBILIDADES SINDICAIS DE UMA FEDERAÇÃO

Para definir o percurso de análise e interpretação das possibilidades de uma organização sindical, propõe-se agora uma divisão, isto é, primeiro uma análise da estrutura sindical e, depois, o reconhecimento dos seus eixos estratégicos. Uma questão singular nesta análise pode ser definida pelas intenções e possíveis ações, as quais representem processos inovadores.

3.1. A ESTRUTURA SINDICAL DA FETRAF

A FETRAF é uma organização sindical que tem por objetivo representar os trabalhadores da agricultura familiar, definindo como tal "os proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros e os extrativistas e pescadores, que desenvolvem suas atividades de forma individual ou coletiva com os membros da família, podendo contar com complementação eventual de mão-de-obra de terceiros, desde que não exceda 50% (cinqüenta por cento) da mão-de-obra familiar" (FETRAF, 2001a, p. 2). A Federação afirma conferir ao público da agricultura familiar um caráter classista, tendo como princípios a representação, a defesa e a promoção dos direitos e interesses dos seus trabalhadores – os agricultores familiares. Neste aspecto, em sua entrevista, Celso Ludwig afirma: "a necessidade de nos renovarmos a cada dia, e como fazer para que de fato a

nossa organização vá para frente e que cada agricultor e que cada agricultora possa reconhecer no sindicalismo, de fato, uma ferramenta de luta e de organização".

Dessa maneira, a análise do Estatuto da Federação, que a identifica como entidade de representação sindical e associativa de segundo grau, que se propõe a promover a organização nos diferentes níveis de representação dos trabalhadores na agricultura familiar na Região Sul, torna-se essencial por mostrar quais são suas intenções e de que forma ela se institui jurídica e politicamente.

3.1.1. As finalidades da Federação

Na seção II, das finalidades, no artigo 5, a FETRAF explicita sua intenção de extrapolar suas ações para além da esfera da organização sindical, preocupando-se também em efetivar atividades de organização da produção, da cooperação, do associativismo, a partir do princípio de defesa de um desenvolvimento que tenha por base a sustentabilidade, a solidariedade, a democracia política e social. Portanto, entre outros fins, ela pretende "estimular e promover as diversas formas de organização cooperada e solidária na produção, industrialização, beneficiamento e comercialização da produção da agricultura familiar, buscando o aumento da renda dos agricultores, tendo as diferentes formas de organização da produção, como organizações por local de trabalho dos agricultores familiares" (FETRAF, 2001a, p. 4). Nessa perspectiva, reforçando a idéia de organização no local de trabalho, explicitado como organização de base neste complexo campo de representação da agricultura familiar, Altemir Tortelli diz:

> A federação tenha a capacidade de pensar políticas para os agricultores, passando pelos sindicatos, pelas regionais. Então, é criar uma dinâmica, criar de fato uma organização de base, e com direção solidificada na base. E acho que isso nós inovamos no que a CUT tem conseguido fazer até hoje (...). Nós somos uma entidade que de fato está resgatando as bases, por que nasceu a partir delas. A central de fato tem um sindicato, uma federação enraizada nas bases. Eu acho que são as grandes diferenças que nós estamos apontando, que nós estamos construindo, que nós estamos implementando.

Percebe-se a necessidade, também, de extrapolar as formas tradicionais de filiação à Federação, possibilitando incorporar em suas bases organizações não-sindicais, como as associações de agricultores familiares. A FETRAF, nesse sentido, deve "incentivar e promover a organização de Sindicatos e Associações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar nas regiões e municípios onde não houver entidades da agricultura familiar filiadas na Federação" (FETRAF, 2001a, p. 4).

Por outro lado, existe a intenção de desenvolver, via essas associações, ações para avançar no processo de organização sindical no município ou microrregião. Ou seja, conforme descrito no artigo 15, "as Associações da Agricultura Familiar são instâncias organizativas da FETRAF-SUL naqueles municípios ou microrregiões onde não existir Sindicato filiado, tendo um caráter transitório, até que seja criado o Sindicato ou que este venha a filiar-se à FETRAF-SUL" (2001a, p. 7). A Federação construiu esta possibilidade com o intuito de garantir a participação dos agricultores familiares nas regiões onde não existam sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) ou os sindicatos locais não são filiados à FETRAF.

3.1.2. Os sindicatos regionais da agricultura familiar

A preocupação com a organização dos agricultores familiares nas várias regiões que formam os três estados do Sul é apresentada como um desafio permanente da Federação. Para tanto, pode-se afirmar que o processo de organização sindical deve extrapolar os limites municipais.

Os sindicatos regionais visam garantir um maior poder de organização dos trabalhadores com relação à agricultura familiar, permitindo sua maior participação, e, assim, possibilitando uma ação sindical mais propositiva. Altemir Tortelli salienta que: "no contexto da região sul, nacional, nos estados, nós estamos criando sindicatos com base regional. Nós achamos que o sindicato com base regional tem mais capacidade, mais agilidade de organizar, de representar e de se capacitar, para intervir permanentemente na realidade dos problemas que vivem os agricultores".

Não obstante, a regionalização exige um processo de ressignificação do fazer sindical, do pensar as estratégias e definir as ações. Esta estrutura sindical regional pode tornar-se diferente não somente em sua concepção, mas sobretudo em suas práticas, principalmente nos processos de descentralização do poder e ampliação dos fóruns de participação dos trabalhadores de base. Por sua vez, não basta ter uma estrutura regionalizada se a forma de organização destas instâncias deliberativas não forem reorientadas, e os diversos atores sociais que compõem a estrutura organizativa não efetivarem sua participação. Uma formação diferente dos espaços de poder deve ser debatida, pois a grande dificuldade enfrentada é a pouca participação da maioria dos integrantes no movimento.

A estrutura sindical oficial privilegiava o poder de cúpula e, para superar este poder centralizado, é necessário colocar em questão os referenciais de organização do campo de representação. Para tanto, Dirceu Dresch, coordenador adjunto de Santa Catarina

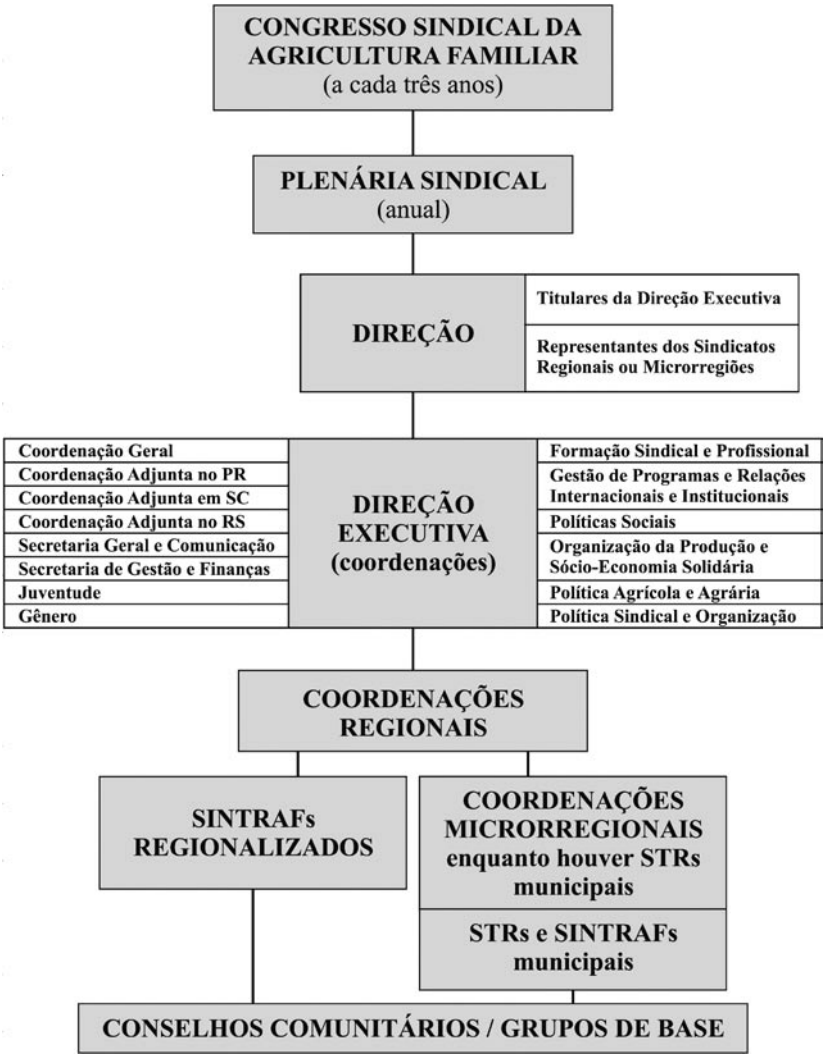
da FETRAF, afirma que "essa questão de regionalização é uma questão muito difícil. Você precisa, em primeiro lugar, mexer com a cultura histórica que se criou no sindicalismo. Mexer com o poder de um presidente do sindicato, essa história de status e tal. As pessoas, muitas vezes, não tem essa questão da necessidade de construir projetos, construir uma estratégia". E, ainda, alerta: "Você batia, muitas vezes, nos dirigentes de frente, que não queriam perder o poder de ser um presidente de sindicato local. Isso deu muita discussão, muito problema. Mas, graças, que a gente conseguiu construir novos quadros, novos dirigentes que foram vindo e entendendo esse processo."

Assim, com o objetivo de potencializar a organização dos agricultores familiares, pensa-se a regionalização sindical. Todavia, por trás dessa definição está colocada a discussão a respeito da unicidade sindical. Para tanto, a FETRAF (2002, p. 21) entende que é necessário ocorrer um rompimento com a cultura sindical imposta pelo sindicalismo oficial, defendendo uma "ruptura com a regra (cultural e/ou legal) da unicidade sindical: tanto no sentido da unicidade da categoria 'trabalhadores rurais', construindo a categoria 'agricultura familiar', quanto na unicidade de base geográfica, possibilitando a existência da organização sindical cutista da agricultura familiar em base geográfica 'demarcada' por outro sindicato, construindo a unidade em torno dos princípios de uma central sindical".

Essa ruptura com a estrutura sindical é ressaltada por vários ângulos, pois a forma de organização sindical oficial representaria não os interesses dos agricultores familiares, mas o interesse dos dirigentes sindicais, sendo necessário um processo de redefinição do sentido do jogo, da posição dos atores sociais no campo de representação.

A regionalização pode muitas vezes mascarar uma certa fragilidade na organização dos agricultores familiares de alguns municípios que compõem a base do sindicato regional, pois, se a participação das lideranças comunitárias, na extensão geográfica de sua abrangência, não for eficaz, os interesses dos seus associados podem não ser supridos ou conhecidos. A regionalização pode ocorrer não com o objetivo de fortalecer o processo de organização e estabelecer fóruns regionais de debate e construção do desenvolvimento local, mas pode tornar-se simplesmente um enxugamento dos quadros sindicais para viabilizar suas estruturas burocráticas e administrativas, efetivando estruturas ainda mais centralizadoras de poder.

Figura 1: ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA FETRAF-SUL/CUT



3.1.3. As instâncias organizativas da Federação

Existem diversas possibilidades de instâncias organizativas para uma federação; porém, a FETRAF indica que sua estrutura sindical foi construída com objetivos específicos: regionalização sindical, ruptura com a unicidade sindical, maior vínculo com a base e a construção de instrumentos mais democráticos de participação. Na FIGURA 1 identificam-se os espaços de intervenção, assim como as instâncias de decisão e direção executiva, permitindo uma visualização dos espaços políticos e organizativos da Federação.

É importante destacar neste organograma duas instâncias de organização sindical: os SINTRAFs Regionalizados ou as Coordenações Micro-Regionais (enquanto houver STRs municipais) e os Conselhos Comunitários ou Grupos de Base.

No espaço referente às coordenações microrregionais (formadas pelos sindicatos que compõem a microrregião) ou SINTRAFs regionalizados "serão definidas as estratégias para o conjunto de municípios da micro-região para a questão dos serviços, para a participação nos Conselhos Municipais, para a organização da produção, das lutas, das cooperativas de crédito (sistema CRESOL) etc. Este é também o espaço de execução dos programas e projetos da Federação e o fórum privilegiado para a discussão e construção dos Sindicatos Regionais da Agricultura Familiar" (FETRAF, 2001, p. 16)[3]. Como foi anteriormente observado, a construção dos SINTRAFs deve levar em consideração as dinâmicas microrregionais, não havendo para tal um modelo único. A base de regionalização pode ser definida em função das práticas sindicais e culturas de convivência locais, potencializando um processo de transformação dos espaços de organização político-sindicais. Como exemplo desta intenção efetiva-se o mutirão da agricultura familiar.

O Mutirão da Agricultura Familiar, uma estratégia de organização dos agricultores familiares na base da FETRAF, reinventa o entendimento de mutirão, pois extrapola a compreensão tradicional do termo. Todavia, algumas características e princípios resgatam a idéia de colaboração, ajuda, cooperação e, principalmente, ação solidária e respeito ao agricultor familiar. O mutirão objetiva "recuperar e ampliar a auto-estima dos agricultores, das famílias e das comunidades", "potencializar o surgimento e a capacitação de novas lideranças de base", "ampliar e democratizar o debate de políticas públicas estratégicas para a agricultura familiar", e, também, "sensibilizar para a importância da participação das mulheres e da juventude, envolvendo toda a família, numa

[3] Amadeu BONATO, assessor da Federação pelo DESER, analisando a organização da federação nas microrregiões, destaca: "A instância regional é uma instância oficialmente orgânica à FETRAF. Esta instância é uma estrutura fundamental na organização proposta, e o que está sendo cada vez mais observado como um composto fundamental. Só que na prática ainda se viabilizou pouco, se tem as coordenações microrregionais, tem os coordenadores microrregionais que tem suas especificações, mas como instância organizativa ainda tem suas debilidades. Que seria uma grande tarefa de implementar todo o processo político e organizativo em uma determinada micro região. É uma forma de descentralizar as ações".

[4] O Mutirão da Agricultura Familiar "é um conjunto articulado de atividades: cursos de capacitação, encontros de lideranças, visitas às famílias, reuniões nas comunidades e nos grupos de famílias, atividades diversas na comunidade e no município". Como princípio metodológico existe a compreensão de que "um sindicato forte e atuante não se mede se ele tem uma sede bem estruturada, se ele está com uma boa situação financeira, se o presidente é atuante, se tem uma boa direção ou se ele é respeitado no município e na microrregião. Que isso tudo seja importante ninguém duvida, mas não é suficiente. O novo sindicalismo que queremos construir e fortalecer se mede, sobretudo, pelo grau de participação dos agricultores e agricultoras, jovens, adultos e idosos, e como o sindicato está presente e é assumido nas comunidades e pelas famílias". E, entre outros princípios, conclui: "por isso, fazer o Mutirão é uma decisão política que um grupo de dirigentes e lideranças assume coletivamente e conscientemente para construir permanentemente o novo. Se for feito só por obrigação e de forma inconsciente do que ele significa, pode ser qualquer coisa, mas não é Mutirão".

perspectiva de construção de novas relações de gênero e de geração, com igualdade de oportunidades" (FETRAF, 2003, p. 18)[4].

Dessa maneira, torna-se necessário consolidar os espaços de organização nas comunidades, com a preocupação de efetivar um trabalho de base, para que os agricultores familiares participem de forma qualificada, como possíveis beneficiários do processo de representação da Federação, principalmente, no que se refere às políticas públicas, assim como aos projetos e programas da organização sindical. Para tanto, a comunidade:

> É o espaço privilegiado para a organização da produção e das associações da agricultura familiar. A Federação e os sindicatos devem estimular a constituição de Conselhos Comunitários, que venham a reunir os agricultores sindicalizados ou não, além dos participantes de outras organizações, como as cooperativas de crédito. Esses Conselhos Comunitários devem ser capazes de levantar as demandas da comunidade, fazer a ligação dos agricultores com as organizações da agricultura familiar, indicar representantes para participar dos diferentes conselhos municipais e disputar políticas públicas para a comunidade. Nesse sentido, é necessário que haja um conjunto de políticas e instrumentos para viabilizar esta relação e inserção. (FETRAF, 2001, p. 17)

Com respeito aos processos de organização na comunidade, é importante pensar como é possível ampliar as formas de filiação sindical. Para isso, a filiação às organizações sindicais ou associações da agricultura familiar vinculadas à FETRAF pode ser realizada de forma individual, familiar ou em grupos, sendo a opção feita pelos associados e, assim, não limitando esta filiação a um único membro da família. Esta medida potencializa a participação dos vários membros da família e, também, estimula a organização dos grupos. Existe na Federação um incentivo especial à juventude (de 16 a 20 anos), para os quais há descontos nas taxas de adesão, além de espaços de organização voltados para este público, buscando consolidar comissões ou coletivos de jovens, como mecanismos de participação. Esses coletivos são considerados espaços de organização da juventude, com caráter de qualificação, debate e proposição de políticas voltadas a eles, como atores sociais do campo da agricultura familiar. Os coletivos são organizados nos municípios e nas microrregiões e, hoje, já foram estabelecidos em dezessete microrregiões. O coletivo da FETRAF é composto por aproximadamente 30 jovens dos três estados.

Nesse sentido, o trabalho da Federação com os jovens agricultores familiares é de suma importância, principalmente como possibilidade de ampliação do trabalho com as bases e expressão de diferentes formas de organização. Essas diferentes referências não significam diretamente melhorias ou avanços no movimento sindical,

caso não ocorra um processo de avaliação dos instrumentos de mobilização e administração dos espaços específicos – a coordenação da juventude e (ou) coletivos de jovens.

Não obstante, é objetivo da FETRAF não só ampliar a participação da juventude, mas também possibilitar uma ampla integração em seus trabalhos dos diversos atores da comunidade. Assim sendo, na perspectiva de incorporar uma discussão de gênero e geração, a Federação propõe como um grande desafio: a promoção "das condições necessárias para o acesso igualitário de homens e mulheres (em seus diferentes estágios da vida – adolescentes, jovens, adultos e terceira idade) aos espaços de participação coletiva". Dessa forma, estabelecem que "para garantir esta participação igualitária, faz-se necessário romper determinadas barreiras existentes no interior das famílias e das comunidades, que impedem a participação de jovens e de mulheres não só nas instâncias de base ou intermediárias, mas também nas estruturas regionais da Federação" (2001, p. 20).

A questão de gênero é colocada na pauta da Federação, principalmente, na intenção de incluir em suas diversas instâncias organizativas a participação tanto de homens como de mulheres, buscando refletir os princípios de uma estrutura sindical proveniente do novo sindicalismo. Contudo, em geral, esse debate resume-se aos problemas e às limitações da participação das mulheres, e sua abordagem se restringe a uma discussão entre as mulheres. Torna-se necessário, assim, perceber ações desenvolvidas pela Federação com respeito às relações de gênero, que algumas vezes podem ter sido executadas em conjunto com outras entidades ou movimentos.

Outro aspecto que indica um caráter inovador, tratando-se de organizações sindicais deste porte, refere-se às eleições diretas. O artigo 42 diz que "as eleições da Direção Executiva e do Conselho Fiscal da FETRAF-SUL, serão realizadas a cada três anos, de forma direta, através de voto de todos os associados e associadas em dia com suas contribuições às entidades filiadas à Federação". Todavia, existem algumas restrições, ou melhor dizendo, condicionantes para esta participação direta dos associados, expressas no parágrafo único deste artigo: "participarão das eleições da Federação, com direito a voto, os associados e associadas das Entidades Sindicais que simultaneamente realizarem eleições para a Direção da sua Entidade" (FETRAF, 2001a, p. 16).

Entretanto, não se pode definir simplesmente pelo processo eleitoral a construção do novo, pois o caráter democrático de uma entidade de representação sindical deve ser garantido pela efetiva participação e inserção dos seus representados (no caso da FETRAF,

dos agricultores familiares). As várias instâncias de deliberação serão mais ou menos democráticas em virtude da maior ou menor participação da base.

3.1.4. As instâncias deliberativas da Federação

O Congresso, a Plenária, a Direção e a Direção Executiva definem as instâncias de deliberação da Federação, sendo apresentadas de forma decrescente de importância.

A instância superior e de caráter máximo de deliberação definida pela FETRAF é o Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, a ser realizado de três em três anos; ele é formado por delegados eleitos nas diversas instâncias organizativas, e tem por objetivos: "avaliar a atuação da Federação, aprovar as diretrizes de ação e o plano de ação e lutas e, aprovar alterações nos estatutos sociais" (2001a, p. 8).

As Plenárias, com caráter deliberativo, devem ocorrer nos períodos entre um congresso e outro (no mínimo uma por ano), tendo como principal intuito ser "um espaço fundamental de reavaliação e deliberação das questões programáticas da Federação – desde a estratégia até o cronograma de lutas a ser desenvolvido pelo conjunto dos agricultores organizados" (FETRAF, 2001, p. 18).

A Direção é uma instância também deliberativa, a ser reunida de quatro em quatro meses com a principal tarefa de "avaliar e propor encaminhamentos conjunturais apresentadas no período". E, por fim, a Direção Executiva, além de cumprir com as normatizações expressas no estatuto tem por finalidade "fundamental encaminhar as questões cotidianas demandadas pelos fóruns anteriores, bem como responder, de forma ágil e dentro dos princípios e do programa da Federação, pelas diversas situações organizativas e de enfrentamento político que se colocarem" (FETRAF, 2001, p. 18).

Dessa forma, o processo de participação consolida-se com a efetiva construção destes espaços, potencializando a democratização das diversas instâncias. Não se pode desqualificar nenhuma destas instâncias, pois cada qual tem seu papel e sua importância, definindo uma maior integralidade dos atores envolvidos na gestão sindical. Refletindo esta questão, Roberto Yopi, presidente do STR de Espumoso/RS, fala das diferenças dessas estruturas deliberativas em relação aos processos desenvolvidos pelo sindicalismo oficial das Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Sobre a FETAG do Rio Grande do Sul, ele relata que não havia possibilidades de interar-se e integrar de forma qualificada nas

instâncias de decisão; lembra: "quando nós íamos para uma reunião da Fetag, que tinha uma eleição, não tinha um congresso para você discutir os grandes temas (...). Você vai para uma eleição, você vota, você volta e você não discute nada". Por outro lado, percebe que a FETRAF começa a potencializar estes espaços de participação e decisão, principalmente na definição de um amplo debate na elaboração dos congressos. Ele destaca alguns processos que são organizados durante a preparação do congresso e nos espaços de eleição:

> Na nossa região, nós fechamos, nós vamos fazer uma reunião por comunidade. Cada dez pessoas, tirando uma pessoa para participar vindo aqui para a região. E, fazendo um grande encontro e tirando as linhas e, isso nós vamos fazer na micro regional. De cada cinqüenta sócios, vai ter uma pessoa que vai para o congresso dos três estados do sul. E, lá, em dois ou três dias vai discutir as grandes linhas. Isso aqui é um grande avanço, que nunca houve na agricultura familiar, no meu entendimento, na minha compreensão, nunca existiu isso. E, logicamente, um congresso como esse legitima outro processo, como uma eleição direta.

No entanto, indaga-se a efetividade dessas instâncias no processo de reorientação da organização sindical em que nesse aspecto, Alexandre Bergamin, presidente do STR de Chapecó/SC, afirma:

> Uma dificuldade de avaliação muito grande é de compreender o papel da microrregião. Dos sindicatos compreender qual é a ação que vocês vão fazendo enquanto microrregião. Para consolidar uma ação da Fetraf na região, na microrregião, na base, nos seus sindicatos. Na base, ela ainda está bastante superficial e tem um aprofundamento maior nesse sentido. Então, se for aqui, pela nossa micro, a gente percebe que isso, às vezes, a micro se torna uma instância de repassar informações. E, já não consegue ter uma articulação de discutir a política na micro e de estar na direção, estar na plenária, no congresso, então não consegue fazer uma amarração ainda nesse sentido.

O caráter de inovação, assim, mantém-se na intenção, pois essas instâncias, na prática, não foram concretizadas em boa parte das microrregionais, dificultando a implementação destes espaços destinados para a participação e deliberação intermediária na estrutura sindical da FETRAF. Todavia, esta fragilidade está sendo observada, e coloca-se como uma instância necessária para ampliar e qualificar os processos democráticos da organização do campo de representação.

3.2. OS EIXOS ESTRATÉGICOS DA FETRAF

A análise das práticas da Federação é uma das empreitadas

desta pesquisa. Para tanto, é necessário compreender como estão organizadas as suas ações, definidas pelos eixos estratégicos. A partir destes eixos pode-se perceber e avaliar as ações planejadas e as ações realizadas, potencializando uma análise comparativa do discurso e da prática.

O objetivo estratégico da FETRAF é a "construção e implementação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário", entendendo este projeto de desenvolvimento como um novo projeto de sociedade, buscando o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar. Como elemento essencial deste desenvolvimento diferenciado define-se a construção da solidariedade, caracterizada pela melhoria de vida, inclusão social e econômica, eqüidade de oportunidades, respeito às diferenças, democracia e participação social, além das múltiplas dimensões da sustentabilidade, com ênfase na apropriação de um modelo tecnológico alternativo, fundado na segurança alimentar, na viabilidade econômica e na sua adequação ambiental e sociocultural. Para dar conta desse objetivo estratégico, a Federação propõe três eixos.

3.2.1. A Federação e as políticas públicas

O primeiro eixo estratégico pretende: "avançar na democratização do Estado e na elaboração, disputa, negociação e implementação de políticas públicas que potencializem a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar como protagonista social, econômico e político" (FETRAF, 2003, p. 2).

Em relação a esse eixo são projetadas ações no âmbito das políticas públicas, com enfoque principal no fortalecimento da agricultura familiar, levando-se em consideração algumas prioridades, como: "política agrícola (crédito rural, plano safra, seguro renda, acompanhamento técnico e luta contra os transgênicos), qualificação profissional, reestruturação fundiária e crédito fundiário, previdência social, educação, política habitacional, saúde, política ambiental" (FETRAF, 2003, p. 3). Uma das principais preocupações deste eixo é buscar a ampliação do acesso às políticas públicas por parte dos agricultores familiares, garantindo maior participação deles independente da idade ou do gênero.

Além de várias ações relatadas nas entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa, é interessante destacar uma das ações da Federação que busca, justamente, ampliar o acesso às políticas públicas – criação do Programa Nossa Primeira Terra. Este programa é fruto das mobilizações e discussões realizadas no universo das comissões de jovens da FETRAF (coletivo da juventude), em conjunto com lideranças de outras organizações da agricultura

familiar (Cresol, cooperativas, associações e diversas organizações não-governamentais - ONGs), culminando na realização do 1º Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, em Xanxerê/SC, do dia 29 ao dia 31 de maio de 2003. Desse acampamento participaram cerca de dois mil jovens agricultores familiares vindos dos três estados da Região Sul.

A Federação e algumas entidades da agricultura familiar buscavam, com esse evento, "dar visibilidade a um grupo social que possui interesse de permanecer no meio rural e que está comprometido com a construção de uma nova concepção de desenvolvimento rural, baseada na sustentabilidade, na solidariedade, na democracia, na justiça social e na igualdade de oportunidades". E, ao mesmo tempo, afirmam que a "juventude é, e deve continuar a ser, protagonista nesta construção de um novo modelo de desenvolvimento que valorize a agricultura familiar, superando seus problemas e garantindo uma vida digna no campo" (FETRAF, 2003b, p. 3)

Com significativa participação da juventude, a presença de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, principalmente, a entrega de documento final nas mãos do ministro, o acampamento permitiu amplo debate sobre a questão fundiária e as possibilidades de acesso à terra por parte dos jovens, por meio de um programa viabilizado com recursos públicos. A criação de um possível programa denominado Primeira Terra, nas palavras da juventude reunida em Xanxerê, representa "a democratização do acesso à propriedade da terra", pois "é vista pelos(as) agricultores(as) familiares do Sul do Brasil como uma condição necessária para construir uma trajetória de vida digna no meio rural. O alto interesse dos jovens em continuar a profissão de agricultor(a) choca-se com o tamanho do estabelecimento familiar que não permite, na maioria dos casos, o parcelamento da unidade e a 'colocação' de mais um filho(a), e também com a concentração de terras que encarece e limita o seu acesso" (FETRAF, 2003b, p. 4).

A questão fundiária é uma das frentes de ação da Federação, destacando-se o movimento elaborado pelo coletivo de jovens. Contudo, não se pode entender como uma prioridade esta discussão da reforma agrária – as práticas neste sentido são pontuais, não havendo uma proximidade, por exemplo, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Pelo contrário, são limitados os processos de debate, proposição e luta em conjunto, traduzindo muitas vezes relações de distanciamento e isolamento por ambos os lados.

Observa-se, também, essa participação nos espaços de controle

social organizados pelo poder público, por exemplo, nos conselhos públicos, com ênfase nos conselhos do trabalho e conselhos de desenvolvimento rural. No entanto, as ações em vista das políticas públicas não se resumem a essas relatadas, mas demonstra, além de intenções, práticas que envolvem os vários atores sociais do campo de representação da agricultura familiar.

3.2.2. Organização da produção e a socioeconomia solidária

A Federação apresenta como segundo eixo estratégico "avançar na organização sócio-econômica da agricultura familiar como elemento fundamental para a implementação de um desenvolvimento sustentável e solidário" (FETRAF, 2003, p. 3). Para isso, propõe no âmbito da estrutura sindical, a construção do Departamento de Organização da Produção e Sócio-Economia Solidária, que terá como diretriz reconhecer "a autonomia das organizações econômicas e se propõe a estimular, apoiar, a dar sustentação política ao sistema CRESOL, aos sistemas de cooperativismo e associativismo de produção e comercialização, à Rede Ecovida de certificação, e assume o compromisso de participar visando contribuir na definição dos rumos desses sistemas" (FETRAF, 2003, p. 4).

Esse eixo mostra a preocupação em construir relações entre as entidades organizadas no campo de representação da agricultura familiar. Estas relações, na década de 1990, foram sendo potencializadas, em especial com a concepção da Frente Sul, que otimizou as lutas dos agricultores familiares.

A análise das relações da Federação com outras organizações do campo sindical e, principalmente, outras organizações no campo da agricultura familiar, é básica para compreender como as ações da FETRAF estão efetivamente consolidando práticas coerentes com a construção de uma socioeconomia solidária. Neste aspecto, a Federação coloca para si a responsabilidade de representar os interesses dos agricultores familiares em relação ao grande capital, com ênfase nas cadeias produtivas do fumo, leite e carne, permitindo um processo de mobilização e organização de inovadoras formas de estruturar as relações sociais e econômicas da produção[5].

Percebe-se, neste campo da agricultura familiar, uma

[5] Sobre a diversidade das formas de organizar a produção, a FETRAF (2002, p. 6) destaca algumas novidades no campo da socioeconomia solidária: "existem inúmeras experiências de organização da produção, como as cooperativas de leite e o Sistema Coorlac, no Rio Grande do Sul, com seus mais de 4 mil agricultores familiares associados, ou a Rede Ecovida, voltada para a organização da produção de alimentos orgânicos e presente em toda a região Sul do País. Existem referências de organização da produção para exportação, como já ocorre em escalas cada vez mais significativas nas cadeias da soja e do açúcar mascavo. Além disso, estão sendo construídos sistemas de organização da comercialização e distribuição dos produtos da agricultura familiar".

diversidade de entidades que pretendem representar os agricultores familiares, definindo diferentes maneiras e processos para fazê-lo. Estas diversas dinâmicas garantem uma riqueza no potencial organizativo no interior do campo. Todavia, os atores sociais envolvidos no jogo passam a construir estratégias para se consolidarem no jogo, buscando somar capital que os legitimem nos espaços políticos – traduzido pela hegemonia no campo. A Federação, neste sentido, almeja ser referência do campo, tanto para os agricultores familiares quanto para as outras entidades (dentro ou fora do campo).

Portanto, pode-se avaliar contradições na concepção dessas parcerias, resgatando a idéia de autonomia exposta no discurso da FETRAF, mas, ao mesmo tempo, reduzindo o papel das ONGs a meros coadjuvantes, como apoiadores das estratégias da Federação. Esta postura tem, por conseqüência, a manifestação de um clima de tensão, de disputa entre os atores sociais envolvidos no campo. Nem sempre existe a subjugação por parte da outra entidade, tornando a parceria impossível em função das diferentes posições e posturas. Não existe um exato posicionamento entre os atores; para tanto, seria necessário um estudo específico, definindo com maior clareza as relações de poder no interior do campo de representação. Por sua vez, os agricultores familiares tornam-se, muitas vezes, reféns destas disputas, não contribuindo para a melhoria de suas condições de trabalho e de vida.

Com a intenção de superar algumas dessas diferenças, busca-se capacitar os processos de articulação e gestão das lutas e mobilizações; o mesmo vale para os projetos e trabalhos nas áreas da produção, agregação de valor e comercialização. Como exemplo desta preocupação, José Brugnara, presidente do SINTRAF de Laranjeiras do Sul/PR, descreve que:

> Em Laranjeiras temos uma facilidade muito grande em conversar com a Cresol. Praticamente todas as discussões nós reunimos, conseguimos conversar e tocar junto. Até tem vários diretores que fazem parte da direção do sindicato e da direção da Cresol. E a gente sempre tem discutido isso, para que tenha alguns diretores da Cresol dentro da direção do sindicato e do sindicato dentro da Cresol, para que a gente não se divida. Porque se a gente se dividir, quem vai perder vai ser os agricultores e vai ser nós mesmos.

Torna-se imprescindível construir práticas visando a uma maior aproximação das estratégias e, principalmente, planejar as ações de maneira conjunta. Daniel Kothe, coordenador de Política Sindical e de Organização da FETRAF, afirma: "estou convencido de que a gente precisa estar ciente com esse espaço. Agora eu tenho uma definição muito clara, que é a capacidade de articulação que a

gente tem e que precisa amarrar isso na ponta. Então, compreendo, por exemplo, que nós temos que ter uma direção colegiada a nível local. Eu acho que nós temos que discutir a direção da Cresol, a direção do sindicato e a cooperativa não pode estar dissociadas." Esta dita articulação, porém, exige sempre a disponibilidade para o diálogo, para a concessão, principalmente, no que se refere aos espaços de representação.

Contudo, pensando a respeito desse eixo, destaca-se o potencial de conversão de forças para garantir um processo de desenvolvimento com enfoque na agricultura familiar. Assim, Altemir Tortelli ressalta: "nós temos que expandir cada vez mais, e eu não tenho dúvidas. Eu tenho dito isso em todo lugar que tenho ido. A nossa força vai depender da força da agricultura familiar. Vai depender de nossa capacidade de organização, de luta. Mas, depender também da nossa capacidade, do poder econômico que nós vamos construindo, nos próximos anos". Para tanto, discorre sobre a necessidade de tornar efetivos espaços mais coesos de organização do campo. Conclui: "então, fundamental que nós consigamos construir compreensões coletivas, dos vários atores, das várias entidades, para construir de fato um sistema cooperativo, associativo, da agricultura familiar. Dirigido pela agricultura familiar, rompendo os vícios, as corrupções que foram vividas por outros sistemas cooperativos, os modelos empresariais e os modelos agroindustriais". Essas leituras coletivas da questão da produção não garantem coesão e, também, não garantem a participação de todos os atores sociais do e no campo. Assim, a disputa pela representação não é algo definido. Não obstante, provoca reações de debate e mobilização, pois seus atores acabam se posicionando em torno das práticas elaboradas no interior do campo, e avaliam as práticas desenvolvidas para fora do campo. Nesse aspecto, torna-se necessário incorporar o princípio da solidariedade para não possibilitar práticas degradantes. Para isso, o terceiro eixo estratégico deve ser abordado.

3.2.3. A FETRAF: representação do campo da agricultura familiar

Durante o estudo sobre a FETRAF, pode-se afirmar que o terceiro eixo estratégico identifica um de seus principais anseios no campo da agricultura familiar: "avançar na consolidação da organização sindical orgânica à CUT, como ator político de representação da agricultura familiar, em todos os níveis (comunidade, município, microrregião, estado e região Sul), como sujeito fundamental para, articulado com outras organizações, avançar na conquista de políticas públicas, na organização da produção e para impulsionar a implementação de um desenvolvimento sustentável e solidário"

(FETRAF, 2003, p. 5).

Dialogando com o descrito neste eixo, Marcos Rochinski, coordenador de Formação Sindical e Profissional da FETRAF, avalia: "Podemos entender assim, talvez não tenha sido escrito de forma mais adequada. Mas, o que realmente queremos dizer: a FETRAF é um ator político de representação, tem uma capilaridade grande por ser sindical, é uma entidade de representação, mas não é a única na agricultura familiar (...). Articula-se com outras organizações, sendo que ela também tem sua representatividade na agricultura familiar". E, analisando as relações entre as entidades no campo, afirma:

> Não podemos achar que a FETRAF é um guarda-chuva e as outras estão debaixo, vinculadas nesta estrutura. Na medida que estas organizações são compostas por agricultores, eles representam também os agricultores. São reconhecidas como representantes, mas com papéis diferenciados. Por exemplo, a Cresol tem um fim específico, uma associação tem um fim específico, mas o movimento sindical acaba tendo um papel mais amplo. No entanto, existe uma tensão nesta relação. A tensão está no espaço regional, pois não se observa isto localmente. Pode haver por parte dos dirigentes, com a organização que está vinculado, uma preocupação em ocupar o espaço político, garantir os cargos de representação. Existe, aí, uma disputa de cúpula, mas que deve ser superada com o debate de um projeto maior (...). Mas, é importante frisar que a partir do momento que você consolida uma organização, teoricamente, você se consolida enquanto liderança desta instituição.

A concepção de uma estrutura sindical orgânica é um dos desafios mais importantes da FETRAF para que ela se torne uma organização diferenciada no campo sindical. Assim, esse eixo visa construir novas práticas no âmbito da estrutura sindical, efetivando a democratização das instâncias organizativas e de decisão, incluindo seus diversos atores. Para tanto, "o avanço da organicidade e da atuação articulada e unificada das várias esferas (base, local, micros, região sul) é condição para o redimensionamento do movimento sindical" (FETRAF, 2003, p. 5).

A estrutura sindical e os eixos estratégicos dimensionam as intenções e práticas da Federação, assim como possibilitam interpretá-la a partir do discurso de suas lideranças e dirigentes, efetivando-se como atores sociais no campo de representação da agricultura familiar. Ante isso, faz-se necessário conhecer melhor estes atores sociais e sua trajetória política e social, para entender até que ponto esta organização permite que as pessoas se reinventem, se reorientem – construam novas práticas, permitindo assim uma influência no habitus de representante sindical e de representante da agricultura familiar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desta pesquisa é fruto de um processo permanente de transformação das leituras sobre o campo sindical e o campo de representação da agricultura familiar. O jogo possibilita a seus jogadores compreenderem suas regras não simplesmente estudando-as, mas, sobretudo, jogando. A qualidade do jogo é definida pela qualidade de seus jogadores e, também, pelas condições físicas, culturais, sociais, econômicas, políticas e, por que não, metafísicas, disponíveis ou possíveis no campo. Esta pesquisa, portanto, é um momento, um recorte de análise das práticas de uma federação, não tendo a pretensão de desvelar, dissecar e, muito menos, de profetizar verdades estáticas. A sociologia, referenciada principalmente em Pierre Bourdieu, traduz possibilidades de análise e interpretação do objeto em estudo, expressa mediante uma sociologia das práticas do campo de representação sindical e da agricultura familiar.

Este trabalho teve por objetivo geral investigar de que maneira a FETRAF representa a possibilidade de um novo tipo de sindicalismo na atualidade. A busca para conquistar esta meta foi um desafio, pois foram abertas várias possibilidades e foram diversos os caminhos de investigação. No entanto, definiu-se um suporte teórico para explicitar o fio da meada, um instrumento para dar segurança nesta empreitada.

A Federação foi analisada com base em suas intenções e de suas práticas, entendendo-as a partir de uma práxis sociológica. O discurso e a prática foram elaborados pelos atores sociais que participam do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar – dirigentes sindicais, lideranças regionais, microrregionais, locais, agricultores familiares – de forma individual ou coletiva.

A estrutura sindical da FETRAF é caracterizada pela preocupação em ampliar os espaços de participação dos diversos atores sociais que a compõem, enfatizando suas instâncias comunitárias e microrregionais nesta organização política. A organização sindical da Federação começa a possibilitar uma prática inovadora no campo sindical, principalmente superando o sindicalismo de cúpula traduzido pelas organizações tradicionais, como é o caso das FETAGs e da CONTAG.

A organização no local de trabalho (OLT) não é algo novo dentro da CUT, mas a efetivação desta prática não se generalizou entre os sindicatos cutistas. Destaquem-se, aqui, as organizações de base de alguns ramos como, por exemplo, os metalúrgicos. Os rurais da CUT sempre buscaram este trabalho mais próximo de suas bases. No entanto, a FETRAF institui esta prática como uma estratégia a

ser alcançada. Sem o trabalho de base não é possível consolidar as intenções da Federação.

A participação dos agricultores familiares em suas várias instâncias permite à Federação constituir espaços mais democráticos de debate e deliberação. Os conselhos comunitários devem ser estas instâncias que visam garantir uma maior capilaridade na organização sindical. Para isso, são necessárias coordenações microrregionais ou sindicatos regionais para dar fluência a esta participação. Não basta só ouvir o que os agricultores pensam e querem para agricultura familiar, mas é preciso garantir sua participação efetiva e com qualidade nas definições das lutas e estratégias da entidade. O agricultor de base deve sentir-se capaz de participar, havendo um resgate de sua auto-estima como agricultor e como cidadão.

Destaca-se como mérito da FETRAF a utilização de uma prática tradicional dos agricultores familiares, qual seja, a edição do mutirão da agricultura familiar com ênfase no desafio de levar para todas as comunidades representadas pela Federação o direito de falar, discutir, propor, integrar-se na organização deste campo de representação. Não é só indicar seus porta-vozes, mas defender e instituir esta representação – fazer-se representar efetivamente. O mutirão é o resgate da solidariedade entre os vizinhos, entre os atores sociais de uma comunidade, é o construir com o outro um projeto comum sendo, para tanto, necessário acreditar que o outro pode ajudar, pode contribuir, deve ser valorizado. A valorização de cada membro do campo é a afirmação de que cada um tem o direito de jogar o jogo e, mais ainda, jogá-lo bem, e não simplesmente ser testemunha ou expectador.

O mutirão traz algo que não é próprio do sindicalismo, todavia, a prática do mutirão permite repensar os espaços de participação e integração não só dos representantes, mas também dos representados. Os representados passam a ter a possibilidade de tornar-se porta-vozes dos seus anseios, dos seus sonhos, de suas propostas, mesmo que depois deleguem estas "vozes" para outro – a liderança, o dirigente sindical. O mutirão foi avaliado pelos entrevistados como algo muito rico, que, por sua vez, mereceria um trabalho mais aprofundado, para fazer uma leitura mais sistemática, destacando seus potenciais e limites.

Retomando a organização sindical, são destacadas as intenções de buscar ampliar as bases da Federação, por meio dos sindicatos regionais ou das associações da agricultura familiar. Desta maneira, no caso dos sindicatos regionais dos trabalhadores na agricultura familiar, coloca-se em discussão um rompimento com a unicidade sindical, com destaque para as bases geográficas. A unicidade

sindical é uma das principais características do sindicalismo oficial getulista, de caráter corporativista. A FETRAF, desde sua própria fundação, já rompeu com a questão da base geográfica, pois está consolidando sua organização para além das fronteiras estaduais, entrando na base sindical de três federações oficiais (FETAG/RS, FETAESC/SC e FETAEP/PR), sem levar em consideração a norma da unicidade sindical. Porém, vem enfrentando dificuldades para conseguir a sua legalidade no Ministério do Trabalho, que não defere a carta sindical. Alguns dirigentes, no entanto, não vêem isso como problema, pois a Federação está sendo legitimada por sua base e, principalmente, por sua participação na sociedade como entidade representativa dos agricultores familiares; vem ocupando espaços políticos junto a diversos conselhos (federais, estaduais e municipais), aos partidos políticos e representantes do poder Executivo e Legislativo, com destaque na presidência do governo Lula, assim como no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os sindicatos regionais, por sua vez, constroem referências da organização no espaço microrregional, mas não se estabelecem necessariamente da mesma forma. Existem experiências relatadas que permitem uma leitura dos avanços desta organização em relação ao modelo fragmentado dos sindicatos municipais. No entanto, não basta ter uma organização regionalizada se não ocorrer uma ampla organização das instâncias de participação e deliberação. A superação do sindicalismo de cúpula só é possível se a organização da base se efetivar. É necessário reinventar as estruturas organizativas, sendo possível agregar em um único sindicato as bases microrregionais, na medida em que as diversas comunidades se façam representar.

A FETRAF visa não só organizar os sindicatos, mas também participar na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. Para tanto, considera necessário atuar em conjunto com outras entidades da sociedade, com destaque para as organizações da agricultura familiar. Percebe-se, assim, a definição de atuação não só no campo sindical, mas no campo de representação da agricultura familiar. Neste campo, são potencializadas ações em vista da organização da produção, tida como estratégica na consolidação da Federação. Para tanto, constroem-se parcerias com cooperativas, associações e ONGs que atuam no campo da agricultura familiar, buscando definir práticas que fortaleçam os agricultores, com ênfase na produção, industrialização (agregação de valor) e comercialização, levando em consideração tecnologias alternativas como, por exemplo, a agroecologia e as redes de socioeconomia solidária.

Nesse campo de representação da agricultura familiar

explicitam-se vários atores sociais que se intitulam representantes do campo, havendo algumas convergências, mas, também, diversos conflitos. Em relação às divergências existe uma busca de superá-las, expressas pelas lutas feitas de forma conjunta, com destaque para as mobilizações a partir da Frente Sul. Contudo, depois da formação da FETRAF, esses espaços comuns foram minimizados em função da centralidade das ações organizadas pela Federação, dificultando as articulações via Frente Sul.

Nos espaços municipais e microrregionais não foram percebidas essas dificuldades de interação; ao contrário, em geral os relatos indicaram vínculos que permitiam uma articulação não só das lutas e mobilizações, mas também da gestão destas entidades. Por sua vez, nos espaços regionais, observando as relações dos dirigentes destas entidades, as dificuldades são explicitadas de forma diferente. Ou seja, o discurso de articulação nem sempre se efetivou, pois a disputa pela representação mostrou um distanciamento na organização desses atores. Cada entidade busca se consolidar perante seus associados, desenvolvendo, muitas vezes, ações diferenciadas (com finalidades distintas) para um mesmo público, sabendo-se que boa parte desses associados fazem parte da base de mais de uma entidade. O discurso de ser uma entidade guarda-chuva, defendido por alguns dirigentes da FETRAF, parece estar superado, mas o seu efeito ainda perdura no campo de representação, debilitando os potenciais da organização dos agricultores familiares.

Os potenciais e limites do fortalecimento da agricultura familiar mediante a construção de um desenvolvimento sustentável e solidário colocam-se na retórica dos dirigentes sindicais da Federação, e sua consolidação será viabilizada não por suas práticas de maneira isolada. Neste sentido, a permanente avaliação de suas intenções, de suas proposições e, principalmente, de suas ações, concretizam, por parte desses dirigentes, uma postura de autocrítica, de reflexão, de auto-reconhecimento do capital acumulado nos espaços de representação do campo. Percebe-se que esses dirigentes começam a não só acreditar nessas articulações no interior do campo de representação, como um princípio místico das parcerias, mas, sobretudo, passam a refletir estas interações como formas reais de solidariedade. Buscam, também, efetivar práticas coletivas no campo das políticas públicas, da organização da produção, para além da organização sindical, com o intuito de firmar as representações da agricultura familiar como atores políticos na sociedade.

Colocam-se, neste momento, novos desafios para as entidades de representação, na perspectiva de concretizar um permanente debate, com diálogo, discussões e proposições, sobre as estratégias

e práticas de consolidação do campo da agricultura familiar, alicerçados em bases democráticas, solidárias e cidadãs. No entanto, esta pesquisa não teve como intenção realizar uma análise e avaliação mais aprofundada dessas configurações do campo de representação da agricultura familiar. Tal leitura seria relevante e pertinente para melhor vislumbrar as disputas e parcerias, potenciais e limites, no acúmulo de capital social, político, econômico, cultural e simbólico dos agricultores familiares representados por suas diversas organizações.

A FETRAF, após três anos de existência, a partir de suas intenções e de suas práticas, diferencia-se qualitativamente do velho sindicalismo e, ao mesmo tempo, inova o campo sindical cutista, provocando um repensar do fazer sindical. O velho habitus dos dirigentes sindicais passa a ser questionado e, por meio de diferentes práticas, começa-se a colocar em xeque a velha doxa do sindicalismo oficial. Entretanto, uma postura heterodoxa não significa uma ruptura total com a ortodoxia, pois as regras do jogo são postas para ambas as posições dentro do campo. Dessa maneira, percebeu-se não só uma vontade de mudar, mas as práticas dos dirigentes da FETRAF apresentam inovações, que influenciam seu habitus. Não se pode afirmar que um novo habitus se consolidou, pois seria necessário um processo mais extenso de observação. Todavia, um novo habitus começa a ser configurado a partir da superação dos vícios traduzidos nas práticas do velho sindicalismo.

A Federação se desafia e é desafiada a consolidar uma permanente metamorfose no campo de representação sindical e da agricultura familiar, buscando superar as amarras oficiais do sindicalismo. É preciso derrubar alguns muros, libertar-se dos casulos, para o novo se manifestar. A FETRAF busca compreender que ainda existem muitas trincheiras, muitas muralhas a serem vividas e superadas, mas ela se entende como movimento e, assim, é provocada a transformar-se.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul expressa um novo sindicalismo e constrói possibilidades de ressignificação deste novo. Enfim, A FETRAF-SUL/CUT apresenta-se como um novo sindicalismo em construção.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável (in: ALMEIDA, J. & NAVARRO, Zander orgs. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável). Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1997.

ARRUDA, M. Globalização e América Latina: oportunidades e desafios (in: IX Congresso Luterano Latino-Americano). Rodeio: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS, 1998.

BOITO Jr., A. O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Editora da UNICAMP / HUCITEC, 1991.

BOURDIEU, P. Le capital social. Revista "Actes de la Recherche en Sciences sociales" do "Centre de sociologie européenne", nº 31, pp. 2-3, 1980.

_____. O campo científico [in: Renato ORTIZ (org.) Pierre Bourdieu: sociologia]. SãoPaulo: Ática, 1983a.

_____. Habitus et sens pratique: une orchestration sans chef d´orchestre (in: A. ACCARDO e P. CORCUFF org. La sociologie de Bourdieu). Bordeaux: Le Mascaret, 1989a.

_____. Coisas ditas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1997.

_____. La distinción: criterios y bases sociales del gusto (tradução: Maria del Carmem Ruiz de Elvira). 2a ed. Madrid: Aguilar-Altea-Taurus-Alfaguara, 2000.

_____. O poder simbólico (tradução: Fernando Tomaz). 4a ed. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 2001.

_____. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9a ed. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2001.

CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 2a ed. São Paulo: Cortez – Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

FAO/INCRA. A agricultura familiar na região Sul. Brasília: Fao/Incra, 1996.

FETRAF-SUL/CUT. Resoluções do 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar. Chapecó: FETRAF-SUL, março 2001.

_____. Estatutos sociais. Chapecó: FETRAF-SUL, 2001a.

_____. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: a FETRAF-SUL/CUT (site histórico). Chapecó: FETRAF-SUL, 2001b. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/default.asp> Acesso em 09 de novembro de 2001.

_____. Agricultura familiar, desenvolvimento e o novo sindicalismo: da vida que vem da terra, a semente de um novo Brasil ... semente do novo sindicalismo. Chapecó: FETRAF-SUL, março 2002.

_____. Sistematização e avaliação do Projeto Terra Solidária (elaboração e organização: RODRIGUES, Almir S. e REICH, L.). Florianópolis: FETRAF-SUL, 2002a.

_____. Mutirão da agricultura familiar. Chapecó: FETRAF-SUL/ Deser, 2003.

_____. Caderno de finanças. Chapecó: FETRAF-SUL, 2003a.

_____. Primeiro Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar: texto base para debate em grupos. Xanxerê: FETRAF-SUL, 2003b. (mimeo)

FRENTE SUL DA AGRICULTURA FAMILIAR. O que é a Frente Sul (folder de apresentação). Chapecó: Frente Sul, 1999.

_____. Documento de Chapecó: diretrizes básicas para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, para o fortalecimento da agricultura familiar. Chapecó: Frente Sul / Fetraf / Cresol, 25 jul 2002.

INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília/DF: Projeto de Cooperação INCRA/FAO, 2000.

LAMARCHE, H. (coord.). Agricultura familiar – comparação internacional. Uma realidade multiforme (tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa). vol. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MARESCA, S. Les dirigeants paysans. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.

MEDEIROS, L. S de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ORTIZ, R. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, M. R. & REICH, L. A Fetraf-Sul/CUT e o novo sindicalismo. Chapecó: FETRAF, 2002.

SOSA, N. M. Ética ecológica, desarrollo sostenible y solidaridad (in: GALANO, C. Ciência, cultura e sociedad: educación para el desarrollo sustentable). nº 2. Buenos Aires: Escuela de Formación Pedagógica y Sindical "Marina Vilte" / EMV, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro (In: TEDESCO, J. C. Agricultura familiar – realidades e perspectivas). Passo

PARTE 2

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL

LIMITES PARA A ADEQUAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA ARTESANAL FAMILIAR AOS MECANISMOS DE MERCADO

Celestino de Oliveira Brito[1]

1. INTRODUÇÃO

É praticamente consensual entre os pesquisadores brasileiros[2] o fato de a pequena produção agrícola, ou agricultura familiar, ter ficado excluída dos projetos governamentais de desenvolvimento ao longo de quase toda a história do País. A história da agricultura familiar no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. A sua reprodução foi assegurada graças às estratégias que os próprios agricultores elaboraram, principalmente aproveitando as possibilidades de mobilidade espacial abertas pela prática da agricultura itinerante e, sobretudo, pelo sistema de posse precária. Os agricultores por conta própria buscaram alternativas econômicas que se articularam em dois níveis complementares: o autoconsumo e a integração ao mercado. O acesso a uma atividade mercantil foi buscado por meio de alternativas econômicas que os integrasse positivamente à economia local e regional, tanto o mercado interno de produtos alimentares como o de produtos destinados à exportação. Sempre foi uma orientação comum e natural desses agricultores a busca de produtos comercializáveis que se convertessem no carro-chefe do sistema produtivo.

Conforme destacou Wanderley (1989, p. 44), a experiência do envolvimento nessa dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e serviu de base para o enfrentamento da precariedade e da instabilidade. Transmitiu como patrimônio o próprio modo de vida.

[1] Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR. E-mail: celestinobrito@ibest.com.br

[2] Maria de Nazareth Wanderley, 1989; 1999; 2000. Graziano da Silva, 1981. José de Sousa Martins, 1975.

Por sua vez, a necessidade de prolongar o prazo de validade dos alimentos mais perecíveis deu origem à prática de elaborar e (ou) transformar artesanalmente algum produto. À medida que a produção passou ser maior que a necessária para o autoconsumo, a parte excedente passou a ser vendida diretamente nos domicílios dos consumidores.

Essa estratégia de sobrevivência, de início mais social do que econômica, motivada pela necessidade de prolongar o prazo de validade dos alimentos por meio da sua elaboração e (ou) transformação, evoluiu, apesar das dificuldades e dos obstáculos que tiveram de enfrentar, permitindo que viessem a se constituir, em alguns casos, como uma agroindústria artesanal.

Tendo em vista o exposto, este texto aborda a relação da unidade de produção agrícola familiar com o mercado e a instituição estatal, mais precisamente ressaltando os limites para a racionalização econômico-administrativa das atividades no interior de uma unidade de produção familiar. A referência empírica são as unidades de produção familiares da região Sudoeste do Estado do Paraná, que têm na atividade de elaboração e (ou) transformação artesanal de alimentos uma estratégia para integrar-se ao mercado e, conseqüentemente, garantir a reprodução da unidade familiar. Como contraponto, temos a política pública, Fábrica do Agricultor instituída pelo governo do Estado do Paraná, a partir de 1999, cujos instrumentos de ação evidenciam o interesse na regularização legal, infra-estrutural e sanitária, visando adequá-la aos mecanismos de mercado.

As categorias analíticas que fundamentam nossa análise são os conceitos de Sistema e Mundo da Vida presentes na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas.

Nosso conceito de política pública é inspirado na teoria da dependência estrutural desenvolvida por Claus Offe (1984). Segundo essa teoria, o Estado tem uma interdependência, que é estrutural, com a economia privada. Isso se deve ao fato de os investimentos serem de competência dos proprietários de capital. Esses proprietários só vão investir se obtiverem garantias de que obterão lucros com esse investimento. Como o Estado depende, de forma indireta, mediante o sistema tributário, do volume da acumulação privada, precisa criar e manter as condições que favoreçam a acumulação privada. Por isso os detentores de poder político colocam à disposição dos agentes privados bens infra-estruturais a baixo custo, para possibilitar que estes obtenham lucros, na esperança de que parte desses lucros privados retorne aos cofres públicos na forma de impostos e, com isso, possam realizar suas atividades sociais. Entre essas estratégias

da política estatal vamos considerar a alternativa de reincorporação administrativa à forma-mercadoria, segundo a qual o Estado busca, de forma planejada, sanear e modernizar os setores que não conseguem manter-se na relação de troca, levando-os a adquirir competência de mercado. Seu objetivo geral é reorganizar as relações de troca nos mercados, preservá-las e generalizá-las. Usa, para isso, instrumentos específicos de direcionamento político como: ordens e proibições legais, bem como incentivos financeiros, visando incentivar um comportamento competitivo ou reprimir estratégias de comportamento opostas, que assegurem a sobrevivência econômica de um determinado protagonista da relação de troca (OFFE, 1984, p. 131).

Situamos a atividade de elaboração e (ou) transformação de alimentos como parte integrante das estratégias do cotidiano (mundo da vida) dos agricultores familiares, como uma alternativa que o conhecimento acumulado ao longo dos anos de trabalho prático permite ao agricultor adotar para possibilitar a sua reprodução social e econômica.

O sistema aqui é diferenciado, seguindo a formulação feita por Habermas, nos subsistemas mercado e Estado que, mediante os meios de controle econômicos e políticos de que dispõem, procuram racionalizar e burocratizar as estratégias dos agricultores, aqui tidas como estratégias do mundo da vida, condicionando-as a adequar-se e adaptar-se à racionalidade instrumental do mercado.

Quer-se analisar como os agricultores familiares avaliam a iniciativa do Estado, as condições em que está ocorrendo o processo de assimilação ou rejeição dos instrumentos e mecanismos oferecidos pelo Estado para que ocorra essa adequação. Acredita-se, com isso, poder oferecer uma singela contribuição para a discussão do tema agricultura familiar. Com o estudo da agroindústria artesanal, pretende-se trazer para o debate a perspectiva dos agricultores, e chamar a atenção, ainda, para a necessidade de pensar-se a reprodução social da atividade correlativamente à sua viabilização econômica.

O estudo de caso foi realizado no ano de 2004 e faz parte da dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná.

As fontes utilizadas são: as entrevistas que realizamos com 30 chefes de unidades de produção familiares elaboradoras e (ou) transformadoras de alimentos nos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Vitorino e Coronel Vivida, no Sudoeste do Paraná; pesquisas a documentos redigidos pelos órgãos

governamentais (Emater e Seab-PR); e conversas informais e entrevistas com técnicos da Emater das mesorregiões de Pato Branco e Francisco Beltrão.

2. AGROINDÚSTRIA ARTESANAL COMO ESTRATÉGIA DO COTIDIANO DOS AGRICULTORES

À medida que nos inteiramos dos fatos, que para nós revelam-se por meio dos dados captados na pesquisa, vai-se evidenciando que a agroindústria artesanal é uma das estratégias que os agricultores familiares elaboram para reproduzir o seu modo de vida e, conseqüentemente, a sua unidade de produção.

O objetivo inicial foi o de aproveitar melhor a produção ou superar a dificuldade em vender um produto *in natura,* como o leite, por exemplo, seja comercializando o excedente, envasando-o em litros retornáveis e vendendo-o de casa em casa nos bairros das cidades, seja transformando-o em queijo; ou para conseguir uma renda extra num período do ano em que há na propriedade pouco serviço – como ocorre com os produtores de açúcar mascavo, no inverno – ou de inatividade - no caso dos donos de pesque-e-pague, que fora dos períodos de temporada comercializam o filé de peixe. O abate de aves teve início no momento em que o agricultor preocupou-se em dar um destino proveitoso para as galinhas poedeiras, quando estas eram descartadas da produção de ovos. Já o abate de suínos resultou da prática de transformação da carne, para prolongar o prazo de validade na forma de salames ou lingüiças, prosseguindo com a comercialização do excedente. O produto da agroindústria artesanal veio a constituir, com o tempo, fator indispensável de elevação da renda da família agricultora, evoluído de forma gradual, sem interferir na lógica interna de reprodução da unidade de produção em bases familiares.

A atividade de elaboração e (ou) transformação de alimentos não é paralela às outras realizadas pela família, mas acrescida às demais, graças ao aumento da auto-exploração do trabalho dos membros da família. Pelo menos naquelas propriedades que optam pelo multicultivo como estratégia de sobrevivência, a agroindústria funciona em virtude do trabalho extra dos membros da família, com o aumento da jornada de trabalho. Quer-se, com isso, aumentar a renda para permitir a permanência do maior número de membros da família na propriedade e, principalmente, para garantir a reprodução da unidade de produção. Nas unidades produtoras de leite, por exemplo, as atividades de pasteurização, embalagem e distribuição vêm somar-se aos demais trabalhos realizados diariamente na propriedade agrícola. O mesmo ocorre nas unidades produtoras de

queijo. São comuns os relatos de que a jornada de trabalho inicia-se às seis horas da manhã e se estende até as vinte e três horas. Já a produção de açúcar mascavo vem ocupar a mão-de-obra da família que ficava ociosa nos meses de junho e julho, época em que há pouca atividade, por ser o período de entressafras na agricultura da região.

Portanto, a agroindústria artesanal é uma estratégia do cotidiano dos agricultores familiares que souberam, ainda, criar outra estratégia para conseguir colocação para os produtos da sua agroindústria caseira em um mercado quase sempre monopolizado pela produção das grandes agroindústrias. A alternativa encontrada foi a venda de porta em porta, oferecendo ao consumidor a vantagem de receber o produto em casa e, ainda, poder pagar no início do mês seguinte. Uma faixa da população ainda identificada com os costumes rurais, no que diz respeito à alimentação. Mas, o elemento mais importante a ser destacado nessa iniciativa é ser um produto alternativo àquele transformado pela agroindústria capitalista e que, com isso, não precisa concorrer com os produtos industrializados pelas grandes companhias.

Observa-se ser essa uma estratégia sábia da parte dos agricultores, fato que demonstra que eles sabem como driblar os obstáculos que lhes são impostos pelo sistema dominado pelos interesses dos grandes grupos econômicos.

Percebe-se, analisando os dados da tabela 1, que a prática de elaboração e transformação de alimentos na maioria dessas unidades de produção é herança passada de pai para filho. Por meio desses dados, podemos observar que mais de 70% das unidades de produção pesquisadas têm experiência de no mínimo dez anos na transformação ou elaboração de alimentos. Em alguns casos (cerca de 10%), a prática na transformação chega a mais de 30 anos. Por fazer parte da tradição passada de pai para filho, o tempo de prática varia conforme o tempo de constituição da família; sendo assim, podemos verificar que aqueles estabelecimentos com pouco tempo de prática correspondem ao contingente de casais novos, que, na verdade, já elaboravam e (ou) transformavam alimentos enquanto moravam com seus pais.

TABELA 1 - TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA FAMÍLIA NA TRANSFORMAÇÃO OU ELABORAÇÃO DE ALIMENTOS

Tempo de experiência	Freqüência	Porcentagem
Menos de 5 anos	04	13,3
5 - 10 anos	04	13,3
10 - 20 anos	13	43,4
20 - 30 anos	06	20,0
+ de 30 anos	03	10,0
TOTAL	**30**	**100,0**

FONTE: Pesquisa de campo

Portanto, trata-se de iniciativa autônoma de agregação de valor a um produto primário, tendo em vista a complementação da renda da família. Tanto a agroindústria artesanal quanto a forma de comercialização diretamente nos domicílios dos consumidores, bem como as razões da escolha dessa clientela, foram forjadas nos embates que precisaram travar para poderem reproduzir o seu modo de vida. Não foram os técnicos e extensionistas contratados pelo poder público que ensinaram aos agricultores o que fazer a partir de um programa de incentivos governamentais. Os dados apresentados na tabela 1 confirmam que essa já era uma prática tradicional em praticamente todas as unidades de produção pesquisadas.

2.1. OS PERSONAGENS: AGRICULTORES FAMILIARES

O Sudoeste paranaense apresenta uma situação fundiária que se destaca pela predominância de propriedades familiares. Cerca de 92,1% dos estabelecimentos agrícolas são de agricultores familiares, os quais ocupam 77,1% da área total da região, com predomínio de estabelecimentos até 50 hectares (INCRA, 2002). Acompanhando essa característica, conforme demonstrado na tabela 2, as unidades de produção familiares que constituíram uma agroindústria artesanal são pequenas propriedades: 10% das unidades de produção pesquisadas possuem menos de dez hectares de extensão; 43,3% possuem entre dez e 20 hectares; 36,7%, entre 20 e 40 hectares; 3,3%, entre 40 e 60, e apenas 6,7% contam com mais de 60 hectares de extensão. Fazendo uma junção das três primeiras linhas da tabela 2, percebe-se que 90% das unidades de produção

são constituídas por propriedades com menos de 40 hectares. Destaque-se, ainda, que, em 100% das unidades de produção pesquisadas a família que trabalha é ao mesmo tempo proprietária da terra, o que se pode, assim, denominar exploração familiar, uma vez que o requisito básico para definir uma atividade agrícola como familiar é a exploração ocorrer de forma que a propriedade e o trabalho estejam intimamente ligados à família.

TABELA 2 - TAMANHO DA PROPRIEDADE MEDIDA EM HECTARES

Tamanho da propriedade	Freqüência	Porcentagem
Até 10	03	10,0
10 - 20	13	43,3
20 - 40	11	36,7
40 - 60	01	3,3
+ de 60	02	6,7
TOTAL	**30**	**100,0**

FONTE: Pesquisa de campo

Conforme Chayanov (1966), a agricultura familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. A pesquisa realizada demonstrou que em 100% das unidades de produção que fizeram da agroindústria uma extensão da atividade agrícola essa característica permanece. Mesmo nas propriedades que contratam mão-de-obra permanente e (ou) temporária, a direção e a realização da maioria dos trabalhos são feitas pela família.

Conforme demonstra a tabela 3, nas 30 unidades de produção pesquisadas trabalham 122 pessoas. Destas, 102 (83,6%) são de origem familiar; 13 (10,7%) contratadas temporariamente e 7 (5,7%) contratadas de forma permanente. Em 25 dessas unidades a mão-de-obra ocupada é exclusivamente familiar. São apenas cinco as unidades de produção que contratam mão-de-obra. Destas, três contratam apenas temporariamente, basicamente em tempos de colheita; duas contratam empregados permanentes e

ocasionalmente, em períodos de aumento de trabalho, contratam mais alguns temporários.

TABELA 3 - NATUREZA DA FORÇA DE TRABALHO

Natureza	Freqüência	Porcentagem	Nº de unidades de produção
Familiar	102	83,6	25
Contratada temporariamente	13	10,7	03
Contratada permanentemente	07	5,7	02
TOTAL	122	100,0	30

FONTE: Pesquisa de campo

Números semelhantes haviam sido observados em uma pesquisa realizada pela Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina no ano de 2002. Foram pesquisados 1.018 pequenos empreendimentos agroindustriais, em que trabalham 3.420 pessoas. Constatou-se que 84% da mão-de-obra é constituída por membros da família não-remunerados; 6% são membros da família remunerados e 10%, empregados remunerados contratados temporários e (ou) permanentes.

Na maioria absoluta das unidades de produção pesquisadas (90%), o número de pessoas ocupadas não ultrapassa cinco. Salvo em dois casos, em que as unidades de produção são exploradas, em uma, por três irmãos, um homem e duas mulheres, e na outra, por duas irmãs e um sobrinho, nas demais a presença dos pais é fator preponderante. Conforme se observa na tabela 4, em 46,7% das unidades de produção trabalham até três pessoas, geralmente o pai, a mãe e um filho solteiro; em 43,3% delas, esse número não ultrapassa cinco pessoas; apenas 10% de unidades de produção garantem ocupação para mais de cinco pessoas.

TABELA 4 - QUANTIDADE DE PESSOAS OCUPADAS POR UNIDADE DE PRODUÇÃO

Pessoas ocupadas por unidades de produção	Freqüência	Porcentagem
Até 3	14	46,7
Entre 4 e 5	13	43,3
+ de 5	03	10,0
TOTAL	30	100,0

FONTE: Pesquisa de campo

Conforme Maria de Nazareth Wanderley (1999, p. 24), a agricultura familiar brasileira tem características particulares que resultam dos enfrentamentos de situações próprias da história social do País e que servem hoje de fundamento a esse patrimônio sociocultural, com o qual deve adaptar-se às exigências e aos condicionamentos da sociedade brasileira moderna. Segundo Wanderley, (1999, p. 37), "do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro". De certa forma, os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

2.2. AGROINDÚSTRIA ARTESANAL

As instalações e os equipamentos que eram utilizados na transformação e elaboração dos produtos antes de a atividade vir a ser enquadrada pela política pública estatal evidenciam as características de uma produção artesanal. A agroindústria de açúcar mascavo, por exemplo, era composta por um engenho, melhor dizendo, uma moenda de cana impulsionada por motor movido a diesel ou à eletricidade, um tacho de ferro assentado sobre um local construído de pedras mais uma caixa de madeira, que era o recipiente onde se despejava o caldo da cana depois de fervido e onde era mexido com pás de madeira até atingir o ponto de açúcar mascavo.

A agroindústria da cachaça era composta de uma moenda de cana impulsionada por motor movido à eletricidade e tambores para acondicionar o caldo de cana e transferi-lo às instalações do

alambique, que era separado. A cachaça, depois de destilada, ficava acondicionada em recipientes de madeira. A venda era feita em garrafões.

A agroindústria do leite funcionava à base do improviso, com baldes para deslocar o leite do curral até a cozinha da casa. O leite retirado na parte da tarde ou à noite era guardado em congelador, para ser acondicionado em litros no dia seguinte, somando-se ao leite retirado de manhã, momento em que o produtor fazia a entrega em domicílios.

Para a produção do queijo, o produtor utilizava panelas para aquecê-lo e depois o acondicionava em formas e (ou) prensas de madeira, para dar o formato e o tamanho do queijo. Tudo era feito na cozinha da residência e, depois, secado ao sol.

O abate de aves e suínos era feito no quintal e complementado no porão da residência, utilizando-se apenas equipamentos manuais. As aves eram mergulhadas em panelas de água fervente e, depois, depenadas à mão.

A filetagem de peixe era feita nas próprias instalações do pesque-e-pague, utilizando-se apenas facas e uma mesa com pia.

O que chama a atenção é a capacidade de os agricultores agregarem valor a seu produto sem acrescer custos, aproveitando as estruturas já existentes na propriedade, com compartilhamento do uso dos utensílios domésticos para mais de uma atividade.

É evidente que algumas condições precisaram ser satisfeitas a partir da aquisição de equipamentos modernizados para melhor acondicionar o produto e preservar a sua qualidade. Algumas melhorias foram adotadas pela agroindústria do leite, por exemplo, que investiu, por conta própria, em resfriadores, embaladeira manual e furgão para a entrega.

Como não possuem garantias para oferecer em troca de financiamentos, as melhorias na capacidade de produção precisam ser compatíveis com os retornos econômicos que efetivamente trazem. Conforme os dados apresentados na tabela 5, o rendimento líquido subestimado das unidades de produção familiares ou, mais adequadamente, para realçar a peculiaridade característica de uma unidade de produção familiar, destacada por Chayanov (1981), o resultado de um ano de trabalho, não ultrapassa 30 mil reais por ano.

TABELA 5 - RENDA SUBESTIMADA DA PROPRIEDADE

Renda anual	Freqüência	Porcentagem
Menos de R$5.000	09	30,0
R$5.000 - 15.000	13	43,3
R$15.000 - 30.000	08	26,7
TOTAL	30	100,0

FONTE: Pesquisa de campo

É importante destacar, aqui, que os agricultores entendem como renda líquida aquilo que sobra no final da safra. Na região estudada, uma safra inicia-se em agosto de um ano e se encerra no mês de julho do ano seguinte (por isso é escrita na forma safra 2005/2006, por exemplo). A modalidade de elaboração e (ou) transformação de alimentos, por tratar-se de uma atividade acrescida às demais atividades do cotidiano do agricultor, também tem seus critérios de funcionamento, fundamentados na mesma lógica que orienta as decisões relacionadas às demais atividades praticadas no interior da unidade de produção familiar.

O objetivo deste estudo é analisar a capacidade das pequenas propriedades familiares para adotar as adequações da produção da agroindústria artesanal aos mecanismos do mercado, sugeridas pela política estatal. Por isso, a amostra agrega as várias modalidades agroindustriais presentes na região Sudoeste do Paraná, sem se ater às especificidades inerentes a cada produto. São 11 unidades que produzem leite e o vendem pasteurizado com uma produção média anual estimada em 58.250 litros; oito transformam o leite em queijo, com produção média anual estimada em 3.750 kg; quatro transformam caldo de cana-de-açúcar em açúcar mascavo, com produção média anual estimada em 3.800 kg; três produzem o filé de tilápia, com produção média anual estimada em 11.800 kg; duas abatem aves, com produção média anual estimada em 10.600 kg; uma transforma caldo de cana-de-açúcar em cachaça, com produção anual informada de 24.000 litros, e uma produz derivados de carne suína, com produção anual informada de cerca de 60.000 kg, incluindo carne, salames e demais derivados comercializáveis. Em 80% dos casos os agricultores afirmaram ter na agroindústria artesanal uma complementação das atividades agrícolas. Daí não diferenciarem a renda proveniente da agroindústria daquela que é resultante das demais culturas.

Embora se constate uma discrepância entre o volume da produção agroindustrial informado pelos chefes das unidades familiares pesquisadas e a renda líquida subestimada, o que elas realmente parecem evidenciar é uma relação custo-benefício muito desfavorável, como resultado da inserção na unidade de produção de insumos, máquinas e equipamentos modernizados. Podem ser um indicativo de que a adoção de tecnologias e equipamentos modernos, apesar de proporcionar o aumento da produtividade, não torna, necessariamente, a atividade em pequenas agroindústrias mais lucrativas. Este estudo constatou que 83,3% das unidades de produção utilizam tratores para arar a terra, plantar e passar inseticidas e herbicidas. Os agricultores que não possuem trator e equipamentos contratam esses serviços de terceiros. Nas unidades produtoras de leite, também foram introduzidas máquinas que, ao mesmo tempo em que cortam, também carregam sobre a carreta do trator o pasto utilizado para alimentar o gado. Somam-se a isso os custos com a entrega diária do produto.

Trabalha-se com a média anual de rendimentos porque esse critério corresponde ao período adotado pelos agricultores para fazer o balanço da atividade. Conforme Chayanov (1981, p. 138), na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho e recebe como resultado de um ano de atividade uma quantidade de produtos que, depois de trocados no mercado, representa o produto bruto de sua unidade de produção. Desse produto bruto, ela deduz uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano. Resta, então, o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano.

Podemos constatar que o tipo de produto da agroindústria artesanal não tem relação direta com o tamanho da propriedade, uma vez que podemos encontrar, por exemplo, a produção de açúcar mascavo tanto nas maiores quanto nas menores propriedades, o mesmo ocorrendo com a produção de leite, queijo, entre outras. O que há é uma relação direta com a distância da propriedade à cidade-sede do município. Quanto maior é a distância em relação à cidade sede, maior precisa ser o prazo de validade do produto que o agricultor familiar escolhe para elaborá-lo ou transformá-lo. Assim, vamos ver que as unidades que produzem leite, pasteurizam, embalam e entregam o leite em domicílio, situam-se sempre mais próximas das cidades. A explicação para isso pode estar no fato de ser um produto altamente perecível que requer uma distribuição diária, que só possibilita ganhos econômicos se situada próxima dos domicílios onde vai ser entregue. Caso a distância for grande, o custo com transportes e o

tempo gasto com deslocamentos inviabilizariam tal empreendimento, já que a produção é pequena. Também os pesque-e-pagues que se constituem como sedes da agroindústria de filetagem de peixes estão situados próximos da cidade, o que se explica pela necessidade de facilitar o acesso dos clientes moradores da cidade. A produção de queijos, por sua vez, está situada em lugares mais distantes da sede do município. Parece ser exatamente pela falta daqueles aspectos favoráveis de que gozam os produtores com propriedade próxima da cidade que os agricultores preferem transformar o leite em queijo, um produto que pode ser armazenado por mais tempo. A mesma lógica adota o proprietário da agroindústria de açúcar mascavo. Primeiro, porque o tempo de estocagem do produto, em boas condições, é de um ano ou mais; segundo, porque pode aproveitar ocasiões em que paga fretes para transportar outros produtos da lavoura, ou mesmo, quando possui automóvel, pode aproveitar suas próprias idas à cidade por conta de outras necessidades e transportar o produto para a comercialização.

3. ADEQUAÇÃO AOS MECANISMOS DO MERCADO MEDIADA PELA INSTITUIÇÃO ESTATAL

Conforme informações dos agricultores, de início o poder público reagiu apenas com a fiscalização e, por meio de inúmeras autuações, tentou impedir a comercialização do produto em sua forma artesanal. O problema evoluiu assumindo a proporções de um conflito anunciado, gerando, da parte dos agricultores, muitos protestos e, da parte do poder público municipal, até mesmo a elaboração de leis proibindo a comercialização. Seguiu-se com a apreensão dos produtos artesanais e cobranças de multas pesadas para dissuadir o proprietário da idéia de elaborar e (ou) transformar produtos animais e vegetais artesanalmente. Mas a insistência dos agricultores que passaram a organiza-se em associações de feirantes, e a coincidente democratização política do País a partir dos anos 80 possibilitaram que a relações entre poder público e agricultores evoluíssem no sentido da regularização.

Conforme Habermas (1968: 324), "a consolidação da democracia traz à realidade a existência dos sujeitos políticos e a prevalência de seus interesses sobre a pura lógica do mercado". Em condições concretas, grupos particulares entram em conflito sobre certas questões e o resultado desses conflitos é uma forma particular de organização e um conjunto determinado de políticas. Ou seja, o resultado dos conflitos estabelece as políticas que o Estado implementa.

Como se sabe, em um regime político autoritário os ocupantes de cargos políticos não dependem da aprovação das suas atitudes pelos eleitores, nem precisam do voto deles para legitimar o seu poder. Já em uma democracia, a legitimidade do poder é assegurada pela eleição e depende do voto. Portanto, os ocupantes do poder precisam agradar a maioria dos eleitores. Se antes os agricultores tinham pouca importância econômica, agora passam a ter importância política.

Num regime democrático, as realizações dos detentores do poder estatal são condicionadas pelos interesses que permeiam a sociedade: pelos interesses dos detentores dos meios de produção que cobram condições que garantam lucratividade aos seus investimentos; pelos interesses daqueles que não possuem propriedade e cobram realizações políticas que compensem as perdas que lhe são impostas pelos proprietários; pelos interesses dos pequenos proprietários que, em função do tamanho da sua produção, não reúnem condições para competir de igual para igual e reclamam medidas de proteção contra a concorrência predatória. Em última instância, são todos cidadãos eleitores, aos quais os detentores do poder estatal precisam convencer para manter suas posições.

Analisando os documentos e as publicações da Secretaria da Agricultura e de suas subsidiárias como a Emater, percebe-se que o Estado está preocupado com a dimensão econômica que assumiram as agroindústrias artesanais, com a parcela de mercado que essa produção conquistou. Pelas contas da Secretaria da Agricultura, em 1999 eram 1.800 os empreendimentos catalogados pelos técnicos da Emater, responsáveis por realizar o levantamento. Mas, como a quantidade de técnicos é insuficiente para realizar um estudo que abranja todos os municípios do Estado, são forçados a admitir que os números são muito elevados[3]. São produtos que rivalizam com aqueles transformados pelas agroindústrias capitalistas, ao mesmo tempo em que não lhes são concorrentes. Ocupam uma faixa de mercado, e servem à clientela como produto alternativo ao industrializado. Quer-se, com isso, promover a equiparação entre produtos, retirando do produto artesanal a condição que o diferencia, pois só se pode regularizar a concorrência entre produtos equivalentes.

Segundo consta dos documentos que introduzem o programa Fábrica do Agricultor, a iniciativa do poder público teria como função a modernização e a adequação dos pequenos agroempreendimentos. O princípio básico do programa é transformar os estabelecimentos de elaboração e (ou) transformação artesanal dos agricultores em empresas rurais. Para conseguir realizar essa façanha propõe:

[3] Números atualizados da Emater em 2006, apontam a existência de mais de 10 mil agroindústrias artesanais.

difusão da tecnologia; capacitação profissional; assistência técnica especializada a projetos ambientais e de viabilidade econômica; cursos de gestão do agronegócio; maior integração do produtor ao mercado; garantia de qualidade aos produtos industrializados; preparação do empreendedor para o gerenciamento de seu negócio, entre outros (FONTE: SEAB, PR). A preocupação social seria apenas uma conseqüência, na medida em que as agroindústrias familiares viessem a converter-se em meio potencial para a geração de novos empregos.

Essa iniciativa do Estado paranaense enquadra-se naquilo que Offe (1984: 131) chama de estratégia de reincorporação administrativa à forma-mercadoria. Segundo ele, visando ao estabelecimento e à universalização da forma-mercadoria, o Estado usa a estratégia da criação política das condições nas quais torne possível aos sujeitos econômicos, nesse caso os agricultores familiares, introduzirem efetivamente a sua propriedade nas relações de troca. A agroindústria artesanal familiar, então, é incluída entre aqueles setores que, para manter-se na relação de troca precisam ser sanados de forma planejada e simultaneamente expostos à pressão de adaptação ao mercado e à pressão modernizadora. Quer-se, com isso, levá-la a transformar-se no sentido da aquisição de maior competência de mercado. Para isso, são utilizados os instrumentos específicos de direcionamento político expressos por meio de ordens e proibições legais, bem como incentivos financeiros, que visam incentivar um comportamento competitivo, com disposição para reprimir estratégias de comportamento opostas.

Conforme assinala Offe, os detentores do poder estatal não fazem isso por decisão espontânea. Em condições democráticas, eles provavelmente agiriam na busca de apoio político para conquistar a auto-suficiência, e não com interesse de acumulação. Entretanto, à medida que o Estado assume o compromisso de implementar medidas para compensar aqueles indivíduos que perdem no jogo econômico, e precisa retirar os recursos materiais de que necessita mediante de mecanismos do sistema tributário, passa a depender do volume de acumulação privada. Por isso, persegue os objetivos de pôr à disposição do processo de produção privado, de forma permanente e com baixos custos, bens infra-estruturais. Portanto, é para assegurar sua própria capacidade de funcionamento que os detentores do poder do Estado têm como seu mandamento mais alto o imperativo da constituição e a consolidação de um desenvolvimento econômico favorável. E é por isso que a atividade do Estado é dirigida para a estabilidade e o crescimento econômico. Acredita-se que a expansão da economia privada expande automaticamente a base tributária.

Espera-se que parte dos lucros privados retorne aos cofres públicos na forma de impostos e contribuições, para que o Estado possa realizar políticas sociais e, com isso, consiga o consentimento dos eleitores para manter-se no poder.

De acordo com Habermas, o planejamento administrativo do Estado contemporâneo é o disseminador da consciência tecnocrática, que difunde e instrumentaliza o saber técnico como um dos mecanismos essenciais da racionalização. Por isso, o programa Fábrica do Agricultor sugere que as agroindústrias artesanais substituam sua base infra-estrutural e tecnológica, exigindo que passem por um processo de adequação, que inclui: legalização da atividade; adequação física e sanitária das instalações; controle de qualidade; padronização; rotina de inspeção sanitária; rotulagem e aquisição equipamentos aprovados pelas normas sanitárias. Conseqüentemente, para poder lidar com tudo isso, requerem-se, também, o aperfeiçoamento profissional e o acompanhamento técnico. Ou seja, abre espaço para a racionalização e a burocratização da prática da vida cotidiana, trazendo consigo o risco da desvalorização do saber prático e de uma racionalização unilateral que conduz à especialização da atividade agrícola.

Assim, veremos que a adequação aos requisitos propostos pelo programa Fábrica do Agricultor exige que a unidade produtora do açúcar mascavo, por exemplo, introduza uma série de modificações: neste caso o tacho para ferver o caldo de cana, que era de ferro, foi trocado por material inox; precisou-se adquirir batedeira elétrica para esfriar o caldo, peneira elétrica para classificar ou esfarelar o açúcar e embaladeira automática.

A unidade elaboradora de leite tem obrigatoriamente que adquirir resfriador, pasteurizador e embaladeira. Por sua vez, a agroindústria produtora de queijo precisa adquirir pasteurizador, câmara fria, formas plásticas, prensa e mesa de inox.

O abatedouro de frangos deve adquirir mesa de inox, depenadeira, câmara fria e caldeira. A unidade que realiza a filetagem de peixe tem que adquirir mesa e pia inox, freezer e equipamentos para transportar o produto. Para abater suínos, a unidade familiar precisa edificar uma instalação física e adotar equipamentos equivalentes aos utilizados por uma agroindústria convencional.

Por sua vez, a burocratização legal torna a unidade de produção familiar dependente do apoio de profissionais de contabilidade, para orientação e realização da documentação para constituir uma empresa. Assim sendo, o agricultor deve converter-se em empresário

rural para ter acesso a realizações organizativas e decisões políticas para modernizar sua atividade e poder adequar seu produto às regras do mercado.

Conforme adverte Maluf (2002), os enfoques econômicos convencionais baseiam-se numa concepção de acesso a mercados que se supõem existentes ou são considerados como um dado externo ao âmbito do empreendimento em questão. A partir dessa concepção, enfatiza-se na capacitação empresarial das pequenas unidades de produção. É por isso que os propositores do programa estão preocupados em dar formação e profissionalização aos proprietários de agroindústrias artesanais, ensinando a eles as técnicas de gerenciamento modernas. Para o autor, as novas possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares com base em estratégias autônomas requerem uma ótica de construção de mercados adequados à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte.

Embora os gestores públicos reconheçam que a principal dificuldade a ser enfrentada pelos produtores diz respeito às exigências do mercado com relação à falta de uma oferta em maior escala, parece que acreditam mesmo na possibilidade de o produto da agroindústria familiar vir a competir em um mercado que, para eles, lhe está receptivo, bastando para isso que o agricultor esteja munido de capacidade empresarial. Isso foi explicitado pelos idealizadores do programa Fábrica do Agricultor em uma passagem do manual de divulgação do programa, em que afirmam: "imagina seu produto muito mais forte, competindo de igual para igual com as grandes marcas, utilizando estratégias de tecnologia, de marketing e design, de incentivos de mercado e comercialização. Pois é exatamente isso que você vai colher com a Fábrica do Agricultor" (SEAB-PR, 1999). Subentende-se que querem levar os "empreendedores" a aceitar a idéia de que há um mercado em expansão á espera do produto deles, bastando que adquiram competência administrativa. Ou seja, as condições necessárias estão disponíveis, é só aprender a usá-las.

Na prática, porém, as coisas não são bem assim. Mesmo se valendo do apoio da instituição estatal na tentativa de conquistar oportunidades para ampliar o espaço no mercado para comercialização dos produtos da agroindústria artesanal, os agricultores têm enfrentado a resistência dos grupos que controlam os mecanismos responsáveis pela distribuição no mercado. Segundo dados da Emater, atualizados em 2006, foram realizados 24 eventos denominados Feira de Sabores em várias regiões do Estado, nas quais participaram 1.400 expositores. Apesar de representarem espaços importantes para oportunizar o contato com consumidores

fora da sua base de atuação, são espaços provisórios, que podem resultar em oportunidades comercialização ou não. Com relação a espaços permanentes, foram feitos convênios com apenas dez redes de supermercados, que renderam 29 gôndolas destinadas aos produtos artesanais, contemplando 399 unidades de produção. Esse fato que demonstra que a grande maioria não está sendo beneficiada pelos incentivos da política pública. E, portanto, para comercializar seu produto, seus proprietários precisam de outros recursos como vender diretamente nos domicílios dos consumidores, enfim, sem passar pelos mecanismos de distribuição do mercado. Isso ficou evidente na pesquisa que realizamos no Sudoeste do Estado. Decorridos cinco anos da implantação do programa Fábrica do Agricultor, praticamente toda a produção dessas unidades era destinada à mesma clientela que formaram antes: consumidores diretos, pequenos comércios como padarias, lanchonetes e mercearias. Mesmo porque, para expor nas poucas gôndolas cedidas pelos supermercados da região, precisam reduzir os preços muito abaixo dos valores conseguidos com a venda direta aos consumidores. E, vieram a constatar que esses supermercados elevavam os preços dos produtos bem acima daqueles cobrados pelos próprios agricultores na venda direta aos consumidores, inviabilizando a comercialização ou no mínimo restringindo a parcela de consumidores com poder aquisitivo para adquirir tais produtos.

4. LIMITES PARA A RACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NA AGROINDÚSTRIA ARTESANAL FAMILIAR

Quanto maior o desenvolvimento tecnológico, mais a racionalidade se faz instrumental, dominando a esfera da atividade econômica. Contudo, conforme demonstra Habermas (1989), à expansão da racionalidade instrumental nos âmbitos da economia e do poder se contrapõe o mundo da vida, estruturado em termos de cultura, de regras sociais e de personalidades. Nesse sentido, racionalização e subjetivação, na visão de Touraine, e sistema e mundo da vida, na concepção de Habermas, polarizam as dimensões da sociedade (BRANDENBURG, 1999: 36).

Encontramo-nos diante de uma situação característica na qual a atividade do cotidiano (mundo da vida) dos agricultores, a agroindústria artesanal, vê-se na necessidade de adaptar racional e legalmente sua prática às regras estabelecidas pelo subsistema mercado, tendo como meio mediatizador a política pública Fábrica do Agricultor instituída pelo subsistema Estado. A questão é como agir para que essa mediatização não se transforme numa colonização, uma

vez que, segundo Habermas (1989), o sistema integra as atividades da sociedade no sentido de regular as conseqüências não pretendidas da ação estratégico-estrumental e, ao agir por meio de mecanismos de mercado ou burocráticos, limita o escopo para as decisões voluntárias. Cada vez que a monetarização e a burocratização ultrapassam os limites da reprodução material do mundo da vida, quando se propõem a instrumentalizar as contribuições do mundo da vida, ingerindo na especificidade destas, a mediatização transforma-se em colonização.

Identifica-se a política pública Fábrica do Agricultor como uma intervenção do subsistema Estado sobre a estratégia do mundo da vida dos agricultores – a agroindústria artesanal familiar. Uma ação que quer, com isso, criar as condições para que a racionalidade do mercado possa aí instalar-se e assumir a direção do processo de produção, podendo, assim, passar a presidir as relações de troca. Na medida em que se apresenta como uma ação unilateral que visa substituir a lógica que preside as decisões no interior da unidade de produção familiar, pode trazer conseqüências imprevisíveis para a manutenção de sua reprodução material e simbólica.

Materialmente, podem ser identificados vários fatores que representam empecilhos, e com os quais a política estatal terá que se defrontar na sua pretensão de equiparar a agroindústria artesanal familiar a uma empresa capitalista. Antes de pensarmos em modificar a base de transformação da agroindústria artesanal familiar, precisamos atentar para o fato, poucas vezes admitido, de esse empreendimento estar se aproveitando exatamente de um espaço ou nicho de mercado que os produtos da grande indústria não satisfazem. Uma clientela que busca um produto alimentício diferenciado e, que o adquire e consome somente devido a essa "característica artesanal", por terem sabor e composição diferente daquele produto industrializado. Portanto, sua principal característica é ser artesanal e, por isso mesmo, não enfrenta uma concorrência organizada. A partir do momento em que esse produto perde essa característica diferenciadora em relação ao produto transformado pela grande agroindústria, passa a ser apenas mais um no mercado. E, aí, a agroindústria caseira ficará exposta às leis do mercado e terá que concorrer com a grande agroindústria capitalista, uma concorrência cujas condições lhe serão imensamente desfavoráveis. A capacidade de incorporar novas tecnologias e de inovar continuamente, visando ao aumento da produção e à redução dos custos, converte-se em requisitos indispensáveis para as unidades de produção poderem se reproduzir. Acontece que, segundo Chayanov (1981: 141), "o produto do trabalho indivisível de uma família, e por conseguinte a prosperidade da exploração familiar, não aumentam de maneira

tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores". De acordo com o autor, o aumento da produtividade pode servir apenas para equilibrar os fatores econômicos internos da unidade de produção familiar, com menor dispêndio de trabalho, reduzindo, assim, a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica.

Ocorre que a produção agrícola não faz o mesmo balanço de uma indústria capitalista: adquire certa quantidade de matéria-prima que deve resultar num determinado número de produtos, dos quais se deduzem os custos com a produção e se obtém um determinado lucro. Quando esse processo deixa de gerar lucro, abandona-se sua produção e muda-se para outro ramo. É preciso levar em consideração que os produtos agrícolas, além das regras do mercado, da oferta e da procura e da capacidade administrativa do proprietário, dependem, ainda, das condições climáticas e cíclicas.

A maximização do rendimento, mesmo sendo, sem dúvida, importante, em particular nas unidades de produção agrícolas imersas na economia de mercado, não parece ser o único princípio que rege o funcionamento das unidades de produção agrícola familiares. Tal unidade preenche também outras funções, e seus mecanismos de funcionamento dificilmente limitam-se aos mecanismos econômicos. Aí, conforme assinala Chayanov (1981), trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas, sobretudo, um modo de vida. Mais do que a conquista do lucro, o agricultor familiar precisa assegurar sua reprodução social. E, nesse sentido, a estratégia de aversão ao risco pode ser vista como uma forma de maximização da utilidade específica a determinadas condições sociais. Mesmo a integração crescente com os mecanismos do mercado não leva a uma ruptura radical do vínculo osmótico entre a família e a unidade de produção.

Em conseqüência desse caráter específico da produção familiar, o rendimento obtido no processo produtivo não pode ser dissociado em parcelas autônomas e particulares, como no caso do processo produtivo em uma empresa capitalista. Na unidade de produção familiar, conforme Chayanov (1981), o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. Como pudemos comprovar pela pesquisa que realizamos, a renda da propriedade, incluindo a gerada pela agroindústria, vai para um só caixa da família. "É com esse rendimento indivisível que o produtor deverá prover, ao mesmo tempo, a empresa familiar dos

recursos produtivos de que necessita e a própria família do fundo de consumo necessário à sua manutenção" (WANDERLEY, 1989: 33).

A agroindústria de elaboração e (ou) transformação familiar, enquanto produz de forma artesanal e comercializa seu produto no mercado informal, consegue guardar certa independência em relação aos imperativos do sistema. Não pagam impostos, não sofrem pressão da concorrência. Mas, a partir do momento em que a política estatal propõe medidas para enquadrar a atividade agroindustrial do agricultor à legislação fiscal e tributária, atribuindo a ela os mesmos deveres que são exigidos da agroindústria capitalista, a sua própria reprodução socioeconômica parece ficar ameaçada. Mesmo porque, esse enquadramento demanda altos investimentos financeiros em estrutura física e equipamentos modernos, bem como acrescenta despesas com assessoria contábil e tributária, acompanhamento de técnico especializado da área sanitária, custos e investimentos que só são amortizáveis com aumento da produção e a possibilidade de inovar continuamente, de acordo com a lógica capitalista. Acontece que a pequena empresa familiar possui limites que vêm definidos tanto em relação ao tamanho da propriedade quanto em relação à dependência de fatores naturais e climáticos não previsíveis; fatores que a diferenciam de uma empresa eminentemente capitalista.

Para converter-se de agricultor em empresário rural, o agricultor deve, necessariamente, inserir elementos de administração racional, tendo que adquirir a capacidade de dominar conhecimentos técnicos, bem como adotar mecanismos de controle contábil ou, então, contratar profissionais que realizem essa função. Essa conversão altera a razão de ser da atividade de transformação, concebida como um meio para complementar a renda da família. Como se sabe, uma empresa exige especialização da unidade de produtiva na produção de determinado produto, tendo em vista a necessidade de ofertá-lo ininterruptamente ao longo do ano todo, para poder concorrer em condições de igualdade e permanecer no mercado. Além disso, vai exigir a substituição gradativa da lógica de produção tradicional que orienta as ações por uma orientação racional-instrumental. Requer o deslocamento do lócus de decisão quanto à condução do processo produtivo, da família agricultora para o âmbito do mercado, em última instância para o âmbito do Estado.

Como a legalização traz como conseqüência o aumento nos custos da produção, os quais não podem ser repassados para o preço final do produto, uma vez que esse já é comercializado com um valor agregado adicionado, o agricultor pode correr o risco de ver a concorrência estabelecida forçá-lo a rebaixar ainda mais o preço do seu produto, até o ponto de inviabilizar a sua produção.

Conforme relataram os técnicos responsáveis pela implantação do programa na região Sudoeste do Estado, os cálculos do montante de investimentos necessários para que uma agroindústria artesanal familiar proceda às adequações legais e sanitárias exigidas, em termos de estruturas físicas e introdução de equipamentos, mais custos com escritório de contabilidade e documentação, nunca foram feitos. Fato que reforça a tese de que o programa Fábrica do Agricultor tem a função de equiparar para poder regularizar a concorrência e, para fazer isso, proceder à adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos do mercado. Essa intenção parece ficar explicitada quando baixou medidas que exigem a modernização e a legalização, sem ao menos fazer um levantamento dos custos necessários para a sua execução, sem saber se esses custos são passíveis de serem absorvidos pelas unidades de produção familiares.

Ao lado disso, conquistar o selo de qualidade e sanidade junto aos órgãos de vigilância municipais não significa ter liberdade para comercializar esse produto em todo lugar. O serviço de inspeção municipal só dá permissão para comercializar no município de origem, tendo o produto que satisfazer outras exigências, dessa vez da vigilância estadual, para poder ser comercializado dentro do Estado.

Com relação à adoção de critérios de contabilidade, depois de decorridos cinco anos da implantação do programa estatal, pouca coisa mudou. Os agricultores continuam a anotar apenas aquilo que acham importante, como as compras a prazo de insumos e equipamentos e as vendas do produto da agroindústria. Anotam, por exemplo, a quantidade de litros de leite que entregam por dia, mais para saber quanto têm para receber no início do mês seguinte do que para saber quanto está tendo de lucro ou prejuízo. Mesmo porque, apenas aquilo que é adquirido, que tem um custo monetário, é contabilizado como custo de produção – nem mesmo o trabalho da família entra nos cálculos. Aqueles que afirmaram realizar um controle mais apurado dos custos e rendimentos admitiram que só o fazem porque têm que prestar contas aos órgãos públicos fiscalizadores, como é o caso dos derivados de peixes, aves e suínos.

Parece que os idealizadores da política pública imaginam que irão encontrar entre os agricultores uma completa ignorância, com relação às possibilidades ou capacidades que seu empreendimento possui. Por isso propõem-se a ensiná-los a gerenciar suas unidades de produção, a dizer o que eles devem fazer. Esses técnicos desconhecem que o agricultor acumulou um saber e um conhecimento prático ao longo dos anos de trabalho, aos quais recorre para embasar suas decisões. É graças a esses acervos de conhecimento e experiências que, segundo Habermas (1989), foram estruturadas temporalmente

ou organizadas socialmente, que conseguem elaborar estratégias para superar tantas adversidades. Daí terem hoje, como princípio básico organizador no interior de uma unidade de produção agrícola familiar, "a maximização da segurança e a minimização do risco" (FORMAN 1975: 31; Apud: ABRAMOVAY, 1998: 111).

É por isso que inovações técnicas sugeridas pelos extensionistas nem sempre são adotadas, ou pelo menos não o são adotadas em sua integralidade. Todos os agricultores entrevistados foram unânimes em afirmar que se valem do conhecimento prático como parâmetro para dosar o ritmo da implementação das inovações sugeridas. Segundo eles, o conhecimento adquirido pela experiência reelabora o conhecimento técnico, que, na maioria das vezes, é desenvolvido para ser aplicado em grandes propriedades, tornando-se caro demais, quando não inviáveis, às pequenas propriedades. Para que as pequenas propriedades possam adotar essas inovações, é preciso que seja feita a readequação à sua realidade.

No momento de decidir sobre investimentos, a experiência dos produtores na atividade e o conhecimento acumulado definem o grau de risco e a margem de investimento que sua unidade de produção comporta, implementando apenas as inovações que podem ser amortizadas com os ganhos que a qualidade consegue agregar ao produto. Sabem eles que a legalização e a burocratização da agroindústria familiar acrescentam gastos com escritório de contabilidade e com técnico sanitarista, demandam recursos para as adequações físicas e equipamentos, investimentos que estão além das capacidades das unidades de produção familiares. Isso porque, conforme já assinalamos anteriormente, qualquer custo acrescido a uma produção que não se eleva na mesma proporção torna-se inviável do ponto de vista econômico. Ainda mais se esses custos não puderem ser repassados para o preço final do produto, que já é comercializado com valor agregado. O que vai ocorrer de fato é a concorrência o forçar a baixa do preço, vindo, assim, a comprometer a reprodução social e material dessas unidades de produção.

A dificuldade de elevar o volume da produção aos níveis exigidos para obter retornos com a modernização, somada à impossibilidade de repassar os custos ao preço final do produto, serve de base para sustentar a tese da não equiparação dessa atividade artesanal à atividade de uma empresa capitalista. Sugere a necessidade de uma legislação específica que assegure a faixa de mercado que o agricultor conquistou para o seu produto artesanal.

As preocupações dos agricultores fazem sentido ao considerar-se que a tecnologia aplicada à produção na indústria tem

as funções de ampliar as vantagens relativas e levar o investidor a ganhar mais espaço no mercado, por meio da diminuição do tempo de trabalho necessário para produzir um determinado produto e, conseqüentemente, elevar a produção. Em uma indústria capitalista, toda redução de tempo de trabalho implica redução no período de produção, acarretando a diminuição de custos. Já na agricultura, nem todas as reduções no tempo de trabalho significam diminuição do período de produção, podendo ocorrer simplesmente um crescimento do tempo de não-trabalho.

Por sua vez, o medo da concorrência é justificável, uma vez que as empresas capitalistas eliminam as unidades de produção pequenas de determinado mercado via aumento do volume de produto ofertado. O fundamental do mecanismo aí, todavia, parece ser o "poder de mercado" das empresas capitalistas decorrentes de maior escala de produção, independente da redução dos custos de produção via inovações tecnológicas ou intensificação da produção (SILVA, 2003: 39).

A pequena unidade de produção não tem condições de competir com a indústria urbana, que tem à sua disposição todo tipo de meios auxiliares e um mercado bem maior. O produto artesanal tem seu espaço no mercado enquanto for um produto alternativo ao industrializado, ou seja, produto rival, mas não concorrente.

Com a legalização e conseqüente elevação dos custos as unidades de produção agrícolas familiares passam a sofrer maiores pressões para elevação da escala de produção, o que leva à necessidade de espacialização produtiva, fazendo com que a aplicação dos recursos terra, mão-de-obra e recursos financeiros passe a concentrar-se num leque reduzido de produtos. No limite, chega-se às unidades familiares especializadas a um ou dois produtos. Isso pode ser observado nas unidades de produção estabelecidas mais próximas das cidades, identificadas com a produção de leite. Nessas propriedades são produzidos milho, mandioca e pasto apenas para serem transformados em ração para alimentar as vacas para produção de leite, levando a família a depender dos retornos econômicos auferidos por esse único produto.

Conforme adverte Maluf, os eventuais benefícios gerados pelas economias de escala são acompanhados de maior vulnerabilidade econômica diante dos insucessos de safra, das oscilações de mercado e das rupturas dos compromissos de aquisição do produto, ao que se somam os impactos ambientais negativos da agricultura especializada. Por isso, é importante que os agricultores familiares mantenham uma lógica de produção diversificada. Isso porque a dependência dos retornos obtidos com um único produto, numa atividade como

a agricultura familiar, na qual o sucesso do empreendimento não depende apenas da capacidade e competência do proprietário, mas em grande medida de condições externas que fogem ao controle do produtor, é muito arriscada. Em caso de frustração, por conta de estiagem, doenças dos animais ou mesmo ausência de mercado para comercialização do seu produto, fatalmente o agricultor corre o risco de ter que se desfazer do patrimônio familiar – a terra.

Contudo, um fato tem sido altamente comprovado: o processo de modernização e a conseqüente especialização acabaram liberando mão-de-obra de alguns membros da família para incorporarem-se ao mercado de trabalho regional e nacional. Praticamente todas as unidades de produção pesquisadas afirmaram ter casos de membro da família que migrou para a cidade em busca de oportunidade de trabalho. Em função da impossibilidade de ampliar a área de terra da família, a empresa familiar vê-se forçada a fazer um ajustamento, adequando ao tamanho da propriedade o número de pessoas que podem viver dela. Fato este que vem corroborar a tese defendida por Hugues Lamarche (1998), de que a reprodução da agricultura familiar corresponde à reprodução do estabelecimento familiar e não, necessariamente, à alocação de todos os filhos na agricultura.

5. CONCLUSÃO

A atividade de elaboração e (ou) transformação de alimentos nas próprias unidades de produção familiares – a agroindústria artesanal – faz parte do quadro de estratégias criadas pelos agricultores. Nasceu da necessidade de eles obterem um melhor aproveitamento dos alimentos excedentes da produção evitando que se perdessem. A parcela de produto que excedia as necessidades de consumo familiar converteu-se em uma fonte complementar de renda para os agricultores, os quais passaram a comercializá-lo diretamente com os consumidores. Com o tempo, essa atividade, que era complementar, veio a constituir-se, em muitos casos, em agroindústria artesanal, em que o produto transformado converteu-se em carro-chefe da produção familiar.

Portanto, a agroindústria artesanal é mais uma estratégia do cotidiano do agricultor familiar, que, em conjunto com tantas outras, tem por objetivo principal a reprodução social da unidade de produção.

Em contrapartida, o programa de política pública Fábrica do Agricultor, instituído pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do governo do Paraná, visa à regularização dessa empresa artesanal e à sua equiparação, em termos de direitos e

deveres com a agroindústria de moldes capitalistas. Portanto, são medidas de políticas públicas de um Estado preocupado não com a reprodução socioeconômica da unidade de produção familiar, mas sim com o enquadramento da sua atividade de elaboração e (ou) transformação de alimentos às normas legais e sanitárias, tendo em vista a regularização da concorrência.

Enquanto possibilita desempenhar a atividade na informalidade sem sofrer a interferência dos mecanismos reguladores do mercado e dos órgãos de vigilância sanitária, essa estratégia dos agricultores demonstra ser uma alternativa importante para viabilizar a reprodução socioeconômica da agricultura familiar. Como fonte complementar de renda, permite manter ocupação para um maior número de membros da família. Esses agricultores conseguem desempenhar essa função porque agregam valor a um produto sem aumentar, ou aumentando muito pouco, o custo com sua transformação. Isso é possível, porque utilizam a estrutura já existente na propriedade, compartilha ferramentas e utensílios domésticos, não pagam impostos, não é preciso que eles se preocupem com escala de produção, nem com concorrentes, uma vez que oferecem um produto artesanal alternativo ao industrializado.

A partir do momento em que a política pública Fábrica do Agricultor propõe a adequação da atividade às regras do mercado e a sua legalização jurídico-sanitária, começam a surgir os problemas. Sua elevação ao status de empresa formalmente organizada exige uma mudança de orientação quanto à forma de organizar a produção, pressupondo uma subordinação à racionalidade econômica. Porém, a substituição da lógica tradicional que orienta a atividade agroindustrial do agricultor familiar por um comportamento condizente com o de uma empresa capitalista requer um processo de adaptação que está além do alcance dos agricultores.

A adequação prevista pelo programa estatal exige aumento de custos, que só são amortizáveis com aumento de produção. Como os agricultores familiares estão impossibilitados de aumentar indefinidamente sua produção pelos limites impostos pelas próprias características da atividade, a adequação os submeteria a uma extrema dependência do apoio de organismos externos ao mercado.

Por trata-se de unidades de produção que efetuam a venda dos produtos diretamente aos consumidores, já com um valor agregado, a legalização não representa melhoria da rentabilidade, apenas permite que o produto saia da clandestinidade.

Segundo números da própria Emater-PR, com dados atualizados no ano de 2006, além das 1.800 unidades que já

são acompanhadas pelo programa Fábrica do Agricultor, foram contatadas mais 8.800 pessoas identificadas entre proprietários que já atuam com agroindústrias artesanais e outras que pretendem ingressar nessa atividade no Estado do Paraná. O número total de agroindústrias artesanais chegaria, então, a mais de 10 mil unidades. Levando-se em consideração que cada unidade mantém no mínimo três pessoas ocupadas, a contribuição social que presta, ao manter postos de trabalho, é mais que suficiente para merecer o investimento estatal. Ainda mais quando se considera que o Estado na sociedade contemporânea tem assumido o compromisso de implementar medidas para compensar aqueles indivíduos que perdem no jogo econômico.

Percebe-se que neste setor o poder público não pode levar em conta apenas o caráter econômico. Nem esperar que o investimento de política pública em organização e infra-estrutura renda os mesmos resultados que são esperados quando implementados no setor industrial capitalista: impostos, novos empregos e reconhecimento político. Para a agroindústria artesanal, as soluções precisam incluir a viabilização da reprodução social das unidades agrícolas familiares. Por isso, os instrumentos oferecidos pelo Estado precisam ajustar-se à realidade desse empreendimento. Além dos recursos financeiros para a modernização e adequação das estruturas, da assistência técnica e da capacitação profissional em todas as etapas da cadeia produtiva, é importante que se proceda ao resgate e à geração de tecnologias adaptadas e adequadas às pequenas agroindústrias. A legislação tributária e ambiental e os serviços de inspeção sanitária precisam estar de acordo com a realidade da agroindústria do agricultor familiar e da própria agricultura familiar. Incluindo aí, também, uma legislação específica reconhecendo a existência da agroindústria artesanal do agricultor familiar.

Da mesma forma, o saber fazer da família na elaboração e (ou) transformação dos alimentos, adquirido ao longo do tempo, precisa ser levado em consideração pelos profissionais a serviço das instituições governamentais, afinal, é esse saber fazer artesanal que atrai a preferência dos consumidores que adquirem esses produtos diferenciados. Mesmo porque a equiparação desse produto aos industrializados por uma empresa que utiliza tecnologias modernas acaba por descaracterizar o produto da agroindústria familiar. Ao perder sua característica diferenciadora e tornar-se um produto equivalente aos das grandes indústrias, seria forçado a participar de igual para igual em um mercado em que as condições de concorrência lhe seriam imensamente desproporcionais.

O que os profissionais poderiam fazer, em um Estado que tem a função de administrar a dimensão social, seria fornecer as informações necessárias para adequação às exigências sanitárias e o instrumental administrativo e burocrático para que os agricultores possam formalizar a venda de seus produtos artesanais.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Unicamp, 1998.

BRANDENBURG, Alfio. Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In. GRAZIANO DA SILVA e STCKLER (org.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa: tomo II critica de la razón funcionalista. Madri: Cadedra, 1989.

_____. Técnica e ciência como ideologia. In: Os pensadores. São Paulo: Victor Civita, 1975.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) Agricultura familiar: comparação internacional. Vol. I. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. (coord) Agricultura familiar: do mito à realidade. Vol. II. Campinas: Unicamp, 1998.

MALUF, Renato S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, Mundo rural e cultura, 2002.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PREZOTTO, Leomar Luiz. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. Florianópolis: EDUFSC, abril de 2002.

SEAB. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - PR

Secretaria do Desenvolvimento Rural e da Agricultura – SC.

SILVA, José Graziano da. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS. 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org), Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

O PAPEL DO BANCO DA TERRA NA RECONSTRUÇÃO DO RURAL[1]

Fábio Fraga dos Santos[2]

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo ressalta o papel de políticas públicas voltadas para a inserção de agricultores familiares no processo produtivo agrícola através do acesso ao crédito fundiário. A política em pauta é o programa do Banco da Terra que objetiva oferecer crédito para a compra das terras e construção da infra-estrutura básica às associações e (ou) cooperativas de pequenos produtores na tentativa de operacionalizar a inserção dos mesmos ao processo produtivo agrícola. Esta política pública foi estruturada para proporcionar uma ação descentralizada, na qual a localidade assume um papel importante mediante a participação de diversos atores sociais que visam, em última instância, uma sustentabilidade sob ponto de vista econômico, social e ambiental. As transformações nas relações entre agricultores familiares, ocasionadas entre outros fatores, por este tipo de política pública, possibilitam um vasto processo de possíveis configurações no meio rural. Neste trabalho procuramos compreender esse processo de reestruturação social, apontando as estratégias produtivas dos agricultores de um projeto do Banco da Terra implantado na região de Londrina-PR.

2. O BANCO DA TERRA

Este programa fundiário aparece no bojo da nova organização das políticas agrárias do governo Fernando Henrique – Lei complementar nº 93, sancionada em 04 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 3.207 de 13 de abril de 1999 – como parte de um conjunto de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. A meta da proposta do programa era a integração do agricultor familiar ao mercado, disponibilizando para isso o acesso a terra por meio de financiamento. O formato do programa, a forma e o mecanismo de implantação, assim supõe-se, estão relacionados às transações tipicamente comerciais, usuais de

[1] Este trabalho é resultado da dissertação de mestrado do autor, no curso de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR

[2] Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR. E-mail: fabiofraga@hotmail.com

um mercado de compra e venda de terras. A inclusão de famílias a este projeto requeria, de modo geral, o cumprimento de determinadas exigências prescritas no programa, como, entre outras, a formação local de associações para a aquisição das propriedades e o acesso ao crédito. No financiamento realizado por este programa de crédito fundiário, os produtores rurais possuem até vinte anos para pagar o financiamento, com até três anos de carência estabelecidos em função da capacidade de pagamento, e os juros são prefixados, em média, em 4% ao ano. Os beneficiários seriam trabalhadores rurais não-proprietários com algumas características do tipo assalariados, parceiros, posseiros ou arrendatários, que comprovassem no mínimo cinco anos de experiência na atividade rural. Também seriam potenciais "beneficiários", os agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcançasse o módulo mínimo da propriedade familiar ou também os pequenos proprietários cuja área fosse insuficiente para produção. A forma de acesso ao programa ocorreu, prioritariamente, mediante financiamentos por meio de entidades coletivas, formalmente constituídas, tais como: associações ou cooperativas (MEPF/INCRA/SDR, 1999).

O imóvel financiado seria a garantia real do empréstimo, ficando alienado até o pagamento final. Os recursos aprovados e destinados ao programa em âmbito nacional, até a posição de julho de 2002, foram da ordem de R$ 862,6 milhões, os quais somados aos R$ 56,3 milhões oriundos de acordos de empréstimo com o Banco Mundial totalizam R$ 918,9 milhões que deveriam proporcionar o atendimento a cerca de 49.622 famílias de empreendedores rurais familiares, em aproximadamente 1.300 municípios do Brasil, por meio das 72 Agências do Banco da Terra situadas em todas as regiões do país.

Existiriam, também, trabalhadores que estariam proibidos de receber o financiamento com recursos do Banco da Terra. Seriam, no entanto, aqueles que já foram beneficiados com esse recurso, mesmo que já tenham liquidado seus débitos; aqueles que já tiveram acesso a qualquer projeto de assentamento rural; aqueles que já exerceram funções públicas no governo. Estariam proibidos de ingressar ao programa aqueles que teriam uma renda anual bruta familiar superior a R$ 15.000,00 (quinze mil reais); que tivessem sido, nos últimos três anos, após a data de implantação do projeto, proprietário de imóvel rural; estivesse comprando e com direito à herança em imóvel rural; o trabalhador que tivesse patrimônio no valor superior de trinta mil reais. A comprovação do tempo em atividades rurais deu-se por meio de anotações em carteira de trabalho ou declarações das cooperativas, sindicatos ou associações representativas de grupos de produtores ou trabalhadores rurais da

região.

O trabalhador rural, para ter acesso ao financiamento via Banco da Terra, deveria preencher um documento chamado "Carta Consulta". Essa carta consulta era preenchida pelo representante da associação ou da cooperativa ou pelo próprio beneficiário auxiliado pelo Conselho Municipal, ou por outros parceiros indicados para dar apoio aos trabalhadores rurais.

O Banco da Terra poderia, se necessário fosse, adquirir apenas parte de um imóvel rural, além da possibilidade de comprar mais de um imóvel para que juntos fossem instalados um projeto. Os documentos que os trabalhadores precisavam apresentar à associação eram cópia da identidade, cópia do CPF e documento que comprove ser trabalhador ou produtor rural por mais de cinco anos. O valor máximo do financiamento estipulado foi de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais por família) para aquisição de imóvel rural, incluindo os custos da documentação de transferência da propriedade, as despesas com os cartórios e registro do contrato de financiamento e investimento em infra-estrutura básica.

Para que a aprovação do financiamento fosse efetuada era preciso elaborar um projeto demonstrando a necessidade da benfeitoria e também a viabilidade técnica e financeira da atividade rural que seria explorada. Este projeto era, geralmente, elaborado por órgãos do governo, organizações não-governamentais ou técnicos autônomos, contratados pelos próprios agricultores. O trabalhador beneficiário não poderia vender seu lote e nem as benfeitorias realizadas. Só poderiam alienar suas terras depois que terminarem de pagar todo o financiamento. Entretanto, se dentro do prazo de financiamento precisasse vender o seu imóvel só poderia fazê-lo com a aprovação do banco que financiou a terra e somente substituído por outro trabalhador que viesse a preencher as exigências do programa. Em hipótese alguma poderia ser vendida para o proprietário anterior, ou quem já possuísse outro imóvel, ou tivesse renda superior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais) anuais. O Banco da Terra não financiaria imóveis que estivessem localizados em Unidades de Conservação Ambiental, área de preservação permanente, reservas legais ou indígenas etc.; imóveis que não dispusesse da documentação que comprovasse o seu legítimo domínio por parte do vendedor; imóveis que estivessem hipotecados e sobre os quais existiriam quaisquer ônus, imóveis passíveis de desapropriação ou ocupados ilegalmente (MEPF/INCRA/SDR, 1999).

Esse mecanismo de arrecadação de terras foi apresentado pelo governo federal com a justificativa de que os gastos com "organização agrária" tornaram-se excessivamente altos ao longo

do primeiro mandato do presidente FHC. O documento apresentado pelo governo procurava ressaltar, que além do fato de terem aumentado significativamente os dispêndios governamentais, as despesas com indenização de imóveis rurais tornaram-se também substancialmente elevadas (GASQUES, 1998).

A questão dos custos da reforma agrária já estava sendo objeto de discussão em outros documentos oficiais, a exemplo do que pode ser verificado no artigo de 1995, denominado Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável, cujo conteúdo consta que: "o custo médio por família assentada gira em torno dos 16 mil dólares, o que implica num custo por emprego gerado de apenas 6 mil dólares". O mesmo documento explicava que o custo da terra representaria uma proporção elevada do custo de instalação por família assentada e "a terra desapropriada para fins de reforma agrária no passado, nos casos da amostra, representa a maior parte dos custos de implantação dos assentamentos (aproximadamente 60% do Custo Total, em termos médios, segundo o gráfico apresentado à mesma página, para o Brasil)". Na mesma publicação estavam apresentadas as dificuldades do governo em cobrar dos agricultores incluídos em programas agrários os gastos efetuados.

Essa lógica seria responsável por toda reorientação da política agrária, de acordo com o governo. Em março de 1999 foi divulgado o "projeto de reformulação da reforma agrária" (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 1999) que apresenta a nova política agrária que o governo FHC pretendia implantar no meio rural. Tratava-se de um documento que unia alguns instrumentos que vinham sendo implantados anteriormente, tais como o Pronaf, a novos programas como o Banco da Terra, denominado Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural. Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2002), desde a sua implantação, o Banco da Terra havia disponibilizado recursos da ordem de R$ 939,2 milhões, que proporcionaram o atendimento a quase 50.000 famílias de trabalhadores rurais em cerca de 1.300 municípios por meio de 72 Agências do programa, localizadas em todas as regiões do País. O Estado do Paraná conta com mais de 1.135 famílias inseridas no programa, segundo informações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB).

Após o lançamento do "Novo Mundo Rural", o acesso à terra ficaria por conta das negociações entre os agricultores e os proprietários da terra. Algumas entidades nacionais de representação

e de apoio aos trabalhadores rurais denunciaram que tal situação resultaria no maior controle do proprietário sob a decisão de vender ou não sua terra, ou seja, em síntese, os preços poderiam variar de acordo com a demanda, incentivando especulações no preço da terra (LOPES, 1999).

As objeções apresentadas por instituições da sociedade civil a esse tipo de política de crédito fundiário têm sido formuladas desde a criação do projeto-piloto Cédula da Terra, tendo como expoente o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, e pela Justiça no Campo, que reúne instituições como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a CPT (Pastoral da Terra), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra), a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), o DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), entre outras.

Dentre as análises, destaca-se a de Bittencourt (1999), que aponta para uma descapitalização dos trabalhadores que entram neste tipo de programa. Nas suas projeções, contrasta com a necessidade de capital que vão ter que desembolsar, ou adquirir via empréstimos, para os custos com investimentos e produção. A partir do estudo das condições de financiamento no contexto do programa Banco da Terra, aponta que as condições de pagamento ainda são proibitivas para a grande maioria dos agricultores familiares, sejam eles minifundistas, filhos de agricultores, assalariados rurais, parceiros ou meeiros. Porém, agravante maior é que a terra adquirida seria colocada como garantia do financiamento, pela alienação fiduciária, ou seja, caso o agricultor não possa pagar a dívida, o banco pode tomar a terra como forma de pagamento (BITTENCOURT, 1999).

Uma outra crítica esta arrolada no fato de que o programa proposto para reformular a política agrária do governo FHC, tinha um viés político na tentativa de demonstrar eficiência econômica e de modernização no meio rural. O fortalecimento dos movimentos sociais que vinha lutando pela desapropriação de terras para a reforma agrária, cujo destaque é do MST, causou grande apreensão ao governo e às elites agrárias, incentivadoras incondicionais do novo pacote agrícola, que tentou transformar o Banco da Terra em um programa capaz de desarticular os movimentos sociais rurais.

A avaliação do MST era de que o objetivo do programa seria a tentativa de fragmentar a luta pela terra, uma vez que a proposta do programa fundiário estaria pautada na descentralização, reforçando o poder das instâncias decisórias locais na tomada de decisão sobre o acesso à terra e ao crédito (BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Nessa perspectiva, o governo, por meio do Banco da Terra, passou a ter um papel de credor e organizador, oferecendo condições mínimas de acesso à terra e a possíveis condições para realização de uma produção comercial que viesse a garantir a manutenção da família e o pagamento do lote.

A formulação e implantação do Banco da Terra transformaram-se numa questão primordial para os debates sobre a questão agrária e fundiária, na medida em que descolava as atividades do Estado, colocando em risco uma de suas principais funções, a de desapropriador de terras. Deixava, dessa maneira, o mercado como mediador e controlador do acesso à terra, determinado pelas regras de oferta e procura. O MST, diante desse novo quadro da política fundiária, considerou que haveria um caráter manipulador, possibilitando gerar superfaturamento na fixação do valor da terra, uma vez que esta é controlada pelo mercado local (MEDEIROS, 2002).

Uma outra importante crítica ao formato do programa foi realizada pela CONTAG, que criticou esta política como tentativa de substituição das desapropriações de terras para fins de reforma agrária. Apontou que o Banco da Terra seria apenas um veículo de compra e venda de terras "disfarçado" de programa de reforma agrária. E, apesar de a proposta do governo estar voltada muito mais para um aquecimento do mercado de terras, existe outras implicações mais problemáticas, principalmente a de que os empréstimos se tornariam impagáveis (BITTENCOURT, 1999).

Na ótica da CPT, assim como era do MST, o governo federal tentou transferir a responsabilidade da reforma agrária para o controle do interesse do mercado de terras. A CPT chegou a acusar o governo de negligenciar o verdadeiro papel da reforma agrária, que seria a de que a terra é um "espaço de vida", de valorização cultural e de sobrevivência do homem, e não apenas um lugar de produção, no sentido capitalista da palavra. Além do que, políticas como o Banco da Terra tem um papel muito mais de combate político e ideológico aos movimentos sociais do que de solução real para o problema agrário no Brasil (MEDEIROS, 2002).

As críticas e as análises sobre esse tipo de política fundiária, principalmente o Cédula da Terra e conseqüentemente o Banco da Terra, demonstraram uma grande disposição do governo federal na criação de alternativas conciliatórias para o problema de acesso à terra. Outro fator primordial é o fato de essas políticas funcionarem como ferramenta de desarticulação dos movimentos de luta pela reforma agrária, especialmente o MST (TEIXEIRA, 1999).

3. ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

No contexto desta análise propomos, em síntese, definir o "local" como endógeno, porém interagindo com o exógeno; em outras palavras, como aquilo que contrapõem os modelos externos de produção dentro de uma determinada unidade de produção. O endógeno envolve efetivamente o conhecimento e experiências do agricultor. No entanto não iremos idealizar o local como portador de um saber puro e sustentável, pois existe uma heterogeneidade de conhecimentos presentes no âmbito local e que nem todas essas práticas tradicionais são efetivamente sustentáveis (GUIVANT, 1997).

Sabe-se que a forma pelo qual o processo de modernização da agricultura no Brasil delimitou a trajetória econômica e social dos agricultores familiares, de outro, permitiram verificar como os agricultores reagem e modificam suas estratégias produtivas para garantir a sobrevivência e a reprodução de suas unidades de produção. Com isso há uma redefinição do espaço onde se inserem, ou seja, redefinem sua localidade. Busca-se, no entanto, analisar as práticas produtivas do grupo de agricultores da Fazenda Akolá, levando em conta o contexto do debate sobre a diversidade da produção agropecuária, a heterogeneidade social e as várias formas de diversificação e utilização do uso do solo.

A noção de desenvolvimento endógeno utilizada neste texto deverá ser analisada como estratégia de resistência às práticas mercantis ou modernizantes da agropecuária. Existem vários debates sobre essa questão, dentre as quais destaca-se a proposta de Ploeg (2003), sumarizada por (NORDER, 2004). As práticas endógenas de desenvolvimento rural têm implicações nos debates sobre a modernização da produção agropecuária, geração de renda e emprego no campo, além da sustentabilidade ambiental. Esta abordagem passa pela capacidade de internalização do trabalho na unidade de produção com, principalmente, a substituição de insumos industriais de curto ciclo e investimentos em recursos permanentes, incluindo, inclusive, recursos de origem mercantil.

Segundo Norder (2004), a substituição de insumos agroindustriais pela produção própria de insumos de base orgânica no interior da unidade de produção pode requer, entre outras coisas, um aumento na absorção de mão-de-obra e elevar a renda por unidade de área ou de produto. As relações produtivas locais nos remetem à identificação das especificidades do processo de trabalho e da composição dos meios de produção na agricultura familiar. Neste sentido, o reconhecimento da diversidade dos processos produtivos reforça a importância das pesquisas sobre as iniciativas concretas

dos agricultores familiares na organização social dos processos de trabalho e das práticas voltadas para suprir as necessidades de sua sobrevivência.

3.1. OS AGRICULTORES DO GRUPO FAZENDA AKOLÁ

O programa fundiário Banco da Terra teria o propósito de proporcionar uma integração entre o agricultor familiar e o mercado, propiciando o acesso a terra por meio de financiamento. Como foi exposto, todo o mecanismo de implantação estava relacionado à transações de compra e venda de terras, tipicamente utilizadas e controladas pelo mercado imobiliário. Neste tipo de política fundiária, o imóvel financiado seria a garantia do empréstimo, ficando alienado até a quitação total.

Desse modo, políticas como o Banco da Terra passaram a ter uma função de credora e organizadora, oferecendo condições mínimas de acesso à terra e possíveis condições para realização de uma produção comercial que viesse a garantir, principalmente, o pagamento do montante financiado e a manutenção da família.

A partir desse contexto, no qual os agricultores familiares têm acesso à terra, por meio de um endividamento e da vinculação de sua produção à necessidade de pagamento desta dívida, que se insere o nosso debate. É nesta perspectiva que consideramos a importância teórica e política da análise sobre as estratégias locais e da heterogeneidade no processo de produção agropecuária, além de suas implicações para a análise da dinâmica produtiva da agricultura familiar.

Podemos, em síntese, salientar algumas características dos agricultores familiares em questão, principalmente no que se refere aos arranjos institucionais constituídos para o encaminhamento da produção agropecuária. No início da implantação do grupo Fazenda Akolá, cerca de 20 famílias começaram com uma produção agropecuária pautada em mercadorias de curto ciclo, efetivamente o milho, cujo cultivo depende de elevada aplicação de insumos externos de origem agroindustrial. Isso aponta para os caminhos que estão estruturados os conhecimentos dos agricultores que ingressaram neste programa fundiário. Outra parte dos agricultores implantados adotou estratégias para conduzir uma diversificação da produção agropecuária, como será analisado mais adiante. Verificou-se ainda que ao longo da formação produtiva do grupo Akolá houve a criação de uma significativa heterogeneidade nas relações sociais, nas bases tecnológicas e nas estratégias sociais e produtivas elaboradas pelos

agricultores.

Para analisarmos a reprodução social do grupo de agricultores tivemos que averiguar a capacidade de cada família para geração de renda mediante a produção de mercadorias agropecuárias. Isso constituiu, entre os agricultores, em um dos mais relevantes critérios para a compreensão de seu universo comunitário. Como poucas famílias puderam contar com apoio financeiro governamental, o desenvolvimento da produção local foi sendo realizado com base em recursos familiares e o conhecimento necessário ao processo de produção precisou ser constituído socialmente.

O grupo de agricultores pesquisados é composto por aproximadamente 198 habitantes, sendo 43% do sexo masculino e 57% do sexo feminino; de um total de 42 famílias de agricultores. A maioria (70%) é de agricultores paranaenses e os demais oriundos de outros estados, porém residentes na região há mais de 10 anos, significando que já estarem bem familiarizados com a tradição agrícola da região. Todos os responsáveis pelos lotes apresentaram algum tipo de ligação com o meio rural antes de entrarem no Programa Banco da Terra, porém 60% tinham a agricultura como profissão, 14% eram bóias-frias e 26% tinham outras profissões (pedreiros, tratoristas, caminhoneiros etc.).

Na propriedade moram pais, filhos, parentes e alguns agregados. O número médio de pessoas por família é de 4,5 indivíduos. A média de filhos por família é dois, variando de um a oito. Observa-se que a população da comunidade, em sua maioria, é bastante jovem, sendo 78% entre 11 e 50 anos de idade.

O índice de analfabetismo é baixo e está vinculado apenas aos adultos mais velhos. Verificou-se que o grau de escolaridade da comunidade é mediano e que não existem crianças a partir dos 7 anos fora da escola.

As residências dos agricultores entrevistados são bem construídas para os padrões rurais. Pôde-se verificar que 90% possuem casa de alvenaria. As benfeitorias existentes nas propriedades são várias, desde de telhado no estilo colonial com forro de madeira e uma média de cinco cômodos por moradia.

No total de famílias pesquisadas, 40% possuem algum tipo de trator e equipamentos de irrigação. O restante dos equipamentos agrícolas, em geral, é simples, resumindo-se a ferramentas como enxadas, plantadeiras manuais, pulverizadores simples, facões, pás etc. Os roçados cultivados com culturas de subsistência (milho, arroz, feijão e mandioca) possuem uma área média de 0,5 hectare por propriedade. Esses cultivos são produzidos próximos a casa

ou plantados junto com as áreas de cultivos comerciais, de forma consorciada. Do total de entrevistados 57% possuem pomar, 37% criam porcos para consumo próprio, 60% possuem galinhas, 55% cultivam horta e apenas 10% têm vacas.

Quanto à mão-de-obra disponível, é possível ter uma visão geral de sua disponibilidade ao observar os dados demográficos da população local. Constata-se que a maioria da população concentra-se entre as faixas de 10 e 50 anos, demonstrando um bom potencial para a execução de atividades produtivas e de apoio, que compreendem as relações de trabalho familiar.

Os períodos que absorvem mais mão-de-obra estão relacionados com os cultivos agrícolas. O preparo da área para o plantio dos cultivos anuais, tratos culturais e a colheita, são as atividades que demandam a maior quantidade de mão-de-obra na propriedade. Constatamos que do total de trabalhadores em período integral, cerca de 18% são pessoas da região contratadas. A média de trabalhadores é de 2,5 indivíduos por unidade de produção e o total de adultos que trabalham fora dos lotes atinge o índice de 20% do percentual total pesquisado.

3.2. PRÁTICAS PRODUTIVAS

A pesquisa de campo focalizou um grupo de agricultores constituído por 42 famílias da região de Londrina. A organização do grupo teve inicio no ano 2000 por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana-PR, que estava promovendo a formação de vários grupos para viabilizar a implantação de famílias na região, via Programa Banco da Terra.

O acesso à terra do grupo estudado ocorreu no inicio de 2001 e grande parte das famílias, que estava instalada na região e que aderiu ao programa, optou por este tipo de política de inserção fundiária por considerar formas de acesso à terra, tais como "invasão" via MST, como um ato ilícito, além de estimar que "é muito demorado o acesso através das invasões".

Os agricultores organizaram-se em seis subgrupos (Alface, Minhoca, Barra Funda, Hugo, Florindo e Pernambuco), e três fatores foram essenciais para a realização dessa subdivisão: afinidades familiares, proximidade geográfica dos lotes e estratégias produtivas. A Fazenda Akolá é o segundo maior grupo de famílias inseridas no Banco da Terra na região de Londrina. Apesar do conjunto das famílias ter se fixado na região há algum tempo como agricultores, há uma diversidade em suas origens – algumas são oriundas de outras regiões do Paraná e do Brasil, por exemplo, o subgrupo Pernambuco, o que

amplia a heterogeneidade de conhecimentos entre os agricultores entrevistados.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana teve um papel fundamental na organização do grupo e na "descoberta" da fazenda disponível para venda. Toda a documentação necessária para a adesão ao programa foi providenciada em 2000. No entanto, a compra da fazenda só poderia ser realizada por meio de uma associação, pois caso contrário o proprietário teria que realizar o loteamento e articular a venda de cada unidade separadamente, aumentando muito o preço da terra. Os agricultores se organizaram e criaram uma associação, com assessoria do sindicato. A Fazenda Akolá foi assumida pelos agricultores em abril de 2001 e o financiamento total recebido pelo grupo foi de R$ 1.680.000,00 (uma média de R$ 40.000,00 por família), sendo que parte do montante foi destinada à construção de habitações, saneamento básico e energia elétrica.

A Fazenda Akolá foi dividida, em um primeiro momento, em dois grupos: um que lidava com café e outro com horticultura. Essa divisão por categoria produtiva influenciou na divisão das famílias no interior da fazenda. Alguns agricultores foram chamados para realizar o mapeamento e a demarcação dos lotes, cujo tamanho em média é de 7,7 hectares[3]. Logo em seguida foi realizado o sorteio dos lotes por área de interesse (ver anexo 3). Algumas famílias começaram a produzir com recursos próprios, mesmo sem a conclusão das obras de infra-estrutura e moradia. Estas famílias começaram com o cultivo de milho e soja.

Com a liberação do financiamento de investimento pelo Pronaf em janeiro/fevereiro de 2002 (no valor de R$ 9.500,00 por família), as atividades agrícolas começaram a ser intensificadas nas unidades de produção, principalmente, com a chegada dos equipamentos de irrigação para 14 agricultores que optaram pela horticultura. Para as outras 28 famílias, no entanto, o crédito foi liberado em parcelas e destinadas para o cultivo de café. As famílias que optaram pelo investimento no café foram influenciadas, de certo modo, pela experiência no cultivo, pois parte delas havia trabalhado em grandes fazendas cafeeiras da região.

De acordo com alguns agricultores, os prejuízos na produção de café foram ocasionados pela liberação fragmentada do crédito de investimento e da limitação da autonomia dos processos decisórios. Eles afirmaram que havia várias exigências do Banco do Brasil – instituição responsável pela liberação dos créditos de investimentos –, e entre as exigências, a que mais prejudicou a

[3] A Fazenda Akolá possui, além disso, uma reserva de mata nativa de 152 hectares pertencentes a todos os associados.

Fazenda Akolá foi a obrigatoriedade de inserção dos agricultores em conjunto de projetos, ou seja, o agricultor não poderia utilizar o dinheiro do crédito de investimento em projetos isolados, tais como sericicultura, suinocultura, pecuária etc.

Após a divisão dos agricultores em dois grandes projetos, irrigação e cafeicultura, uma outra exigência seria a compra conjunta de mudas de café e dos equipamentos de irrigação, respectivamente. Essa limitação nos processos decisórios trouxe danos materiais para os agricultores inseridos na cafeicultura, pois as mudas não vieram com qualidade e, a maioria, em um estágio de crescimento inadequado para o plantio.

O enquadramento em um modelo único de liberação de crédito de custeio implica negar a relevância dos componentes culturais dos estilos de vida dos agricultores familiares, pois são justamente as especificidades que lhes permite se adaptarem, decidirem e elaborarem estratégias de acordo com as diferentes situações, como aponta as análises de Carneiro (1997).

> "A garantia de uma boa lavoura de café de começar pelo tipo de muda e cada um sabe o que é melhor para a sua terra" e outros fatores também são importantes para garantir uma produção satisfatória se realizadas mediante algumas condições materiais, como o uso de irrigação, recuperação da fertilidade e preparo do solo, afirma um agricultor.

Porém, o fator que ocasionou um prejuízo material significativo, para os agricultores da Fazenda Akolá, foi uma forte geada que ocorreu em 2002, fazendo com que os agricultores migrassem para outras culturas e outros abandonassem o programa. Atualmente, apenas três agricultores cultivam o café, porém em pequenas áreas e sem muito investimento na cultura. De acordo com os agricultores, não houve nenhuma avaliação técnica apontando previamente para as condições climáticas desfavoráveis da região. Foi a partir desse contexto que os agricultores tiveram que reformular suas estratégias produtivas.

Para atingir os objetivos de reprodução da família "em todos os seus aspectos", em geral, muitos agricultores, utilizam as mais diversas estratégias para se reproduzir socialmente e assegurar a sobrevivência imediata da família e, conseqüentemente, do patrimônio, apontam as análises de Wanderley (1996).

Com o objetivo de dar continuidade à produção, principalmente entre os que perderam o investimento destinado ao cultivo de café, cada família passou a definir certas estratégias para garantir sua reprodução social. Em um primeiro momento, a permanência dos agricultores prejudicados foi garantida com a realização de pequenas

culturas dentro da sua unidade produtiva; e em outro momento, foi a capacidade de adaptação e de reorganização dos saberes para a elaboração de novas estratégias produtivas. No geral, todos aqueles que plantaram milho e soja inicialmente em toda a área, alternaram de cultura, migrando para o cultivo de mandioca, hortaliças, batata-doce, arroz e principalmente o cará. Neste sentido, cabe ressaltar que o agricultor familiar se expressa pela capacidade que seus pares têm em prover a subsistência e as necessidades de seus membros, assim como a reprodução pelas gerações subseqüentes. Enfim, o caráter familiar não é apenas descritivo, pois o fato de associar família, trabalho e produção tem conseqüências essenciais para a forma como o agricultor age econômica e socialmente, como aponta Wanderley (1999).

Em termos de perspectiva de reprodução social, esses produtores familiares não podem ser analisados como um todo uniforme, dada as variações na disponibilidade dos recursos materiais e da heterogeneidade dos conhecimentos. Em razão do tamanho dos lotes, a maioria dos agricultores adotou práticas de intensificação do uso do solo. Os agricultores entrevistados afirmaram que o tamanho da propriedade era ideal para o desenvolvimento de seus projetos. No entanto, o questionamento maior girava em torno do sistema de financiamento, tanto para o custeio, como para os créditos de investimento.

A diversificação da produção foi concebida pelos agricultores como algo essencialmente importante, e está vinculada à geração de receitas para as despesas diárias; em alguns casos, são utilizadas para pagar mão-de-obra externa, contratadas temporariamente nas épocas de colheita. Os entrevistados indicaram a diversificação da produção não somente como estratégia para estabelecer a sobrevivência, mas também como garantia de manutenção de sua unidade produtiva.

De acordo com nossas observações, o grupo de agricultores da Fazenda Akolá apresenta uma racionalidade apoiada na força de trabalho familiar e a produção não é totalmente voltada para o consumo doméstico, porém necessária para a reprodução de seu estabelecimento agrícola. Nessa perspectiva, identifica-se com o que Chayanov (1981) denominou de economia camponesa.

Segundo Chayanov (1981), os agricultores familiares têm forma particular de vida e produção e, dependendo de como se apresentam os fatores externos, têm a capacidade de fazer intervenções que podem mudar ou contradizer as tendências que apontam para sua exclusão ou eliminação, patrocinada pela expansão capitalista que, por diversos mecanismos, tem exercido transformações na agricultura.

Apesar de haver pressões sobre as famílias, que tendem a favorecer a permanência de algumas unidades produtivas em detrimento de outras, principalmente no que tange à dívida gerada pelo financiamento do crédito de investimento, os agricultores permaneceram neste sistema, sobretudo pela sua capacidade de estabelecer relações culturais e sociais específicas que se destinaram a preservar a comunidade em seu conjunto. Nestes termos, a organização familiar pode estar relacionada com a manutenção de uma produção diversificada, ligada muito mais a uma estratégia de sobrevivência e menos relacionada às vantagens econômicas e comerciais.

3.3. DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

De acordo com Brandenburg (1999), as estratégias de reprodução mediante a diversificação estão relacionadas, não somente, à segurança econômica, mas também à social e simbólica. A diversidade na produção pode estar associada às várias lógicas e orientada por um duplo objetivo, o consumo e a renda, pois a produção para o mercado e para o auto-abastecimento satisfaz as necessidades da família, porém não satisfaz a produção exclusiva para o mercado.

As atividades agropecuárias diversificadas permitem à família dispor de rendas alternativas quando uma cultura tem quedas drásticas de preços ou quando há perdas por doenças, pragas e fatores climáticos adversos, possibilitando ainda distribuir de maneira mais uniforme a entrada de recursos ao longo do ano. Maior diversificação, na maioria dos casos, também está vinculada a uma maior disponibilidade de produtos e insumos para o consumo da família e (ou) propriedade, reduzindo a necessidade de gastos monetários. É neste sentido que as estratégias de diversificação podem ser apreendidas em relação às diferentes combinações entre a ampliação na geração de renda por unidade de produtiva, o aumento no uso da força de trabalho familiar; incremento no uso de instrumentos de trabalho e a possibilidade de substituição de insumos agroindustriais por insumos produzidos no próprio lote (NORDER, 2004).

E, nessa perspectiva, foi observado entre os agricultores entrevistados que o fator diversificação é tido como uma estratégia de produção para o grupo de famílias da Fazenda Akolá. A diversificação na produção, evidenciada pela variedade de produtos cultivados, vem sendo utilizada pela maioria dos agricultores. Essa prática é destacada tanto nas culturas destinadas à comercialização, como naquelas destinadas ao consumo no estabelecimento e na

alimentação dos membros da família.

A diversificação adotada pelos agricultores tornou-se expressiva à medida que tal geração de recursos é utilizada para garantir a alimentação, o vestuário e as despesas mais urgentes. Houve entre os entrevistados um discurso sobre a importância da diversificação da produção, não somente como uma estratégia de sobrevivência, mas para garantir a manutenção e reprodução de sua unidade produtiva. Isso ocasiona, entre outros fatores, a possibilidade de intensificação do trabalho familiar, permitindo a manutenção de um número maior de membros da família na área rural.

Podemos afirmar que a diversificação permitiu um aumento na renda monetária para aqueles agricultores que tiveram que estabelecer novas estratégias de produção a fim de garantir uma renda mínima para manter a propriedade e alimentar a família na Fazenda Akolá.

Ao analisarmos alguns elementos das estratégias de sobrevivência do grupo de agricultores em questão, percebemos que formas tradicionais de sobrevivência, ligadas ou não à atividade agrícola comercial, podem ser explicadas no âmbito da localidade, e também, pelo contexto territorial, rural e urbano, no qual essas famílias se inserem.

Diante desse quadro, tornou-se importante enfatizar as interações, os conflitos e as negociações entre diversos atores sociais, o que permitiu uma compreensão das diferentes respostas locais a um determinado contexto. Em suma, conduz a uma análise das estratégias que fazem com que o desenvolvimento da produção agropecuária continue sendo um processo significativamente heterogêneo.

Os agricultores da Fazenda Akola, em grande parte, plantaram batata-doce, cará, mandioca e milho, mas consideraram o cará como "carro-chefe", como uma cultura capaz de gerar recursos para outros investimentos no lote. As demais culturas foram consideradas como atividades complementares, utilizadas na realização da rotatividade das terras e necessárias para o pagamento de despesas cotidianas (com exceção dos agricultores que trabalham com horticultura).

Em termos de perspectivas de reprodução social, esses produtores familiares devem ser analisados por sua heterogeneidade, apesar de produzirem basicamente os mesmos produtos. Dada a grande variação na disponibilidade dos recursos produtivos entre as diferentes propriedades, é possível verificar fatores que determinam algumas formas particulares de produção, uma vez que estes agricultores possuem, a princípio, o mesmo tamanho de área de

produção agrícola.

Os agricultores da Fazenda Akolá trabalham com cultivos de hortaliças diversas, de mandioca, batata-doce, milho e outros cultivos de subsistência. Desta forma, cada família compõe um conjunto de atividades específicas que confere um padrão de diversidade entre os lotes. Podemos observar que a diversidade entre lotes corresponde aos diversos sistemas de produção empregados por cada família. Dentre os fatores geradores de diversidade, o uso de equipamentos de irrigação possibilita um aumento na produtividade considerável, e que será apresentado no item seguinte. Neste caso, os gradientes de umidade e de fertilidade do solo criam uma heterogeneidade física e espacial dentro do lote, que permite uma maior diversificação dos cultivos, além da possibilidade do aumento na produção. Outro ponto de diversidade pode ser registrado nas diferentes formas de produção e no uso criativo dos recursos pelos agricultores é a utilização da rotação de culturas para repouso do solo, a qual revela a diversidade no aproveitamento do espaço físico dentro do sistema de produção local.

As formas criativas de utilização dos recursos solo e água pelos agricultores produzem uma agricultura mais sustentável e de menor impacto ambiental, quando comparada com os cultivos convencionais homogêneos e de larga escala, caracterizados pelo uso intensivo de insumos modernos (agrotóxicos e máquinas agrícolas). Torna-se importante frisar que, quando utilizamos o termo "agricultura sustentável", nos referimos a uma agricultura de insumos reduzidos, isto é, uma produção agropecuária que busca diminuir a dependência dos agricultores em relação aos complexos agroindustriais e do uso extremo de insumos de base química/industrial.

Apesar de os agricultores da Fazenda Akolá produzirem praticamente quase os mesmos produtos, quando analisamos cada unidade familiar de produção, percebemos uma diversificação das atividades agropecuárias por unidade de área. Essa diversificação é observável principalmente pela constituição de recursos permanentes dentro dos lotes.

Os produtores pesquisados desenvolvem quatro ou mais atividades produtivas e, desse modo, trata-se de um expressivo número de atividades, especialmente porque foram desconsideradas as pequenas hortas e pomares domésticos, a criação de galinhas e de outros animais, quando em número muito reduzido e (ou) destinado unicamente à subsistência. Atividades com área ou produção maiores, mesmo que complementares em relação às explorações principais ou ligadas somente à subsistência foram computadas, como é o caso do milho, que é utilizado, em muitos casos, para uso doméstico e

alimentação animal.

A produção e a renda entre os agricultores que utilizam equipamentos de irrigação e aqueles que não utilizam são amplas pois a disparidade da rentabilidade por unidade de área é alta, chega a ser quase que o dobro, como foi apontado na pesquisa. Porém, entre os agricultores, a média de produtos cultivados equivale à possibilidade de garantia de maior renda, além da rotatividade entre culturas dentro do ano e o investimento em recursos permanentes.

Nesse sentido, a ampliação na geração de renda agropecuária está relacionada com a composição dos meios de trabalho, isto é, com a reconstituição da base rural da agricultura a partir do aumento da proporção no uso de recursos permanentes em relação ao volume de produção. A diversificação da produção agropecuária pode ser compreendida, entre outros aspectos, em relação ao distanciamento da monocultura e da produção em grande escala, marcada por maior dependência de insumos agroindustriais e serviços de mecanização. Outro fator é a escolha, a tomada de decisão de cada família com relação aos cultivos ou a combinação dos mesmos a serem desenvolvidos dentro do lote, assunto que trataremos mais adiante.

A intensificação do uso do solo, mediante a diversificação da produção, visa principalmente ao aumento da geração de renda monetária e, ao mesmo tempo, encontrar formas de ocupação da área produtiva para a permanência e manutenção da propriedade. Os agricultores da Fazenda Akolá buscaram a implementação de processos produtivos com possibilidade de intensificação do uso do solo e da força de trabalho de forma a proporcionar diferentes rentabilidades no lote.

Todavia, a diversidade de culturas constitui um elemento que contribui para ampliar a utilização da força de trabalho familiar e assegurar um aumento de produtividade, na medida em que favorece a recuperação do solo. Os agricultores entrevistados revelaram as seguintes tendências, no que se refere à prática da rotação de culturas.

> "Nós vamos plantar cará dois anos seguidos aqui neste pedaço. Onde tem cará nós vamos colocar ou milho ou mandioca. Vai depender do que nós vamos querer na época. A gente costumava fazer isso em outros lugares... Aqui tão chamando de rotação, apesar da área ser pequena." (Eloir dos Santos).

No entanto, observa-se que a adoção dessa prática se apresenta pela necessidade real e não em caráter preventivo. Até mesmo os agricultores que optaram pela cultura de olerícolas e que utilizam a rotatividade em pequenas áreas fazem referência à sua necessidade.

A prática da rotatividade, aliada à diversificação de culturas, tem contribuído para uma reorganização da produção local. Exemplo dessa reorganização ocorreu já no primeiro momento da implantação da política fundiária na localidade, pois antes da implantação do Banco da Terra e do acesso aos agricultores familiares, a produção da fazenda Akolá era extensiva com produção exclusiva de milho. Utilizava uma elevada mecanização e um alto consumo de insumos agroindustriais e, simultaneamente, uma baixa ocupação de força de trabalho.

O principal motivo para a diversificação dentro dos lotes seria de cunho econômico, no ensejo de reduzir os riscos de quebra de produção. Exemplo dessa perspectiva pode ser analisada por intermédio daqueles agricultores que perderam o investimento no cultivo do café, logo durante a implantação do programa.

Sendo assim, a diversificação da produção e a rotação no uso do solo podem ser caracterizadas como estratégia alternativa de produção e manutenção do patrimônio para esses agricultores. Além das implicações sociais, existe o aspecto ambiental, a qual está relacionado diretamente com a conservação do solo. Neste sentido, um padrão de desenvolvimento agrícola que tem como princípio o aumento da produtividade, utilizando estratégias que evidenciam a minimização de impactos adversos ao meio ambiente, caminha na direção de um modelo mais sustentável. Essa diversificação e rotação de culturas são evidenciadas no discurso dos agricultores pesquisados.

> "Hoje em dia, mesmo que a terra seja pequena existe muitas maneiras de se manter. Eu tenho café, milho, cará, frutas, horta, mandioca. Tem sempre uma variedade de culturas na terra e utilizo a rotação pra garantir sempre a fertilidade do solo. Não tenho dinheiro (risos), mas comida não falta. Porém, tem sempre uma maneira de ganhar uma rendinha extra. Até com muda de café dá pra ganhar" (Florindo de Freitas).

Daremos ênfase, a seguir, ao cultivo do cará, pois, de acordo com os agricultores e até mesmo com os técnicos envolvidos, é a principal atividade local, representando uma fonte essencial de renda entre as famílias da Fazenda Akolá.

3.4. A PRODUÇÃO DE CARÁ

A cultura do cará é caracterizada como "sugadora de solo", segundo alguns agricultores, e é uma atividade que requer a rotatividade da área produzida, não sendo recomendado o plantio na mesma área mais do que duas vezes consecutivas.

A colheita do cará é realizada, em média, oito a nove meses após o plantio e pode ser realizada em menor tempo pela irrigação. De acordo com um agricultor entrevistado, mesmo tendo recursos para aquisição de insumos industriais para correção do solo, "ficaria inviável devido aos altos custos. A solução não está nos insumos, está na técnica de plantio". Nessa perspectiva, os agricultores da Fazenda Akolá elaboraram estratégias com a finalidade de manter a fertilidade do solo e reduzir a dependência externa e adotaram o uso da rotatividade da área de plantio. O manejo inadequado dos solos provoca a redução da composição de matéria orgânica, essencial ao desenvolvimento das plantas e conseqüentemente, os solos empobrecidos ficam sujeitos aos processos de erosão (EHLERS, 1999).

O cultivo de cará ocupa cerca de 31% (de acordo com dados da Emater/Londrina) de toda a área utilizada para o plantio de 2003/2004 e representou cerca de 30% da renda total obtida pelo grupo de agricultores da Fazenda Akolá.

Com a necessidade de manter a fertilidade da terra e proporcionar a manutenção da área produtiva, os agricultores adotaram a cultura do cará consorciada com a técnica de rotação de culturas. Portanto, eles acabaram estimulando as atividades produtivas que implicaram a regeneração dos processos naturais, evitando (devidos aos altos custos) a utilização intensa de insumos industriais. Porém, o preparo do solo ainda é realizado com a aplicação de adubos de base exógena; no entanto, a utilização desses adubos, de acordo com o técnico da Emater, seria controlada, não podendo causar danos ao solo, principalmente porque existe uma racionalidade no uso.

Os insumos utilizados para o preparo do solo e adubação são oriundos da indústria, como já foi apontado, porém ao questionarmos sobre a utilização de insumos de base orgânica, ou adubação verde, a maioria afirma que não há melhora na produção. Percebe-se, inclusive, uma certa rejeição: "não adianta, vai ter um gasto maior e o produto não vai ter qualidade". Alguns afirmam que não compensa comprar e muito menos produzir insumos orgânicos dentro lote: "o resultado não seria bom e daria muito trabalho pra pouca renda, além do que no final das contas gastaríamos o mesmo tanto", calcula um agricultor entrevistado.

Diante deste quadro, percebemos que não há uma clareza no discurso dos agricultores da Fazenda Akolá com relação à utilização de técnicas como a adubação verde, pois não houve uma experimentação dessas técnicas. Sabe-se que, entre outras vantagens, a adubação verde promove a sustentabilidade dos solos,

pois melhora sua estrutura física, e possibilita a redução nos custos de produção.

Durante o preparo do solo para a o plantio, utiliza-se, normalmente, a tração mecanizada (tratores), no restante do ciclo da cultura, a força de trabalho é proveniente de uso de tração animal e trabalhos manuais – como a capina. Na colheita as operações variam desde a utilização da tração animal até a mecanizada, com complemento de trabalhos manuais.

Com relação à produtividade e a rentabilidade da produção do cará, de modo geral, para cada hectare produzido, o gasto médio é de R$ 750,00, entre insumos, preparo do solo e manutenção da lavoura. Apesar de a mão-de-obra ser essencialmente familiar, tem-se um gasto com mão-de-obra extra, no ato da colheita, que gira em torno de R$ 375,00 (por lote).

A previsão de produção é estipulada pelo uso de equipamentos de irrigação. Quando irrigado, a produção gira em torno de 30 toneladas, e em sistema de sequeiro, o previsto para a colheita gira em torno de 15 toneladas por hectare, de acordo com os agricultores e dados da Emater-PR. O preço médio de venda em 2003/2004 foi de R$ 0,45 / kg.

Após a colheita são realizadas a seleção e o armazenamento das ramas do cará, que são utilizadas para o próximo plantio. Essas ramas, além de proporcionar a redução dos custos de produção, pode, inclusive, gerar alguma rentabilidade com a sua comercialização para outras unidades de produção. O cultivo de cará apresentou-se como a principal atividade para os agricultores da Fazenda Akolá. Sua produção pode ser potencializada e, conseqüentemente, a renda, com a instalação de equipamentos de irrigação.

È importante frisar que a intensificação nos processos produtivos caracteriza-se, entre outros aspectos, pela formação de um patrimônio permanente, ou seja, é o investimento que o agricultor realiza em determinados recursos, não apenas para a compra de máquinas e equipamentos, mas também para a formação de plantios permanentes, aquisição de animais, construção de cercas, além de várias outras instalações e edificações.

Norder (2004) confirma essa perspectiva nos seus estudos sobre o processo de produção de um grupo de agricultores. Sua análise foi articulada em cinco fatores: a constituição dos recursos permanentes da produção agropecuária; a origem e a composição dos recursos temporários utilizados na produção; a quantidade e a qualidade da área ocupada; o uso de força de trabalho; a forma de comercialização. As estratégias locais para substituição de insumos

industriais foram observadas em vários cultivos, dentre os quais se destacam a horticultura e a produção de café. O autor observou que houve uma transformação nas relações sociais do grupo por meio do desenvolvimento local de um novo saber técnico. Esta transformação local ocorreu, principalmente, via redução gradativa da utilização de insumos externos de curto ciclo, ocasionando uma intensificação de trabalho e produção dentro da unidade de produção. A organização do grupo de famílias foi mudando a partir do momento em que o grupo resolveu pesquisar e produzir determinados insumos, essencialmente, mediante a articulação e a troca de conhecimentos.

Podemos complementar que a noção de desenvolvimento endógeno não equivale à de intensificação da produção, pois esta última inclui processos como a contratualização (TEDESCO, 1999) com a agroindústria (suinocultura, avicultura etc.), que são altamente dependentes de recursos e prescrições técnicas externas. Apesar disso, a intensificação nos processos produtivos, como é o caso da utilização dos equipamentos de irrigação, pode gerar uma maior autonomia técnica e social, ou seja, amplia as possibilidades de inserção em nichos de mercado.

As estratégias de produção estão relacionadas às funções desenvolvidas pelos diferentes membros da família no processo de produção e de decisão, no controle dos meios disponíveis e do acesso aos instrumentos de trabalho na tentativa de suprir suas necessidades. Para atingir os objetivos de reprodução da família em todos os seus aspectos, muitos agricultores geralmente utilizam as mais diversas maneiras para se reproduzirem socialmente e assegurar a sobrevivência da família e o patrimônio para as futuras gerações (WANDERLEY, 1999).

Na Fazenda Akolá, essas estratégias aparecem em forma de trabalho dentro da unidade produtiva, mediante a mobilização da família para obtenção de uma produção necessária para o consumo familiar e a manutenção de sua propriedade.

Existe entre os agricultores entrevistados, uma forte relação com a terra e a necessidade de valorização da sua unidade de produção. Essa valorização é perceptível tanto pelo discurso de preservação do solo, pela rotação de culturas, quanto pela vontade de organizar a produção para uma comercialização com maiores possibilidades de renda.

A valorização da terra está bem presente nos discursos dos agricultores, porém não se encontra restrita à produção para suprir somente as necessidades básicas, mas como elemento de

acesso à melhoria de suas condições materiais. Essa valorização pode ser confirmada pela preocupação com a educação do filhos, principalmente quando se trata da sucessão do trabalho e da manutenção do estabelecimento familiar.

Um outro ponto considerado como importante para a manutenção da família na unidade produtiva é o crescimento do patrimônio. Neste sentido, a incorporação de equipamentos na unidade de produção surge como estratégia produtiva à medida que, além de atender às necessidades do próprio estabelecimento, ela é utilizada para a realização de trabalhos dentro da comunidade.

Dentre as estratégias adotadas pelos agricultores da Fazenda Akolá, existe uma prática comum que é a realização de alguns trabalhos em conjunto, com vizinhos ou parentes, na troca de máquinas ou serviços. Isso é considerado como um favor, ou uma troca, que ira beneficiar a todos.

Além disso, são fortes as relações de cooperação com a vizinhança, realizadas por meio da troca de serviços, com vistas a potencializar a mão-de-obra excedente na agricultura e atender às necessidades de reprodução familiar. Para Lamarche (1999), trata-se de uma estratégia familiar que permite tanto a manutenção momentânea da família como, em muitos casos, o desenvolvimento da própria unidade produtiva.

Além de realizar troca de serviços, existe também a disponibilidade de realização de trabalhos externos, na intenção de proporcionar o aumento da renda familiar. O trabalho fora do lote, de acordo com nossas observações, figurou-se com o caráter de complementaridade de renda, mesmo quando estas são mais elevadas que a renda monetária obtida dentro de seu estabelecimento agrícola.

Esses dados vão ao encontro da análise de Wanderley (1999) de que as rendas provenientes de fora dos lotes não significam necessariamente a desagregação da agricultura familiar. Nessa perspectiva, é importante frisar que em condições favoráveis de acesso à terra e de produção, o agricultor e sua família costuma utilizar toda a força de trabalho na própria unidade. Mas existem situações em que a terra ou os meios de produção disponíveis não são suficientes para produzir o indispensável e suprir as necessidades da unidade ou para a utilização total da força de trabalho da família dentro da sua propriedade. Nesses casos, o excedente de mão-de-obra se volta para outras atividades, buscando alcançar o equilíbrio econômico entre as necessidades da família que não são cobertas com os resultados do trabalho na

unidade familiar (CHAYANOV, 1981).

Entre alguns produtores entrevistados, diretamente ou mesmo indiretamente, verificou-se a aquisição de alguns equipamentos (tratores, implementos e pequenos caminhões), o que representa uma estratégia para potencializar os recursos produtivos de sua propriedade. A aquisição desses maquinários foi realizada por conta própria, por meio de arranjos financeiros individuais, sem o acesso aos planos de crédito de investimento do governo federal ou estadual.

A aquisições de equipamentos e o aumento do patrimônio permanente dentro da unidade de produção possibilita a ampliação da eficiência técnica no uso da força de trabalho, além do grau de autonomia e flexibilidade no processo de produção (NORDER, 2004). Diante das transformações resultantes do processo de modernização no campo, a pequena propriedade encontrou formas para se reproduzir e o agricultor, valendo-se de insumos e máquinas agrícolas, consegue intensificar o processo produtivo.

Além da mecanização, foi percebido entre os entrevistados a necessidade de agregar alguns outros recursos permanentes para potencializar a produção. Entre estes recursos, os principais são estufas e equipamentos de irrigação. Como foi exposto anteriormente, nem todos os agricultores da Fazenda Akolá aplicaram o crédito de investimento em equipamentos de irrigação. Aqueles que investiram no café, e em pouco tempo perderam todo o investimento, adotaram estratégias produtivas para se restabelecerem. Tiveram que se adequar a novas culturas e elaborar outras estratégias de sobrevivência; além disso, ficaram sem o investimento e, conseqüentemente, com um débito junto ao banco, pois o montante dos recursos investidos no café deverá ser quitado.

Os agricultores que não adquiriram o equipamento de irrigação migraram para o cultivo do cará. Todavia, sabe-se que o cará irrigado produz muito mais e em um período menor. O mesmo entrevistado ilustra a importância dos equipamentos de irrigação neste tipo de cultura:

> "Depois que perdemos o café, nós ficamos na mão, tivemos que ir atrás de outros tipos de cultura. No inicio, plantei um pouquinho de cada, foi o que ajudou aqui. Mas o café era o grosso. Fui para o cará, mas sem equipamento de irrigação produz menos. Pra você ver, tem gente que já esta colhendo o cará e está conseguindo um preço bom; aqui vai demorar mais um pouco. Sem falar que quem escolheu o equipamento de irrigação ainda tem um patrimônio".

Os recursos permanentes, como equipamentos de irrigação,

permitiram aos agricultores aumentar a capacidade de intensificação nos processos produtivos, como é o caso da utilização dos equipamentos de irrigação. Isso pode gerar uma maior autonomia técnica e social, ou seja, amplia as possibilidades de inserção em nichos de mercado (NORDER, 2004).

A busca de soluções alternativas dos agricultores familiares para a manutenção de sua propriedade é constante e a integração de sua produção no mercado é um resultado destas estratégias. A perspectiva de beneficiamento da produção é uma forma de valorizar o trabalho da família e do seu grupo social.

Observamos que, entre os agricultores da Fazenda Akolá, há propostas para a construção de uma cozinha comunitária, a qual teria o papel de empregar mão-de-obra para o beneficiamento da produção local. A idéia é bastante discutida entre os agricultores, que já esboçaram alguns projetos e possibilidades de acesso a créditos de investimento para a implantação da infra-estrutura necessária. De acordo com o presidente da Associação dos Agricultores da Fazenda Akolá, a intenção, em um primeiro momento, é trabalhar com a manufatura da mandioca, realizando a limpeza, retirada da casca e embalagem para comercialização. Como existe uma reduzida proximidade e uma grande interação com o meio urbano, a valorização de seus produtos para a comercialização e a possibilidade do aumento de renda são grandes, na perspectiva dos agricultores.

Em geral, os agricultores buscam uma autonomia nos processos produtivos; porém sentem necessidade de ampliar esta autonomia com a possibilidade de beneficiamento para melhorar a comercialização e conseqüentemente o aumento da renda. Mior (2003) demonstra que os elementos internos e externos nos processos de desenvolvimento não seriam suficientes para compreender a autonomia do agricultor familiar. A distinção deveria ser realizada entre o controle local e (ou) externo dos processos de desenvolvimento.

A tomada de decisão das famílias por optarem pela diversificação da produção e rotatividade dos cultivos ocasionou a reconstituição dos meios de trabalho. Isso foi realizada pela ampliação gradual das condições de produção e por meio de uma intensa aplicação de trabalho familiar. Torna-se importante frisar que a renda dos agricultores que investiram na aquisição de equipamentos de irrigação foi superior à daqueles agricultores que investiram no café.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar no Brasil vem, historicamente, desenvolvendo uma diversidade de estratégias de produção e reprodução social, isto é, ela reflete em situações produtivas e organizacionais das mais heterogêneas possíveis. Visto isso, na discussão aqui proposta, significa dizer que ao se referir à noção de agricultura familiar, devemos mencionar as diferenças existentes nesse universo, bem como entre os seus diferentes atores sociais. Todavia, podemos considerar os diversos personagens orientados pelos mais variados interesses, objetivos e experiências, e desenvolvem projetos que respondam a outros, formulados, muitas vezes, por agências estatais ou setores empresarias. Tal situação pode resultar uma gama de práticas que se traduz na heterogeneidade da agricultura.

A proposta de reforma agrária de mercado emerge no Brasil num contexto veemente de disputas políticas de terra. Porém, está intimamente ligada a um direcionamento das políticas econômicas do Banco Mundial que, desde metade dos de 1970, criou diretrizes gerais de ação, dentre elas a de "reconhecimento da importância da propriedade familiar em termos de eficiência e equidade", assim como a "necessidade de estimular os mercados para facilitar a transferência de terras para usuários mais eficientes" e a "importância de uma distribuição igualitária de bens e de reformas agrárias redistributivas" (MEDEIROS, 2002).

É nesse contexto geral, acentuado por intensas ações do poder Executivo, propondo retomar o empreendimento político no que se refere à questão agrária e, juntamente, mudar o tradicional delineamento das intervenções do governo federal até então, que se apresentou o programa Banco da Terra.

A dimensão dessa política pública e suas conseqüências socioeconômicas, ambientais e culturais não devem ser reduzidas às conclusões obtidas nesta pesquisa. No entanto, esta análise aponta para necessidade de um aprofundamento e uma expansão dos estudos de caso das políticas fundiárias e agrárias no país. Foi a partir do estudo de caso, junto ao grupo de agricultores da Fazenda Akolá, que percebemos a reestruturação dos processos produtivos das famílias após a implantação do programa Banco da Terra. Porém, as mudanças na produção foram ocasionadas, principalmente, pela necessidade de sobrevivência, pelo anseio de manter-se como agricultor familiar e pela aquisição de um patrimônio.

A produção destinada ao mercado foi atribuída como a principal estratégia de sobrevivência, principalmente a partir da mudança ocorrida nesse processo, ocasionado por questões estruturais e climáticas. Isso delineou todas as decisões desses agricultores e implicou alterações de suas bases técnicas. Essas modificações

implicaram, efetivamente, uma agricultura com base na redução de insumos industriais, devido à escassez de financiamentos.

A diversificação da produção possibilitou o aumento de produtos comercializáveis que garantissem a sobrevivência do grupo. A explicação da diversidade, no entanto, pareceu estar associada a fatores resultantes de um processo de ajustamento da unidade produtiva manobrado pela família. Este ajustamento assegurou condições de reprodução social e ambiental e, neste sentido, tratou-se de uma estratégia adaptativa das unidades de produção ou escolha de um modo de vida particular. Apesar dessa relativa autonomia, muitos agricultores ficaram na dependência de recursos financeiros externos para promover a estabilidade econômica dentro da propriedade. E é nesse ponto que identificamos os recursos permanentes como fonte multiplicadora dos recursos produtivos e que permitiram aos agricultores o aumento da capacidade de intensificação do uso do solo.

A escassez de financiamentos fez com que os agricultores adotassem técnicas alternativas, sendo uma delas a rotação da área de plantio, que é caracterizada como um fator endógeno. A produção de cará foi apontada como responsável por grande absorção de trabalho familiar e pela perspectiva de investimentos na propriedade. Um ponto importante ao processo de produção foi a reutilização das ramas do cará para o plantio seguinte, assim como comercialização do excedente para vizinhos e outras comunidades, contribuindo para o aumentando da rentabilidade do agricultor. Todos estes processos produtivos foram caracterizados, de acordo com nossas pesquisas, como fatores de estratégia de permanência do agricultor em sua unidade de produção.

O endividamento, com relação à aquisição da terra, não foi identificado como meio de transformação dos saberes dos agricultores locais. A necessidade de intensificar a produção aconteceu pela necessidade de eliminar o risco de insustentabilidade, mediante culturas que melhorassem a renda, e permitir a reprodução da família na unidade de produção.

A discussão proposta neste estudo nos remete, também, a implicações ambientais na medida em que as estratégias produtivas adotadas pelos agricultores locais passam pela utilização e pela intensificação do uso do solo. Tratou-se, enfim, de avaliar a abrangência das formas de produção local pelas quais se estabelecem diferenciadas perspectivas entre a racionalização e autonomia dos processos produtivos.

Embora os agricultores venham desenvolvendo as mais

diversas estratégias, visando a sua reprodução social e material, questões estruturais, da atual conjuntura política e econômica do país, acabam determinando aos agricultores uma realidade de crise e de poucas opções, principalmente com relação a investimentos na propriedade e na produção.

Compreendemos que o papel das políticas públicas para a agricultura familiar é de extrema importância para a viabilização da reprodução desse segmento de agricultores. Mesmo um programa como o Banco da Terra, o qual foi alvo de tantas críticas, e vários pontos questionados, conseguiu, de certo modo, aumentar a inserção do pequeno agricultor no mercado e, indiretamente, melhorar as condições socioeconômicas.

As políticas destinadas às questões agrárias, principalmente as que envolvem a agricultura familiar, devem ser entendidas como forma de desenvolvimento de uma outra agricultura, cuja dinâmica e objetivos absorvam a modernização social necessária para o país. Que compreenda a dinâmica da agricultura familiar, no sentido mais concreto de seu entendimento: como criadora de um espaço de produção, de um espaço de trabalho e com capacidade de gerar redes econômicas, sociais, culturais e políticas que integrem os milhares de excluídos do modelo de desenvolvimento hegemônico.

Espera-se que, de alguma forma, este trabalho de pesquisa possa contribuir para a reflexão sobre as políticas públicas no Brasil, pois estas são marcadas pela sua descontinuidade e falta de compromisso. A nossa esperança é ter os agricultores familiares compreendidos em sua forma particular de viver, de pensar e de interpretar o mundo; e na sua inclusão na agenda das políticas públicas, não apenas como objeto e sim como sujeito ativo e atuante em todo o processo de planejamento de suas necessidades.

5. REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira, NORDER, Luiz Antônio Cabello. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antônio Cabello. A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. Análise Econômica do Banco da Terra. Boletim do DESER, Curitiba, jun. 1999. Disponível em: <www.dataterra.org.br/Documentos/deser.htm>. Acesso em 11 jul. 2002.

BRANDENBURG, Alfio. Agricultura familiar: ONG´s e desenvolvimento

sustentável. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Novo Mundo Rural - projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo. Disponível em: <www.desenvolvimentoagrário.gov.br> - Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Brasília: 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mudanças legais que melhoram e apressam as ações da reforma agrária. Brasília, 2001.

CARNEIRO, M. J . Pluriatividade no Campo: o caso francês. In: Revista brasileira de Ciências Sociais, no. 32, ano II, outubro 1996. p. 89-103.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n.11. p. 53-75, out. 1998.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In:

CPT (Comissão Pastoral da Terra). Manifesto da CPT. Goiânia, 28/06/2000. disponível em : <www.cpt.org.br>

EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo

paradigma. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1999.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília, 1995.

GASQUES, José Garcia; VERDE, Carlos Monteiro Villa. Trinta anos de Desperdícios da União com Política Fundiária. Brasília, 17 e 18 de dezembro de 1998.

GUIVANT, Júlia S. "A Agricultura Sustentável na Perspectiva das Ciências Sociais". In: VIOLA, E. e outros: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania. São Paulo, Cortez, p.99-133, 1995.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v.14, n.3, p. 412-447, set./dez. 1997.

LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Comentário sobre o "Novo Mundo Rural" ou a "Nova Reforma Agrária" do Governo FHC. Sergipe, 1999. (Mimeo).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MIOR, Luiz C.A. "Agricultura familiar" e o "rural não agrícola" como estratégias de desenvolvimento rural: algumas controvérsias do debate. XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro. 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

MIOR, Luiz C.A. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Tese de doutorado. UFSC. Florianópolis: 2003.

NORDER, Luiz Antonio Cabello; BERGAMASCO, Sônia M. P., Question agraire, politiques publiques et mouvements sociaux. In: ZANONI, Magda; LAMARCHE, H. (Coords.). Agriculture et ruralité au Brésil: un autre modèle de développement. Paris : Editions Karthala, 2001. p.107-128.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. (2004), Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. Universidade de Wageningen, Tese de Doutorado.

NOVO MUNDO RURAL. Projeto de Reformulação da Reforma Agrária. Brasília, Março de 1999.

PLOEG, J. D. (2003), The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry. Assen: van Gorcum.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In:_____. (org.) Agricultura Familiar – Realidades e Perspectivas, Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1999.

TEIXEIRA, G. (resp.) Um novo modelo rural sob a perspectiva do governo FHC. Brasília: Partido dos Trabalhadores, Liderança da Bancada Federal/ Secretaria Agrária Nacional, mimeo, Março de 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (2000), A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2, Editora UFPR: 2000. 29-37.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: ima homenagem a Alexander V. Chayanov. in: BRANDENBURG, Alfio (org.). Para pensar outra agricultura, Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. in: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar – Realidades e Perspectivas, Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1999.

VELHICE E BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE COLOMBO – PARANÁ

Marisa Sugamosto[1]

1. INTRODUÇÃO

O presente texto é parte do trabalho apresentado como conclusão de curso do mestrado de sociologia da UFPR[2].

No trabalho de dissertação pretendia-se examinar uma das conseqüências consideradas inesperadas da extensão do Regime Geral da Previdência Social aos trabalhadores rurais e agricultores familiares, a chamada Previdência Social Rural[3], ou seja: a mudança na condição social dos idosos a partir da implementação de uma política pública que adquiriu importância social quantitativamente expressiva no Brasil a ponto de constituir-se no subsistema de seguro social de maior cobertura relativa. Dados do Ministério da Previdência indicam que, em 2001, a população beneficiária estava em torno de 6,2 milhões de aposentados e pensionistas rurais. No Paraná, esse número chegava a 460 mil benefícios.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso junto à população idosa beneficiária da Previdência Social Rural e residente na área rural do município de Colombo, no Estado do Paraná, inseridas no regime de agricultura familiar. O objetivo principal deste estudo foi identificar, entre os agricultores familiares idosos desse município, os significados da velhice e o impacto do benefício previdenciário sobre essas elaborações.

Com essa intenção, procurou-se relacionar a ruralidade, como modo de vida, com o discurso sobre a velhice no meio rural do município de Colombo, confrontando esse discurso com aqueles,

[1] Mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR. E-mail: msugamosto@terra.com.br

[2] A proposta para o presente estudo surgiu do trabalho vivenciado na execução e análise da pesquisa Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural na Região Sul, realizada no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes em parceria com o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – Deser, sob a coordenação do Instituto de Pesquisas Aplicadas – Ipea, no período 1998 e 1999.

[3] Agricultores familiares e assalariados rurais, tanto homens como mulheres, passaram a integrar o Regime Geral da Previdência Social, com igualdade de direitos em relação aos trabalhadores urbanos. Entre as principais conquistas estão: redução da idade mínima para a aposentadoria dos homens, de 65 para 60 anos; extensão do direito à pensão por morte para os homens; extensão do direito de aposentadoria para as mulheres a partir dos 55 anos; e aumento do benefício de ½ para 1 salário mínimo.

presentes na literatura, atribuídos à gerontologia e à geriatria e aos idosos da classe média urbana.

Coube, também, a esta pesquisa, identificar as elaborações sobre a velhice relacionando-as com o gênero do entrevistado e sua inserção no mundo do trabalho, e verificar a importância do recebimento do benefício previdenciário na definição dos significados da velhice entre os agricultores familiares, tendo em vista o papel assumido por esse recurso na manutenção da atividade produtiva da família e da unidade doméstica.

2. O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E A REDEFINIÇÃO DA CONDIÇÃO SOCIAL DO IDOSO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES: PROBLEMATIZAÇÃO

O envelhecimento da população é considerado como o principal fenômeno demográfico do final do século XX tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. O crescimento do segmento idoso está relacionado com o aumento da longevidade – resultado da redução da mortalidade e da queda da fecundidade:

> A queda da fecundidade – fenômeno quase universal hoje – tem levado a que esse segmento populacional que passou a viver mais tenha um peso maior no total da população, pela redução relativa do número de nascimentos. (...)
>
> No caso brasileiro, o envelhecimento populacional pode ser traduzido no aumento da proporção da população de 60 anos e mais no total da população brasileira – de 4% em 1940 para 8% em 1996. Espera-se que esse contingente atinja a magnitude de 28,5 milhões de pessoas no ano de 2020 e que continue a crescer a taxas elevadas pelo chamado momentum demográfico. Ou seja, uma proporção importante do seu crescimento já está determinada pela estrutura etária atual: os idosos do futuro já nasceram. A queda da mortalidade da população idosa tem desempenhado também um papel importante no crescimento desse segmento. Ela fez com que a esperança de sobrevida da população masculina de 60 anos e mais aumentasse em 4,2 anos entre 1980 e 1996 e a da feminina, em 3,9 anos (CAMARANO; MEDEIROS, 1999, p.1).

O IBGE (2002b), utilizando-se de Carvalho e Andrade[4] para definir, do ponto de vista demográfico, o conceito de envelhecimento, destaca que, no plano individual, envelhecer significa aumentar o número de anos vividos. Porém, paralelamente a essa evolução

[4] CARVALHO, J. A. M. de; ANDRADE, F. C. D. Envejecimiento de la población brasileña: oportunidades y desafíos. In Encuentro Latino Americano y Caribeño sobre las Personas de Edad, 1999, Santiago. Anais... Santiago: CELADE, 2000, p.81-102.

cronológica, existem fenômenos de ordem social a serem considerados para a percepção do envelhecimento.

> Nas sociedades ocidentais é comum associar o envelhecimento com a saída da vida produtiva pela via da aposentadoria. São considerados velhos aqueles que alcançam 60 anos de idade. É difícil caracterizar uma pessoa como idosa utilizando como único critério a idade. Além disso, neste segmento conhecido como terceira idade estão incluídos indivíduos diferenciados entre si, tanto do ponto de vista socioeconômico como demográfico e epidemiológico. Na análise de Parahyba (1998), relativa aos indicadores sociais deste grupo populacional, os diferenciais por sexo, educação e renda costumam ser bastante expressivos (IBGE, 2002b, p.2).

Para Camarano (2002), mesmo existindo o entendimento de que há maneiras diferentes de perceber a velhice a partir de critérios socioculturais e econômicos, a utilização do critério etário acaba prevalecendo justamente pela dificuldade de estabelecer-se um critério universal. Dessa forma, os diversos estudos sobre o envelhecimento da população brasileira, principalmente os de cunho demográfico, "...consideram como idosos o segmento formado pela população maior de 60, assumindo uma homogeneidade nesse segmento". Contudo, quando se entende o envelhecimento levando em conta as variações culturais, é possível se "...referir a processos biológicos, aparência física, eventos de desengajamento da vida social, como aposentadoria, e o aparecimento de novos papéis, como o de avós. Como o segmento idoso compreende um intervalo etário amplo, aproximadamente 30 anos, é comum distinguir dois grupos: os idosos jovens e os mais idosos" (CAMARANO, 2002, p.4-5).

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o contingente de pessoas com 60 anos ou mais do Brasil cresceu, entre 1991 e 2000, em quase 4 milhões de pessoas, passando de 10.722.705 para 14.536.029 pessoas. Esses dados também apontam para um aumento no peso relativo dessa população: em 1991 os idosos eram 7,3% da população total e em 2000 passaram a representar 8,6%. Para Camarano (2002), as projeções populacionais para 2020 apontam que essa população poderá corresponder a 15% da população brasileira.

Os estudos demográficos têm demonstrado, também, que o contigente dos mais idosos, com 75 anos ou mais, mesmo ainda sendo pequeno (2,1% da população de 60 anos ou mais em 2000), tem crescido de modo bastante acelerado. Dados do IBGE (2002b) demonstram que no período 1991-2000 esse grupo apresentou crescimento de 49,3%.

Com relação ao sexo dessa população, destaca-se que esta tem sofrido um processo de feminilização. Dados do Censo Demográfico 2000 apresentam 55,1% dos idosos do Brasil como sendo do sexo feminino. Essa diferença é explicada a partir dos estudos relativos à expectativa de vida entre os sexos. Segundo o IBGE (2002b), o fenômeno da maior expectativa de vida para as mulheres é mundial, sendo que no Brasil as mulheres vivem, em média, oito anos a mais que os homens e representam cerca de 55% da população idosa.

Considerando que, segundo Debert (1988a), o significado social da velhice está relacionado diretamente ao gênero, a maior longevidade feminina acaba por determinar mudanças profundas nas várias esferas da vida social, seja no que diz respeito aos arranjos familiares, seja na demanda por políticas públicas.

Estudos realizados por essa autora com idosos da classe média urbana demonstram que, naquele contexto, as mulheres trabalham a chegada da velhice de modo a desnaturalizá-la e personalizá-la. "Tendem a ver o envelhecimento como uma questão de autoconvencimento, que envolveria um entregar-se sem resistência a um processo considerado geralmente natural" (DEBERT, 1988a, p.64). Assim como a viuvez significa autonomia e independência.

Para Camarano, a feminilização da velhice

> "...tem implicações em termos de políticas públicas, pois uma grande parte das mulheres é viúva, vive só, sem experiência de trabalho no mercado formal e são menos educadas. Nem sempre a maior longevidade feminina é vista como vantagem. A maior esperança de vida faz com que muitas mulheres idosas passem pela experiência de debilitação biológica devido a doenças crônicas, enquanto os homens morrem antes" (CAMARANO, 2002, p.4).

O envelhecimento da população brasileira trouxe, além da proliferação dos estudos demográficos, a preocupação dos técnicos com a pressão que esse contingente poderia trazer sobre os gastos do governo com a previdência e a saúde.

Como conseqüência desse processo, o Brasil assistiu a um redirecionamento das demandas por políticas públicas, visto, inicialmente, sob a ótica que associa envelhecimento com dependência e com improdutividade, e transforma o idoso em um peso para o Estado, a sociedade e a família[5] .

[5] CAMARANO e MEDEIROS (1999, p.2) destacam que: "Essa visão parte da premissa de que, a partir de determinada idade que se convenciona chamar idosa, o indivíduo consome mais do que produz, o que o torna dependente. Por outro lado, admite-se que pessoas com idade inferior à que demarca o limite do idoso, ou seja, que estejam num determinado intervalo etário considerado como ativo, produzem mais do que consomem e, além do mais, os determinantes desses papéis (atividade e dependência) são apenas demográficos."

Contudo, já existem trabalhos que avaliam a situação do idoso no país demonstrando uma inversão na mão economicista dessa dependência, ou seja, o idoso considerado como dependente da família para sobreviver passa a assumir o papel de provedor, seja por continuar inserido no mercado de trabalho, principalmente informal, seja por integrar o contingente de beneficiários da previdência social.

> Por estar em melhor situação financeira, o idoso tem exercido um papel importante de suporte às suas famílias. A sua contribuição na renda da família em que está inserido ultrapassa os 50% mesmo quando ele já passa os 80 anos. Além disso, levando em conta as dificuldades experimentadas pelos adultos e jovens nessa década, o idoso, por possuir casa própria na sua maioria, tem crescentemente recebido em seu domicílio filhos adultos e crianças classificadas como parentes, as quais, na maioria das vezes, são netos. Na área rural, este, de posse do benefício da aposentadoria rural, tem se responsabilizado não só pelo sustento familiar, mas também por contribuir com um excedente para a pequena produção agrícola. A dependência da família em relação ao idoso é ainda maior nas classes de renda mais baixa (CAMARANO; EL GHAOURI, 1999, p.304).

Para Delgado (2000) e Camarano e El Ghaouri (1999), a extensão dos direitos previdenciários à população rural estaria transformando a representação que se tem do idoso justamente pela possibilidade da entrada de recurso financeiro na família, advindo da sua condição de velho, de incapaz ou semicapaz para o trabalho. Ou seja, estaria "...desempenhando um papel muito importante não só na subsistência do idoso e de sua família, como também estimulando a pequena produção agrícola. Esse resultado não previsto tem elevado o status social do idoso beneficiário, fazendo com que este passe da condição de assistido para assistente, pela importância que a sua renda vem desempenhando na família" (CAMARANO; MEDEIROS, 1999, p.3).

2.1. ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1.1. O Problema da Pesquisa e as Hipóteses de Trabalho

A nova legislação do sistema previdenciário rural possibilitou a inclusão de um número significativo de pessoas, principalmente no período 1992-1994, em que a extensão de cobertura foi de aproximadamente 2,4 milhões de benefícios. Nesse período, segundo dados do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, o número total de benefícios rurais passou de 4,11 milhões para 6,48

milhões. Isso ocorreu em conseqüência da demanda reprimida que as novas regras – expansão das aposentadorias por idade devido à redução da idade mínima e extensão do benefício para as mulheres – impuseram.

Analisando a concessão de benefícios de aposentadorias e pensões rurais no período entre 1999 e 2001, percebe-se que o crescimento desses benefícios tem se mantido constante, sendo determinado, nesse momento, por fatores de ordem demográfica e da burocracia interna da previdência social. O mesmo ocorre para os benefícios emitidos[6] (tabela 1).

TABELA 1 - APOSENTADORIAS E PENSÕES RURAIS EMITIDAS E CONCEDIDAS NO BRASIL E NO PARANÁ NO PERÍODO 1999-2001

ANO	BRASIL					
	Benefícios emitidos			Benefícios concedidos		
	Aposent.	Pensões	Total	Aposent.	Pensões	Total
1999	4.256.082	1.540.897	5.796.979	333.993	96.293	430.286
2000	4.432.965	1.597.024	6.029.989	339.999	101.255	441.254
2001	4.536.838	1.640.789	6.177.627	267.119	93.097	360.216

ANO	PARANÁ					
	Benefícios emitidos			Benefícios concedidos		
	Aposent.	Pensões	Total	Aposent.	Pensões	Total
1999	312.603	128.008	440.611	19.485	8.029	27.514
2000	319.202	131.905	451.107	20.140	8.537	28.677
2001	325.022	135.089	460.111	19.040	7.809	26.849

FONTE: Anuário da Previdência Social - MPAS 2001

As mudanças ocorridas na Previdência Social Rural foram de ordem quantitativa, mas também serviram para implementar mudanças qualitativas. Schwarzer e Querino (2002) afirmam que vários estudos têm demonstrado a importância do benefício previdenciário rural na composição da renda das famílias do campo. Para esses autores, esse "efeito impulsionador" que os benefícios previdenciários, como renda regular, dão na composição da renda das famílias mais pobres tem conseqüências variadas: possibilita a redução da pobreza no campo; possibilita a compra de medicamentos

[6] O MPAS distribui os benefícios previdenciários da seguinte forma: benefícios concedidos são aqueles cujos requerimentos foram apresentados junto à Previdência Social, analisados, deferidos e liberados para pagamento. A concessão corresponde, portanto, ao fluxo de entrada de novos benefícios no sistema previdenciário. Após a entrada, esses benefícios passam a ser denominados benefícios emitidos. Dessa forma, benefícios emitidos são aqueles benefícios que estão ativos no cadastro, ou seja, aqueles que efetivamente geram emissão de créditos para encaminhamento à rede pagadora de benefícios (Anuário..., 2001).

e o acesso a alguns dos serviços privados de saúde; sustenta filhos e netos desempregados; permite a realização de melhorias na moradia; tem servido de seguro agrícola para pequenos produtores; redistribuição regional da renda, tendo em vista que, em muitos dos pequenos municípios, as transferências da previdência para os beneficiários são maiores que os recursos das prefeituras municipais; serve como suporte da economia local, mantendo o comércio e as agências bancárias nos municípios. Por fim, os autores destacam as mudanças ocorridas nos papéis familiares dos beneficiários rurais:

> O recebimento de benefício da Previdência Social redefiniu o papel social dos idosos nas famílias e comunidades rurais brasileiras. A mudança nos papéis é particularmente evidente no caso das mulheres, que agora possuem uma fonte de renda própria. Mesmo quando as mulheres idosas continuam morando com seus filhos, a relação é qualitativamente diferente. Também é importante enfatizar que, em vez da erosão dos laços familiares, a solidariedade nas famílias normalmente é fortalecida com o sistema de aposentadorias e pensões não contributivas (SCHWARZER; QUERINO, 2002, p.19).

Verificar até que ponto essas elaborações acerca da importância social do idoso na dinâmica das comunidades rurais são perceptíveis aos agricultores familiares aposentados e pensionistas, é o interesse deste trabalho. Para tanto, toda a pesquisa busca responder à questão principal: Quais os significados da velhice para os agricultores familiares? Mais especificamente, a entrada do benefício previdenciário interfere nos significados da velhice entre os agricultores familiares idosos?

Com base nessa questão geral, quatro hipóteses são levantadas e norteiam a pesquisa:

1. O significado dado à velhice pelos agricultores familiares idosos é o mesmo existente no meio urbano, ou seja, aquele assumido pela gerontologia e pelo Estado, que definem a velhice a partir da capacidade do indivíduo para o trabalho, para a geração de renda.

Dessa forma, a extensão dos direitos previdenciários na área rural teria, assim como nos espaços urbanos e microurbanos, elevado a condição social do idoso beneficiário, dada a importância que essa renda assume para a subsistência das famílias e da agricultura familiar.

2. O fato de a família rural ter suas raízes assentadas na propriedade patriarcal da terra possibilitaria ao idoso, mesmo em condições de impossibilidade de trabalho, gerenciar a produção agrícola e a distribuição dos recursos financeiros e do trabalho na família.

Nesse caso, o recurso financeiro advindo do benefício previdenciário estaria assegurando a manutenção do poder do idoso na família uma vez que é ele, independentemente das suas condições físicas, quem continua desempenhando o papel de administrador e financiador da produção e do grupo familiar.

3. Na sociedade capitalista, a categoria trabalho serve como um demarcador da entrada no mundo da velhice. Ser velho significa estar excluído do mundo do trabalho e da produção. No contexto da agricultura familiar, o trabalho também é considerado um marco na definição do "ser velho". Contudo, existe uma redefinição de atribuições, de atividades dentro do mundo do trabalho e não a exclusão.

4. Estudos com idosos da classe média urbana concluem que homens e mulheres elaboram representações diferentes da velhice. Enquanto para os homens a velhice é um momento de recolhimento, para as mulheres é sinônimo de liberdade.

Considerando que, no caso da agricultura familiar, em geral, a divisão do trabalho, por sexo e idade, estabelece que a gerência da propriedade e dos recursos financeiros advindos da venda da produção estão sob a responsabilidade do homem, a disponibilidade de recurso financeiro (benefício previdenciário) sob o controle, pela primeira vez, da mulher agricultora interfere na condição social da mulher idosa no meio rural.

2.1.2. Localização e Universo da Pesquisa

Na procura por responder à questão central deste trabalho – quais os significados da velhice para os agricultores familiares idosos? –, deliberou-se sobre a necessidade de realização de um estudo qualitativo[7] envolvendo os agricultores inseridos tanto no regime geral da previdência quanto no regime da agricultura familiar. Para tanto, optou-se pela realização dessa pesquisa no município de Colombo, situado na Região Metropolitana de Curitiba – RMC, no Estado do Paraná[8].

A história de Colombo está intimamente relacionada com a história da imigração européia, mais especificamente a italiana para o Estado do Paraná. Esse processo, ocorrido entre o final do século XIX e o início do século XX, tinha por objetivo modernizar as

[7] "Analisar as populações rurais por meio dos números referentes à mobilidade, produção, área das propriedades, posição no quadro nacional sob estes vários aspectos, é tarefa excelente, cabível sobretudo ao demógrafo e ao economista. O sociólogo, porém, não pode satisfazer-se neste nível. Desce então ao pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias; daí o apego ao qualitativo,..." (CÂNDIDO, 1982, p.19).

[8] A escolha desse município se deu por entender-se que ele mantém características próprias da agricultura familiar, está inserido no universo de pesquisa do grupo de estudos sobre o rural, existente no Departamento de Ciências Sociais da UFPR, do qual o orientador e a autora deste trabalho fazem parte, bem como pela facilidade de acesso em decorrência da proximidade com o município de Curitiba.

relações de trabalho na agricultura e ocupar as áreas do entorno da capital da recém-criada Província do Paraná. (mapa 1)

Atualmente, Colombo destaca-se no conjunto da RMC como o terceiro município em número de habitantes, tendo registrado no Censo Demográfico de 2000 uma população total de 183.329 habitantes; desse total, 95,44% reside na área urbana e 4,56%, na área rural. O município sobressai-se por apresentar, desde a década de 1970, taxas elevadas de crescimento populacional, mantendo no último período censitário um patamar de 5,09% ao ano, número bem superior à taxa de Curitiba (2,13% a.a.) e à média da RMC (3,17% a.a.).

Segundo dados do IPARDES (2002), Colombo, em 1999, ocupava o quinto lugar no total do Produto Interno Bruto da RMC, com 3,02% do total produzido, apresentando uma estrutura econômica em que o setor de serviços aparece em primeiro lugar (48,09%); a indústria vinha em seguida (42,58%), com a agropecuária em último lugar (9,32%). Destaca-se que, embora o setor agropecuário apareça com uma contribuição, proporcionalmente, menor na formação da renda, é responsável por uma expressiva produção de olerícolas, que se expande ano a ano, colocando o município como o principal produtor da RMC. A olericultura, cultivada de forma tradicional ou orgânica constitui a principal atividade dos agricultores familiares instalados no município, com 75,15% dos estabelecimentos rurais desenvolvendo essa atividade, segundo o Censo Agropecuário de 1995/1996.

A população idosa – acima de 60 anos – da área rural de Colombo representa 7,41% da população rural do município, perfazendo um total de 620 pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2000. A Superintendência Regional do Ministério da Previdência Social em Curitiba informou que em julho de 2003 pagou 2.061 benefícios rurais naquele município, perfazendo R$ 495.480,10. Essa diferença entre a população rural acima de 60 anos (considerada população idosa) e o número de benefícios pagos está relacionada, em parte, ao fato de as mulheres rurais receberem a aposentadoria a partir dos 55 anos e de existirem pessoas que recebem até dois benefícios (aposentadoria e pensão do cônjuge falecido). Outra possibilidade a ser considerada é a de existirem beneficiários rurais residindo na área urbana.

2.1.3. Geração e Tratamento das Informações

O trabalho de pesquisa foi organizado de forma a explorar fontes e referenciais, primários e secundários, que pudesse elucidar

a questão do envelhecimento da população brasileira e paranaense e, acima de tudo, esclarecer o significado social da velhice no meio rural.

Tendo em vista a intenção de relacionar o recebimento do benefício previdenciário com o significado da velhice e a existência de um banco de dados não explorado em nível estadual,[9] buscou-se realizar uma caracterização da população beneficiária da Previdência Social Rural do Paraná com base em questões selecionadas do questionário aplicado na pesquisa Ipea/Ipardes/Deser, em 1998.

Para o estudo de caso, foram realizadas 12 entrevistas com agricultores familiares com algum membro recebendo um ou mais benefícios da Previdência Social Rural[10]. Em sete dessas entrevistas, o cônjuge do entrevistado também era beneficiário e participou com opiniões próprias a respeito das questões levantadas. As comunidades rurais visitadas foram: Campestre, São João, Itajacuru, Sapopema, Prado e Roça Grande[11](mapa2).

Adotou-se como critério para a determinação da amostra aquele relatado por Moreira (2002), com base na pesquisa realizada por Miller,[12] de que as entrevistas devem ser realizadas até que nenhuma nova informação venha a emergir e todas as categorias temáticas estejam saturadas: "Este procedimento é recomendado por Glaser e Straus (1967)[13] na coleta e análise de dados qualitativos. Segundo os autores, a amostragem deve continuar até que o pesquisador conclua que novos casos não estão mais agregando informação nova. Atingiu-se, assim, a chamada saturação teórica dos dados" (MOREIRA, 2002, p.129).

---

[9] A pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural na Região Sul, realizada pelo Ipea/Ipardes/Deser, trabalhou os dados em nível regional. No Estado do Paraná foram aplicados 1.280 questionários em 64 municípios, dos quais Colombo não fez parte.

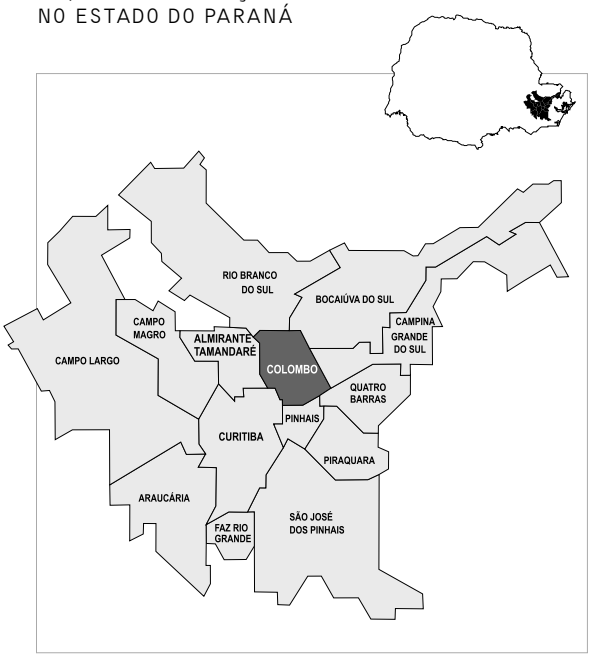
[10] Todo o trabalho de campo - contatos, aplicação de questionários e entrevistas - foi realizado nos meses de abril, novembro e dezembro de 2002 e fevereiro e março de 2003.

[11] Além desses contatos, foram realizadas entrevistas com uma representante da Pastoral do Idoso,um líder comunitário, membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Colombo e membro da Associação de Produtores Agrícolas de Colombo uma professora idosa já aposentada da Comunidade Colônia Faria; e um funcionário do escritório municipal da Emater - Colombo.

[12] MILLER, C. M. The lived experience of relapsing multiple sclerosis: a phenomenological study. Journal of Neuroscience Nursing. v. 29, n. 5, out. 1997, p.294-304.

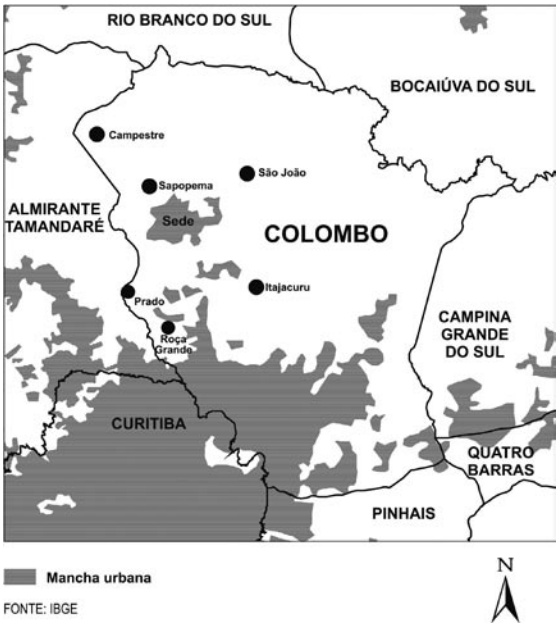
[13] GLASER, B.; STRAUSS, A. The discovery of grounded theory. Strategies for qualitative research. Nova York: Aldine de Gruyter, 1967.

Mapa 1: LOCALIZAÇÃO DE COLOMBO
NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: IPARDES

Mapa 2: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS
PESQUISADAS EM COLOMBO



FONTE: IBGE

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA NO MUNCÍPIO DE COLOMBO

Para este trabalho foram visitadas 12 pessoas idosas beneficiárias da previdência social rural inseridas no regime de agricultura familiar no município de Colombo, tendo sido aplicados 6 questionários para pessoas do sexo feminino e 6 para o sexo masculino. Desse total, 1 tinha entre 55 e 59 anos, 4 entre 60 e 69 anos e 7 estavam na faixa etária de 70 a 79 anos.

Destaca-se que os 6 homens entrevistados eram casados, estando 2 deles na faixa etária de 60 a 69 anos e 4 entre 70 e 79 anos. Com relação às mulheres, essa realidade é mais disforme, tendo em vista que 4 delas eram casadas, 1 viúva e 1 solteira. No que diz respeito à idade: 1 delas estava na faixa etária entre 55 e 59 anos; 2 entre 60 e 69 anos e 3 na faixa etária entre 70 e 79 anos. Essa maior proporção de mulheres vivendo sozinhas está relacionada com a tendência de feminilização da velhice no país.

> A tendência de as mulheres idosas viverem sozinhas (sem companheiros) deve-se não apenas ao ciclo mais longo de vida das mulheres, como também ao fato de os homens serem muito mais propensos ao recasamento. Além disso, os homens geralmente se casam com mulheres mais jovens, o que reforça a inclinação em curso de, na velhice, haver mais mulheres vivendo sem companheiros (SILVA, 2000, p.117).

Com relação ao tipo de benefício recebido pelos entrevistados, observou-se que todos os homens recebem como benefício principal a aposentadoria por idade, enquanto no caso das mulheres aparecem 5 recebendo, como benefício principal, a aposentadoria por idade, e 1 delas, a renda mensal vitalícia[14]. Existe, ainda, uma mulher recebendo, como benefício secundário, o benefício pensão por morte.

Do total de entrevistados, cinco deles se declararam responsáveis pelo domicílio. No caso das duas mulheres que declararam chefiar o domicílio, uma morava só e a outra tinha o marido muito doente.

A análise do impacto do benefício nas relações familiares pressupõe a análise dos impactos do recebimento do benefício previdenciário na renda dessas famílias de agricultores. Nesse sentido, constata-se que o grau de cobertura do benefício no

[14] É importante destacar que essa pessoa, embora tenha sido agricultora por toda vida, não conseguiu comprovar atividade frente à Previdência Social, pois nunca comercializou seus produtos. A área em que vive e sempre viveu era de propriedade de seu pai e foi herdada pelo seu irmão. Devido ao fato de não ter casado, continuou vivendo ali, mas sem direito à propriedade da terra. Com a morte do irmão, a terra passou para sua cunhada e sobrinhos. Continua cultivando e criando alguns animais para consumo próprio.

grupo pesquisado no município de Colombo é de 1,05 benefício da Previdência Rural por pessoa beneficiária e de 1,75 benefício por domicílio, com uma média de 3,2 pessoas residentes nos domicílios. Como foi declarado anteriormente, apenas uma das pessoas entrevistadas recebia mais de um benefício; contudo, em 8 dos 12 domicílios pesquisados o cônjuge também era beneficiário da Previdência Rural. Caso se agregue a esse total o número de pessoas que recebem outros benefícios sociais (uma aposentadoria urbana e uma bolsa escola), essa relação passa para 1,92 benefício social por domicílio, enquanto a relação por pessoa permanece inalterada.

Na análise da renda familiar dos entrevistados em Colombo constatou-se uma renda média de R$ 712,92 (no período da pesquisa), ou seja, 3,6 salários mínimos. A participação dos benefícios previdenciários rurais na formação dessa renda é de quase 50%. Esses números estão relacionados à existência em oito dos domicílios pesquisados de mais de uma pessoa recebendo benefício rural.

Constata-se, também, que do total de 38 pessoas residindo no mesmo domicílio dos idosos entrevistados, cinco delas são crianças menores de 10 anos de idade e sem fonte de rendimentos.

No que concerne à composição da renda familiar e à participação do benefício da previdência social rural na sua composição, observa-se a importância deste em todas as faixas de renda. Destacam-se, no entanto, as famílias com renda de até 5 salários mínimos: 10 das 12 famílias visitadas. Entre essas famílias, aquelas dos dois primeiros extratos, ou seja, três delas, têm o benefício como única fonte de renda. Essa realidade, ao ser comparada com os dados relativos ao Paraná, demonstra que a dependência do benefício é bem maior entre o grupo de agricultores entrevistados em Colombo, uma vez que para o total do Estado observou-se que apenas 14,5% dependem exclusivamente do benefício previdenciário para compor a renda familiar.

É comum em Colombo, assim como no restante do Estado do Paraná a utilização do benefício previdenciário para a manutenção de familiares que não residem no mesmo domicílio que o beneficiário. Dentre as 12 famílias entrevistadas, 10 praticam alguma forma de ajuda. Nesse total, a forma de ajuda mais recorrente é a ajuda em espécie (6), prestação de serviços (4) e ajuda para pessoa doente ou carente (1).

No caso da ajuda em espécie, os produtos doados são basicamente aqueles de primeira necessidade: alimentos, material

de higiene e limpeza, vestuário e calçados, além de material escolar para os netos.

A percepção da inserção de pessoas idosas na comunidade pode ser verificada a partir dos dados relativos à participação de algum dos seus membros em grupos e associações locais. Nesse item constatou-se que, assim como no restante do Estado, onde 33% dos entrevistados declaram não pertencer a nenhum tipo de associação ou grupo informal, apenas quatro dos 12 entrevistados em Colombo não tinham nenhum membro do grupo familiar participando de associações ou outro grupo formal.

Entre aqueles que declararam a participação de algum membro da família em grupos ou associações, ficou claro que a questão do destino da produção, no caso dos associados à associação de produtores rurais local (Associação de Produtores Agrícolas de Colombo - APAC) e do encaminhamento do recebimento do benefício previdenciário, no caso dos associados ao sindicato de trabalhadores rurais, são os serviços prestados os motivadores para tanto. A dificuldade de locomoção e o trabalho intenso na horticultura não possibilitam nem animam os entrevistados a participarem de atividades recreativas ou de formação.

Quanto à participação em grupos de terceira idade, é clara a falta de informação sobre as atividades ali desenvolvidas, bem como um certo descaso. Quando perguntados sobre o conhecimento ou a participação em grupos de terceira idade, a resposta mais comum foi:

> Eu não participo. Maîs aqui em Colombo nóis tem. Até que tem, maîs eu nunca fui. Seria bom da gente í, mas eu não sei. Dando de saí eu saio, maîs às vezes eu gosto mais de ficá em casa durante a semana. Dando eu vô numa novena... Mas senão eu me ocupo em casa (Entrevistada 7 - mulher - 62 anos).

Todos os estabelecimentos rurais visitados estavam ativos no momento das entrevistas. Em nove deles, a responsabilidade por aqueles era de uma ou mais pessoas residentes no domicílio do entrevistado. Nos outros três casos, dois estabelecimentos eram dirigidos por filhos dos entrevistados e um, pelos sobrinhos, todos residentes no estabelecimento, mas em outros domicílios.

Em todos os casos, observou-se que a convivência dos idosos com os parentes, mais especificamente com os filhos, é muito intensa. A horticultura, praticada em todos os estabelecimentos, possibilita o cultivo de áreas menores pelos filhos casados ou,

ainda, a subdivisão dos terrenos dos pais. São criadas, dessa forma, famílias do tipo extensa,[15] em que à família nuclear – pai, mãe e filhos – originária são agregadas outras famílias conjugais ligadas entre si por laços de parentesco. Essas famílias extensas apresentam ambigüidades, também reveladas pela literatura sobre famílias rurais, cujas relações familiares, que *a priori* são premissas culturais para o comportamento social, acabam assumindo caráter econômico, na busca por superar a escassez de terras ou de braços para o trabalho.

> ... A maneira mais corrente nos estudos mais recentes é que as unidades técnicas com famílias extensas são conseqüência da escassez de terra. Não são exatamente um axioma cultural, mas resultado de estratégias ligadas à questão fundiária. Assim, as famílias extensas ramificadas são incorporadas numa unidade técnica com a repartição de terra (limitada) entre filhos durante a vida do pai ou depois de sua morte; elas surgem porque a neolocalidade residencial não é acompanhada por neolocalidade de área de cultivo; porque não há para onde ir. (...) Outra maneira de pensar a situação, menos focalizada, é que unidades técnicas compostas de vários grupos domésticos aparentados são conseqüência não da escassez de terra, mas da escassez de braços. Esses agrupamentos capitalizariam laços já formados na forma de equipes de trabalho, parceiros de troca, e cônjuges potenciais (ALMEIDA, 1986, p.70).

No caso de Colombo, observou-se que a unidade de produção e consumo é o estabelecimento rural, mesmo que ele tenha sido divido juridicamente entre os filhos. A existência de mais de uma moradia não impede que o trabalho, quando existem condições físicas, seja partilhado, assim como seus frutos e as despesas. A manutenção, principalmente, pelo patriarca idoso, do comando das atividades produtivas é uma forma de não deixá-lo completamente de fora da dinâmica do mundo familiar, composta, sobretudo, pelo trabalho. Além disso, é ele que com os recursos da previdência banca em sete das 12 famílias entrevistadas parte do custeio das atividades produtivas. É bom recordar, também, que 49,1% da renda familiar é oriunda dos benefícios previdenciários, e que 83,3% dos entrevistados declaram ter ajudado filhos e netos que residem em outros domicílios com produtos básicos e material escolar.

> A gente ajuda. Você veja, o filho mais velho do Roque (filho do entrevistado) já tá na primeira série do segundo grau e tem as duas menina que tão fazendo o ginásio, daí tem muito gasto. A gente, agora que é começo de ano, tem que ajudá porque pra ele tinha que comprá livro, elas ainda usa aqueles da escola, mais pra ele tinha que comprá. E tem que pegá ônibus,

[15] "A noção de família (de tipo) extensa envolve um tipo de ambigüidade semelhante à encontrada no caso da família conjugal. De um lado, subentende-se a idéia de uma unidade técnica comum que aqui é mais que uma casa: um lote de terra, reciprocidade, cooperação econômica; mais residências separadas e áreas distintas de cultivo (Woortmann, 1984; Seyferth, 1985; Moura, 1978). De outro lado, designa um conjunto de duas ou mais famílias conjugais vinculadas por laços de parentesco" (ALMEIDA, 1986, p.69).

comprá uniforme... Então, a gente que tem esse dinhero certo. Daí ajuda (Esposa do entrevistado 9 - mulher - 72 anos).

Analisando a situação ocupacional das 33 pessoas acima de 10 anos residentes no domicílio dos entrevistados, constatou-se que 23 delas encontravam-se ocupadas. As 10 pessoas consideradas desocupadas eram todas idosas, com idade variando entre 62 e 79 anos. Nesse grupo, apenas dois são homens e se encontravam doentes. As oito mulheres, apesar de não trabalharem mais na lavoura, desempenhavam atividades domésticas, sendo que, além dessas atividades, duas delas cuidam dos netos, e outras duas, dos maridos adoentados.

No que diz respeito às pessoas ocupadas que auferem rendimentos pelo desempenho do seu trabalho, é nítido o predomínio das pessoas alocadas na agropecuária, 19 das 23 ocupadas, mais especificamente na horticultura e, em poucos casos, na produção da uva.

Como foi salientado anteriormente, além das pessoas residentes no domicílio do entrevistado, existem, em nove dos casos visitados, outras famílias trabalhando ou apenas vivendo na mesma unidade de produção, mas residindo em domicílio separado. Essa situação eleva o número de pessoas dependentes da renda obtida no estabelecimento rural de 38 para 78 pessoas.

Em três famílias constatou-se a existência de outros filhos residindo nas imediações que realizam atividades independentes, mas que mantêm laços de convivência e ajuda mútua com as famílias extensas entrevistadas.

Do total de 40 pessoas residindo em outros domicílios, no mesmo estabelecimento do entrevistado, 26 têm acima de 10 anos e encontram-se ocupadas. Se no caso das pessoas residentes no mesmo domicílio do entrevistado o número de pessoas trabalhando em outros ramos de atividade, que não a agropecuária, é de apenas quatro (17,4%), entre aquelas que residem em outros domicílios esse número passa para 9 (34,6%), com predomínio para o ramo serviços, com quatro pessoas ocupadas em atividades relacionadas aos serviços doméstico e público.[16]

[16] A utilização de distintas estratégias e ações, pelas famílias de agricultores rurais, que "...vão desde a opção por empregos que oferecem melhores rendimentos até ocupações que sejam menos penosas ou que indiquem a segurança de uma aposentadoria no futuro", têm sido estudadas pela economia e pela sociologia rural sob o título de pluriatividade na agricultura. Para SCHNEIDER (2003) "...a emergência da pluriatividade está fortemente relacionada à dinâmica das economias locais, particularmente das características do mercado de trabalho de atividades não agrícolas existentes em determinado território". O autor trabalha com a compreensão de que a pluriatividade é "...uma estratégia deliberada de indivíduos e famílias que buscam viabilizar formas de garantir sua reprodução social" e está intimamente relacionada aos diferentes momentos do ciclo demográfico familiar (SCHNEIDER, 2003, p.233).

Muito embora exista, entre essas famílias, um número considerável de pessoas ocupadas trabalhando na agricultura – 17 das 26 pessoas ocupadas –, é visível a busca pela obtenção de outras rendas e outras ocupações que não a agricultura como alternativa de renda e de futuro. Quando se pergunta sobre o futuro da agricultura e da inserção de seus filhos e netos nessa atividade, as respostas mais freqüentes são:

> Ah meu Deus do céu!!! Quanta gente que desistiu!!! Desistiu por causa que acha que não... É aquela coisa, quando uma mercadoria tá bom o preço dá aquele ânimo, naquela semana no caso né. Senão, deixa a desejá. Por isso que eles (os netos) estão estudando. Eles dizem, nona!!! E os pais também dizem: Estudem, porque na enxada ninguém se cria. Eles sabem disso. A hora que o preço tá bom, tá bom. Mas a hora que cai, não dá. Fazê o quê? E quando perde... E perde serviço e perde o que pôs, tudo... A gente tem que se conformá. Porque, vai fazê o quê? A gente que tá nessa... Mas que não tá dando mais, não tá. Tem que tá sempre empatando. Quem tem um lucrinho que tá guardado, aquele, tudo bem. Mas olhe que dizê que se for pra agricultura dá dinheiro. É só aqueles bem grandão que têm meeiro, que têm bastante pra dá alguma coisa. Mas senão...Pra vivê da agricultura não tá fácil (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

Retomando a questão da importância do benefício para a manutenção das famílias e da agricultura familiar, constata-se, pelas entrevistas, que o recurso da previdência social, muito embora seja de baixo valor – 1 salário mínimo –, tem servido, se não à melhoria, à manutenção das condições de sobrevivência dessa população. Apesar de grande parte do dinheiro recebido ser consumida com medicação –, necessidade constante nessa etapa da vida, agravada pelo tipo de atividade exercida –, é clara a importância deste, mesmo que de forma indireta, para a manutenção dessas famílias na área rural e na atividade produtiva.

> Não, pra isso não (manter a atividade agrícola). Serve pro alimento em casa, assim. O que a gente ganha serve pra alimentação da gente. Mas só isso não chegaria, não. Porque no caso o milho, e o que precisa compra semente, essas coisa. Daí ele vai guardando o que sobra e quando dé, né. A gente gasta pra alimentação assim, que nem, a gente paga luz, água, telefone, gás, então, até que daria muito bem. E daí compra o que precisa prá agricultura, que nem adubo, estrume... Ma se fosse pra pagá um trator pra ará, pra isso não daria (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

> Usá o salário da previdência direto assim prá manter a lavoura, não. Maîs dá um reforço. Ah, esse dinheiro é um grande reforço. A gente pode pagá a luz e o telefone, comprá remédios e ajudá os filho e neto, sem mexê no dinheiro da lavoura. As veis serve prá comprá semente. É poco. Mas ajuda bastante (Entrevista - 9 - homem - 68 anos).

O que se observa é que não existe uma separação entre o recurso da previdência e aquele auferido com a venda da produção. A entrada de uma renda fixa e constante no "caixa familiar" possibilita que as despesas domésticas e pessoais fixas e eventuais sejam bancadas, oportunizando que o excedente da venda da produção seja reinvestido na agricultura. Mesmo aqueles entrevistados que declararam não utilizar o benefício previdenciário na manutenção da atividade agrícola têm claro que, caso não tivessem acesso ao benefício, teriam suas atividades prejudicadas.

Biolchi e Schneider (2002), em estudo realizado em dois municípios do Rio Grande do Sul, chegam à mesma conclusão:

> ...a renda das aposentadorias e pensões soma-se, em geral, a outras fontes de renda domiciliar, existindo assim um 'caixa único' na composição da renda familiar total. De certa forma, a existência desse 'caixa único' dificulta a distinção entre a parte do benefício que realmente ajuda no custeio das atividades produtivas familiares e aquela destinada a outras finalidades. Além disso, a produção para autoconsumo muitas vezes não é reconhecida pelas famílias como atividade rural produtiva (BIOLCHI; SCHNEIDER, 2002, p.8).

Naquele caso, demonstrou-se também que o destino dado aos recursos da previdência depende das características da agricultura familiar de cada município. Isso talvez explique a diferença na utilização do benefício para manutenção da atividade produtiva entre as famílias. Unidades produtivas melhor estruturadas, onde existe uma produção para autoconsumo e melhores condições de saúde dos membros, possibilita o emprego do recurso de forma direta para outros fins. Já para aquelas em maior dificuldade serve de suporte para as despesas domésticas, integrando o rol de estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias rurais.

> A gente até usa o dinheiro da aposentadoria pra comprá semente, adubo, farelo pras vacas, sim. Meu marido precisa até tirá dinheiro. A gente tem boa produção, vende tudo. Maîs vai muito veneno. Tem muito bicho, vai comendo tudo, né. Tudo que ganha já vai gastando, né. A gente não chega a tirá mais ou menos cento e poco por mês (da venda da produção). E tem que trabalhá. Prantá. E depois o que robam!!. Meu marido feiz 5 quarta de roça. Levaram quase tudo, o milho. Estragaram.. (Entrevista 11 - mulher - 71 anos).

Analisando os dados relativos às características das moradias dos idosos entrevistados em Colombo, observou-se que, além de possibilitar a manutenção da economia doméstica e, em alguns casos, da produção agrícola, o benefício oportuniza que as moradias sejam mantidas em bom estado de conservação.

Levando-se em conta o critério de adequação[17] de residência elaborado pelo IBGE, que considera inadequados os domicílios onde a densidade de moradores é superior a três pessoas por cômodo utilizado como dormitório, destaca-se que as famílias entrevistadas em Colombo vivem em condições consideradas adequadas. Os dados da pesquisa demonstraram que em 11 domicílios a densidade de moradores por cômodo utilizado como dormitório é igual ou inferior a 1, enquanto em uma moradia a densidade é igual 2.

Utilizando-se dos critérios de adequação dos domicílios desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro (2001),[18] quanto aos serviços de água, energia e saneamento, observa-se que os domicílios visitados em Colombo podem ser considerados adequados no que diz respeito ao item eletricidade, uma vez que todos encontram-se ligados à rede geral de energia.

No que diz respeito ao item saneamento básico, tem-se que nove moradias encontram-se em condições adequadas, uma vez que se utilizam de fossa séptica. Se comparado aos dados recolhidos para o Estado do Paraná, as residências dos entrevistados de Colombo apresentam um total de adequação de 75% contra 56% do Paraná nesse item. Destaca-se que a moradia com maior densidade de moradores – oito pessoas – não apresenta unidade sanitária de qualquer tipo.

Quando se analisa o item abastecimento de água, percebe-se que a maioria das famílias utiliza água proveniente de poços. Seguindo o critério da Fundação João Pinheiro, conclui-se que apenas cinco dos entrevistados encontram-se com suas moradias em condições de adequação nesse item. Contudo, é necessário destacar que todos os domicílios encontram-se na área rural onde, tradicionalmente, o serviço de distribuição de água inexiste. No caso de Colombo, deve-se se levar em conta que o município se encontra sobre um aqüífero, e mesmo onde existe a possibilidade de água tratada, os habitantes optam pela perfuração de poços.

Dessa forma, e tendo em vista que o critério de avaliação ligação à rede geral de água é um critério voltado à realidade urbana, optou-se por analisar o item canalização da água para dentro do domicílio considerando que existem indícios de que o cumprimento dessa condição em pelo menos um cômodo da residência traduz-se em melhoria das condições sócio-sanitárias das famílias, principalmente

[17] A definição da adequação ou não do domicílio tem como fim investigar a qualidade de vida dos moradores com base nos critérios estabelecidos.

[18] A Fundação João Pinheiro (órgão de pesquisa e assessoria socioeconômica subordinado à Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Minas Gerais) considera carente o domicílio que não conta com um ou mais dos seguintes serviços: energia elétrica; rede geral de abastecimento de água com canalização interna; rede coletora de esgoto pluvial, ou fossa séptica, ligada ou não à rede coletora de esgoto ou pluvial; lixo coletado direta ou indiretamente; existência de unidade sanitária. Lembrando que existe sempre a possibilidade de um mesmo domicílio estar enquadrado em mais de uma categoria.

no que diz respeito às doenças infectocontagiosas (IPARDES, 2003, p.39). Constatou-se que, nesse item, todas as famílias visitadas possuíam canalização interna da água em pelo menos um cômodo.

Quando se comparam os dados relativos ao acesso a serviços de infra-estrutura e bens de consumo duráveis entre os entrevistados no Paraná e no município de Colombo, percebe-se que para os últimos as condições são mais satisfatórias, principalmente em itens como geladeira e freezer (conservação de alimentos) e televisão e rádio (meios de comunicação).

4. A VELHICE NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Siqueira e Ribeiro (2000, p.5) levantam a hipótese de que as representações da velhice no meio rural podem ser distintas daquelas do meio urbano. Isso por considerarem que o rural apresenta um sistema de organização social que mantém um universo de representações simbólicas particulares (históricas, sociais, culturais e ecológicas) e regionalizadas, ou seja, que o meio rural possui elementos próprios "...presentes nas formas de organização da família, nos mecanismos de subsistência e de organização do trabalho, nas formas de interação social e na relação com a natureza. E, considerados em seu conjunto, nos levam a crer que no contexto rural as representações da velhice são distintas do contexto urbano" (SIQUEIRA; RIBEIRO, 2000, p.6).

Essas autoras destacam, ainda, que no caso da agricultura familiar "não integrada à modernização do processo produtivo", onde a mão-de-obra é familiar, a participação no trabalho da lavoura obedece a critérios de saúde dos indivíduos e não a critérios de idade, o que também seria uma justificativa para o entendimento de que o meio rural elabora representações diferenciadas acerca da velhice.

Contudo, buscando negar as representações da velhice formuladas por gerontólogos e geriatras, que, segundo Haddad (1986, p.41), são os ideólogos ativos da classe dominante dentro da ordem capitalista ao considerarem o trabalho a melhor terapia para a velhice, Siqueira e Ribeiro acabam utilizando-se do mesmo expediente, categoria trabalho, ou possibilidade de desenvolver o trabalho, e reforçando a idéia de que o "modo capitalista de pensar" também invade o campo e a agricultura familiar, reproduzindo "a ideologia da velhice". Em outros termos, somente sendo produtivo, gerando renda, o velho pode ser reconhecido como participante do grupo familiar, e que, portanto, também busca seguir a base do receituário médico para um envelhecimento feliz.

A teoria da renda fundiária (MARX, 1974) destaca que o valor (a renda da terra) é dado (produzido) somente pelo trabalho colocado sobre a terra. O que gera a renda é o trabalho despendido. Apesar de ser um produtor de mercadorias (um produtor simples) o pequeno produtor utiliza a terra como um meio de subsistência (reprodução simples), não conseguindo reproduzir-se de forma ampliada, pois não usufrui do preço real da mercadoria (que contém o trabalho incorporado).

O fato de a pequena produção usufruir apenas da renda diferencial, dada pela qualidade do solo e pela quantidade de mão-de-obra familiar despendida, uma vez que não possui capital para implantação de novas tecnologias, faz com que a disponibilidade e a força para o trabalho agrícola sejam consideradas indispensáveis para a realização do valor necessário à subsistência e, em casos raros, do valor excedente (reprodução ampliada). Dessa forma, pode-se considerar que no meio rural, assim como no urbano, o critério que define o limite entre a juventude e a velhice é a capacidade ou não para o trabalho. Dentro dessa linha de raciocínio, a representação da velhice no meio rural, na sociedade capitalista, é dada a partir da incapacidade da pessoa para a produção, destacando o idoso como dependente da família e do Estado.

Contudo, é importante destacar aqui que entre os agricultores familiares brasileiros observa-se que a divisão do trabalho dentro da propriedade permite que novas atribuições sejam dadas aos mais velhos, sem que estes deixem de contribuir para o desenvolvimento da economia do estabelecimento rural. Sendo assim, não seria o "não trabalho" que determinaria a importância do idoso dentro da família e sim a redefinição de tarefas. Nesse sentido, Rasia (1987a), em seu trabalho com pequenos agricultores do Rio Grande do Sul, destaca que essa redefinição de tarefas, além de atender a uma necessidade física do idoso, é importante dentro do processo de reprodução familiar, servindo também de exemplo para os jovens, fazendo com que os velhos se sintam úteis no contexto da família.

> As velhas participam do trabalho doméstico, e nesse sentido contribuem para a realização das tarefas ou do "serviço de casa" fazendo a comida e tomando conta das crianças. Muitas vezes são elas também responsáveis pela horta, pelos cuidados com as aves e demais animais: (...)
>
> A inserção dos velhos no processo de trabalho é um pouco diferente quando se trata do homem. Em geral, ele ajuda a cuidar da criação, do pomar, do parreiral e principalmente da confecção dos cestos de vime usados na colheita da uva, da fabricação das pipas e do próprio vinho. (...)
>
> Em todas as famílias que ainda possuem seus velhos em casa, o trabalho destes é valorizado. Esta valorização muitas vezes simbólica tem a função de fazer com que os velhos se sintam integrados às atividades da família (RASIA, 1987a, p.53-54).

4.1. A VELHICE PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES IDOSOS DE COLOMBO

Esta sessão tem por finalidade responder à questão central da pesquisa, ou seja, definir os significados da velhice para os agricultores familiares do município de Colombo, Paraná, mais especificamente se a entrada do benefício previdenciário interfere na elaboração desses significados.

Para tanto, será considerado o princípio descrito por Debert (1999, p.93), de que a classe social, a etnicidade e os arranjos de moradia dariam dimensões específicas ao envelhecimento e que, por essa razão, é impossível falar de velhice sem especificar os grupos aos quais estamos nos referindo. Dessa forma, nesta sessão serão relatados e analisados aspectos característicos da população idosa investigada, considerando suas especificidades como agricultores familiares, descendentes de imigrantes europeus (italianos e poloneses) que compartilham o dia-a-dia com seus familiares, tendo em torno de si uma família do tipo extensa.

O município de Colombo, principalmente as comunidades mais tradicionais que vieram a formar no século XIX esta localidade, apesar da proximidade com o centro urbano, representado pela Capital do Estado e pela intensa urbanização da porção sul do município, conseguiu manter seu modo de vida local. Essa manutenção é resultante da manipulação do "patrimônio sociocultural" pelas comunidades rurais no decorrer do processo de assimilação pela sociedade global.

É fato que nem mesmo o sistema agrícola presente na maioria dos estabelecimentos – cultivo intensivo de hortaliças, que demanda mão-de-obra em dedicação exclusiva, implementação de tecnologia e sofre com um mercado de preços muito oscilante – inviabilizou a conservação de alguns modos de regulação social, de sistemas de valores e de formas de sociabilidade que, pelo menos entre os idosos, permitiram, até o momento, a manutenção da interdependência entre propriedade, trabalho e família – bases da produção familiar. Ao contrário, em muitos casos, foram justamente as especificidades da produção de hortaliças,[19] como a utilização de pequenas áreas para a produção, que reforçaram os laços e as estratégias de sobrevivência da cultura local.

> Esse filho que está morando aqui comigo morava antes aqui do lado. Porque aí desmancharam a casa. A casa já era antiga. Até ele vivia com a minha sogra, daí ele comprô, porque a minha sogra viveu com ele. Aí

[19] A horticultura foi um dos sistemas de produção implantados pelos colonos fundadores do município de Colombo, juntamente com a produção de frutas, o sistema de produção milho e feijão e a extração da bracatinga para lenha. Entre as décadas de 1950 e 1960 a horticultura transformou-se no principal sistema de produção do município.

> ela foi embora e ele ficou morando com a esposa. Aí ela (esposa) resolveu ir embora, faz três anos, aí ela resolveu de i embora, aí fazê o quê? Veio mora com nóis, né. Daí ele, como sempre trabalhava com nóis no mesmo terreno, veio morá com nóis. [E a produção, ele vendia separado?]. Não, vendia junto. [Então ele sempre trabalhou com vocês?]. Sim. É companheiro de sempre, de serviço, de tudo né (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

Esse "companheirismo", relatado na entrevista acima, além de estratégico à produção e comercialização, está relacionado com o modo de vida local, típico das famílias descendentes dos fundadores do município, que, mesmo sem admitir, mantêm o filho mais jovem, do sexo masculino, na responsabilidade pelos pais idosos, possibilitando, ao mesmo tempo, que a terra seja mantida como meio de vida e de identidade social do agricultor.

> Quatro filho moram aqui. Um aqui e três ali pra cima. E uma filha mora lá pra baixo (...). E a outra mora na Itapixininga. E a outra mora em Colombo (sede). (...) Os homens trabalham na agricultura. Menos as duas. Aquela que mora em Colombo e aquela que mora em Itapixininga. E essa daqui trabalha aqui e um pouco de diarista. Maîs toda vida elas trabalharam na roça, até casá. (...) Esse filho aqui (presente na entrevista) ele mora lá pra cima. E o nenen mora aqui do lado. [Pergunta: É sempre assim? É tradição o mais novo ficar com os pais?]. Antigamente era. Ele ficô um tempo, maîs daí a nora não enquadrô-se com... (apontando para o esposo). Invés de se enquadrá comigo, se enquadrô com o sogro (irônica). Mais ele mora aqui do lado. [Antigamente, me parece que nas famílias italianas era o mais novo que ficava sempre com os pais.] É, o mais novo que tomavam conta... Era da tradição. (...) Daí ficava com a casa pra ele. (...) A terra era divida como é agora. [Mas daí só para os homens?] Pras mulheres também. (...) Meu falecido pai distribuiu. A parte da minha falecida mãe ficô pras filha (em dinheiro). Cada uma já tinham a sua parte, né. Os filho ficô então com a terra, nóis concordemo, né. Se não concorda o pai não pode dá. (...) Agora, assim na família da gente era repartido igual. Eu soube de outras família de fora que as filha não recebia nada. Pegava o enxoval e saia (Entrevista 2 - mulher - 75 anos).

Como é possível observar na fala anterior, embora esse aspecto sofra alterações conforme a família, é ele que possibilita a integração entre os diversos membros do grupo familiar ampliado que se relaciona no trabalho, nas estratégias de sobrevivência (ajuda financeira e pluriatividade) ou no cuidado dos netos e dos idosos.

> Antigamente o serviço era a roça e a casa. Agora a gente cuida mais da criação (animais) e dos netos. Tem que ficá porque tem uma nora que trabalha de tarde e ele (filho) de noite. Às veis ele é de noite, às veis ela. E ele (neto) fica aqui comigo. Aquele (neto) que tá permanente, fica sempre comigo, agora esse fica um dia sim, um dia não. (...) Eu já acostumei. Quando era pequeno era mais difícil, eles não gostavam de ficá, né. Agora ficam. Ficam aqui comigo que nem se eu fosse uma mãe.

> Como se eu tivesse criado eles. Então agora tudo acostumemo. Até é gostoso, né (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

> Ah, é bom morá perto dos filho. Eu tava com tanta dor, já me acudiram. Eu, graças a Deus sô bem cuidada... Que tem gente que não... (Entrevista 11 - mulher - 71 anos)

O fato de a aposentadoria não significar afastamento do idoso do mundo do trabalho no meio rural, ao contrário do que acontece no meio urbano, não leva os idosos entrevistados a relacioná-la diretamente com a velhice.

Os trabalhadores urbanos, segundo Haddad (1986), vivendo sob a ideologia da velhice, impregnada das relações capitalistas de produção, são condenados à condição de mercadoria e, assim, vêem na aposentadoria a improdutividade, a velhice. O afastamento do mundo do trabalho, do espaço público, a impossibilidade de vender sua mão-de-obra, transforma-o em velho. Essa idéia é ainda mais forte entre os homens.

> Quando chamados a falar sobre o que é uma boa experiência de envelhecimento, a tendência geral dos homens é mostrar que, em determinado momento de suas vidas, optaram pela aposentadoria ou pelo abandono de uma atividade profissional. Tendem a considerar que é sábio, a certa altura de sua vida e a partir de certa idade, abandonar o trabalho. Racionalmente, julgam que agora devem aproveitar o tempo de vida que lhes resta. Isto seria também prova de ausência de egoísmo, de ganância, etc. No transcorrer da entrevista, contudo, a maioria deles acabou relatando que gasta boa parte de seu tempo indo ao antigo local de trabalho, conversar com ex-colegas (DEBERT, 1988a, p.65).

Para as mulheres de classe média urbana, segundo Debert (1988a), a aposentadoria é, em muitos casos, considerada como liberação de uma das muitas jornadas de trabalho e a possibilidade de viver outras esferas. "Poder fazer o trabalho doméstico é ser independente, o que é visto como a própria antítese da velhice. Essa relação fica mais clara quando as entrevistadas comparam o avanço da idade para os dois sexos. Incapazes de fazer o trabalho doméstico, os homens seriam presas mais fáceis, segundo elas, de uma situação de dependência, envelhecendo prematuramente" (DEBERT, 1988 a, p.64).

Priorizando, aqui, a idéia da heterogeneidade na vivência da velhice, observa-se que no campo não existe a separação entre o espaço do trabalho e o da moradia; a aposentadoria não significa o afastamento do mundo do trabalho e não é sinônimo de velhice, mas de direito e de possibilidade de melhorar o orçamento doméstico.

> Eu tenho pensón e depois, na época, oitenta e oito teve aquela, como é? Oitenta e oito o que teve? [A constituição...] A constituição, que o lavrador

> tinha direito à aposentadoria também. A minha sobrinha foi ajudá a mãe a encaminhá a aposentadoria e aí ela veio me avisá. Disse: "a senhora pode". Tem gente que podia (financeiramente) mais do que eu e é aposentado. Não é robá, é lei, né, daí me aposentei. A minha aposentadoria é de noventa e um, a aposentadoria (...) Agora é difícil... Aqui... tinha a mãe de minha nora, ma lutô seis ano. Ia lá, levava tudo. Uma burocracia... Depois, a última vez que ela foi com a filha mais nova, que é solteira, foi lá e achô lá um homem que lidava com isso. Aí ele viu que tava aí todos os papéis e disse: "onde é que a senhora qué i recebê?" Tava tudo pronto! Mais aquela mulher penerô pra saí. Ela precisava, né. Gente da luta! Quem faiz é porque precisa. Não é por bonito. Não é pra aproveitá o dinheiro do governo. É porque tem direito. Trabalhô. Seis ano que ela podia tá ganhando. Tudo atrasado... E pra recebê os atrasado? Teve que entrá com processo... (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

Além de significar um direito, o benefício pode ser visto, por alguns, como sinônimo de liberdade e de autonomia em relação aos filhos:

> Agora, também, se não tinha a pensón ficava difícil. Ficava. Porque eu sô uma pessoa que, com tuda a sinceridade, eu dô um jeito de me virá suzinha, de não incomodá os filho. Ninguém. Eu sempre fui assim. Até veio um filho aí e achava: "A mãe teima". Teimo nada. Eu quero me defendê suzinha. Não sô teimosa, digo. Eu não quero incomodá. E eu, eu sô tímida. Pra isso, sim que sô (pedir dinheiro ou ajuda). Daí ia ficá difícil... (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

Para os agricultores idosos entrevistados é a doença, como salientam Siqueira e Ribeiro (2000), que leva o idoso a separar-se do mundo do trabalho e, conseqüentemente, decreta a entrada no mundo da velhice. O afastamento do trabalho braçal e mesmo a redução de atividades (as mais pesadas) estão relacionados com a entrada no mundo dos velhos, tanto para os homens quanto para as mulheres, como é possível verificar nos depoimentos a seguir, em resposta às perguntas "O que leva a pessoas a envelhecerem?" e "O senhor (a) se sente uma pessoa velha?".

> É a doença. É a doença. Porque eu, se não tivesse com esse problema da coluna, eu me sentiria bem, eu poderia tá carpindo, carpindo minha horta, plantando minha verdura. Mais eu não consigo, eu vô carpi um poquinho já me dereto. (...) A cabeça continua funcionando, só a gente fica um poco mais esquecida. A gente se preocupa muito com uma coisa, com outra. A gente acha que não pode trabalhá então a gente acha que já tá... [tom de estar tudo acabado] (Entrevista 2 - mulher - 75 anos).

> Não tenho força, mais não me considero. Eu não me entendo. Sabe o que eu penso, que eu vejo, esses doentes, meio paralisado. Porque o resto eu acho que se defende tudo. Eu vi uma mulher com cem anos, outro dia, que não comia quase doce, tudo comida natural. Sem óculos, lúcida. Vi uma com cento e trinta, faiz uns dois meses, ela cento e trinta, o filho

> mais velho cento e pouco e o neto mais velho com oitenta e pouco. Trêis geração... Sabei-me quantas geração tem ali (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

> Eu acho que uma pessoa tá velha quando ela não pode mais trabalhá. Aí ela já vai logo (Entrevista 9 - homem - 72 anos).

Mais surpreendente é a importância dada à doença no processo de envelhecimento, quando o idoso entrevistado avalia a condição do outro como velho. A fala a seguir é mais um exemplo de que a doença demarca a entrada no mundo da velhice, como, também, daquilo que Olievenstein (2001) chama de "mecanismo de proteção", que o indivíduo ativa contra as angústias do seu próprio envelhecimento quando reconhece o envelhecimento do outro.

> Aqui tem uma velhinha, pobre, pobre. Eu ajudo muito ela. Mas ela fica alegre, alegre. A lindeira aqui. Ela é lá de Cerro Azul. Então, ela é uma boa pessoa, até ela andô meio ruim, ela teve um ameaço. Ali ela planta tudo que é coisaradinha. Aí ela tava carpindo um dia, começô a dá um negócio, tipo uma paralisia, sabe? Paralisô um lado, pro lado direito. [Quantos anos ela tem?] Ela tem 49 anos. Paralisô o lado direito. Ficô cega, puxô as costas, o pescoço. Ela disse pra uma outra vizinha que mora ali: "O que será que tá me dando?... (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

Tendo em vista que o espaço local é permeado por outros universos culturais, observa-se que entre os entrevistados existem opiniões quanto ao envelhecimento ancoradas em princípios da geriatria e da gerontologia. Segundo esses princípios, a responsabilidade pelo envelhecimento cabe ao indivíduo, uma vez que está relacionada à escolha de um determinado estilo de vida e do envolvimento com atividades motivadoras.

> Sei lá, eu acho que o idoso, se ele soubé viver, o que fica velho é a cabeça da pessoa. Porque a idade vai chegando, mas se a gente soubé vivê e se cuidá, a pessoa não fica velha. Fica velha a mente se ela pensa: "Ah, tô velha, tô ficando ruim". Só que a gente tem que pensá que a gente tem que vivê, vivê bem, né. Que daí a cabeça da gente não fica fraquejando, pensando as coisa que deixa a gente com a cabeça ruim, né. É, porque a solidão quem passa é triste, né. Eu acho que tudo o que faiz é a cabeça. Tá certo, a terceira idade, que dizem né, é duída se a pessoa não se movimenta, não sai, não tem divertimento. Então ela fica naquela coisa. Vai ficando velho a cabeça por causa que ela não desocupa, né. Com a mente sempre cansada, sei lá. Eu acho. [E a senhora se sente uma pessoa idosa?] Eu me sinto idosa, mas eu acho que... eu gosto de tudo, até gosto de passeiá. Agora o meu marido fica mais em casa. Ele gosta de ficá em casa. O passeio dele seria, í mais vê as mata, assim. E, assim, num tanque de carpa. Agora, eu gostaria um dia de viajá de avião. Eu adoro muito... Nunca fui. Mas eu não gostaria de morrer sem viajá de avião (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

A debilidade do corpo é muito penosa para quem executa o trabalho na lavoura. A região onde está localizado o município de Colombo tem clima muito úmido e um inverno bastante rigoroso. No entanto, as hortaliças necessitam receber tratos culturais ou serem colhidas, independentemente das condições climáticas. Segundo a coordenadora da Pastoral do Idoso do município de Colombo, também horticultora, esse trabalho fatigante leva à deterioração da saúde, com grande incidência de doenças reumáticas, do aparelho respiratório e da coluna entre os agricultores do município. Dados do Ministério da Saúde para o ano de 2002, não desagregados por situação de domicílio (rural e urbano), apresentam como principais causas de internamento das pessoas de 60 anos e mais residentes em Colombo as doenças do aparelho circulatório (37,1%) e do aparelho respiratório (22,8%).

O trabalho, para essa geração de agricultores entrevistados, sempre foi considerado, muito mais que um sacrifício, uma virtude da família. Trabalhar, além de fonte de satisfação das necessidades, é visto como prazer. O fato de não poder exercer alguma atividade no mundo da produção pode ser encarado como o fim. É com prazer que são descritas as tarefas que executavam na juventude, comparado-as com aquelas da atualidade:

> É, às vezes eu vô lá, que nem diz a minha nora, cisca, tira um matinho. Mais pra distraí. Eu não fico aqui dentro... Pode perguntá pra ele (esposo). Ele fica aqui, horas e horas. Mas eu não fico. De manhã cedo depois que tomemo o café, eu vareio por tudo qué lado. Entro quando é 10 hora pra fazê o almoço. Depois, almoço, limpo a cozinha, ele vai deitá. Daí quando ele (esposo) levanta, vô eu deitá (com ar de riso). Aí levanto quando é duas hora, duas e meia. (...) Ah, antigamente não tinha nada disso. Eu levantava cedo. No que amanhecia o dia. Daí tinha que cuidá das criança, cuidá da comida, trabalhá fora, na roça. Depois que tinha arrumado a cozinha, ia pra roça. Oito hora, mais ou menos. Daí levava a merenda. (...) Aí cuidava da roça, cuidava das verdura, era tudo junto. Ainda cuidava da casa, lavava a roupa, fazia tudo... Agora a gente não agüenta mais, né. Agora mudô o tipo de trabalho. Mudô... Ih!!! Que bom se a gente pudesse fazê a metade do que a gente fazia... Mais não faiz... Roupa já não consigo mais lavá. A neta que vem pegá. Casa eu só varro e junto o pó. Mais ó, trabalhei até que deu... Era cortá lenha, era puxá lenha. Quando tava na casa de meu pai, era fazê carvão. E Deus ô livre se não fizesse. (...) Hoje eu cuido é mais da criação e do jardim. E dô graças a Deus. Pena que é tão poco jardim, né? (Entrevista 2 - mulher - 75 anos).

> Se fosse agora que nem nóis trabalhava de pequeno, eu acho que o pessoal ia, nóis tava preso tudo. Agora é tudo fácil. Agora a gente tem mais conforto, né. Não trabalha mais tanto braçal. Antes era com carroça, com arado e agora já tem a tobatinha. Na época que a mãe tava viva,

eram uns dois ou três alqueire de arado, e todo ano a gente derrubava um alqueire e meio de bracatingal. Então, de lenha a gente cortava, o mínimo de lenha que a gente cortava era 600, 800 metro de lenha por ano. E daí puxava lá pro centro da cidade de carroçinha. Vendia de viajinha em viajinha. A semana intera, de segunda a sábado. A gente saía 5 hora daqui, tava de volta de Curitiba quando era 1 ou 2 hora da tarde. Hoje em dia não dá mais não. Ah, não agüenta. Hoje em dia a gente tá meio estorado. Você vê, não tinha tempo, era de sol a sol. Que nem hoje em dia o pessoal trabalha oito hora, não passa. Você pega um empregado, deu a hora dele... Você não pode dizê nada. Se ele tivé carpindo ou pôr a enxada nas costas, bateu o horário ele pode derubá a enxada ali e í embora. É, hoje é assim. Naquele tempo nóis trabalhava, né. (Entrevista 12 - homem - 66 anos).

Existem aqueles que, mesmo tendo o seu trabalho reduzido, valorizam as tarefas que lhes cabem ou, às vezes, ignoram que elas mudaram. Para essas pessoas, criadas sob a ética do trabalho, que funcionava como justificativa ideológica para a inclusão ou a exclusão social, para a riqueza ou a pobreza, para a moralidade ou a imoralidade, trabalhar é continuar a ser uma pessoa honrada e feliz.

Hoje eu fico mais em casa. Sô mais doméstica. (...) Aí quando tinha as meninas (filhas) que ficava em casa, eu ia pra roça. Eu gostava de í na roça com eles (esposo e filhos) roçá lá embaixo. Tinha as verdura, eu gostava de í junto. Agora tem uns sete, oito ano que eu não vô mais. Quando tem serviço assim que precisa, que não é muito pesado, eu vô. Pra ajudá a colhê, até eu vô. Mas não sempre. Quando tem que colhê vagem, que dá mais serviço, né. Mas não puxá peso. Hoje eu cuido mais da criação e dos netos... [E esse trabalho da senhora cuidar dos netos, a senhora também considera importante?] Ah, eu acho gostoso porque eu gosto de trabalhar assim. Eu gosto de trabalhar, se não tiver dor tô limpando o meu jardim, lidando na horta. Sempre tem. Tem uma criaçãozinha, galinhas, temo porcos, né. Tô sempre andandinho. Só que de veiz em quando eu deito aqui. Se tiver um filme eu fico assistindo aqui. Faço minhas obrigação (Entrevistada 7 - mulher - 62 anos).

Nossa Senhora! Não tive o que não fiz de serviço... Era criança, criação (animais) e casa... Agora não acredito o que eu fiz. Porque não tenho mais força, vontade. Ontem mesmo a gente tava falando. (...) Hoje eu tenho aqui fora um pequeno comodinho pra fazê a comida como eu quero. Não tá bem terminada assim, tá no bruto. Quero terminá esse ano, também pôr o piso. Mas eu durmo lá dentro (na casa do filho), tudo. Na roça não trabalho. Má agora eu embalo. Embalei 300 embalagem de vaginha (vagem) que os meus filho plantam. Embalo nas bandejinha. Eu ajudo. Eles trabalham com o orgânico. Aqui é no orgânico. Vagem ele plantô na estufa, começô colhê no inverno e ainda tá colhendo. E daí faço a minha comida

> aqui sozinha, do meu jeito. Uma comida italiana. Uma polenta, um radicci... (risos) (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

> Aqui a gente planta tomate, couve-flor, repolho e alface. Agora tamo trabalhando com o tomate. A gente faiz tudo de comum acordo. Só que a gente divide as tarefa. A semeadura tá por conta das filha. É a Vânia (filha mais nova) que vai no CEASA. Ela não facilita preço, consegue preço melhor. Ela vai com o mais novo (filho). Eu faço, assim, os mais pesado, assim. Antes, quando eu era mais novo e os filho pequeno, assim, eu tocava o trabalho, fazia o mais pesado. A mulher também trabalhava na roça, agora ela faiz só o trabalho da casa. Agora, mesmo, eu tava trabalhando lá no desbrotamento do tomate (Entrevista 9 - homem - 72 anos).

Nesse último depoimento é possível verificar, também, a dificuldade em admitir que o "poder" de gerenciar o trabalho foi transferido aos mais novos. Nessa família, a liderança do grupo familiar é do filho mais velho, que, inclusive, já recebeu prêmio da Emater-PR como responsável por unidade de produção modelo na região. O idoso entrevistado ainda tinha condições físicas para executar algumas tarefas e, dessa forma, sentia-se atuante no grupo e com possibilidade de interferir no andamento do trabalho. Essa situação foi verificada em outros casos, principalmente quando o entrevistado era homem.

A existência de uma família ampliada, numerosa e adulta leva a uma maior divisão das tarefas. O que para o idoso poderia ser encarado como uma perspectiva de descanso é visto, em poucos casos, como "falta de respeito", mesmo que o idoso já se encontre adoentado, como ocorre no caso do entrevistado 4:

> Agora quem toma conta, aqui, é o meu filho que mora aqui com nóis. [E o senhor ainda dá a sua opinião na condução da roça?] Ahm... Filho hoje em dia é assim: não tem consideração. Querem fazê só do jeito deles. Hoje tudo é diferente, os filhos querem mandá. [Mas quando o senhor casou, quando o senhor tinha a idade do seu filho (49 anos) o senhor também não quis assumir a gerência da terra que era do seu pai?] É... Acho que sim (meio sem graça). (Entrevista 4 - homem - 73 anos).

É importante destacar, aqui, que a tensão não é uma constante entre essas famílias. O que se observa é que, por ser uma economia familiar, como lembra Rasia (1987a), nessas famílias,

> ...o processo de divisão do trabalho instaurado permite a cada trabalhador uma autonomia em relação à tomada de decisões no processo de trabalho, ao contrário do que acontece no processo de divisão do trabalho na indústria, onde o trabalhador aparece

> como um apêndice da máquina e está submetido ao despotismo do capital, destituído portanto de qualquer poder de decisão. (...) As decisões sobre as funções que cada um irá executar no processo se definem em função do domínio de certas habilidades e pela vontade de cada um – e até mesmo pela idade – e não implicam em posições hierárquicas no processo de trabalho. (...) Ao contrário, o trabalhador é o conjunto da família, no sentido de que de uma forma ou de outra todos são responsáveis pela realização do trabalho na unidade familiar, principalmente no caso em estudo em que temos vários processos de trabalho acontecendo simultaneamente (RASIA, 1987a, p.47-48).

Para as mulheres rurais, assim como no caso das mulheres idosas residentes nas áreas urbanas estudas por Debert (1988a), a entrada no mudo da velhice parece ser mais suave e encarada como possibilidade de descanso e recompensa, principalmente quando se mantém a saúde. Isso fica claro quando as entrevistadas relatam que as mulheres, de qualquer faixa etária, têm melhores condições de vida e são mais respeitadas do que "em épocas passadas". Essa visão também está presente, segundo Debert, no discurso das mulheres urbanas.

> As mulheres percebem que vivem, hoje, uma experiência inédita na história. Suas mães e avós tornaram-se, com a idade, cada vez mais infelizes. Elas se vêem vivendo uma experiência de independência nunca antes experimentada. (...) Ainda assim, não se trata de dizer que as mulheres se adaptaram melhor à velhice que os homens. O que buscam é encontrar mecanismos de resistir à velhice (DEBERT, 1988a, p.68).

Essa percepção está presente nas respostas quando se compara o modo de vida das mulheres idosas de hoje com o de suas mães e avós:

> A diferença (de comportamento) tem, má não muito. Mais assim, hoje é um pouquinho mais moderno. Mais à vontade. (...) Só que naquela época as mulher eram ali embaixo de ordem. Elas não tinham liberdade. Hoje as mulher fazem de gato e sapato os marido (risos). Nem todos, né. [Esposo da Entrevistada 2: Eu tenho que ficá quieto...] Antigamente era duro... Meu Deus do céu! A mulher era pior do que um cachorinho. Eu não sei, acho que já era o estilo deles. [Esposo da Entrevistada 2: Principalmente os italianos...] Italiano era, os estrangeiro eram ruim. Eu que conheci mais era italiano. E italiano era danado (...) (Entrevista 2 - mulher - 75 anos).

Perguntadas se a possibilidade de ter dinheiro próprio, em mãos, pela primeira vez, alterava as relações internas na família e a auto-estima, constatou-se que essa nunca foi uma preocupação dessas mulheres. Isso porque afirmaram que sempre tiveram participação nas decisões, na gestão do dinheiro e da família e no estabelecimento

de estratégias de sobrevivência[20]. A aposentadoria é vista como uma possibilidade a mais de obtenção de recursos financeiros com vistas à manutenção da família. No entanto, percebe-se que existe, mesmo que não seja consciente, um certo orgulho por se estar aposentada e desfrutando de uma renda própria, mesmo pequena e que necessite ser dividida para suprir as necessidades de muitas pessoas.

> Ah, agora eu coordeno o meu dinheiro. É, mais aí nóis se ajunta. Uma vez é eu que faço as compra, uma vez é ele. Paga as contas, luz. (...) A gente sabe que tem; mais não pode tar esbanjando, gastando assim à toa. Se de repente precisá de algum remédio, precisa ter um dinheirinho, né. É claro, é meu eu guardo, ele guarda o dele. Eu sei o que eu compro... Antigamente era ele que guardava. Mas no dia que precisava eu dizia quero tanto. Preciso comprá tantas coisa, roupa, calçado... Era seis (filhos). É pra um e pra outro, é pra outro. Preciso de tanto, fazia um cálculo, né. Eu quero tanto. Ele nunca me disse eu não dô. Ele sempre o que precisava ele dava. Até a mais. A gente sabia que não podia gastá aquele monte de dinheiro. A gente tinha que fazê um cálculo pra dá pra tudo eles, pra comprá o que desse, bem certinho. Nunca foi um exagero, desperdício, desde quando eram todas pequenas, até maiores. Agora mesmo sô eu que compro tudo as coisas. Ele tem o dinheiro dele e eu tenho o meu. Mas sô sempre eu que coordeno tudo, que faiz os plano. Porque os homem cuidam do deles, de trabalho, de caminhão, dessas coisa de carro. A gente que vê. Quero comprá isso, quero comprá aquilo, vamô comprá. Então é que, claro, mulher é que sabe, né (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

> Eu sempre tinha alguma coisa pra vendê. Eu sempre fazia muito tricô pra fora, fazia costura. Eu tinha o meu dinherinho. Depois tinha a vaca de leite, vendia queijo, também. Meu velho nunca foi assim de exigi você me dá o dinheiro que você pega. Aqui é nosso dinheiro. [Entrevistado 12: De quem tinha mais, pegava.]. Mais eu nunca fui uma pessoa de ficá só pedindo dinheiro pra ele. Eu sempre lutei. Eu fazia muito bolo pra fora. Eu fazia tanta coisa... Eu fazia pra uma pessoa da cidade. Ela vinha aqui, e toda semana ela levava dois, treis bolo, é pão feito em casa. Então eu ganhava o meu dinherinho (Esposa do entrevistado 12 - mulher - 64 anos; entrevista 12 - homem - 66 anos).

É possível concluir, ainda, considerando esses depoimentos, que a posse do dinheiro como um parâmetro de autodeterminação e de igualdade é um valor urbano não compartilhado pelas agricultoras idosas entrevistadas. Para essas mulheres, agricultoras familiares, o que é necessário viabilizar é a família, uma vez que é por meio dela que os vínculos e as relações com o mundo exterior e do trabalho

[20] "A cidadania fragilizada e as tensões da cidadania social das mulheres são de difícil resolução, devido ao fato de que as separações entre público e privado e as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar. Desta manutenção oferece-se às mulheres, e só a elas, ainda um modelo de cidadania social, de cidadania no mundo do trabalho, e no mundo da política cujas referências não lhe permitem ainda uma relativa autonomia frente à família (CAPPELLIN, 1996, p.24).

se estabelecem. É o espírito de cooperação e integração, próprios da agricultura familiar, construindo por meio do trabalho de todo o grupo familiar a propriedade e a família.

Fica claro durante as entrevistas que, mesmo não acreditando num futuro promissor para seus filhos e netos na agricultura familiar, existe um desejo e a confiança em que esse modo de vida local, forjado no encontro do rural com o urbano, não está fadado ao fim, desde que o tripé família, propriedade da terra e trabalho se mantenha.

> A gente sempre pensa dos filho ficá na agricultura. Não tem outro meio não. Morando no que é dá gente. É tamo num lugar bom. Em tudo. Nesse negócio de ladrão, também, né. Podemo deixá tudo pra fora, né. Tamo num lugar bom, por enquanto (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

> O filho trabalha com caminhão e a filha trabalha de mensalista. Ela já feiz bastante coisa. Só costura que ela não pegô. [Então, mais pra frente, quando vocês pararem de trabalhar, os seus filhos não vão mais tocar a terra?]. Vão tocá sim. Eu tenho fé que sim. Nóis plantemo parreira agora. Nóis faiz suco de uva. Agora, janeiro e fevereiro ela (filha) fica em casa e nóis faiz suco. A gente chega a fazê 2 mil vidro de suco. Eu acho que pode ser que seja melhor daqui pra frente fique melhor pra agricultura. Eu acho. No meu pressentimento... Eu tô achando que vai ser melhor daqui pra frente do que uns oito ano atrais... Eu acho, não sei. Porque tem que modificá. Tem que fazê uma chacoalhada geral (Entrevista 3 - mulher - 57 anos).

Retomando a questão da possibilidade do trabalho na vida dos idosos entrevistados, observa-se que a necessidade do trabalho como valor ético – requisito, inclusive, para se ter saúde e vida longa – também está presente na justificativa para a não-participação nos grupos de terceira idade, questão já levantada na sessão anterior.

> Ah, mais eu acho bonito (grupo de terceira idade). Coisa boa, né. Porque tem gente que vive sozinho. Então ali ele tem as horas tudo ocupada, alegre, né. Mais eu não participava, não... No caso se a gente fosse sozinho, sim, né. Mas é uma coisa boa. Por enquanto eu não tenho vontade de i, por enquanto não. A gente tendo do que cuidá, a gente agora... Tem, em Colombo tem, até fazem bingo, tudo. Mas eu por enquanto não. A gente tá em casa, tá fazendo alguma coisa, então... (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

> Eu acho tão bacana, sabe. Eu disse pro meu marido se a gente não precisasse trabalhá, nem nada. A gente participava. [Entrevistado 12: A gente é muito amarrado aqui. Tem reunião ali na Roça Grande (sede da comunidade) de tarde. Mais é que a gente tem que trabalhá até meio dia.]. Tem horas que vão fazê o bingo. Tem muito bingo aí. Eu não tive, assim, tempo pra mim saí. De veiz enquando eu até tenho vontade de í.... Sabe o que eu gostaria muito, se fosse mais jovem? Sempre falei pro

meu velho, gostaria de ajudá, mais em hospital, como voluntária. Mais só que agora com a minha idade, né. O reumatismo. É difícil. I lá pra estrová, não (Esposa do entrevistado 12 - mulher - 64 anos; entrevista 12 - homem - 66 anos).

5. CONCLUSÕES

Tendo em vista que o objetivo principal deste estudo foi identificar, entre os agricultores familiares idosos do município de Colombo-PR, os significados da velhice e o impacto do benefício previdenciário sobre essas elaborações, cabe destacar a importância que esse benefício assume na manutenção dos idosos e de suas famílias e das atividades produtivas por elas desenvolvidas.

O estudo de caso comprovou os argumentos defendidos em outros estudos citados de que mesmo sendo de baixo valor – apenas um salário mínimo –, o benefício previdenciário tem servido, se não para a melhoria, para a manutenção das condições de sobrevivência da população idosa beneficiária, bem como de seus familiares.

Observa-se que o recurso financeiro recebido da previdência rural entra no caixa geral da família, possibilitando que as despesas domésticas e pessoais fixas e eventuais (medicação, vestuário, energia elétrica etc.) sejam bancadas. Essa prática acaba por liberar os excedentes resultantes da venda da produção para que sejam reinvestidos. Assim, é possível afirmar que, de forma indireta e dependendo do nível de estruturação das unidades produtivas familiares, o benefício rural integra o rol das estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias rurais extensas para se manterem na posse da terra.

A organização familiar dos agricultores de Colombo tem possibilitado a manutenção dessas famílias na área rural, mesmo que, em muitos casos, nem todos os membros estejam engajados na atividade agrícola, ou se tenha a perspectiva de que essa seja uma possibilidade para as gerações futuras – principalmente para os netos.

O fato de o município de Colombo estar integrado à dinâmica da Região Metropolitana de Curitiba possibilita às famílias agricultoras lançarem mão de outras estratégias de sobrevivência que não apenas a produção agrícola ou o benefício previdenciário. Dessa forma, observa-se que a pluriatividade, ou seja, a inclusão de alguns dos seus membros, principalmente os mais jovens, no mundo do trabalho urbano tem se tornado desejo e prática corrente entre as famílias entrevistadas que vivem na área rural daquele município.

Essas estratégias – organização familiar do tipo extenso, sistema de produção (horticultura tradicional ou orgânica), previdência social rural, pluriatividade, entre outras – fazem parte do patrimônio sociocultural local que tem sido manipulado pelas famílias e comunidades rurais na inter-relação com a sociedade global. Desse processo, têm resultado a manutenção e reelaboração do modo de vida local dos agricultores familiares do município de Colombo; modo de vida este fundado no trabalho como uma necessidade, como um dever e como um valor ético.

O trabalho, um valor ético presente em todas as colônias de imigrantes europeus instaladas no Sul do país a partir do século XIX, aparece também entre os agricultores familiares entrevistados, como justificativa ideológica para a inclusão social e o sucesso financeiro. Além disso, como compõe, juntamente com a terra, a estrutura central do patrimônio familiar, servirá como condição para a afirmação da identidade e para a realização da cidadania.

A ética do trabalho, como foi dito anteriormente, está intimamente relacionada com o conceito de trabalho produtivo elaborado no processo de industrialização da Europa e, por essa razão, é um conceito capitalista e urbano de mundo. É ela que irá, inclusive, permear todos os significados dados à velhice nas sociedades industriais urbanas, bem como as elaborações e os receituários de bem viver da geriatria e da gerontologia e os parâmetros e regras para determinação da idade para a entrada no mundo da velhice e da aposentadoria compulsória.

Os estudos realizados por Debert (1988a; 1988b, 1999), com idosos de classe média que vivem nas áreas urbanas deixam claro que a aposentadoria, como retirada do trabalhador do mundo do trabalho, é para o trabalhador urbano um marco da entrada no mundo da velhice.

No estudo aqui apresentado observou-se que, mesmo compartilhando a visão de que trabalho é sinônimo de inclusão social, para os agricultores familiares idosos entrevistados no município de Colombo aposentar-se não significa envelhecimento nem, conseqüentemente, exclusão social. Nesse caso, a primeira hipótese de pesquisa aqui levantada – de que trabalhadores do meio rural e do meio urbano assumiriam os mesmos significados para a velhice a partir da capacidade para o trabalho – não se confirma.

No caso dos agricultores familiares pesquisados, o público e o privado, o mundo do trabalho e da família se confundem; aposentar-se não está associado com improdutividade, mas com direito e com estratégia de sobrevivência.

A improdutividade, como exclusão do mundo do trabalho, também é considerada sinônimo de entrada no mundo da velhice, como decadência. Contudo, diferentemente do meio urbano, em que a aposentadoria é o mote para essa entrada no mundo da velhice, entre os idosos entrevistados na área rural de Colombo, o que retira o agricultor do trabalho é a doença. É esta independentemente da idade, que o transforma em um ser improdutivo, em um velho. Quando ocorre de o idoso manter-se saudável, existe uma redefinição de tarefas, em que os mais velhos assumem trabalhos mais leves. Esse rearranjo acontece tendo em vista que o trabalho dos mais velhos, além de contribuir no desenvolvimento da economia familiar, serve de exemplo para os mais novos e possibilita que os idosos se sintam úteis.

Confirma-se, dessa forma, a terceira hipótese de trabalho, cujo enunciado previa que, mesmo sendo a categoria trabalho demarcadora no meio rural – como em toda sociedade capitalista –, da entrada no mundo da velhice, entre os agricultores familiares de Colombo existe uma redefinição de tarefas e não a exclusão social.

No grupo entrevistado, a vivência familiar é muito intensa, tendo em vista a proximidade das residências e a realização do trabalho pelo conjunto. Muito embora os estudos citados anteriormente apontem que a extensão dos benefícios previdenciários estariam transformando os significados da velhice entre os beneficiários da previdência rural e elevando o status social do idoso beneficiário, fazendo com que este passe da condição de assistido para assistente, pela a importância que sua renda vem desempenhando na família, o que se verifica entre os entrevistados em Colombo é que, além da aposentadoria não significar velhice, o fato de o idoso ter o benefício não lhe confere mais poder dentro do grupo familiar.

Para os idosos entrevistados, o benefício previdenciário, além de sinônimo de cidadania, é mais uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar da qual se pode lançar mão. A generosidade, como parte do patrimônio sociocultural, e a ajuda mútua parecem ser mais importantes do que qualquer jogo de poder. Isso é evidente quando se percebe o esforço dos avós em proporcionar melhores condições de estudo e, conseqüentemente, melhores oportunidades de trabalho para seus netos.

Essa característica fica clara quando se analisam as respostas dadas pelas mulheres entrevistadas no que diz respeito ao recebimento do benefício significar, pela primeira vez, a possibilidade de gerenciamento do próprio dinheiro. Em todos os casos, o que transparece não é o que a hipótese quatro do trabalho afirmava, ou seja, que o recurso financeiro sob controle da mulher agricultora interfere na significação que ela faz do "ser uma mulher idosa". O

dinheiro da previdência não se torna um símbolo de libertação; ao contrário, ele irá possibilitar que a família e o seu modo de vida e de reprodução sejam mantidos.

O que se percebe entre as mulheres agricultoras entrevistadas é que elas têm, na sua maioria, capacidade de criar mecanismos de reação à velhice e às suas conseqüências, o que não se observa entre os homens. Esses mecanismos vão desde a participação em grupos de oração, do contato maior com os netos, de passeios, leitura, cuidado com as flores, trabalhos manuais até a expressão de sonhos ainda não realizados, como viajar de avião ou ser voluntária em um hospital.

Ficou evidente, também, que os agricultores familiares idosos beneficiários da previdência social rural entrevistados no município de Colombo não têm clareza do novo papel que vem sendo atribuído ao idoso aposentado e (ou) pensionista na dinâmica econômica e social das comunidades rurais e dos pequenos municípios brasileiros.

Essa constatação talvez sirva de justificativa para a impossibilidade de verificação da segunda hipótese de trabalho, na qual se buscava aliar o fato de a família rural ter suas raízes na propriedade patriarcal da terra à posse do dinheiro advindo da previdência, como fatores para a manutenção da gerência da produção agrícola nas mãos do idoso, mesmo no caso da sua impossibilidade física para o trabalho.

Com o trabalho de campo – entrevista com idosos – efetuado não foi possível dimensionar, no caso dos idosos que dividem o estabelecimento e a produção agrícola com os filhos, quem realmente gerencia e tem o poder de decisão no estabelecimento. Sugere-se que, para tanto, seja desenvolvida uma pesquisa mais aprofundada, com base em outras metodologias de coleta de dados e um maior contato com os demais membros do grupo familiar.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrindo a família rural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: ANPOCS, n. 1, p.66-83, jun. 1986.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2001. Disponível em: http://www.mpas.gov.br Acesso em: 13 jan. 2003.

BIOLCHI, M. A.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implementação dos sistema de aposentadorias e pensões aos trabalhadores rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. Papers. Passo Fundo: SOBER, 2002. 1 CD-ROM.

CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S. K. Idosos brasileiros: que dependência é essa?. In: CAMARANO, A. A (Org.) Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.281-304.

CAMARANO, A. A.; MEDEIROS, M. Introdução. In: CAMARANO, A.A. (Org.) Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, A. A.. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 858).

CÂNDIDO, A.. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seusmeios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CAPPELLIN, P. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90: contribuições para atualizar o referencial teórico. Rio de Janeiro: UFRJ/Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia, 1996. Texto apresentado ao 2. Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, 1996, Águas de Lindóia.

DATASUS. Estatísticas municipais 2002. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2003.

DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice. São Paulo: EDUSP, 1999.

DEBERT, G. G. Envelhecimento e representação da velhice. Ciência Hoje, São Paulo: SBPC, v. 8, n. 9, p.60-68, jul. 1988a.

DEBERT, G. G. Envelhecimento e representação da velhice. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 1988b. v.1, p.537-556.

DELGADO, G. A pesquisa de avaliação da previdência social rural contextualizada. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.18-40.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil – 2000. Belo Horizonte, 2001.

HADDAD, E. G. A ideologia da velhice. São Paulo: Cortez, 1986.

IBGE. Censo agropecuário 1996. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2002a.

IBGE. Contagem da população 1996. Rio de Janeiro, 1997.

IBGE. Perfil dos idosos responsáveis por domicílios no Brasil 2000. Rio de Janeiro, 2002b. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 9).

IPARDES. Cadernos municipais - Colombo. Curitiba, 2002.

IPARDES. Famílias pobres no Paraná. Curitiba, 2003.

IPARDES. Projeto de avaliação sócio-econômica e regional da previdência social rural. Fase II - Região Sul: Relatório final das atividades de campo. Curitiba, 1999.

IPEA. Relatório metodológico da pesquisa avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural - fase II. Brasília, 1999.

KLEINKE, M. de L. U.; URBAN, M. L. de P.Dimensão sócio-institucional da trajetória de exploração do Aqüífero Carste. [S.l.: s.n.], 2001. Relatório final da parte sócio-econômica do EIA-RIMA Aquífero Carste – Município de Colombo-PR.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Livro 3, v.6.

MOREIRA, D. A. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

OLIEVENSTEIN, C. O nascimento da velhice. Bauru: EDUSC, 2001.

RASIA, J. M. Criança e trabalho no campo: socialização, trabalho e educação: a criança na força de trabalho rural. Campinas, 1987a. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SCHWARZER, H.; QUERINO, A. C.. Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivos da seguridade social brasileira. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 929).

SILVA, E. R. A. Efeitos da previdência social rural sobre a questão de gênero. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.) A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.101-130.

SIQUEIRA, R. L.; RIBEIRO, R. L. A velhice e sua representação cultural: uma análise sobre estudos contemporâneos no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 2000, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: IRSA: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.

SUGAMOSTO, M.; DOUSTDAR, N. M. Impactos da previdência social rural na região sul: ênfase nas características mesorregionais. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.132-164.

PARTE 3

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DO BRASIL E OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

A COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO MST: SUPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR?[1]

Edina Shimanski[2]
Cimone Rozendo de Souza[3]

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o processo de desenvolvimento da cooperação nos assentamentos de Reforma Agrária, tendo como referência o estudo de caso de duas cooperativas de produção no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Região Sul do Brasil. A pesquisa mostra os desafios enfrentados pelos agricultores para consolidar estas cooperativas, revelando a concorrência entre a construção de um projeto coletivo, concebido como forma superior de organização, e as necessidades das famílias dos agricultores, entendidas, em muitos casos, como "desvios ideológicos". Neste texto se evidencia que os intentos do MST de construir uma identidade coletiva não suplantaram a raiz camponesa das famílias de agricultores envolvidas no projeto cooperativo. Ao contrário, apesar de parecer paradoxal, a análise das duas experiências demonstraram que foi no âmbito das contradições experimentadas pelos agricultores nas cooperativas que a unidade familiar se tornou mais ativa – e, que, em certa medida, tornou o processo coletivo mais profícuo. Sublinhar a importância que a unidade familiar guarda na construção de um projeto coletivo não é uma constatação qualquer, pois abre uma outra perspectiva de reflexão na qual a identidade coletiva não se constrói em oposição à identidade familiar, mas com e a partir desta.

Com o propósito de demonstrar a construção desse processo o texto foi organizado em três itens. No primeiro deles, buscou-se evidenciar como foram construídas as concepções de cooperação no âmbito do MST, destacando a influência dos diferentes atores sociais. No segundo item, analisou-se a experiência das duas cooperativas de

[1] Este texto é uma síntese das dissertações de mestrado das autoras defendidas em 1999 e 2001 junto ao mestrado de sociologia das organizações da UFPR

[2] Mestre em sociologia das organizações pela UFPR e Doutora em Educação pela Universidade de Londres. E-mail: edinaschi@uol.com.br

[3] Mestre em sociologia das organizações pela UFPR e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. E-mail: cimonej@terra.com.br

produção (estudo de caso A e B), mostrando os desafios impostos por uma forma de organização que o MST pretendia adotar como modelo produtivo, a ser estendido aos assentamentos ligados a ele. O último tópico assinala algumas considerações a respeito das experiências analisadas, apontando possíveis caminhos para a superação das tensões entre as lógicas que regem o empreendimento cooperativo e as da economia camponesa.

2. A CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO E O PENSAMENTO TEÓRICO-POLÍTICO NO ÂMBITO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

A idéia de cooperação agrícola aparece, no âmbito do MST, essencialmente nos acampamentos, que se tornariam, assim, o primeiro *locus* de efetivação das sociabilidades dos acampados. Nele os sujeitos desenvolveriam práticas de cooperação que resultassem diferentes formas de ajuda mútua para a organização da vida cotidiana e resolução dos problemas numa situação de carência em tudo: habitação, infra-estrutura básica, alimentação, roupas, remédios e, não raras vezes, marcada pelas constantes ameaças de despejo e violência. Enquanto concepção teórica, a cooperação no MST teve a influência de diversos atores sociais que, na prática, começaram a intervir no próprio conteúdo das reivindicações dos agricultores.

Dentre esses atores sociais pode-se destacar a presença da Igreja Luterana e, principalmente, da Católica[4], dos assessores ligados aos partidos de esquerda com influências do marxismo-leninismo e, também, de alguns segmentos do aparelho do Estado, por intermédio dos técnicos que tinham atuação direta nas organizações. Atrelada a isto, a cooperação também foi pensada como uma resposta à necessidade da própria viabilização econômica dos assentamentos, com a pretensão de transformá-los em empreendimentos rentáveis que reafirmassem a exeqüibilidade agrária aspirada pelo MST. É quando, na década de 1980, surgem as chamadas CPAs (Cooperativas de Produção Agrícolas), marcadas por uma ideologia que privilegiava a produção em grande escala e a tecnificação dos assentamentos. Neste sentido, pode-se distinguir determinadas concepções que pautaram a compreensão da cooperação no seio dos assentamentos.

[4]Essa postura de alguns setores da Igreja Católica, que objetiva voltar-se para as classes sociais menos favorecidas socialmente, dá-se em contrapartida à ala conservadora e altamente hierarquizada da Igreja Católica Romana, tendo em vista discussões fundamentais a partir de Medellin e Puebla, além da própria Teologia da Libertação. Sendo assim, a partir dos anos 70, tais setores começam a atuar no campo, no sentido de buscar a justiça social atrelada ao Evangelho, a partir da organização dos trabalhadores rurais explorados pelo capitalismo, considerado anticristão.

A primeira delas é a idéia de cooperação trazida pelos mediadores[5] da Igreja, que se fez presente por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), como também pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). A participação da Igreja na formação teórico-política do MST e nas suas idéias genéricas sobre cooperação foi significativa, conforme se vê abaixo:

> Na análise da constituição do MST, evidencia-se a importância da Igreja Católica e da CPT (que reúne religiosos e leigos de outras Igrejas cristãs) na aglutinação inicial dos expropriados e na consolidação do movimento. O próprio sistema de organização interna do movimento segue diretrizes apreendidas pelos sem-terra na sua vivência nas CEBs, através das práticas de grupos de reflexões e da divisão de tarefas por faixas etárias ou de sexo e por atividades específicas assim, os acampamentos, especialmente, vão se estruturar a partir de comissões e grupos para resolver seu cotidiano e discutir politicamente suas questões internas e externas. Além destas práticas, não há como negar a influência de certos valores priorizados pela Igreja popular (comunitarismo, valorização do trabalho camponês, etc.), na constituição de visão de mundo do MST. (BONIN et alii,1991,p.185 e 186)

Deste modo, a noção de comunitarismo da Igreja e a valorização do trabalho camponês acabam por privilegiar formas de trabalho coletivo, em que haja um espaço igualitário para os sujeitos desenvolverem a solidariedade, a fraternidade, a justiça social que formam a base dos princípios cristãos[6].

Uma segunda concepção presente na organização dos assentamentos estava na interpretação de cooperação dada pelos assessores e lideranças do próprio MST. Partindo de teorias sobre o socialismo, inspiradas em uma certa interpretação do marxismo, a cooperação, neste contexto, era tida como facilitadora da transformação social. Nesse sentido, para "... os agentes do MST ou militantes políticos de esquerda, tratava-se de construir o socialismo, transformando os trabalhadores rurais em revolucionários" (D'INCAO e ROY,1995, p.27). O fato é que tais concepções foram concretamente assimiladas pelo MST e evidenciadas na direção da prática política nos assentamentos. Assim, a Reforma Agrária, na visão do movimento, deveria buscar a transformação na agricultura, bem como "... difundir a prática dos valores humanistas e socialistas, nas relações entre as pessoas..." (MST, 1995, p.20).

Finalmente, uma outra concepção que influenciaria a idéia de cooperação no MST refere-se à difundida pelos técnicos estatais.

---

[5] Não cabe no presente trabalho fazer uma análise da mediação como categoria teórica. Entende-se que a mediação implica a construção de um saber e poder nos assentamentos rurais, tal como indica o trabalho da pesquisadora Delma Pessanha Neves intitulado Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. Niteroi: EDUFF,1997.

[6] Conforme ESTERCI, N. Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero,1984.

Estes passaram a privilegiar a cooperação para viabilizar a integração dos assentamentos no mercado. Nesse sentido, o objetivo dos técnicos em relação aos pequenos agricultores seria "... associá-los ou cooperá-los de modo a predeterminar sua eficácia ou sua capacidade de convivência com as regras de mercado" (D'INCAO e ROY, 1995, p.27). Com isso, o conceito de cooperação que se implantava nos assentamentos distinguia as formas coletivas de produção. Esboça-se, assim, no interior do MST, uma predisposição para organizar as cooperativas, ou seja, as empresas de grande escala, capazes de produzir em patamares superiores, com maior viabilização econômica, devido ao fácil acesso aos financiamentos, entre outros motivos, em detrimento às formas individuais, consideradas incapazes de subsistir com o capitalismo. A articulação entre estas três concepções – não isentas de contradições entre si – formou a base da organização dos assentamentos:

> O fato de a maioria dos técnicos estatais ser também de esquerda produziu uma estranha combinação entre essas diferentes estratégias políticas... na prática a forma constitutiva levada pelos técnicos estatais aos assentamentos impunha um modelo coletivo de produção aos trabalhadores. Aproxima-se, com isso, dos ideais comunitários dos agentes da Igreja Católica e dos ideais revolucionários dos militantes políticos preocupados, ainda, com o risco de aburguesamento desses trabalhadores transformados em proprietários privados da terra. (D'INCAO e ROY,1995,p.27 e 28)

Como conseqüência, no final dos anos 70 e início da década de 1980, começam a aparecer os primeiros grupos coletivos e até mesmo algumas associações informalmente organizadas, como resultado das combinações acima referendadas. Nos anos seguintes a produção coletivizada toma forma dentro dos assentamentos. As CPAs surgem no final dos anos 80, com a promessa de maior viabilização econômica e conseqüente melhora na qualidade de vida dos agricultores. Na Região Sul do Brasil, pioneira neste sentido, foi onde se instalaram as duas primeiras experiências: uma no Estado do Paraná, denominada COOPROSERP (Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga) e outra no Estado do Rio Grande do Sul, denominada COOPANOR (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada).

A forma específica das CPAs, idealizada como formato organizacional coletivizado da produção agrícola privilegiado nos assentamentos do MST, teve por base um referencial teórico-metodológico intitulado Teoria da Organização no Campo formulado pelo economista Clodomir Santos de Morais. Seu autor, um conhecido militante do Partido Comunista do Brasil, também foi um dos principais organizadores das Ligas Camponesas nos anos 60. Com

a instauração do regime militar, foi exilado do país, e a partir de então, começa a desenvolver um trabalho com grupos de agricultores em países da América Central, em programas vinculados à OIT e a FAO. Com a anistia política volta ao Brasil, onde mantém contato com as lideranças do MST.[7]

A Teoria da Organização é incorporada pelo MST a partir dos anos 80 e assimilada de forma substancial no que se refere às concepções de campesinato e agricultura e, sobretudo, na metodologia de construção das CPAs. O instrumento pedagógico conhecido como Laboratório Experimental utilizado para instrumentar os agricultores assim se definiu no contexto do MST:

> É um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a CONSCIÊNCIA ORGANIZATIVA que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada. A consciência organizativa é introduzida no grupo social por intermédio de uma aceleração preconcebida 'práxis' de organização através da análise teórico-prática dos fenômenos quer sejam os que dão forma ou os que buscam desintegrar o 'todo-orgânico' programado, ou seja, a empresa. Para a realização de um 'Laboratório Experimental' é necessário criar artificialmente uma empresa, porém com a existência e funcionamento reais. Para isso, são imprescindíveis três requisitos:a) As pessoas (mínimo de 40 e no máximo não tem limite); b)O pleno direito de organizar-se, e c)Os meios de produção dos integrantes da empresa , ou seja, insumos indivisíveis em poder do grupo social. Se a maioria dos integrantes da empresa artificial é composta de operários ou de semi-operários o 'Laboratório Experimental', poderá alcançar seus objetivos em 15 dias de duração. Porém, se a maioria for formada por artesãos [camponeses], o 'Laboratório' não conseguirá seus objetivos em menos de 30 ou 40 dias ininterruptos (MORAIS,1986,p.40).

A proposta do Laboratório Experimental consistiu, portanto, em dar aos agricultores uma formação genérica por meio de cursos os mais diversos, que poderiam ser desde datilografia a técnicas de manejo do solo, além de formação econômica, política e social[8]. Teria como objetivos:

> (...) formar quadros organizadores de empresas ao mesmo tempo (no caso de que no Laboratório participem técnicos em promoção social), formar 'Laboratoristas' ou seja, técnicos na montagem e desenvolvimento de 'Laboratórios Experimentais'. Pelo fato de acelerar a consciência organizativa, o Laboratório Experimental consegue também elevar o nível de organização das empresas já existentes (MORAIS,1986,p.40).

[7] A respeito desse autor ver: NAVARRO, Z. Assentamentos rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo – O caso do assentamento Nova Ramada. (texto mimeo.) RS:1994.

[8] Destacam-se, juntamente com os Laboratórios, o FIP (Formação Integrada na Produção) e ainda o TAC, que é um curso ao nível de segundo grau que forma técnicos em administração cooperativista, o qual em 1996 formou suas duas primeiras turmas com 73 integrantes (CONCRAB,1996, p.4).

Normalmente, os laboratoristas ficavam em torno de 30 dias no curso. Almejava-se, também, uma experiência concreta, em que os participantes tornavam-se os responsáveis diretos pela administração do chamado Laboratório, cabendo a eles definirem as tarefas e a forma como seriam executadas. A expectativa era que o pequeno agricultor pudesse desenvolver uma consciência organizativa, já que, segundo a Teoria da Organização, em geral ele não a tinha. Inspirada numa leitura das análises marxistas sobre o campesinato e sobre o desenvolvimento da agricultura, nesta teoria o camponês é associado a algo arcaico, artesanal e ultrapassado, que precisa ser modificado. Seu tipo de produção, considerado primitivo, não apresentaria condições para poder se desenvolver no atual sistema e assim se manter, estando, portanto, destinado ao fracasso.

> Os camponeses são produtores simples que trabalham a terra como proprietários, parceiros, arrendatários, ocupantes, posseiros, etc utilizando para isso seus próprios meios de produção e decidindo sobre o consumo e a distribuição dos produtos.Sua produção é familiar e algumas vezes utilizam também diaristas para realizá-la. É o empresário da produção familiar. Dentro do caráter familiar da produção camponesa se observa uma mínima divisão social do processo produtivo.Isso significa que o processo produtivo do camponês apresenta o caráter orgânico do processo produtivo artesanal na qual o indivíduo começa e termina o mesmo produto. (...) A produção do camponês é a produção simples e pessoal em que ele mesmo utiliza sua própria força de trabalho (MORAIS,1986,p.12).

Nessa lógica de raciocínio, a pequena produção traria intrinsecamente um modo de vida e formas de pensar individualizadas "próprias do camponês". Isto faria com que o processo de racionalização relacionado ao trabalho acontecesse de forma pessoal, ou seja, ele mesmo começaria e terminaria o produto, sem socializá-lo com outras pessoas. Por conseqüência, apresentaria um comportamento "isolacionista", pois, na maioria das vezes, não manteria nenhum vínculo com outros agricultores que, por sua vez, também seriam trabalhadores por si mesmos, não desenvolvendo, portanto, entre eles nenhum laço produtivo, social ou político maior. A conotação do caráter individualista do camponês tem aparecido em diversos documentos do MST, não se restringindo ao texto de Morais. Visto deste modo, o camponês apresentaria dificuldades em se unir com outros camponeses, isto é, na realidade não saberia como fazer isto.[9] O que na prática acarretaria diversos problemas, provenientes da tida atitude social de isolamento, determinada pela sua forma de produção.

> A estrutura do processo produtivo em que está envolvido o camponês, determina muito de suas atitudes sociais e traços de seu comportamento ideológico no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária a associação (sindical, cooperativa, etc.) não é conseqüência apenas do nível de educação,

[9] Conforme Caderno de Formação número 09 - MST - (1986).

> que entre os camponeses quase sempre é muito baixo e sim procede da incompatibilidade de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participação sociais (MORAIS,1986 ,p.13)[grifos no original].

De acordo com tal visão, estes seriam os principais fatores que formariam a resistência da classe camponesa ante o processo de organização classista. Neste sentido, para o MST dever-se-ia: "(...) levar em conta valores e os desvios ideológicos existentes e fazer todo um trabalho de educação cooperativa e de combate aos desvios ideológicos que nascem da propriedade privada dos meios de produção e do idealismo camponês" (MST, 1993, p.54) [grifos no original]. Os Laboratórios, considerados como um exemplo característico para a formação e viabilização da educação cooperativista, poderiam eliminar a mentalidade do tipo artesanal, que segundo esta visão formaria a consciência do camponês[10].

Um dos principais desafios que o MST se propôs enfrentar foi a política de construção das suas próprias formas cooperativas de produção, diferenciando-as das cooperativas capitalistas tradicionais, as quais seriam "... nada mais nada menos que empresas, onde a grande massa de associados não conhece sequer a sede da cooperativa ou a diretoria, e principalmente, não sabem para onde vão os lucros da cooperativa" (MST e CONCRAB, 1996, p. 82). Na visão do MST, caberia aos camponeses organizados liquidar com esse tipo de ranço capitalista, desenvolver e estimular formas cooperativas com objetivos econômicos, políticos e sociais próprios, como única forma de aumentar as potencialidades de produção e produtividade, mediante a socialização da terra e dos meios de produção; além de organizar centrais de comercialização reunindo diversos assentamentos nacionais[11]. Neste contexto, evidenciaria-se, portanto, o privilégio das formas coletivas de produção em detrimento das formas individuais para viabilizar economicamente os assentamentos:

> As cooperativas são mais avançadas porque são a única forma de organização que permite a introdução da divisão do trabalho entre os sócios. E isso pode ajudar a aumentar a produtividade do trabalho e a produção. Numa cooperativa, vai desaparecer a profissão de agricultor. Cada sócio vai ter um trabalho específico e se especializar naquilo. Uns vão estar na lavoura, outros no setor de animais, outros no da horta, outros na cozinha, na creche, no setor da formação, etc. (...) Além disso, a organização da produção agropecuária em forma cooperativa vai ajudar a implantar mais tarde unidades de agroindústria (MST, 1993,p.32).

Para o MST, a ideologia artesanal oriunda do processo de

[10]Conforme Caderno de Formação número 20 - MST - (1993)

[11]Conforme Caderno de Formação número 17 - MST - (1989).

[12]Conforme Caderno de Formação número 21 - Cooperativas de Produção - Questões Práticas - MST - (1996).

produção único[12] seria um empecilho grande para a organização do processo de trabalho cooperativo, ou seja, daquele camponês que não está acostumado a trabalhar comunitariamente, mas desenvolve atividade sozinho ou com a família. Camponês chamado de artesão, porque ele mesmo determina o tempo em que vai trabalhar, a forma empregada e o que vai produzir. Assim, a maneira de trabalhar sozinho determinaria a ideologia artesanal do camponês. Seria, portanto, um de comportamento visto pelo MST como pouco racional:

> Trata-se do comportamento humano gerado em Empresas Pequenas de tamanho familiar (que evidentemente inclui a própria empresa doméstica - o Lar) os quais não desenvolvem fundamentalmente atividades econômicas racionais (em atividades lucrativas) senão que se reduz ao marco da atividade costumeira tradicional, alheia ao princípio básico da racionalidade econômica. (MORAIS,1986, p.28)

Esse pensamento tido como irracional do campesinato deveria ser trabalhado e substituído por uma ideologia socialista, objetivando a divisão social do trabalho e dos resultados e, assim, o camponês poderia adaptar-se dentro das cooperativas de trabalho. Almejaria-se, assim, a substituição da ideologia artesanal pela ideologia obreira "... característica de um processo produtivo socialmente dividido, onde cada trabalhador faz apenas parte do processo produtivo e não a totalidade como antes" (MST e CONCRAB, 1996, p.47). Desenvolver a consciência do camponês, para que perca os traços artesanais, tornar-se-ia, portanto, alvo do trabalho político das lideranças no sentido de criar dentro dos assentamentos a preeminência do trabalho coletivo organizado. Neste sentido, a direção político-ideológica do movimento visava trabalhar a consciência dos camponeses, e só assim, as cooperativas teriam sucesso na prática e, gradualmente, o camponês perderia o apego à propriedade privada.

> Temos que ir transformando a consciência dos associados numa consciência associativa do trabalhador rural e isto só vai se dar num processo permanente que temos de ir implementando, porque na verdade o problema da consciência camponesa de artesão não permite que avance na cooperativa a divisão técnica e social do trabalho.(...) Nossos companheiros guardam resquícios de amor à propriedade privada e ainda não se sentem donos da cooperativa ..."(MST e CONCRAB, 1996 p. 47).

Nesse sentido, a Teoria da Organização trouxe para o MST alguns mecanismos e instrumentos para combater os vícios das formas artesanais de trabalho: a vigilância, a crítica e a reunião. A vigilância manteria a unidade e a disciplina no intuito de conservar o cumprimento dos princípios do grupo e das técnicas organizativas. A vigilância deveria acontecer em três níveis: o ideológico, o político e o organizativo. No aspecto ideológico, trabalhar-se-ia o espírito

coletivista. No político, a questão da conscientização dos membros seria fundamental. Finalmente, no organizativo, implicaria que as ações dos associados correspondessem à ideologia e à política do grupo. A crítica, por sua vez, seria elemento essencial a fim de combater as formas artesanais de trabalho, com o objetivo de harmonizar a ação das organizações, na intenção de um maior rendimento do trabalho. A reunião, por sua vez, deveria ser um mecanismo essencial para o exercício do trabalho coletivo ou associativo em qualquer nível, quer seja de base, quer de assembléias, quer de comitês.

É dentro do coletivo, ou seja, da prática dentro do empreendimento cooperativo, que o MST almejava alcançar os melhores resultados possíveis na superação dos problemas e vícios do campesinato. A cooperativa seria, portanto, um *locus* para que o pequeno produtor pudesse desenvolver-se, perdendo o chamado individualismo camponês, ao mesmo tempo em que viabilizaria um espaço produtivo que privilegiasse resultados econômicos. É por tudo isto que para o MST a cooperativa seria uma forma de cooperação mais complexa e avançada, sendo, portanto, "... uma verdadeira empresa social. Cada agricultor é sócio. É uma empresa para dar sobras[13], para ter resultado econômico. Logo... a cooperativa é uma empresa econômica" (MST,1993, p.31).

A organização das cooperativas para o MST seria, em suma, uma forma mais avançada de viabilizar a produção, pois nela o agricultor estaria com um nível de consciência mais elevado, no qual os "... grupos de produção coletivizada são um passo na organização da produção, pois já exige um grau de consciência mais elevado por aglutinar pessoas ou famílias que já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva" (MST, 1996, p.13). Assim, em uma CPA, a terra permaneceria sob o controle do coletivo, exceto uma parcela pequena destinada à produção de fundo de quintal do associado.

Dentro do coletivo, o controle do trabalho deveria acontecer de três formas básicas: controle por dias trabalhados, controle por horas trabalhadas e controle das horas mais a produtividade do trabalho. Conforme o MST, o planejamento da produção ficaria também subordinado ao coletivo: a Assembléia – instância máxima de decisão – deveria aprovar um plano centralizado organizado a partir da discussão dos integrantes da cooperativa. Deveria haver, ainda, um Regimento Interno da organização cooperativa, que regeria o comportamento dos agricultores, não somente quanto à produção, mas também quanto à organização social e cultural dentro dos assentamentos. Todas as práticas (comportamentos, atitudes,

[13] Resultado obtido que é socializado entre os cooperados.

tomada de decisão, entre outros) deveriam ser coordenadas e regidas por este documento.

Em relação à moradia, a construção de agrovilas dentro das CPAs seria uma estratégia importante e eficaz para o sucesso do empreendimento cooperativo. Nelas os agricultores poderiam fazer as casas conforme suas possibilidades financeiras. A existência de agrovilas nas cooperativas não seria uma obrigatoriedade. Contudo, para o MST o ideal seria que todos os sócios morassem num espaço coletivo (a agrovila), para facilitar um convívio social maior entre as famílias, encontros e reuniões, além de baratear a instalação de infra-estrutura básica nos assentamentos: luz, água, entre outros.[14]

Um outro fator que, ainda, merece destaque no tocante à organização de uma CPA é a distribuição das chamadas sobras. Na proposta cooperativista do MST, existe a prioridade de investimento, pelo menos nos cinco primeiros anos, na própria empresa em detrimento da melhora da qualidade de vida dos agricultores. Assim, de acordo esta lógica, o MST entendia que o investimento na cooperativa – em detrimento das aquisições consideradas mais pessoais – seria elemento imperativo para o sucesso do empreendimento cooperativo, como se vê a seguir:

> (...) Não podemos mais cair no erro que caímos no passado, de não nos preocuparmos com o futuro de nosso assentamento ou CPA, e investir recursos importantes que conseguimos em casa, móveis, roupas, alimentação, etc. Neste caso os companheiros partiram da lógica de resolver os problemas de ordem mais social no primeiro momento. Isto é uma lógica equivocada porque os investimentos feitos não darão retorno nenhum para o grupo ...(...) Portanto, defendemos a lógica contrária, mesmo sabendo das dificuldades que temos quando chegamos no assentamento em que não temos casa, roupa, não temos comida, etc.(...) investir prioritariamente para montar uma estrutura mínima no setor de produção (MST,1996 ,p.68).

Partindo de tais premissas, o formato organizacional das CPAs foi implementado em todo Brasil, de forma priorizada pela direção do MST até recentemente.[15] Ao espaço concreto de cooperação e coletivização dos bens as CPAs, apresentam-se como contraposição à sociedade vigente, em que a luta de classe acontece pela relação capital *versus* trabalho, e a terra torna-se instrumento de dominação[16]. Dessa forma, segundo o discurso do MST, pode-se prenunciar a sociabilidade a ser construída na sociedade socialista, em que o fruto do trabalho

[14] Conforme Caderno de Formação número 21 - MST - (1996)

[15] Atualmente este modelo mais rígido de cooperação tem sido rediscutido e sua implementação desacelerada, já que o próprio movimento reconheceu alguns erros cometidos em nome de sua preeminência.

[16] Conforme Cadernos de Formação números 1 e 9 - MST - (1986)

[17] Conforme Caderno de Formação número 10 - MST - (1986) e doc. do I Congresso Nacional do MST - (1985).

deveria ser de todos, em que a participação e o apoio do Estado seriam fundamentais (uma vez que hoje representaria a burguesia) e em que todos os trabalhadores tivessem acesso aos meios de produção[17].

Desse modo, como se viu acima, a análise da idéia de cooperação no MST e suas propostas de organização da produção nos assentamentos demonstram a influência das concepções marxistas sobre a agricultura, o campesinato e a construção do socialismo no âmbito do Movimento. Não se pode, no entanto, deixar de distinguir as simplificações da visão do marxismo, que chegam ao MST e que por ele são assimiladas, de forma a influenciar concretamente no cotidiano dos assentados.

Em primeiro lugar, conforme citado anteriormente, a leitura do marxismo feita pelos mediadores do MST, ao apresentar uma determinação direta entre a produção da vida material e o modo de pensamento, sem levar em consideração a conjuntura histórica e as mediações sociais presentes, faz com ele tenha uma visão mecanicista da relação e determinação entre estes dois âmbitos de estruturação da sociedade, não considerando, portanto, as possíveis rupturas que podem vir a ocorrer neste processo.

Sob essa ótica, a classe camponesa, por estar condicionada a um modo de vida arcaico, apresentaria do ponto de vista político, características de classe isolacionista e individualista que a impede de pensar em formas mais avançadas de organização e apresentando sérias dificuldades para relacionar-se com outras classes sociais. Além da leitura linear da determinação entre infra e superestrutura, a interpretação que traz sobre classes sociais é essencialista: as classes são em si mesmas e não nas suas inter-relações. Daí, uma caracterização do campesinato que lhe imputa atributos a-históricos.

A partir de tais concepções é que se entende o papel dos Laboratórios Experimentais como processo pedagógico que, ao invés de proporcionar aos agricultores assentados elementos para uma análise crítica de suas reais condições, para o aprendizado e discussão, teriam sido, inversamente, palco para muitas práticas ritualistas e autoritárias. Muitas vezes, contraditoriamente ao que propõe como modelo de sociedade e ruptura com o atual sistema, acabam sobrepondo ao seu projeto de transformação social de vanguarda um dirigismo desmedido, ao qual o camponês deveria adaptar-se. Pode-se colocar, ainda, a respeito, que existe para o MST uma dificuldade em entender o potencial limitado de transformação social que tem o cooperativismo dentro do capitalismo, se distanciando assim das concepções leninistas a respeito. Suas concepções acabam veiculando uma idéia (implícita)

[18] Martins, J.S. citado por BONIN et alii. A luta pela terra como estratégia social dos agricultores: perspectivas, in Seminário sobre a Agricultura nos anos 90: Desafios e perspectivas. Curitiba: Ed. da UFPR,1991.

de que a cooperação é o ante-ato do socialismo[18].

Finalmente, cabe ressaltar que, ao apontar as simplificações da visão do marxismo que chega ao MST, não se quer minimizar a influência dele na elaboração das concepções que fundamentam as CPAs. A análise que segue, a respeito do processo de constituição de duas CPAs no Estado do Paraná, expressa a magnitude de tal influência.

3. LÓGICA FAMILIAR VERSUS IDENTIDADE COLETIVA: TENSÕES E CONFLITOS NA CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO COOPERATIVO

3.1. O CASO DA COOPERATIVA A

No final do ano de 1992, o MST identificou a área onde está localizada a Cooperativa A e a partir de então começa a organizar as famílias que entrariam no local, já com o intuito de formar uma cooperativa. A seleção das famílias obedeceu a critérios que levassem em conta o que chamaram de predisposição das pessoas para conviverem em um processo integral de cooperação. Tal predisposição foi avaliada a partir da prática política nas ocupações, por experiências anteriores em formas parciais de cooperação e pela manifestada vontade de participar do processo cooperativo. A princípio, dezoito pessoas apenas ficaram acampadas na no local, pois houve conflito entre as famílias do município, as quais fizeram pressão para que os assentados saíssem. Somente alguns dias depois é que vieram os demais componentes, até completarem as vinte e cinco famílias previstas para a formação da cooperativa.

As famílias trazidas pelo MST acamparam no local no início de 1993, aguardando que a cana ali plantada fosse retirada para que pudessem dar início aos trabalhos de organização cooperativa do assentamento. Ficaram elas, desse modo, no fundo da área em barracas de lona preta, trabalhando como bóias-frias, num esforço não apenas para assegurar-lhe a sobrevivência, mas também com o objetivo de conquistar, a seu favor, a opinião pública local. As famílias de agricultores organizadas formaram um grupo de produção e optaram pela exploração coletiva de trabalho, fundando ainda naquele ano a cooperativa. Logo em seguida, uma vez que a cana-de-açúcar não havia sido retirada, eles mesmos o fizeram, com o objetivo de iniciar as primeiras lavouras.

Por meio de financiamentos, as famílias começaram a viabilizar as primeiras construções da cooperativa e a compra do maquinário, de

insumos e do gado. O objetivo principal era formar uma cooperativa de produção de leite em sistema coletivo de trabalho. No primeiro ano, 93/94, a produtividade do assentamento foi baixa. Segundo dados do INCRA, a média mensal no ano foi de 0.85 salário mínimo por família/mês, porém, há que notar que o solo estava degradado e coberto por cana-de-açúcar, os agricultores descapitalizados e sem assistência técnica alguma. Mesmo assim, conseguiram produzir o suficiente para o consumo próprio naquele ano.

Devido à localização privilegiada do assentamento, o escoamento dos produtos foi facilitado, entre outros, pela malha viária que o liga aos principais centros consumidores da região. Ademais, existia a possibilidade de venda direta aos consumidores, pelo aproveitamento das feiras livres, pois havia na região poucos estabelecimentos comerciais. É importante ressaltar que a localização do assentamento dentro do perímetro urbano facilitou que os produtos fossem colocados no mercado. Contava, ainda, com fácil acesso na aquisição de insumos e matéria-prima. As estradas asfaltadas davam acesso fácil aos centros consumidores. Ainda, o clima existente na região e os recursos hídricos satisfatórios tornaram favorável o desenvolvimento dos produtos da cooperativa. Nesse sentido, a cooperativa por ocasião da sua configuração como empreendimento produtivo tornou-se uma das principais fontes de renda do local, extrapolando as necessidades comerciais do município e das cidades da região. Em função das crescentes trocas com a cidade, como fornecedores e consumidores e como participantes da vida social local, os cooperados foram rapidamente reconhecidos como parte integrante do município.

> A [Cooperativa] veio pra cá e é uma inovação dentro do Movimento Sem-Terra, onde a propriedade não é individual e sim pertencente a uma cooperativa. E isso tem trazido ... benefício para os associados e em especial pra cidade.
>
> (LIDERANÇA POLÍTICA - SECRETARIA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO)
>
> O pessoal via o assentamento diferente, que era baderneiro, que mexia nas coisa dos outros. Na verdade eles não fizeram isso. Eles mostraram pras pessoas da cidade que eles são completamente diferentes. (...)... o pessoal tem elogiado muito ... produto de primeira qualidade ... produto bem sadio.(COMERCIANTE DA REGIÃO)

A idéia de formar uma CPA surgiu antes mesmo de os agricultores acamparem na terra. Por isso o MST, ao identificar a área, procurou mobilizar as famílias para a organização da cooperativa. Muitos dos agricultores, encaminhados para a ocupação da terra, já haviam tido alguma experiência com o coletivo mostrando-se predispostos a continuar neste tipo de processo organizativo.

Assim, com o objetivo de facilitar a viabilização econômica, social e política do empreendimento cooperativo, dois dos cooperados foram enviados para passar pela experiência do Laboratório Experimental, que, conforme já exposto, tornou-se instância de treinamento para a proposta de cooperação adotada pelo MST.

Regidos pelo Estatuto Cooperativo e pelo Regimento Interno, os cooperados tinham como instância máxima de decisão a Assembléia realizada anualmente e em ocasiões extraordinárias conforme a necessidade. A terra condicionalmente pertencia à cooperativa, portanto o cooperado não teria direito a ela. Quanto à moradia, ao sair, ele deveria vendê-la à família substituta, e, se não tivesse recurso para a compra, a dívida seria assumida pela cooperativa até que ela (a família sucessora) pudesse pagar.

O trabalho seria estabelecido pela cooperativa e poderia ser em relação à especialidade do associado ou aleatoriamente. Quanto à remuneração, adotou-se o regime de pagamento por hora, no qual eram toleradas faltas apenas por motivo de doença. Não existia diferença na remuneração entre homens e mulheres, distinguindo-se apenas pelas condições de trabalho – para as mulheres reserva-se o trabalho mais leve. É sabido, no entanto, que em geral as mulheres, além de cumprir jornada na cooperativa, ao chegarem em casa deveriam cuidar das crianças e das tarefas domésticas rotineiras.

Quando os cooperados tinham necessidade de dinheiro extra, fazia-se reunião com todos os associados para a liberação da verba. Nos casos de doença, era comum a liberação do montante total necessário para as despesas do tratamento.

O relacionamento dos cooperados com os moradores da cidade era considerado por ambos os lados como bom e amistoso. Era comum os moradores da cidade levarem suas visitas para conhecer o assentamento, ao que os cooperados atendiam com hospitalidade.

Definidas como forma superior de organização social da produção, a cooperação na concepção do MST e de parcela dos assentados tornou-se condição para que o camponês pudesse competir no atual mercado capitalista.

Na prática, contudo, as relações sociais que se estabeleciam dentro das cooperativas de produção concentravam contradições e conflitos que tendiam a dificultar a permanência do agricultor na organização, além de comprometer a própria viabilidade

[19] Em relação ao processo de cooperação implementado nas CPAs e a sustentabilidade nos assentamentos do MST ver: FERREIRA, ROZENDO e SCHIMANSKI. A Cooperação nos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil: Organização da Empresa Cooperativa, Construção do Socialismo e Sustentabilidade. Trabalho aceito no II Congresso Europeu de Latinoamericanistas, realizado em Halle, Alemanha, em setembro de 1998.

socioeconômica do empreendimento cooperativo, e, assim, dificultando a sustentação da empresa cooperativa[19].

O formato de organização do assentamento em CPA, embora positivo em muitos aspectos, trouxe conseqüências para a reprodução social dos assentados, principalmente pelas práticas adotadas no dia-a-dia da cooperativa. Ou seja, muitas vezes ao invés de propiciar um espaço de trabalho e de vida, tornou-se motivo de controvérsias. Tais situações e conflitos acabaram resultando no afastamento de cooperados, que foram para outros assentamentos, na tentativa de explorar seus lotes de forma individual. Por exemplo, no caso específico da Cooperativa A, das vinte e cinco famílias fundadoras da cooperativa, restavam em 1998 apenas doze famílias e das novas que substituíram as que foram embora, cinco também desistiram. Na época, entre os que permaneceram havia igualmente divisões e conflitos.

Nesse sentido, o espaço cooperativo pôs à tona determinadas questões nucleares em relação aos conflitos entre os cooperados, as quais se processavam no âmbito das práticas cooperativistas. Como exemplo, poderiam ser citados aqui: a desqualificação do saber tradicional do camponês em relação ao saber técnico, a idéia de coletivização, posta como superior a partir da opção de um formato organizacional diferente do modo de vida habitual do camponês e, ainda, a ambigüidade presente no contexto organizacional do empreendimento cooperativo, isto é, ter a pretensão de envolver iniciativas capitalistas e sociabilidades socialistas ao mesmo tempo.

A desqualificação do saber tradicional do camponês em relação ao saber técnico, advinda da própria visão que fundamentou o MST por ocasião da organização das cooperativas de produção, a qual considerava muitas vezes o agricultor como um ser obtuso, destituído das condições necessárias para um projeto maior de cooperação e de saber arcaico, insuficiente e pouco técnico, tornou-se um entrave dentro do processo cooperativo. Assim, o saber do agricultor nem sempre foi tido como válido. Contrariamente, na maioria das vezes, era visto como insuficiente, incapaz para gerir o processo produtivo. Na Cooperativa A, esse tipo de pensamento trouxe à tona divergências entre os cooperados e a direção da cooperativa, principalmente quanto ao privilégio do saber técnico em detrimento à concepção e ao saber do camponês.

Da mesma forma, a idéia de coletivização posta como superior a partir da opção de um formato organizacional diferente do modo de vida habitual do camponês interferiu diretamente na sociabilidade dos cooperados. Para o agricultor que acabara de

chegar à cooperativa com uma experiência produtiva diferenciada da praticada na CPA, ou seja, a produção de grande escala em detrimento a produção familiar, o fato de ter que produzir não mais para o próprio sustento e da família, mas para o mercado, trouxe certos obstáculos no processo de adaptação na cooperativa. Exemplo disso, na cooperativa A, foi a desistência de boa parte de famílias que foram trabalhar em lotes individuais. Em alguns casos, ainda, algumas famílias, embora tivessem uma área pequena destinada ao chamado fundo de quintal, mantinham pequenas plantações no seu espaço doméstico.

Mais complexo, ainda, foi a dualidade de propósito estabelecida paradoxalmente no processo cooperativo – o ganho capitalista no mercado e a socialização dos recursos – (ver Navarro, 1994). Isto, sem dúvidas, gerou uma dificuldade de entendimento em relação aos objetivos propostos, não só para as famílias agricultoras, que estavam vivenciando o processo, como também para qualquer interpretação sociológica que se quisesse fazer. Isto é, o pequeno produtor, até então acostumado a produzir para si e para sua família, não conseguia compreender a situação nova pela qual estava passando. Isto é, sua experiência produtiva anterior, fundamentada na reprodução social da família, acaba sendo substituída por outra – a produção para o mercado. Na lógica produtiva do camponês, tal processo tornou-se dia-a-dia extenuante, na medida em que ele via se sobreporem as necessidades da empresa coletiva em relação às sua da família.

3.2. O CASO DA COOPERATIVA B

Partindo da orientação mais geral do Movimento dos Sem Terra em privilegiar formas coletivas de organização da produção, o MST regional tinha a intenção de organizar o que seria uma das primeiras experiências de CPAs no país, e a primeira do Estado do Paraná. Para tal empreendimento a direção do Movimento já havia, inclusive, previsto uma área, no município de Pitanga, cuja desapropriação, no seu entendimento seria fácil, considerando que se tratava de terras do Estado[20].

Diante de tal propósito, organizou o I Laboratório Organizacional (LOC) no Estado do Paraná, em 1989, no assentamento Santo Rei, em Nova Cantu-Pr, tendo como fundamento a teoria das organizações desenvolvida por Moraes, conforme se viu anteriormente. Lideranças de acampamentos e assentamentos foram convidadas a participar do curso do qual saíram com o compromisso de disseminar as propostas

[20] Além disso, os próprios órgãos do governo concediam algumas vantagens como a liberação de crédito, saneamento básico e eletrificação para os assentamentos coletivos, o que representava um avanço em relação aos demais assentamentos.

de coletivização com alguns grupos que já estavam trabalhando coletivamente nos acampamentos. Acreditava-se que tal experiência poderia ser uma forma "embrionária" de organização que tenderia a complexificar-se atingindo um nível superior de cooperação: a produção completamente coletiva. De um modo geral, essa estratégia pretendia ao mesmo tempo viabilizar os assentamentos e, com isso, constituir-se numa importante arma na luta pela reforma agrária.

Logo após o término do Laboratório Organizacional revelaram-se os primeiros resultados desta ação. Dois grupos mostraram interesse em levar a cabo tal proposta: um grupo de 26 famílias do acampamento da Fazenda Pinheiros, município de Inácio Martins, no Paraná, e outro de 14 pessoas no acampamento da fazenda Nova Cantu, município de Cantagalo. A aceitação da proposta por essas famílias teve a ver não apenas com as idéias difundidas durante o Laboratório, mas com as próprias condições de vida que enfrentavam no acampamento. Apesar de seus acampamentos estarem já em situação de regularização, os agricultores temiam que não fossem assentados pelo excesso de pessoas que havia na localidade. De modo que essa "opção" se configurou em uma estratégia defensiva das famílias de sem-terras em relação a essa nova possibilidade de exclusão.

Assim, em 1989, 40 famílias ocuparam a área que havia sido destinada pela direção do MST para o empreendimento cooperativo. A legalização da área, ao contrário do julgavam não foi tão fácil. Enquanto tramitava o processo, os agricultores acampados não tiveram acesso a qualquer tipo de recursos, nem mesmo à cesta básica prevista pela política de reforma agrária nos acampamentos de responsabilidade do INCRA.[21]

Embora as condições na ocupação fossem muito precárias, os agricultores já haviam organizado algumas formas de cooperação visando facilitar *a posteriori* a criação da cooperativa: a delimitação do espaço de moradia, que foi organizado em forma de agrovila (mesmo sendo em barracos de lona), a construção também coletiva da creche, do espaço para reuniões e do refeitório comunitário. Além da área comum, dividiram-se lotes de dois hectares para cada família que foram designados por sorteio. Nesses lotes eles podiam criar pequenos animais para consumo individual, hortas e pequenas plantações de milho e feijão.

O refeitório foi um exemplo emblemático das diferentes idéias de coletivismo que permeavam a concepção de cooperação no âmbito

[21] Nas áreas de acampamento que são de responsabilidade do INCRA são fornecidas cestas básicas para amenizar a situação até o assentamento dos agricultores. No caso de assentamentos de responsabilidade do estado não existe tal subsídio.

do MST. Todas as refeições deveriam ser necessariamente feitas nessa localidade. Não se concebia o fato de que alguns agricultores quisessem fazê-las em casa com sua própria família: ali formariam uma só família e tal atitude representaria uma afronta à vida em comunidade e uma evidência do profundo apego do agricultor às coisas individuais. Embora essas práticas tivessem sendo desenvolvidas para criar um certo espírito de coletivismo que lhes facilitasse, posteriormente, a inserção na CPA (que só seria criada juridicamente a partir da legalização da área, o que só ocorreu em 1992), já começaram a configurar-se, a partir daí, alguns descontentamentos por parte dos agricultores em torno da proposta de coletivização. Apesar das dificuldades que as famílias estavam enfrentando, prosseguiram os trabalhos procurando fortalecer o grupo.

Em 1990, com os maus resultados obtidos com a primeira safra coletiva e também com a rigidez das normas estabelecidas pela equipe de organização da ocupação, os conflitos se agravaram. Descontentes, um grupo de 18 famílias resolveu deixar a agrovila e se instalou numa outra parte da área do acampamento, subdividindo os lotes, para que trabalhassem cada qual com sua família. Tal atitude representou mais que a mera dissidência da cooperativa, isto é, estabeleceu-se, no momento da ruptura, uma correlação de forças políticas e ideológicas no interior do acampamento que demonstrou não somente os conflitos inerentes à forma coletiva de trabalho, mas também a resistência a um modo de vida que se contrapunha à história desses assentados como antigos agricultores familiares.

Para os agricultores que permaneceram na cooperativa, essas saídas foram atribuídas não ao problemas da própria forma de organização cooperativa, mas à falta de consciência das pessoas e aos chamados "desvios ideológicos" por parte dos trabalhadores oriundos das formas artesanais de produção com as quais estavam acostumados a trabalhar.

> Sinceramente eu não sei o que as pessoas que saíram pensam, pois será que eles não vêm que foi a própria forma de trabalhar, cada um na sua propriedadezinha que levou a gente a ser sem terra. A própria estória dos nossos pais provam isso pra gente. Que futuro tem a gente trabalhando sozinho? Eu, pra mim não quer isso.a gente tem que pensar agora como é que vai construir o coletivo e não cada um ficar se preocupando com suas coisinhas (Entrevista no 2).

Conforme algumas lideranças do assentamento costumavam dizer (...) São pessoas do tipo capitalista, vamos dizer (...) que já pertencem ao Lumpen proletariado, não têm consciência de classe, por isso agem assim. Apesar de o grupo ter ficado bastante reduzido

e, conseqüentemente, a mão-de-obra, os trabalhos na cooperativa continuaram. Trabalhadores sem-terra de outros assentamentos procuraram ingressar na cooperativa nesse período, mas, a experiência que haviam passado com a saída do grupo das 18 famílias fez com que eles ficassem muito mais criteriosos na seleção das pessoas que pretendiam compor os quadros da organização. A direção da cooperativa procurava avaliar os candidatos, por um lado, pelo seu "enquadramento ideológico" em relação à proposta coletiva e, por outro, pela sua capacidade técnica para lidar com os desafios de um projeto organizacional complexo como o que se estava realizando. Em 1992, com a legalização da área e a pressão do próprio Governo do Estado, por meio do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) para que se organizasse todo o assentamento em bases coletivas, proposta também defendida com afinco pelo MST, aquele grupo de 18 pessoas que havia saído da agrovila decidiu que se integraria a uma forma coletiva de trabalho, mas não em conjunto com o grupo da cooperativa com o qual já tinham uma série de conflitos. Para aqueles que pretendiam ser assentados naquela área a solução encontrada foi a divisão do assentamento em dois grupos coletivos: uma associação e a cooperativa[22]. No final do ano de 1992, ao fim da polêmica em torno de quem ficaria e quem sairia, das 40 famílias que ocuparam inicialmente a área restaram 15 famílias no grupo da cooperativa e 11 no da associação.

Nesse período foram elaborados o Estatuto da Cooperativa e seu Regimento Interno. Em setembro desse mesmo ano, foi realizado na cooperativa, a pedido dos assentados e em conformidade à orientação da direção do MST, o curso de Formação Integrada à Produção (FIP), do qual participaram os dois grupos coletivos. O curso continuava e aprofundava os objetivos do laboratório: qualificar os agricultores e criar neles uma consciência organizativa e empresarial de modo que pudessem levar adiante o trabalho coletivo. O FIP gerou uma certa animação do grupo da cooperativa quanto ao trabalho coletivo, enquanto o grupo da associação, já pela sua história de descontentamento com as formas coletivizadas, não conseguiu chegar nem mesmo até o final do curso (Memória do FIP, 1992).

No entanto, no período posterior ao curso, percebeu-se que os problemas que se estava enfrentando para a implementação da coletivização não poderiam ser resolvidos num curso de 30 dias. Continuava a insuficiência de qualificação de mão-de-obra e isso se agravava à medida que a cooperativa ia se tecnificando. Além disso, o índice de analfabetismo entre os cooperados era muito grande

[22] Na prática não existe diferença entre uma Cooperativa e uma Associação. Só que no caso as cooperativas estão sob jurisdição nacional, ou seja, são regidas pela lei nacional das cooperativas, enquanto as associações obedecem apenas ao estatuto interno.

e, se eles tinham experiência como agricultores familiares pouco modernizados, não dispunham do saber necessário para enfrentar a magnitude dos problemas de uma cooperativa de produção significativamente modernizada.

No ano de 1993, a cooperativa enfrenta uma nova crise: das 15 famílias que haviam permanecido, nove optaram por sair da cooperativa. A direção da cooperativa, juntamente com a direção do MST, fez um mapeamento em outros assentamentos de famílias que tinham o interesse de compor o quadro da cooperativa. Assim, foram selecionadas 10 famílias do assentamento Nova Cantu-PR, que trocaram seus lotes com as nove famílias da cooperativa.[23] Com este reagrupamento, os assentados resolveram alterar também a organização do espaço físico da cooperativa. Um dos argumentos centrais foi a percepção da direção (da cooperativa) de que os sócios vinham dedicando muito mais tempo ao trabalho nos lotes individuais do que aos trabalhos da cooperativa. Foi organizada então uma nova agrovila onde os lotes foram reduzidos de 2 ha para 12 x 30 m^2.

Com o espaço de produção doméstica eliminado, os assentados tiveram então que passar os pequenos animais que criavam para o patrimônio da cooperativa, já que os princípios cooperativistas estabeleciam que os bens pertenciam à coletividade. Implícita ai estava a concepção de que a produção de subsistência era desnecessária uma vez que era garantida pela cooperativa e, portanto, sua continuidade representaria uma arcaísmo camponês incompatível com os esforços de viabilização do empreendimento coletivo. Apesar dessa justificativa geral, o fato de os sócios terem passado as únicas coisas que lhes pertenciam (pequenas criações) para o âmbito da cooperativa e extinguirem suas pequenas hortas, gerou um clima de descontentamento que não foi explicitado naquele momento.

Apesar dos inúmeros conflitos e da grande rotatividade de famílias no assentamento, a partir da legalização da área muitas obras de melhoramento foram realizadas: a instalação de luz elétrica financiada pela própria cooperativa, que viabilizou, por exemplo, a tiragem mecanizada de leite e a compra de equipamentos elétricos para alguns trabalhos (descascador, triturador etc.). Dentre essas conquistas também se insere a construção da escola de 1ª à 4ª série, que facilitou os estudos das crianças do assentamento de um modo geral e mesmo de crianças das áreas vizinhas. Também foram comprados vários equipamentos para utilização na lavoura o que

[23] A troca dessas famílias foi feita para evitar a evasão na Cooperativa e garantir minimamente o seu funcionamento, pois a lei de cooperativas previa o mínimo de 11 famílias para que ela pudesse continuar exercendo suas atividades, caso contrário ela teria que fechar.

permitiu a ampliação das áreas de plantio, bem como a continuidade de técnicas de melhoramento do solo.

O trabalho dos assentados já começava a ganhar visibilidade e, com estas melhorias, assentados de outras áreas demonstraram o interesse em participar da cooperativa. Apesar de todos as dissidências, a direção do MST continuava incentivando esta forma de organização. Nesse período, mais três famílias vieram integrar o grupo da cooperativa.[24]

Apesar de uma certa capitalização[25] da cooperativa, os sócios continuavam em precárias condições de vida. Isto era justificado pela direção da cooperativa pela necessidade de viabilizar, primeiro, a produção e, depois, com o aumento dos excedentes, melhorar a qualidade de vida dos assentados. Contudo, mesmo com boas colheitas, as "sobras" eram reinvestidas em maquinário ou na melhoria de uma outra linha de produção.[26] Esta determinação da direção da cooperativa gerou grande insatisfação entre os assentados até porque uma parcela deles estava há quatro anos no local e não tinha conseguido sequer construir uma casa: a maioria das famílias morava, ainda em 1994, em barracos de lona e chão batido. Somente algumas moravam em casas de madeira porque as haviam trazido do local onde estavam antes de irem para aquela área.

Chayanov (1974) explica que na lógica da economia camponesa a preeminência das necessidades são definidas no âmbito da unidade familiar. Embora a unidade familiar esteja também submetida às designações do mercado, é a manutenção do grupo familiar o fator que irá definir onde serão realizados os investimentos. Isto ocorre porque na unidade de produção familiar, o resultado da produção constitui um rendimento indivisível do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. A magnitude de suas necessidades é, portanto, estabelecida por meio de avaliações subjetivas.

Um dos grandes paradoxos enfrentados no seio das CPAs é, justamente este: combinar, de um lado, a lógica que rege a pequena economia camponesa - pautada nas necessidades da unidade familiar – e a lógica empresarial – voltada estritamente para o atendimento

[24] Para se filiar na Cooperativa cada sócio deve integralizar um número x de quotas partes que é definido segundo o Regimento Interno de cada cooperativa cujo valor teria direito de receber ao pedir afastamento da Cooperativa.

[25] Uma "capitalização" induzida pela compra de máquinas ou início de linhas de produção com recursos do crédito governamental.

[26] O termo "sobras" é utilizado pelos cooperados para evitar o uso do termo "lucro" para não se caracterizar a cooperativa como uma exploração do tipo capitalista. A rigor, seriam rendimentos líquidos obtidos com o trabalho coletivo dos cooperados, um início de acumulação para a cooperativa (FERREIRA et al., 1998).

[27] Fala-se também, em remuneração de trabalho e não em salário para diferenciar-se da empresa capitalista. O valor médio que cabia a cada trabalhador era de 64 R$/mês (60% do salário mínimo na época), mais os produtos de subsistência que a cooperativa distribuía gratuitamente, segundo as necessidades de cada família.

das necessidades do mercado. Essa reflexão ajuda também a compreender um outro conflito envolvendo a divisão dos valores gerados pelo trabalho coletivo: as 'sobras' como eram denominados.[27] Os cooperados se queixavam que o valor que cabia a cada um no fim de cada mês, não dava, sequer, para cobrir as despesas com a compra de produtos que complementavam a alimentação e que não eram produzidos na cooperativa; o que era mais grave para as famílias maiores em que havia crianças pequenas. As diferenças de tamanho da família, bem como seu nível de composição (maior número de adultos ou crianças, ou ainda, relação entre número de trabalhadores e consumidores), começaram também ser motivo de conflitos, pois possibilitavam diferentes níveis de rendimentos dentro do assentamento, o que era concebido por alguns cooperados como uma injustiça, já que se pretendia construir uma comunidade igualitária. Além disso, questionava-se a forma de registro do número de horas trabalhadas, dizia-se que subestimavam o trabalho realizado, os desníveis na capacidade de trabalho (e o pagamento por hora, independente da produtividade). Também muitos sócios ressentiam-se do fato de jovens terem remuneração diferente sendo que muitas vezes trabalhavam igual ou mais que um adulto.

Cabe lembrar aqui a reflexão de Chayanov (1974) para quem a reprodução da família camponesa está atrelada a sua composição social e o que irá definir este grau de reprodução é sua diferenciação demográfica, ou seja, a relação entre número de produtores e consumidores dentro da família. São as diferentes fases de crescimento de uma família que irão definir sua capacidade de reprodução. O referido autor afirma que "... para a produção familiar o que importa, no cálculo dos rendimentos, não é o número de trabalhadores existentes mas o número de consumidores da famílias" (CHAYANOV, 1974, p.122). No caso de uma organização coletivizada, o problema não está apenas no fato de a tomada de decisão sair da esfera da família, mas no fato de deslocar-se para um universo muito mais complexo, no qual seus membros não têm acesso a uma pauta mínima de possibilidades por meio da qual possam efetivamente orientar suas ações. Embora a lógica cooperativista tenha sido implantada, a perspectiva de validação dos procedimentos continua a mesma por parte das famílias em fase de desenvolvimento da sua reprodução biológica.

Além disso, um fator de descontentamento dos assentados – e isso era quase unanimidade – era o fato de que se despendia tempo demasiado para participação em algumas tarefas do MST. Como os sócios da cooperativa tinham o compromisso de colaborar com as ações da direção e se viam comprometidos com a luta pela terra e com a transformação da sociedade, a princípio tal participação foi admitida,

mas no decorrer do processo passou a ser considerada um problema à medida que as lideranças quase não ficavam no assentamento, mas continuavam a receber um salário que era calculado pelas horas médias trabalhadas por todos os agricultores naquele determinado mês. A situação acabou se agravando, pois, embora apenas uma pessoa fosse liberada oficialmente para as atividades políticas do MST, havia ocasiões em que três a quatro pessoas se ausentavam do assentamento para resolver questões referentes à militância e, além disso, estas eram tarefas não-agrícolas que tirava mão-de-obra da lavoura.

Outra vez Chayanov (1974) pode ajudar a discutir essas manifestações de descontentamento que têm a ver com o tempo despendido de trabalho. Para o camponês, o cálculo da penosidade do trabalho/ necessidades de consumo é elemento de organização da sua unidade de produção. Trabalhar na medida das necessidades de consumo próprio/familiar é culturalmente aceito. Trabalhar menos que pessoas de igual idade, seja por menos empenho destas, seja por atividades não lavourais (pessoais) é um elemento distante de sua cultura. Também aqui se podem notar os elementos anteriores da vivência desses assentados se impondo sobre o novo plano organizado. Grande parte dos conflitos ocorridos no interior da cooperativa estava associada "à necessidade dos trabalhadores organizarem o trabalho segundo costumes e possibilidades de mão-de-obra (ANTUNIASSI, 1998, p.204).

No início de 1996, a primeira grande demonstração da insatisfação dos agricultores foi o conflito acerca do refeitório comunitário. Segundo os agricultores, os valores das refeições (que eram descontados no final do mês) eram superiores ao seu valor real, a comida servida era de má qualidade e não sustentava o agricultor que tinha que fazer um grande esforço físico na roça. Mesmo constatando esses problemas, estavam impedidos de optar por fazer as refeições em casa. A exacerbação do conflito acabou culminando com o fechamento do refeitório. Com isso, também, a houve a extinção da mística da formatura e da execução do Hino do MST antes do horário de trabalho.[28]

Ainda nesse período, uma das principais lideranças do

[28] A essa época também os problemas referentes à moradia haviam se agravado e uma família teve que morar nas instalações do centro comunitário, espaço onde anteriormente funcionava o refeitório, onde também se realizavam outras atividades da comunidade. A casa de mel também teve que ser ocupada por uma outra família uma vez que esta atividade estava sendo desenvolvida em menor escala e havia a possibilidade de transferência dos equipamentos de apicultura para outro local.

[29] Pelo estatuto da cooperativa os agricultores só receberiam a parte das sobras que lhes caberia no final de cada ano quando fosse feito o balanço geral da cooperativa. Como inicialmente foi feito um acordo para que estas sobras fossem adiantadas a cada mês para que os agricultores pudessem suprir outras necessidades, nunca se sabia ao certo o valor que cada agricultor tinha direito. Havia também alguns adiantamentos que a cooperativa fazia quando os sócios necessitavam de dinheiro para tratamento médico, remédios e questões pessoais. Ao final de tudo quase sempre os sócios estavam devendo para a cooperativa.

assentamento pediu seu afastamento da cooperativa. Como se tratava de uma liderança que teria ido para o assentamento a fim de fortalecer a proposta da organização cooperativa, sua saída deixou o grupo muito abalado. Além disso, por este caso e pelos anteriores, percebeu-se, claramente, o empobrecimento de quem saia da cooperativa: além de perder os animais que tinham antes de integrar-se, quase sempre saiam devendo. O sentimento de vivenciar uma nova espoliação perpassava os assentados que saiam e aumentava a insegurança dos que ficavam.[29]

Em julho de 1996, o sentimento de desencantamento com o empreendimento coletivo se agravou e culminou com a saída de sete famílias da cooperativa, dentre elas mais uma liderança do assentamento. Entre os assentados disseminava-se um sentimento de que alguém pudesse fazer algo por eles. Que um "companheiro estudado" lhes colocasse a par das reais condições financeiras da cooperativa, explicando item por item seu o funcionamento, o quanto na realidade estavam endividados e quais eram as chances reais de conseguir vencer essa situação. Para muitos sócios em função dos baixos níveis de escolaridade essa análise era um diálogo impossível. Como muitos assentados costumavam dizer "um diálogo entre mudos e surdos", pois não entendiam quase nada "daquelas matemáticas que eles (os assessores do MST) tentavam explicar". Nessa época muitas atividades desenvolvidas no assentamento foram abandonadas, pois não havia mão-de-obra que pudesse dar conta de todas as linhas de produção anteriormente implementadas, inclusive com prejuízos para cooperativa, como foi o caso da instalação da estufa para horticultura, onde quase todo dinheiro empregado foi perdido.

Apesar de muitas melhorias realizadas, várias projetos previstos pelo Plano de Desenvolvimento Agrícola de 1993 não haviam sido cumpridos, principalmente, porque os órgãos envolvidos na elaboração e execução do projeto haviam, em grande medida, superestimado as reais condições organizativas da cooperativa, designando aos agricultores papéis que dificilmente poderiam cumprir, tanto por falta de estrutura física para o desenvolvimento das atividades propostas quanto, e, sobretudo, por não dispor de mão-de-obra qualificada.[30]

Coube ao conjunto dos assentados, num contexto completamente conturbado por uma série de dissidências, com níveis de assistência técnica muito precária, como se pode ver pelo exemplo anterior, com seu pouco conhecimento sobre as exigências do mercado, sobre produção em grande escala, sobre balanços administrativos e com

[30] Muitas das atividades sugeridas no projeto tinham como pressuposto a criação de algumas estruturas anteriores para que pudessem se efetivar, o que jamais chegou a ocorrer. Questões como: a melhoria das vias de acesso - para escoamento da safra, acordos de integração – prejudicados, segundo depoimentos dos assentados, pela precariedade do acesso ao assentamento, a cooperativa de comercialização dos produtos, a construção de unidades de agro-industrilização, entre outros.

seus baixos níveis de escolaridade, organizar e fazer prosperar, aquela que se pretendia ser um modelo de cooperativa. Mas é importante destacar que entre as famílias que permaneceram na cooperativa, a maior parte delas era aparentadas e tinham uma forte vinculação com a direção do MST. Nos vários momentos de crise da cooperativa essa parentela havia se apresentado como aspecto importante para continuidade do empreendimento cooperativo.

Entre os anos de 1997 e 1999 a situação ficou relativamente estável até que no final deste último ano, seis membros de uma mesma família decidiram sair da cooperativa. A situação tornou-se bastante grave, pois todos os cargos de direção da cooperativa estavam sob o controle desta mesma família. Afinal estes faziam parte dos "companheiros estudados" e, justamente por isso, suas propostas eram concebidas como superiores no seio da empresa. Os cooperados inclusive haviam financiado o curso de cooperativismo para essas lideranças para que pudessem levar a cabo o projeto cooperativo. Assim, os assentados que permaneceram na cooperativa, apesar de não ter sido preparados para isso, tinham o desafio de continuar o projeto coletivo. Essa dissidência revelou, entre outros aspectos, a necessidade de dividir o poder no âmbito da cooperativa.

Embora tenham subsistido, por um certo tempo, as preocupações em relação à entrada de pessoas da mesma família, no ano de 2000, parte significativa do quadro de sócios que constituíam a cooperativa era de parentes. O intento de romper com esses laços foi, no mínimo, contraditório: não entrariam novos aparentados, mas o que se faria em relação às parentelas assentadas?. A história destes agricultores e agricultoras, seu trabalho e as várias dimensões de suas vidas estavam, e sempre estiveram, profundamente, marcadas por estes laços familiares, pelo papel que a família ocupou no âmbito de sua unidade de produção familiar, de onde originaram grande parte das pessoas assentadas na cooperativa . Isto se expressava também na própria definição de cooperativa dos assentados: "A cooperativa é uma grande família". Ainda que se buscasse negligenciar tal dimensão, esta população tinha na sua trajetória um envolvimento notadamente familiar que ultrapassava a mera relação de âmbito pessoal. Apesar das grandes dificuldades, tal entendimento se reproduzia no âmbito da cooperativa, confrontando-se com uma lógica de outra natureza que criava uma série de conflitos.

A unidade familiar, nesse sentido, não era somente uma unidade econômica, era também uma unidade social e cultural com códigos bem definidos neste âmbito. Os mecanismos de cooperação e integração social desenvolvidos antes do ingresso na cooperativa, como o mutirão para limpeza de áreas para plantio, para as

colheitas e outros, eram formas de cooperação para o trabalho, mas que também estavam profundamente ligadas à manutenção da unidade familiar como unidade cultural e de sociabilidade. A partir da implantação das CPAs essas formas de cooperação deram lugar a uma cooperação contratual regida por leis de outra ordem, cujos códigos se encontravam fora do controle e conhecimento desta unidade familiar. A produção familiar mais do que uma forma de organizar a produção representava uma forma de organizar a vida em suas várias dimensões, não bastou dissolvê-la numa outra organização para eliminar suas racionalidades e expectativas.

Compreende-se que a emergência da situação contribuiu para que o MST adotasse uma proposta de CPA rígida e ortodoxa como no caso da cooperativa B. Contudo, agora nada impede – fora suas amarras ideológicas - que a idéia de cooperativa seja retrabalhada no âmbito das necessidades vividas pelos agricultores, sem com isso incorrer no risco de estar estimulando o individualismo ou contrariar o propósito mais geral de luta pelo socialismo. Somente assim a cooperativa B poderá se tornar efetivamente um espaço de vida e de trabalho para seus próprios atores sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todos os conflitos e as tensões que o processo de cooperação engendrou tanto na Cooperativa A quanto na Cooperativa B, é oportuno colocar em evidência os pressupostos de Chayanov, dos quais se infere a necessidade premente de assegurar a autonomia para o agricultor e sua família. Garantir-lhe espaço, onde ele tenha condições para gerir a produção, é condição necessária para o sucesso de qualquer empreendimento que o envolva. Assim sendo, a privação do próprio espaço de autonomia constitui um grave problema para o agricultor, dificultando-lhe a vivência na cooperativa e, freqüentemente, desestimulando-o, e conseqüentemente levando-o a desistir do processo coletivo.

O que parece evidente na análise de ambas cooperativas aqui estudadas é a importância de repensar a forma como as práticas coletivas vêm se desenvolvendo no âmbito dos assentamentos de reforma agrária. Isso se torna ainda mais imprescindível à medida que se recupera o propósito inicial das cooperativas: viabilizar os assentamentos e, assim, tornar-se um instrumento importante na luta pela Reforma Agrária. Deste modo, não levar em consideração as reais necessidades dos agricultores pode comprometer este projeto.

A negação do camponês como classe, com características

[31] ALPHANDÉRY et alii. O equívoco ecológico. São Paulo: Brasiliense,1992.

socioculturais diferentes das esperadas nas cooperativas, pode fazer com que as práticas sociais desenvolvidas afastem os agricultores daquilo que lhes é mais caro – a terra, como bem afirmaram Alphandéry et alii[31], referindo-se ao projeto de coletivização imposto no Leste Europeu. A ordem passa a ser: desenraizar, racionalizar, estocar e vender. Deste modo, pretendia-se:

> (...) organizar 'cientificamente' a destruição das aldeias e das comunidades rurais para criar a partir do nada, batalhões de trabalhadores da terra concentrados em agrovilas ou em centros agroindustriais. Através deste 'plano de sistematização' procurava-se, é o que se dizia, suprimir as diferenças entre a cidade e o campo e avançar rumo à construção de um povo único operário. Os camponeses assim educados e desenraizados deveriam deixar atrás de si seus pequenos quinhões de terra e todo um sistema de valores para tornarem-se operários agrícolas sem memória e sem terra (ALPHANDÉRY et alii,1992, p.135 e 136).

É o momento em que a ligação com a terra e com o solo aparece como resíduo ou arcaísmo, uma relação mal resolvida com um passado idealizado e não como uma necessidade premente. Assim, "... não é urgente recolocar a questão da relação que a humanidade deseja manter com a terra e com esta figura altamente simbólica de sua ligação com a natureza que é o camponês?" (ALPHANDÉRY et alii,1992,p.12). O que prevalece é a necessidade de ampliar a produção, competir em grande escala, sem importar-se com as conseqüências que isto possa trazer. Tais considerações valem como ponto de reflexão para o MST no sentido de revisão dos modernos formatos organizacionais cooperativos.

Paralelamente, vale lembrar, muitas vezes a cooperativa, ao invés de tornar-se um espaço democrático, tem demonstrado na prática o privilégio de um discurso autoritário, o que, certamente, tem trazido implicações na vida concreta dos agricultores. Nesse sentido, o espaço da democracia não pode ser resumido a poucos, mas a todos de forma igualitária e eqüitativa. Por ser uma prática voltada à cooperação e solidariedade, pode, ao contrário, cristalizar-se em ritualismo de idéias e de ações, à medida que tende a ser excludente e a afastar aqueles considerados resistentes à mudança. Assim, a idéia de cooperação deve ir além da reafirmação de uma ideologia, para viabilizar-se. Sobretudo, deve proporcionar ao agricultor e à família condições sociais que privilegiem a liberdade de escolha e a possibilidade da negociação, sem imposições, resgatando a democracia como espaço constitutivo da cidadania e justiça social no campo. A tomada de posição coletiva , todavia, só vai ser possível quando se levar em consideração o outro e aquilo que ele tem a dizer. É o diálogo entre os cooperados que, certamente, possibilitará encontrar novos rumos para os sujeitos inseridos no processo.

É importante salientar que, apesar de tantas dificuldades enfrentadas, a cooperativa continua ainda a ser uma referência para os cooperados, sobretudo no caso da Cooperativa A. Mesmo porque, indiscutivelmente tem propiciado aos agricultores uma visível melhora na sua qualidade de vida , nos aspectos de saúde, alimentação, habitação, educação e outros. Isto para os cooperados é substancial.

A desistência de boa parte das famílias de ambas as cooperativas demonstrou, concretamente, que o processo de cooperação no âmbito do MST deve ser permanentemente recriado, talvez isentando-a da ideologização a que é muitas vezes submetida, o que impossibilita a retomada de soluções mais flexíveis. Só assim os assentamentos podem vir a ser espaços criadores de liberdade e igualdade, bem como local de vida e trabalho para os agricultores. Assim, os espaços coletivos poderão ser recriados, a partir de uma perspectiva de práxis, no qual a liberdade e a autonomia do agricultor e sua família sejam elementos constitutivos para a construção soberana da democracia e da cidadania no campo.

5. REFERÊNCIAS

ALPHANDÉRY et alii. O equívoco ecológico. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ANTUNIASSI, Maria Helana Rocha. Os núcleos de reforma Agrária como espaço de integração social: o caso da família Pereira. In: FERREIRA, Angela D.D. BRANDEBURG, Alfio (org.) Para pensar outra agricultura. Curitiba, UFPR, 1998.

BONIN,et alii .A agricultura brasileira nos anos 90:desafios e perspectivas. Curitiba:Edit.UFPR,1991.

CHAYANOV,A. La organización de la unidad económica campesina. Trad. Rosa Maria Russovich.Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision SAIC,1974.

CONCRAB-MST. CONCRAB quatro anos organizando a cooperação.São Paulo:1996.

D'INCAO e ROY. Nós cidadãos.Aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro:Paz e Terra,1995.

ESTERCI,N. Cooperativismo e coletivização no campo:questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero,1984.

FERREIRA, A. Movimentos Sociais rurais no Paraná, in BONIN, et alii. Movimentos sociais no campo.Curitiba: Edit. UFPR,1987.

FERREIRA A., ROZENDO, C. e SCHIMANSKI, E. A Cooperação nos

Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil: Organização da Empresa Cooperativa, Construção do Socialismo e Sustentabilidade. Trabalho aceito no II Congresso Europeu de Latinoamericanistas, realizado em Halle, Alemanha, em setembro de 1998.

INCRA - Censo de Reforma Agrária, 1998.

KERBLAY,B.Chayanov y la teoría del campesinado como un tipo específico de economía.

MORAIS,C. Elementos sobre a teoria da organização no campo. Caderno de Formação no.11 - MST - agosto/1986.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Caderno de Formação número 01,

São Paulo:1986.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra Caderno de Formação número 09, São Paulo:1986.

MST. Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra. Caderno de Formação número 12, São Paulo: 1987.

MST. Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra. Caderno de Formação número 17, São Paulo:1989.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Caderno de Formação número 20, São Paulo: 1993.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Caderno de Formação número 21, 2.ed.São Paulo: 1996.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Programa de Reforma Agrária. São Paulo: 1995.

MST. Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra. I Congresso Nacional. São Paulo: 1985.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Agenda 1996.

NAVARRO,Z.Assentamentos rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo - o caso do assentamento 'Nova Ramada' (Estado do Rio Grande do Sul,Brasil.Texto mimeo.,1994.

PESSANHA, D. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas.Niteroi: EDUFF,1997.

WANDERLEY,M.N.Em busca da modernidade social.Uma homenagem a Alexander V.Chayanov.Unicamp,1989.Texto mimeo.

O JORNAL DO MST: OS DILEMAS DE UMA PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO POPULAR

Elza Aparecida Oliveira Filha*

1. INTRODUÇÃO

A partir dos anos 80 um novo ator social surgiu no Brasil e, desde então, tem desempenhado um papel de destaque na cena política. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) alcançou a proeza de organizar amplos segmentos de uma população até então desarticulada e dispersa, os trabalhadores rurais, bóias-frias, pequenos proprietários e até mesmo desempregados urbanos. Trata-se de um movimento descrito por Linhares e Silva como "a maior novidade política e social do cenário brasileiro" (1999, p.207) que consegue ter uma atuação completa: "forja os atores, a cena e o público" (Chaves, 1999 p. XV), colocando em debate não apenas a questão do acesso à terra, mas a própria transformação da sociedade brasileira.

Como fenômeno novo e inovador, o MST é também um dos objetos de estudos que mais tem atraído a atenção de pesquisadores de variadas ciências. Nos últimos 15 ou 20 anos, os assentamentos rurais têm sido verdadeiros laboratórios para a verificação não somente das dinâmicas políticas e organizacionais que representam, mas também das relações econômicas que desenvolvem, das técnicas agronômicas adotadas, dos modelos educacionais ou das dimensões socioculturais criadas e recriadas nestas novas realidades que apresentam profundas diversidades culturais e regionais. No âmbito das Ciências Sociais é amplo o leque de pesquisas ligadas ao MST. O mesmo não se pode dizer em relação à Comunicação. Existem estudos que abordam a questão da luta pela terra sob a ótica da chamada grande imprensa, oferecendo uma avaliação, por exemplo, da cobertura dada por determinado jornal ou canal de televisão sobre o MST ou algum evento protagonizado pelo Movimento. A comunicação no interior da organização MST é assunto pouco enfocado.

Este artigo tem o objetivo de discutir o papel que o Jornal

* Jornalista, mestre em Sociologia das Organizações pela UFPR e doutora em Comunicação Social pela UNISINOS, RS. E-mail: elzaap@hotmail.com

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST) desempenha dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entendendo que a comunicação é fundamental em qualquer organização ou processo social. O jornal é o principal veículo de comunicação do Movimento, identificado por seus líderes e leitores como "a voz oficial do MST".

Trata-se de uma publicação mais antiga do que a própria organização que representa. O JST comemorou 25 anos de circulação ininterrupta no mês de agosto de 2006. Isso porque o jornal assumiu a numeração de um boletim, editado pela Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul e outras entidades, que apoiava a luta dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino. Este acampamento é um marco na história da luta pela terra no Brasil e considerado um dos eventos precursores do MST. O boletim começou a circular em 1981 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi oficialmente constituído em 1984[1].

Além desse patamar importante de circulação periódica, o Jornal Sem Terra tem ainda outros elementos que contribuem para ampliar o desafio de responder a um projeto de comunicação popular: é um veículo de abrangência nacional; endereçado a um público diferenciado, pois, ao lado dos militantes e integrantes da base do Movimento, tem assinantes entre os apoiadores urbanos do MST. A parcela do público que vive em acampamentos e assentamentos está dispersa por locais de difícil acesso; com um grande contingente de analfabetos ou semi-alfabetizados. As dificuldades que se colocam em termos de linguagem, temas a serem abordados e formato utilizado são imensas e reconhecidas por seus responsáveis.

A distância que separa o JST da imprensa convencional fica ainda mais ampliada quando se leva em conta as funções atribuídas à publicação pelo próprio MST. Na fala de suas lideranças e nos textos do Movimento, o jornal é apontado como elemento de informação, formação, organização e manutenção da unidade política.

Os principais dados do presente texto foram obtidos em pesquisa realizada durante o ano de 2001 e envolveu variadas ferramentas[2]. Foram feitas entrevistas com lideranças nacionais do MST como João Pedro Stédile, o então editor do JST, Nilton Viana, e a militante Letícia Bargueta, estudante de jornalismo em Santa Catarina que naquele ano havia assumido a tarefa de organização dos coletivos

[1]O MST foi criado em 1984, em Cascavel, no Paraná, durante um encontro com 80 representantes de 13 estados. Em janeiro de 85 realizou, em Curitiba, seu primeiro Congresso Nacional, com 1.600 delegados de todo Brasil (Stédile, 1999 p.45 a 51).

[2]A pesquisa resultou na dissertação de mestrado intitulada "O Papel do Jornal Sem Terra na Organização MST" defendida em fevereiro de 2002 no curso de pós-graduação em Sociologia das Organizações do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

de comunicação nos diversos estados brasileiros. Quinze militantes do Movimento, vinculados a diferentes setores (formação, educação, frente de massa/negocição e produção/sistema cooperativo) foram entrevistados durante eventos realizados ao longo daquele ano em diversas localidades paranaenses. Outros 54 integrantes do MST, moradores em um assentamento e um acampamento no interior do Paraná, opinaram sobre o jornal, em entrevistas individuais ou grupos de discussão especialmente constituídos para fins da pesquisa.[3] Um questionário de 16 perguntas foi respondido por 51 militantes do setor de educação durante um curso de capacitação de monitores[4]. Para efeito de uma "atualização" parcial das informações, no presente texto foram trabalhados quatro números do Jornal Sem Terra dos meses de maio, junho, julho e agosto de 2006.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST) nasceu em maio de 1981 como um boletim mimeografado e direcionado especialmente às comunidades religiosas que respaldavam a luta dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. A publicação, chamada "Sem Terra - Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra", era editada em Porto Alegre pelo Movimento Justiça e Direitos Humanos, pela Pastoral Universitária e pela Comissão Pastoral da Terra. A circulação inicial era de 700 exemplares.

Nos arquivos encadernados do JST, organizados pela Secretaria Nacional de Comunicação que funciona em São Paulo, estão alguns números esparsos do ano de 1981 e praticamente todos os exemplares a partir da edição 17, datada de janeiro de 1982. Com um conteúdo altamente religioso, o boletim variava o número de páginas em torno de 20 folhas de papel sulfite, reproduzidas sem qualquer tratamento gráfico mais cuidadoso. A linguagem, entretanto, era fácil e desde os primeiros números havia desenhos ilustrativos. No auge da mobilização o boletim chegou a ser semanal, mas depois passou a circular a cada 15 dias.

Em abril de 1982 (número 20), a edição ganha uma roupagem mais "profissional", com diagramação em colunas. Neste número aparece na capa um desenho bastante semelhante ao usado ainda

[3] O MST foi criado em 1984, em Cascavel, no Paraná, durante um encontro com 80 representantes de 13 estados. Em janeiro de 85 realizou, em Curitiba, seu primeiro Congresso Nacional, com 1.600 delegados de todo Brasil (Stédile, 1999 p.45 a 51).

[4] A pesquisa resultou na dissertação de mestrado intitulada "O Papel do Jornal Sem Terra na Organização MST" defendida em fevereiro de 2002 no curso de pós-graduação em Sociologia das Organizações do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

hoje no centro da bandeira do MST: o casal carregando ferramentas de trabalho na terra. A logomarca da publicação, que perdurou ainda por mais um ano, era uma cruz de madeira, com pedaços de tecido presos aos braços, representando o martírio da luta pela terra.

No mês seguinte – maio de 82 – o boletim começa a publicar fotografias e a ampliar suas preocupações: um texto longo discute a questão de que apenas o acesso à terra não resolve os problemas dos trabalhadores, sendo necessário mudar o modelo de sociedade. Em julho do mesmo ano, a publicação, que adotou o nome "Sem Terra", anuncia em editorial que passará a circular nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O número 31, com data de abril e maio de 83, informa que estão circulando três mil exemplares. A tiragem continua a crescer, passando a cinco mil exemplares em novembro e incorporando maiores recursos gráficos. Finalmente, em julho de 1984 trata-se de um jornal tablóide de 16 páginas com o nome "Jornal dos Trabalhadores Sem Terra". A redação continua funcionando em Porto Alegre, mas existem correspondentes no Paraná e no Mato Grosso do Sul; a tiragem chega a 10 mil exemplares.

Em setembro do mesmo ano (edição número 38) é iniciada uma campanha de assinaturas e o jornal passa a ter circulação nacional. Em fevereiro de 1985 (número 42) a edição especial com cobertura do I Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizado em Curitiba sai com 20 mil exemplares, 20 páginas fartamente ilustradas com fotografias.

A edição seguinte (número 43), com data de abril e maio de 85, já foi produzida em São Paulo, para onde se transferiu a coordenação nacional do Movimento, como um dos desdobramentos do Congresso do início do ano. A partir desse momento, é possível fazer uma releitura da história do Brasil sob a ótica dos sem-terra, verificando a cobertura e as análises que o MST fazia (e faz) da realidade brasileira.

Em agosto de 1991, ao completar dez anos de circulação o JST publicou uma matéria comemorativa com uma dezena de fotografias de trabalhadores lendo o jornal nos barracos de lona preta, nas manifestações, assembléias e reuniões. Resumidamente, o texto da reportagem, que ocupava três páginas da edição, listava cinco responsabilidades da publicação: informar aos trabalhadores; formar e orientar; organizar o Movimento; denunciar aquilo que a grande imprensa esconde e alimentar a esperança. Assinada por Ademar Bogo, um dos líderes nacionais mais ligados à questão

da comunicação, a matéria afirmava: "Mas, se por um lado estamos contentes por o jornal completar dez anos, também temos preocupações que dizem respeito à distribuição, à utilização, às assinaturas. Precisamos entender que nosso JST tem 'boca' mas ele não tem pernas nem braços. Seus braços e suas pernas somos nós, quando o colocamos embaixo do braço e vamos nas manifestações, nas reuniões" (JST, agosto de 91 p.3).

Os núcleos de base deveriam assumir a tarefa de preparar a comemoração de dez anos do jornal utilizando o cartaz especialmente impresso para a ocasião, que deveria ser colocado em todos os locais públicos; escolher um "zelador" do jornal: uma pessoa, por núcleo, que estaria encarregada de distribuir e fazer assinaturas. A tarefa de obter assinantes é descrita como de todos, assim como a venda avulsa. "É importante que o jornal seja vendido, para que quem o comprou saiba valorizá-lo. Por outro lado, isso serve como fonte de finanças para os militantes desenvolverem suas atividades práticas (...). Nosso jornal será sempre a expressão daquilo que somos, e de nossa capacidade de realizar. Nada se consegue sem esforço" (JST, agosto de 91 p.3).

A reportagem procurou enfatizar e dar mais ampla divulgação ao documento que lhe serviu como referencial, o livreto "Normas e Orientações do Jornal Sem Terra", editado em 1988 pela Secretaria Nacional do MST, no qual o jornal é identificado como "a voz do Movimento". Este único documento oficial sobre o principal veículo de comunicação do Movimento denota a escassez de formulações teóricas e de discussões sistematizadas sobre a importância do setor na organização.[5]

Um ano depois, em setembro de 1992, a seção Núcleos do JST voltou a tratar da questão em texto de página inteira com o título "Melhorar a comunicação". As funções do jornal foram assim explicitadas:

> – informar: é através desse jornal que todos os meses ficamos sabendo como estão as lutas em todos os estados. Isso estimula a todos os companheiros que se dedicam diariamente à organização e mobilização dos trabalhadores sem terra. É possível também receber informações sobre diversos assuntos e fatos que acontecem na sociedade brasileira.
>
> – formar: Nosso jornal também quer formar a consciência dos trabalhadores rurais, apresentando informações corretas e temas de estudo que possibilitam fazer discussões e unificam o entendimento sobre a realidade brasileira. Muitas mentiras são desfeitas quando os

[3] O texto confere ao JST um papel revolucionário, de fomentar a luta de classes e auxiliar a transformação da sociedade brasileira. A única citação teórica presente é de Lênin, que compara o papel do jornal revolucionário ao do andaime de uma construção. "Ele não é a obra, não é o movimento, mas ele pode ajudar a fazer avançar a obra, a crescer. Ele pode criar condições para que os trabalhadores façam a obra" (MST, 1988 p.4).

companheiros conseguem ler e entender o que nosso jornal coloca.

– organizar: Uma das nossas preocupações é avançarmos na organização dos trabalhadores sem terra. Nosso jornal tem ajudado na organização de muitos companheiros que necessitam de orientação.

– troca de experiência: É possível realizar a troca de experiência através dessas informações recebidas, porque no jornal são colocados relatos das atividades realizadas em cada estado.

– unidade política: Esta é a tarefa mais importante que cumpre o Jornal Sem Terra. Sem unidade política não existem condições para uma organização nacional funcionar, pois esta unidade política se transforma em unidade de ação (JST, setembro de 1992 p.3).

Novamente é feito um apelo para que os militantes assumam as tarefas de distribuição e obtenção de assinaturas para o jornal. O texto fala em buscar assinantes fora dos assentamentos, entre trabalhadores urbanos, universitários, religiosos. O trabalho de elaboração das notícias e comentários também passa a ser compartilhado com os militantes: "É preciso que se tenha responsabilidade na escolha dos assuntos, porque é aí onde estamos colocando nossa posição e nossos objetivos. Como nosso jornal é popular deve-se aumentar a participação de companheiros que possam ajudar na elaboração das matérias em cada estado, mesmo que sejam pequenas colunas, mas todos nós somos convidados a escrever" (JST, setembro de 92 p.3).

A figura dos "zeladores" é explicada com mais detalhes, estabelecendo um limite de dez famílias por zelador responsável pela distribuição. Essa figura, no texto citado, ganha mais uma tarefa: aperfeiçoar a leitura. "O zelador do jornal pode contribuir com isso, passando de casa em casa para discutir assuntos que estão no jornal, incentivar a leitura coletiva ou mesmo lendo conjuntamente com cada família que tem dificuldade de ler e entender o jornal. Isso pode ser feito durante a noite, com os vizinhos mais próximos" (JST, setembro de 1992 p.3).

As assembléias e as escolas existentes nos assentamentos são também apontadas como capazes de constituir-se em oportunidades de aproveitamento do jornal. Os professores devem fazer perguntas para forçar os alunos e seus pais a lerem e "tirarem boas notas". "Os zeladores podem organizar concursos mensais com prêmios, através de perguntas e respostas de assuntos que estão no jornal (...). Em fim (sic), é necessário criar estímulos para que o jornal seja lido e divulgado entre os companheiros assentados" (JST, setembro de 1992 p.3).

3. UM ESBOÇO DE REFERENCIAL TEÓRICO

A comunicação é um elemento inerente à condição humana e

existe desde o aparecimento das primeiras tarefas compartilhadas de homens e mulheres em busca da sobrevivência. Segundo José Marques de Melo, os relacionamentos humanos primários, destinados à preservação da espécie, se davam em duas dimensões: o trabalho (produção de ferramentas) e a comunicação (produção de artefatos simbólicos). "Nesse contexto, Trabalho e Comunicação são faces diferentes daquela empreitada humana para criar os meios de produção e acumular riquezas tornando possível assim a vida coletiva e assegurando a sobrevivência da espécie. Em sendo conquistas humanas, Trabalho e Comunicação apresentam-se como direitos sociais, como patrimônio das coletividades e como alavancas que movem a ação de cada indivíduo na sociedade" (MELO, 1984 p.84).

Nenhuma análise da sociedade contemporânea deixa de considerar a importância fundamental da comunicação nas relações sociais, econômicas, culturais e em todos os segmentos da vida. A forma mais simplificada de definir a comunicação é entender que ela estabelece ou mantém alguma coisa em comum entre dois agentes. Esclarecer esta "alguma coisa", caracterizar os agentes envolvidos na troca ou os caminhos que servem à transmissão dessa mensagem, implica especializar o estudo da comunicação em suas infindáveis manifestações por todas as ciências. Sob o manto amplo deste conceito, cabem desde as relações interpessoais até o frenético e ininterrupto fluxo de informações entre os mercados de capitais de todos os países que se utilizam hoje da mais sofisticada tecnologia para reproduzir uma suposta riqueza cada vez menos vinculada a bases efetivas de produção. Cabe também a imensa gama de manifestações conhecidas como indústria cultural; e o jornalismo, mas detidamente ligado a conceitos como veracidade, atualidade e periodicidade.

Em 1948, Harold D. Lasswell formulou uma síntese das indagações clássicas que envolvem a comunicação – "quem diz o quê, através de que canal, a quem e com que efeito?". A lista de assuntos e questionamentos não fez mais do que crescer desde então. Não apenas os objetos de estudo são múltiplos (basta entrar em uma banca de revista, ligar a televisão ou acessar a internet para verificar a infindável gama de ofertas comunicativas), mas também a forma de abordagem e os instrumentos de análise se ampliam de maneira contínua.

Na ausência de um referencial teórico próprio para avaliar o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra optou-se por utilizar alguns elementos de análise da imprensa sindical entendendo que ela guarda semelhança com a imprensa produzida para e pelos sem-terra.

> No trato da imprensa sindical faz-se referência a um tipo de comunicação de origem institucional e com caráter de classe, inserido no processo genérico de comunicação. A comunicação vale-se de meios que a conduzem, mas a sua essência paira acima dos veículos e da concretização de símbolos e convenções; ela implica encadeamento de ações sociais com significados, estabelecidos nas relações de troca entre os homens localizados social, cultural e historicamente. São faces específicas de realização da comunicação (ARAÚJO, 1991 p.39).

Os paradigmas explicativos da imprensa sindical são assim resumidos por Araújo e podem ser adequados à imprensa do MST: constitui um objeto de estudo; é um meio *sui generis* de comunicação; é veículo de ação organizativa; configura modalidade de comunicação de classe; tem e faz história; é instituinte de novos padrões jornalísticos; espelha conjunturas e por elas é condicionada; é produzida por profissionais da comunicação; nutre-se do próprio meio para o qual se destina; tem seu próprio discurso.

Nos anos 80 e início dos anos 90 os jornais sindicais despontavam como importantes veículos de comunicação dos trabalhadores, na cola do crescimento e fortalecimento do próprio movimento sindical urbano. Nesse período, as publicações foram foco de vários estudos, com formulações de pressupostos teóricos e o surgimento de pesquisadores voltados ao segmento, evidenciando as diferenciações culturais e de classe dos veículos para categorias específicas:

> Um jornal operário deverá ser bem diferente de um jornal para camponeses ou de um jornal para economistas. Cada setor da sociedade tem sua psicologia, seu mundo cultural particular. Mas as diferenças entre um médico, um engenheiro, um historiador e um advogado são relativamente pequenas quando eles estão lendo uma notícia sobre a Bolsa de Nova Iorque ou a fome de Burundi. Porém as reações e as análises são nitidamente distintas se se tratar de um psiquiatra ou de um torneiro mecânico. Aqui as diferenças de classe são nítidas, com tudo o que isso traz de diferença na psicologia e nas reações de cada um (GIANNOTTI, 1998 p.12).

A jornalista Cozette Castro desenvolveu um estudo sobre imprensa e linguagem sindical demonstrando que os maiores sindicatos urbanos da região Centro-Sul, como de bancários e metalúrgicos, "foram os primeiros a perceber a importância estratégica da comunicação para formular uma ação sindical que englobe um projeto socialista de sociedade" (Castro, 1996 p.148). Estas entidades, no geral filiadas à Central Única dos Trabalhadores, souberam incorporar os desenvolvimentos tecnológicos dos meios de comunicação de massas "e buscaram fórmulas para oferecer alternativas de informação aos trabalhadores, diferenciadas dos produtos da indústria cultural".

O aparato tecnológico montado nos sindicatos para respaldar o trabalho de suas assessorias de imprensa, contudo, não foi suficiente para resolver alguns problemas que atingem a comunicação sindical, como o discurso único e autoritário, a dificuldade de distribuição do material produzido e a quebra dos projetos de comunicação com as mudanças de diretoria das entidades.

> Do lado de fora das redações sindicais pouca gente sabe que os modelos de comunicação autoritários e centralizadores, inclusive no que se refere à pauta e ao conteúdo das mensagens – tão criticados nas redações de grande porte –, são uma constante nos sindicatos cutistas. Uma postura contraditória já que a comunicação sindical faz parte da chamada comunicação alternativa, possui caráter dialógico que compreende um processo comunicativo de duas mãos. Já o discurso único, utilizado em muitas redações sindicais, desconhece o público enquanto sujeito do processo de comunicação (CASTRO, 1996 p.148/149).

No caso específico do MST, algumas dessas questões certamente estão presentes. O discurso único é uma realidade do Movimento e o próprio ex-editor do JST, o jornalista Nilton Viana, reconhece que a publicação não tem intenção de ser plural. O objetivo é mesmo mostrar os acontecimentos de acordo com a visão de mundo do MST, bem como interpretar a realidade sob a mesma ótica. Problemas de distribuição o JST também enfrenta, já que se destina a um público disperso em assentamentos e acampamentos, no geral em locais de difícil acesso, de todas as regiões brasileiras. O único obstáculo referido por Castro que possivelmente não prejudica o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a descontinuidade da direção, com mudanças de linha política. Em toda a sua existência, o MST vem mantendo uma continuidade de lideranças, onde o espaço para a disputa de projetos parece não existir.

Um outro referencial possível de contribuir para o entendimento do Jornal Sem Terra é a leitura adaptada das teses *Sobre o Conceito da História,* de Walter Benjamim, feita pelas pesquisadoras Sílvia Araújo e Alcina Cardoso, que estudaram a imprensa operária brasileira, fazendo um comparativo entre os jornais sindicais do início do século XX e das décadas de 1970/80 com o ressurgimento do movimento operário combativo. O movimento operário, frise-se, ressurgiu nas mesmas condições históricas e sociais que forjaram o nascimento do MST.

> Contraditórias para alguns, com coerência interna para outros, as teses são plenas de metáforas e analogias, ao unirem coisas consideradas incompatíveis: marxismo e religião; revolução e messianismo (...). É neste fértil material de reflexões sobre a história que encontramos pontes possíveis de serem transitadas entre o passado e o presente, para análise da imprensa operária. As reflexões benjaminianas sobre questões do seu

> tempo são temática retomada com insistência nos jornais operários. Isto é, o problema tanto para Walter Benjamim como para os jornalistas operários está em encontrar uma saída prática, introduzindo uma nova maneira de ver a história em que a relação dinâmica entre o passado, presente e futuro não pode perder de vista o "agora", um novo conceito de tempo que se caracteriza pelo combate. Para ambos, a potencialidade messiânica deve ser provocada, recusando-se a espera, onde a ação social emerge a cada momento (ARAÚJO E CARDOSO, 1992 p.119).

Essas são observações aplicáveis ao JST, no qual também estão questões aparentemente inconciliáveis que se debatem no cerne da contradição maior: como viabilizar a pequena propriedade rural no capitalismo (ou mesmo no socialismo)? Os aspectos incompatíveis apontados pelas pesquisadoras em relação às teses – a união de marxismo e religião ou revolução e messianismo, por exemplo – são facilmente encontráveis no Jornal Sem Terra. A conexão entre passado, presente e futuro, por outro lado, está sempre nas páginas da publicação. A seção "Lutadores do Povo" traz, em quase todas as edições, a história de uma figura marcante nas lutas sociais, no Brasil ou no mundo. A leitura do presente aparece no noticiário e nas análises de conjuntura, enquanto o futuro será construído pelas ações organizadas da massa, sempre chamadas a participar de mobilizações e outros eventos destinados a questionar o sistema político e econômico vigente, na perspectiva de ampliar o espaço das conquistas populares rumo a uma nova sociedade – é o "agora como tempo de combate", na interpretação de Araújo e Cardoso.

As 18 teses (e dois apêndices) foram escritas em um momento de profundo questionamento intelectual e grande pessimismo de Walter Benjamim, no auge da Segunda Guerra, e não fazem qualquer referência explícita ao sindicalismo, ao movimento camponês ou à imprensa. Mas sua fé "na utopia do processo histórico para salvar a humanidade da catástrofe", na expressão das pesquisadoras, muito se aproxima dos principais conteúdos editoriais do JST, ou mesmo dos fundamentos doutrinários do MST. A posição pode ser idealista hoje, como foi em Benjamim, "mas de um idealismo crítico, fundamentado contra a corrente burguesa de dominação universalizada e redutora do horizonte de vida das classes subalternas" (ARAÚJO E CARDOSO, 1992 p. 120).

O paralelo entre imprensa operária, teses benjaminianas e Jornal Sem Terra pode ser completado com o raciocínio que se segue:

> Há que se incorporar à prática política da imprensa operária de hoje, a memória de um empreendimento coletivo que soube trabalhar, no cadinho das ideologias políticas da época, o utópico e o aqui-agora, a doutrina e a ação, a esperança e a realização. Em termos jornalísticos aquela

imprensa procurou colocar no âmbito da mensagem a notícia e a opinião, o fato próximo e o distante, as peculiaridades morais do trabalhador e suas investidas libertadoras (ARAÚJO E CARDOSO, 1992 p.125/126).

Trata-se de uma descrição dos conteúdos editoriais do JST, válida ainda hoje sob muitos aspectos. Em suas páginas, o utópico se entrelaça com a luta presente; os textos doutrinários, chamados de estudo, estão mesclados com o noticiário das ocupações e manifestações; há espaço para informações locais e para a cobertura das lutas populares internacionais; o jornal dita regras de comportamento, inclusive moral, para os militantes do MST ao mesmo tempo em que infunde confiança nas suas investidas libertadoras, ou seja, nas batalhas empreendidas no dia-a-dia tendo sempre em mente a tarefa maior de transformação social. A definição de Balle parece adequada ao projeto do Movimento quando diz que a comunicação significa "propagação de uma identidade ou de uma causa, segundo se trate de promover entre indivíduos predispostos, a ilustração e a defesa de uma identidade social ou pessoal, ou ainda de uma idéia, de uma ideologia" (BALLE, 1995 p.587).

4. O PRODUTO E SEU CONTEÚDO

O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é produzido pela Secretaria de Comunicação do MST, que funciona junto à direção nacional do Movimento, em São Paulo. São quatro jornalistas na redação, de acordo com informações do expediente da edição de agosto de 2006 (número 265), e outros 27 militantes, espalhados por 19 estados, que se responsabilizam pelo trabalho de reportagem. Os mesmos profissionais que trabalham na Secretaria cuidam dos outros produtos de comunicação do MST: a página na internet, de atualização diária; o boletim quinzenal "MST Informa", enviado por correio eletrônico e a "Revista Sem Terra", que surgiu há oito anos, tem circulação bimestral e é mais direcionada aos apoiadores do Movimento, com textos longos e discussões teóricas aprofundadas, em 64 páginas e 10 mil exemplares de tiragem. Há ainda um programa de rádio "Vozes da Terra", produzido desde 2000, a princípio como uma parceria com a Universidade Católica de Santos, com ajuda dos estudantes de Jornalismo. Atualmente o programa semanal de três minutos é distribuído para 500 emissoras de rádio comunitárias ou comerciais em 16 estados.

No site do MST o Jornal Sem Terra é identificado como um dos mais antigos veículos de comunicação com os trabalhadores: "A principal função do JST é ser um veículo de informação e formação dos trabalhadores rurais sem terra. Pretende-se atender duas

[6] A informação está em http://www.mst.org.br/informativos/indice.html, acessado em 29 de agosto de 2006.

necessidades: divulgar à sociedade as lutas, avanços e conquistas dos sem terra e levar ao conhecimento dos sem terra as lutas que ocorrem em todo o país"[6]. Desde o início de 2001 (número 206, datado de dezembro de 2000/janeiro de 2001) o jornal ganhou um novo projeto gráfico, deixando de ser impresso no formato tablóide convencional que perdurou por 16 anos, para assumir o formato germânico (que tem dez centímetros a mais na altura das páginas e um centímetro a menos na largura).

A publicação tem 16 páginas, atualmente todas coloridas, e com uma diagramação mais leve. O contrário dos números avaliados em 2001, as edições recentes apresentam grande volume de fotografias e não são mais publicadas páginas inteiras de texto. O conteúdo editorial e as seções continuam bastante semelhantes. A primeira página é ocupada por uma grande fotografia, quase sempre mostrando uma mobilização do MST com muitos participantes e bandeiras, completada com a manchete principal e três chamadas de outros assuntos. Abaixo da logo marca do jornal, que em 2006 ganhou um selo lateral comemorativo aos 25 anos, existe uma tarja convidando para uma visita à página do MST na internet.

Um conjunto de seções aparece, de forma mais ou menos alternada, em praticamente todas as edições. Lugares fixos têm apenas o "Editorial", assinado pela direção nacional do MST, a seção "Cartas", a frase do mês e o expediente que ocupam a página 2. A seção "Balaio", formada por notas curtas e bastante ilustrada com pequenos desenhos e charges está sempre na página 15. Nos números próximos à data de comemoração dos 25 anos do jornal, foram publicadas nesta página reproduções de reportagens antigas, marcando os principais momentos da história brasileira e das lutas do MST.

A página 3 pode ser ocupada pela seção "Estudo" ou por um texto classificado como "Especial", geralmente assinado por um político, pesquisador ou profissional de áreas diversas. As páginas 4 e 5, em praticamente todos os números avaliados, continham uma grande entrevista com personagens variados. Neste espaço o projeto gráfico foi bastante alterado, entre os números avaliados em 2001 e os atuais. Hoje há utilização de grandes fotografias relacionadas ao assunto em foco, em vez de uma única e pequena imagem do entrevistado que tornava as páginas muito pesadas anteriormente. As páginas 6 e 7 são reservadas para o noticiário da seção "Estados". Compostas por matérias menores, elas abrigam em torno de cinco ou seis textos com notícias que retratam conquistas nos assentamentos, festas de colheita, encontros regionais, manifestações locais, episódios de repressão ou assassinatos de sem-terra. Há uso constante de fotografias e é feita a

identificação do estado de origem das matérias.

O centro das edições, páginas 8 e 9, privilegia os assuntos "Movimentos" e "Reforma Agrária" ou, nos números analisados de 2006, a seção "Especial". Nestas páginas, coloridas e fartamente ilustradas, está normalmente concentrado o noticiário de mobilizações nacionais, como o movimento das mulheres agricultoras, as marchas de trabalhadores rurais, as jornadas de lutas, a defesa da agroecologia. Na edição de julho de 2006 nada menos do que oito fotos compunham as páginas com o título "A luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais contra o avanço do capitalismo no campo".

As páginas de 10 a 13 são ocupadas por assuntos variados, dependendo da edição, identificados nas seções "Internacional", "Direitos Humanos", "Projeto Popular", "Transgênicos", ou novamente "Especial" e "Movimentos". São textos assinados por especialistas ou escritos pela própria equipe do JST. Na página 14 é geralmente publicada a seção "Lutadores do Povo", que traz a história de um personagem das lutas populares no Brasil ou no mundo. A contracapa, usada como uma espécie de agenda, anunciando mobilizações e eventos quando o novo projeto gráfico foi adotado, passou a ser ocupada por um poema, ilustrado com uma grande fotografia ou por uma espécie de ensaio fotográfico como no caso da edição de junho de 2006 (número 263) que mostra seis imagens e o título "Todos e todas sem terra estudando". Uma tarja de oito centímetros, no pé da última página, reserva espaço para a colocação da etiqueta de endereço do assinante.

O expediente das edições de 2006 informa que a tiragem do jornal está em 20 mil exemplares, mas este número tem oscilado bastante nos últimos anos: era de 25 mil exemplares em dezembro de 1998; caiu para 22 mil em janeiro de 1999 e se manteve assim até maio; desceu novamente, desta vez para 20 mil exemplares em junho e julho, mas em agosto subiu para 25 mil unidades. Durante todo o ano de 2000 o JST circulou com 40 mil exemplares e em 2001 caiu para 30 mil. Em entrevista dada em maio de 2001 para a pesquisa que estava sendo desenvolvida sobre jornal, João Pedro Stédile disse que o objetivo era equilibrar a tiragem com o número de militantes do MST, isso porque ele defendia que o Jornal Sem Terra não é uma publicação de massa, destinada a todos os acampados e assentados do Movimento.[7]

[7] Se fosse endereçado à base, a tiragem do jornal precisaria ser muito maior. Em entrevista à revista Caros Amigos (número 38, junho de 2000) Stédile respondeu a uma pergunta sobre as dimensões do Movimento: "Grosso modo, mais ou menos 250 mil famílias assentadas, mais de 100 mil famílias acampadas e 4 milhões, aproximadamente, de famílias sem-terra, esperando um pregador que as organize"(sem grifo no original). O final da frase deixa perceber o papel que as lideranças do MST se atribuem no processo de organização do Movimento e na luta política mais ampla. A massa de quatro milhões de famílias não tem nenhuma relevância sem um "pregador" que a oriente. De acordo com o site do MST, acessado em 28 de agosto de 2006, o número de famílias acampadas no Brasil era de 124.240 (dados de 2005).

> Sempre houve muitas confusões também em relação ao papel do jornal. Em muitos estados, às vezes, o jornal era utilizado na base: distribui no assentamento, distribui no acampamento e aí os companheiros se iludiam porque na verdade nós nunca utilizamos o jornal como instrumento de comunicação com a base. Porque a base tem um baixo nível cultural, não tem costume de ler jornal. Aí as discussões que houve no setor de comunicação sempre foram que com a base mesmo nós temos que usar outros mecanismos de comunicação, que vão desde a reunião de grupo lá no assentamento ou no acampamento; a assembléia que é um instrumento de comunicação impressionante. Nós usamos muito com a nossa base uma técnica que aprendemos com a igreja que é a famosa cartilha. A cartilha é um instrumento muito bom: bota desenho, bota perguntas, ela leva a informação, reflete sobre a informação e não precisa ter aqueles padrões de jornal, que tem certas regras que tu tem que respeitar. (STÉDILE, entrevista realizada em 2 de maio de 2001, em Curitiba).

O jornalista Nilton Viana, que editou o JST durante dez anos, também define a publicação como um veículo para a militância. "Ele tem características de ser um jornal informativo, de ser de formação da nossa militância, de estudo pra nossa militância".[8] A fala do profissional, contudo, chega a ser contraditória: em um determinado momento ele diz que o jornal é o veículo de comunicação com funções melhor definidas dentro do Movimento "que a gente sempre soube qual caminho deveria trilhar". Mais tarde, ao discutir a questão da linguagem, Viana reconheceu a existência de um papel duplo para o JST:

> Mas há que considerar também que o Jornal Sem Terra, por mais que ele seja direcionado pra nossa militância ele também é um jornal que vai pro mundo inteiro. Ele chega em mais de 50 países. Ele chega em dezenas, dezenas e dezenas de artistas, intelectuais e personalidades que assinam e querem acompanhar a luta do Movimento Sem Terra através do nosso jornal. E acompanham. Infelizmente o jornal, nos últimos anos, acabou incorporando esse perfil de ser também interlocutor com a sociedade, procura dialogar com a sociedade as questões do Movimento. (Nilton Viana, entrevista realizada em 23 de maio de 2001, em São Paulo).

Na época, de acordo com a planilha de distribuição do jornal, havia nove mil assinantes externos, significando que praticamente um terço da edição (de 30 mil exemplares) destinava-se a apoiadores do MST. Em agosto de 2006, em contrapartida, a Secretaria de Comunicação listava apenas 400 assinantes externos, além de remessas feitas gratuitamente para sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos e outras entidades que apóiam a luta pela reforma agrária.

Definido como "a voz oficial do MST", por Stédile, ou como "o retrato fiel da luta do MST", por Viana, o jornal não tem como

[8] Entrevista concedida no dia 23 de maio de 2001, em São Paulo.

proposta uma linha editorial que se pretenda plural ou isenta, a exemplo do que se discute em relação à chamada grande imprensa. A versão dos acontecimentos e as análises publicadas têm a ótica do MST e nunca se ouve "o outro lado", segundo prática alardeada pelos veículos convencionais. "Os fazendeiros e o governo têm toda a grande imprensa pra se manifestarem", disse Nilton Viana (entrevista, por telefone, realizada em junho de 2000). Enquanto o líder Stédile acrescentou:

> O jornal não é plural no sentido de que aqui pode botar qualquer ideologia. Não, é a ideologia do Movimento. Mas nós queremos a pluralidade na diferenciação dos temas pra também não ficar só aquele negócio de reforma agrária, reforma agrária. No fundo, no fundo nós queremos que o jornal nos ajude a formar cidadãos completos, plurais, politizados, que entendam da sociedade, que sejam politicamente bem informados – se é que se tem conceito pra isso – mas que estejam abertos pro mundo (STÉDILE, entrevista em maio de 2001).

A linha política, como já se percebe pela fala do líder sem-terra, condiciona a linha editorial: o jornal não deve ser apenas um noticiário da reforma agrária. Stédile citou como um processo de evolução da publicação sua tendência em direção a um veículo mais de orientação política.

> No início do Movimento era assim: tu pegava o Jornal Sem Terra, de 15 páginas, dez era contando a história de ocupações. Depois nós fomos vendo que a militância perde o interesse, porque a rigor as ocupações são iguais. E as diferenças tu não pode botar no jornal porque daí é um problema político. Não vai contar detalhes de como se prepara. Até dá uma bela reportagem, mas tu não vai poder contar porque entrega pros inimigos. A notícia de uma ocupação no nosso jornal sempre era tratada de maneira efêmera e aí enjoativa, cansativa. Então o jornal foi evoluindo pra ser mais de orientação política pra militância. Ele procura debater assuntos (STÉDILE, entrevista em 2 de maio de 2001).

Esse debate – restrito evidentemente ao marco ideológico do Movimento – é feito pela contextualização, ditada pela linha editorial que sempre busca relacionar os acontecimentos e favorecer a análise política. Aproveitando o fato de ser um veículo mensal, o JST não se preocupa com a informação factual, perecível. Segundo o ex-editor Nilton Viana, o objetivo é introduzir elementos de análise política, mostrando que uma situação não está isolada da outra. A proposta de contextualizar as informações e romper com o corporativismo, não tratando apenas das questões do próprio Movimento são as principais características que diferenciam o JST de outras publicações ditas populares, como os jornais sindicais. Na opinião de Viana, "os sindicatos procuram tratar a questão mais local, corporativa. O Jornal Sem Terra tem a preocupação de tratar as questões do

Movimento do ponto de vista político e nacional. (...) Por mais que você enfrenta o problema ali no seu umbigo, você tem que ver além, porque senão você vai passar a vida inteira brigando por reajuste salarial". Este é o argumento que, certamente, justifica a publicação de matérias a respeito de assuntos muitas vezes distantes do universo de preocupações dos sem-terra, cm foi o caso de reportagens a respeito do risco de apagões por falta de energia elétrica na região Sudeste no ano 2001 ou sobre a violência urbana em São Paulo, em 2006.

5. DIFICULDADES DE DISTRIBUIÇÃO

O JST deveria chegar a todos os sem-terra, em todos os acampamentos e assentamentos. Esta posição é manifestada de forma muito enfática pelos militantes e pessoas da base do Movimento, que reclamam do esquema precário de distribuição da publicação. Nenhum dos entrevistados, neste segmento de público, demonstrou consciência ou concordância com o fato de o Jornal Sem Terra ser um veículo destinado pela direção do MST a uma fatia específica dos seus membros, os militantes. Eles defendem a utilização massiva da publicação, no interior do Movimento, e inclusive fora, como um fator de formação de consciências. Disse Edmilson Santos, da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi), localizada em Paranacity, Noroeste do Paraná: "O jornal é muito bom e eu queria que ele passasse nas mãos de todos os trabalhadores. Que o Movimento Sem Terra fizesse uma ficha daquele trabalhador que não tem terra e chegasse até ele, que escalasse grupos de conscientização por região, pudesse levar o jornal, movimentar a massa".[9]

A dificuldade de acesso, para o público interno, é grande. Mesmo nos locais onde o JST chega regularmente, os atrasos são freqüentes. "Às vezes o jornal demora até dois ou três meses pra chegar ao nosso conhecimento", informou Sebastião Carlos Brum, assentado em Bituruna, Centro-Sul do Estado e membro do setor de produção cooperativista. José Ronaldo Soares Correia, assentado no município de Teixeira Soares, também mencionou atrasos e garantiu que no tempo em que estava na "militância" tinha mais acesso ao JST: "Lá no assentamento ainda não temos assinatura. Vem trazido pelos caras da regional que sempre levam e dizem: 'Olha, tá aqui o jornal, pra dar uma orientada'. As vezes nós discutimos, reúne o núcleo e discute. Mas eu via mais esse jornal no ano passado, quando eu estava mais na militância e a gente estudava muito o jornal".[10]

[9] Todas as citações deste tópico são de entrevistas realizadas ao longo do ano de 2001.

[10] Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2001 durante o curso de capacitação de monitores para Educação de Jovens e Adultos, no assentamento Contestado, município da Lapa, Paraná.

Nos acampamentos a situação é ainda mais complicada. Na Fazenda Marabá, apontada pela direção do MST como exemplo de boa utilização do Jornal Sem Terra, Nivaldo Santos Oliveira, coordenador do núcleo quatro, informou ter recebido a publicação "quatro ou cinco vezes desde que estamos acampados" (há 15 meses). Paulo Bertoline da Silva, acampado há dois anos no município de Ramilândia, região Oeste, conheceu o JST durante uma reunião do grupo de negociação, no dia 26 de março de 2001, em Curitiba. Analfabeto e ex-brasiguaio, ele vivia em uma área que há pouco tempo passara a ser organizada efetivamente pelo MST. Mas Nivaldo da Silva, que integrava há dois anos o acampamento da Fazenda Perdigão, em Querência do Norte, disse que desde o início a ocupação foi ligada ao MST e mesmo assim o jornal não chegava ao local: "Vejo apenas na cooperativa, quando vou até a cidade, a cada três ou quatro meses". Rosane Pereira da Silva, acampada em Renascença, também recebia poucas vezes o jornal em sua área: "Lá não vai sempre. O pessoal tem contato maior com o jornal quando vai a encontros ou em alguma reunião".

Em um encontro do setor de formação do MST, realizado no mês de abril de 2001 em Cantagalo, com a participação de 29 militantes, o jornal foi tema de debate. Depois de reconhecer as dificuldades enfrentadas no Paraná para consolidar o setor de comunicação, o coordenador da reunião afirmou:

> Temos que pensar a questão ligada à nucleação, juntando distribuição, estudo e formação. O jornal tem um monte de texto de conjuntura que pode ser objeto de estudo. O editorial, por exemplo, que tem uma linguagem mais fácil, podemos usar em grupos de jovens, de mulheres. Devemos usar com criatividade.(...) Quem lê, em sua maioria são nossos militantes. Essa brigada lê, a direção também. Foi feita uma mudança no modelo, no projeto gráfico, para facilitar os companheiros que têm dificuldade de leitura. Estão usando letras maiores pras pessoas enxergarem melhor e está mais fácil de manusear. (...) Mas o jornal tem falhas na distribuição. Chega com atraso de até um mês e a conjuntura pode estar alterada (Nei, intervenção durante encontro do setor de formação em Cantagalo, no dia 4 de abril de 2001).

Nessa fala é possível identificar vários dos problemas que envolvem o JST e inibem o cumprimento das funções a ele atribuídas pelo Movimento: o acesso é difícil porque existem falhas na distribuição; o nível de leitura é preocupante; a linguagem nem sempre é fácil.

Renato Reinhart, que durante dois anos tentou constituir o coletivo de comunicação do MST no Paraná e deixou a função em janeiro de 2001, também participava do encontro em Cantagalo. Para ele, o nível de leitura e aproveitamento do JST tem a ver com a organização do Movimento em cada local e com a importância que

as lideranças conferem à comunicação. "Depende da organicidade de cada região, fazer chegar o jornal aos assentamentos e acampamentos. (...) A utilização também varia de acordo com cada regional e com a importância que cada coordenador ou coordenadora dá ao jornal. Eu entendo que estamos muito longe ainda de dar a importância devida ao jornal", disse ele.

Na enquete realizada com monitores de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e respondida por 51 pessoas (12 com primeiro grau completo, 15 com segundo grau e nenhum com nível de escolaridade inferior à quinta série), também ficou patente a dificuldade de acesso ao Jornal Sem Terra: 16 respostas indicaram a alternativa "de vez em quando" para descrever se o jornal chega ao local de moradia; 14 disseram que chega "todos os meses"; 13 informaram que "raramente" o jornal chega e outros seis mencionaram que têm acesso à publicação "a cada dois ou três meses".

No espaço destinado a observações dos respondentes, 12 pessoas se manifestaram, sete delas tratando do problema da distribuição. Algumas frases significativas: "Que o Jornal Sem Terra seja distribuído em todos os assentamentos e acampamentos para manter o povo informado e compreenderem (sic) melhor o Movimento e facilitar o nosso trabalho como educador de jovens e adultos no campo"; "O jornal deveria chegar em todos os assentamentos, todos os meses. Não só nos assentamentos, mas sim em todo lugar"; "O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra deveria chegar em todos os assentamentos, todos os meses. Por que isso não está acontecendo?"; "O jornal deveria chegar em todos os assentamentos, para facilitar a aprendizagem e estarem (sic) sabendo o que ocorre, nos outros lugares".

Raros militantes do MST e praticamente nenhum membro da base do Movimento ouvido na pesquisa informaram a condição de leitores assíduos do Jornal Sem Terra, interessados em todo o conteúdo da publicação, mensalmente. "Minha leitura é irregular, às vezes sim, às vezes não", disse Clodomir Santos, acampado no município de Cruzeiro do Sul que não foi capaz de lembrar de nenhum texto ou assunto que tenha lido no JST. "Sou muito relaxado pra ler. Gosto mais de ouvir. Você pega, lê as manchetes, vê se tem um assunto que mais interessa – na verdade, tudo interessa. Mas eu sou daquele preguiçoso pra ler", reconheceu Ildo Roque Calza, da Copavi, em Paranacity. Embora a área seja apontada como modelo de utilização do JST pela direção regional do MST, nenhuma das oito mulheres moradoras, ouvidas durante a pesquisa, lê o jornal com freqüência: "Não leio muito, uma por causa do hábito, que a gente não tem hábito de leitura e também por causa do tempo. A

gente prioriza outras coisas e não a leitura. E não é só esse jornal. É qualquer outro. Normalmente olha mais alguma coisa que chama a atenção, mas não usa muito o Jornal Sem Terra", disse Claudete Sturmer, uma das lideranças da cooperativa.

Entre os monitores do setor de educação, dos 51 que responderam ao questionário, 20 informaram que lêem o JST de vez em quando; outros 14 asseguraram ler todos os meses; 12 assinalaram a alternativa a cada dois ou três meses e cinco lêem raramente. É possível, pela pesquisa, evidenciar uma relação direta entre o recebimento do jornal e o nível de leitura: 32 pessoas assinalaram as mesmas alternativas quando perguntadas sobre o recebimento do JST em seu local de moradia e o hábito de leitura.

6. LINGUAGEM E INFLUÊNCIA

A maioria dos entrevistados, militantes ou integrantes da base do MST, considera que os textos do JST são fáceis de compreender e acessíveis a todos. "É uma língua fácil, qualquer senhor, mesmo que leia devagarinho, vai entender", disse José Roberto Morais, da frente de massas; "Eu leio pouco, mas o que leio entendo. Todo mundo entende. Fala o português claro mesmo. E o que está ali, tem que acreditar", sentenciou Marlene Aparecida Vesselovstz, da Copavi.

As ressalvas identificadas em relação à forma textual apareceram nas entrevistas de pessoas que demonstraram efetivamente ler mais a publicação. Geferson Prediger, assentado no Rio Grande do Sul e liberado pela cooperativa de sua área para ajudar no trabalho de organização do MST na região central do Paraná, é um leitor assíduo e considera que muitos dos textos não são compreensíveis para a base. "Por isso, é importante que existam grupos de estudo que usem efetivamente o jornal", disse ele durante o encontro da brigada de formação em Cantagalo.

"Acredito que o pessoal com dificuldade de leitura pode ter dificuldade de ler e interpretar", disse Antonio Natalino Gonçalves, da Copavi, que particularmente não enfrenta obstáculos no entendimento do jornal. Nivaldo da Silva, acampado em Querência do Norte e que tem pouco acesso ao jornal, concorda com Natalino: "Tem muitas palavras que a gente não entende porque o nível de estudo é baixo", disse ele, que participou do encontro do grupo de negociação em Curitiba, em abril de 2001.

Solange Luiza Parcianello, da cooperativa de Paranacity, afirmou que o texto do Jornal Sem Terra é mais fácil de entender, perto dos outros veículos: "É uma linguagem mais voltada pra

realidade. Alguma coisa assim quando fala em nível mundial, quando fala em neoliberalismo, algumas palavras a gente fica meio em dúvida, né? Quando existe uma análise de conjuntura tem algumas frases assim que a gente fica sem entender muito". Claudete Sturmer, assentada na mesma área, disse que "a linguagem até pode ser fácil de entender, os temas é que são difíceis, os assuntos complexos, as entrevistas longas". Ela acredita que todos os assuntos tratados são importantes, mas que o público não tem condições de acompanhar: "Talvez pra estudo seja interessante, mas a gente não tem hábito de ler, nem tempo também".

Muitos entrevistados manifestaram o entendimento de que a avaliação da linguagem depende do leitor: "Isso depende de quem está lendo. Se você lê sozinho, tem uma interpretação. Se tem um grupo ali estudando, facilita o entendimento. Às vezes você não está entendendo e alguém, com um pouco mais de orientação, mostra o que quer dizer. Qualquer texto pode ser difícil, mas pode ser fácil. (...) Às vezes você pode pegar uma pessoa que não saber ler nem escrever, mas isso não significa nada porque a pessoa tem um conhecimento altíssimo", disse José Ronaldo Correia, assentado no município de Teixeira Soares. Na mesma linha do raciocínio, afirmou Luiz Alonso Sales, assentado e membro da direção regional do Movimento: "A questão da linguagem depende do leitor. Tem pessoas que têm dificuldade de entender o jornal. Quem está habituado a ler, consegue captar a mensagem e entender o processo do jornal".

Em que pese a existência de obstáculos na linguagem, o público do JST manifestou uma confiança irrestrita na publicação. Nos acampamentos e assentamentos – principalmente os que têm energia elétrica – muitos disseram que acompanham a programação da Rede Globo, embora acrescentem que não acreditam no que ouvem nos noticiários da emissora. O mesmo vale para as rádios e os raros jornais da chamada grande imprensa que chegam aos assentamentos e acampamentos. "Se você lê esse jornal [JST] sabe que está lendo uma coisa que aconteceu na real. Diferente de assistir um Jornal Nacional ou ler um outro jornal qualquer que sabe que tem manipulação. É importante que tenha um jornal pra informar a gente", disse Ildo Calza, da Cooperativa de Paranacity. "O jornalzinho publica as coisas da nossa luta e denuncia também as coisas erradas, né? Ele fala a verdade e não deixa a gente desanimar, porque se fosse pela televisão a gente já tinha parado a luta. Sem-terra é sempre chamado de arruaceiro, quando isso não é verdade", completou Jorge Alves dos Santos, do acampamento Marabá.

João Vulski, militante do setor de formação, fez um raciocínio semelhante: "Quando nós aparecemos na mídia, seja escrita, falada

ou na televisão, é sempre sendo batido. Só aparece o que é negativo. Em contrapartida, nós temos que ter nosso veículo de comunicação, não apenas pro nosso povo, mas pra toda a sociedade". Vítor de Lima Gabriel, também da Marabá, citou o fato de que a mídia convencional só dá atenção ao MST nos momentos de conflito: "Outro jornal nunca vem aqui fazer uma reportagem e mostrar a realidade que acontece no Movimento. Só mostra o lado contrário, quando tem problema. Não vai nos assentamentos, ver como estão as coisas. Não tem interesse de falar a nosso favor. Mas nós temos coisas boas pra mostrar". Os próprios integrantes do Movimento sugerem que o JST dê mais atenção às boas experiências das áreas de reforma agrária.

José Roberto Morais, militante da frente de massas, disse que o JST "é uma vitamina pra nossa ideologia". Mesmo que a distribuição seja falha, que chegue atrasado e que o índice de leitura seja pequeno, a existência de um veículo próprio de informação do MST é um sinal de força e organização do Movimento, oferecendo a cada sem-terra a certeza de não estar sozinho: "O jornal fala das lutas dos companheiros que estão na luta igual nós, ou de quem já está assentado, em situação um pouco melhor, com cooperativa funcionando. Então, esse jornalzinho, a gente lendo, estudando, fica animado", afirmou Jorge Santos, do acampamento Marabá.

Nas páginas da própria publicação, a credibilidade conferida pelos leitores ao JST está manifesta na ausência quase total de fontes de informação. O próprio jornal assume as informações publicadas, bem como as análises e propostas, constituindo um todo de verdade que corresponde à visão de mundo do MST. Mesmo nos artigos assinados não há a preocupação de situar a origem dos dados presentes – prática que é comum na imprensa convencional, a menos que o articulista seja um especialista extremamente renomado no assunto em pauta.

A discussão em torno da capacidade de influência do Jornal Sem Terra sobre os militantes e membros da base do Movimento divide, de certa maneira, as opiniões dos leitores. "O jornal nem sempre influencia. Poucas vezes o pessoal faz comentários sobre o que lê, por exemplo, sobre plantio orgânico. É uma questão de costume, né? O pessoal lê e fica para si", disse Solange Parcianello, da Copavi. "Eu acredito que quando o jornal provoca debate, conseguindo interessar o pessoal, aí contribui, vai formando a consciência, dando os conceitos. As pessoas começam a reagir", afirmou Renato Reinhart, ex-coordenador de comunicação.

Para Ivanira Soares dos Santos, do assentamento Etiene, o JST tem grande influência: "O jornal do Movimento é o único que chega

nos assentamentos. Cada jornal a gente sabe que tem uma novidade, alguma coisa de novo assim que influencia na mente das pessoas. (...) Na minha área, por exemplo, lemos algumas coisas sobre plantio orgânico no jornal e depois fomos buscar mais informação". Luiz Alonso Sales, do assentamento Paulo Freire, sintetizou a capacidade do JST de alterar comportamentos culturalmente enraizados ou contribuir para mudança de consciência: "Ele só vai influenciar se você tiver um trabalho, um estudo pra explicar mais as questões. Normalmente a origem de nossas famílias é na agricultura e a maior parte trabalhava usando veneno no plantio, por exemplo. A prática deles é assim, na cabeça deles é assim. Mudar a consciência é um processo".

Alguns militantes demonstraram entendimento de que o jornal não é feito apenas para consumo da organização e avaliaram a influência do veículo no público externo.

> Eu diria que o Jornal Sem Terra é um grande exemplo, por ser uma organização de trabalhadores rurais que vem conseguindo manter um veículo sério, ao longo de tanto tempo e tendo inclusive ganhado prêmios de jornalismo[11] . Acredito que ele tenha despertado muito a consciência do povo brasileiro e até fora do país. E não só da nossa classe, dos camponeses. Creio que ele tenha contribuído para o pensar diferente da sociedade. Muitos simpatizantes, ou pessoas que não conheciam direito o Movimento, ou que conheciam através da Globo e dos veículos de comunicação tradicionais, a partir do momento em que começam a ler o jornal, ele passa a ter um papel decisivo na formação da opinião pública (Antonio Natalino Gonçalves, entrevista realizada em 9 de junho de 2001, em Paranacity).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal foco de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos seus mais de 20 anos de existência, é a questão da propriedade da terra, tendo como fulcro a defesa da Reforma Agrária, apontada como solução essencial para os males da sociedade brasileira. Ao par da luta pela terra, o MST coloca outras bandeiras que dão forma e complementam seu ideário político, além de pautarem as ações do Movimento. É comum seus líderes repetirem a assertiva de que a luta se faz contra três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital. Com isso justificam a prioridade sempre dada para a questão da educação e da formação de quadros, e também apontam para a construção de um projeto maior, de transformação da sociedade.

O MST cria uma identidade coletiva a partir dos interesses

[11] Referência ao prêmio Vladimir Herzog conferido pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo ao JST em 1986.

comuns de seus membros (o acesso à terra e (ou) a mudança do modelo de sociedade), "amalgamado pelo princípio de solidariedade e construído a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados" (GOHN, 1997 p.251). A solidariedade é um valor essencial para os sem-terra, até como uma garantia de sobrevivência individual. A ela se acrescenta, no nível dos valores, o espírito de sacrifício, outro atributo fundamental dos integrantes do MST. E ambos se complementam, como demonstra Chaves (1999), nos dois princípios fundantes do Movimento: a unidade e a disciplina.

Valores e princípios são construídos, e continuamente reforçados, nas ações coletivas que trabalham os elementos culturais básicos. A mística, um dos sustentáculos da sociabilidade no MST, é a mais importante forma de fixação desses valores. A ela se somam as atividades de formação, estudo e da comunicação em suas variadas vertentes, entre as quais o próprio Jornal Sem Terra. O JST deve ser entendido como parte de um conjunto de instrumentos de criação de uma identidade coletiva que se manifesta no interior do MST, e da legitimidade social que é construída e atuante, ao mesmo tempo, para fora e para dentro do Movimento.

No interior do MST percebe-se que o predomínio maior é a comunicação oral. Disse o acampado Nivaldo Santos Oliveira, da fazenda Marabá, referindo-se ao papel das lideranças regionais na difusão das informações: "Quando os companheiros vão lá em reuniões fora e traz mastigadinho fica mais fácil. Não é só ler, mas também explicar, mais claro que o jornal. Porque no jornal você tem que está bem atento para certas conversas ou palavras um tanto estrambólica que não dá pra você. O companheiro não, o que ele fala é isso, e isso mesmo. Acho mais fácil".

Não se trata, efetivamente, de uma postura definida com consciência das implicações teóricas originais e conseqüentes, mas a resposta a uma contingência na qual estão mergulhados especialmente os integrantes da base do Movimento: a pequena prática de leitura, seja por falta de hábito, seja mesmo pela elementar incapacidade cognitiva, já que muitos são analfabetos ou semi-alfabetizados. De qualquer maneira, este é um dado que deve ser levado em consideração na formulação de estratégias comunicativas no interior do MST – quando, e se, suas lideranças, nos diversos níveis, assumirem na prática a importância da comunicação e resolverem priorizar a atividade.

Uma indagação que se coloca, necessariamente é: a quem o JST se destina? A resposta a esta questão, para a qual não existe unanimidade entre os pesquisados, influencia grande parte das

considerações conclusivas da pesquisa. A edição de agosto de 2001 do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (número 213) trouxe um encarte especial, de quatro páginas, comemorativo aos 20 anos da publicação. Tendo como manchete "20 anos transformando notícias em valores", o encarte narra a trajetória do JST. "Na história da organização da classe trabalhadora brasileira, seja na cidade ou campo, nenhum jornal conseguiu atingir tantos anos de edição ininterrupta. Qual o segredo de tanta persistência? Seu caráter militante!", diz um trecho do texto de abertura do encarte. Feito com a ajuda dos militantes, o jornal "sempre quis ser um instrumento de agitação, propaganda, educação política que ajudasse a organizar a luta social no campo".

Na página 3 o texto "A arte de informar" diz que, ao longo de 20 anos, o JST passou por muitas mudanças, "mas jamais mudou o seu modo de se relacionar com nossa militância. Com toda a simplicidade, lá está ele chegando todos os meses para informar, incentivar e abastecer nossas consciências de sabedorias e experiências, vividas por estes heróis para testemunhar que um povo somente será derrotado se deixar-se destruir".

Essa é a primeira vez que o próprio JST – vale dizer, a direção do MST – estabelece que a publicação é destinada aos militantes. Até então, o livreto das "Normas", único documento sobre o jornal, falava em um veículo de massa. Também as matérias comemorativas dos dez anos do JST apontavam que o jornal servia "para ajudar a organizar a base". Ainda hoje, como se viu na citação a respeito do jornal existente no site do MST, a questão parece não totalmente resolvida. Ali o JST é destinado à "informação e formação dos trabalhadores rurais sem terra", ou seja, destina-se à massa. Ao mesmo tempo, pretende-se "divulgar à sociedade as lutas, avanços e conquistas dos sem terra e levar ao conhecimento dos sem terra as lutas que ocorrem em todo o país". Vale dizer, destina-se também ao público externo.

A definição do público é fundamental para determinar a forma e o conteúdo das edições. Em que pese o direcionamento do jornal para apenas uma fatia dos sem-terra seja uma realidade, os próprios militantes e os integrantes da base do Movimento (acampados e assentados) não têm consciência e nem demonstram concordar com isso. A reivindicação de que o JST chegue a todos os sem-terra em todos os acampamentos e assentamentos foi uma constante nas entrevistas com leitores. Mesmo aqueles que admitem ler pouco a

[12] Entrevista concedida em Curitiba, no dia 2 de maio de 2001, quando se realizava o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio no Paraná. Isso explica o uso da referência a "tribunal de massa", pois um grande número de sem-terra acompanhava o evento.

publicação defendem sua distribuição massiva.

Não deixa de ser estranho, na verdade, que um movimento de massa que se orgulha do fato de fazer tudo com grande número de pessoas – "Fazemos tudo em movimento de massa, curso de massa, tribunal de massa, tudo conosco é com muita gente", disse o líder João Pedro Stédile[12] – limite a circulação de seu principal veículo de comunicação a uma parcela restrita de seus integrantes, os militantes. No MST os militantes são definidos como membros efetivamente atuantes em algum setor da organização, podendo ser urbanos ou rurais, pessoas de diferentes níveis econômicos e culturais, interessadas ou não em terem acesso a um pedaço de terra.

Uma ligação possível com esta postura de distribuição do JST pode estar na condução das várias instâncias do Movimento. A palavra limitada nas assembléias, os congressos com caráter mais festivo e místico do que voltado ao debate, ou um jornal destinado a uma fatia de sem-terra, militantes com uma formação mais completa. Facetas de uma contradição apontada por Chaves entre a concepção participativa e igualitária que inspirava o formato original dos acampamentos, organizados segundo princípios das Comunidades Eclesiais de Base, "substituída por uma forma de organização leninista, atualizada sob um modelo empresarial de organização" (CHAVES, 1999 p.429). Trata-se, talvez, de uma questão para futuros estudos: como entender o caráter massivo do Movimento sustentado em uma estrutura de organização centralizada e um sistema de poder hierarquizado.

O baixo índice de leitura, que ficou claro nas entrevistas com militantes, dirigentes e integrantes da base, tem várias justificativas, além da questão elementar do acesso, como já se viu. O nível de escolaridade e o hábito de leitura, que é extremamente pequeno entre os sem-terra, certamente se constituem em um dado importante, assim como a falta de tempo, usada como justificativa por muitos dos assentados, envolvidos no trabalho árduo de viabilizar suas propriedades. Mas é na forma e no conteúdo do próprio Jornal Sem Terra que se encontram os argumentos mais consistentes para explicar o porquê dessa situação. A publicação de textos extensos e difíceis, sobre temas complexos e distantes da realidade dos leitores que vivem em acampamentos e assentamentos; linguagem que mescla textos mais endereçados aos leitores situados no segmento "apoiadores" (leia-se: público urbano, mais intelectualizado), com matérias destinadas à base e à militância do MST; a necessidade de referenciais históricos e culturais para entender o conteúdo dos textos e até das charges – são características que dificultam a

leitura. Os leitores mais assíduos do JST, entre os pesquisados, são geralmente os que reconhecem existir problemas com a linguagem. Eles são os que percebem pouca influência entre o que é publicado e a visão de mundo ou a prática cotidiana dos sem-terra.

As atribuições que o próprio Movimento Sem Terra confere ao seu principal veículo de comunicação – informar, formar, organizar e dar unidade – são de grande envergadura. Apesar de todas as considerações que evidenciam a dificuldade do cumprimento destas funções, é necessário reconhecer que o JST efetivamente desempenha um papel no Movimento. Senão, como explicar sua publicação por 25 anos, o gasto de recursos financeiros e materiais, além do empenho de esforço humano necessário à sua produção e distribuição (mesmo falha)? Pelo que foi possível analisar, o JST tem, para o público interno, uma grande credibilidade e o papel de símbolo, que se inter-relaciona e se complementa na mística. Para o público externo, o jornal é um elemento de legitimação do MST, uma forma de garantir a visibilidade de suas lutas.

8. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S.M.P.; CARDOSO, A.1992 Jornalismo e Militância Operária. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

ARAÚJO, S. M. P. de. Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto de conhecimento - 1976-1990. São Paulo,1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

BALLE, F. "Comunicação: O tema sociológico e sua especificação contemporânea". In:

BOUDON, R. (org.). Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Cosette. "A comunicação em sindicatos de trabalhadores urbanos". In: Assessoria de imprensa: o papel do assessor, Brasília: Fenaj, 1996.

CHAVES, C. de A. A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social. Brasília, 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Brasília.

GIANOTTI, V. O que é jornalismo sindical, 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.

GOHN, M. da G. Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

LINHARES.M.Y e TEIXEIRA DA SILVA, F.C. Terra Prometida, uma

PARTE 4

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A RECONSTRUÇÃO DO RURAL

O SENTIDO DA TRADIÇÃO NA RURALIDADE CONTEMPORÂNEA

Mariléia Tonietto[1]

1. INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas tomam como referencial empírico o estudo desenvolvido numa comunidade de agricultores familiares descendentes de imigrantes europeus, situada no município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. O presente texto tem por objetivo demonstrar a ocorrência de um movimento de reorganização produtiva e social dos habitantes da comunidade, em função da implantação de atividades relacionadas ao turismo rural, o que produziu uma nova dinâmica no lugar. O espaço, até recentemente associado a práticas predominantemente agrícolas, com intensa mecanização do solo e uso de insumos externos, passa a representar novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra e de obtenção de renda, tanto para os seus atuais habitantes quanto para os que, ainda mantendo laços de parentesco com a comunidade, haviam optado pelo núcleo urbano, seja como local de moradia, seja de emprego, implicando num movimento de 'migração de retorno' (WANDERLEY, 2000a). As novas perspectivas de trabalho, a localização próxima a um grande centro urbano, os atrativos turísticos e a facilidade de mobilidade cotidiana – permitindo que o local de trabalho e de residência não sejam, necessariamente, os mesmos – propiciam uma dupla inserção no campo e na cidade.

Entretanto, no processo de integração entre esses espaços – em que o rural se constitui no pólo de atração – não ocorre a pretensa urbanização do campo; ao contrário, a ruralidade local é ressignificada a partir da valorização da tradição local. Com o turismo, decresce a importância das atividades agrícolas e emergem novas formas de organização social. A rede de sociabilidade dos moradores da comunidade é ampliada e, embora as múltiplas ocupações por eles exercidas, a agricultura continua desempenhando papel central na definição de sua identidade como agricultores ou lavradores.

[1] Mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR. E-mail: marileiatonietto@yahoo.com.br

2. A HETEROGENEIDADE DO RURAL

O Brasil é um País emblemático, que retrata com grande fidelidade a civilização do final do século XX (BUARQUE, 1998): ao mesmo tempo em que o avanço técnico já foi aplicado na sua totalidade, também convive com gritantes diferenças sociais. O espaço rural, particularmente, se caracteriza pela heterogeneidade, que se traduz na coexistência, muitas vezes num mesmo espaço social e geográfico, do rural tradicional, do rural moderno e do rural da modernidade reflexiva. (BRANDENBURG et al., 2004) Tal diversidade se deve, entre outros fatores, mas em grande medida, às peculiaridades de sua formação social.

Comparativamente às demais regiões brasileiras, a característica básica do Brasil meridional é sua heterogeneidade cultural. Na sua configuração histórico-cultural, os brasileiros de origem italiana, germânica, polonesa e de várias outras etnias ainda preservam hábitos que os vinculam às suas matrizes européias, a exemplo do modo de vida fundado na pequena propriedade policultora. (RIBEIRO, 2001)

Os imigrantes europeus que se instalaram no Sul do Brasil organizando-se em colônias, e particularmente os da comunidade objeto do estudo, trouxeram consigo muito da tradição camponesa impressa em seus modos de vida, tradição essa identificada com os princípios da teoria de Chayanov (1981). Não tendo se mantido como entidades independentes ou autárquicas (ABRAMOVAY, 1998), foram, evidentemente, influenciados pelas condições socioeconômicas e culturais com que se depararam e, por sua vez, influenciaram de forma marcante o meio em que se inseriram. Podemos afirmar que seus descendentes estiveram submetidos a elementos – nos termos utilizados por Antônio Cândido (1977) – de "persistência" e de "alteração".

Embora as transformações sociais a que foram submetidas, as sociedades camponesas tradicionais, com suas particularidades políticas, econômicas, sociais e culturais, podem, em certa medida, ser tidas como uma matriz da agricultura familiar contemporânea. E as discussões quanto ao destino do campesinato no contexto do capitalismo ainda se mostram atuais, pois, contrariamente ao prognóstico dos autores clássicos marxistas – para quem não adiantavam medidas paliativas quanto ao que o destino reservava aos camponeses –, a agricultura familiar não só resiste, como também se constitui na base de sustentação das sociedades modernas. Apresenta-se com características peculiares em função das diferentes realidades históricas dos diversos países nos quais se desenvolveu, o que é constatado em estudo desenvolvido por um

grupo de pesquisadores, sob a coordenação de Hugues Lamarche (1993, p. 13), ao confrontar os modos de funcionamento e a evolução das formas sociais da agricultura familiar em cinco países com realidades socioeconômicas distintas[2]: "...independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares..."

A presença da unidade de produção familiar em toda parte do mundo reflete sua enorme capacidade de adaptação diante das adversidades econômicas e políticas a que esteve submetida, pois os elementos capazes de viabilizar e assegurar sua reprodução em um tipo de sociedade não serão os mesmos, necessariamente, em outro. Em cada situação há que se levar em conta os diferentes níveis de realidade. "...a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio. Do valor atribuído a cada um desses elementos dependerão suas características, suas exigências e seu futuro." (p. 22)

Particularmente no Brasil, a agricultura familiar tem resistido, ainda que historicamente as elites dirigentes tenham optado pela agricultura patronal. E embora apenas recentemente as próprias elites comecem a se dar conta das vantagens da agricultura de base familiar, "...essa conversão insere uma grande ambigüidade, pois tende a valorizar apenas as virtudes sociais da agricultura familiar, sem romper com o mito da superioridade econômica da agricultura patronal." (VEIGA, 1996, p. 397)

Embora a comum relação dicotômica entre urbano e rural, opondo-os em pólos opostos, e a habitual associação deste à tradição e mesmo ao atraso, recentemente o mundo rural brasileiro tem sofrido transformações engendradas não apenas pelo estreitamento das relações entre cidade e campo, mas fundamentalmente pelo reconhecimento oficial da agricultura familiar como um ator social e pela intensificação das lutas pela permanência e retorno à terra. (WANDERLEY, 2000a, p. 36) Como conseqüência, o campo passa a ser revalorizado como "lugar de trabalho e de vida", contrariando a visão 'urbanocentrada' dominante. (WANDERLEY, 2005)

Ainda que o espaço rural não mais se limite aos contornos locais e passe a integrar a sociedade mais ampla, as transformações sofridas pela agricultura familiar moderna não implicam rompimento definitivo com as formas tradicionais camponesas. Não se trata de um personagem totalmente novo: os agricultores familiares modernos

[2] A pesquisa foi desenvolvida em cinco países: França e Canadá, representando as sociedades capitalistas avançadas; Brasil, as sociedades capitalistas dependentes; Polônia, as ex-socialistas; e Tunísia, representando os países em desenvolvimento.

são "o resultado de uma continuidade". (WANDERLEY, 1996, p. 13) Por outro lado, não são fruto de um processo evolutivo, ou seja, embora o inegável predomínio de certas tendências tais como o avanço do moderno sobre o tradicional ou a perda da relativa autonomia socioeconômica pela sujeição à economia de mercado, as unidades familiares não estão submetidas a um processo de evolução histórica que necessariamente as conduziria a um destino comum. (LAMARCHE, 1993, p. 20)

As transformações em curso no campo não se constituem num processo único, pois as medidas modernizadoras da agricultura – ancoradas no padrão urbano-industrial – atingem de forma distinta as populações locais e estas, por sua vez, reagem de modo diverso às injunções por elas desencadeadas. A esse respeito, Giddens (1990, p. 50) se refere ao poder diferencial do conhecimento, considerando que sua apropriação ocorre de maneira distinta, sendo diversamente disponível para aqueles em posição de poder, os quais são capazes de empregá-lo de acordo com seus interesses. Portanto, "não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos." (CARNEIRO, 1998, p. 53)

As atuais abordagens sobre a ruralidade contemporânea apontam para perspectivas de reorganização distintas, que vão desde a dissolução do agrário, com o rompimento definitivo das tradições camponesas, em função da inexorável expansão da civilização urbano-industrial; até a reconstrução do rural. Ambas as interpretações implicam distintos significados de ocupação do espaço rural: de acordo com a primeira, os processos sociais de urbanização e modernização da agricultura estariam suprimindo as peculiaridades do urbano e do rural, acarretando a homogeneização da sociedade. Nessa perspectiva, a tradicional dicotomia entre estes espaços seria resolvida pela influência unilateral das cidades; a segunda, que se contrapõe à anterior, concebe o meio rural como um "espaço singular" de "caráter plural" (WANDERLEY, 2000b), composto por uma multiplicidade de formas e onde o agricultor familiar mantém laços com a tradição camponesa. Ainda conforme esta interpretação, embora a ocorrência de redefinição das relações campo e cidade, favorecendo a interação entre ambos, o meio rural se mantém como um espaço territorial e social diferenciado.

Considerando a diversidade de expressões da ruralidade e a dinâmica das relações rural-urbano na contemporaneidade foi que desenvolvemos a presente reflexão. Baseamo-nos em informações obtidas a partir da realidade de um grupo de agricultores familiares, descendentes de imigrantes italianos. O estudo teve como principal

objetivo analisar como se reconstrói o mundo rural a partir do agrupamento de agricultores no contexto de sua comunidade – a Colônia Mergulhão[3]. A pesquisa se propôs a analisar até que ponto a organização social da comunidade se identifica com as formas de organização tipicamente rurais; e se os agricultores familiares mantêm vínculos com uma realidade pretérita, o fazem movidos apenas pela apropriação de um nicho de marcado – o turismo rural –, ou configura-se nesse espaço um processo de reconstrução do rural.

Partimos dos pressupostos de que as novas dinâmicas sociais das relações campo-cidade impelem os agricultores familiares a lançar mão de alternativas de sobrevivência diversificadas, as quais desfazem a comum associação entre o rural e o exclusivamente agrícola; e que os mesmos, embora integrados ao meio urbano, mantêm traços do rural tradicional, além de estreitos laços com o local, reforçando sua identidade com o espaço em que vivem.

Como o estudo se desenvolveu no âmbito da comunidade rural, o critério de definição da amostra não foi numérico. Levamos em consideração a distribuição sociogeográfica das unidades familiares e as atividades nelas desenvolvidas. Dentre um número aproximado de 50 estabelecimentos rurais que integram a Colônia, a amostra foi composta de forma dirigida, compreendendo um universo de 20 famílias, dois terços das quais desempenham atividades vinculadas ao turismo rural, estando inseridas na rota de turismo rural denominada "Caminho do Vinho". As demais, em sua maioria, desenvolvem atividades agrícolas.

Como forma de organizar a análise dos dados obtidos mediante a pesquisa de campo, tomamos por base dois eixos principais: a organização produtiva das famílias e a organização comunitária. O primeiro nos permitiu analisar suas formas de sobrevivência, o segundo, compreender suas relações sociais no contexto da comunidade. Consideramos, ainda, a forma de acesso à terra pelos agricultores, condição básica para garantir uma maior estabilidade na reprodução socioeconômica das famílias.

A estrutura fundiária do Mergulhão assenta-se em pequenas propriedades, cujo tamanho das áreas da amostra pesquisada situa-se entre menos de 0,5 alqueire (1 hectare) e 15 alqueires, sendo que o tamanho médio das unidades produtivas não ultrapassa a cinco alqueires. Os agricultores da Colônia demonstram grande sentimento de apego à terra familiar, a ponto de a grande maioria não apenas se mostrar avessa à idéia de vender a propriedade – a maior parte

[3] A microrregião na qual está inserido o município foi colonizada principalmente por italianos, poloneses e alemães. Caracteriza-se pela prática de agricultura intensiva e tem como principais sistemas de produção a olericultura, a bovinocultura de leite, a avicultura e o cultivo de milho e feijão.

herdada dos pais ou avós –, como manifestar com freqüência o desejo de criar um mecanismo que evite o loteamento das terras, capaz de impedir que "gente de fora" ou algum "estranho" adquira as áreas da Colônia. Essa característica dos moradores do Mergulhão nos remete às observações de Brandenburg (1998), para quem existe um sentimento de 'apego à terra' por parte dos colonos[4] do Sul do Paraná, que é orientado por múltiplas razões, dentre as quais o de amor à terra. Este elemento se constitui num dos fatores mais relevantes da organização do colono, em função do que representa para sua sobrevivência, para a conquista de sua liberdade e para o patrimônio familiar. "...a terra constitui o pré-requisito da existência do colono enquanto categoria social. (...) Entre os elementos da natureza, com os quais estabelece relação, a terra é o fundamento de sua atividade: a agricultura." (p. 89-90) Essas afirmações do autor, portanto, se opõem à hipótese de que os colonos no Brasil não hajam desenvolvido, semelhantemente ao camponês europeu, o tradicional 'enraizamento à terra'. E justifica que o que os impele a buscar terras distantes não é a ausência do 'sentimento de pertencer' ao local, mas a falta de uma política fundiária capaz de lhes propiciar o acesso à terra.

As famílias do Mergulhão são pluriativas, dedicando-se não apenas à agricultura, mas desempenhando, simultaneamente, múltiplas ocupações, agrícolas e não-agrícolas, desenvolvidas nas unidades de produção e fora delas. Praticamente a totalidade dos responsáveis pelas unidades familiares, os "chefes" de família e suas esposas, dedicam-se mais às ocupações diretamente ligadas ao estabelecimento rural, sejam elas agrícolas ou não. As ocupações externas são exercidas principalmente por filhos de agricultores ou por suas esposas, e revelam-se uma fonte de renda secundária. Os rendimentos daí obtidos destinam-se predominantemente a atender aos gastos dos próprios assalariados e mesmo a proporcionar melhoria na qualidade de vida da família. As ocupações externas ao estabelecimento não se constituem, portanto, em fontes de renda imprescindíveis à subsistência familiar, sendo a agricultura a base de sustentação das famílias no Mergulhão. Considerando os rendimentos com aposentadoria, a maioria das famílias obtém seu sustento a partir de ocupações agrícolas e não-agrícolas no estabelecimento familiar.

Até recentemente, as principais atividades desenvolvidas pelas unidades produtivas da comunidade eram a pecuária leiteira e, em menor escala, a olericultura. A atividade leiteira regride e praticamente se extingue em meados da década de 1990, dando lugar à produção de olerícolas, cultivo largamente adotado pelos agricultores. Simultaneamente, as famílias, mantendo a tradição

[4] Nas regiões Norte do Estado do Paraná e Sul de São Paulo a designação de colonos refere-se a agregados, moradores ou empregados das grandes fazendas de café.

herdada de seus ascendentes italianos, cultivam videiras e produzem vinho, destinando o produto final ao consumo da família e, secundariamente, à demanda de amigos e "conhecidos".

Ao mesmo tempo em que os agricultores lançam mão de técnicas intensivas de cultivo de olerícolas, adotando práticas ditadas pela modernização conservadora, revelam que a tradição persiste profundamente arraigada em suas formas de fazer, como no processo de fabricação do vinho e mesmo no cultivo da matéria-prima. Permanecem utilizando-se de práticas como observar as fases da lua tanto para o plantio quanto para a poda da videira, além de levar em consideração os ensinamentos de seus pais e avós, particularmente no caso da vitivinicultura. Assim, a tradição de fabricação do vinho não se perdeu ao longo das gerações, ainda que o produto fosse destinado apenas ao consumo familiar. Embora a expressiva adoção de práticas agrícolas modernas, principalmente no que se refere à olericultura, as famílias da comunidade mantêm algumas das características peculiares do campesinato, tais como a indústria doméstica (além do vinho, é freqüente na Colônia a produção de doces de frutas, conservas e derivados de leite) e o exercício de ocupações externas à unidade familiar para complementação da renda. Também persistem relações de sociabilidade como compadrio e parentesco, ainda que ações comunais típicas como o mutirão e a troca de dias de serviço se revelem bastante raras atualmente.

Há, assim, diferentes expressões da ruralidade no Mergulhão: os modos de vida das famílias evidenciam características de um rural tradicional, ao perpetuarem crenças e práticas de seus antecessores. Não se referindo essa tradição[5], conforme propõe Giddens (1990, p. 106), "a nenhum corpo particular de crenças e práticas, mas à maneira pelas quais estas crenças e práticas são organizadas, especialmente em relação ao tempo." Ao perpetuar a experiência das antigas gerações, simultaneamente os agricultores adotam práticas agrícolas estabelecidas pelos padrões da agricultura moderna, integrando-se perfeitamente à economia de mercado.

3. O RURAL DA MODERNIDADE REFLEXIVA

Embora fizesse parte da tradição local o cultivo da videira e a produção de vinho, recentemente tal prática é percebida como fonte alternativa de renda. Agentes do poder público local, identificando o potencial turístico do lugar, propõem a implantação de atividades vinculadas ao turismo com a criação do "Caminho do

[5] Embora a tradição não se mantenha completamente estática, uma vez que a reflexidade é uma característica de toda a ação humana, o caráter reflexivo das sociedades pré-modernas limita-se apenas ao esclarecimento e à reinterpretação de suas práticas tradicionais (GIDDENS, 1990).

Vinho", uma rota de turismo que previa ações como a adequação da infra-estrutura local (pavimentação das principais vias de acesso, iluminação pública); a restauração das características arquitetônicas das residências; a produção de vinho e comercialização com rótulo padrão; a fabricação de doces caseiros, embutidos, compotas, queijos; a criação de um grupo folclórico italiano; as Festas anuais do vinho e aulas do idioma italiano. Embora inicialmente um tanto resistentes, os agricultores passam a aderir à proposta, principalmente por representar uma alternativa para melhoria da renda, não apenas através da intensificação da produção de vinho, mas também pela possibilidade de oferecer aos turistas produtos da indústria caseira, além de refeições e espaços para festas e áreas de lazer.

Com a implementação dessas iniciativas, a comunidade passa a atrair o interesse dos filhos dos responsáveis pelas unidades familiares, muitos deles já exercendo atividades externas, a ponto de provocar o que Wanderley (2000a) chama de 'migração de retorno'. Houve situações em que assalariados que exerciam funções caracteristicamente urbanas (aeroviário, torneiro mecânico), alguns residindo na cidade, voltam a desempenhar ocupações rurais nos estabelecimentos dos pais, tanto agrícolas como não-agrícolas (produção de olerícolas; processamento e comercialização do vinho em cantina na propriedade rural). Somam-se a tais situações os projetos para o futuro de algumas das famílias, os quais prevêem a construção de pequenos restaurantes ou agroindústrias familiares, com a perspectiva de oferecer ocupação aos filhos, mesmo para os que já se encontram empregados na cidade.

A implantação do turismo rural no Mergulhão ocasionou situações de inequívoca retração da produção agrícola mercantil. Apesar disso, a agricultura continua sendo o elemento que define a identidade social das famílias e seus padrões de sociabilidade e, por extensão, da comunidade rural na qual vivem. Embora a diversidade de ocupações dos componentes das famílias, os mesmos identificam-se, majoritariamente, como sendo agricultores ou lavradores, ainda quando as atividades desenvolvidas na unidade produtiva não estejam voltadas à produção agrícola. Tal constatação explicita que a introdução das atividades turísticas, ao invés de provocar a urbanização do campo e a conseqüente perda da identidade rural dos agricultores, vem reafirmá-la e valorizar as raízes dos moradores do lugar.

Assim, conquanto a reprodução das unidades familiares rurais dependa do conjunto das atividades nelas desenvolvidas – agrícolas e não-agrícolas –, aquelas se mantêm como a referência central do rural. É nesse sentido que Maluf (2002) afirma que a reprodução

da agricultura familiar assenta-se num conjunto diversificado de atividades produtivas, que se caracteriza pela complementaridade, e nos múltiplos vínculos mercantis que lhes são correspondentes. Para várias famílias, parte da produção destina-se a atender às suas necessidades de autoconsumo e, ainda, a partir das matérias-primas por elas produzidas, elaboram-se produtos derivados, que expressam a diversidade peculiar da agricultura familiar, refletindo tradições e hábitos de consumo, além de preservar as características artesanais no processo de produção. Para o mesmo autor a complementaridade entre as diversas atividades desenvolvidas nas unidades familiares é um dos componentes da lógica de reprodução econômica das famílias, em que as tomadas de decisão orientam-se menos pela rentabilidade dos investimentos do que pela preservação do patrimônio familiar.

Um elemento facilitador para o exercício das múltiplas ocupações por parte dos componentes das famílias residentes na comunidade foi a readequação da infra-estrutura local, o que favoreceu e ampliou a mobilidade dos moradores. É nesse sentido que Carneiro (2002, p. 232) aponta para a ampliação da mobilidade decorrente da expansão dos meios de comunicação, reais e virtuais (estradas rodoviárias, transporte coletivo, televisão etc.)[6], como sendo um dos fatores capazes de contribuir na conformação do rural no Brasil contemporâneo, o que estimula o próprio turismo rural. Mas ao invés da ocorrência de uma possível desestruturação da rede de sociabilidade local, pôde-se observar que "a 'hipermobilidade' dos indivíduos – condição e característica da vida moderna – é também um fator de enraizamento e de resgate de valores próprios às sociedades tradicionais." A facilidade de deslocamento contribuiu para reforçar o tecido social da localidade, principalmente por favorecer a permanência e mesmo o retorno dos jovens atraídos pelas novas perspectivas que as atividades turísticas oferecem.

Ocorre na comunidade um processo de redefinição da ruralidade local que se assenta, principalmente, em dois aspectos: de um lado, abrem-se novas perspectivas de mercado. Há um movimento de reorganização produtiva, desencadeado por estímulo externo à Colônia. Por conta desta demanda externa, a ruralidade local passa a ser vista sob um novo aspecto – como um produto a ser consumido pelo urbano. As funções do rural são ampliadas, ultrapassando-se a simples produção de matérias-primas. A cultura e a tradição dos agricultores familiares do lugar passam a ter um valor de mercado, tornando-se, portanto, vendáveis: são os

[6]É o que Hervieu e Viard chamam de 'sociedade de hipermobilidade' (idem). Segundo Eli da VEIGA (2004, p. 58), no entendimento destes autores "a cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza."

produtos diferenciados da indústria caseira, as Festas do Vinho, o grupo folclórico. Estas formas de associação são instituídas de modo a oferecer suporte à nova realidade que se configura no lugar. Entretanto, como esse movimento não atinge de forma homogênea a todos os moradores do Mergulhão, estabelecem-se diferenças que provocam "desentendimentos" entre os vizinhos, caracterizando uma espécie de polarização entre grupos afins.

De outro lado, a redefinição da ruralidade local supera o mero viés econômico. O processo em curso faz emergir a valorização da cultura e das tradições locais, a ponto de provocar a redescoberta do lugar como possibilidade de vida e de trabalho, especialmente pelos jovens.

Conquanto as relações entre os moradores da Colônia ainda se mantenham fundamentadas em laços de parentesco e de compadrio, outras formas de sociabilidade vêm sendo construídas no local, formas essas que passam a assumir – conforme expressão de Willems (1961) – a função de "fatores de integração". As formas tradicionais de sociabilidade dos bairros rurais foram substituídas, construindo-se outras em seu lugar. À medida que as ações para implementação das atividades turísticas são desenvolvidas, a comunidade cria o grupo folclórico Cuore D'Itália, em março de 2000; institui, também em 2000, a rota de turismo "Caminho do Vinho"; promove anualmente, a partir de 2002, as Festas do Vinho; e, nos últimos dois anos, os moradores do Mergulhão passaram a ter aulas de italiano.

Ocorre, assim, muito por influência de agentes do Departamento de Turismo do município – os quais mantêm vínculos, de parentesco ou de amizade, com os moradores de comunidades de imigrantes do município – a institucionalização das Festas do Vinho e do grupo folclórico. Tal institucionalização, embora ainda incipiente, desencadeia reações distintas entre os agricultores da Colônia. Tanto estimula o convívio entre aqueles que desenvolvem atividades vinculadas ao turismo, congregando-os em torno de interesses comuns, estreitando, por conseqüência, os laços de vizinhança e imprimindo-lhes uma certa coesão, quanto gera um "mal-estar" perante aqueles que não se beneficiam diretamente com as Festas do Vinho, o que implica uma separação entre grupos.

As apresentações do grupo folclórico e as Festas do Vinho ao mesmo tempo em que são organizados visando atrair para o local o interesse de turistas, também se propõem a expressar os elementos de uma cultura e do lugar onde esta cultura se realiza. Da mesma forma, essas manifestações, ao se constituírem em bens de consumo, atraem pessoas de comunidades vizinhas e de cidades próximas,

ampliando a rede de sociabilidade dos agricultores. O maior convívio com os "de fora", entretanto, não implica a desagregação das relações entre os moradores. Ao contrário, há uma maior integração, ao mesmo tempo em que são reafirmadas as peculiaridades do lugar e a identidade social dos agricultores familiares. Agora inseridos numa rede comunitária ampliada, os agricultores vêm sendo capazes de rever suas práticas tradicionais, até recentemente restritas ao domínio da Colônia. Suas tradições reeditadas passaram a atrair o público urbano, e o espaço rural, comumente associado ao atraso, é valorizado como espaço de vida, de trabalho e de manifestações culturais, tanto pelos moradores locais quanto pelos citadinos. Mas o grupo folclórico não limita suas apresentações à comunidade local, recebe constantemente convites para se apresentar em eventos e festas os mais variados, inclusive em outros Estados, o que motiva a valorização da cultura do lugar, especialmente pelos jovens. Assim, nesse processo de redefinição do lugar, ao mesmo tempo em que as relações sociais se tornam "lateralmente esticadas" (GIDDENS, 1990, p. 70), assiste-se a um movimento de autonomia local e identidade cultural.

A partir da implementação das atividades relacionadas ao turismo rural, a comunidade também viu ampliadas suas possibilidades de ocupação de mão-de-obra, que se mostram complementares às atividades agrícolas. Os agricultores são estimulados a lançar mão de formas alternativas de organização da produção, desempenhando atividades não mais necessariamente remetidas à produção agrícola, que resgatam e valorizam um saber tradicional. E a agricultura deixa de ser a fonte predominante de ocupação e de renda, embora se mantenha como a base de sustentação das unidades familiares da Colônia e como referência central de sua identidade.

Com o estreitamento das relações entre o urbano e o rural, este não se descaracteriza culturalmente por influência daquele, mas se redefine. Esta inter-relação promove a reconstrução de um rural múltiplo, em que os agricultores reexaminam suas práticas tradicionais e imprimem-lhes novos significados, passando a valorizar sua cultura.

Nessa nova ruralidade que se desenha, mostram estar intimamente associadas as noções de pluriatividade e de multifuncionalidade da agricultura. A primeira, no que se refere às diversas ocupações – agrícolas e não-agrícolas – desempenhadas pelos membros das famílias, reafirmando uma peculiaridade do campesinato. A segunda, quanto às múltiplas dimensões que a ruralidade é capaz de prover, tanto aos habitantes do campo quanto aos das cidades.

O que se observa no caso estudado é que não ocorre a pretensa urbanização do campo. Ao contrário, reafirmam-se as diferenças entre estes espaços, os quais se mostram estreitamente interdependentes. Tal interdependência deve-se tanto à melhoria das condições de infra-estrutura da comunidade, quanto às funções que cada qual – urbano e rural – é capaz de suprir um com relação ao outro. Nesse particular, Wanderley (2000b) considera que o complexo processo de modernização das sociedades tem implicado a crescente "paridade social" da relação campo-cidade, que se traduz nas similitudes de condições de vida, principalmente nos países de capitalismo avançado. Se, por um lado, torna-se evidente não haver mais lugar para descontinuidades entre o meio rural e urbano, em contrapartida, ocorre a afirmação da identidade dos rurais como um "ator coletivo", ao mesmo tempo em que são reiteradas as diferenças entre esses espaços.

Entretanto, se, de um lado, ao atrair o interesse de visitantes em função do turismo, o modo de vida dos habitantes do Mergulhão é reafirmado a partir da relação com os "desconhecidos" ou "de fora", de outro, constatamos que tal relação é melhor aceita pelos agricultores enquanto os visitantes se limitarem a consumir apenas o que o lugar oferece como espaço de lazer ou produtos diferenciados, e desde que a comunidade não atraia o interesse de "estranhos" como local de residência, seja ela permanente ou secundária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação das relações com os "de fora", propiciada pelas atividades vinculadas ao turismo na comunidade, promoveu a consolidação da identidade social dos moradores. Ao invés da irresistível descaracterização do espaço rural em função da incorporação de elementos sociais, culturais e econômicos distintos, das trocas com outras categorias, processa-se a sua reconstrução, alicerçada na valorização da cultura do lugar. Isso evidencia que a complexidade das relações entre o rural e o urbano não mais comporta o enfoque de dualidade entre estes espaços, nem tampouco a de uniformização de ambos. Ocorre, antes, um ajustamento recíproco, com influência mútua entre as sociedades urbanas e rurais, e não a absorção destas pelo mundo urbano-industrial.

Giddens (1990, p. 43) afirma que "um contraste com a tradição é inerente à idéia de modernidade". Entretanto, o estudo desenvolvido na Colônia Mergulhão revela que a tradição, no contexto da modernidade reflexiva, não se constitui em atraso a ser superado. Que os grupos e os indivíduos, à luz de novos conhecimentos e

inseridos numa rede de sociabilidade ampliada, são capazes de rever suas práticas tradicionais, valorizando-as e resignificando-as. Nesse sentido, a reflexidade ou a "circularidade da razão", na expressão do mesmo autor, consiste no constante exame das práticas sociais, o que significa que em condições de modernidade "...o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si." (idem, p. 55, 45)

O resgate da tradição não implica revivê-la em suas antigas formas de expressão, e sim em vivê-la como uma "tradição moderna", permeada de nuances que lhe são impressas pela intensa troca que se estabelece entre os habitantes do lugar e os "de fora", o que lhe faculta, portanto, o adjetivo de moderno. Assim, pois, a antítese contida na expressão "tradição moderna" seria apenas aparente, uma vez que a tradição, na modernidade avançada, é continuamente recriada.

Esse movimento de redefinição do local evidencia também que os vínculos mantidos com a tradição se manifestam tanto no sentido de os agricultores se apropriarem de um nicho de mercado – representado pelo turismo rural –, quanto no resgate de uma realidade pretérita, que passa a ser valorizada como patrimônio sociocultural do grupo.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BRANDENBURG, A. Colonos: subserviência e autonomia. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Orgs.). Para pensar outra agricultura, Curitiba: UFPR, 1998. p. 71-102.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D.; SANTOS, L. J. C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: UFPR, n. 10, p. 119-125, 2004.

BUARQUE, C. A cortina de ouro: os sustos do final do século e um sonho para o próximo. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CÂNDIDO, A. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA, n. 1, p. 53-75, out. 1998.

_____. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R.; COSTA, L. F. (Orgs.). Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 223-240.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Orgs.). A questão agrária. São Paulo: Brasilense, 1981. p. 133-163.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1990.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Unicamp, 1993. p. 13-33. v. 1.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. Brasília, jul. 2004. Mimeo.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VEIGA, J. E. da. Debates: agricultura familiar e sustentabilidade. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. Estudos avançados, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, maio/ago. 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro anual da Anpocs, Caxambu, out. 1996. Mimeo.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: UFPR, n. 2, p. 29-37, 2000a.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, mar. 2000b. Mimeo.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. ?Una nueva ruralidad em América Latina? Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/rural/wanderley.pdf> Acesso em: 30 maio 2005.

WILLEMS, E. Uma vila brasileira: tradição e transição. São Paulo: Difusora Européia do Livro, 1961.

O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO NO BRASIL: O DESPREZO ÀS OPÇÕES SUSTENTÁVEIS[1]

Carlos Alberto Simioni[2]

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo procura apresentar alguns questionamentos sobre o planejamento energético brasileiro e sobre as possíveis razões que impedem a maior difusão de Energias Renováveis Sustentáveis (ERSs), incluindo as vinculadas ao meio rural. Apesar de existir no Brasil uma política de diversificação da matriz energética, as ERSs não acompanham a contínua expansão dos combustíveis fósseis. De fato, projetos como os de uso de biomassa (biodiesel e bagaço de cana, entre outros) têm sido incentivados, assim como os de outras formas de ERSs, como a energia eólica. No entanto, seu crescimento está longe de acompanhar, por exemplo, a expansão do gás natural e da produção de petróleo, assim como, das grandes hidrelétricas. Isto indica que o discurso em torno das ERSs, apesar do potencial de mudanças, não é acompanhado por transformações substanciais. Antes, as ERSs são vistas sempre como complementos das formas tradicionais de energia. Na verdade, as propostas de sustentabilidade no setor energético são deixadas de lado em função de um planejamento tido como 'pragmático'. Neste, o planejamento é feito quase que exclusivamente em função de fatores dados por uma matriz econômica produtivista, como 'demanda', 'crise de abastecimento','riscos ao crescimento econômico', 'perigo de apagão', etc. Tais riscos, de fato, existem. Contudo, as alternativas para evitá-lo pautam-se em um modelo que não ousa mudar. Antes as alternativas energéticas favorecem nitidamente os combustíveis fósseis e as grandes e médias hidrelétricas, em detrimento de políticas de conservação de energia e de ampla mudança na matriz energética.

De forma geral, ao observar o discurso dos diversos agentes do setor de energia, públicos e privados, parece que há um consenso de que, com certos esforços, paulatinamente poder-se-ia modificar a matriz energética nacional, em direção a um modelo de energia mais

[1] O artigo é uma derivação da tese de doutorado "O USO DE ENERGIA RENOVÁVEL SUSTENTÁVEL NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: obstáculos para o planejamento e ampliação de políticas sustentáveis", defendida em 2006 no MADE – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da UFPR. A tese foi orientada pelo Prof. Doutor Dimas Floriani.

[2] Sociólogo. E-mail: cascrespo@yahoo.com.br

limpo e sustentável. Há muito otimismo em tais discursos; no entanto, as mudanças são apresentadas para um futuro distante, como se fosse decorrência natural e inexorável. Assim, não há aquele ímpeto vigoroso que impele momentos de transformação, ou seja, um ímpeto que impele a transformações mais radicais a partir do agora. Ao contrário, a chamada "economia dos combustíveis fósseis" prossegue com um ímpeto cada vez maior. Da mesma forma, após algumas décadas de experiência, para muitos atores sociais a hidroeletricidade tornou-se uma opção insustentável, dados os seus impactos e riscos acumulados. No entanto, esta forma de energia continua sendo uma das principais opções do modelo atual. Apesar de ser renovável e menos poluente que os combustíveis fósseis, consideramos que as grandes e médias barragens não se enquadram na definição de ERS[3], pois, apesar de renováveis, não são sustentáveis. Seus impactos são distintos dos decorrentes dos combustíveis fósseis, mas de extrema gravidade aos meios antrópico e biótico.

De início, questionamos a real necessidade de tanta energia, questionamento que outros estudiosos já fizeram (Samuel Branco, Célio Bermann, Gilberto Jannuzzi, José Goldenberg, entre outros), mas que parece não sensibilizar os planejadores, muito menos, resultar em processos de mudança de ampla magnitude. Por exemplo, não há políticas mais eficazes de conservação e uso racional de energia. Em seguida, procuramos averiguar algumas possíveis razões que travam os processos de substituição da matriz energética, no sentido de se priorizar uma matriz limpa e renovável.

Levantamos a hipótese de que o planejamento energético é condicionado por alguns fatores que, não apenas induzem a ações acríticas sobre o consumo de energia, como também travam novas políticas para o setor. Procuramos analisar como uma lógica produtivista impele o setor a um modelo que exige cada vez maior produção de energia, sem dar importância às razões desse aumento, quem realmente se beneficia ou sobre os riscos de tal modelo. Iniciaremos as reflexões partindo de um ponto pouco comum, ou seja, como determinadas matrizes epistemológicas condicionam a construção do conhecimento no setor de energia, dificultando ou impedindo mudanças mais amplas, como a incorporação de uma racionalidade socioambiental.

Com essas reflexões, procuramos canalizar a discussão para alguns exemplos específicos: as possibilidades de uso de biodiesel e

[3]Utilizamos a expressão Energia Renovável Sustentável (ERS), procurando enfatizar que renovabilidade e sustentabilidade são dois critérios interligados, essenciais e possíveis de serem conseguidos, ou seja, a produção que se renova naturalmente e o ideal mais amplo de sustentabilidade. Uma energia apenas renovável pode acarretar em problemas diversos e profundos. É o caso das grandes hidrelétricas. Assim, é na combinação destas duas características que julgamos ser imprescindível caracterizar uma reorientação do planejamento energético sob impulso de uma nova racionalidade.

biomassa, procurando apresentar as dificuldades para incorporar, de fato, tais opções na matriz energética brasileira. Finalmente, são relacionadas possibilidades concretas para efetivar-se uma política energética sustentável, tomando como exemplo as formas de energia que poderiam, inclusive, alavancar novas alternativas ao meio rural.

2. PLANEJAMENTO ENERGÉTICO E PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Já é lugar-comum estabelecer relações entre os problemas socioambientais e a geração de energia. Mas resumamos alguns. Em primeiro lugar, ressalte-se que a geração de energia quase sempre resultou em problemas ambientais, mas em esfera local. Em algumas sociedades antigas a produção de energia, principalmente a lenha para cocção e aquecimento, ao lado da extração de madeira para construções diversas, como de navios, acabaram destruindo florestas inteiras. Tratava-se de uma devastação localizada mas com graves conseqüências ambientais. Goldenberg (1998) comenta que Platão, em 400 a.C. lamentou a destruição, séculos antes, das florestas em algumas montanhas gregas. Tal destruição teria se dado para construir navios e alimentar fornalhas para produção de armas.

Mais recentemente, já na era industrial, a magnitude dos danos das novas formas de energia (carvão e petróleo) atinge um nível local e regional. Por exemplo, as condições insalubres das cidades em torno das minas de carvão, tão bem retratadas na obra "Germinal", de Émile Zola. Também Yergin (1992) comenta que no começo do século 20 a grande cidade petrolífera de Baku, então pertencente ao império russo (hoje Azerbaijão), era conhecida como "cidade negra", por causa da poluição das refinarias. Outros vários exemplos semelhantes podem ser coletados em várias partes do mundo.

Atualmente, a magnitude dos danos socioambientais pode atingir dimensões variadas, local, regional e global. Os combustíveis fósseis são responsáveis por grande parte dos problemas ambientais atuais. Goldenberg (1998) cita os seguintes problemas socioambientais que têm também como causa a geração de energia: poluição urbana do ar (indústria e transportes); poluição doméstica em zonas rurais pobres (queima de lenha); chuva ácida e aquecimento por efeito estufa (queima de combustível fóssil); degradação costeira e marinha (transporte e energia); desmatamento e desertificação (energia, agricultura e aumento populacional); resíduos tóxicos, químicos e perigosos (indústria e energia nuclear). Podemos, ainda, acrescentar

os danos decorrentes das grandes hidroelétricas, como deslocamento de populações e alagamento de áreas de florestas ou agrícolas.

Muitas vezes tais problemas são vistos como um mal menor e necessário do desenvolvimento. Mas as escolhas das fontes de energia não são necessariamente uma imposição da natureza ou da técnica. Antes, decorrem dos determinantes de uma lógica econômica que privilegia as formas mais rentáveis, o constante aumento de produção e o consumo indiscriminado de energia, na lógica própria da moderna sociedade de consumo.

2.1. CONCEITOS PRELIMINARES

Utilizamos as expressões 'lógica produtivista' e 'lógica sustentável' para diferenciar, no primeiro caso, uma racionalidade condicionada por fatores econômicos. No segundo caso, uma racionalidade alternativa orientada também por outros critérios, por exemplo, os socioambientais. Vejamos algumas de suas características:

Lógica Produtivista: Partimos do pressuposto de que o moderno setor de energia mundial (e também o brasileiro) está estruturado a partir de uma lógica produtivista. Esta lógica induz os planejadores e as empresas do setor a aceitarem as regras de um mercado oligopolizado, com seus condicionantes, vícios e riscos. Isto induz, ainda, outros processos, como a formação profissional acrítica dos técnicos do setor e a determinados processos de significação da natureza e sua forma de apropriação, no sentido de que os valores ligados à economia, como que naturalmente, devessem preponderar sobre os demais.

Esses fatores resultam na manutenção de um determinado padrão, condicionando o processo de produção, comercialização e consumo de energia. Esta é percebida acriticamente como *commodities* e o setor de energia é estruturado para a produção crescente e em larga escala, de forma que tal crescimento torna-se um fim em si mesmo. Neste padrão permanece uma relação com a natureza (ou significação desta) na qual ela é vista como recurso natural, ou seja, como um bem econômico à disposição da humanidade, mesmo considerando a inserção de certos impeditivos e valores socioambientais. Os 'recursos naturais', renováveis ou não, são compreendidos como instrumentos para atingir as metas de crescimento e geração de riquezas, apesar dos problemas ambientais e sociais decorrentes do processo. Outras metas são vistas como 'impeditivos' ou 'empecilhos' para que se atinjam as metas econômicas.

A preponderância desse modelo resulta em uma estrutura formatada a partir daquela racionalidade econômica que conduz as decisões e escolhas, preponderantemente, em função do crescimento econômico (no sentido puramente contábil), interesses de grandes empresas de energia, de equipamentos e da construção civil. E a meta principal destas empresas, evidentemente é o lucro, o maior consumo, maior produção e domínio de mercados. Estes são os principais fatores de decisão e que influenciam o planejamento energético. Com o processo de globalização e a liberação progressiva dos mercados, este processo acirrou-se. Empresas transnacionais de energia atuam em quase todo o mundo, procurando ampliar seu domínio, de tal forma que, muitas vezes, impõem seus planos e metas, inclusive, aos governos ou a certas decisões destes, como no caso do planejamento energético ou decisões sobre a matriz energética. Da mesma forma, as empresas concorrentes, ainda que estatais, agem de maneira análoga, com raras exceções.

Lógica Sustentável: Esta lógica procura induzir processos divergentes da racionalidade econômica dominante (ainda que não necessariamente), ou seja, parte do pressuposto de que tal racionalidade é insustentável no que se refere ao atual modelo de produção de energia e gera riscos à própria sobrevivência do planeta. Para muitos analistas seria possível conciliar uma lógica sustentável com processos de desenvolvimento econômico. Neste sentido, as propostas variam de intensidade, desde a manutenção do atual modelo produtivista, incorporando ressalvas ambientais, até a conhecida proposta de crescimento zero, defendida nos anos 70. Assim, o conceito sustentabilidade procura aliar estas duas esferas, produção/consumo e sustentabilidade social e ambiental, mas a produção e o consumo estão vinculados à sustentabilidade socioambiental e não o contrário.

Em termos de planejamento energético, sustentabilidade pode resultar em uma política baseada não apenas em suprir a demanda e cobrir custos econômicos, mas principalmente, em evitar riscos de destruição ambiental e riscos à saúde humana. Atualmente, o enquadramento do setor de energia em uma perspectiva de sustentabilidade tornou-se uma das metas, principalmente de ambientalistas, mas não só de tais grupos. Trata-se de valores, ou mesmo políticas, que aos poucos se alastram pelas sociedades modernas.

Em relação à incorporação do conceito sustentabilidade no setor de energia, o debate é acirrado. Os produtores de energia e a maioria dos governos afirmam que, no modelo atual, se tomadas certas precauções os danos não seriam tão grandes e os benefícios, em uma contabilidade geral, seriam maiores que os malefícios. Além disso, mesmo com as críticas cada vez mais fundamentadas, o setor de energia mundial, formado por grandes empresas – algumas transnacionais ou grandes empresas estatais – continua a priorizar os combustíveis fósseis, afirmando que as energias alternativas ainda são economicamente inviáveis. O mesmo ocorre com a indústria automobilística. O fato de ainda existir uma estrutura já montada e abundância (ainda que provisória) de combustíveis fósseis, o tornaria relativamente mais barato que outras fontes. Ou seja, argumentos econômicos continuam a prevalecer entre os agentes decisores[4].

Dessa forma, a busca de novas fontes de energia (ou sua maior aplicação) enquadra-se em uma temática mais ampla, envolvendo concepções de mundo, valores, modelos econômicos e interesses diversos. Este tema não diz respeito apenas a fatores econômicos e tecnológicos, mas pode ser um elemento essencial (ainda que não o único) na busca de um "outro desenvolvimento", outros modelos de planejamento e gerenciamento de energia ou de uma nova relação ser humano / natureza.

2.2. PLANEJAMENTO E HORIZONTES UTÓPICOS[5]

Refletir sobre o planejamento nos remete a um problema filosófico: as sociedades humanas controlam suas ações ou são submetidas a um caótico conjunto de fatores determinantes? Os homens, em geral, se debatem com mudanças, mesmo que as desejem. O conflito entre o novo e o antigo, isto é, entre o desejo de se criar algo novo e o contraditório apego ao passado gera impasses ou falsas conceituações, como bem observa Marx:

> Os homens fazem história, mas não a fazem como querem. Não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam, diretamente ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu,

[4] Estes argumentos, no entanto, estão sendo questionados, pois algumas formas de energia alternativa, principalmente a eólica, mnas também os biocombustíveis, já estão com preços de produção competitivos.

[5] A expressão "horizontes utópicos" indica objetivos de difícil realização, mas que são plausíveis de serem alcançados, em médio ou longo prazo. Não se trata de um sentido de utopia como "sonho impossível". É uma expressão que procura romper com as teses fatalistas ou conservadoras, dando esperança a que a realidade possa ser modificada para melhor. Sem tal horizonte, o planejamento torna-se míope e acaba por desprezar inúmeros problemas. A idéia de sustentabilidade possui esta característica de horizonte utópico. Não no sentido de devaneio, mas de se propor uma ação humana pautada em outros sonhos, objetivos e referenciais, indicando novos rumos con

> precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nesta linguagem emprestada (MARX, 1978).

Por isso, planejar alguma coisa pode representar um "ritual" de manutenção de ideais moribundos, de modelos e formas antigas ou ultrapassadas, e isto na crença de que se faz algo novo. Assim, o planejamento pode ser tão-somente um instrumento de manutenção de um estado de coisas. Marx, antes de propor uma tese fatalista, no conjunto de sua obra contempla a possibilidade de tomar-se as rédeas do processo histórico e conduzi-lo em função de um horizonte utópico, em criar algo que jamais existiu, como a eliminação das desigualdades sociais e do domínio do homem sobre o homem. Em nosso caso, algo que jamais existiu seria uma nova relação entre ser humano e meio ambiente e uma sociedade movida basicamente por formas de energia renováveis e sustentáveis.

Há diversos níveis de planejamento, podendo restringir-se a um microcosmo ou a uma instância mais geral, como o que se deseja para o futuro de um país ou do próprio planeta e como atingir tais metas. Partimos da hipótese de que o condicionamento dado por fatores econômico da sociedade produtivista impede uma real visualização ou propostas de novos horizontes utópicos, e, desta forma, um problema específico, o planejamento energético, fica atrelado àqueles fatores. Isto seria uma das principais razões a impedir que o setor incorpore uma racionalidade sustentável, isto é, voltada também para outros horizontes, como a eliminação de riscos ambientais e evitar injustiças a agrupamentos humanos.

Dessa forma, um planejamento mais específico, em nosso caso, voltado para a produção de energia, tem relação com o planejamento geral sobre o que se espera para o futuro. Mas antes de tudo, é necessário ter claros os objetivos a serem atingidos, dados pelo planejamento social (e também ambiental) de longo prazo. Este planejamento mais amplo é que deveria definir as metas específicas do setor de energia, a partir de ideais de ampla magnitude, como a eliminar ou diminuir a miséria, impedir a devastação ambiental, evitar riscos diversos. São horizontes utópicos plausíveis de serem alcançados e, se partirem de um acordo democrático, poderão indicar um norte para outras esferas do planejamento, inclusive para o planejamento energético e não apenas serem um complemento.

Mas o único horizonte do planejamento atual á o suprimento de energia e atingir metas macroeconômicas de curto prazo, medidas por índices bastante genéricos. Isto gera um tipo de pragmatismo

peculiar aos planejadores modernos. De um lado, o 'realista', o 'pragmático', que agiria em função de como as coisas são. Por outro lado, o 'sonhador', o 'romântico', o 'idealista', que se caracterizaria por agir em função de como a realidade deveria ser e acabaria não atingindo seus objetivos pela falta de realismo. Tal dicotomia, na verdade, não é estanque, pois um sonhador pode ser pragmático ao tentar concretizar seu ideal e, por outro lado, um indivíduo pragmático nunca agirá sem estar motivado por algum sonho ou valor último. Contudo, entre os modernos tomadores de decisão e planejadores, é nítida a supremacia de um pragmatismo atrelado a condicionantes econômicos, a tal ponto que, na era moderna, qualquer outra espécie de horizonte utópico é considerado como irreal ou como impeditivo ao pragmatismo econômico.

2.3. POR QUE TANTA ENERGIA? REPENSANDO O CONCEITO DE NECESSIDADE

Certamente é uma obviedade perguntar "por que se produz tanta energia?". Energia é um elemento indispensável à vida. Não apenas porque é parte do próprio metabolismo dos seres vivos como também é parte da cultura humana, nas suas mais diversas formas, principalmente para as sociedades modernas. O óbvio, contudo, esconde coisas. Apesar de fundamental à humanidade, a produção de energia não é apenas natural, isto é, está ligada a fatores diversos, naturais e sociais, como disponibilidade, conhecimento e técnica. Dessa forma, quando inquirimos o por quê da produção de energia estamos, na verdade, inquirindo a forma de produção, a quantidade, os objetivos e os custos diversos, como os socioambientais, do processo de produção e consumo de energia. Não questionamos as extraordinárias possibilidades, comodidades e facilidades que as modernas formas de energia deram à humanidade. Questionamos sim, se não há objetivos "irracionais" e se não é possível produzir energia com mais eficiência ou de outra forma.

Uma necessidade, embora aparente, não é algo explicável ou defensável, já que o ser humano, além de biológico, é um ser social, histórico e simbólico. Estas instâncias da vida se entrelaçam, tornando difícil a definição do que é realmente necessário, principalmente quando se vive em sociedades de abundância e de consumismo. Em tais sociedades, inumeráveis bens de consumo são vistos como essenciais. A diferença entre o essencial e o supérfluo, muitas vezes, só é percebida em situações limites, como guerras ou miséria. Desta forma, a concepção do que é ou não uma necessidade pode variar de sociedade para sociedade e (ou) variar historicamente.

No setor de energia, o discurso dos agentes sempre tem como justificador, implícita ou explicitamente, o conceito de "necessidade"

de mais energia. O fato de ser entendida como mercadoria faz com que sua lógica de produção, oferta e demanda fique atrelada a uma racionalidade de produção sempre crescente. Este discurso faz crer que algo natural impele a uma maior produção, sob risco de haver um colapso na economia e na sociedade se tal necessidade não for atendida. Isto não é ilógico, pois a economia capitalista funciona nestes moldes e, de fato, a sociedade moderna é dependente para quase tudo do consumo de energia. O problema está, portanto, não tanto em determinar-se com precisão o que é realmente necessário (embora esta autocrítica deva ser feita), mas, principalmente, a que custos socioambientais tais necessidades são satisfeitas, principalmente as supérfluas.

Pensar nisso nos remete a algumas discussões não excludentes. Uma é se não seria possível priorizar outras formas de produção, menos impactantes; outra é se não há como diminuir o consumo. Ambas as discussões pressupõem a consciência de seus riscos ou de seus custos diversos, assim como pressupõem uma racionalidade alternativa. No primeiro caso (outras formas de produção), não precisa necessariamente questionar ou refrear o consumismo. Parte da esperança na ciência e na técnica como fatores a eliminar tais riscos. No segundo caso (refrear o consumo) pressupõe algo nebuloso, pois, se não for por meio de um processo de conscientização, há risco de ocorrer por três formas não desejadas: autoritarismo, escassez de recursos naturais ou pobreza generalizada.

Diz-se que vivemos em uma sociedade de consumo, e isto é real. Uma das conseqüências deste processo é que o consumo de bens essenciais ou não passa a ser determinante na vida dos indivíduos, gerando uma sociedade de desperdício. Nesse sentido, não importa muito para que serve alguma coisa (se é uma futilidade)[6] nem seus custos ou riscos socioambientais mas sim se será consumida ou não. Tal discussão (o ato de consumir) não é metafísica, antes é decorrente de um processo histórico e de seus riscos (à saúde, ao clima e à degradação dos ecossistemas), de como uma sociedade organizada em função do consumismo é altamente perigosa a si mesma. O consumo torna-se um mal quando é indutor de riscos e da não percepção destes riscos. Em si mesmo, o supérfluo não é um problema, mas sim os seus custos e riscos, a sua forma de produção, os processos necessários para obtenção transformação e produção de insumos e matéria-prima.

Mas, em termos mais específicos, a principal característica do conceito de necessidade utilizada no planejamento energético é

[6] Em termos antropológicos, há uma ampla discussão sobre a subjetividade ou significado que as sociedades dão aos bens produzidos. Em nosso caso específico, procuramos tão somente realçar a relação existente entre a subjetividade de um fenômeno social e os custos socioambientais do intenso processo de produção.

a de estar atrelada aos índices da macroeconomia. Desta forma, há sempre a vinculação da urgência de aprovar-se projetos polêmicos e insustentáveis em termos socioambientais. Esta urgência cria uma forma de ação acrítica e fatalista, como se não existissem alternativas energéticas para o país, nem outras alternativas de desenvolvimento.

2.4. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento, em geral, é utilizado como se seu significado fosse o mesmo para todos. Contudo, os significados do conceito variam, tendo relação com o fator cognitivo, ou seja, como o conceito é apreendido e interpretado. Por exemplo, desenvolvimento nos anos 50 tinha um significado. No século 21 tem outro(s). Da mesma forma, os diversos atores de um mesmo período histórico podem dar significados distintos ou contrapostos.

Assim, podemos investigar o que pretendemos afirmar ou projetar quando utilizamos o termo desenvolvimento. Visualizamos estatísticas econômicas positivas e alentadoras para um país, a partir de conceitos como crescimento econômico, PIB ou PNB? Sonhamos com grandes avanços tecnológicos, a facilitar e dar comodidade a nossas vidas? Visualizamos a extinção de mazelas sociais, como miséria, doenças e violência? Visualizamos um equilíbrio entre a ação humana e a preservação ambiental? Estas possibilidades não são contrapostas e podem se relacionar entre si. No entanto, ao priorizarmos uma delas, colocando-a como locomotiva, ainda que atrelada às demais, o planejamento e a ação podem mudar drasticamente.

O desenvolvimento industrial e social típico do século 20 foi induzido, principalmente, por uma lógica desenvolvimentista, pela crença de que o avanço tecnológico e a melhoria de estatísticas econômicas resultariam naturalmente em melhorias das condições de vida da população. Tais estatísticas demonstravam o enriquecimento de um país, ainda que tal riqueza não fosse bem distribuída. As conseqüências de tal processo, contudo, não eram enfatizadas ou eram vistas como decorrência natural do desenvolvimento econômico.

Esses significados foram criticados por vários analistas, por exemplo, Amartya SEN (2000) no sentido de procurar dar outras prioridades a um processo de desenvolvimento. Na ótica deste autor, desenvolvimento está ligado a processos de realização pessoal e não a macropolíticas econômicas e seus diversos índices. Nesta ótica, desenvolvimento está estritamente ligado à ampliação de liberdades básicas, de forma que o significado de necessidade muda completamente, deixa as altas esferas da economia e a obsessão

por aumento de capacidade produtiva e de índices de crescimento genéricos, passando para variáveis mais visíveis para os indivíduos, tais como o IDH (índice de Desenvolvimento Humano).

O significado dado ao conceito desenvolvimento tem sérias implicações para o setor de energia. Dependendo da prevalência do significado, teremos implicações variadas e com forte influência na política energética. Entre os administradores públicos, empresários, produtores do setor de energia e economistas, de acordo com YERGIN (1992), há uma lei de ferro, ou seja, existe "um relacionamento íntimo, inevitável e inquestionável entre as taxas de crescimento econômico e as taxas de consumo de energia". Desta forma, se despreza ou não se visualiza outras formas de racionalização do setor de energia, como processos de conservação de energia ou redução de desperdício. Direta ou indiretamente, o significado que se dá a desenvolvimento, muitas vezes acarreta problemas socioambientais e em desperdício, principalmente, se não estiver atrelado a outras concepções de desenvolvimento.

Dessa forma, as propostas para uma reorientação do processo de geração e utilização de energia, antes de ser um problema técnico ou econômico, estão ligadas aos rumos que uma sociedade pretende seguir. Apesar da crítica já estruturada e acrescida da moderna reflexão sobre riscos socioambientais, aquele pragmatismo economicista persiste. Isto induz uma concepção de desenvolvimento atrelada ao aumento constante de produção de energia, condicionando o planejamento, transformando-o em instrumento não de transformação mas de manutenção de um estado de coisas. Nesse sentido, a falta ou o desprezo de outros horizontes utópicos acaba por transformar o planejamento energético em fator instrumental da lógica produtivista.

2.5. EMPECILHOS À DIFUSÃO DE ERSS

Vivemos um período que poderia ser um divisor de águas para o setor de energia. Este poderia modificar sua matriz energética, que é basicamente a mesma desde o final do século 19, a não ser pela incorporação em grande escala da energia nuclear. Há hoje plena condição para que, com certo esforço, as ERSs possam ser utilizadas amplamente e não apenas como complementos. Mas por que o setor de energia resiste tanto à incorporação de fato de fontes de ERSs? Seriam fatores técnicos e econômicos (lógica produtivista)? Seria a falta ou o desprezo de outros horizontes utópicos? Seria a falta de ousadia de consumidores e produtores?

Vejamos alguns elementos que podem indicar com mais precisão onde se iniciam tais bloqueios, a começar pelo processo de

formação profissional dos técnicos e planejadores do setor e também pela atração da imensa riqueza do petróleo.

2.5.1. Formação e Formatação Profissional

O conhecimento científico insere-se em um campo de lutas e interesses diversos. Falar que a ciência não é neutra já é um lugar-comum para o próprio conhecimento científico. No entanto, quando se passa para o mundo prático, isto é, a processos concretos de sua aplicação, já não é tão visível assim. No setor de energia não é diferente. Trata-se de um setor onde interesses econômicos imperam. Onde grandes corporações internacionais dominam as fases diversas do processo de produção, transmissão e distribuição de energia, de forma que não é possível analisar tal processo sem procurar trazer à luz os interesses que o envolvem e que, muitas vezes, o determinam.

É justamente na categoria "planejamento", categoria essencial no setor energético, que se observa como a construção de um certo conhecimento científico está impregnada de elementos da lógica produtivista, onde os fatores técnicos e econômicos são determinantes e os demais são apêndices ou nem mesmo considerados importantes. Isto poderia estar impedindo uma disseminação das fontes de energia consideradas por muitos como "ambientalmente corretas"? A aceitação natural de uma dada situação, desde os cursos universitários e de pós-graduação, pode travar processos de difusão de inovações tecnológicas e de mudanças mais amplas. Em geral, só em casos de crise de uma fonte é que se priorizam outras. Mas não é a única razão. O petróleo, por exemplo, não substituiu o carvão por escassez deste elemento. Antes, o ultrapassou devido a vantagens técnicas e econômicas.

Mas ao lado desses fatores há elementos cognitivos que induzem os agentes a priorizar uma coisa ou outra; a agir em função de mudanças ou de manutenção de algo. Há obstáculos conceituais e epistemológicos que contribuem para a formatação do conhecimento dos tomadores de decisão do setor (principalmente engenheiros e economistas). Tal formatação se dá no processo de formação desses profissionais, pois em torno de 90% das disciplinas de graduação e pós-graduação se referem a disciplinas "instrumentais", como o cálculo. Disciplinas com viés distinto e que incorporam os referenciais socioambientais ou outras formas de produção, muitas vezes são optativas, indicando por dedução que não são fundamentais. Além disso, as organizações (empresas públicas e privadas) onde atuarão tais profissionais também são formatadas, salvo algumas exceções, pela lógica produtivista, contribuindo para que um dado perfil conformista seja mantido.

Nessa perspectiva, não se faz uma leitura crítica dos condicionantes sociopolíticos da sociedade de consumo, de forma que o conhecimento é absorvido pelos condicionantes da tal sociedade. Parece que não é uma prioridade dos cursos universitários fomentar um tipo de conhecimento voltado para inovações e transformações. Isto deriva de uma característica da própria ciência. De acordo com Bachelard (1996), todo conhecimento novo é marcado por alguns obstáculos, a saber: os imperativos funcionais, dados pelo conhecimento antigo, pois este já está sistematizado. Na verdade, um conhecimento novo sempre se dá contra um anterior. Desta forma, o avanço de um novo conhecimento é lento e cheio de conflitos.

No setor de energia, qualquer proposição de o modificar de forma mais profunda esbarra em críticas e decisões pautadas pelo pragmatismo produtivista, impossibilitando qualquer tentativa de ruptura epistemológica. Ruptura se refere a um conceito deste mesmo autor para designar um dos processos de avanço da ciência. Desta forma, o que se coloca como realidade, no setor energético, é um obstáculo epistemológico, pois, só o que tem característica ou função de mercado é denominado pragmático ou útil, ou seja, real. Agir em função de outros horizontes não seria uma tarefa "pragmática".

É uma postura semelhante ao que Hirschman apresenta sobre teses reativo-reacionárias, isto é, que impedem a concretização de projetos progressistas – ou pelo menos que modifiquem algo substancialmente. Duas dessas teses nos importam como formas de obstáculos epistemológicos no planejamento energético: a tese da futilidade, isto é, as tentativas de transformação social (em nosso caso dar uma outra característica ao planejamento e ao próprio setor energético) seriam infrutíferas, pois, não conseguiriam romper com estruturas profundas da sociedade. Tais tentativas de transformação se tornariam apenas cosméticas, de fachada, ilusórias. Em geral, os ideais de energia limpa são refutados com argumentos semelhantes ao desta tese (por exemplo, quando se afirma de antemão que as ERSs seriam insuficientes para fornecer energia em grande quantidade). E também a tese da ameaça, isto é, "o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior" (HIRSCHMAN, 1991). Neste caso, a postura do governo W. Bush a respeito do Tratado de Kyoto e de política energética ambientalmente correta é um bom exemplo, pois, afirma-se que, se aplicados, solapariam a economia norte-americana.

No setor de energia brasileiro isto também é perceptível, justamente pela ausência de reflexão e práticas sobre outros horizontes utópicos. Apesar das pressões de certos grupos sociais, o que impera é um pragmatismo voltado para o mercado e para o

curto prazo. Quando se pensa no longo prazo, é apenas para estimar o potencial de produção e consumo e a oferta e possível escassez de um combustível.

O resultado prático desse processo é que os planejadores do setor são formatados para manterem um determinado padrão. Este dificilmente convive com outras perspectivas ou lógicas de ação, como sustentabilidade, incorporação de conceitos como riscos, custos e incertezas socioambientais, interdisciplinaridade. Desta forma, muitas vezes, ao se depararem em seu trabalho com estes novos fatores, acaba-se gerando uma situação de conflito. Os novos valores defendidos por atores sociais diversos são apreendidos como empecilhos, como elementos "que travam o desenvolvimento". Na verdade, após um árduo processo de enfrentamento e resistência, após anos de trabalho, talvez consigam incorporar cognitivamente alguns destes elementos. Mas o fato é que, se na sua formação profissional não existissem tais lacunas, o processo poderia ser mais brando ou inexistente.

2.5.2. Uma Competição Desigual: a Grande Riqueza Gerada Pelos Combustíveis Fósseis e Hidroeletricidade versus ERS

A riquíssima cadeia produtiva do petróleo representa um entrave ao desenvolvimento de outras fontes, justamente por gerar muita riqueza. Há fontes de energia, renováveis ou não, que possuem um impressionante poder de gerar riquezas, não apenas aos empreendedores, como aos municípios, estados e países. Mas nenhuma se compara ao poder do petróleo[7]. O melhor exemplo disso são os ganhos generalizados com a exploração do petróleo.

Ainda que a distribuição da riqueza gerada se dê de forma desproporcional entre os diversos atores (empresas produtoras, empresas fornecedoras de equipamentos, trabalhadores, governos e população) é inegável que uma região onde se começa a produzir petróleo, logo muda de perfil. Há uma difusão de ganhos por meio, por exemplo, no caso de exploração *off shore* (alto mar), do favorecimento da indústria naval (plataformas de exploração, navios, dutos submarinos etc.); da grande quantidade de empregos, gerados direta ou indiretamente; da construção de refinarias; dos royalties aos estados e municípios; do incremento no comércio com a vinda de novos trabalhadores (setor de hotelaria, aluguel de casas, empreendimentos imobiliários, alimentação etc.). Um exemplo atual no Brasil é o enriquecimento de municípios do norte no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

[7] Em relação aos biocombustíveis, por exemplo, também há uma cadeia produtiva muito rica, mas ainda assim não se compara à do petróleo, pelo menos em termos de recursos econômicos gerados.

Os valores para empreendimentos ligados ao petróleo estão quase sempre no patamar de bilhões de dólares. O projeto de construção de uma petroquímica no Rio de Janeiro, por exemplo, pode gerar investimentos de US$ 8 bilhões. O gasoduto Brasil-Bolívia custou 2 bilhões de dólares. A construção de uma plataforma de petróleo pode custar algo em torno de US$ 300 milhões. Estima-se que, na Petrobras, os investimentos na exploração e produção de petróleo, para atingir a meta de uma produção de cerca 2.500.000 b/d, exija investimentos de cerca de US$ 50 bilhões entre 2005 e 2010.

A hidroeletricidade também produz uma economia de escala muito rica. Não se compara à do petróleo, mas em termos de municípios e Estados, são importantes como geradoras de emprego e receitas. As barragens podem ter usos variados, como turismo e pesca. Municípios recebem compensações mensais por terem terras alagadas ou por serem sede de uma Usina, de acordo com os seguintes critérios: Usinas de médio porte, uma média entre R$ 50 mil e 100 mil mensais[8]. Para PCHs (Pequenas Usinas Hidrelétricas), a média é de R$ 3 mil mensais. Para grandes usinas, como Tucuruí, uma média mensal de R$ 500 mil para o município sede. Para uma usina gigantesca, como Itaipu, as compensações, em média, ficam na faixa de R$ 1 milhão por mês.

Ao compararmos o valor das compensações financeiras mensais distribuídas entre municípios, observamos que os gerados pelo petróleo estão na faixa dos milhões de reais e os gerados por hidrelétricas na faixa de milhares, variando de acordo com o porte da usina. Em relação às ERSs como a maioria é de pequeno porte, não se pagam compensações ou estas são de pequena monta.

3. PLANEJAMENTO ENERGÉTICO: MODIFICAÇÕES QUE NÃO MODIFICAM

Para analisarmos o planejamento energético brasileiro é fundamental responder a algumas indagações: há o desejo de uma mudança estrutural, isto é, de reestruturar o setor de energia em outros moldes? Aparentemente, discursos convergem no sentido de se aprofundar ou aumentar a utilização de ERSs, o que parece ser o caso do biodiesel. O álcool combustível (etanol) aparenta estar estabilizado, sem o temor de que ocorra uma derrocada, tal qual o PROÁLCOOL nos anos 90. Mas os discursos convergem até certo ponto, pois o álcool e os biocombustíveis são vistos como complemento

[8] ANEEL., disponível em: http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/CMPF_Compensacao/CMPF_MunicipiosMostraMensal.cfm . Acesso em 07/07/2005.

e não como possibilidade de uma nova matriz, em substituição aos combustíveis fósseis.

A mudança de matriz energética é uma empresa gigantesca. Evidentemente, não consiste apenas em assinar um protocolo ou decretar tal mudança. É necessário criar novos hábitos, romper a barreira do temor a mudanças, assim como, controlar os interesses econômicos que travam tais transformações. Há todo um parque industrial estruturado em função dos combustíveis fósseis e da hidroeletricidade. Apesar disso, os governos e setores da sociedade civil poderiam ser indutores de novas políticas para a energia. Aparentemente, existe no Brasil um movimento neste sentido. Mas na prática o padrão energético tradicional cresce muito mais que as novas formas de energia.

Atualmente, o planejamento geral do setor de energia fica a cargo do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), um órgão colegiado de assessoramento da Presidência da República[9]. Também é incumbência da Casa Civil, especificamente, no CEGISE (Comitê de Gestão Integrada dos Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico) que é o órgão que define quais projetos serão implantados. O CEGISE é composto pelo EPE (Empresa de Energia Energética), ligado ao Ministério de Minas e Energia; Pelo Ministério do Meio Ambiente e pela ANEEL (agência Nacional de Energia Elétrica) e teria sido criado para destravar os projetos de licenciamento ambiental ou para impedir o seu travamento, já na fase de planejamento. As decisões ficam a cargo deste Comitê, liderados pela Casa Civil.

Mas, o que mudou ou o que está mudando no processo decisório brasileiro, referente à sua matriz energética? Muito pouco. Ainda que existam projetos de governo para maior utilização de energias alternativas e de gás natural, a prioridade continua para aquelas fontes de energia tradicionais, hidroeletricidade e petróleo, ainda que a utilização do petróleo esteja migrando, em certa medida, do setor de transportes para o de eletricidade.

Podemos indagar ainda, qual o peso dos fatores socioambientais nas decisões do CNPE. Aparentemente, parece que são secundários ou desprezados. Do contrário, não se definiriam projetos muito polêmicos e as decisões não seriam questionadas em outras instâncias, como é comum ocorrer quando da escolha dos projetos que participarão dos leilões de energia.

[9] É composto por 7 Ministros, 1 representante dos estados, 1 representante das universidades e 1 representante dos cidadãos, sendo estes 2 últimos, especialistas em energia. É presidido pelo ministro de Minas e Energia.

O posicionamento dos planejadores do setor de energia pode variar devido a mudanças políticas (uma nova gestão), pela renovação de quadros estáveis, ou ainda, pelaa criação de novas funções de Estado. No Brasil, apesar destas variáveis, em geral, os discursos convergem no sentido de se priorizar os seguintes projetos: utilizar todo o potencial hidrelétrico, manter a auto-suficiência do petróleo (e exportar uma parte) e aumentar a produção e o consumo de gás natural. E com um discurso muito eloqüente e às vezes triunfalista, o de aumentar o uso de fontes alternativas. Contudo, no que se refere a isso, pouco se efetiva, como se observa com o PROINFA, programa específico para incentivar estas formas de energia.

Há um problema estrutural no Estado brasileiro que é o de inúmeros projetos que se iniciam a todo vapor, mas que logo entram em decadência. Isso se deve, em parte, ao chamado custo Brasil, que engloba inúmeros empecilhos políticos e econômicos, como descontinuidades de projetos, ênfases de administração e de projetos estratégicos que mudam a cada governo, excesso de burocracia, muitas taxas e impostos, subsídios aos combustíveis tradicionais e corrupção. Mas também se deve à falta de ousadia dos planejadores e consumidores, o que pode ser explicado, entre outras razões, por aquela formação profissional não voltada para modificar o que já existe.

O único ramo governamental (em matéria de energia) que parece não sofrer destes percalços (custo Brasil) é o de petróleo. De fato, a Petrobras desde sua origem tem sido uma das empresas mais eficientes. Além do que, mesmo com as sucessivas modificações no cenário político e administrativo, desde aquele período, não teve bruscas mudanças de rota.

Em relação à hidroeletricidade o discurso é um pouco mais comedido, seja porque parte do potencial hidrelétrico já foi utilizado, seja porque as restrições de ordem ambiental são mais intensas. Contudo, o governo brasileiro, assim como (ou influenciado por) empresas do setor, insistem em utilizar todo aquele potencial. Só então partiriam para novas fontes. O problema é agravado porque, na medida em que se implementam os projetos, sobram aqueles com graves problemas ou conflitos socioambientais. Por exemplo, o projeto de Belo Monte (rio Xingu, atingindo área indígena), usinas no Rio Madeira, na Amazônia, Tijuco Alto, (fronteira do PR e São Paulo, atingindo uma comunidade quilombola), Baixo Iguaçu, nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná.

O governo brasileiro já deixou bem claro que continuará priorizando a hidroeletricidade, embora com projetos de menor porte. Argumenta-se, por exemplo, que a opção por projetos de menor porte que os das décadas anteriores, seriam menos impactantes, tanto do

ponto de vista ambiental como social. Mas esta comparação é feita apenas em relação aos gigantescos projetos de Itaipu e Tucuruí. Dessa forma, escamoteiam-se os impactos negativos acumulados por grandes e médios projetos. O Brasil tem ainda um potencial hidrelétrico de cerca de 260 mil MW (BERMANN, 2002). Destes, apenas cerca de 8 mil são PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). O Plano 2015 da ELETROBRÁS prevê a construção de mais de 400 hidrelétricas, muitas delas nas regiões sul e sudeste. Como são áreas densamente ocupadas, o resultado será mais dezenas de milhares de deslocados. Mas a maior parte deste "potencial" (2/3) são rios amazônicos, o que intensifica mais ainda os problemas e a dificuldade de aprovação de projetos.

Há uma distância muito grande entre o discurso dos órgãos de planejamento e as decisões. Se observarmos o Regimento Interno do CNPE[10] verificamos uma série de itens a serem incentivados, que poderiam ser enquadrados em uma lógica socioambiental: conservação de energia, incentivo às ERSs, desenvolvimento sustentável, proteção ao meio ambiente, universalização da energia, proteção ao consumidor, rever periodicamente a matriz energética. No entanto, também se verificam alguns itens que incentivam o uso de combustíveis fósseis, como gás natural e petróleo. Mas quando observamos as decisões (os projetos aprovados e que vão a leilão) são quase todos ligados a projetos altamente impactantes. Isto demonstra que, em matéria de decisões, pouca coisa mudou em relação aos modelos anteriores. O discurso é um, a prática é outra.

Podemos nos perguntar se, em contraposição a estes projetos, as ERSs e políticas de eficiência energética não poderiam substituir parte significativa do potencial hidrelétrico. Certamente é uma questão polêmica, porém, a postura dos empreendedores públicos e privados está cegada por interesses econômicos e obstáculos epistemológicos, pois não conseguem planejar o setor energético nacional sem a utilização quase total daquele potencial. Na prática, não levam a sério os grandes impactos negativos das hidrelétricas de médio e grande porte, considerando-os simplesmente como impeditivos ou restrições e insistem em colocar projetos polêmicos na mesa de discussão. E quando as propostas são recusadas, os planejadores se fazem de vítimas de órgãos ambientais e de grupos de contestação, como se estes estivessem impedindo o desenvolvimento do país.

Na verdade, são os próprios empreendedores e planejadores que criam tal imbróglio, ao não ousarem inovar e apostar em alternativas; ou por não admitirem modificar estruturalmente

[10] MME, 16/12/2002. Disponível em http://www.aneel.gov.br/cedoc/res2002017cnpe.pdf#search='CNPE'; acesso em 30/01/2006.

o setor, incorporando novas perspectivas e referenciais; ou por desprezarem a lei ambiental, as recomendações e obrigações dos Estudos de Impactos, pois estes, não raras vezes colocam inúmeras restrições que, de fato, podem inviabilizar um projeto. Mas, antes de tentar priorizar alternativas, os planejadores e empreendedores não admitem a hipótese de que um projeto seja inviabilizado por razões socioambientais.

Em relação à poluição, quando comparado com países europeus, EUA ou China, de fato, o setor de transportes e a produção de eletricidade no Brasil são bem menos impactantes. No entanto, no caso da hidroeletricidade os impactos são outros e, muitas vezes, são desprezados. Em função da grande disponibilidade de recursos hídricos e devido ao imenso território parece que, para os planejadores, o alagamento de grandes áreas e o deslocamento de populações não seria um problema tão grave assim. Contudo, ainda que os projetos sejam de menor porte, no conjunto, continua-se a agravar os efeitos negativos desta forma de energia.

Em relação ao setor de transportes, o constante aumento do número de veículos e o desprezo pela opção ferroviária acabam por diluir as vantagens do uso de etanol e de biodiesel, pois o consumo de petróleo se mantém nos mesmos níveis ou aumenta em números absolutos. O planejamento em relação a este setor incorporou o ideal da diversificação, mas com a riqueza gerada pela alta dos preços, o petróleo torna-se cada vez mais em um grande atrativo. Por isso o planejamento não consegue modificações mais abrangentes. Ao longo das últimas décadas, fez-se um grande esforço para que o país produzisse mais petróleo, mas o esforço despendido para utilizar-se outros combustíveis, principalmente o etanol, não vingou, pelo menos se pensarmos em um esforço contínuo e sistemático. Recentemente, o uso de etanol foi retomado e, embora ainda restem dúvidas em relação à volatilidade do mercado, tem a vantagem da incorporação de uma inovação técnica, que é o motor bicombustível. Além disso, foi lançado em outubro de 2005, o Plano Nacional de Agroenergia, com o objetivo de sistematizar e ampliar os esforços para produção de energia a partir de fontes provenientes da agropecuária.

Em sentido amplo, o atual governo está incentivando outras formas de energia, alternativas ou não, como a biomassa (principalmente derivados de cana, óleos vegetais e resíduos diversos), gás natural, carvão e eólica, objetivando principalmente a diversificação. Quais as razões para este "incentivo"? Até aqui não há uma política realmente orientada para o uso em grande escala das ERSs e sim, para o gás natural. Há no máximo uma política

de diversificação, mais por razões estratégicas ligadas ao mercado (auto-suficiência em energia; conhecimento e desenvolvimento tecnológico para um provável futuro sem os combustíveis fósseis). As razões socioambientais aparecem de forma dúbia: ora como marketing, isto é, 'os bons projetos de governo', ora como motivo de impedimentos aos tradicionais projetos do setor de energia, como impedimentos ao desenvolvimento...

3.1. A NOVA (?) MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA

Colocamos uma interrogação no subtítulo porque, apesar de algumas tentativas de se modificar a matriz, o padrão anterior baseado no aumento constante da produção, sem priorizar a conservação de energia, acaba por induzir o uso de combustíveis fósseis e hidroeletricidade, muito mais do que as ERSs. A partir dos anos 90, além de uma reestruturação política e administrativa do setor (processo de privatização e criação de agências reguladoras), também se procurou diversificar a matriz. De início, priorizava-se uma grande ampliação do gás natural, a revitalização do consumo de álcool combustível e o aumento da participação de ERSs.

No entanto, a diversificação restringiu-se mais à energia destinada aos transportes e não tanto à geração de eletricidade. O gás natural, embora tenha aumentado sua participação, não se deu como o esperado, principalmente após a crise política boliviana em 2005. O consumo de álcool combustível cresceu e houve um aumento tímido da participação de ERSs, ainda distante do que pretende o PRINFA. Além disso, a sonhada meta de auto-suficiência em petróleo finalmente foi atingida, em meados de 2006.

De acordo com o programa de diversificação de energia, a tendência era a diminuição proporcional dos combustíveis fósseis mais prejudiciais (carvão mineral e petróleo) e o aumento da participação do gás natural e energias alternativas. Mas 70 % dos projetos aprovados no leilão de energia elétrica, em dezembro de 2005, foram termelétricas a óleo combustível, gás natural e carvão mineral, indo contra as diretrizes do Tratado de Kyoto, como constata R. Schaeffer (COPPE)

> Se todas (as usinas) funcionarem ao mesmo tempo, elas lançarão mais 11,35 milhões de toneladas de gás carbônico (CO2) na atmosfera. O valor representa um aumento de 2,8% de toda a emissão do gás no País, que hoje é de cerca de 400 milhões de toneladas de CO2. Levando em conta apenas a quantidade emitida pelo setor energético, o crescimento é de 11% .[11]

[11] AMORIM, Cristina. País opta por energia com mais CO2 e efeito estufa. Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/01/2005.

Muitas das críticas desse tipo são feitas por defensores de hidrelétricas, como José Goldenberg um dos articuladores da estratégia brasileira em relação às discussões internacionais sobre mudança climática. Dessa forma, observamos novamente que as opções dos planejadores e consultores ficam quase que somente entre duas opções com sérios problemas socioambientais, combustíveis fósseis ou hidroeletricidade. As ERSs, enquanto isso, crescem muito lentamente e não na mesma proporção. A proporção de projetos de ERSs aprovada no leilão de dezembro de 2005 foi muito menor que a de combustíveis fósseis, 3 % de energia da biomassa e 9 % de PCHs. No leilão de junho de 2006, foram aprovados 15 projetos de hidrelétricas (7 PCHs) e 16 termelétricas (apenas 3 de biomassa e as demais a óleo combustível, gás natural ou carvão).

Em resumo, o atual planejamento energético brasileiro continua a priorizar a hidroeletricidade e os combustíveis fósseis, sem contar os defensores da energia nuclear. Os projetos de ERSs não têm sido aprovados na medida em que se esperava, ou por dificuldades burocráticas ou por falta de políticas públicas mais aguerridas. Antes disso, a diversificação atual se dá mais em termos de diferentes tipos de combustíveis fósseis e de porte das usinas hidrelétricas, do que pela efetiva incorporação de ERSs.

4. BIOENERGIA, ALGUMAS POSSIBILIDADES DE SUSTENTABILIDADE

O termo bioenergia (ou biomassa) refere-se a uma série de produtos e subprodutos agrícolas e florestais, assim como resíduos diversos de origem animal e humana. O Produto pode ser utilizado em termoelétricas de forma direta, por meio de combustão, ou de forma indireta, mediante processos de gaseificação, liquefação ou na forma de biocombustíveis. Apresenta algumas vantagens, como as que se seguem:

A principal vantagem da bioenergia está no potencial de alavancar o setor agropecuário, ou seja, criar novas opções de emprego e renda por meio de uma ampla cadeia produtiva, o que contribui para evitar o êxodo rural ou a decadência de pequenos municípios. Possibilita, ainda, a eliminação de resíduos diversos, diminuindo a necessidade de sua deposição em aterros ou a céu aberto. Outra vantagem está na diminuição de emissão de GEE – Gases de Efeito Estufa. Segundo Tolmasquim et al. (2003), de forma geral, em relação aos combustíveis fósseis "Devido à melhor combustão, as emissões atmosféricas absolutas tendem a ser menores e, devido à maior eficiência de geração elétrica, menores emissões por unidade de energia gerada devem ser verificadas". Além disso, a

biomassa pode ser um incentivo ao reflorestamento ou a um controle maior das florestas.

Da mesma forma, contribui para a descentralização, pois, a produção de bioenergia pode se dar por intermédio de autoprodutores, que comercializam a energia excedente. No caso de resíduos, a energia é um produto secundário, como o bagaço de cana. Apenas no caso de biocombustíveis pode ser que a produção se dê basicamente para gerar combustíveis e os subprodutos tenham outras finalidades. É o caso do uso da soja, cujos subprodutos podem ser utilizados para ração animal. Em ambos os casos indicam a racionalização do uso de resíduos, contribuindo para formar uma cadeia produtiva.

Por outro lado, o uso da bioenergia apresenta pontos negativos e riscos. De forma geral, referem-se ao manejo errado dos produtos ou ao risco de grandes monoculturas. Além disso, os custos de investimento ou implementação são altos e a produção de energia é relativamente baixa. Por isso, a forma de uso mais apropriada é a co-geração (produção simultânea de vapor e eletricidade). No caso de produtos ou subprodutos agrícolas, deve-se levar em consideração os períodos de entressafra. Neste momento a produção pode parar, se não existir um estoque de combustível ou se adquirir material de outras culturas agrícolas.

Mas o termo bioenergia é genérico. Alguns produtos são mais vantajosos que outros. Além disso, também têm riscos em potencial.

Produtos da Cana: Em síntese, em termos socioambientais, o álcool etílico tem um grande potencial e vantagens comparativas em relação aos combustíveis fósseis. Mas sua utilização em grande escala pode resultar em impactos negativos de grande monta, principalmente, os riscos decorrentes de monoculturas e ao manejo inadequado na colheita. Certamente consiste em uma das ERSs das mais promissoras, assim como o bagaço de cana na geração de eletricidade. Mas individualmente não resultam na solução de todos os problemas. Desta forma, o princípio de precaução também se aplica a estas fontes de energia.

Produtos Florestais: Embora o desflorestamento seja um dos principais problemas ambientais da atualidade, no Brasil e no mundo a madeira ainda é um dos principais produtos da construção civil e da confecção de produtos diversos. Da mesma forma, a produção de papel e carvão vegetal exige a disponibilidade de gigantescos recursos florestais. A pressão sobre desflorestamentos ilegais aumenta constantemente, mas ainda assim não consegue resolver o problema. Apesar disso, o uso legal e racional dos recursos florestais pode contribuir para diminuir a dependência de combustíveis tradicionais

e, mesmo, para evitar a destruição de florestas nativas e incentivar reflorestamentos. Trata-se da concepção do Ministério de Minas e Energia de florestas energéticas cultiváveis.

Outra forma de uso se dá a partir de resíduos florestais. As madeireiras, principalmente nas regiões centro-oeste e norte, costumam acumular grande quantidade de resíduos que, naquelas regiões, não possuem utilidade. Assim, tais resíduos podem ser utilizados como combustível para aquecer caldeiras e produzir energia elétrica (co-geração). Também em indústrias de papel e celulose é comum este processo de co-geração.

Outros resíduos: Resíduos como casca de arroz e de trigo, aparas de papel (indústrias de papel), capim elefante, caroço de azeitona (Europa), têm sido apontados como outras fontes de energia, cuja maior vantagem seria a eliminação de rejeitos agrícolas, industriais e de lixo. Tais resíduos podem abastecer termelétricas ou ser transformados em biocombustível, por exemplo, para produzir óleo combustível (biopetróleo) elaborado a partir do processamento de casca de arroz, palha de trigo, pó de serragem ou bagaço de cana-de-açúcar. Assim como os resíduos de madeira, podem favorecer a autoprodução.

Biogás: é uma forma de energia produzida da decomposição de matéria orgânica de origem animal, vegetal e de resíduos domésticos e industriais diversos. Por exemplo, poderia se utilizar o biogás em propriedades rurais, onde há criações de animais. É o caso de granjas de suínos, cujos dejetos, quando em grandes volumes, causam sérios problemas ambientais, como a contaminação de rios e proliferação de vetores de doenças e mosquitos. Biodigestores podem ser utilizados para acumular tais dejetos, resultando em dois subprodutos: o biogás e o biofertilizante, que é o material de teor sólido, após tratamento utilizado em lavouras, para diminuir custos com insumos.

De forma geral, o biogás apresenta mais vantagens que desvantagens. Individualmente, o potencial do biogás é pequeno, mas no conjunto seu potencial é grande.

Óleos Vegetais: Trata-se de óleo vegetal extraído de uma reação com um álcool intermediário utilizado como catalisador. A idéia do diesel vegetal ou biodiesel é antiga. O próprio inventor do motor a combustão interna, Rudolph Diesel, apresentou inicialmente a possibilidade de utilizar petróleo e óleos vegetais (álcool e óleo de amendoim) como combustíveis. Na Exposição Universal de Paris, em 1900, foram apresentadas as três opções. A dificuldade inicial dos biocombustíveis era de ordem técnica, isto é,

o acúmulo de carbono e resíduos gordurosos, o que não acontecia com o petróleo filtrado (TOLMASQUIM et al., 2003). Ainda assim, muitos projetos surgiram em países diversos, principalmente, antes do término da Segunda Guerra. No entanto, só recentemente têm sido encarado como alternativa energética de maior escala. Além do Brasil, em várias regiões do mundo (principalmente na Europa, assim como Argentina e Índia) há projetos de desenvolvimento deste combustível.

No Brasil, é uma das possibilidades mais promissoras, enquadrando-se no projeto governamental de progressiva incorporação ao óleo diesel, Programa Nacional do Biodiesel (PNB). Os primeiros projetos nesta área surgiram nos anos 80, porém não foram adiante, por razões econômicas.

O biodiesel pode ser obtido de uma ampla variedade de produtos: soja, colza, canola, mamona, andiroba, girassol, pequi, milho, macaúba, óleo de fritura (vegetal ou animal), algodão, babaçu, dendê (palma), nabo forrageiro, licuri, amendoim, babaçu, pinhão-brabo, frutas amazônicas (buriti, patauá, muru-muru). A estrutura de produção da maioria destes vegetais tem potencial de desenvolvimento local, ficando sua utilização como combustível restrita a regiões específicas. Alguns produtos são utilizados para outras finalidades, como no caso do milho, girassol e soja, podendo sustentar uma produção em larga escala. Outros, no entanto, têm uso mais restrito, como a mamona e o óleo de dendê, mas têm grande potencial de crescimento. Outros produtos, como o óleo de fritura e produtos regionais, têm característica local mas, conforme enfatizamos neste trabalho, no conjunto podem representar um grande avanço na produção de energia e contribuir para a diversificação energética.

O biodiesel pode substituir o diesel derivado de petróleo, como já ocorre em inúmeras experiências, no Brasil e no mundo, por exemplo: Em ônibus, caminhões, tratores, motores e locomotivas, em Maringá, Curitiba, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Mossoró, Fortaleza, Brasília e muitas outras cidades. Entretanto, em quase todas elas ainda não há um uso comercial. Estão em fase de testes, em alguns casos há mais de três anos. Aparentemente, a passagem da fase de testes para o uso comercial é um grande nó.

O biocombustível é uma alternativa viável para a substituição de fontes tradicionais. Mas um planejamento estrutural requer cuidados: necessidade de infra-estrutura, apoio técnico aos agricultores, construção de usinas de esmagamento locais, para evitar que os agricultores sejam apenas fornecedores de matéria-prima e que grandes corporações acabem dominando o mercado.

5. O QUE PODE INDUZIR A MODIFICAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA

A partir do exposto acima e sem considerar as grandes possibilidades de outras formas de ERSs, como eólica, solar e das ondas, conclui-se que há um grande potencial de ERSs no país, mas que não é aproveitado. Antes disso, a política energética segue o mesmo rumo, de forma que o "novo" não chega a ser "revolucionário". Apenas se trata de uma readaptação a um contexto um pouco mais restritivo. Uma "nova" política energética, em nosso ponto de vista, poderia dar-se a partir da definição de horizontes socioambientais mais específicos e da efetivação de critérios de sustentabilidade. Isto poderia indicar uma mudança de perspectiva de uma sociedade e também de um governo. Mas, muitas vezes, as empresas públicas e privadas reagem a tais mudanças, atravancando ou impedindo transformações mais amplas.

Conservação de Energia: É a capacidade de se racionalizar a produção, distribuição e consumo de energia. Pode-se produzir mais, ou pelo menos a mesma quantidade, com menos recursos e a um custo mais baixo. Significa também, em termos de energia, a substituição de materiais, equipamentos ou processos. Mas a conservação de energia não é um processo puramente técnico. Ao contrário, está estritamente ligada a padrões de consumo e à estrutura econômica, pois significa mudança de hábitos e redução de custos em um processo que exige maior produtividade. Um exemplo de como o fator cultural é importante está na cidade de Las Vegas (EUA). A tradição da cidade (muita iluminação) e o fato de localizar-se em um deserto resultam em um altíssimo consumo de energia, gerada a partir de gás natural e carvão. Em menor escala, podemos avaliar o desperdício de energia em prédios e shopping centers aqui no Brasil.

A eficiência energética é a principal maneira de, em grande escala, economizar-se energia. Trata-se de obtenção dos mesmos serviços de iluminação, cozimento, aquecimento, mobilidade e processos industriais com menor necessidade de energia. Pode-se, por exemplo, estabelecer processos de co-geração, produzindo-a simultaneamente para usos como aquecimento, refrigeração, movimento e iluminação.

Assim como há uma disseminação de projetos de educação ambiental, é importante que ocorra algo semelhante em relação à conservação de energia. Em geral, não pensamos muito no tema, apenas em momentos de crise, como ocorreu em 2001. Isto pode gerar novos hábitos como o de não se desperdiçar energia e de obter-se vantagens técnicas com estas mudanças, tanto em residências como na produção. Por exemplo, com a irrigação noturna, por ser mais econômica e desperdiçar menos água, pois há menor evaporação.

Na verdade, o Brasil possui instituições voltadas para fomentar a conservação de energia, como o PROCEL, porém, no planejamento estratégico são relegadas a um segundo plano, com poucos recursos. Um Programa realmente levado a sério poderia evitar a "necessidade" de serem construídas mais barragens.

No Brasil não há regras ou incentivos que induzam a um processo acelerado de eficiência energética. Não há, atualmente, obrigatoriedade de que implementem projetos de eficiência. A estratégia utilizada é mais de convencimento do que de exigência. Uma legislação mais rigorosa poderia reverter esta situação, pois a obrigatoriedade da utilização de critérios de eficiência energética poderia contribuir em muito para reduzir a necessidade de tanta energia. Por exemplo, uma arquitetura orientada para obter iluminação e climatização natural, redução de perdas na transmissão, repotencialização de usinas já existentes, incentivos à pesquisa de novos materiais e métodos mais econômicos, como telhas coletoras de energia solar ou biodigestores, processos de co-geração de energia na indústria.

Existem algumas barreiras culturais e econômicas para a difusão de processos de eficiência energética, a começar pela falta de conhecimento e pela descrença de novas tecnologias ou processos. Além disso, requer-se um investimento inicial, o que faz muitos perderem o interesse. Daí a necessidade de um maior ímpeto do poder público para acabar com esta letargia, pois, na verdade, processos de eficiência energética acabam por trazer benefícios, inclusive econômicos.

Políticas Públicas: No setor de energia, a principal modificação seria uma mudança radical na política energética, com a incorporação de ERSs e de projetos mais efetivos de eficiência e conservação de energia. Novas fontes têm potencial de contribuir para uma reestruturação mas precisam de um ímpeto inicial. Já os projetos de eficiência não têm este obstáculo e são muito mais baratos que a construção de novas usinas (BERMANN, 2002).

Contudo, se não houver uma política orientada para induzir, ou mesmo forçar a uma modificação nesta estrutura, dificilmente se avançará na direção de uma matriz energética sustentável. Alguns incentivos podem ajudar, como subsídios temporários a consumidores que utilizem ERSs, assim como a eliminação de subsídios à utilização de combustíveis fósseis, impostos ambientais, baseados no princípio do poluidor pagador. Isto pode resultar em confrontos com a iniciativa privada e com empresas públicas, mas os ganhos em longo prazo seriam imensos.

Em resumo, políticas públicas podem ser indutoras de uma nova racionalidade. Os programas federais de ERSs (PROINFA

e Programa do Biodiesel) são instrumentos de política pública importantes, mas ainda insuficientes. Na verdade, os incentivos dados às fontes tradicionais os subvertem ou os desestimulam. Por exemplo, incentivos a indústrias de alumínio, grandes consumidoras de hidroeletricidade, às siderúrgicas movidas a carvão vegetal, os subsídios ao petróleo na região amazônica, cujos altos custos são distribuídos pelos consumidores de todo o país. Neste caso específico, o biodiesel a partir de produtos amazônicos seria um grande benefício para as comunidades da região norte e eliminaria um custo a mais na conta dos brasileiros. Contudo, em alguns estados, o ICMS do biodiesel é maior que o de combustíveis fósseis (MME, 2005).

6. CONCLUSÃO

Vimos que no Brasil, o grande potencial de ERSs, apesar de um discurso triunfal, é desprezado em função do aumento da produção e do consumo de combustíveis fósseis e da priorização de grandes e médias hidrelétricas. Estas formas de energia são vistas pelos planejadores e empreendedores como as únicas alternativas de fato, de forma que as ERSs ficam sempre em segundo plano, não ultrapassando o limiar de energia complementar ou para áreas isoladas. Ou então os projetos de ERSs são esquecidos em universidades e órgãos de pesquisa, raramente saindo da fase de testes.

O planejamento do setor de energia acaba por incorporar determinadas lógicas de produção, típicas de mercado. A grande riqueza gerada pelo petróleo e pela construção de hidrelétricas bloqueia a difusão de ERSs em maior escala. O próprio significado dado a desenvolvimento contribui para uma lógica que prioriza o constante aumento de produção e consumo, a partir da mesma estrutura produtiva. Além disso, há um condicionamento na formação dos profissionais do setor de energia, pois são formados para manter a estrutura do setor e não para transformá-lo ou para incorporar novos referenciais, como os socioambientais ou de conservação de energia. Como resultado, ao exercerem seus ofícios consideram estes novos referenciais como empecilhos aos seus projetos, contribuindo para manter o mesmo padrão de décadas atrás.

Há um fator político que não tem sido utilizado até aqui, ou seja, a criação de políticas públicas consistentes para mudar a matriz energética em função também de novos referenciais. Isto significaria uma aposta maior no uso de ERSs, em políticas efetivas de conservação de energia, na diminuição do uso de combustíveis fósseis e em evitar o uso total e indiscriminado do potencial hídrico do país. Mudar de fato o planejamento energético significa definir

novos objetivos, não induzidos pela racionalidade puramente econômica. Antes, esta é que deve se vincular a outros horizontes de transformação social e ambiental e não o contrário.

7. REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston A formação do espírito científico: Contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BERMANN, Célio Energia no Brasil: Para quê? Para quem?. São Paulo: FASE, Livraria da Física, 2002.

GOLDEMBERG, José Energia, meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Edusp, 1998.

HIRSCHMANN, Albert O. A retórica da intransigência. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

MARX, KARL O capital. Livro 1, V. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MME. Diretrizes de políticas de agroenergias 2006 - 2011. 16/11/2005, disponível em http://www.mme.gov.br/site/menu/select_main_menu_item.do?channelId=6103 ; acesso em 10/01/2006.

SEN, Amartya Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOLMASQUIM, Maurício T. (Org.) Fontes renováveis de energia no Brasil. Rio de Janeiro: Cenergia, 2003).

YERGIN, Daniel O petróleo. Uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo: Scritta, 1992.

TRANSGENIA AGRÍCOLA E MODERNIDADE: UM OLHAR SOBRE AS DISPUTAS SIMBÓLICAS E PRÁTICAS CONFLITIVAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA.[1]

Patrícia Faraco Benthien[2]

1. INTRODUÇÃO

Vivemos num momento no qual novas tecnologias, tal como a transgenia, advindas em grande medida de descobertas científicas e pesquisas desenvolvidas nas áreas da engenharia genética nos séculos XIX e XX, tornam-se cada vez mais abrangentes em sua aplicação comercial e acabam, por conseqüência, influenciando diretamente no modo de vida das sociedades ocidentais. Estas tecnologias recebem investimentos maciços de empresas transnacionais que vêem nelas uma fonte certa de retorno financeiro e lucro. Tal investimento é espantoso para um período relativamente curto de tempo, além de ser acompanhado de processos muito rápidos de fusão e incorporação empresarial na área, fato que demonstra a expectativa de retorno rápido de investimentos depositada neste novo mercado que se forma.

O desenvolvimento da sociedade industrial e tecnológica culmina na criação de sociedades cujos riscos advindos de tal desenvolvimento começam a manifestar-se socialmente de uma forma muito mais enfática que em períodos anteriores, já que os problemas ambientais são, em sua grande maioria, notadamente transfronteiriços[3] e atingem a todos (em maior ou menor medida) independentemente das classes sociais (BECK, 1998). A convivência com o mesmo ocorre a partir de um processo de internalização social, econômica e política dos riscos nas sociedades modernas,

[1] Este artigo consiste em uma síntese de minha dissertação de mestrado em Sociologia de mesmo título, defendida em fevereiro de 2006 na Universidade Federal do Paraná (UFPR) sob a orientação do Prof. Dr. Dimas Floriani. Agradeço o convite realizado pelos professores Álfio Brandenburg, Ângela Damasceno, Osvaldo Heller e Dimas Floriani para a inclusão de meu trabalho neste livro.

[2] Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (linha de pesquisa Ruralidades e Meio Ambiente), doutoranda em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora das Faculdades Integradas Curitiba. E-mail para contato: patriciafb@gmail.com

[3] Exemplos típicos do caráter transfronteiriço dos problemas ambientais são: As chuvas ácidas, as mudanças climáticas, a transgenia, a poluição do ar, os derramamentos de petróleo no mar, os desastres nucleares, entre outros.

gerando algumas mudanças importantes que modelam o processo de estruturação e relação social nesta modernidade avançada. Isto acaba definindo, em conseqüência, um papel muito mais claro das sociedades enquanto compostas por variados atores que atuam direta e indiretamente na construção de problemas socioambientais mediante o conflito, da cooperação mútua e do diálogo (HANNIGAN, 1995).

Esse processo vai ao encontro de um período de radicalização da modernidade a partir do qual ocorre uma tendência cada vez mais extensa de "mecantilização" ou "commidificação" (KLOPPENBURG, 1988; SHIVA, 2001, 2003; LACEY, 1998, 2006) de elementos ligados à vida e à natureza. A capacidade humana de interferência e manipulação da vida torna-se possível, incalculável e irrestrita, trazendo modificações absolutamente radicais em nossas concepções sobre a ciência, o mundo, o "humano" e, sobretudo, a "vida". Nesse sentido, a vida e a natureza acabam tendo seus significados reduzidos à informação que delas se pode retirar e utilizar num sentido mercadológico.

Partindo-se da perspectiva de que estamos vivendo em um momento de profundas transformações sociais, pretendemos analisar os significados que a transgenia incorpora nesta fase da modernidade, de que forma a mesma emerge como um problema na esfera das sociedades ocidentais, e em particular da sociedade brasileira, tentando compreender como tal problema se manifesta e se estrutura socialmente.

2. O SURGIMENTO DA TRANSGENIA

A transgenia agrícola constitui um produto tecnológico recente advindo de um processo muito rápido de desenvolvimento das pesquisas na área da engenharia genética. Estas ocorrem, principalmente, a partir do final do século XIX em função de algumas importantes descobertas científicas. Entre elas está um conjunto de pesquisas realizadas entre as décadas de 1850 e 1860 pelo frade austríaco e professor de biologia, física e matemática Gregor Mendel que definiu, por meio de seus estudos com ervilhas,

[4] A teoria da hereditariedade proposta por Mendel partiu da seguinte idéia: ele cruzou sementes de ervilhas (que foram escolhidas por serem plantas que se autofecundam, que se reproduzem rapidamente e de grande variedade) de linhagens puras, ou seja, todas as sementes produzidas eram iguais (eram verdes ou amarelas). As plantas de linhagem amarela, ao realizarem a autofecundação produziam apenas sementes de cor amarela, e as de cor verde apenas sementes de cor verde. Logo, Mendel cruzou plantas que produziam sementes de cor amarela com aquelas que produziam sementes de cor verde e notou que as sementes resultantes deste cruzamento (chamadas de híbridas) eram sempre amarelas. Entretanto, quando as sementes híbridas se autofecundaram, foram geradas ¼ de sementes verdes e ¾ de sementes amarelas. A partir disto Mendel descobriu que as plantas possuíam características dominantes e recessivas e que, através destas características, poderia manipular os cruzamentos de forma a saber, por antecipação, qual seria o resultado obtido. (ARAGÃO, 2003). Vale ressaltar, ainda, que a teoria da hereditariedade de Mendel só recebe atenção 40 anos após o cientista tê-la tornado pública.

a transmissão de características hereditárias através das gerações[4]. Outras descobertas, realizadas em meados do século passado, foram a dupla hélice do DNA[5] (a partir da qual se permitiu perceber seu formato), a capacidade de recombinação do DNA e a possibilidade de modificação e transferência de genes entre espécies distintas o que, de fato, veio se materializar no processo que conhecemos hoje como transgenia.

Logo, a transgenia advém diretamente destas descobertas, consistindo na capacidade de transferência de genes entre quaisquer espécies, sejam elas animais, vírus, bactérias ou plantas a partir de um processo absolutamente laboratorial, isto é, a natureza por si só nunca seria capaz de produzir um ser ou planta transgênica. Vale lembrar, entretanto, que sua aplicação na agricultura se inicia em meados da década de 1970 como a única forma comercial de utilização de transgênicos no mundo. Apesar do início da plantação de transgênicos nos anos 70, a utilização de sementes transgênicas na agricultura intensifica-se principalmente na década de 1990.

Entre os principais tipos de sementes transgênicas ofertadas atualmente no mercado mundial estão a RR, a BT e a RR-BT. A primeira é uma semente desenvolvida para tornar-se resistente ao herbicida Roudup Ready, fabricado e vendido pela empresa Monsanto. A segunda caracteriza-se por ser resistente a insetos, ou seja, o inseto morre se alimenta da planta; e o terceiro tipo é a associação das duas formas anteriores. Outra tecnologia geradora de grande polêmica por causar esterilidade de sementes transgênicas, chama-se de tecnologia "Terminator" (tal denominação, que significa em inglês "exterminador", foi criada por movimentos sociais e organizações não-governamentais contrários à comercialização de transgênicos)[6].

Dentre os produtos transgênicos oferecidos no mercado mundial, a soja é a mais vendida e plantada, atingindo cerca de 20 por cento dos acres plantados com transgênicos no globo (ERVIN et al., 2000). Outros cultivos transgênicos comercializados são: algodão, milho, tomate e canola.

---

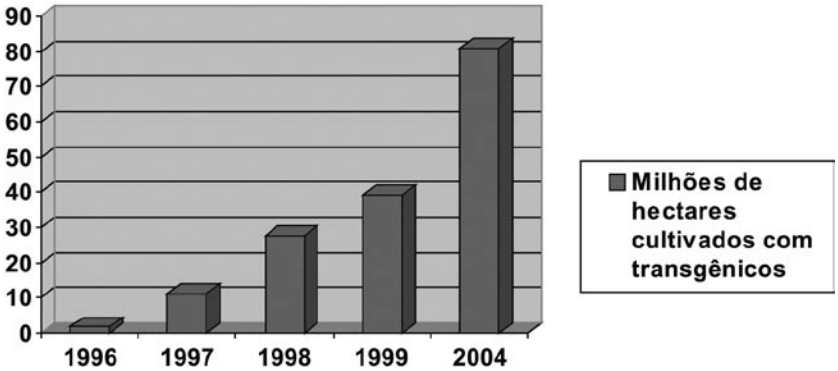
[5] A hélice dupla do DNA foi descoberta por um cientista norte-americano, chamado James Watson, e outro britânico, Francis Crick que, ao observarem fotos tiradas do DNA por meio de uma nova técnica de "difração de raio X" desenvolvida por Maurice Wilkins, resolveram desenvolver uma pesquisa, chegando à conclusão de que o DNA se caracterizada por uma hélice dupla (Leite, 2000).

[6] As sementes Terminator são aquelas que tornam a segunda geração de sementes estéril. A defesa de tal tecnologia pela Monsanto parte do argumento de que a esterilidade da segunda geração seria uma forma eficaz de controlar a contaminação das lavouras não-transgênicas pelo cruzamento com sementes transgênicas. Já os movimentos contrários afirmam que tal tecnologia seria uma forma de assegurar a compra de sementes pelos agricultores a cada nova safra (garantido o vínculo à empresa e o pagamento de *royalties),* dispensando a fiscalização de lavouras, principalmente em países pobres e em desenvolvimento, onde o acesso às plantações é mais restrito e difícil. A pressão política e críticas negativas a essa tecnologia fizeram com que a multinacional Monsanto (criadora e detentora da tecnologia) a retirasse do mercado por tempo indeterminado. Um dos resultados de tal pressão foi o estabelecimento de uma moratória em relação a tal tecnologia em 2000 pelos países pertencentes à Convenção de Diversidade Biológica (renegociada este ano, em razão da COP-8 em Curitiba, onde os países decidiram mantê-la), que continua em vigor até os dias atuais.

Entre os maiores produtores de transgênicos na atualidade, os Estados Unidos encontram-se em primeiro lugar com cerca de 60 por cento[7] da produção mundial, a Argentina com 20 por cento e Canadá e Brasil com 6 por cento. O gráfico apresentado a seguir, produzido a partir de dados fornecidos por Pelaez e Schmidt (2000) e pela International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (ISAAA), demonstra o crescimento dos hectares plantados com transgênicos nos países industrializados e nos países em desenvolvimento comparativamente entre 1996 e 2004:

GRÁFICO 01

Dimensão do cultivo de transgênicos no mundo (1996-2004)



Fonte: Elaboração própria baseada em dados de Pelaez e Schmidt (2000) e ISAAA (2004)[8].

O gráfico 02, apresentado na página seguinte, criado a partir de dados fornecidos pela ISAAA,[9] demonstra a área global de cultivo de transgênicos no mundo, em 2004, por país.

A partir da observação de tal gráfico, não é difícil compreender o motivo que leva os E.U.A a exercerem pressão política e econômica na esfera internacional para que outros Estados aceitem a transgenia para cultivo comercial em seus territórios. Esta pressão se materializa, de um lado, na tentativa de convencimento dos países em desenvolvimento e pobres a aceitarem a transgenia (pois vêem nestes a possibilidade de um mercado muito amplo para a venda de sementes, já que são, em sua grande maioria, países de base agrícola) e, de outro, no *lobby* para que os países pertencentes à

[7] Dados de 2004 disponíveis nos gráficos da ISAAA. Disponível em: http://www.isaaa.org. Acesso em 12 de junho de 2006.

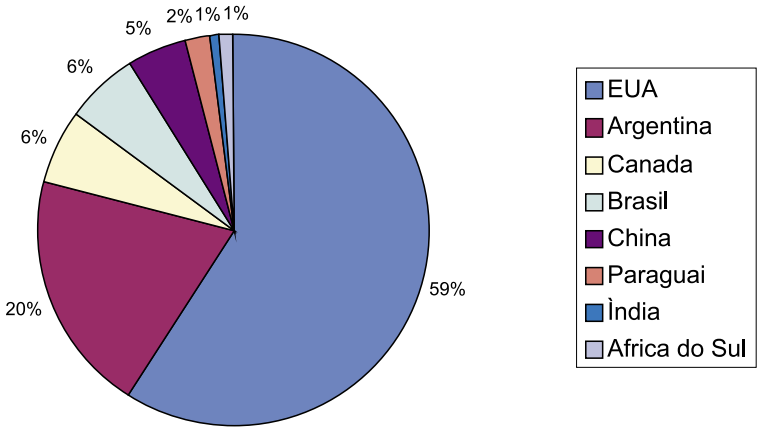
[8] Disponível em: http://www.isaaa.org Acesso em: 30 mai. 2006.

[9] Disponível em: http://www.isaaa.org Acesso em: 10 jul. 2006.

União Européia flexibilizem as barreiras para a comercialização de transgênicos, tendo em vista que a Europa representa principalmente a possibilidade de mercado para o consumo dos produtos derivados e que contêm transgênicos[10].

GRÁFICO 02

Área global plantada com transgênicos por país em 2004



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do ISAAA (2004)[11].

No mesmo período em que se inicia a comercialização de transgênicos, ocorre um esforço conjunto por parte dos cientistas na esfera internacional para a regulamentação das pesquisas na área da engenharia genética mediante a realização da Conferência de Asilomar, sediada na Califórnia. (ANDOW E ZWAHLEN, 2006; RIFKIN, 1999).

Essa Conferência foi realizada a partir de uma carta assinada por vários cientistas renomados e publicada na época na revista Science. A carta demonstrava a preocupação da esfera de pesquisadores da área

[10] O exemplo mais claro da pressão política exercida pelos E.U.A, foi quando estes, apoiados pelo Canadá e Argentina, entraram com um pedido de sanção comercial à União Européia no órgão de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) em função das medidas restritivas adotadas em relação aos transgênicos na União Européia. Os E.U.A justificaram-se afirmando que a União Européia, ao adotar tal postura quanto à transgenia, estaria criando uma barreira ao comércio internacional. A União Européia defendeu-se afirmando que seus procedimentos e conduta política são baseados no princípio da precaução reconhecido internacionalmente. A decisão final da OMC, proferida em 08 abril deste ano (2006), favoreceu o pedido de anulação da moratória requisitado pelos Estados Unidos. Em resposta a tal decisão, mais de cem organizações sociais, sediadas principalmente na Europa (mas totalizando 40 países), decidiram estabelecer que o dia 08 de abril seria definido como o dia internacional de oposição coletiva aos Organismos Geneticamente Modificados.

[11] Disponível em: http://www.isaaa.org Acesso em: 04 abr. 2005.

[12] Alguns autores, tal como Rifkin (1999), estabelecem uma relação direta entre este "freio" às pesquisas no campo da engenharia genética propostos pela Conferência de Asilomar e os resultados negativos de segregação e seleção social advindos da enorme expansão do movimento eugênico nos Estados Unidos e Europa principalmente no final do século XIX e início do XX. Afirmam que tal freio seria reflexo da internalização do "medo" e da "insegurança" decorrentes das conseqüências da eugenia pelo próprio processo de desenvolvimento da engenharia genética nos anos seguintes (e que tal reflexo estaria presente até hoje, quando falamos, por exemplo, no medo e na insegurança que as novas tecnologias – tais como os transgênicos e a nanotecnologia - geram para as sociedades).

com os possíveis efeitos negativos e catastróficos da má utilização dos frutos das pesquisas realizadas até então[12]. Exigiam uma moratória para as pesquisas futuras e o estabelecimento de rígidos padrões de controle e gerenciamento para os estudos realizados no campo da engenharia genética (RIFKIN, 1999). Chega-se ao consenso de que as pesquisas deveriam continuar, mas apenas se tais padrões de controle e gerenciamento fossem definidos e obedecidos. Neste intuito é criado no mesmo ano um comitê responsável pela organização de normas e procedimentos para a realização de pesquisas.

No período em que ocorre a Conferência de Asilomar, a transgenia já havia surgido como uma forma de manipulação biotecnológica, entretanto esta se consolida como uma tecnologia lucrativa e promissora a partir do início da década de 1990, como já mencionado. Neste período, tendo em vista a possibilidade de lucros gigantescos com o desenvolvimento de produtos biotecnológicos, ocorre um processo frenético de fusões e incorporações empresariais entre multinacionais do setor agroquímico e farmacêutico e destas com empresas menores (principalmente de países em desenvolvimento e pobres) gerando, como conseqüência, a formação cada vez mais intensa de oligopólios empresariais no setor de biotecnologia no mundo (WILKINSON E CASTELLI, 2000). De acordo com Mooney (2002, p.132):

> Há 20 anos, nenhuma das 7.000 empresas de sementes de maior peso no mundo tinha uma porção identificável do mercado comercial de sementes. Hoje, as 10 principais empresas de sementes dominam um terço do mercado mundial.(...) Há 20 anos, 65 empresas de química agrícola competiam no mercado mundial. Hoje, 9 companhias detêm aproximadamente 90% das vendas de pesticidas.

Araújo (2001) relata que existem grandes probabilidades de que o setor de biotecnologia mundial, que representou algo como 500 milhões de dólares em 1995, cresça para 6,6 bilhões de dólares em 2006, chegando a alcançar até 20 bilhões de dólares em 2010. Vale ressaltar ainda que a utilização de transgênicos na agricultura cresceu de forma impressionante desde o início de sua aplicação até os dias de hoje. Araújo (2001) afirma que em 1987 eram apenas cinco os experimentos com cultivares transgênicas nos EUA. Entre 1986 e 1995 já eram em torno de 56 cultivares e nos dois anos seguintes foram 60.

Na mesma velocidade em que a transgenia se torna um processo de aplicação comercial surgem, principalmente nas sociedades ocidentais, mobilizações organizadas majoritariamente por movimentos sociais e organizações não-governamentais contrários à implementação da transgenia em escala comercial. Tais mobilizações têm na Europa seu principal centro, mas estas também ocorrem de forma localizada em países pobres e em

desenvolvimento[13]. A articulação de tais movimentos se intensifica principalmente a partir de meados da década de 1990. Esta mobilização, segundo Hannigan (1995), é uma das expressões do movimento de construção de problemas ambientais a partir da própria sociedade que, principalmente no caso da transgenia, envolve diversos atores, tais como: o Estado, ONGs, movimentos sociais, as empresas transnacionais e a mídia. De acordo com tal perspectiva, tais atores possuem um papel essencial no processo de transformação e construção de questões ambientais em problemas da mesma ordem e, por tal motivo, não podem ser desconsiderados quando o intuito é compreender a forma de manifestação e conseqüências de tais problemas nas sociedades.

Dentre os principais argumentos apresentados pela sociedade civil organizada em seu posicionamento contrário aos transgênicos estão: i) a transgenia, como uma tecnologia que interfere diretamente na natureza, deve necessariamente passar por rígidos processos de análise de riscos[14] na medida em que pode causar danos ambientais e sociais; ii) o consumidor tem o direito de saber o que consome e optar pelo que melhor lhe convier e, por tal motivo, um sistema eficaz de rotulagem deve ser implementado; iii) a transgenia fortalece uma prática agrícola prejudicial e destrutiva, na medida em que incentiva a utilização de grandes extensões de terra para a monocultura de sementes, reproduzindo o padrão de prática agrícola proposto pela Revolução Verde; iv) a utilização de biotecnologias na agricultura reforça a possibilidade de uma erosão genética do Mundo, já que o uso de poucas variedades de semente acarreta a diminuição da possibilidade de cruzamento entre variedades distintas, facilitando o processo de diminuição da biodiversidade; v) deve-se atentar às conseqüências do comércio de transgênicos para os pequenos agricultores, principalmente tratando-se daqueles dos países pobres e em desenvolvimento que podem vir a perder o poder de escolha sobre as sementes utilizadas, assim como se tornarem dependentes das empresas por contratos de utilização das mesmas e pagamento de *royalties;* vi) a transgenia não é a solução para o fim da fome, na medida em que esta se deve a uma distribuição desigual de alimentos e não à falta de alimentos para atender à demanda da população mundial (ALTIERI, 2004).

[13] Na América Latina, o Brasil é o principal expoente, pois foi o último grande país agroexportador a aceitar a transgenia comercial e cujas pressões políticas exercidas perante o governo e articulações entre movimentos sociais e ONGs é mais intensa dos que os demais países.

[14] Essa questão vai ao encontro de um problema relatado pelos ecólogos quanto aos métodos de análise que devem ser usados e prazos estabelecidos para a realização de tais estudos. Há, de fato, uma enorme pressão política para que as avaliações e estudos sejam efetivados em prazos pequenos, muitas vezes menores que mandatos políticos e, por vezes, inferiores a um ano (MARVIER, 2001).

Já, de outro lado, temos os argumentos apresentados pelos grupos (representados majoritariamente por um número restrito de empresas transnacionais que dominam o mercado biotecnológico e sementeiro e grupos de pressão política ligados à produção agrícola que exercem lobby sobre governos ou fazem parte dos mesmos) favoráveis à produção comercial da transgenia, que apresentam as seguintes colocações: i) a transgenia representa um enorme avanço científico, e os países que não a aceitarem estão fadados a permanecer num "estágio inferior" de desenvolvimento social e tecnológico e, nesse sentido, qualquer aversão e crítica a tal tecnologia são vistos como um retrocesso; ii) os transgênicos representam a possibilidade de se acabar com a fome no mundo, pois produzem mais e utilizam menor quantidade de agrotóxicos[15]; iii) os transgênicos são mais um dos representantes da biotecnologia, assim como a insulina que trouxe benefícios para as sociedades. Logo, não há motivos para temê-los; iv) se riscos substanciais não foram detectados, isto é sinal de que não há motivos para acreditar que a transgenia apresenta riscos para as sociedades.

É a partir dos argumentos apresentados que se forma um quadro, tanto na esfera internacional quanto nas esferas nacionais, de disputa simbólica e conflitos em relação à trangenia, ao que ela representa e às suas conseqüências para as sociedades.

3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A TRANSGENIA

A amplitude dos problemas socioambientais, o grau de desenvolvimento tecnológico em que nos encontramos e a incerteza cada vez mais freqüente quanto aos riscos das novas tecnologias são fatores que contribuem para o processo de modificação na dinâmica de relação entre os Estados na esfera internacional no que diz respeito à questão ambiental. Tal dinâmica passa a constituir-se em uma perspectiva mais cooperativa e menos conflitiva, abrindo-se para o reconhecimento e participação de outros atores como importantes articuladores no cenário político internacional. Vale lembrar, entretanto, que tal afirmação não indica a superação do conflito, mas apenas a mobilização dos atores a partir de uma relação voltada à cooperação que, de fato, se consolida por meio da tentativa de criação de regimes ambientais globais, tal como o regime de Biossegurança, por exemplo.

[15] Um dos exemplos mais utilizados para ilustrar tal argumento é o "arroz dourado" que possui grande quantidade de vitamina A. Os defensores de tal cultivo afirmam que países cujas populações possuem hábitos alimentares ligados ao arroz (como é o caso da Índia), teriam menor incidência de cegueira causada pela ausência de vitamina A na alimentação (McGLOUGHLIN, 1999). Já, os que são contrários, como é o caso de Altieri (2004) e Altieri e Rosset (1999), afirmam que a causa de cegueira se deve a um problema maior e estrutural, que seria o da má distribuição de alimentos para a população mundial e das dietas não balanceadas.

Uma das teorias mais conhecidas das relações internacionais é a realista que, ao fundamentar-se principalmente nos escritos de Maquiavel e Hobbes, caracteriza-se pelos seguintes elementos: i) a preocupação com a segurança do Estado (o realismo volta-se para a noção clássica de hegemonia, a partir da qual o Estado hegemônico possui um papel de controle, direcionamento e comando das relações internacionais e, neste sentido, há a necessidade da existência de hegemonias para assegurar a ordem internacional); ii) a militarização como meio de mantê-la (as relações entre Estados são vistas a partir de uma perspectiva estratégico-militar já que se entende que a esfera internacional é dominada pelo conflito); iii) a política internacional compreende a busca pelo poder ou pela garantia do mesmo (que geralmente são alcançados por meio de conflitos bélicos, pois tal teoria parte do princípio que as relações internacionais são caracterizadas por uma anarquia que lhes é inerente); iv) a tendência à manutenção da situação hegemônica de alguns Estados; v) o despotismo como um fator natural (o realismo defende que há a necessidade de existência de uma hegemonia capaz de ditar as regras de funcionamento do sistema internacional) e vi) o Estado como único ator legítimo das relações internacionais.

Tal teoria, bastante pessimista em relação à possibilidade de estabelecimento um diálogo não conflituoso entre Estados, é reflexo de um período conturbado na esfera internacional, fruto de duas Guerras mundiais e da Guerra Fria. Esta perspectiva teve grande aceitação até meados da década de 1960 no tocante à análise do cenário das relações internacionais. A partir de então ela começa a ser debatida e questionada, na medida em que se percebe que ela não é mais suficiente para a compreensão do complexo jogo político que emerge no pós-guerra.

A partir de tal momento começam a surgir discussões a respeito na necessidade de novos olhares sobre as relações internacionais, que demandassem uma visão mais ampla sobre os atores, suas articulações e o resultado delas. Surge, então, a partir principalmente dos escritos de Robert Keohane e Joseph Nye (2001), a teoria da interdependência. Tais teóricos começam a pensar em um substitutivo do modelo "estatocêntrico" presente na perspectiva realista, incluindo a participação de outros atores (além do Estado) como importantes articuladores das relações internacionais, tais como os movimentos da sociedade civil organizada, Organizações Não-Governamentais, indivíduos e Organizações Internacionais.

Um dos focos centrais da interdependência é o estabelecimento de regimes internacionais que significam, segundo a vertente

interdependentista, a criação de uma situação propícia à emergência de normas e regulamentos que estruturem as relações de cooperação entre os Estados, gerando benefícios mútuos. Vale lembrar, entretanto, que a idéia de benefício mútuo não implica igualdade de benefícios para os Estados.

É apenas a partir do reconhecimento da importância da atuação de novos atores internacionais sob uma perspectiva interdependentista que podemos compreender a formação de uma nova configuração do jogo político internacional quando nos referimos aos problemas socioambientais e às novas tecnologias. No caso específico da transgenia aplicada à agricultura, percebemos um cenário que apresenta as seguintes características: i) há, na esfera internacional, uma mobilização conjunta dos Estados na tentativa de regulamentar a transgenia (prevalecendo, entretanto, o interesse na regulamentação sob o ponto de vista comercial e econômico), que é expresso a partir da criação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança[16] e de normas nacionais para a regulamentação da biotecnologia e biossegurança; ii) há uma enorme pressão política realizada por movimentos da sociedade civil organizada que acompanham com grande interesse as discussões e decisões tomadas pelos Estados no tocante ao tema; iii) a transgenia emerge como um problema socioambiental a partir da articulação de diversos atores (tais como: os Estados, a mídia, as ONGs, os movimentos sociais, os indivíduos, as organizações internacionais) que, cada um a sua maneira, contribuem para torná-la um tema polêmico.

Vale lembrar, entretanto, que o estabelecimento de uma perspectiva mais cooperativa nas relações internacionais não anula a importância das análises que partam de uma perspectiva realista, já que esta acaba sendo absolutamente pertinente para a observação de algumas configurações políticas, ambientais, sociais e econômicas específicas. A cooperação não significa a superação do conflito nem a superação da visão defendida por alguns Estados de que devem manter-se militar e economicamente hegemônicos. Ela nos fornece, entretanto, indícios de que se abrem espaços de diálogos e, nesse sentido, geram-se possibilidades de construção de regimes que atendam, em maior ou menor medida, aos anseios de atores diversos.

Logo, tanto a teoria realista quando a interdependentista são construções teóricas importantes para respaldar o olhar sobre o

[16] O Protocolo de Cartagena, criado a partir das discussões da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) em 1999, em Cartagena (Colômbia) é a expressão da iniciativa internacional de regulamentar o gerenciamento, a transferência e a manipulação de Organismos Geneticamente Modificados pelos países signatários da CDB. Dentre os grandes exportadores agrícolas, o Brasil é o único que assinou o Protocolo de Cartagena o que, de fato, demonstra a dificuldade de implementação de tal protocolo como um instrumento de regulamentação internacional efetivo.

jogo político internacional, na medida em que ambos nos fornecem o contorno do jogo político e justificam as articulações entre uma variada gama de atores.

É interessante notar, entretanto, que tais teorias são incapazes de nos fornecer subsídios para pensar o processo de emergência os problemas políticos, ambientais e sociais tanto nas esferas nacionais quanto na esfera internacional, isto é, não nos auxiliam com o instrumental suficiente para refletirmos sobre o porquê de certas questões serem eleitas como problemas e outras não o serem. Para tal é necessário refletir acerca de como os atores relacionados com os problemas se articulam e, no caso específico da transgenia, não é diferente. Neste sentido, é importante observar, a partir da perspectiva construtivista, como ocorre a articulação entre os diversos atores que participam do debate, percebendo quais os argumentos que expõem, já que é a partir de tal observação que se pode compreender de que forma a transgenia emerge como um problema socioambiental e quais são os elementos que a mantêm como tal até os dias atuais.

4. AS NOVAS TECNOLOGIAS, O RISCO E A INFORMAÇÃO

A emergência dos riscos de forma mais enfática neste período recente da modernidade (que poderia ser definido como decorrente, principalmente, do final da década de 1960 e início de 1970) tem relação direta com o rápido desenvolvimento de novas tecnologias e coincide com um momento em que emergem, na esfera internacional, dois fenômenos importantes: i) a problemática ambiental sendo reconhecida internacionalmente como do interesse de todos os Estados e sociedades (a institucionalização de tal preocupação ocorre a partir da organização de conferências (tais como a Conferência da Biosfera em 1968, a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em 1992, no Brasil), a criação de Tratados, Convenções, Protocolos e Encontros Internacionais sobre diversos temas relacionados ao meio ambiente a partir do final da década de 1960) e ii) a manifestação de movimentos sociais e organizações não-governamentais preocupados com os problemas socioambientais e críticos do "modelo" de progresso que vivemos (Le Prestre, 2000).

De acordo com Beck (1998), estamos vivendo um processo de ruptura da modernidade, a partir do qual se cria, na atualidade, a impressão de que nos defrontamos com um cenário antimoderno, a partir do qual emergem a crítica à ciência, à técnica, ao progresso e

no qual surgem os novos movimentos sociais. Beck (1998) ressalta, entretanto, que este processo nada mais é do que a expressão da modernidade que indica um projeto que vai além da sociedade industrial e que tem na aceleração gerada pela tecnologia e pelo domínio do tempo sua principal força motriz.

Estamos presenciando a materialização de ameaças que se tornam globais e supranacionais e, neste sentido, os riscos não se restringem apenas a indivíduos e grupos, não respeitando Estados e fronteiras nacionais. Tal processo é fruto, entre outros fatores, dos rumos tomados pelo enorme desenvolvimento tecnológico alcançado pela humanidade em um curto espaço de tempo, acompanhado pela formação cada vez mais enfática de grupos sociais com uma postura crítica quanto à "ciência moderna" como verdade absoluta. Tal manifestação se configura, de acordo com Santos, Meneses e Nunes (2005, p.73) da seguinte forma:

> O crescente impacto dos conhecimentos científicos e das soluções tecnológicas na vida dos cidadãos e a visibilidade dos efeitos não desejados ou nocivos para o ambiente, a saúde ou a segurança de algumas dessas soluções tecnológicas fazem crescer o número de cidadãos comuns que integram os movimentos em prol da ciência entendida como um recurso para a cidadania ativa, para a proteção da vida, da saúde, do ambiente e da sociedade humana. Isto explica a proliferação das críticas e movimentações de cidadãos em torno de problemas ambientais, de saúde ou de segurança alimentar, ou do debate sobre os efeitos desconhecidos ou os riscos potenciais de novas tecnologias.

Observa-se, portanto, que os riscos geram uma situação dupla: ao mesmo tempo em que se evoca, por parte dos cientistas, uma confiança na ciência, constroem-se fortes críticas por parte da sociedade que, muitas vezes, são estigmatizadas como irracionais (BECK, 1998).

Ao mesmo tempo em que as atuais forças destrutivas impõem aos cientistas a infalibilidade, cada vez menos o cientificismo dos peritos é reconhecido e aceito sem medo. Isto corresponde a uma fase de latência que chega a seu fim, na qual os perigos invisíveis são cada dia mais visíveis para as sociedades. A produção dos riscos ocorre porque a visão da racionalidade técnico-científica se volta para a produtividade, e em conseqüência produz uma cegueira sistêmica. Trava-se, portanto, uma luta nas sociedades entre duas racionalidades: a social e a científica.

O surgimento de novas tecnologias, tal como a transgenia, vai ao encontro deste contexto de conflito social, científico e político, na medida em que ambas as formas encerram em si elementos próprios deste período da modernidade. O debate sobre tais tecnologias é

mais enfático em função do papel e do impacto social desempenhado (ou que pode vir a ser desempenhado) pelas mesmas nas sociedades modernas.

Além de ser um dos melhores exemplos sobre o alcance das pesquisas científicas na área da engenharia genética e biotecnologia, tal tecnologia reflete uma relação absolutamente direta entre o capital e o mercado, principalmente nos séculos XIX e XX, na medida em que dependem de um processo de "mercantilização" ou, nas palavras de Kloppenburg (1998) – quando este trata especificamente sobre o papel da semente –, de um processo de "commodification" ou "comodificação" e alteração de alguns elementos naturais para seu sucesso como tecnologias. A mercantilização de alguns elementos naturais (como as sementes no caso da transgenia) é responsável por uma mudança radical em nossa compreensão sobre a vida e a natureza.

A forma com que tais tecnologias são aplicadas comercialmente fortalece uma perspectiva de separação entre o homem e a natureza, cuja relação acaba sendo orientada a partir de um processo de exploração do primeiro em relação à segunda. Logo, a construção desta separação entre o homem e a natureza faz parte de um processo de construção de um novo sistema econômico mundial que tem como um de seus alicerces a "revolução científica" (SANTOS, 2005) e que vê nas tecnologias sua grande via de atuação e perpetuação.

Arriscaríamos afirmar, portanto, no rastro de Habermas (1975), que as novas tecnologias passam a ser, então, não apenas um meio mediante o qual ocorre a dominação e a perpetuação do capital, mas incorporam, como tecnologias, tal dominação desde o momento – ou mesmo antes do momento – em que são criadas (HABERMAS, 1975), ou seja: "Hoje a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas enquanto tecnologia, e esta garante a formidável legitimação do poder político em expansão que absorve todas as esferas da cultura" (HABERMAS, 1975, p.305). Logo, isso significaria que todos os processos de criação das novas tecnologias, inclusive as pesquisas científicas, passam a ser guiados a partir da mesma lógica.

As novas possibilidades de transformação das biotecnologias e, particularmente, da transgenia, geram não somente uma incalculável ampliação da capacidade de domínio humano sobre a natureza (na medida em que a transgenia reforça a visão da natureza enquanto objeto), mas também permite pensarmos na possibilidade iminente do "humano" ou da "natureza humana" como objeto de manipulação. A partir de tais descobertas o homem adquire a capacidade de

interferência na vida e nas concepções de mundo de uma forma nunca antes imaginada.

De acordo com Habermas (2004), tais possibilidades decorrentes do desenvolvimento da engenharia genética têm como conseqüências: i) a dificuldade de distinção entre o que nasce naturalmente e o que é fabricado, e ii) a dificuldade de distinção entre o sujeito e o objeto no tocante à interferência humana em sua própria genética, na medida em que o próprio homem pode tornar-se objeto de suas intervenções. Neste sentido, a natureza e o humano, vistos como objeto, tornam-se uma mercadoria passível de manipulação e transformação na medida em que são reduzidas a um valor "informacional".

Consoante Laymert dos Santos (2003, p.82): "O domínio alcançou tamanha extensão e intensidade que hoje a natureza, antes temida, parece vencida, enquanto a própria natureza humana desponta como último território a ser conquistado". Santos (2003) defende uma análise muito próxima à apresentada por Habermas (2004) no tocante as novas tecnologias quando apresenta a idéia de que a "natureza humana" encontra-se dissolvida, já que a convergência tecnológica necessária para a criação destas faz com que "(...) a evolução da vida e a evolução da computação passem a ser análogas" (SANTOS, 2003, p.284).

As análises realizadas por Santos (2003) sobre as novas tecnologias e sua aplicação à biodiversidade traz uma discussão interessante sobre biotecnologias e informação que contribui para as análises da relação entre sociedade-natureza-novas tecnologias. Suas análises, sempre permitindo o e estabelecimento um diálogo muito frutífero com autores como Kloppenburg (1988) e Shiva (2001, 2003), voltam-se para a discussão sobre a "virtualização da biodiversidade" por meio do crescente interesse no papel da "natureza-como-informação", isto é, a biodiversidade, a natureza e, conseqüentemente, a vida, são valoradas e reduzidas à informação que delas pode ser utilizada, retirada e (ou) considerada "útil". Nesse sentido, o autor afirma que a biodiversidade é reduzida a seu "valor" molecular como informação genética, ou seja, "(...) o patrimônio genético é considerado como um estoque de informações" (SANTOS, 2003, p.94/95).

Logo, a transgenia e as biotecnologias de modo geral representam a possibilidade de conversão de um valor ambiental em um valor econômico, isto é: "A biotecnologia é o dispositivo através do qual a própria vida é extraída das diversas formas de vida como res nullius e incorporada como matéria prima num processo industrial que está criando o mais promissor dos mercados: o biomercado" (SANTOS, 2003, p.25/26).

Nessa perspectiva, os países biodiversos e ricos em recursos naturais são vistos como "reservas" de matéria-prima, aos quais se pode recorrer em busca de novas possibilidades de criação, assim como a vida acaba sendo vista a partir da "informação genética" e útil que dela pode ser retirada.

5. A TRANSGENIA NO BRASIL

A transgenia começou a ser discutida intensamente no Brasil como um problema socioambiental apenas em meados da década de 1990, quando já ocorre, internacionalmente, uma pressão política e econômica para que tal tecnologia fosse aceita e implementada em vários países e, principalmente, nos países em desenvolvimento, já que estes representam uma valiosa fonte de recursos naturais e um amplo mercado para a venda de "produtos" biotecnológicos (LACEY, 1998, 2006), principalmente para a venda de sementes, já que tais países são, em sua grande maioria, de base agrícola.

O Brasil apresentava-se como um caso *sui generis* na América Latina e no ocidente de modo geral, na medida em que era considerado, até o final da década de 1990, o último grande produtor agrícola a não permitir o cultivo comercial de transgênicos. Tal situação foi reflexo de dois aspectos principais: i) uma legislação ambiental consistente e ii) a enorme dificuldade no estabelecimento de um consenso social e político em relação ao tema. Contudo, existia uma grande pressão política e econômica para que fossem criadas regras de biossegurança e biotecnologia, já que o país representava um mercado visado com grandes perspectivas de lucro para conglomerados biotecnológicos internacionais. Estes, a partir da década de 1980, começam a aglutinar mercados menores (e empresas nacionais), gerando a oligopolização empresarial, o que hoje, de fato, se consolida como uma realidade em grande parte dos países da América Latina e Europa (WILKINSON E CASTELLI, 2000).

Logo, ao mesmo tempo em que, desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, existia grande pressão política e *lobbies* realizados por empresas transnacionais para a liberação comercial de transgênicos no país, poucas ações efetivas foram tomadas na definição de regulamentações sobre biotecnologia e biossegurança e, por conseqüência, a comercialização de transgênicos permaneceu proibida (apesar de haver, já desde este período, o contrabando de sementes transgênicas da Argentina pela fronteira com o Rio Grande do Sul).

Criou-se, em 1995, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) que tinha como principal papel a implementação de uma política de biossegurança nacional. Grande parte da polêmica sobre a transgenia no país tem relação direta ou indireta com a definição das atividades exercidas por tal órgão, já que a sociedade civil organizada se posicionava contrária a qualquer possibilidade de que a CTNBio emitisse pareceres conclusivos em relação à liberação comercial de transgênicos, sem que estes passassem, conseqüentemente, pela análise de outros órgãos do governo. Logo, a sociedade civil organizada, desde a criação da CTNBio, se posicionou contrária a qualquer forma de autonomia decisória de tal órgão em relação à liberação comercial de transgênicos em território nacional, exercendo, até os dias atuais, uma pressão social e política intensa.

A articulação de entidades da sociedade civil organizada teve papel fundamental na definição da transgenia como um problema no Brasil, principalmente no final da década de 1990. Em 1998 a empresa Monsanto realiza o primeiro pedido de liberação comercial de transgênicos (soja transgênica) à CTNBio, que lhe é concedido. Nesse momento, os movimentos sociais e ONGs[17] se articulam e entram com um pedido na Justiça Federal exigindo a proibição de transgênicos em território nacional, afirmando que a CTNBio liberou transgênicos comercialmente sem respeitar a legislação em vigor, que exige, entre outros fatores, a realização de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Nesse pedido, a sociedade civil organizada sai vitoriosa, pois é concedida uma liminar proibindo o plantio e a comercialização de soja transgênica até que fossem realizados os devidos estudos exigidos por lei.

Em 1999 cria-se, por meio da iniciativa de várias entidades da sociedade civil organizada, a "Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos"[18] que, além de contribuir ativamente nas discussões em relação a transgenia no país (participando, posteriormente, de palestras realizadas em Comissões que trataram sobre a definição de regras para a transgenia e biotecnologias no governo), articulou-se nacionalmente na organização de campanhas de informação aos cidadãos e organizou mobilizações sociais em todo o país (SILVA-SANCHÉZ, 2003).

[17] Entre as principais organizações estão: o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Greenpeace Brasil.

[18] A Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos (composta pelos seguintes movimentos: AS-PTA, Actionaid-Brasil, ESPLANAR, Fase, Greenpeace, Idec, Inesc) que desde 1999 relata em artigos breves publicados em uma espécie de "boletim informativo" enviado a uma lista via internet como está a regulamentação da transgenia no Brasil (que consiste, muitas vezes, em um editorial e, em seqüência, transcrições de notícias veiculadas em jornais).

Partindo-se desta situação de conflito e disputas quanto aos rumos e significados da transgenia, resolveu-se observar, em trabalho anterior (BENTHIEN, 2006), quais os argumentos envolvidos em tais disputas e, principalmente, em que medida estes faziam transparecer, no sentido prático, certos elementos já retratados por vários autores que pensam o período em que vivemos como uma fase de radicalização da modernidade, como será visto em seqüência.

Percebemos, por meio da análise de documentos produzidos pelos governos brasileiros – Fernando Henrique Cardoso e Lula (discursos políticos dos Presidentes, Senadores e Deputados, Notas taquigráficas de comissões especiais[19] que trataram direta ou indiretamente sobre biotecnologia e transgenia), assim como pela análise de documentos produzidos pela sociedade civil organizada no Brasil (Documentos e cartilha de campanhas – principalmente da Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos, ONGs e movimentos sociais que se posicionam de forma contrária à implementação da transgenia) a forma pela qual a questão da transgenia é abordada, qual o significado atribuído à mesma, qual o papel desempenhado por tais atores no processo de transformação da transgenia em um problema socioambiental e, principalmente, quais os elementos emergentes que compõem a disputa simbólica gerada pelos mesmos.

No caso brasileiro, o conflito não é visivelmente definido pelos que são contra e os que são a favor da aplicação da nova tecnologia na agricultura, como é habitualmente descrito (BENTHIEN, 2006). A discussão é mais complexa do que a forma com que geralmente é abordada e analisada. Tal conflito não se configura apenas por grupos diferenciados na sociedade (em que de um lado encontra-se a sociedade civil organizada e de outro o Estado), mas, principalmente, por um choque entre racionalidades distintas, que está presente em ambas as esferas. Ora, ao serem analisados os discursos de senadores, deputados e presidentes e as discussões realizadas por Comissões Especiais criadas para tratarem sobre a regulamentação da questão, percebe-se que não há consenso no governo, assim como, em menor medida, não há consenso na sociedade civil organizada.

Alguns elementos, que serão aqui sintetizados e relacionados com os marcos teóricos utilizados, aparecem inúmeras vezes nos argumentos apresentados pela sociedade civil organizada e pelo Estado nos debates acerca da transgenia agrícola, coincidindo com certos elementos emergentes apontados por vários autores como característicos desta fase da modernidade:

[19] Entre essas estão: a Comissão para a Agricultura e Política Rural, criada em 2000; a Comissão Especial de Alimentos Geneticamente Modificados, criada em 2001; a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, criada em 2003 e a Comissão Especial de Biossegurança, criada em 2003.

i) Uma nova configuração do conflito entre leigos e peritos que se manifesta por um maior diálogo (não significando, entretanto, a diminuição do conflito) entre as duas esferas. No caso brasileiro, tal configuração se expressa a partir de uma maior abertura à participação da sociedade civil organizada nos debates realizados no Congresso acerca do tema. Tal participação é evidenciada, de fato, de forma indireta, na medida em que são poucos os representantes de entidades da sociedade civil chamados para participar do debate que ocorre, geralmente, apenas com a presença de cientistas e políticos que possuem vínculos com as ONGs e os movimentos sociais convidados para os debates. Há expressões, dentro do Congresso, de que se deve respeitar o importante papel desempenhado pela sociedade civil organizada nos debates sobre o tema, como é exemplificado pelo discurso do deputado Edson Duarte:

> (...) devemos sempre tomar cuidado com a tentativa tanto da simplificação da discussão, como de se confundir algumas questões relacionadas ao tema. Uma delas diz respeito à ciência, ao papel dos cientistas que tentam limitar a discussão ao campo científico. Inclusive, eu rebati, na primeira sessão, quando se disse que os representantes de outras entidades da sociedade civil eram todos leigos. Houve clara tentativa de desqualificar representações tão importantes e que há muito tempo têm-se dedicado à causa do povo brasileiro e que merece, logicamente, todo o nosso respeito. (COMISSÃO ESPECIAL, 2003b).

ii) A "cientifização" dos argumentos leigos e a percepção social do alto grau e incerteza que envolve os métodos existentes sobre análise dos riscos (GUIVANT, 1998, 2001, 2002a). Tal incerteza se manifesta, por vezes, na dificuldade de estabelecimento de consenso dentro do próprio círculo de cientistas gerando, conseqüentemente, uma situação de incerteza para as sociedades, como é evidente no discurso do diretor do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, Hernan Chaimovich, palestrante convidado pela Comissão Especial de Biossegurança em 2003: "Às vezes – e não são poucas –, a sociedade está exposta a discursos de cientistas, cujas opiniões com relação à transgenia e às plantas transgênicas são totalmente divergentes. Conclusão da sociedade: temos duas fontes de informação divergentes e agora existem cientistas que também não pensam a mesma coisa. É natural que a sociedade esteja perplexa" (COMISSÃO ESPECIAL, 2003a). Outro exemplo da expressão da incerteza sobre as novas tecnologias está presente no discurso do deputado Silas Brasileiro:

> Sem dúvida, respeitamos sobremaneira os conhecimentos da comunidade científica, mas, às vezes, conversamos com vinte cientistas que têm uma opinião e conversamos com um cientista que tem outra opinião. Em muitos casos, temos que partir para a maioria. Seria realmente muito

> agradável se existisse uma convergência dentro da própria comunidade científica (Comissão Especial, 2001b).

O mesmo transparece nos argumentos do deputado Alberto Fraga cujos comentários foram realizados na mesma audiência acima citada: "Eu, (...) não sei em quem confiar. Hoje de manhã, realizamos uma audiência muito boa. Chegamos aqui e encontramos cientistas discutindo estes fatos — a ênfase com que discutiam a favor era a mesma com que discutiam contra" (COMISSÃO ESPECIAL, 2001b).

iii) A dificuldade de auto-sustentação da ciência como fornecedora da verdade – o que corresponderia a uma crise de legitimação social da mesma -, como pode ser observado pelo pronunciamento do então deputado Fernando Gabeira:

> A ciência hoje não mais se autolegitima. A ciência já passou por outros períodos e não vivemos mais como no princípio do século, no momento heróico da ciência. Pensava-se que ela resolveria todos os nossos problemas, mas verificamos que também criou alguns grandes problemas para nós. Então, a ciência não tem mais a legitimidade que tinha no passado. Hoje precisa relacionar-se com a sociedade. (COMISSÃO ESPECIAL, 2003a)

Mas, ao mesmo tempo, a insistência na compreensão da ciência como sinônimo de técnica (LACEY, 1998, 2000, 2006; CEREZO e LUJÁN, 2000).

iv) A técnica moderna[20] como um elemento presente em todos os âmbitos das sociedades, influenciando nos processo de produção material, cultural e discursiva (BRÜSEKE, 1997, 2001, 2002; HEIDEGGER, 2002);

v) A dificuldade de definição de termos como "ciência", "técnica" e "ideologia" gerando, nos debates acerca da transgenia, a transformação de termos distintos em sinônimos (BRÜSEKE, 1997, 2001, 2002; LACEY, 1998, 2000, 2006), como é exemplificado pelos discursos dos senadores Osmar Dias e Augusto Botelho, respectivamente:

> (...) enquanto assistimos à evolução científica de outros países, estamos discutindo ideologicamente um tema que deve ser discutido

[20] O conceito de técnica moderna, entendido aqui a partir das abordagens realizada por Heidegger (2002) e Brüseke (1997, 2001, 2002 e 2004), representa uma relação de dominação e extração do homem para com a natureza, definida por cinco processos principais: a materialização, a homogeneização, a funcionalização, a polarização entre sujeito e objeto e o cálculo (Brüseke, 2004). A materialização significa que a natureza é entendida apenas como matéria-prima; a homogeneização é a tentativa de uniformização justificada por uma suposta "ordem"; a funcionalização significa que o homem vê a natureza por meio de uma ótica funcionalista, isto é, ela é compreendida apenas como depósito e fonte de extração; a polarização entre sujeito e objeto significa que o homem torna-se objeto de si mesmo; e o cálculo vai ao encontro da idéia de disciplina racional do trabalho com o intuito de planejamento de lucro e acumulação (Aron, 2000). É a partir destes elementos que se pode pensar o período em que vivemos como uma "modernidade técnica", já que a técnica está presente em todas as esferas das sociedades.

> tecnicamente, que é a questão da biotecnologia[21]. (...) É claro que se trata de uma questão técnica. Não podemos discuti-la apenas tendo em vista o lado político. A questão técnica é muito mais importante. (...) a minha opinião, como técnico, é que não podemos tirar o poder de decisão da CTN-Bio, porque essa é uma decisão técnica. A análise, se determinado transgênico pode causar dano à saúde ou ao meio ambiente, só pode ser feita tecnicamente e não politicamente. (...) A questão dos transgênicos deve ser tratada como um capítulo da biotecnologia e não ser transformada em uma discussão puramente ideológica. Inclusive, estou aqui me colocando à disposição do Líder do Governo para, se quiser, designar-me Relator da medida provisória, analisando-a sob o ângulo técnico, tirando esse aspecto ideológico e político que confunde o debate e faz, na verdade, com que até a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, cometa equívocos quando se pronuncia[22].
>
> (...) existe uma forte tendência à ideologização da questão dos organismos geneticamente modificados, conhecidos popularmente como transgênicos. O que deveria ser um debate técnico, sobre os cuidados necessários para garantir a correta aplicação da tecnologia e a distribuição segura da produção, está se transformando em um desnecessário embate de idéias preconcebidas[23].

Outro exemplo da confusão entre os conceitos, apresenta-se, a seguir, um discurso do Presidente Lula: "Eu já disse, dentro e fora do governo, que eu não quero um debate ideológico sobre a questão dos transgênicos, eu quero um debate científico"[24].

De acordo com muitos dos discursos políticos analisados, a transgenia deve, enquanto problema, ter uma solução necessariamente técnica (o que corresponderia, segundo aqueles que assim o afirmaram, à inexistência de ideologias permeando o debate). Outros afirmam o mesmo, mas apenas trocando o termo "solução técnica" por "solução científica". A técnica e a ciência, além de serem reconhecidas como sinônimos, passam a ser entendidas como meios não ideológicos para a solução do problema da transgenia no Brasil.

---

[21] Senado Federal. Notas Taquigráficas. Discurso do Senador Osmar Dias (PDT – PR). 26 mai. 2003. Disponível em: http://www.senado.gov.br. Acesso em 10 mai. 2005.

[22] Senado Federal. Notas Taquigráficas. Discurso do Senador Osmar Dias (PDT – PR). 22 set. 2003. Disponível em: http://www.senado.gov.br. Acesso em: 10 mai. 2005.

[23] Senado Federal. Notas Taquigráficas. Discurso do Senador Augusto Botelho (PDT- RR). 21 ago. 2003. Disponível em: http://www.senado.gov.br Acesso em: 10 mai. 2005.

[24] Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cerimônia de Inauguração Oficial da XXVI Expointer, 05 set. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br Acesso em: 03 abr. 2005.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transgenia aplicada à agricultura surge, como advento tecnológico de aplicação à vida, no final da década de 1970, mas sua manifestação como problema socioambiental ocorre principalmente a partir da década de 1990. A transformação da transgenia em um problema é ocasionada por vários fatores interrenacionados: i) a emergência e articulação intensa de movimentos sociais e organização não-governamentais a partir da década de 1970 (cujo crescimento foi espantoso nas duas décadas seguintes); ii) a percepção mais aguçada dos riscos por vários atores sociais e, principalmente, pelos Estados que começam a se articular internacionalmente à procura de soluções e freios aos problemas que se tornam transfronteiriços. A criação de regimes internacionais é a expressão mais enfática destas iniciativas; iii) um movimento intenso de incorporações e fusões empresariais no setor sementeiro e farmacêutico, formando conglomerados internacionais de biotecnologia principalmente na década de 1990; iv) a formação de um oligopólio cada vez mais intenso no mercado biotecnológico mundial; v) uma enorme pressão política e econômica dos países riscos (principalmente Canadá e Estados Unidos) para que a adoção da transgenia ocorresse de forma generalizada no ocidente.

A transgenia reflete não apenas o enorme avanço tecnológico alcançado pela humanidade em um curto espaço de tempo e uma relação direta entre o capital e o mercado, mas também incorpora mudanças radicais nos significados sobre o mundo e, em particular, sobre a natureza e a vida. A vida, a natureza e o próprio homem passam a ser categorizados como "objetos para uma possível manipulação" e, ironicamente, o homem torna-se um objeto dos anseios do mercado. Logo, passa a ser considerado uma mercadoria produzindo outras mercadorias, na medida em que suas relações e atividades são vistas a partir de uma lógica de produção. No caso específico da transgenia aplicada à agricultura, a semente passa a ser também reconhecida como objeto de manipulação, perdendo significado como um elemento de regeneração, biodiversidade e multiplicidade da vida.

A disputa simbólica sobre os transgênicos se manifesta pelo conflito acerca da hegemonia de certos significados que, ao serem não-consensuais nos grupos que participam desta disputa (como a esfera da política, da ciência e dos movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais) tornam-se, em grande medida, responsáveis pela manutenção dos transgênicos como problema de ordem socioambiental.

No caso brasileiro, o cenário não é diferente. O país foi um dos últimos grandes exportadores de grãos e produtores agrícolas a aceitarem a transgenia comercialmente devido à forte legislação ambiental e à pressão política e social (exercida, principalmente, por movimentos sociais, organizações não-governamentais, políticos e empresas multinacionais) sofrida pelo governo, diferentemente de outros países, como Argentina e México, cuja utilização comercial da transgenia ocorreu em um curto espaço de tempo. O estudo da implementação da transgenia a partir das disputas de significado teve o intuito de observar a forma a partir da qual se compõe o jogo de racionalidades distintas e, muitas vezes, contrapostas no tocante às novas tecnologias.

Logo, a transgenia, a partir do estudo de suas disputas e sentidos, torna evidente um período da modernidade que ainda não fechou seu ciclo, isto é, um período caracterizado pela complexidade, na medida em que é composto por velhos elementos que convivem com a emergência de novas manifestações e características.

7. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. Biotecnologia Agrícola: Mitos, Riscos ambientais e alternativas. Petrópolis: Vozes, 2004.

ALTIERI, M; ROSSET, P. Streightening the case why biotechnology will not help the developing world: a response to McGloughlin. AgBioForum, Vol. 2, nº 3 e 4, 1999. Disponível em: http://www.agbioforum.org Acesso em: 20 jul. 2006.

ANDROW, D. A; ZWAHLEN, C. Assessing environmental risk of transgenic plants. Ecology Letters, nº9, 2006.

ARAGÃO, F. J. L. Organismos transgênicos: explicando e discutindo a tecnologia. São Paulo: Manole, 2003.

ARAÚJO, J. C. Agricultura, Biotecnologia e Transgênicos: Um Panorama da Concentração Empresarial. São Paulo: Revista Conjuntura, nº5, 2001

ARON, R. As Etapas do Pensamento Sociológico. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BECK, U. La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidad. Buenos Aires: Piados, 1998.

BENTHIEN, P. F. Transgenia Agrícola e Modernidade: Um olhar sobre as disputas simbólicas e práticas conflitivas na sociedade brasileira. (Dissertação de mestrado) 2006.

BRÜSEKE, F. Risco Social, Risco Ambiental, Risco Individual. Unicamp: Ambiente e Sociedade, nº01, Ano 1, 1997.

_____. A Técnica e os Riscos da Modernidade. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

_____. A Modernidade Técnica. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 17, nº49, 2002.

_____. Heidegger como Crítico da Técnica Moderna. 2004. Disponível em: http://www. filoinfo.bem-vindo.net/doc/htecnica.pdf Acesso em: 28 jan. 2005.

CEREZO, J. A. L; LUJÁN, J. L. Ciencia e Política del Riesgo. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

COMISSÃO ESPECIAL - PL Nº 2905/97 - ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS. Notas taquigráficas da audiência pública nº000565/01 de 19 de junho de 2001. (2001a)

_____ - ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS. Notas taquigráficas da audiência pública nº625/01 de 26 de junho de 2001. (2001b)

_____. ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS. Notas taquigráficas da audiência pública nº000887/01 de 11 de set. de 2001. (2001c)

_____. ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS. Notas taquigráficas da audiência pública nº000927/01 de 18 de set. de 2001. (2001d)

COMISSÃO ESPECIAL PL Nº2401/03 – LEI DE BIOSSEGURANÇA. Notas taquigráficas da audiência pública nº2074/03 de 25 de nov. de 2003 (2003a).

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Cerimônia de Inauguração Oficial da XXVI Expointer, 05 set. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br Acesso em: 03 abr. 2005.

ERVIN, D. E et al. Transgenic Crops an Environmental Assessment. Henry A. Wallace Center for Agricultural and Environmental Policy at Winrock International, nov., 2000.

GUIVANT, J. S. A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social. Revista Brasileira de Informações Bibliográficas – ANPOCS, nº 46, 1998.

_____. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, abr. 2001.

_____. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, nº05, jan./jul. 2002.

HABERMAS, J. Técnica e ciência como ideologia. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

_____. O Futuro da Natureza Humana. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HANNIGAN, J. Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social. Portugal: Instituto Piaget, 1995.

HEIDEGGER, M. A Questão da Técnica. In: Ensaios e Conferências. Petrópolis: Vozes, 2002.

KEOHANE, R. O; NYE, J. S. Power and Interdependence. Longman: Person Educaton, 3. ed, 2001.

KLOPPENBURG, J. R. First the Seed: The political economy of plant biotechnology, 1492-2000. Cambridge University Press, 1988.

LANCEY, H. Valores e Atividade Científica. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

_____. As sementes e o conhecimento que elas incorporam. São Paulo em Perspectiva, vol. 14, nº03, jul./set. 2000.

_____. A Controvérsia sobre os Transgênicos: questões científicas e éticas. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

LE PRESTRE, P. Ecopolítica Internacional. São Paulo: Senac, 2000.

LEITE, M. Os alimentos transgênicos. São Paulo: Publifolha,2000.

MARVIER, M. Ecology of Transgenic Crops. American Scientists, vol. 89 (2), 2001.

MOONEY, P. R. O Século 21: Erosão, Transformação Tecnológica e Concentração do Poder Empresarial. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MCGLOUGHLIN, M. Tem reasons why biotechnology will be important to the developing world. Agbioforum, Vol. 2, nº 3 e 4, 1999. Disponível em: http://www.agbioforum.org Acesso em 20 jul. 2006.

PELAEZ, V; SCHMIDT, W. A difusão dos OGM no Brasil: imposição e resistências. Estudos Sociedade e Agricultura, nº14, abr. 2000.

RIFKIN, J. O Século da Biotecnologia: A Valorização dos Genes e a Reconstrução do Mundo. São Paulo: Makron Books, 1999.

SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. G. de; NUNES, J. A. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. de S. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B. de S. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, L. G dos. Politizar as novas tecnologias: O impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo, Ed. 34, 2003.

Senado Federal. Notas Taquigráficas. Discurso do Senador Osmar Dias (PDT – PR). 26 mai. 2003. Disponível em: http://www.senado.gov.br. Acesso em 10 mai. 2005.

_____. Discurso do Senador Osmar Dias (PDT–PR). 22 set. 2003. Disponível em: http://www.senado.gov.br. Acesso em 10 mai. 2005.

_____. Discurso do Senador Augusto Botelho (PDT - RR). 21 ago. 2003. Disponível em: http://www.senado.gov.br Acesso em 10 mai. 2005

SHIVA, V. Biopirataria: A pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA-SÁNCHEZ, S. Crítica e Reação em Rede: o debate sobre os transgênicos no Brasil. (Tese Doutorado em Sociologia) São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2003.

WILKINSON, J; CASTELLI, P. A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: biotecnologias, patentes e biodiversidade. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2000

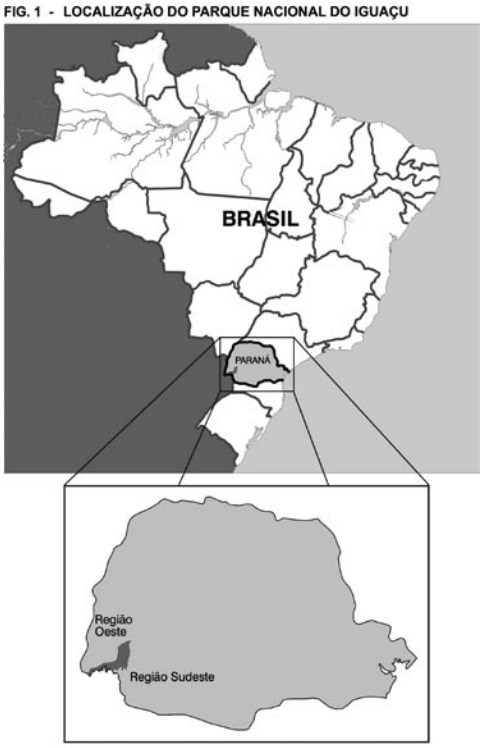
ESTRADA DO COLONO: CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS *

Tânia Luiza Bonassa **

1. INTRODUÇÃO

O conflito socioambiental estabelecido entre o IBAMA, ONGs e comunidades no Parque Nacional do Iguaçu (fig.1) a partir do fechamento, da Estrada do Colono (fig. 2), em 1986, é o tema desse artigo. Partindo-se do conflito instituído, procura-se investigá-lo do ponto de vista dos atores sociais envolvidos e, para tal, explicita-se como os atores fazem-se presentes nas por meio de práticas discursivas, significando e ressignificando a natureza, na medida em que apropriam-se e reapropriam-se de discursos. A interdição da Estrada situa o conflito socioambiental, ou seja, marca, neste estudo, o início da trajetória da Estrada como objeto de disputas.

FIG. 1 - LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU



FONTE: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Plano Nacional de Viação, 2003.
NOTA: modificado

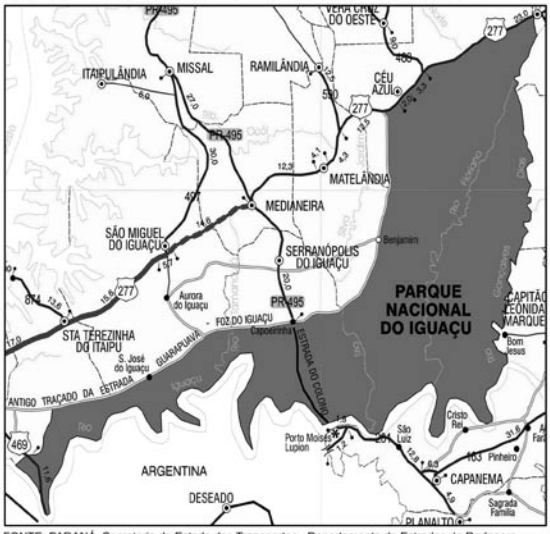
A Estrada era uma via não asfaltada que ligava as regiões

* Este artigo originou-se da dissertação de Mestrado em Sociologia das Organizações do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR (Universidade Federal do Paraná), sob orientação do Prof. Dr. Dimas Floriani, cujo título é Estrada do Colono: ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu (2004).

** Bióloga, Mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR. E-mail: taniabonassa@yahoo.com.br

Oeste e Sudoeste do Paraná fragmentando a Zona Primitiva do Parque numa extensão de, aproximadamente, 18 km (fig.2). Seu fechamento deu-se mediante uma liminar – decorrente de uma Ação Civil Pública – que condenou a então agência responsável pelo manejo[1] a mantê-la interditada e a adotar medidas para a restauração do ambiente. Diante da proibição de uso da Estrada, as comunidades do entorno instituíram a AIPOPEC (Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono), a qual reivindicava a reabertura da Estrada amparada, dentre outros, em argumentos históricos e ambientais, ou seja, alegavam que a Estrada foi o "elo de passagem" para a colonização da região Oeste, iniciada nos anos 40 e que a conservação do Parque só era possível com a Estrada aberta.

FIG. 2 ESTRADA DO COLONO E RODOVIAS DO OESTE E SUDOESTE DO PR



FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Departamento de Estradas de Rodagem. Mapa Rodoviário, 2003.
NOTA: Modificado

As práticas discursivas que "mobilizam" o conflito traduzem sentidos na apropriação da natureza: para o IBAMA e ONGs, a Estrada deve permanecer fechada, com a finalidade de conservação da diversidade biológica; já para as comunidades e ONGs locais[2], "a Estrada deve estar aberta com o fim de preservar a cultura, a história e a diversidade biológica." Criou-se, então, o que a teoria sociológica denomina "campo de disputas", entendido como espaço/lugar de posições "opostas" dos atores sociais. Portanto, é o confronto dos argumentos, favoráveis e contrários à reabertura, que norteia a discussão.

Essa divisão no campo é marcada de profunda rigidez, a qual se traduz em obstáculos para o diálogo. De um lado, tem-se,

[1] O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

[2] As ONGs ambientalistas que apóiam o fechamento da Estrada são denominadas simplesmente de ONG(s) e as que apóiam a reabertura da Estrada são denominadas ONG(s) local(is).

segundo seus enunciantes: "podemos dialogar, desde que não se fale na abertura da Estrada", e de outro: "só dialogamos se houver negociação quanto à abertura da Estrada do Colono." Aparentemente, tudo foi dito. A questão é saber como se chegou até aqui. Que prática discursiva revela-se no que está dito?

A investigação para buscar respostas às questões levantadas – que gerou a dissertação Estrada do Colono: ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu, defendida em 2004 – deu-se por uma pesquisa de campo na região oeste do Paraná, especificamente no município de Serranópolis do Iguaçu, no qual estava situado o "início" da Estrada (fig.2). Naquela ocasião, observou-se que os discursos que se encontravam ali dispersos eram comuns aos demais municípios, portanto, o termo "comunidade" indica as comunidades que compõem o entorno do Parque.

Embora as políticas públicas ambientais no Brasil incorporem, cada vez mais, novos atores sociais, no que diz respeito à participação dos moradores do entorno, a situação é complexa, dentre outros fatores, pelo fato de que os moradores são chamados a participar somente em momentos esporádicos como, por exemplo, na Oficina – etapa realizada quando o Plano de Manejo está praticamente "pronto" do ponto de vista técnico – revelando um processo de cooperação assimétrico, o que contribui para aprofundar conflitos.

Incorporar a comunidade em políticas locais de gestão implica compreender as dinâmicas sociais no que dizem respeito às relações estabelecidas com a natureza e esse entendimento torna-se relevante no planejamento de ações para manter a integridade de um Parque Nacional. A integridade, portanto, depende, em grande parte das atividades exercidas no entorno.

O entorno do Parque Nacional do Iguaçu é constituído de municípios com intensa atividade agrícola e que tiveram sua formação a partir de um mesmo histórico: surgiram de projetos de colonização ordenada a partir dos anos 40. Nesse processo de colonização quase toda a cobertura vegetal foi retirada em função da agricultura favorecida pelos solos férteis de terra roxa. Atualmente a paisagem dominante é de extensos campos agricultados onde o Parque sobressai-se como uma "ilha" ou um fragmento florestal.

Inicialmente a ocupação baseou-se em culturas de subsistência, com o cultivo, principalmente de milho, feijão, arroz, algodão e mandioca, sendo que a criação de bovino, suínos e aves servia como complemento alimentar. Em meados de 1970, em função de políticas agrícolas governamentais, havia um estímulo para a monocultura da

soja, que visava à exportação, substituindo dessa forma, a antiga produção diversificada. Conseqüentemente a região destacou-se na economia agrícola devido, entre outros fatores, a incentivos e subsídios fornecidos pelo governo; melhoria da infra-estrutura viária, o que possibilitou o escoamento das safras agrícolas; e modernização de práticas produtivas aliada à qualidade do solo.

A estrutura fundiária da região baseia-se na pequena propriedade familiar, embora existam médias e grandes propriedades, predominam os imóveis com até 20 hectares. Na agricultura regional sobressai a produção de soja, visando ao mercado externo com intensa utilização de fertilizantes, defensivos e é altamente mecanizada. Além da soja, há outras culturas com produção significativa como milho, trigo, feijão, fumo, mandioca e algodão. Há um grande número de cooperativas, orientando-se, basicamente, à assistência técnica e à comercialização de produtos primários. Observa-se, atualmente, que as iniciativas da prática de agricultura orgânica, por agricultores familiares, vêm crescendo e são incentivadas pelas administrações municipais.

2. O PARQUE E A ESTRADA

Um dos motivos para o estabelecimento do Parque Nacional do Iguaçu relaciona-se ao domínio de fronteiras, uma vez que inúmeras estratégias foram efetivadas na região com a finalidade de assegurar a soberania nacional por meio de políticas do Governo Federal e Estadual. Embora essas ações muitas vezes entrassem em conflito (WACHOVICZ, 1982), o que interessa aqui é perceber como essas políticas consolidam as fronteiras e como a ocupação do Oeste do Paraná a partir dos anos 40 pode ser inserida neste contexto.

A preocupação, em âmbito federal, era de colonizar e assegurar regiões próximas às fronteiras brasileiras; dessa forma, dificuldades foram criadas para a manutenção de explorações estrangeiras (obrages) instaladas na região de fronteira do oeste do Paraná, as quais visavam à extração da madeira e do mate (WACHOVICZ, 1982).

A criação do Parque foi facilitadora de uma política nacionalista, uma vez que havia, assim, a recuperação das terras, por parte do Governo Federal. Em âmbito estadual as estratégias adotadas foram as concessões de terras a empresas particulares, cujo objetivo principal era colonizar a região de forma planejada e ordenada. Essas políticas objetivaram a consolidação do território paranaense.

A partir do ano de 1940 inicia-se o processo de colonização

dando origem aos municípios do oeste paranaense. Este fato se deu basicamente pela vinda de filhos, netos e bisnetos de imigrantes – principalmente de italianos e alemães – oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que, com seu "know-how em colonização"[3], deram início a pequenas cidades, nas décadas de 1940 e 1950. De acordo com as colonizadoras, havia "muita terra a ser desmatada e colonizada", o que, para o migrante, representava a promessa de uma vida melhor, como havia acontecido com seus antepassados.

Os Planos de Ação das empresas colonizadoras desempenharam um papel fundamental no contexto da ocupação e reordenamento geográfico da região, principalmente na década de 1950, pois estavam em consonância com os planos rodoviários. Com o povoamento de novas regiões e a expansão agrícola, fez-se necessária a elaboração de um novo plano rodoviário para suprir as demandas econômicas e sociais do Estado do Paraná.

Em 1951 elaborou-se um Plano Rodoviário que possuía, além de linhas principais destinadas ao escoamento da produção pelos portos; facilitadoras do intercâmbio com São Paulo e a penetração no território; havia linhas previstas para serem adaptadas às necessidades econômicas, políticas e administrativas de cada região (SILVA, 1984). Esta flexibilidade permitia que as empresas colonizadoras pudessem, na medida em que atendessem aos seus projetos colonizadores, adaptar essas linhas. Esse foi o caso da R-25, a Estrada Medianeira-Capanema, da qual a Estrada do Colono fazia parte.

As razões que legitimam a Estrada como "direito histórico", reivindicado pela comunidade, inserem-se, portanto, no contexto das políticas de domínio das fronteiras brasileiras e paranaenses a oeste. Encontramos um "lugar" para as razões históricas – utilizadas como argumento pela comunidade e ONGs locais na campanha pró-abertura da Estrada – na medida em que as relações entre o PNI e a comunidade vão se constituindo a partir do espaço geográfico "construído" pela ocupação ordenada.

3. O DISCURSO FUNDADOR REVISITADO

A Estrada, segundo os moradores da região, foi o "elo de passagem" para a colonização da região Oeste. Esse processo de ocupação, o qual instituiu o espaço Oeste do Paraná (SCHNEIDER, 2001) instituiu, também, um discurso fundador.

[3] Uso este termo pois o movimento de colonização, em resumo, se repete: os imigrantes (italianos, alemães) colonizam o sul (RS e SC), a 2ª geração coloniza o oeste do PR, e a 3ª e (ou) 4ª gerações dão início à cidades no Centro Oeste, Norte e inclusive Nordeste (Bahia). Esta última fase apresenta-se como conseqüências de uma política nacional de ocupação da Amazônia Brasileira e Nordeste (SÃO PAULO, 1992 apud BRITO, 2000).

A referência aos discursos formadores do espaço em questão, mediante a identificação de um discurso fundador, é necessária para a análise dos discursos pró-abertura da Estrada. O objetivo desta análise é compreender como práticas discursivas recentes encontram-se legitimadas no discurso fundador, na medida em que o revisitam.

A análise do discurso tem base em Foucault (1987) ao afirmar que é preciso ficar no plano das coisas efetivamente ditas e não procurar sentidos "na palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos [e de] reestabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma", ou buscar um outro discurso na "conversa semi-silenciosa" (p.31). Trata-se de analisar os ditos; de determinar as condições de sua existência; de fixar seus limites; de estabelecer correlações com outros enunciados.

As comunidades locais legitimam alguns de seus discursos na referência ao discurso fundador, reatualizando e ressignificando tal discurso. A mobilização pela reabertura da Estrada, conforme afirmam os moradores, faz parte da "luta" desse povo e, portanto, é um sentido que busca, na narrativa fundante, sua referência.

Ao discutir a formação do Brasil e a construção da identidade nacional, Orlandi (1993) afirma que:

> os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário [...] e os enunciados, aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido [...]
>
> São enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica.
>
> Ainda que nem sejam exatamente os que repetimos em nosso discurso social, diferentes já do que encontramos nos documentos históricos. [....] O que vale é a versão que "ficou". (p.12)

O discurso fundador permite criar uma "nova tradição", uma "outra tradição" de sentidos que "produz os outros sentidos nesse lugar". A partir disso, forma-se um "efeito familiar, do evidente, do que só pode ser assim" e os sentidos produzidos constroem limites, desenvolvem domínios (ORLANDI, 1993).

Conforme Foucault (1987), para se analisar o discurso é preciso ficar no campo da existência das coisas ditas, dos enunciados efetivamente ditos, para compreender o enunciado na

sua singularidade: "que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?", pergunta o autor.

A formação discursiva é "um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia." (FOUCAULT, 1987, p.82)

A formação discursiva revela-se mediante práticas que são

> um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. [E à medida que se identificam os enunciados] é possível definir o regime geral a que está submetido o status desses enunciados, a maneira pela qual são institucionalizados, recebidos, empregados, reutilizados, combinados entre si, o modo segundo o qual tornam-se objetos de apropriação, instrumentos para o desejo ou interesse, elementos para uma estratégia. (p.134)[4]

Nas falas dos entrevistados, vê-se uma formação discursiva que coloca os italianos e os alemães – pioneiros do espaço Oeste do Paraná – como "verdadeiros heróis": "construímos a fabulosa região oeste paranaense" dizem os discursos; a ocupação ordenada é considerada a "verdadeira" ocupação daquela região. Para a comunidade, a Estrada é o "princípio"; "onde tudo começou".

Cabe salientar que as práticas discursivas são complexas. Constituem-se, num dado momento social e histórico, como um saber que é fonte de disputas, uma vez que o discurso deixa, a partir de seus enunciados, lugares vazios em que diferentes sujeitos poderão ou terão direito de entrar para tornarem-se sua função. Suscitam desejo de posse, seja para servir a uma simbolização, seja para "demarcar" o que não pode ser dito, e, sendo assim, determinam também o interdito. A prática discursiva e seus enunciados não são meras formulações de frases. Ela é exercida por meio de regras e relações que o discurso estabelece. Para entender como os sujeitos se apropriam dos discursos para reatualizá-los, Foucault (1987) aponta-o como um

> objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo

[4] Sem grifo no original.

> em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece em transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (p.121)[5]

Foucault (1987) indica-nos, portanto, as características do objeto discurso: uma vez que não é definitivo e serve a interesses, circula, permitindo apropriações, ressignificações. E, à medida que os interesses se modificam, modificam-se também as formas de apropriação.

Os enunciados, porém, não podem ser vistos como passíveis de atualização em um corpo qualquer. Foucault (1987) ressalta que eles se apresentam dotados "de uma constância que permite utilizações diversas, de uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme sobre seu próprio passado. [...] o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido: mas sempre em condições estritas." (p.121)

O conflito socioambiental é essencialmente o lugar da repetição dos enunciados; é onde se pode ver a circulação dos enunciados, uma vez que as comunidades locais utilizam-se da narrativa fundante do espaço para utilizações diversas, para ressignificá-lo.

Para a análise de discursos a partir de Foucault (1987), é importante apontar os condicionantes da prática discursiva com base em seus enunciados. Porém, para que essas características se tornem mais objetivas, convém explicitar o conceito espaço Oeste do Paraná, a partir de Schneider (2001).

O autor afirma que a "(re)ocupação" da fronteira guarani representa a constituição do espaço Oeste do Paraná, visto que, à medida que ocorria a colonização, criou-se uma construção e representação do espaço colonial regional, mediante a constituição de um discurso fundador. O conflito socioambiental insere-se no contexto de formação do espaço Oeste do Paraná, na medida em que os aspectos históricos desse processo de ocupação determinaram as características do elemento humano colono, e que este passou a se reconhecer como fundador da região.

O discurso investido neste espaço "funciona como referência básica, a partir de um conjunto de idéias – como, por exemplo, da colonização racional, do pioneirismo, do progresso, da civilização,

[5] Sem grifo no original.

do vazio demográfico – e mensagens constitutivas de um determinado ambiente", circunscrevendo "um território de poder a partir da enunciação dos fatores que deram a ele sua configuração atual." (SCHNEIDER, 2001, p. 96). Nesse sentido, os discursos acerca do espaço colonial, constituído pelas colonizadoras, são entendidos como narrativas fundadoras.

O colonizador deveria portar características importantes: "trabalhador, honesto, experiente e de espírito empreendedor" (p.61) e os agricultores sulinos (do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina) representavam o elemento humano que se adaptava ao projeto. Conforme afirma Schneider (2001), para os dirigentes da colonizadora "atrair este 'tipo de colono', com experiência em produzir na pequena propriedade, adaptado ao clima temperado da região e, sobretudo, dedicado ao plantio de diversas espécies de cultura, significava a garantia do sucesso do empreendimento colonizador." (p.58) Os migrantes sulinos, então, apresentavam-se como "predestinados"; seriam o elemento humano natural para povoar aquela região; traziam a característica do saber colonizar.

No espaço geográfico a ser colonizado, as empresas destacavam o "ambiente idílico no qual as riquezas naturais, aliadas à inexistência de problemas de titulação de terras, configuravam um espaço afeito à chegada de civilização", conforme reforça Schneider (2001, p.104). O processo de colonização foi "árduo", segundos os enunciantes, uma vez que os colonos tinham de cumprir o que lhes foi destinado: ocupar e trabalhar a terra; derrubar o mato, e, repetindo a história de seus antepassados, transformar a terra em áreas cultiváveis e (ou) de pecuária.

O termo "pioneiro" aparece, segundo Schneider (2001) revestido desse significado. O pioneiro é aquele que cumpriu seu papel, ou seja, "desbravou" e fundou um território. (p.69). Segundo os enunciadores, o pioneiro é aquele que "amansou o sertão ainda indomado."

Essa é a fundação do Oeste do Paraná. Essa é a "versão que ficou". Essas são as falas que fazem imagens e sentidos funcionarem. A Estrada do Colono é um elemento da estratégia de reatualização dessas narrativas fundantes, já na sua própria denominação, identificando a comunidade com uma "história de lutas". Os colonos acreditam, portanto, que ela foi o elo de passagem para a ocupação do oeste. Por "carregar" em seu nome a história, então, a quem é dada a possibilidade de falar da Estrada senão ao colono, aos seus descendentes e àqueles que – mesmo chegando depois da ocupação do oeste – reconhecem no colono o herói natural da fundação daquela região? Esses são os sujeitos do discurso, conforme salienta Foucault

(1987).

São quatro os fatores que condicionam a prática discursiva a partir de seus enunciados, segundo Foucault (1987): domínio de objetos, sujeito do enunciado, disposição de conceitos e temas ou estratégias.

Os objetos são dados pelas condições discursivas que determinam o colono, "provindas de práticas que uma época dada dispõe, permitindo que objetos sejam utilizados, transformados e que deles se apropriem determinados sujeitos". (ARAÚJO, 2000, p.61). O colono constitui-se, então, uma referência a partir de características enunciativas: pioneiro, desbravador, herói, homem de coragem, trabalhador etc. relacionadas pelas condições históricas e sociais, produzidas no processo de ocupação do Oeste do Paraná. Portanto, os enunciados apresentam-se numa rede de relações condicionadas histórica e socialmente. São as condições discursivas necessárias para que o objeto possa surgir permitindo que deles se apropriem determinados sujeitos.

Os sujeitos do discurso colonizatório são aqueles a quem é permitido apropriar-se do discurso; são propriamente os colonos. São eles que podem falar da colonização, da "luta". São tanto o elemento humano selecionado no projeto de ocupação do espaço geográfico quanto os dirigentes das empresas colonizadoras, uma vez que, por meio de suas ações – construir a primeira escola, a primeira igreja, abrir os caminhos que dariam acesso a região, são, antes de tudo, "pioneiros" do espaço em construção, mas também colonos.

Também podem ser sujeitos dos enunciados os seus descendentes (filhos e netos), visto que se relacionam histórica e culturalmente com o colono. Além dos citados, aqueles que estão inseridos no espaço fundador e que, apesar de não terem colonizado e nem serem descendentes dos que colonizaram, reconhecem o colono, apropriam-se da história do espaço fundador como se fosse a sua, ao conhecê-la e reconhecê-la, pelo fato de habitarem o mesmo espaço geográfico e simbólico. Portanto, legitimam o colono como sujeito a partir dos significados instituídos a ele.

Os vazios deixados nesse discurso não podem ser tomados por um sujeito externo ao processo de ocupação, ou seja, por quem não conhece, nem reconhece no colono o "pioneiro", o "herói", o que "veio antes" e, portanto, o interdito está determinado pelo discurso. Este está interditado a quem não conhece o colono nas relações que o tornaram o referente. De uma maneira mais prática, no cotidiano, o discurso está interditado a quem não conhece a história da região e

conhecer, no caso do conflito socioambiental, quer dizer solidarizar-se com o movimento pró-abertura, reconhecer a legitimidade do movimento permitida pelos enunciados.

A disposição dos conceitos aparece formando uma rede complexa, uma vez que o conceito colono não existe isoladamente, mas em relação e associação com outros enunciados. Essa rede pode ser entendida se tomarmos a formação dos conceitos em Foucault (1987). Os conceitos comportam dispersões, uma vez que "aparecem e circulam"; permitindo aos enunciados delinearem um campo de presença e um campo de concomitância. Nas palavras do autor, o campo de presença configura-se como

> todos os enunciados já formulados em alguma parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados discutidos e julgados assim como os que são rejeitados ou excluídos [sendo que suas relações podem ser] da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas [...]; essas relações podem ser explícitas [discurso especializado, oficial] ou implícitas e introduzidas nos enunciados correntes." (p.64)

O campo de concomitância, por sua vez, refere-se ao

> domínio de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados, seja porque valem como confirmação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceitas para um raciocínio, ou porque valem como modelos que podemos transferir a outros conteúdos, ou ainda porque funcionam como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter, pelo menos, algumas proposições que são afirmadas. (p.64)

Esses dois conceitos permitem apontar que o discurso colonizatório é constituído a partir de um "campo de coexistências" de enunciados do próprio discurso colonizatório e dos outros discursos como, por exemplo, o discurso oficial de domínio de fronteira; o discurso de progresso e desenvolvimento econômico, o discurso de conquista de território etc.; que, em certa medida, determina o esquecimento das ocupações anteriores daquele espaço, tomando a ocupação ordenada como a verdadeira ocupação.

Na análise das coisas ditas pela comunidade em prol da reabertura da Estrada, o discurso fundador é revisitado num aspecto fundamental: aquele que coloca o colonizador como elemento humano natural do processo de ocupação da região oeste e o espaço geográfico como se naturalmente estivesse à sua espera. Segundo os enunciantes, a Estrada estava lá; a floresta esperava

para ser derrubada, a natureza selvagem aguardava esse homem "trabalhador". A partir daí, ou seja, a partir dessa formação discursiva, têm-se três considerações básicas: 1ª) o colonizador é o herói, dadas as suas características de desbravador, de um homem essencialmente de luta, imbuído de um espírito lutador; 2ª) decorrente dessa característica, a predisposição biológica para a luta. Esta luta tanto é parte de seu cotidiano que se encontra no sangue: o colonizador nasceu um lutador, visto que repete a história de seus antepassados e 3ª) a Estrada é efetivamente a luta. É o elo de passagem para um novo tempo/nova vida: a busca de um futuro melhor, uma vez que a região estava à espera da chegada desse homem.

Esses três aspectos, então, colocam o colono – o herói natural do processo de colonização – como fundamento para se pensar a existência daquele espaço geográfico e simbólico, já que o que vem antes – no caso a criação do Parque (1939) – não tem significado porque não se encontra aí nenhum herói, tal qual esse homem colonizador.

O caráter do herói e, portanto, do desbravador, são enunciados que mantêm uma relação estreita, tautológica. A região oeste, para os colonizadores, não existiria sem a presença de um homem disposto a trabalhar arduamente e vencer uma natureza que não se apresentava tão generosa e, segundo os moradores, muitas lágrimas, suor e sacrifício foram ali deitados para que se pudesse construir um espaço social do colono.

O conjunto de regras dado pelas práticas discursivas reveladas aqui permite afirmar que todos os discursos pertencem a um mesmo jogo de relações, ou seja, constituem-se como encadeamentos e derivações do mesmo discurso: o discurso fundador.

4. A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE COMO MOTIVADORA DE PRÁTICAS SOCIAIS DISCURSIVAS

O início dos anos 80 marca, em nosso país, a criação de um aparato institucional regulamentador do meio ambiente, o qual amplia a participação da sociedade civil e que, além de estar no contexto de mudanças no plano internacional – motivadas pela crise ambiental – representa, sobretudo, um reflexo da redemocratização política aí iniciada. As políticas públicas ambientais – em processo de criação e implementação – habilitam novos atores sociais à participação, como é o caso das ONGs e da comunidade em Unidades de Conservação de Proteção Integral (Parques Nacionais).

Nesse cenário histórico e político constituíram-se as condições que culminaram na Ação Civil Pública que marcou o início do conflito socioambiental. Portanto, o conflito teve início ao mesmo tempo em que emergiam políticas contemplando uma participação da sociedade civil.

Em um primeiro momento, a comunidade não enfatizou as razões/funções ambientais para reabertura da Estrada, alegando que o fechamento feria o "direito histórico de ir e vir" e os condenava ao isolamento e, conseqüentemente, o progresso da região estaria em risco. Porém, na medida em que as políticas ambientais incorporam a participação da comunidade na gestão da Unidade de Conservação, o argumento ambiental passa a legitimar a reabertura da Estrada.

Esse contexto certamente influenciou a "rigidez" dos atores sociais envolvidos – caracterizada, segundo os entrevistados, como conseqüência da "falta de diálogo" entre o IBAMA e as comunidades. Paradoxalmente, foi a "falta de diálogo" que possibilitou a constituição de um campo de disputas.

Na trajetória do conflito, os atores mostram-se convencidos de que, na prática, "o diálogo acabou". Mas, de fato, ele não existiu, pois se tomarmos a origem do conflito a irredutibilidade de posições já estava demarcada *a priori*. A Ação polarizou fortemente as posições dos atores envolvidos: de um lado, os contrários à reabertura e, de outro, os favoráveis à reabertura. Tem-se aí, portanto, segundo os atores: a Estrada deve ser "fechada" por razões ambientais e a Estrada deve ser "aberta" por razões ambientais.

Os atores instituem-se formando um campo de disputas em torno de formas de apropriações da natureza reveladas por práticas discursivas que, de certa forma, legitimam as ações sociais. O campo de disputas aqui tratado é portador de assimetrias no que diz respeito aos atores sociais que o compõem. Para entendê-lo, utiliza-se o conceito de campo, desenvolvido por Bourdieu (2001), mas com restrições[6].

Segundo o autor, o campo apresenta-se como espaço estrutural de posições, revelando-se um lugar de luta, uma vez que há uma relação de força entre os agentes[7] ou entre as instituições comprometidas nesta luta. Por ser um sistema regido por suas próprias leis, o campo detém autonomia. Ele existe dentro do espaço

[6] As restrições dizem respeito a dois fatores: a não utilização de outros conceitos relacionados à constituição do campo, como por exemplo, violência simbólica, poder simbólico etc. Toma-se de Bourdieu (2001) apenas seu conceito mais bruto de campo. Digamos assim. Bourdieu (2001) fala de campo econômico, campo literário, campo científico etc.

[7] Bourdieu (2001) faz uso da palavra agente, já que essa denota um sentido de ação; um sujeito que age e o faz por uma capacidade criadora.

social e este pode ser descrito como um campo de forças, isto é, "um conjunto de relações de forças objetivas, impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes." (BOURDIEU, 2001, p.134)

Os atores criam e estabelecem relações de poder no campo, por se estruturarem a partir de uma distribuição desigual, um quantum social. Esse quantum – denominado pelo autor de capital social – determina a posição do sujeito. As posições no campo se estabelecem relacionalmente, de acordo com o poder detido por eles, e esse poder dá maior ou menor legitimidade às idéias, posturas, valores, etc. Com isso, o "capital de cada setor no campo se diferencia e pode ser acumulado." (DOMINGUES, 2001, p.60).

Nesse lugar de luta, há saberes/apropriações que se "atravessam" e que são fundamentais para determinar o campo, visto que uns saberes podem ter mais legitimidade que outros – como no caso do discurso científico – dependendo dos discursos enunciados, construídos e reconstruídos a partir da posição ocupada pelo ator social que são dadas pelo capital social, conforme Bourdieu (2001).

As estratégias mobilizadas pelos atores que atuam no sentido de constituir um campo e, conseqüentemente, a trajetória do conflito é o que nos interessa aqui. As estratégias são relativas aos discursos, portanto, a análise do campo tem o objetivo de compreender como as práticas discursivas em torno da Estrada constroem-se na relação entre os atores, revelando as assimetrias, os interesses e as motivações.

Entende-se que o discurso ambiental é aquele que aparece dito (FOUCAULT, 1987) e o conceito "discurso ambiental" é uma enunciação recente, visto que o meio ambiente foi acolhido como problema social há pouco tempo. Portanto, há uma maior flexibilidade do discurso diante do ator social, diferenciando-o do discurso fundador e, nesse caso, há muitos espaços vazios deixados nesse discurso, possibilitando que todos os atores (IBAMA, ONGs e comunidade) apropriem-se dele.

O enunciado "somos todos ambientalistas", dito pela comunidade, efetivamente nos diz isso. Os sujeitos analisados aqui, instituições e comunidade, utilizam-se dele como estratégia, apesar dos diferentes interesses mobilizados para atingir os fins desejados. Ambos marcam suas posições (contrárias ou favoráveis à abertura) tendo em vista a conservação da natureza. O que os aproxima e os torna iguais, paradoxalmente os afasta e os torna diferentes, na

medida em que os conceitos são apropriados e enunciados de formas diversas. As diferentes posições dos atores indicam duas formas de falar, ou seja, explicitam estratégias diversas.

No conflito socioambiental, o conceito "conservação" transforma a natureza em um objeto de apropriação e reapropriação social, na medida em que se explicitam as intenções sobre o Parque. Para o IBAMA e ONGs, por exemplo, essas apropriações encontram base no conhecimento científico, o qual é a referência para discursos, mediante o conceito de conservação da diversidade biológica – visto ser o Parque um ecossistema profundamente ameaçado – e, também, de outros conceitos relacionados diretamente àquele, como por exemplo: efeito de borda, fragmentação de hábitats etc.

Já para a comunidade e ONGs locais, os argumentos fundamentam-se nos aspectos históricos, culturais e, também, em outros saberes advindos de campos que interagem, como os campos educacional, científico, econômico etc., definindo e redefinindo o conceito de conservação.

As condições de emergência das práticas discursivas acerca da Estrada são formadas por uma rede de relações impostas pelo próprio discurso. Retomando Foucault (1987), práticas discursivas existem, em condições estritas, definidas no tempo e no espaço e tornam-se objetos de apropriação ao servir a interesses passíveis de ressignificações pelo sujeito. O discurso ambiental no conflito é entendido por relações discursivas, ao permitir essa e não outra, "singular existência" de ditos.

Os elementos sugeridos por Foucault (1987) têm seu domínio de objetos em condições determinadas por práticas acerca de significações e ressignificações da natureza. Não se trata de ir buscar a origem do discurso, ou, segundo Foucault (1987), "não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; [mas] é preciso tratá-lo no jogo de sua instância" (p.28) para determinar sua existência a partir das possibilidades que fizeram emergir esses enunciados.

As práticas mobilizadas acerca da questão ambiental encontram-se no jogo de relações que determinou a oposição em favoráveis e contrários à reabertura, ao disputar no campo a apropriação dos discursos. Os fatores que condicionam essas discursividades é o "meio ambiente", o qual permite que determinados sujeitos apropriem-se dele, num contexto determinado histórica e socialmente. Esse seria o "objeto" dado pela prática discursiva (FOUCAULT, 1987).

Os sujeitos do discurso ambiental são a comunidade, as ONGs e

o IBAMA. Todos os atores instituíram-se no conflito socioambiental a partir das práticas que tomaram como referência a conservação da natureza. Por outras palavras, os espaços vazios deixados no discurso permitem, aqui, que todos os atores sociais tornem-se sujeitos, embora as práticas imponham regras, permeadas por relações de poder. O enunciado acerca da "fragmentação de hábitats", por exemplo, serve aos técnicos na defesa da conservação da natureza, mas não é permitido ao agricultor, favorável à reabertura da Estrada, apropriar-se dele. Portanto, aí, o discurso reveste-se de uma autoridade que é negada a alguns sujeitos.

O discurso ambiental mantém um campo povoado, em suas margens, por outros discursos, que indicam a dispersão de significados, de relações históricas e políticas que se tornam vivas na discursividade. Os enunciados de outros campos como o econômico, o pedagógico, o ecológico, o biológico, o jurídico etc., formam uma pluridiscursividade que permite a multiplicação dos discursos. Por exemplo, o enunciado "conservar a natureza" coloca-se numa relação estreita com outros enunciados como "conciliar a natureza com o desenvolvimento", "o Parque é um patrimônio", "os moradores são portadores de uma consciência ambiental" etc.

A oposição dos atores garante a dispersão dos enunciados: ser contrário à abertura significa ocupar enunciados como "a Estrada causa fragmentação de hábitats", "a Estrada deve permanecer fechada pois está na zona primitiva"; "A Estrada não contribui em nada com os objetivos do Parque, portanto não é necessária", "a fragmentação de habitats causa o efeito de borda", "o Parque Nacional do Iguaçu é patrimônio de todos", ou "há necessidade de um trabalho em parceria com os municípios vizinhos, a fim de possibilitar ações que busquem o desenvolvimento sustentável da região"; já ser favorável à Estrada significa ocupar espaços do discurso através de enunciados como "com o fechamento, ficamos num fim de linha", "com a Estrada nossa consciência ambiental vai crescer"; "é possível conciliar a Estrada com a conservação do Parque" ou "sem a Estrada não existirá Parque".

A instituição, reconhecida política e socialmente como a responsável pelo Parque, detém um poder no campo discursivo, oriundo da ciência e da implementação das políticas ambientais no Brasil, no qual a criação de Unidades com o objetivo primeiro de conservar é a principal estratégia. Essas políticas – que trazem concepções da natureza como objeto, uma vez que possível de ser apropriado – têm base principal na Ecologia e na Biologia da Conservação.

As concepções de natureza como objeto das ciências instituem-se ao dotar a natureza de um caráter fundamental: a autonomia. Ou seja, existe independentemente da intervenção humana. O desenvolvimento da Biologia do século XIX, cuja finalidade era o conhecimento da vida "através da sua própria organização" dá, juntamente com outros fatores, as condições para o surgimento da Ecologia[8]. (DELÉAGE, 1993, p.39)

Para o autor, a ecologia apresenta um caráter multidisciplinar, uma vez que entende o objeto natureza atravessado pelo campo social. É a ciência dos seres vivos e do homem. Possibilita pensar a natureza como objeto autônomo e, ao mesmo tempo, dependente do homem.

A Ecologia científica, segundo Deléage (1993), a partir da sua própria história

> alargou-se progressivamente desde o estudo naturalista de ecossistemas singulares, até o estudo pluridisciplinar duma nova totalidade, a biosfera. Além disso, a história humana, vista pelo ângulo da ciência ecológica, alimentou-se duma sucessão de rupturas, tanto locais como regionais, nos antigos equilíbrios naturais. Hoje, não só o espaço das rupturas atinge as dimensões do planeta, como também existem estreitas relações entre as duas histórias, através dos laços que o homem mantém com a natureza e a das suas representações. (p.207)

Porém, nos discursos observados, a Ecologia não tem um referente social, prevalecendo a natureza como elemento autônomo, como objeto da Biologia. Esses discursos legitimam ações no sentido de dotar a natureza de um valor em si mesma. A natureza é dependente do homem, ao determinar o quão afastado ele deve permanecer. O zoneamento, ao representar uma natureza normatizada, sob controle, determina que: "a Estrada encontra-se em zona primitiva" e por isso deve ser fechada, segundo IBAMA e ONGs.

Esse enunciado encontra-se num jogo de relações com outros discursos como, por exemplo, aquele que ressignifica a Estrada como objeto judicial. A zona intangível não tolera "qualquer atividade humana", diz o Plano de Manejo (IBDF, 1981). Portanto, a Estrada estaria causando um desequilíbrio ecológico, diz a justiça, baseada no zoneamento e, aliado a esses enunciados, tem-se "O Parque é patrimônio de todos". Segundo os enunciadores, não se pode incorrer no risco de que uma demanda local/regional venha a comprometer a manutenção do ecossistema, que é direito de todos, segundo o que a própria Constituição, lei maior, garante.

8 Um dos conceitos mais importantes dessa ciência é o de ecossistema (definido em 1935 por Arthur Tansley (DELÉAGE, 1993, p.89), que pode ser definido como um sistema aberto que inclui, em uma certa área, todos os fatores físicos e biológicos (elementos bióticos e abióticos) do ambiente e suas interações, o que resulta em uma diversidade biótica com estrutura trófica claramente definida e na troca de energia e matéria entre esses fatores.

Outro conceito que se coloca em campos de utilização e que, portanto, está estritamente relacionado à conservação, é o relativo à Biodiversidade ou diversidade biológica. Esse termo tornou-se conhecido com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO'92). Com isso, a perda da biodiversidade passou a ser um problema ambiental, visto que acarreta, dentre outros, a extinção de espécies e diminuição da diversidade genética.

A conservação e a biodiversidade incorporam-se e dispersam-se nos discursos acerca da fragmentação de hábitats. Esse conceito sustenta uma natureza autônoma e equilibrada. Segundo o estudo A estrada do Colono e fragmentação de habitats no Parque Nacional do Iguaçu, a fragmentação de hábitats é um processo "aparentemente imperceptível para o leigo, mas que causa perturbações com efeitos em cascata e leva os ecossistemas à falência ambiental." (FERREIRA, 2000, p.535). Aliado a esses aspectos, o efeito de borda constitui-se como uma das características da fragmentação e são "as mudanças que ocorrem ao longo de um fragmento, causadas pela quebra e pela descontinuidade dos ambientes", como, por exemplo, proliferação de cipós nas margens do fragmento e queda precoce de folhas e árvores. (FERREIRA, 2000, p.536)

Com a Estrada, a fragmentação de hábitats[9] é evidente, uma vez que corta o Parque separando-o em duas porções. Ela ocasionou os efeitos de borda e "constitui-se como barreira aos movimentos da fauna e à dispersão da vegetação, entre outros prejuízos". (FERREIRA, 2000, p.537)

Aqui, indica-se como os conceitos da conservação circulam na prática discursiva em torno da Estrada, fundamentando no Plano de Manejo (IBAMA, 1999) os argumentos contrários à reabertura. Os conceitos formam um campo de presença evidente, ao serem emitidos pela autoridade competente, reconhecida e instituída como controladora da Unidade. É o discurso autorizado e aparece como "verdade admitida". (FOUCAULT, 1987, p.61). A Estrada não pode ser usada, pois a ciência nos indica a incompatibilidade de uma Estrada na zona primitiva, colocando em risco a integridade da Unidade de Conservação.

A comunidade e as ONGs locais, por sua vez, também são dispersores desse discurso competente, uma vez que a AIPOPEC, mediante a proposta Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu, nos diz que a fragmentação de hábitats existe, mas é possível

[9] Embora a fragmentação de hábitats possa ocorrer por processos naturais, por meio de fatores como: flutuações climáticas, heterogeneidade do solo, topografia e processos hidrogeológicos, dentre outros. (MMA, 2003)

diminuir os impactos ambientais. A AIPOPEC fala também com autoridade, utiliza-se do discurso técnico e nos apresenta algo mais: a consciência ambiental dos moradores. Aí haveria a compensação pelos "pequenos" prejuízos que a Estrada causaria ao ecossistema (AIPOPEC, 1997).

O discurso da "consciência ambiental crescente", que a proposta salienta, encontra nos moradores seus sujeitos: "se antes era 'plante que o governo garante', agora é preciso fazer o caminho inverso. Antes, o desmatamento, agora, o reflorestamento". A AIPOPEC faz uma síntese de como os moradores relacionam-se atualmente com a natureza:

> os pioneiros ainda guardam na memória os fogos noturnos das queimadas contínuas, destinadas a abrir a terra agrícola, formando brumas persistentes, incômodas e inevitáveis de fumaça. O cenário hoje, é totalmente diferente, com a volta progressiva das matas ao longo dos rios, assim como com a preservação dos capões remanescentes, os cuidados com os solos e as águas e a qualidade das residências, rurais e urbanas. (AIPOPEC, 1997, p.32)

Os impactos que a Estrada causaria se estivesse aberta, diante desses discursos, pouco representam. Ganharia o Parque em conservação, pois como está, segundo os enunciantes, representa a "face morta dos municípios". É preciso, então, dotá-lo de vida. A vida é a Estrada em uso, dizem os enunciantes. As campanhas da AIPOPEC e do MAP (Movimento Amigos do Parque)[10], "Caminho do Colono: a vida passa por aqui", "Caminho do colono: caminho aberto para a vida", nos dizem isso.

A consciência ambiental é determinada pelo conhecer. Segundo os enunciantes, "só se preserva o que se conhece". O conhecer, nesse caso, é o contato com a natureza, a convivência com a floresta. Vida, Parque e Estrada colocam-se num campo de dispersões, onde a natureza é dotada de sentidos diversos daqueles do discurso competente. A vida aparece descrita nos jornais da região: "O belo colorido da mata, e borboletas da natureza", o Parque "é pródigo em diversidade ambiental"; "árvores centenárias, flores, etc, e a infinidade de borboletas, que "beijavam" os roçadores da trilha é indiscritível [...] o ar [...] é digno de ser preservado."

Porém, a vida de que falam é, sobretudo, a vida humana. O teólogo, Lauro Schumann, em sua defesa pela reabertura da Estrada, salienta que a vida humana tem prioridade sobre outras formas de vida:

> sou, sem dúvida alguma, a favor da preservação da natureza, mas

[10] ONG local

> considero uma asneira chamar um mato de 'santuário ecológico' [...] agredir a natureza animal e vegetal é proibido mas a natureza humana pode ser agredida e aviltada a bel prazer por parte de quem mostra que manda. É isso? [...] Como teólogo, vejo-me no dever de defender o ser humano, a dignidade humana e a natureza humana. O homem em sua trindade (corpo, alma e espírito), foi criado por Deus à sua própria imagem e semelhança, e por isso superior às demais criaturas e incumbido da ordem divina de dominar sobre as demais. [...] Preservar a vida só aos nobres é dado. Não estou me referindo a mato e bichos, meus senhores, mas sim à vida dos seres humanos, seres superiores.

Nesse caso, o discurso religioso reforça a multiplicidade do discurso ambiental, ou, conforme Foucault (1987), indica um "campo de concomitância" das formações enunciativas, mostrando-nos a complexidade das relações que se estabelecem nos e entre os ditos acerca da Estrada.

A comunidade enunciou, quando a Estrada foi fechada (1986), que estava de luto, pois "tiraram parte da vida da região com o fechamento..." Aqui a vida de que falam é o "progresso", o "desenvolvimento", enunciados que encontraram no "desenvolvimento sustentável" sua dispersão. Esse conceito se integra ao da conservação da biodiversidade, de forma a validar, por exemplo, as práticas discursivas sobre uma "Estrada que responda aos anseios da comunidade e que minimize os impactos ambientais" ou "o Parque só será valorizado se integrado às comunidades".

Os atores favoráveis à reabertura da Estrada encontram nesses enunciados um reforço para a "luta" em favor da Estrada, apontando uma possível solução para todos os eventuais problemas que poderiam se caracterizar como obstáculos a um desenvolvimento sustentável. Dessa forma, "aparece" o enunciado "queremos uma Estrada ecologicamente viável, que venha de encontro ao interesse da comunidade, que representa a união entre vida e progresso".

Viu-se, então, mediante as formações discursivas, os atores incorporando conceitos, ressignificando-os, na medida em que efetivamente caracterizam-se como "elementos para uma estratégia" (FOUCAULT, 1987).

5. FRONTEIRAS PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA

A análise do conflito socioambiental permite afirmar, sob um aspecto geral, que os atores sociais sofreram mudanças no decorrer do processo, visíveis no âmbito das práticas discursivas, caracterizando uma trajetória para esse conflito.

A comunidade, por exemplo, demonstrou transformações aparentes na medida em que incorporou o Parque em seu cotidiano, mesmo quando reafirma que é uma "barreira". O IBAMA, por sua vez, ao planejar ações de interação com a comunidade, também modificou-se, visto que percebeu a importância de estabelecer um processo de interação com a comunidade e realizou ações nesse sentido.

Essas ações mostraram-se fragmentadas: desde o início do conflito, em 1986, o Parque foi considerado como uma "barreira", porém ao planejar ações no sentido de integrar o Parque, a comunidade demonstra uma possibilidade para um debate e o IBAMA mostrou-se interessado num processo de interação. Mas ainda há muitas incertezas nas formas de incorporar esse novo ator social.

A exclusão do ator social comunidade nas políticas de gestão de Unidades de Conservação, não é mais admitida na medida em que, cada vez mais, essa participação tem sido garantida nas políticas ambientais atuais, conforme afirmado anteriormente. Este novo ator, aqui, demonstra claramente o interesse em participar de um espaço de decisões, uma vez que afetado diretamente. Dessa forma, percebeu-se, na trajetória do conflito, a construção de uma demanda social por participação das comunidades locais nas tomadas de decisão.

Importante salientar que o objetivo não é indicar metodologias para a superação do conflito, o que talvez uma pretensa adesão a novos valores estaria indicando. Se assim procedesse, afirmaria que esse conflito tem caráter transitório na medida em que os atores, ao incorporarem práticas sustentáveis, teriam a possibilidade de vivenciar relações harmônicas, tanto no campo instituído pelos atores quanto com a natureza. Não é possível defender, por exemplo, que a participação mais efetiva da comunidade dê a garantia de decisões consensuais. Conforme Alonso e Costa (2002) afirmam:

> ... a criação de câmaras de negociação e modalidades participativa de tomada de decisão nas questões ambientais, argumento válido para qualquer outro procedimento de resolução de conflitos, não pode pressupor o consenso quanto ao objeto sob deliberação. Essas instâncias não podem produzir um resultado substantivo (o consenso), mas apenas procurar garantir condições formais (institucionais) de processamento de conflitos e (quando possível) resolução de impasses. A negociação dos conflitos, nessas instâncias, se realiza quando os cidadãos afetados atribuem ou negam legitimidade a iniciativas públicas ou privadas, conforme sua percepção subjetiva das conseqüências imediatas dos problemas ambientais para a sua vida cotidiana. No entanto, o resultado da deliberação é incerto. Nada garante que da expansão da participação popular venham a emergir decisões consensuais relativas a dilemas

ambientais." (p.121)

Antes, pode-se expor o que o conflito socioambiental é relevante para a reflexão acerca de dinâmicas sociais em Unidades de Conservação, visto que as mudanças dos atores revelaram uma necessidade de interação, além de indicar a necessidade de novas formas de apropriar-se da natureza – que podem ser construídas e reconstruídas pela busca de alternativas no manejo de uma Unidade de Conservação. O conflito revelou ser portador de um papel importante: mostrou a heterogeneidade dos atores, as estratégias utilizadas em função da complexidade de interesses, enfim a pluralidade de valores e recursos. Afinal, para que serviu o conflito? Como as mudanças ocorridas possibilitam uma aproximação dos atores?

Ao se indicarem possibilidades de novas formas de apropriação da natureza, salientam-se dois aspectos: por um lado, o IBAMA, ao planejar a gestão de Unidades de Conservação não pode mais ignorar a importância da comunidade na determinação dos objetivos que permeiam a conservação da biodiversidade. Aparentemente, essa afirmação é óbvia. Mas, esse aspecto revelou-se, na trajetória do conflito, como fundamental, ao indicar a dificuldade de incorporar, na prática, esse ator nas políticas de gestão do Parque.

Por outro lado, a comunidade, ao caracterizar-se como portadora de uma consciência ambiental, indicou uma possível disposição em participar das políticas de gestão da Unidade, através de um processo de interação. Porém, essa consciência ambiental revelou ser portadora tanto de possibilidades pelo fato de a comunidade "vivenciar" o debate ambiental, por exemplo, quanto de limitações. As limitações mais aparentes são no sentido de demonstrar que esse ator ampliou a possibilidade de fazer uso da Estrada, mesmo que seja como um "eco-viaduto" sobre o traçado original.[11]

Como a conservação da biodiversidade é uma preocupação de todos os atores envolvidos, pode ser este um aspecto de análise para uma possível confluência dos atores. Nessa perspectiva, toma-se a função "primeira" do Parque como referência: "proteger, em estado natural, mostrar dos ecossistemas representativos da Floresta Estacional Semidecídua, da Floresta Ombrófila Mista e das Formações Pioneiras da Influência Fluvial, sua biodiversidade e recursos genéticos para benefício desta e das futuras gerações." (IBAMA, 1999). Dessa forma, é possível expor tanto as potencialidades quanto os limites dos atores na obtenção deste objetivo comum.

[11] Um ambientalista da região propôs um "eco-viaduto" sobre a Estrada, com o objetivo de "preservar o traçado original." A obra ficaria acima das árvores, com duas pistas, num total de 6,6 metros de largura.

Aliado ao objetivo principal de um Parque, há também o conceito de desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade, uma vez que forma, ao menos no que se refere à práticas discursivas, um campo de concomitância – retomando Foucault (1987) – com o conceito de conservação da diversidade biológica. Conforme os atores, a conservação de ecossistemas não se desvincula de um projeto de sustentabilidade que, indiretamente, não se desvincula da institucionalização de um processo de interação dos atores.

As potencialidades do conflito indicadas em sua trajetória, apesar de inter-relacionadas, podem ser exemplificadas do seguinte modo:

a) no que se refere à comunidade e ONGs locais: a organização social na busca de um objetivo comum, a construção de uma demanda por participação social nos planejamentos de gestão, a consciência ambiental e a disposição em participar;

b) no que se refere ao IBAMA e ONGs: a consideração do entorno e sua dinâmica social e o início de um processo de interação, ainda que consultivo.

A capacidade de organização social na busca de um objetivo comum, atribuída à comunidade e ONGs locais, permitiu a incorporação da questão ambiental no seu cotidiano, revelando que o Parque estava mais próximo do que se supunha. O conflito socioambiental permitiu que a comunidade "trouxesse" o Parque para o seu cotidiano, o que, de certa forma, permitiu que outros valores fossem incorporados, como a própria "conservação". Embora o aponte muitas vezes como uma "barreira" física e simbólica para o desenvolvimento das regiões, a inserção do Parque no cotidiano permitiu a vivência do debate ambiental e, quem sabe, a motivação para mudanças na relação com a natureza, uma vez que os atores "vivem" a questão ambiental.

Essa "aproximação" do Parque é um dos fatores que contribuiu para a construção de uma demanda social pela participação nos processos decisórios de gestão da Unidade. Embora essa demanda, ao ter a reabertura da Estrada como foco das estratégias e consequentemente dos interesses, revele os seus próprios limites.

Na trajetória do conflito foi possível observar que a Estrada serviu como o único meio possível de explicar e entender a realidade das comunidades na relação com o Parque, uma vez que sem ela "o parque não existe" ou a "A Estrada foi o elo de passagem para a colonização", conforme afirmam as práticas discursivas, como no caso das invasões, por exemplo. Logo, a referência histórico-social-ambiental daqueles municípios encontra-se "depositada" na

existência da Estrada.

Para o IBAMA e para as ONGs, por sua vez, a relevância do conflito constitui-se na questão básica de que a conservação da biodiversidade requer ampliar os limites de ação para além da fronteira do Parque: é preciso pensar sobre o entorno e sua dinâmica social.

O potencial do conflito na instituição de um processo de interação indicou limites para os atores: construir um processo democrático de co-manejo significa ter clareza que a participação das comunidades não se limita a um processo consultivo e nem à Estrada. A importância do Parque, seu papel e seu potencial de integrar os atores não será alcançado/construído se o discurso competente (técnico) for a única possibilidade de entendê-lo. Por outro lado, a Estrada como única forma de explicar a existência (conservação) do Parque mostrou-se deficiente diante do potencial que ele apresenta para um processo de interação.

Essas formas únicas de perceber a realidade reforçaram a posição antagônica dos atores no campo, sendo necessário experimentar o que essa fronteira oferece para uma gestão participativa. A busca da sustentabilidade, com suas incertezas e complexidades, seria, nesse projeto de interação, uma fronteira a ser explorada. Certamente o conflito socioambiental instituído pode servir para os próprios atores perceberem os desafios e complexidades que a institucionalização da participação comunitária e da sustentabilidade implicam na prática.

As mudanças exigidas no ator oficial e socialmente instituído como gestor da Unidade (IBAMA) se relacionam à forma de conceber/perceber o novo ator (comunidade) do processo, o que exigiu transformações na própria estrutura institucional. A necessidade de consultar a comunidade, quando da elaboração do Plano de Manejo, por exemplo, demandou organizar e encaminhar ações que contemplassem a consulta às comunidades. Nesse sentido, o IBAMA entendeu que buscou "uma participação ampla dos envolvidos com o Parque, promovendo reuniões [...] A participação sugere comprometimento e envolvimento das diferentes partes e esse planejamento reflete a intenção do IBAMA em trabalhar de forma compartilhada com a região, de modo a promover uma maior integração entre ela e o Parque." A comunidade, por sua vez, nunca antes consultada sobre o Parque, passou a ser solicitada e buscou a garantia de seus direitos, o que interferiu na construção dessa demanda social.

Na prática, instituir um processo de interação é mais difícil do

que parece, uma vez que pode aprofundar a antagonismo existente entre os atores no campo. Estabelecer esse processo, portanto, constitui-se num grande desafio, pois as mudanças exigidas não serão estabelecidas de forma superficial e imediata. Como qualquer processo democrático, o desafio é instituir o espaço político onde as decisões e opiniões sejam debatidas em conjunto, o que requer o exercício do respeito às opiniões diversas, à tolerância; enfim, conviver com a existência da diferença na construção de objetivos que respondam às aspirações de todos os atores envolvidos. Segundo Leff (2002), a construção de espaços de negociação e a mediação de conflitos pelo diálogo implica relações sem prejuízos, subordinações mútuas ou complacência.

A participação das comunidades locais exige descentralização do planejamento, o que requer explorar/experimentar fronteiras de heterogeneidades de percepções sobre uma realidade e, portanto, exige mudanças na prática profissional de conservação, uma vez que os discursos, com referência em conhecimentos científicos/técnicos na biologia da conservação, possuem limites na busca de atingir o objetivo primeiro da conservação dos ecossistemas ameaçados, como é o caso do Parque.

A convergência dos atores, nesse aspecto, é percebida a partir da importância dada ao processo de interação sob a ótica dos próprios atores na trajetória do conflito. O IBAMA entende que, na conservação da biodiversidade, não pode ater-se somente aos seus limites, é preciso incluir o entorno: "para que os planos e projetos conservacionistas tenham êxito e contribuam para o ordenamento e o saneamento da Zona de transição, faz-se necessário o estabelecimento de parcerias e responsabilidade conjunta entre os poderes públicos municipal, estadual e federal, as instituições organizadas dos municípios e a direção do Parque." Embora, saliente que instituir parcerias com o entorno e suas complexidades é tarefa desafiadora (IBAMA, 1999).

A comunidade, por sua vez – embora reconheça no IBAMA a entidade capacitada para o controle da gestão –, acredita que pode se organizar com a finalidade de contribuir com os objetivos do Parque.

A realização da proposta de Integração Regional reflete o interesse da AIPOPEC e da população em participar e efetivar um processo de integração dos atores. A AIPOPEC reafirma uma "relação afetiva" com o Parque, semelhante àquela na qual "se ama o que se conhece": "quando a comunidade participa ativamente da realização de um projeto desta magnitude [...] nasce um sentimento de paternidade, filiação, de coisa nossa, que faz com

que os resultados sejam sensivelmente mais duradouros. E quando se tem esse sentimento de posse, sempre haverá o cuidado, o zelo, a disposição para investir no objeto estimado" (AIPOPEC, 1999). Mas, de qualquer forma, a disposição da comunidade em cuidar do Parque já existia, independente do episódio da Estrada: fizeram e fazem um "magnífico trabalho de preservação" (DALLO, 1999, p.14), "evitando invadi-lo ou saqueá-lo de suas riquezas naturais." (AIPOPEC, 1997).

Percebe-se que o "acolhimento" e a "boa vontade" da comunidade, indicados pelo IBAMA e por ela própria, são fatores importantes para um processo de interação, pois caracterizam a disposição para o diálogo, porém mostraram-se limitados na prática, uma vez que as atitudes de convencimento, nesse caso, foram elementos que aprofundaram a rigidez dos atores. Há discursos científicos utilizados como única forma possível de explicar a importância do Parque: de um lado o IBAMA e ONGs com "boa disposição e vontade" de convencer sobre os benefícios do Parque e de outro a comunidade e as ONGs locais igualmente com "boa vontade" de convencer sobre os benefícios da Estrada para o Parque.

Aqui têm-se duas visões diversas do Parque. O IBAMA e as ONGs concebem amplamente os benefícios do Parque, baseados na biologia da conservação e a comunidade, por sua vez, entende que a conservação do PNI vincula-se diretamente à abertura da Estrada, depositando aí toda sua aspiração com relação àquela Unidade de Conservação. Aqui revela-se um dos limites da população local, no que diz respeito à participação da comunidade num projeto de co-gestão, uma vez que tomam a Estrada como o único meio para solucionar os problemas ambientais e para propor um projeto de desenvolvimento "sustentável" para a região.

O fato de a Estrada ser elevada a um "monumento histórico" pela comunidade e mais, a "luta pela reabertura" ser relevante para a construção da identidade daquelas populações e, conseqüentemente, a construção de uma "memória social", já que os discursos circulam por ser tantas vezes repetidos, parece-me uma questão difícil de "negociar" para todos os atores envolvidos. Isso não significa dizer que a busca de uma identidade a partir da Estrada não é legítima, pelo contrário, a comunidade construiu, sobretudo mediante práticas discursivas, essa legitimidade, embora passível e possível de desencadear debates e reflexões.

É possível manter-se a especificidade de um Parque, mas é o reconhecimento das características regionais/locais em seus aspectos históricos, políticos e culturais que indicará a construção de processos de interação, em que outras formas de relacionar-se

com a natureza poderão emergir, se superada a rigidez de posições, pois essa é "o contrário da invenção", conforme Bourdeiu (2001).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na compreensão da questão ambiental atual, no que se refere à inclusão de um novo ator social nas políticas de gestão em Unidades de Conservação, a dinâmica social local deve ser observada, mas não desvinculada de políticas mais amplas que devem ser contempladas e, conseqüentemente, implementadas. Dessa forma, salientou-se a complexidade desse processo, visto que os interesses estão mais numa relação de divergência do que de convergência, demonstrando-se, assim, quão difícil é inserir a comunidade no âmbito das políticas ambientais locais.

Um dos aspectos importantes para assinalar essa complexidade é a busca de uma relação de harmonia com a natureza que, ao mesmo tempo em que serve de motivo de convergência dos atores, demonstra a diversidade de interesses. Ora, as apropriações da natureza não são de modo algum "harmônicas". Pelo contrário, são essencialmente conflituosas, motivadoras de tensões e contradições, na medida em que essas apropriações revelam-se como estratégias que servem a interesses que se multiplicam, a fim de reforçar os atores em suas especifidades e assimetrias no campo. Enquanto a uns compete a capacidade de compreender cientificamente a natureza, dotando-a de um caráter autônomo, a outros é possível "ter várias estradas no meio do Parque"[12] para que seja viável conservar a natureza.

A complexidade desse processo reside também no fato de que mudanças são necessárias, tanto nas instituições como na comunidade para que seja possível instituir um processo de interação, pois aí, de fato, residem as verdadeiras possibilidades de inclusão desse novo ator social e de novas formas de apropriação da natureza.

A sustentabilidade surge, nesse processo, como uma das possibilidades de buscar essa harmonia com a natureza, porém as transformações dos atores mostraram-se limitadas no sentido de implementá-la. O conceito de sustentabilidade pressupõe mudanças nas formas de relacionar-se com a natureza, pois aponta para um processo solidário para com as gerações futuras, no sentido de manter e proteger um meio ambiente saudável e equilibrado. No contexto local analisado, contudo, este desenvolvimento é possível somente no âmbito dos discursos.

[12] Assim afirmou um dos entrevistados ao comentar sobre a Estrada estar diretamente relacionada à conservação do Parque Nacional do Iguaçu.

De um modo geral, identificou-se como as práticas discursivas em torno do meio ambiente aparecem e circulam ou como a questão ambiental construiu uma rede de relações mediante práticas discursivas, porém a incipiente produção – para não dizer inexistente – de pesquisas sobre esse aspecto não permitiu, aqui, um aprofundamento de forma a efetivamente analisarmos esse discurso na sua individualidade. Realizou-se, então, uma análise limitada. Embora seja importante salientar que o discurso ambiental, apesar de recente, constitui-se num tema amplo e diversificado, o que poderia ser problema central para outros estudos.

De qualquer forma, o desafio que o conflito indica aos próprios atores que o instituíram é estabelecer um processo de interação na busca de novas formas de gerir o Parque Nacional do Iguaçu e, conseqüentemente, novas formas de relacionar-se com a natureza.

7. REFERÊNCIAS

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. En: Ecologia politica. Naturaleza, sociedad y utopia. Comp. Alimonda, Hector. Coleccion Grupos de Trabajo de CLACSO, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad de Buenos Aires, Argentina. Abril de 2002. p.115-135.

Disponível em: <http://www.clacso.org> Acesso em: 12 jan.2003

ARAÚJO, I.L. Foucault e a crítica do sujeito. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

AIPOPEC. ASSOCIAÇÂO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-ESTRADA DO COLONO. Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu, 1997.

BONASSA, T.L. Estrada do Colono: ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu. Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações), Universidade Federal do Paraná, 2004.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 27

_____. A economia das trocas simbólicas. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987

_____. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. Organizado por ORTIZ, R.

BRITO, M. C. W. de. Unidades de conservação: intenções e resultados. São Paulo : Annablume/FAPESP, 2000.

DALLO, L. Estrada do Colono: a luta de um povo. 8. ed. Francisco Beltrão: Francisco Beltrão Grafit, 1999.

DELÉAGE, J. P. História da ecologia: um ciência do homem e da natureza. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

DOMINGUES, J.M. Teorias sociológicas no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FERREIRA, L.M. A estrada do Colono e fragmentação de habitats no Parque Nacional do Iguaçu: politicagem mais que uma questão ecológica. In. MILANO, M.S.; THEULEN, V. (orgs.) II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. Anais.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 3.ed. Forense Universitária, 1987.

IBDF/FBCN. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de manejo. Brasília, 1981.

IBAMA. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Manejo. Resumo executivo. Brasília, 2000.

_____. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Manejo. Brasília, 1999. Disponível em:

<http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/planos_de_manejo/17/html/index.htm> Acesso em: 28 jan.2001

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Ação Emergencial. Brasília, 1994

LEFF, E. et al. Más alla del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina. In_____. La transición hacia el desarrollo sustentable. Perspectivas de América Latina y el Caribe. Mexico: PNMA/INE-SEMARNAT/UAM, 2002. p. 479-569

MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Fragmentação de ecossistemas: causas e efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília, 2003.

ORLANDI, E.P. (org.) Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993

ORLANDI. Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez / Campinas : Editora da Universidade de Campinas, 1990

SCHNEIDER, C.I. Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960). Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 2001

SILVA, M. C. da. As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense: 1946-1964. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 1984

WACHOWICZ, R.C. Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982, p. 37

UFPR
IICA
nead
Secretaria de Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL